SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA
AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 23 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVIII | Nº 4346

Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2026-2029

Conselho Diretor

Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Vice-Presidente: LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA

Secretário Geral: JOSÉ WELLINGTON DRUMOND GOUVEIA

1º Secretário: FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA

Tesoureiro: EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA

1º Tesoureiro: CLEONE LIMA RIBEIRO

Conselho Fiscal

Titular: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Titular: VALTAIR FRITZ DOS REIS

Titular: SÉRGIO PEDRO DA SILVA

Suplente: SILVANO ASCARI DE ALMEIDA

Suplente: EDER DA SILVA

Suplente: EZEQUIEL SALDANHA

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA EXECUTIVA DO CIMCERO
PORTARIA Nº 266/2026 JI-PARANÁ, 21 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a exoneração de EDUARDA DUARTE DE ANDRADE do cargo em comissão de ASSESSOR II e dá outras providências".

GIOVAN DAMO, Presidente do CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso VIII do Estatuto Social e atendendo às necessidades.
Considerando o pedido de exoneração ocorrido na data de 13 de outubro de 2026.
Resolve:
Art. 1o – Exonerar a pedido a partir de 23/10/2026 - **EDUARDA DUARTE DE ANDRADE**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF (MF) sob no xxx.649.782-xx e Cédula de Identidade (RG) sob no 1xxxxx6 SESDC/RO, do cargo em comissão de **ASSESSOR II,** nomeada através da portaria nº 09/2023
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, a contar de 21 de outubro 2026.

(Assinado Eletronicamente)
GIOVAN DAMO
Presidente- CIMCERO

Publicado por:
Elisangela Nunes Mafra
Código Identificador:95D4FE2D

ESTADO DE RONDÔNIA
CONSORCIO INTERMINICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDONIA

CISAN CENTRAL/RO
EXTRATO DO CONTRATO N°112/2026/CISAN CENTRAL/RO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE RIO CRESPO, inscrito no CNPJ sob o nº 11.779.393/0001-08.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32.

DO OBJETO: Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde (RSS), quanto ao tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

DO VALOR TOTAL: R$ 8.674,68 (oito mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

DA VIGÊNCIA: vigência a partir da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2026.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Ariquemes/RO, 21 de outubro de 2026.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Presidente do CISAN Central/RO

Publicado por:
Geovana Rodrigues Lopes Albuquerque
Código Identificador:0D893A63

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
ATO DA PRESIDÊNCIA 11/2026

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº11/2026

SÚMULA

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO DO DIA 28/10/2026 PARA O DIA 30/10/2026 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal cumulado com o Regimento Interno deste Poder Legislativo.
CONSIDERANDO o feriado Estadual do dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a transferência do dia do ponto facultativo do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento administrativo da Câmara Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º- Fica transferido o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), dia do Servidor Público, para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º- Na quarta-feira, dia 28 de outubro de 2026, haverá expediente normal (07:30 as 13:30) na repartição da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO.

Art. 3° - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Claudomiro Neves da Silva, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis (2026).

NATÃ SOARES DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Elton Gabriel Martins da Silva Ibarrola
Código Identificador:2F2C58E9

PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 11291/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE
Estado de Rondônia CNPJ 15.834.732/0001-54
Exercício: 2026
Decreto nº 11291/2026 de 29/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ALTA FLORESTA DOESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2092/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE		
02.006.00.000.0000.0.000.	SEMIE SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA		
02.006.15.452.0040.2.034.	MANUTENCAO DAS ATIV DA INFRAESTRUTURA		
122 - 3.3.90.30.00.00	15000000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
Total Suplementação:			**200.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE		
02.006.00.000.0000.0.000.	SEMIE SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA		
02.006.26.782.0028.2.518.	Manutenção das Linhas Vicinais do Municipio		
130 - 3.3.90.14.00.00	15000000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
Total Redução:			**200.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ALTA FLORESTA DOESTE , Estado de Rondônia, em 29/09/2026.

GIOVAN DAMO
Prefeito

MAYARY BENTO NUNES
Contadora CRC/RO 010397/O-2

Publicado por:
Mayary Bento Nunes
Código Identificador:667018EB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA EXONERAÇÃO Nº 412/2026

PORTARIA Nº 412/2026

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 22 de outubro de 2026.

EXONERAR A SRA. ROSIMEIRE DA SILVA MOREIRA DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO HOSPITALAR (DIRETOR III), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Sr. DENAIR PEDRO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;
Art. 1º Exonerar a Sra. ROSIMEIRE DA SILVA MOREIRA, devidamente inscrita no CPF/MF nº. ***.233.372-**, do cargo comissionado de Diretor de Departamento Hospitalar (Diretor III), da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Oficio nº 104/FMS-GAB/2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:2E2CE0AA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 411/2026

PORTARIA Nº 411/2026

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 22 de outubro de 2026.

NOMEAR O GESTOR E FISCAL DE CONTRATO JULIANA BADAN DUARTE REIS E MAYRA FERNANDA FAGUNDES DE ANDRADE

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Senhor DENAIR PEDRO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos disposto no Artigo 117 da Lei nº. 14133 Lei Licitações e Contratos Administrativos- Decreto nº 370/GP/2023 de 11 de dezembro de 2023 - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDO que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

CONSIDERANDO que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
III - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
IV - Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;
V - Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
VI - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
VII - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
VIII - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
IX - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
X - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XI - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
XII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
XIII - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XIV - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XV- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);
XVI - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVII- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
XVIII- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;
XIX- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
XX - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;
XXI - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
XXII- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
XXIII - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
XXIV- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
XXV- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
XXVI - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
XXVII- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;
XXVIII- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
XXIX- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
XXX- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;
XXXI - Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;
XXXII - Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXIII - Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora JULIANA BADAN DUARTE REIS, Secretária Municipal de Saúde, matricula 2681, como GESTORA DE CONTRATO e a Sra. MAYRA FERNANDA FAGUNDES DE ANDRADE, Agente Administrativo, matricula 4589, como FISCAL DE CONTRATO Nº 075/PGM/2022, que trata sobre Contratação de Casa de Apoio.- em favor da empresa L.O FERREIRA EIRELLI (Casa de Apoio Bem Estar), inscrito no CNPJ Nº 18.909.676/0001-68 para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme Memorando nº 1.157/FMS/2026.

Art. 2º Fica exonerada a Portaria nº 70/GP/2025.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:1E4153A9

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026 REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº002/2025/PMAAP/RO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026

REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº002/2025/PMAAP/RO

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Denair Pedro da Silva, usando das atribuições que lhe são conferidas, convoca os candidatos do Anexo II, aprovados no Concurso Público Municipal Edital **Nº002/2025/PMAAP/RO**, qualificados para preenchimento de vagas do quadro pessoal, a se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos no prazo de **23/10/2026 a 23/11/2026**, para formalização contratual, munidos dos documentos abaixo relacionados, nas seguintes condições;

Copias acompanhadas de originais ou devidamente autenticadas.

Idade mínima de 18 anos completo;
Cédula de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor;
Carteira de Trabalho (CTPS);
Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral (Comprovante de votação ou certidão emitida pelo T.R.E.);
Certificado de Reservista (p/ sexo masculino);
Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado documentos do cônjuge CPF e RG);
Certidão de Nascimento dos dependentes legais e CPF;
Cartão de Vacinas para os dependentes (Menores de 5 anos de idade);
Cartão do PIS/PASEP ou Declaração de não cadastrado;
Comprovante de Residência;
Comprovação de escolaridade e habilitação exigida para o cargo da seguinte forma: Histórico Escolar, Certificado ou Declaração de conclusão de curso para o nível e superior;
Declaração de Bens;
Foto 3x4 recente;
Declaração de Parentesco;
Declaração, Relação e documentação de Dependentes;
Declaração de acumulação ou não de cargos públicos ou privados, expedida pelo próprio candidato;
Declaração, emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processo Administrativo em que figura como indiciado ou parte (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes);
Declaração, emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público;
Certidão do Cartório de Protesto do Munícipio em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
Certidão Negativa Tributos com a Fazenda Pública Municipal;
Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. (www.tce.ro.gov.br);
Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos. (www.tj.ro.gov.br) 1º e 2º Grau;
Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal. (https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao - negativa);
Inspeção Médica Admissional;
Declaração de Tipagem Sanguínea e se é doador de sangue;
Declaração redigida pelo próprio candidato declarando a raça/cor;
Conta Corrente e/ou salário vinculado ao Banco do Brasil.

ENDEREÇO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Prefeitura Municipal – Departamento de Recursos Humanos: de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, na Avenida Afonso Pena, nº 3370, Centro, Alto Alegre dos Parecis - RO.

ANEXO I

Item	Cod.	Cargo	Requisitos
1	T01	Técnico em Enfermagem	Curso Técnico em Enfermagem e registro no Conselho de Classe.
2	M02	Agente de Endemias	Certificado de conclusão ensino médio.
3	S14	Odontólogo	Certificado de conclusão em Curso Superior em Odontologia e registro no Conselho de Classe.
4	T03	Técnico em Laboratório	Curso Técnico em Laboratório e registro no Conselho de Classe.
5	S04	Controlador Interno	Diploma de Conclusão do Curso Superior em Ciências Contábeis, Direito, ou Administração ou Economia e Registro no Conselho competente.

ANEXO II

T01 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ITEM	CLASSIF.	NOME
1	18º	CLEUZA MARIA DOS SANTOS
2	19º	ALCILENE ALMEIDA MILAGRES

M02 – AGENTE DE ENDEMIAS

ITEM	CLASSIF.	NOME
1	4º	JAMILY BERNABE MATOZO

S14 – ODONTÓLOGO

ITEM	CLASSIF.	NOME
1	2º	LEANDRO DEANGELES PEREIRA MARQUES
Informamos que o candidato acima nominado declarou expressamente a desistência da posse no referido cargo.		
2	3º	JESSICA CRUZ CAMPOS

T03 – TÉCNICO EM LABORATÓRIO

ITEM	CLASSIF.	NOME
1	7º	ROGÉRIO SILVA DE OLIVEIRA

S04 – CONTROLADOR INTERNO

ITEM	CLASSIF.	NOME
1	1º	DAVID WOICIECHOVSKI DEMBINSKI

O candidato convocado que não comparecer dentro do prazo preestabelecido será tido como desistente, podendo a Secretaria de Administração convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente a ordem de classificação para a devida substituição e contratação.
O candidato contratado deverá dar início as suas atividades no dia da assinatura do Termo de Posse, o não comparecimento para esse fim terá sua posse sem efeito.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:A1462502

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE Nº 011/2026

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE Nº 011/2026

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Denair Pedro da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DA PRORROGAÇÃO

1.1. Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo para posse e apresentação da documentação admissional do candidato abaixo identificado:

Candidato(a): NATALIA LIZ RIBEIRO DOS SANTOS;
Cargo: ENFERMEIRO;
Edital do Concurso: nº 002/2025/PMAAP/RO, de 15 de dezembro de 2025.

1.2. A prorrogação foi concedida em razão de requerimento formulado pelo candidato e devidamente deferido pela autoridade competente, nos termos do art. 28, §1º, da Lei Complementar Municipal nº 018/1997.

DO NOVO PRAZO

2.1. O novo prazo para posse e apresentação da documentação admissional encerrar-se-á, improrrogavelmente, em **23 de novembro de 2026.**

2.2. A não apresentação do candidato dentro do prazo estabelecido implicará a adoção das medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital de Concurso Público nº 002/2025/PMAAP/RO, de 15 de dezembro de 2025, e do respectivo ato de nomeação publicado em **23/09/2026.**

3.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre dos Parecis - RO, 22 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:07A620D9

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ERRATA AO DECRETO Nº 459/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

ERRATA AO DECRETO Nº 459/2026, de 20 de outubro de 2026

Ementa Original: *"Abre créditos adicionais especial e suplementar, no valor total de R$ 38.793,30 (trinta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e trinta centavos), no orçamento-programa de 2026, destinados à restituição, ao Estado de Rondônia, do saldo remanescente do Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado "Ir e Vir", exercícios de 2024 e 2025, autorizado por Lei Ordinária nº 2330/2026 e dá outras providências"*

O **Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alto Alegre dos Parecis.

CONSIDERANDO a constatação de **erro material involuntário** na especificação da codificação orçamentária no Art. 2º do referido Decreto ID do Documento: 2.686.4BA, texto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, Edição nº 4344 de 21/10/2026.

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, que confere à Administração Pública o poder-dever de sanar e retificar erros materiais manifestos que não alterem o mérito ou o montante global do ato autorizativo;

TORNA PÚBLICA a presente **ERRATA** para fins de retificação do texto, conforme segue:

No Artigo 2º:

Onde se lê:

"02.003 – 12.361.0002.2.014 – 445 - 3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - R$ 113,95"

Leia-se:

"02.003 – 12.361.0002.2.014 – 48 - 3.3.90.14.00.00.00.00 – DIÁRIAS – CIVIL - R$ 113,95"

Ficam ratificados e integralmente mantidos os demais artigos, valores, dotações e condições constantes no DECRETO Nº 459/2026, de 20 de outubro de 2026, que não foram objeto de alteração por esta errata.

Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos e administrativos à data de publicação do decreto original.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
..712_**
Prefeito

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:8E1E6D7D

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ERRATA AO DECRETO Nº 460/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

ERRATA AO DECRETO Nº 460/2026, de 20 de outubro de 2026

Ementa Original: *"Abre crédito adicional suplementar, no valor de R$ 347.000,00 trezentos e quarenta e sete mil reais), por anulação de dotação no Orçamento programa de 2026, e dá outras providências.".*

O **Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alto Alegre dos Parecis.

CONSIDERANDO a constatação de **erro material involuntário** na especificação da codificação orçamentária no Art. 1º e 2º do referido Decreto ID do Documento: 2.689.BC5, texto publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, Edição nº 4344 de 21/10/2026.

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, que confere à Administração Pública o poder-dever de sanar e retificar erros materiais manifestos que não alterem o mérito ou o montante global do ato autorizativo;

TORNA PÚBLICA a presente **ERRATA** para fins de retificação do texto, conforme segue:

Nos Artigos 1º e 2º:

Onde se lê:

Art. 1º
"04.001 – 10.302.3.2.091 – 295 - 3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS – **R$ 177.000,00"**

Art. 2º
"04.001 – 10.302.3.2.091 – 291 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – **R$ 177.000,00"**

Leia-se:

Art. 1º
"04.001 – 10.302.3.2.091 – 295 - 3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS – **R$ 50.000,00**"

Art. 2º
"04.001 – 10.302.3.2.091 – 291 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – **R$ 227.000,00"**

Ficam ratificados e integralmente mantidos os demais artigos, valores, dotações e condições constantes no DECRETO Nº 460/2026, de 20 de outubro de 2026, que não foram objeto de alteração por esta errata.

Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos e administrativos à data de publicação do decreto original.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
..712_**
Prefeito

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:37E11F5D

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, torna público para conhecimento dos interessados que fica **REVOGADO** o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 10/2026, cujo objeto é: **Contratação de empresa especializada em engenharia visando à execução da obra de implantação de sinalização vertical e horizontal no município de Alto Alegre dos Parecis/RO**, conforme o termo de convênio Nº 238/2026/PGE-DETRAN. A presente revogação fundamenta-se no disposto no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão decorre da necessidade de ajustes na fase preparatória, visando o adequado atendimento às exigências técnicas e legais, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devidamente comprovadas nos autos. Maiores informações no site www.altoalegre.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n.º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Opção 11.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 22 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmyla Fernandes de Araujo
Código Identificador:F6665D5B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1372/2025 – SEMOSP

AVISO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 012/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1372/2025 – SEMOSP

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **JOÃO PAVAN,** e pelo Gerente do Sistema de Registro de Preços, **THIAGO SANTOS DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que, após análise do pedido formulado pela empresa **H C COSTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ nº **52.408.639/0001-04**, e considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica, bem como a decisão da autoridade administrativa competente, será concedido o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e das disposições aplicáveis da Ata de Registro de Preços.
O realinhamento refere-se ao fornecimento de **Cimento Portland Composto CP II-32, em sacos de 50 kg**, objeto do Sistema de Registro de Preços destinado à futura e eventual aquisição de cimento Portland para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Alto Paraíso/RO. O preço atualizado será aplicado aos Itens 01 e 02, exclusivamente para fornecimentos futuros, sem efeitos retroativos sobre os empenhos anteriormente atendidos, conforme decisão administrativa e formalização nos autos.

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01 e 02	Saco de 50 kg	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	R$ 57,00	**R$ 60,50**

A atualização produzirá efeitos exclusivamente sobre os fornecimentos futuros, sem retroatividade quanto aos empenhos anteriormente atendidos, observadas a decisão administrativa competente e as disposições legais aplicáveis.

Alto Paraíso – RO, 22 de outubro de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Sujeito À Assinatura Eletrônica

Publicado por:
Thiago Santos de Souza
Código Identificador:47403B7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATO Nº 030/PMAP/2026

CONTRATO Nº 030/PMAP/2026

CONTRATO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – RO E A EMPRESA AVISTAR ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA – CNPJ: 07.454.811/0001-01 e Filial CNPJ: 07.454.811/0002-2.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **Sr. JOÃO PAVAN**, **Prefeito Municipal**, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 4.***.749-X SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.567.***-68, com a interveniência do Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA, o **Sr. Michel Loeblein Engel**, inscrito no CPF: 997.***.292-**;, inscrito no CPF: 015.***.992.***-**; **e** de outro lado a **EMPRESA AVISTAR ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.454.811/0001-01, sediada na Rua Luiz França, nº 940, no Bairro Cajuru, na cidade de Curitiba/PR, CEP. 82.900-250, tel. 41-3016-1441, **com filial na cidade de Ariquemes/RO**, Rua Flor do Ipê, nº 2130, Setor 04, CEP: 76873-474, inscrita no CNPJ sob nº 07.454.811/0002-92 e registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob NIRE nº 11900168900, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **RENATO MUZZOLON**, brasileiro, natural de Curitiba - PR, nascido em 23/10/1955, casado sob regime comunhão universal de bens, engenheiro geólogo, com registro no CREA/AC sob nº 1072/D, emitido em 13/11/1980, portador da cédula de identidade RG sob nº 1.102.799-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 318.524.249-15, domiciliado e residente na Rua da Paz, nº 412, Apto 42, Centro, Curitiba, Paraná, CEP 80.060-160 e a Sra. **RENATA MUZZOLON**, brasileira, natural de Porto Velho - RO, nascida em 28/07/1988, solteira, jornalista, portadora da cédula de identidade RG sob nº 11.115.622-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 070.995.649-51, domiciliada e residente na Rua da Paz, nº 412, Apto 42, Centro, Curitiba, Paraná, CEP 80.060-160, doravante denominada de **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente

Contrato, decorrente do **Processo Administrativo nº. 2316/2026**, apenso ao Processo administrativo nº 110/2025/CISAN, Pregão Eletrônico nº 900005/2026/CISAN, ARP nº 009/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS – GAC, INCLUINDO ATIVIDADES DE CAMPO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS (AVALIAÇÃO PRELIMINAR E PROJETO TÉCNICO DE ENCERRAMENTO) PARA AS ÁREAS DE DISPOSIÇÃO INADEQUADAS DE RESÍDUOS (LIXÕES) DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, CONSORCIADOS NO ÂMBITO DO CISAN CENTRAL/RO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.

ETAPA DO ESTUDO / PRODUTO	VALOR TOTAL COM BDI (R$)
1. Elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar	**27.438,14**
2. Elaboração do Projeto Técnico de Encerramento	**2.414,02**
VALOR TOTAL	**29.852,16**

PARÁGRAFO ÚNICO – São anexos a esse instrumento contratual e vinculam essa contratação, independentemente de transcrição:
I - O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar que embasou a contratação.
II – O Edital e seus anexos.
III – As planilhas de composições e formações de custos.
IV - A Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor total da contratação (objeto do contrato) é de R$ 29.852,16 (Vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais, dezesseis centavos).
PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de início de serviço ou do recebimento do empenho, o que ocorrer por último.
PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo interesse público e economia na contratação esse contrato pode ser prorrogado por igual e sucessivo período até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO CONTRATUAL, LOCAL E DATA - O regime de execução contratual é de forma indireta, conforme especificado na cláusula primeira desse contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a realização do serviço descrito no termo de referência e no contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para início do serviço será de imediato, logo após a ordem de início do serviço.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso não seja possível cumprir o prazo de início do serviço estipulado acima, a CONTRATADA deve dentro desse prazo comunicar formalmente a respectiva razão, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado, ressalvada a situação de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.
PARÁGRAFO QUARTO - O serviço será executado de acordo com a planilha orçamentária constante no termo de referência.
PARÁGRAFO QUINTO - O serviço será realizado conforme a disponibilização de demanda de todos os Municípios Consorciados ao CONTRATANTE, tendo em vista que o processo de execução da atividade depende da prévia aprovação do órgão ambiental e da característica específica da área de cada Município, a quantidade e constância de demanda proveniente de acordo com o procedimento definido na NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SEDAMERGASJPA da SEDAM.
PARÁGRAFO SEXTO - O preço contratado deve incluir todos os custos envolvidos de forma direta ou indireta, tais como, mão de obra, estudo, execução de projeto, investigação, avaliação, equipamento de proteção individual e coletiva, deslocamento, diária, alimentação, imposto, contribuição, despesa administrativa, lucro, entre outra atividade relacionada ao desenvolvimento do objeto da contratação.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deve garantir um serviço de qualidade, com resultado confiável e com confidencialidade da informação adquirida.
PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deve prestar o serviço cumprindo o prazo e atendendo integralmente a condição e especificação estabelecida.
PARÁGRAFO NONO - Fica descrito abaixo o local que deverá ser objeto de estudo (lixão) do Município de Alto Paraíso/RO, a saber:
Alto Paraíso – coordenadas geográficas – Latitude (S) 9º44’24,82” – Longitude (O) 63º20’25,10”.
PARÁGRAFO DÉCIMO - Por se tratar de estudo em área de disposição inadequada de resíduo (lixão) do Município de Alto Paraíso Consorciado ao CISAN, a prestação do serviço envolve a disponibilização técnica para elaboração de estudo e prestação de serviço operacional *in loco*, com experiência na área de manejo de resíduo e/ou em execução de atividade relacionada a tal finalidade.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A execução do serviço deve ocorrer na área descrita no termo de referência, sob orientação técnica da equipe técnica do CONTRATANTE, observada a exigência e obrigação estabelecida, especialmente o referente ao cumprimento do requisito exigido, jornada e horário de trabalho, norma e regra da instituição.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A solução proposta para a problemática por parte da CONTRATADA deve estar de acordo com a NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SEDAM-ERGASJPA e INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 005/2025-SEDAM e/ou outro documento que vier a substituí-la.
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Cumprir com a obrigação técnica descrita na NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SEDAM-ERGASJPA e o prazo legal determinado na Instrução Normativa 005/2025 e a etapa para o gerenciamento de área contaminada pela disposição final inadequada de substância ou resíduo (lixão) será a seguinte:
a) Desativação de lixão.
b) Encerramento de lixão.
PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O Processo de Identificação de Áreas Contaminadas é constituído por cinco etapas:
a) Identificação de Áreas com Potencial de Contaminação. Identificar área na região de interesse na qual pode existir fonte de contaminação potencial.
b) Avaliação Preliminar. Identificar a fonte de contaminação potencial e indício de contaminação em cada área com Potencial de Contaminação (AP) constatada na região de interesse. **PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO -** No que tange ao item desativação de lixão, foi definida etapa de encerramento, sendo a etapa inicial definida como “Desativação do Lixão”, com respectiva emissão de um Atestado De Desativação, nesta fase estava previsto a execução dos seguintes procedimentos:
a) Proibição da disposição dos resíduos sólidos sob o solo.
b) Cercamento e isolamento da área.
c) Controle de acesso.
d) Placas de identificação.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Superada essa fase, prevê-se que o Município realize as próximas fases previstas no termo de referência, para prosseguir com o encerramento e, no caso em que for necessário a remediação dos lixões.
PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Em segunda fase temos o item encerramento de lixão, onde busca adotar medida para minimizar e/ou conter o potencial dano ambiental causado pela disposição de qualquer substância ou resíduo e dar início a realização do levantamento na área com potencial contaminação, esta fase denominado Encerramento de Lixão. Para o encerramento de lixão o Município deve apresentar a SEDAM o Projeto Técnico de Encerramento, o qual será avaliado pela equipe técnica da SEDAM com observância ao termo de referência presente na NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SEDAM-ERGASJPA ou outro elemento que vier a substituí-la.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Na aprovação do Projeto Técnico de Encerramento de lixão a SEDAM emitirá autorização de encerramento, que atesta o atendimento ao critério exigido. O prazo de validade da Autorização de Encerramento é, no mínimo, o estabelecido no cronograma de execução e, no máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, mediante a apresentação da justificativa plausível, a ser avaliada pela SEDAM.
PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após a emissão da Autorização de Encerramento, o Município terá um prazo máximo de 6 meses para apresentar à SEDAM o Plano de Investigação Confirmatória, conforme Termo de Referência elaborado pela SEDAM.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO - No projeto de encerramento do lixão é prevista uma série de recomendação técnica a ser executada, a qual deve ser descrita através do Projeto Técnico de Encerramento.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Ainda com intuito de regulamentar a exigência de conteúdo mínimo para compor o projeto técnico de encerramento, a Nota Técnica Nº 1/2023/SEDAMERGASJPA da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, apresenta um Termo de Referência – TR, contemplando as seguintes recomendações técnicas de conteúdo e dos procedimentos que deverão ser executados.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Definição do uso pretendido da área é balizadora para a tomada de decisão sobre os riscos aos bens a proteger e nas propostas para a ação de intervenção a ser realizada no local. Assim, de acordo com o previsto no artigo 33 da CONAMA nº 420/09, para fins de reabilitação da área contaminada, o proprietário informará o uso pretendido à autoridade competente que decidirá sobre sua viabilidade ambiental, com fundamento na legislação vigente, no diagnóstico da área, na avaliação de risco, na ação de intervenção proposta e no zoneamento do uso do solo. Dessa forma ao realizar a avaliação de risco, o responsável pela área definirá o uso balizador da avaliação, que também será fundamento para a definição da intervenção proposta. Cabe ressaltar que no caso de alteração do uso pretendido, deve ser realizada uma nova avaliação de risco, conforme o novo uso pretendido.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Após a identificação das etapas, detalhamos cada fase baseado e exigido pela Nota Técnica Nº 1/2023/SEDAM ERGASJPA.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - A CONTRATADA deve assegurar a plena execução do serviço, em conformidade com o termo de referência e o contrato, responsabilizando por eventual dano decorrente de falha técnica ou omissão.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O CONTRATANTE pode exigir a substituição imediata de profissional ou equipamento que não atenda ao padrão técnico estabelecido.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A execução do contrato deve observar rigorosamente as cláusulas pactuadas, a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sendo as partes responsáveis pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formalizado por apostila ao contrato.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - A comunicação formal entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser realizada por escrito, admitindo o uso de meio eletrônico, desde que garantido a formalidade, a rastreabilidade e a segurança da informação.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - O CONTRATANTE pode convocar representante da CONTRATADA, sempre que for necessário, para adoção de medida imediata que assegure a adequada execução contratual.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - Após a assinatura do contrato pode ser realizada reunião inicial entre o Gestor do contrato e o representante da CONTRATADA, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização contratual, contendo orientação sobre a obrigação contratual, metodologia de acompanhamento, execução do objeto, plano complementar (se houver), critério de avaliação de desempenho e sanção aplicável.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve realizar o serviço nos locais indicados, nos respectivos endereços, devendo fornecer o material, insumo, equipamento necessário para atender o procedimento elencado, mão de obra capacitada que lhe é inerente, inclusive com o custeio de encargos sociais, os quais devem ser comprovados quando solicitados.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a realização da análise solicitada pelo Departamento Operacional do CONTRATANTE, bem como, a disponibilização do profissional com capacidade técnica para acompanhamento e realização do procedimento.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO - O serviço terá inicio logo após a emissão da ordem de serviço.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - Caso não seja possível cumprir o prazo de início do serviço acima estipulado, a CONTRATADA deve dentro desse prazo comunicar formalmente a razão ocorrida, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvada a situação de caso fortuito e força maior devidamente comprovado.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - A CONTRATADA se obriga a fornecer o objeto em conformidade com a especificação descrita no termo de referência e no contrato, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com a referida especificação.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - A CONTRATADA se reserva do direito de devolver, no todo ou em parte o produto (laudo) que não atender ao que ficou estabelecido no termo de referência e no contrato, que não esteja adequado ao padrão estabelecido na legislação vigente.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - Disponibilizar canal de atendimento para registro de chamado e outra solicitação, devendo ser através de via chat, telefone, WhatsApp, sítio na Internet ou e-mail, devendo ser capaz de gerar número para cada chamado registrado.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO - O serviço será de forma fracionada, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.
PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO - Caso haja atualização, alteração ou revogação de uma da legislação acima especificada durante a vigência do contrato, deve proceder com a alteração contratual e a análise deve ser comparada com a legislação mais atual e vigente, aceita pelos órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO – Será permitida a subcontratação e/ou terceirização do serviço, desde que ocorra de forma parcial, sendo vedada a terceirização total do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – Para a aferição de resultado em termo de quantidade e qualidade, conforme a natureza do serviço será realizada uma avaliação, sendo que a infração cometida pela CONTRATADA será devidamente notificada o seu preposto, sujeito a recusa no pagamento, sem prejuízo das demais sanções ou penalidades constantes no contrato e no termo de referência.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será realizado conforme a entrega do serviço previsto no termo de referência e no contrato, mediante atesto da fiscalização contratual, condicionado à comprovação da efetiva entrega e aceite formal do técnico correspondente, no prazo estabelecido.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, como base para atestar o cumprimento das metas e etapas técnicas.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência da entrega de qualquer um dos produtos técnicos ou a não aprovação dos mesmos pelos órgãos competentes, implicará na retenção do pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO - A condição de pagamento obedecerá à ordem cronológica.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para realização do pagamento além da efetiva comprovação da entrega dos serviços (objeto do contrato), faz necessário apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista vigente para o período de recebimento, analise e pagamento, composta por no mínimo os seguintes documentos:
I - Certificado de Regularidade do FGTS.
II - Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
III – Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
IV - Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
VI - Certidão de falência e ou concordata.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O documento de regularidade fiscal e trabalhista constitui condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deve realizar consulta ao SICAF para:
I - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.
II - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
PARÁGRAFO QUARTO - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
PARÁGRAFO QUINTO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deve comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
PARÁGRAFO SEXTO - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deve adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.
PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
PARÁGRAFO OITAVO - Deve ser apresentada no Departamento Administrativo do CONTRATANTE a nota fiscal/fatura emitida em 02 (duas) vias em favor de: Prefeitura Municipal de Alto Paraiso/RO-CNPJ: 63.762.025/0001-42. No corpo da nota fiscal deve conter: - a descrição do material e ou serviço. - Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota empenho. - número da conta bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento. - a data da emissão. - o valor a pagar. - eventual destaque do valor de retenção tributária cabível.
PARÁGRAFO NONO - Fica o CONTRATANTE autorizado a comunicar aos Órgãos Credores acerca da existência de crédito em nome da CONTRATADA, a fim de possibilitar medida judicial de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.
PARÁGRAFO DÉCIMO - A liquidação e o processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pela Comissão do CONTRATANTE, deduzindo a glosa e a sanção aplicada que porventura tenha sido verificada, será efetuado pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação. **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO -** Na hipótese da nota fiscal/fatura apresentar erro ou dúvida quanto à exatidão ou documentação, o CONTRATANTE pode pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar para cobrança a parte controvertida com a devida justificativa, nesse caso o CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir do recebimento e análise da despesa pelo Controle Interno para proceder o pagamento.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, a CONTRATADA será notificada para no prazo de 03 (três) dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de devolução da nota fiscal, a mesma será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições contratuais. **PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO -** O pagamento não será efetuado enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.
PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal o CONTRATANTE, a seu critério, pode devolvê-la para a devida correção ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O CONTRATANTE efetuará retenção na fonte do tributo e contribuição sobre o pagamento a CONTRATADA, conforme o caso e exigência legal aplicável.
PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O pagamento da nota fiscal atestada pela Comissão do CONTRATANTE se dará através de emissão de ordem bancária, na conta bancária indicada pela CONTRATADA, obedecendo a ordem cronológica.
PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações contratuais.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será calculado a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
I = (TX/100) 365 EM = I x N x VP, onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA - Aplica-se, no que couber o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto ao serviço (objeto do contrato). **PARÁGRAFO PRIMEIRO -** No caso de vício ou de qualquer outra irregularidade constatada, o CONTRATANTE fornecerá a CONTRATADA relatório concernente a essa ocorrência, expondo seu motivo, a fim de que a mesma seja corrigida.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deve garantir a qualidade e eficiência do serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA NONA - DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO – É vedado a antecipação de pagamento desse serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DE CRÉDITO – É vedado à cessão de crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE – O reajuste contratual terá por base pesquisa de mercado, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou outro que o venha a substituir, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS – A repactuação de preços observará o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento utilizado na proposta contratada.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo mínimo para a primeira repactuação será contado a partir: I - Da data limite constante do edital para apresentação da proposta ou orçamento.
II - Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da proposta, quando a variação de custos decorrer de mão de obra, vinculada às datas-bases desses instrumentos. **PARÁGRAFO SEGUNDO -** A repactuação não prejudica o direito das partes de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme §6º do artigo 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A repactuação deve ser solicitada pela CONTRATADA durante a vigência contratual. Caso não seja formalizada nesse período, será considerada preclusa, salvo cláusula expressa em contrário.

PARÁGRAFO QUARTO - O pedido de repactuação deve ser acompanhado de demonstração analítica do aumento dos custos, com base na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela CONTRATADA.
PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE tem o prazo de até 30 (trinta) dias para responder ao pedido de repactuação, nos termos do inciso X do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
PARÁGRAFO SEXTO - O CONTRATANTE pode realizar diligência para verificar a variação de custo alegada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO - Não haverá exigência de garantia contratual da execução desse serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - O recurso orçamentário da execução do serviço (objeto do contrato) correrá a conta do recurso específico previsto no orçamento anual do CONTRATANTE, que tem como projeto atividade e elemento de despesa a seguir especificado:
Unidade Orçamentária: 02.10.01 SEMA
Projeto de atividade: 18.542.0011.2025.0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Ficha: 370
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO E DO GESTOR DO CONTRATO - A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Gestor de Contrato será nomeado por Portaria.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Fiscal do contrato será nomeado por Portaria.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE.
PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.
PARÁGRAFO QUINTO - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
PARÁGRAFO OITAVO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
PARÁGRAFO NONO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do CONTRATANTE.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O gestor do contrato elaborará relatório final, com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO - No recebimento do serviço (objeto do contrato) deve verificar as especificações técnicas e obrigações constantes no contrato e no termo de referência.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento do serviço (objeto do contrato), consiste na verificação da quantidade do serviço, qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA e sua aceitação e comprovado a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante o termo de recebimento definitivo, autorizando assim o pagamento. **PARÁGRAFO SEGUNDO -** Se, após o recebimento for constatado que o serviço (objeto do contrato) foi entregue de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior ou em desacordo com a especificação constante no contrato e no termo de referência, a CONTRATADA se obriga a substituir, corrigir e ou reparar o serviço em desacordo, após a notificação, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a irregularidade.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Deve ser comunicada e notificada por escrito e de forma tempestiva a CONTRATADA sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega do serviço (objeto do contrato).
PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deve reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir o serviço que foi rejeitado, parcial ou totalmente, por apresentar vício, defeito ou incorreção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo arcar com as respectivas despesas. **PARÁGRAFO QUINTO -** O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA em face de eventual existência de vício redibitório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES - As obrigações das partes são: **PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONTRATANTE:**
I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.
II - Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste termo de referência.
III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
V - Comunicar a CONTRATADA para emissão de nota fiscal, no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.
VI - Exercer a fiscalização do serviço por Empregado Público especialmente designado como Fiscal de contrato na forma prevista na Lei Federal n° 14.133/2021.
VII - Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e ou fatura em até 30 (trinta) dias, a contar da data seguinte ao seu recebimento pela CONTRATADA.

VIII - Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir os termos contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a CONTRATADA com qualquer prejuízo que tal ato acarretar ao CONTRATANTE.
IX - Prestar à CONTRATADA informação e dado por ela solicitado, desde que disponível e do conhecimento do CONTRATANTE, completando-o com cópia de análise, correspondência, instrução e documento, quando pertinente ao assunto desse objeto.
X - O CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculado à execução do contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seu empregado ou subordinado.
XI - Proporcionar condição para que a CONTRATADA possa cumprir sua obrigação dentro da norma e condição desse contrato e do termo de referência.
XII - Rejeitar no todo ou em parte, serviço e produto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
XIII - Indicar o Empregado Público do CONTRATANTE para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento do objeto do contrato.
XIV - Providenciar os pagamentos devidos a CONTRATADA, nos prazos acordados e de acordo com as notas fiscais/faturas emitidas e atestadas os recebimentos do objeto pelo Empregado Público Responsável.
XV - Eximir-se de qualquer responsabilidade por compromisso assumido pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculado à execução do contrato, bem como por dano decorrente de ato, omissão ou conduta de seu empregado, representante ou preposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA CONTRATADA:
I - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e no contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações assumidas.
II - Responsabiliza-se por toda responsabilidade de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja a inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não pode onerar o objeto do contrato.
III - Arcar com as despesas dos serviços prestados, incluindo o custo presente na planilha e inclusive com as despesas de frete, transporte ou transportadora, imposto, taxa, emolumento, seguro, contribuição fiscal e parafiscal que incidam ou venham a incidirem direta ou indiretamente sobre a atividade decorrente da execução do contrato.
IV - A CONTRATADA deve declarar formalmente ciência integral da obrigação contratual estabelecida, assumindo plena responsabilidade pela execução do serviço.
V - A CONTRATADA obriga-se a informar para fins de recebimentos, citações, intimações, ordem de serviço e outras comunicações oficiais do CONTRATANTE, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico), número de telefone móvel, fixo e WhatsApp para contato.
VI - Paralisar por determinação do CONTRATANTE qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
VII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato.
VIII - Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
IX - Orientar e treinar seus empregados quanto aos deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados a que tenha acesso por força da execução do contrato.
X - Responsabiliza-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do Contrato, eximindo o CONTRATANTE da consequência de qualquer utilização indevida.
XI - Indicar nas notas fiscais emitidas o efetivo período da prestação de serviço que está sendo faturado.
XII - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei.
XIII - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE. XIV - Realizar a troca do produto em caso de incorreção ou defeito, caso necessite o produto trocado deve ter sua qualidade igual ou superior ao especificado, mantendo o mesmo valor licitado, sem cobrança de taxa adicional da que consta nesse procedimento licitatório.
XV - A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o prazo estipulado para início, execução e finalização do serviço.
XVI - Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do serviço, para adoção de medida cabível.
XVII - Fornecer objeto e serviço de primeira qualidade, de acordo com as especificações previstas no termo de referência, no estudo técnico preliminar e no contrato.
XVIII - A CONTRATADA compromete-se durante toda a vigência do contrato manter o CONTRATANTE devidamente informado acerca dos canais de comunicação atualizado, incluindo e-mail, telefone e WhatsApp.
XIX - A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com a obrigação por ela assumida, toda a condição de habilitação e qualificação exigida na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
XX - A CONTRATADA é obrigada a refazer de imediato e a sua expensa serviço em que se verificar irregularidade.
XXI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a CONTRATADA deve entregar ao Fiscal de Contrato a nota fiscal juntamente com os documentos necessários para o pagamento, que estão previstos no contrato.
XXII – Manter durante a vigência do contrato sua regularidade fiscal e trabalhista.
XXIII - Disponibilizar equipe técnica qualificada e em número suficiente para execução do serviço (objeto do contrato).
XXIV - Executar o serviço dentro do prazo definido pelo CONTRATANTE, inclusive em caráter emergencial, quando necessário.
XXV - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, informando além do suporte permanente, o nome e número de telefone para atendimento personalizado.
XXVI - Responsabilizar-se por qualquer multa ou despesa imposta ao CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de cláusula contratual, dispositivo legal ou regulamentar. XXVII - Providenciar junto ao Conselho de Registro dos profissionais as Anotações de Responsabilidades Técnicas - ART's referentes ao objeto do contrato.
XXVIII - A CONTRATADA deve emitir declaração de que tem pleno conhecimento da condição necessária para a prestação do serviço, de acordo com a exigência estabelecida na NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SEDAM-ERGASJPA, INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 005/2025-SEDAM e/ou documento equivalente que a SEDAM publicar como normativa para o procedimento de GAC para áreas de lixões.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato.
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo.
III - Dar causa à inexecução total do contrato.
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado. VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato.
IX - Fraudar procedimento licitatório/dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame. de agosto de 2013. XII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas na cláusula décima oitava e seus incisos ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
I – Advertência, quando ocorrer a infringência do inciso I da cláusula décima sexta do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
II – Multa no quantum de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato e ou infringência dos incisos II à XII da cláusula décima sexta do contrato.
III – Multa no quantum de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a CONTRATADA retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório.
b) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente.
c) Tumultuar a sessão pública da licitação.
d) Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário.
e) Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação. f) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
g) Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.
h) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato.
i) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou da multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO.
j) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa.
k) Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente.
l) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.
IV - O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivada.
V - O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dia contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.
VI - Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da CONTRATADA se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE. VII - Caracteriza-se como inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.
VIII - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infringência aos incisos II à VII da cláusula décima sexta do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
IX - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta dos Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infringência aos incisos VIII à XII da cláusula décima sexta do contrato, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
X - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual e ou extinção contratual.
XI - Na aplicação das sanções serão considerados:
a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
b) As peculiaridades do caso concreto.
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
XII - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
XIII - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
XIV - A aplicação das sanções previstas no contrato, em hipótese alguma isenta a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
XV - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
XVI - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
XVII - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
XVIII - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.
XIX - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784/1999.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INSCRIÇÃO DAS PENALIDADES NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – A Comissão Processante do CONTRATANTE, devidamente instituída por Decreto, promoverá a inscrição das penalidades que ensejaram a suspensão, impedimento e inidoneidade da CONTRATADA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.
PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao CONTRATANTE o livre acesso ao CEIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL – O CONTRATANTE pode rescindir unilateralmente o contrato com a CONTRATADA penalizada com as sanções administrativas, evitando com isso danos irreparáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA que der causa a extinção do contrato ficará constituída em mora e ser-lhe-á aplicável a respectiva sanção administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE pode optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. **PARÁGRAFO TERCEIRO -** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
I - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
II - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o inciso I ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de extinção do contrato, aplicam-se também o artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

E por assim estarem certos e contratados, assinam o presente Contrato em 01 (uma) via eletrônica, na presença de 02 (duas) testemunhas cientes e capazes, que também o assinam.

Alto Paraíso – RO, 21 de outubro de 2026.

(Assinatura Eletrônica**)**
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

(Assinatura Eletrônica**)**
MICHEL LOEBLEIN ENGEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA

(Assinatura Eletrônica**)**
Avistar Engenharia De Meio Ambiente E Seguranca Do Trabalho LTDA
Empresa Contratada
RENATO MUZZOLON

RENATA MUZZOLON
Representantes Legal

TESTEMUNHA (s): Assinatura eletrônica

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:FDDD9CDD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO Nº 6373 , DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO	
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 3031.	
63.762.025/0001-42	Exercício: 2026
Página 1	

DECRETO Nº 6373 , DE 08 DE setembro DE 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº 1887 de 10/12/2025 (Lei Orçamentária Anual - 2026).

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº de 30/12/1899 (Lei Orçamentária Anual - 2026).

O PREFEITO MUNICIPAL DE Alto Paraíso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1887 de 10 de dezembro de 2025 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE Alto Paraíso, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº de 30 de dezembro de 1899 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº 1887, de 10 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de dezembro de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1887, de 10 de dezembro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.
Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, 08 de setembro de 2026

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

ANEXO				
LOCAL:	02	Secretaria Mun. de Governo		
	02	PODER EXECUTIVO		
Programa:	0002	Apoio Administrativo		
ACRÉSCIMOS				
	Ficha	Funcional	D/C	Valor
		Categoria		
	11	04.122.0002.2003.0000	0002	270.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			270.000,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (contas8 - 8.50.29.9046 - 23839)	
06/10/2026 13:27	Usuário: LUAN OLIVEIRA PAULINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO	
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 3031.	
63.762.025/0001-42	Exercício: 2026
Página 2	
DECRETO Nº 6373 , DE 08 DE setembro DE 2026	

LOCAL:	02	Secretaria Mun. de Governo				
	02	PODER EXECUTIVO				
Programa:	0002	Apoio Administrativo				
REDUÇÕES						
		Ficha	Funcional		D/C	Valor
			Categoria			
		12	04.122.0002.2003.0000	0002	-270.000,00	
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
		TOTAL DAS ANULAÇÕES			-270.000,00	

Fiorilli S/C Ltda. Software - (contas8 - 8.50.29.9046 - 23839)	
06/10/2026 13:27	Usuário: LUAN OLIVEIRA PAULINO

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:1930BE71

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
RESULTADO PRELIMINAR – CLASSIFICAÇÃO E NOTAS - SEMED

RESULTADO PRELIMINAR – CLASSIFICAÇÃO E NOTAS

A comissão para Elaboração do Procedimento Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação - SEMED do Município de Alto Paraíso - RO, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado de RESULTADO PRELIMINAR – CLASSIFICAÇÃO E NOTAS, do Processo Seletivo Simplificado de Prova de Títulos, destinado à contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Educação. Sendo que o prazo para apresentação de recurso no período de 24 e 27 de outubro de 2026

CARGO: PSICÓLOGO - LOCAL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS (RURAL/URBANA)

#	NOME	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
1	FERNANDA SERANTTOLA OSS	9,0	1.º
2	MAURICIO DA SILVA FONSECA	8,5	2.º
3	SUSANA MARQUES CORDEIRO XAVIER	7,0	3.º
4	MARINA SOUZA RIBAS DA COSTA	5,0	4.º
5	MARCOS HENRIQUE SANTIAGO	5,0	5.º

Publicado por:
Ozimara Soares Pinto
Código Identificador:92700442

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA n° 009/2026
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 2136/2026, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o procedimento da Dispensa de Licitação Eletrônica nº 009/2026, cujo objeto consiste na "**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS), DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA CONFRATERNIZAÇÃO EM HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEMGOV, MEDIANTE RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA**", em favor das seguintes empresas: **L S DE BRITO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.481.547/0001-03, pelo **valor total de R$ 22.329,67**; e **ANDRADE & DEZANI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.110.685/0001-45, pelo **valor total de R$ 1.285,40**, O valor global adjudicado e homologado e de **R$ 23.615,07 (vinte e três mil, seiscentos e quinze reais e sete centavos).**

Alto Paraíso – RO, 22 de outubro de 2026.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:51089CFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA n° 010/2026
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 2554/2026, resolve ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento da Dispensa de Licitação Eletrônica nº 010/2026, cujo objeto consiste na "**LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA PLASTICA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA CONFRATERNIZAÇÃO EM HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEMGOV, MEDIANTE RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA**", em favor da empresa ARQTECH COMERCIO E SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.522.292/0001-42, pelo valor total de **R$ 6.746,25 (seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Alto Paraíso – RO, 22 de outubro de 2026.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:7D96B6AB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE LICENÇA PREMIO Nº 840/2026

PORTARIA Nº 840/DRH/2026
Alvorada do Oeste – RO de 21 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONFORME CONSTA NO PROCESSO Nº 1697/2026.

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença – Prêmio de 03 (três) meses, referente aos 3º (terceiro) quinquênio, sendo 2020/2025**,** no período de 26/10/2026 à 23/01/2027, de acordo com a lei municipal nº 656 de 11 de fevereiro de 011, ao (a) servidor (a) **MARIA DE LOURDES OLIVEIRA ORTOLONE,** na categoria funcional de Cozinheira, (40) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado (a) em 29/10/2010, pertencente ao quadro permanente de pessoal desta Prefeitura Municipal.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;
Cumpra-se

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Maria Aparecida Matos Tataira Silva
Código Identificador:A6A3F65F

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 839/2026

PORTARIA Nº 839/GAB/2026
ALVORADA DO OESTE-RO, 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 161/2023/SEMAGRI DE 06/11/2023.
CONSIDERANDO: A Constituição Federal caput do art. 169, Lei Municipal1045/2021 art. 1º e Instrução Normativa 001/CGM/2021 e demais relacionadas a gestão de fiscalização de contrato.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, servidores para Gestão e Fiscalização de contrato, o(a) Sr.(a), Sinval Reckel – Gestor; João Rufino de Souza – Fiscal e Emerson Melo Pra dos Santos - Fiscal, referente ao Processo nº 1275/2026, da Secretaria Municipal de Agricultura deste Município de Alvorada do Oeste/RO.

Art.2º - Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Maria Aparecida Matos Tataira Silva
Código Identificador:23435C27

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO

DECRETEO 264/GAB/2026

ERRATA AO DECRETO Nº 51/GAB/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE/RO, JAIR LUIZ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna pública a presente **ERRATA**, para correção de erro material constante no Decreto nº 51/GAB/2025, de 03 de abril de 2025, publicado no âmbito do Município de Alvorada D'Oeste/RO.

ONDE SE LÊ:
"CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1170 de 19 de março de 2025 e dos artigos 41 da Lei 4320, de 17 de março de 1964."
LEIA-SE:
"CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1165 de 21 de novembro de 2024 e dos artigos 41 da Lei 4320, de 17 de março de 1964."

Art. 1º. Fica retificado o dispositivo acima indicado, permanecendo **inalterados os demais termos, disposições e efeitos do Decreto nº 51/GAB/2025**.
Art. 2º. Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Alvorada D'Oeste/RO, 21 de outubro de 2026.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:801D86B0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO

EXTRATO AO 8º TERMO ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO Nº: 023/PGM/2024
PROCESSO Nº: 410.02.02/2023 – SEMED
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE – RO
CONTRATADO:C.V. MOREIRA EIRELI
OBJETO: Fica ajustado a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato acima epigrafado por mais 90 (noventa) dias, iniciando **25 de outubro de 2026 a 25 de janeiro de 2027.**
ASSINAM:
JAIR LUIZ - PREFEITO MUNICIPAL - Contratante
MAURI VIDAL RIBEIRO – Secretário Municipal de Educação - Interveniente
C.V. MOREIRA EIRELI, representado por Crystian Viera Moreira **–** Contratada

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:1323BD97

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026/SAAE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alvorada D'Oeste/RO torna pública a retificação do Aviso de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2026/SAAE, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo destinados à manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ao atendimento das necessidades operacionais do SAAE, compreendendo 109 (cento e nove) itens.
ONDE SE LÊ:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22/10/2026 até a data e o horário previstos no Edital.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03 de novembro de 2026, às 08h10 (horário de Brasília/DF).
LEIA-SE:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir de 23/10/2026, até a data e o horário previstos no Edital.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10 de novembro de 2026, às 08h10 (horário de Brasília/DF).
Permanecem inalteradas as demais disposições do aviso original.

Alvorada D'Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

RAFAEL MENDES DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria nº 001/SAAE/2026

Publicado por:
Solange Cardoso de Oliveira
Código Identificador:A465AFCC

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026/SUPEL/PMAO PROCESSO Nº 954.02.11-2026/SEMASF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026/SUPEL/PMAO
PROCESSO Nº 954.02.11-2026/SEMASF
Objeto: CREDENCIAMENTO para Contratação de Pessoa Física para ministrar aula de Música, Karatê e Informática no Município de Alvorada d'Oeste/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Família – SEMASF.
Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Família.
Processo: 954.02.11-2026/SEMASF
Modalidade: Credenciamento – Inexigibilidade nº 005/2026
Fundamentação Legal: Artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.
Entrega dos Documentos para Credenciamento: Data de Início do Recebimento dos Documentos Relativos à Habilitação: **23/10/2026** a partir da primeira publicação, e envio exclusivamente Através do Endereço Eletrônico fmas@alvoradadooeste.ro.gov.br em arquivo único em formato PDF.
Data Final do Recebimento dos Documentos Relativos à Habilitação: **06/11/2026, às 23h59mim.**
Informações: O Edital de Licitação com detalhes do Credenciamento-Inexigibilidade 005/2026 estará à disposição dos interessados a partir do dia 23 de outubro de 2026, no endereço eletrônico www.alvoradadooeste.ro.gov.br em Chamamentos Públicos e na SUPEL situada na Prefeitura Municipal ou através do e-mail cpl@alvoradadooeste.ro.gov.br.

Alvorada d'Oeste – RO, 22 de outubro de 2026.

OLDIGLEI ODAIR VERONEZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:2313A622

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES - IPEMA
PORTARIA N.°102/IPEMA/2026

Dispõe sobre a Reversão do benefício de aposentadoria por invalidez proporcional da servidora Jussara Correa dos Santos.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO IPEMA – Instituto de Previdência do Município de Ariquemes**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 1.155/2005 e nº 1.336/2007, e pelo Decreto nº 17.117/2021,

CONSIDERANDO o Processo Previdenciário n.º17-81/2024;

CONSIDERANDO que a servidora foi submetida à avaliação por Perícia Médica, tendo sido constatada a recuperação de sua capacidade laborativa, caracterizando-se, portanto, a hipótese de reversão prevista no art. 5º, inciso IV, e nos arts. 16, 17 e 18 da Lei Municipal nº 1.336, de 31 de agosto de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a **REVERSÃO** da aposentadoria por invalidez proporcional concedida a servidora **Jussara Correa dos Santos**, por meio da Portaria nº 095/IPEMA/2024, publicada no Diário Oficial em 2 de Dezembro de 2024, portadora do RG nº **072** SSP/RO e inscrita no CPF nº ***.995.256-**, ocupante do cargo de **Professora – Nível IV – 40 (quarenta) horas semanais**, com posse em 27 de maio de 2005, matrícula nº 6785-7, enquadrada na faixa salarial correspondente a 15 (quinze) anos, Classe "H", lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão da cessação da incapacidade laboral, conforme constatado em laudo médico pericial.

Art. 2º A servidora deverá retornar ao exercício de suas atividades funcionais, observadas as disposições legais e administrativas pertinentes à reversão a partir do dia **03/11/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, 13 de outubro de 2026.

PAULO BELEGANTE
Diretor-Presidente
Decreto nº 17.117/2021

Publicado por:
Paulo Belegante
Código Identificador:24EA0AEA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 24.238, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GEIDSON MOREIRA PIMENTEL, PARA EXERCER AS ATIVIDADES LABORAIS.

DECRETO Nº 24.238, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GEIDSON MOREIRA PIMENTEL, PARA EXERCER AS ATIVIDADES LABORAIS.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando, o Processo Administrativo de 1-25874/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica reintegrado, para exercer as atividades laborais, o Servidor Público Municipal Geidson Moreira Pimentel, admitido em 25/11/2008, Matrícula nº 70807, ocupante do Cargo/Função de Professor 40 horas semanal, EMEIEF JORGE TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2026.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 21 de outubro de 2026, 138º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 21/10/2026 às 12:35, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4370397** e o código verificador **5E06CEC7**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:891DE8B7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 934, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 314/2025

PORTARIA Nº 934, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 314/2025

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Processo Administrativo 8-19568/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal e compor a Comissão de Fiscalização e Recebimento dos Serviços do Contrato n° 314/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a empresa CENTRO DE FORMACAO E CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM EDUCACAO LTDA.

Gestora do Contrato:
Lisandra Gonçalves de Souza Silva

Suplente da gestora do Contrato:
Ezio Pereira dos santos

Fiscalização do Contrato:
Adriana Martins Carneiro Ranucci
Marcos Rodrigo da Cunha

Suplentes da Fiscalização do Contrato:
Roselma Rosa Lobato
Lafaiete Ribeiro Batista

Art. 2º Fica revogada a Portaria 989 de 25/11/2025 (ID 3620155).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 21 de outubro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 21/10/2026 às 09:17, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4370642** e o código verificador **B73DC297**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:0525CF23

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 935, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 25797/2026

PORTARIA Nº 935, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 25797/2026

A Secretária Municipal de Educação Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Processo Administrativo 8-25797/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Processo Administrativo nº 25797/2026, referente à Nota de Empenho nº 11675, contratada pelo Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, junto à empresa CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA.

Gestor:
Titular: Edivaldo Braz da Silva.
Suplente: Silmara Machado dos Santos;

Fiscal:
Titular: Luiz Cunha Aguiar.
Suplente: Elenice Aparecida Ferreira Langner;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 21 de outubro de 2026, 138º da República.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 21/10/2026 às 09:17, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4370671** e o código verificador **8453C2DF**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:01638EFE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 993, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 356/2023

PORTARIA Nº 993, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 356/2023

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Despacho 109 de 15/10/2026 (ID 4358342), advindo da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal e compor a Comissão de Fiscalização e Recebimento dos Serviços do Contrato n° 356/2023, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e a empresa **RONDDA SERVIÇOS DE VIGILANCIA ELETRÔNICA LTDA.**

Gestor:
Natalia Santos de Angelo

Fiscal Administrativo:
Maria Eduarda Longo Oliveira

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:
Diogo Felipe dos Santos - Patrimônio
Diogo Felipe dos Santos - Almoxarifado
Neidair Mazine de Lima - Casa dos Conselhos
Maria Eduarda Longo Oliveira - Prédio da Prefeitura
Rosiliane Matias dos Santos - Almoxarifado (Em anexo a Prefeitura)
Lucilene Rodrigues dos Santos - Arquivo Municipal 1 (Prédio do Presidio)
Tamires Barreto Andrade - Farmácia Municipal
Carla Martins Ribeiro Mangabeira - Centro de Empreendedorismo

Art. 2º Fica Revogada a Portaria 551 de 16/07/2026 (ID 4151392)

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 21 de outubro de 2026, 138º da República.

ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA**, **Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 21/10/2026 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4370348** e o código verificador **BAF148F4**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:DDAA9DB4

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2.450/2026

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA OLÉ**
Referente ao processo: **2450/2026**

Contrato nº: 1° Termo Aditivo 005 de 21/10/2026 (ID 4373315) Extrato 005 de 21/10/2026 (ID 4373316)

Objeto: **corrigir nome da associação**

ERRATA

Onde se lê:

Nos documentos acima mencionados onde se lê - **ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA OLÉ**

Leia-se:

CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ESPORTIVO E CULTURAL OLE

Ariquemes/RO,22 de outubro de 2026

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
Secretario Municipal - SEMTEC #
Decreto Nº 21.866/2025

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:303FA714

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2.450/2026 SEMTEC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026
Processo Administrativo: nº 2.450/2026

Celebração: 21/10/2026

Partes:
1 - FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO/MUNICÍPIO DE ARIQUEMES;
2 - ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA OLÉ – CNPJ n.º 07.390.443/0001-85.

Objeto: Alteração do valor do Termo de Fomento nº 005/2026, com acréscimo de R$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais) para pagamento de funcionários por mais 60 (sessenta) dias, e prorrogação da vigência por mais 60 (sessenta) dias, em razão de atraso na liberação de recursos, com fulcro na Cláusula Sexta, item 6.3 do instrumento original.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019/2014, Processo Administrativo nº 2.450/2026, Parecer Técnico nº 5 (ID 4363081), Plano de Trabalho Aditivo (ID 4334487).

Valor Total do Termo Aditivo: R$ 66.500,00 (*sessenta e seis mil e quinhentos reais*).

Valor Global do Termo de Fomento: R$ 331.500,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos reais).

Vigência: Prorrogada até 04 de dezembro de 2026.

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
Secretário Municipal – SEMTEC
Decreto nº 21.866/25

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:22A896E2

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 190/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22701/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 190/2026
Processo Administrativo nº 22701/2026

Data da Celebração: 21/10/2026

Partes:
1 - Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SEMTEC, CNPJ nº 04.104.816/0001-16;
2 - Associação Cultural FOCA – Força Organizando Cultura, Arte e Lazer, CNPJ nº 21.222.276/0001-94.

Objeto: Execução de serviços técnicos especializados de diagnóstico, estruturação e fortalecimento da política cultural de Ariquemes/RO, em cinco etapas integradas, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Valor total: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Vigência: 5 (cinco) meses a contar da assinatura.

Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 13.764/2017, Edital de Chamamento Público nº 013/2026/SEMTEC e Plano de Trabalho aprovado.

Ariquemes, 21 de outubro de 2026.

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
Secretário Municipal – SEMTEC
Decreto nº 21.866/25

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:25219385

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12.390/2025 ASSUNTO: PAD INTERESSADO: SEMDES E LUIZ CARLOS FREIRES DOS REIS - MATRÍCULA 16468-2

DECISÃO/JULGAMENTO
[...]

Diante de todo o conjunto fático-probatório, e com fundamentos remissivos ao Parecer 1112 de 08/10/2026 (ID 4345823) e Parecer Jurídico 1112/2026 Parecer 1112 de 08/10/2026 (ID 4345823), nos termos do art. 203 c/c art. 205 da Lei Municipal 1.336/2007, ACATO o relatório da Comissão processante sob Id CPP - Relatório Final 04 de 18/08/2026 (ID 4220202), ABSOLVENDO o servidor LUIZ CARLOS FREIRE DOS REIS, matrícula n. 16468-2, diante da insuficiência de elementos probatórios aptos a comprovar a prática da transgressão funcional.

Providencie-o necessário.
Publique-se.

Ariquemes/RO, 21 de outubro de 2.026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gisele Jasset de Mendonça
Código Identificador:85665799

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
AUTO DE INFRAÇÃO

FISCALIZAÇÃO URBANA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0040/2026.

NOME: Vicente de Paula da Silva	**CPF: 360. *** .201-72**			
SETOR: 010	**QUADRA:** 009	**BLOCO: 01**	**LOTE:** 00003	**N° 913**
LOGRADOURO: Rua Washington - BAIRRO: Setor 10				
DATA: 22/10/2026	**HORÁRIO: Hs.**			
PROCESO ADMINISTRATIVO:	**22642/2026**			

Considerando as atribuições do Poder Executivo Municipal no que se diz respeito ao cumprimento do Código de Postura do Município de Ariquemes-RO, Lei Municipal nº 1526/09 e nos termos do art. 241 da Lei 1526/2009 e seguintes, lavramos o presente **AUTO DE INFRAÇÃO** por infringir o (s) artigo (s) 106 da lei 1526/2009 e suas alterações decorrente das Leis 2279/2019 e 2955/2025.
Nos termos do art. 247 do Código de Postura, fica o infrator informado que poderá apresentar defesa por escrito no prazo de 07 (sete) dias.
Nos termos do art. 116 do Código de Postura (Lei 1526/2019), será imposta ao infrator multa correspondente ao valor de 15 (quinze) vezes a Unidade Fiscal de Ariquemes (UFAR), com valor de R$ 1330,50 (um mil trezentos e trinta reais e cinquenta centavos).

Histórico: Em atendimento à denúncia, no dia 1º de outubro de 2026, foi realizada fiscalização no imóvel supracitado, ocasião em que se constatou que o local se encontrava em estado de abandono, com acúmulo de lixo e entulhos.
Após consulta ao banco de dados municipal, não foi possível identificar um responsável pelo imóvel, tendo sido informado que o proprietário já havia falecido. Diante disso, foi expedida a Notificação por Edital nº 29/2026, publicada no Diário Oficial em 02/10/2026.
Em nova vistoria realizada no dia 22/10/2026, constatou-se que as irregularidades permaneciam e que não houve atendimento à referida notificação. Dessa forma, foi lavrado o presente Auto de Infração, em razão do descumprimento da notificação e da permanência das condições irregulares no imóvel.

OBS: 01 (uma) Unidade Fiscal de Ariquemes (UFAR) corresponde ao valor de R$ 88,70 (Oitenta e Oito reais e Setenta centavos).

Ariquemes/RO, 22 de Outubro de 2026.

YAN RAEL GIACON
Fiscal Urbano
Matrícula 40835-1

Publicado por:
Chiara Xavier Machado
Código Identificador:72DC8088

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 013/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 013

PROCESSO SELETIVO N.° 001/SEMSAU/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
EDITAL N.º 001/SEMSAU/2026
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, RESOLVE:
Art. 1° Convocar os candidatos qualificados no Art. 3° deste edital, aprovados no teste seletivo Edital n.° 001/SEMSAU/2026, publicado em 30 de junho de 2026 e resultado final publicado em 03 de julho de 2026, nos termos do item 13.2 do edital, para apresentação da documentação (constante no item 13.3 do edital):
13.3 São documentos necessários para contratação 1 Cópia:

- Cédula de Identidade (RG);
- CPF;
- Título de Eleitor com último Comprovante de Votação;
- Certificado de Reservista e Certificado de Dispensa de Incorporação (Homem);
- Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
- Carteira de Registro Profissional (Conselho de Classe);
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de nascimento; Se casado, deverá apresentar CPF do cônjuge e certidão de casamento;

•
Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada; e CPF dos dependentes.

•
Duas (01) fotos 3x4;

•
Carteira de trabalho e previdência social (Página de identificação (frente e verso) página da última contratação e página seguinte);

•
Declaração de bens e rendas ou Imposto de Renda do último Ano em exercício;

•
Declaração firmada pelo candidato de não ter sofrido penalidade disciplinar por prática de atos desabonadores ou condenação por crime ou contravenção no exercício profissional ou de qualquer função pública;

•
Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual; (https://www.tjro.jus.br/)

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao);

•
Declaração de acúmulo/não acúmulo de Vínculos Empregatícios

•
Autodeclaração étnico-racial; (modelo fornecido pelo Recursos Humanos - RH)

•
Certidão de adimplência/nada consta emitido pelo respectivo conselho de classe;

Atenção: No ato da contratação poderão ser exigidos outros documentos e o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.
13.4 ATENÇÃO: No ato da contratação o candidato deverá:
13.4.1 Apresentar cópias e estar de posse dos documentos originais acima;
13.4.2 Estar de posse de todos dos documentos originais apresentados na inscrição (títulos).
13.4.3 Apresentar atestado de saúde física e mental, bem como os seguintes exames: Hemograma completo; Uréia; Creatinina; TGO; TGP; Glicemia em jejum; Hemoglobina Glicosilada; Beta HCG (Mulheres); Eletrocardiograma (com laudo de Cardiologista) e Raio-X tórax AP (com laudo), que será submetido à análise e aprovação da junta médica da Prefeitura de Ariquemes/RO.
13.5 O candidato convocado para assinatura do Contrato Temporário que não comparecer dentro do prazo constante no ato de convocação será tido como desistente, podendo a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.
13.6 Será admitida a solicitação de reclassificação/final de fila, mediante protocolo de requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Os convocados deverão comparecer à Divisão de Recursos Humanos, localizada na prefeitura municipal de Ariquemes/RO, Av. Tancredo Neves, 2166, setor Institucional, CEP 76872-854, de posse da documentaçãota solicitada no artigo 1º deste edital de convocação, no PERÍODO de 21/10/2026 à 28/10/2026.

Art. 3º Ficam convocados os candidatos abaixo conforme os respectivos cargos:
ESPECIALISTA DA SAÚDE I - ENFERMEIRO - ATENÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
18	MARIA DA PAZ BEZERRA DOS SANTOS	***.318.533-**

ESPECIALISTA DA SAÚDE I – FISIOTERAPEUTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
13	CRISTIAN OLIVEIRA DE ABREU	***.217.702-**

ESPECIALISTA DA SAÚDE II - MÉDICO CLÍNICO GERAL - ATENÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
02	MAYCON ROSA BONFIM	***.620.152-**

TÉCNICO DA SAÚDE I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
23	LEONILDA CORREA DE OLIVEIRA	***.176.462-**
24	SIRLENE REIS DE OLIVEIRA	***.433.992-**
25	NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS	***.176.902-**
26	MEGUE CARDIAL BRAZ	***.019.121-**

TÉCNICO DA SAÚDE I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
124	ELENI CRISTINA LUCAS DO NASCIMENTO	***.310.592-**
125	SINTIA VALERIANO DOS SANTOS JESUS	***.626.242-**
126	ELIANE ALVES DA SILVA	***.778.692-**
127	BRENA SILVA ABREU	***.158.972-**

TÉCNICO DA SAÚDE III - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
10	ELISANGELA ALMEIDA DA SILVA	***.684.072-**

Art. 5° Os candidatos deverão apresentar também no ato da contratação os documentos originais encaminhados no ato da inscrição.
Art. 6° O candidato que não comparecer à junta médica agendada pelo departamento de Recursos Humanos será considerado como desistente da vaga, possibilitando que a administração municipal convoque o próximo candidato aprovado.
Art. 7° Após realização da junta médica o profissional apto deverá se apresentar IMEDIATAMENTE (prazo máximo de 24 horas) ao Departamento de Recursos Humanos para receber sua lotação.
Art. 8° Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos por intermédio do telefone: (69) 3516-2094.

Ariquemes/RO, 21 de Outubro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador:77AF9998

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 014/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 014

PROCESSO SELETIVO N.° 001/SEMSAU/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
EDITAL N.º 001/SEMSAU/2026
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, RESOLVE:

Art. 1° Convocar os candidatos qualificados no Art. 3° deste edital, aprovados no teste seletivo Edital n.° 001/SEMSAU/2026, publicado em 30 de junho de 2026 e resultado final publicado em 03 de julho de 2026, nos termos do item 13.2 do edital, para apresentação da documentação (constante no item 13.3 do edital):
13.3 São documentos necessários para contratação 1 Cópia:

•
Cédula de Identidade (RG);

•
CPF;

•
Título de Eleitor com último Comprovante de Votação;

•
Certificado de Reservista e Certificado de Dispensa de Incorporação (Homem);

•
Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;

•
Carteira de Registro Profissional (Conselho de Classe);

•
Comprovante de Residência;

•
Comprovante de Escolaridade;

•
Certidão de nascimento; Se casado, deverá apresentar CPF do cônjuge e certidão de casamento;

•
Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada; e CPF dos dependentes.

•
Duas (01) fotos 3x4;

•
Carteira de trabalho e previdência social (Página de identificação (frente e verso) página da última contratação e página seguinte);

•
Declaração de bens e rendas ou Imposto de Renda do último Ano em exercício;

•
Declaração firmada pelo candidato de não ter sofrido penalidade disciplinar por prática de atos desabonadores ou condenação por crime ou contravenção no exercício profissional ou de qualquer função pública;

•
Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual; (https://www.tjro.jus.br/)

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao);

•
Declaração de acúmulo/não acúmulo de Vínculos Empregatícios

•
Autodeclaração étnico-racial; (modelo fornecido pelo Recursos Humanos - RH)

•
Certidão de adimplência/nada consta emitido pelo respectivo conselho de classe;

Atenção: No ato da contratação poderão ser exigidos outros documentos e o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.
13.4 ATENÇÃO: No ato da contratação o candidato deverá:
13.4.1 Apresentar cópias e estar de posse dos documentos originais acima;
13.4.2 Estar de posse de todos dos documentos originais apresentados na inscrição (títulos).
13.4.3 Apresentar atestado de saúde física e mental, bem como os seguintes exames: Hemograma completo; Uréia; Creatinina; TGO; TGP; Glicemia em jejum; Hemoglobina Glicosilada; Beta HCG (Mulheres); Eletrocardiograma (com laudo de Cardiologista) e Raio-X tórax AP (com laudo), que será submetido à análise e aprovação da junta médica da Prefeitura de Ariquemes/RO.
13.5 O candidato convocado para assinatura do Contrato Temporário que não comparecer dentro do prazo constante no ato de convocação será tido como desistente, podendo a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.
13.6 Será admitida a solicitação de reclassificação/final de fila, mediante protocolo de requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Os convocados deverão comparecer à Divisão de Recursos Humanos, localizada na prefeitura municipal de Ariquemes/RO, Av. Tancredo Neves, 2166, setor Institucional, CEP 76872-854, de posse da documentação solicitada no artigo 1º deste edital de convocação, no PERÍODO de 22/10/2026 à 29/10/2026.
Art. 3º Ficam convocados os candidatos abaixo conforme os respectivos cargos:
ESPECIALISTA DA SAÚDE I - ENFERMEIRO - ENFERMEIRO OBSTETRA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
4	JEMERSON MENDES DE SOUZA	***.916.032-**
5	ANA CLAUDIA MACIEL	***.699.912-**

Art. 5° Os candidatos deverão apresentar também no ato da contratação os documentos originais encaminhados no ato da inscrição.
Art. 6° O candidato que não comparecer à junta médica agendada pelo departamento de Recursos Humanos será considerado como desistente da vaga, possibilitando que a administração municipal convoque o próximo candidato aprovado.
Art. 7° Após realização da junta médica o profissional apto deverá se apresentar IMEDIATAMENTE (prazo máximo de 24 horas) ao Departamento de Recursos Humanos para receber sua lotação.
Art. 8° Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos por intermédio do telefone: (69) 3516-2094.

Ariquemes/RO, 21 de Outubro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador: AFBE287C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2026

Extrato do Contrato Administrativo nº 285/2026
Processo Administrativo nº 2912/2025

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU

2) PVH GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 49.958.552/0001-04

OBJETO: Aquisição de Gases Medicinais com 99,5% de pureza - Oxigênio Gasoso Medicinal, Ar Medicinal Comprimido com e sem comodato de cilindros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 131.039,00 (Cento e trinta e um mil, trinta e nove centavos).

Ariquemes/RO, 21 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:A9220BD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 013/2026

JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 013/2026

A Prefeitura de Ariquemes/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deflagrou Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais da área da saúde por prazo determinado, Processo Administrativo n.° 8-6754/2026, Edital n.° 001/SEMSAU/2026, resultado preliminar, resultado dos recursos, homologação e resultado final disponíveis em <https://abre.ai/j5tf>. E, por meio dos documentos juntados aos autos, evidencia-se a necessidade de contratação de profissionais para substituir os contratos temporários que se encerrarão entre os meses de julho/2026 e novembro/2026.
Considerando a homologação e publicação do resultado final em 03/07/2026, a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se apta para realizar a convocação dos candidatos aprovados, visando suprir as necessidades das unidades de saúde pertencentes à estrutura da SEMSAU.
Neste sentido, tendo em vista os os candidatos aprovados e convocados que não se apresentaram e/ou pediram reclassificação, bem como pedidos de exoneração protocolados por profissionais do quadro, se faz necessária a convocação dos profissionais aprovados para substituição dos mesmos.
Informa-se que, conforme orientações da Controladoria Geral do Município, os demais candidatos aprovados serão convocados gradualmente, a título de substituição, seja por extinção de contratos temporários, pedidos de exoneração, cedência, afastamento, óbito, entre outros.
Segue planilha contendo a identificação de qual profissional está sendo substituído, por quem está sendo substituído e cargo.

NOVA CONVOCAÇÃO - PROFISSIONAIS QUE NÃO ASSUMIRAM				
MAT.	PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO	PROFISSIONAL CONVOCADO NÃO ASSUMIU/PEDIU RECLASSIFICAÇÃO	CARGO	CONVOCADO EDITAL 013/2026
17244	AIDA FALCÃO METZKERI Admitida em 04/05/2026 - Desligada em 22/09/2026 - (falecimento)	SOLANGE VIEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS
15994	ANA CRISTINA DOS SANTOS COSTA Admitido(a) em 01/08/2024 - Desligada em 01/08/2026	ELIENE DA SILVA DE SOUSA SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	LEONILDA CORREA DE OLIVEIRA
16164	DJANE RAIMUNDA RODRIGUES ARAUJO Admitido(a) em 14/11/2024 - Desligamento em 14/11/2026	KARINA NOGUEIRA DOS SANTOS MENESSES RAFALSKI	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	SINTIA VALERIANO DOS SANTOS JESUS
	JENNEFER DO CARMO MACEDO RODRIGUES Edital 006/2026 Estudo de Impacto	LILIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	SIRLENE REIS DE OLIVEIRA
16614	NEUSA BARBOSA RIBEIRO DA SILVA Admitida em 15/04/2025 - Desligado em 01/09/2026	JUELISA PIAGENTINI DE JESUS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ELENI CRISTINA LUCAS DO NASCIMENTO
16879	RANIELICA FELIPE SOARES NANTES Admitido(a) em 05/02/2026 - Desligada em 03/09/2026	TATIANE BARROS DE SOUSA	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	BRENA SILVA ABREU
16150	GILBERTO DAMATTA Admitido(a) em 01/11/2024 - Desligado em 01/10/2026	ALEX JULIO DE OLIVEIRA ARAUJO	TECNICO EM RADIOLOGIA N I - GRUPO - 49	ELISANGELA ALMEIDA DA SILVA

PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO, CARGO E CANDIDATO A SER CONVOCADO				
MATRÍCULA	NOME	CARGO	CONVOCADO EDITAL 013/2026	CARGO
17236	ROBERTA ANDRADE SILVA	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87	MARIA DA PAZ BEZERRA DOS SANTOS	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87
16146	CLEDIANE MOLINA DE SALES	FISIOTERAPEUTA N I - GRUPO - 87	CRISTIAN OLIVEIRA DE ABREU	FISIOTERAPEUTA N I - GRUPO - 87
16739	ALINE FRANCIELI VIEIRA PEREIRA	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86	MAYCON ROSA BONFIM	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86
16601	IVANILDA MARTINS DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	MEGUE CARDIAL BRAZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16165	ROSIMARI DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ELIANE ALVES DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45

Ariquemes/RO, 20 de Outubro de 2026.

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto: 24.193/2026

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador:B788CC27

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 014/2026

JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 014/2026
A Prefeitura de Ariquemes/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deflagrou Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais da área da saúde por prazo determinado, Processo Administrativo n.° 8-6754/2026, Edital n.° 001/SEMSAU/2026, resultado preliminar, resultado dos recursos, homologação e resultado final disponíveis em <https://abre.ai/j5tf>. E, por meio dos documentos juntados aos autos, evidencia-se a necessidade de contratação de profissionais para substituir os contratos temporários que se encerrarão entre os meses de julho/2026 e novembro/2026.
Considerando a homologação e publicação do resultado final em 03/07/2026, a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se apta para realizar a convocação dos candidatos aprovados, visando suprir as necessidades das unidades de saúde pertencentes à estrutura da SEMSAU.
Neste sentido, tendo em vista os os candidatos aprovados e convocados que não se apresentaram e/ou pediram reclassificação, bem como pedidos de exoneração protocolados por profissionais do quadro, se faz necessária a convocação dos profissionais aprovados para substituição dos mesmos.
Informa-se que, conforme orientações da Controladoria Geral do Município, os demais candidatos aprovados serão convocados gradualmente, a título de substituição, seja por extinção de contratos temporários, pedidos de exoneração, cedência, afastamento, óbito, entre outros.
Segue planilha contendo a identificação de qual profissional está sendo substituído, por quem está sendo substituído e cargo.
Conforme Memorando nº 413/SEMSAU/ADM/2026 ID 4369502, tais vagas foram convocadas da lista de classificação de Enfermeiros (geral), porém necessitam ser preenchidas por profissionais da lista de classificação 3. Urgência e Emergência - Nível Superior - Enfermeiro Obstetra. A presente manifestação objetiva atender os critérios laborais da Unidade de Saúde em questão CPN, levando em consideração o artigo 9º do decreto 94.406/87 que dispõe sobre o

exercício da Enfermagem. Deste modo deverão ser convocados os profissionais JEMERSON MENDES DE SOUZA e ANA CLAUDIA MACIEL conforme ordem de classificação no Processo Seletivo segue a planilha .

PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO, CARGO E CANDIDATO A SER CONVOCADO				
MATRÍCULA	NOME	CARGO	CONVOCADO EDITAL 014/2026	CARGO
16166	ANA CLAUDIA MACIEL	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87	ANA CLAUDIA MACIEL	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87
16167	JEMERSON MENDES DE SOUZA	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87	JEMERSON MENDES DE SOUZA	ENFERMEIRO N I - GRUPO - 87

Ariquemes/RO, 22 de Outubro de 2026.

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto: 24.193/2026

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador:7C259BC1

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGAO ELETRONICO Nº 369/2026/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 18592/2026/SEMSAU SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO 2026/2027 MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa Especializada em Locação de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (REP) com Tecnologia de Reconhecimento Facial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses. Valor estimado em R$ 174.701,69. A Prefeitura de Ariquemes-RO através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 23.384 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 369/2026 do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 23/10/2026 até às 09h00min do dia 10/11/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 10/11/2026 (Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site www.gov.br/compras e/ou www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras (Comprasnet). Mais informações, por meio do telefone (69) 3516-2020 ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com.

Ariquemes (RO), 22 de outubro de 2026.

VALDESIR SUHRE
Pregoeiro

Publicado por:
Valdesir Suhre
Código Identificador:769E57CE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS – AGERB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dispõe sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis – AGERB e dá outras providências.

A **DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS – AGERB**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 870/2014 e suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.304, de 5 de março de 2026, que alterou dispositivos da Lei Municipal nº 870/2014, relativos à estrutura e à organização administrativa da AGERB;

CONSIDERANDO o Memorando Circular nº 23/GAB-PREF/2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 16.607, de 20 de julho de 2026, que dispõe sobre a regulamentação da jornada e da carga horária de trabalho dos servidores públicos municipais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Buritis;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento dos serviços da **AGERB**, assegurando a continuidade das atividades administrativas, regulatórias, fiscalizatórias e do atendimento ao público;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a jornada de trabalho dos servidores lotados na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis – AGERB, na forma desta Portaria, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 16.607/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Os servidores lotados na AGERB cumprirão jornada de 06 (seis) horas diárias ininterruptas, sem intervalo intrajornada, no horário das 07h30 às 13h30, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 16.607/2026, em razão da natureza das atividades desempenhadas e da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços administrativos, regulatórios, fiscalizatórios e do atendimento ao público.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será aplicado respeitando-se as jornadas específicas eventualmente estabelecidas em lei para determinados cargos e as demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º O controle de frequência dos servidores será realizado conforme os procedimentos estabelecidos pela Administração Municipal, observadas as particularidades das atividades desenvolvidas pela AGERB.

Parágrafo único. As atividades externas, fiscalizações, reuniões institucionais, diligências e deslocamentos realizados a serviço da Agência deverão ser devidamente registrados ou comprovados, conforme os procedimentos administrativos aplicáveis.

Art. 4º Caberá à chefia imediata acompanhar e fiscalizar o cumprimento da jornada de trabalho estabelecida nesta Portaria, adotando as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis/RO, 22 de outubro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
OCILENE GONÇALVES SOARES
Diretora Presidente- AGERB
Dec. 14.320/GAB/PMB/2024

Publicado por:
Stella Núbia Camapana
Código Identificador:3A024806

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE ANULAÇÃO PARCIAL DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 2749-2025/SEMA
Pregão Eletrônico nº 31/2026/SLC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 31/2026;

CONSIDERANDO o Julgamento Administrativo para Cancelamento do Item 15, proferido pela Superintendência de Licitações e Contratações, Conforme análise e julgamento ID: 875141 restou constatado o transcurso do prazo de validade da proposta sem convocação da adjudicatária para contratação, incidindo a regra prevista no art. 90, §3º, da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, Diante disso, encaminho à Autoridade Competente para cancelamento parcial da homologação, com posterior reabertura do certame e convocação dos licitantes remanescentes.

CONSIDERANDO que, em resposta, a empresa apresentou um Pedido de Liberação do Compromisso de Fornecimento no qual sustenta que, durante o período de validade de sua proposta, não foi convocada pela Administração para assinatura do contrato, retirada de instrumento equivalente ou formalização da contratação.

RESOLVE

Art. 1º Fica **ANULADA PARCIALMENTE** a Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 31/2026, **exclusivamente** quanto ao seguinte lote:

I – **Item 15 –** A L X COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 52.014.162/0001-82 adjudicado à empresa nº valor R$; 34.698,00

Art. 2º A presente anulação parcial tem por finalidade possibilitar o retorno do Item 15 à fase de julgamento do certame, observadas as determinações constantes do Julgamento Administrativo e a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem válidos, eficazes e inalterados todos os demais atos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 31/2026, inclusive a homologação e adjudicação dos demais itens e licitantes.

Art. 4º Encaminhem-se os autos à Superintendência de Licitações e Contratações para adoção das providências administrativas decorrentes deste ato, inclusive retorno do processo à Pregoeira para prosseguimento do julgamento do Item 15, observada a ordem de classificação, a aceitabilidade das propostas e o atendimento às condições de habilitação.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:CC858777

GABINETE DO PREFEITO
INSTAURAÇÃO DE SINDICANCIA

Instauração de Sindicância Administrativa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo nº 877/2026, especialmente o item 2, que determinou a instauração de sindicância administrativa,

RESOLVE
Art. 1º Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, nos termos dos arts. 126 e 128 da Lei Municipal nº 021/1997, para apurar as circunstâncias relacionadas às infrações de trânsito aplicadas ao veículo oficial FORD/CARGO 1419 S, placa QTB-8038, pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, bem como as providências adotadas após a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, conforme fatos documentados no Processo Administrativo nº 877/2026.
Art. 2º – Delimitar o objeto da sindicância à apuração:
I – das multas decorrentes das irregularidades constatadas pela Polícia Rodoviária Federal, no valor nominal total de R$ 1.097,92;
II – da multa de R$ 195,23 decorrente da não apresentação do veículo à PRF no prazo determinado;
III – das divergências identificadas nos depoimentos colhidos, devendo ser verificadas eventuais condutas ou omissões funcionais, a individualização de possíveis responsabilidades e a existência de nexo causal com eventual prejuízo suportado pelo Município.
Art. 3º Determinar que os trabalhos da sindicância sejam conduzidos pela Comissão Processante Permanente já instituída no âmbito do Município, à qual caberá realizar a apuração dos fatos e adotar as providências necessárias, observando-se o contraditório, a ampla defesa e o prazo legal para conclusão dos trabalhos.
Art. 4º Esta instauração entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis, 20 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Leidimar Muniz Bernardes
Código Identificador:D95B6000

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/PMB/2023

PROCESSO Nº 1863-2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022/PMB/CPLMS

MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, com sede na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06, Buritis/RO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTAIR FRITZ DOS REIS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **M MAGELA PEREIRA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.505.681/0001-02, com sede comercial na Avenida Mirassol D'oeste, nº 3204, Setor 10, na Buritis, no Estado de Rondônia, neste ato representada por sua sócia-administradora, Sra. **MISLENE MAGELA PEREIRA**, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora do RG nº * 757** SESDEC/RO, inscrita no CPF sob o nº ***.518.282-**, residente e domiciliado na Avenida Mirassol D'oeste, nº 3204, Setor 10, na Buritis, no Estado de Rondônia, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando os documentos societários constantes dos autos e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis ao ajuste, resolvem celebrar o presente **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/PMB/2023**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a atualização dos dados cadastrais e da qualificação da CONTRATADA no Contrato nº 02/PMB/2023, em decorrência da alteração da denominação empresarial e da composição societária, conforme os atos constitutivos e o instrumento de transformação registrados perante a Junta Comercial, constantes dos autos do Processo Administrativo nº 1863/2022.
§ 1º. Em decorrência das alterações societárias comprovadas nos autos, a empresa anteriormente identificada como JOSE FELICIANO NETO passa a ser identificada como M MAGELA PEREIRA LTDA., mantida a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 01.505.681/0001-02.
§ 2º. A CONTRATADA passa a ser representada pela Sra. MISLENE MAGELA PEREIRA, na qualidade de sócia-administradora, conforme os atos societários constantes dos autos.
§ 3º. A atualização prevista nesta cláusula restringe-se à qualificação cadastral e societária da CONTRATADA, não implicando alteração do objeto, do valor, da vigência ou das demais condições contratuais.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 02/PMB/2023 que não conflitarem com as disposições do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo Aditivo será publicado na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições legais aplicáveis ao contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA INTEGRAÇÃO CONTRATUAL

O presente Termo Aditivo passa a integrar o Contrato nº 02/PMB/2023 para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Buritis/RO para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos legais.

Buritis/RO, 19 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

M MAGELA PEREIRA LTDA
CNPJ nº 01.505.681/0001-02
Representante Legal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/PMB/2023

PROCESSO Nº 1863-2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022/PMB/CPLMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO.

CONTRATADA: M MAGELA PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.505.681/0001-02.

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE PNEUS INSERVÍVEIS GERADOS PELO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO.

OBJETO DO ADITIVO: ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS E DA QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA, EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO EMPRESARIAL E DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA, COM ATUALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO LEGAL, CONFORME DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DOS AUTOS.

VALOR: Permanece inalterado.

VIGÊNCIA: Permanece inalterada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis ao contrato.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:3C3EE86A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 44/2026-SEMED/BTI.

Altera o art. 1º da Portaria nº 22/2025-SEMED/BTI, que trata da composição da Equipe Técnica de elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2026-2036.

O Secretário Municipal de Educação *Uender Leal Barboza*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela legislação municipal que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura e demais normas aplicáveis,

Considerando a Portaria nº 22/2025-SEMED/BTI, que dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2026-2036 do Município de Buritis/RO, conforme §1º do art. 4º do Decreto n° 15.994, de 14 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 22/2025-SEMED/BTI, que trata da composição da Equipe Técnica de elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2026-2036, na condição de titulares e suplentes, assim especificado:

Onde se lê:

I – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Educação (Coordenador):
Coordenador: Uender Leal Barboza
Vice-coordenadora: Maria Célia de Oliveira Silva

II - Representante Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Kadija Souza Santos
Suplente: Marcos Rodrigues de Souza

III – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Finanças;
Titular: Selma Regina Ferreira de Almeida
Suplente: Deoclecio Pinto Zolet

IV – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento;
Titular: Monica Pasian Machado
Suplente: Naiara Santos de Paula

V – Representante Técnico da Secretaria Municipal da Saúde;
Titular: Ana Cristina de Souza Fraz
Suplente: Elisangela Sousa

VI – Representante Técnico dos Gestores Escolares da Rede Pública Municipal;
Titular: Marilei de Oliveira
Suplente: Jorge Natalino da Silva

VII – Representante Técnico dos Professores da Rede Pública Municipal;
Titular: Tereza da Silva Freitas
Suplente: Andreia de Lima Guarin

VIII – Representante Técnico dos Profissionais de Educação;
Titular: Zenir de Almeida Rego
Suplente: Edcarlos Pereira da Silva

IX – Representante Técnico da Câmara Municipal de Vereadores;
Titular: Juliana Cibelly dos Santos
Suplente: Ueder Rodrigues Ferreira

X – Representante Técnico da Superintendência Regional de Educação.
Titular: Andreia Cristina Dalessi
Suplente: Deize Roza Moreira

Leia-se:

I – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Educação (Coordenadores):
Coordenadora: Maria Célia de Oliveira Silva
Vice-coordenadora: Suelem Paula Colman Lenz

II - Representante Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Marcos Rodrigues de Souza
Suplente: Rafaela Arêas Gambati

III – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Finanças;
Titular: Selma Regina Ferreira de Almeida
Suplente: Deoclecio Pinto Zolet

IV – Representante Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento;
Titular: Naiara Santos de Paula
Suplente: (não houve indicação)

V – Representante Técnico da Secretaria Municipal da Saúde;
Titular: Cleberson Molina Stedille
Suplente: Maria Cristina Motta Machado

VI – Representante Técnico dos Gestores Escolares da Rede Pública Municipal;
Titular: Jorge Natalino da Silva
Suplente: Andréia de Lima Guarin

VII – Representante Técnico dos Professores da Rede Pública Municipal;
Titular: Pamela Fernanda Giacomelli
Suplente: Maria Sueli Serafim

VIII – Representante Técnico dos Profissionais de Educação;
Titular: Zenir de Almeida Rego
Suplente: (não houve indicação)

IX – Representante Técnico da Câmara Municipal de Vereadores;
Titular: Juliana Cibelly dos Santos
Suplente: Ueder Rodrigues Ferreira

X – Representante Técnico da Superintendência Regional de Educação.
Titular: Andreia Cristina Dalessi
Suplente: Deize Roza Moreira

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Intersetorial.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a PORTARIA Nº 43/2026-SEMED/BTI.

Buritis/RO, 22 de outubro de 2026.

UENDER LEAL BARBOZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:0F51ABC0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA DECRETA LUTO OFICIAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SERVIDORA EDINA ALVES DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 7.310/GP/2026,
DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Decreta luto oficial no âmbito do Poder Executivo Municipal, em razão do falecimento da servidora Edina Alves de Oliveira, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento da servidora municipal Edina Alves de Oliveira, ocorrido em 15 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO os relevantes serviços por ela prestados ao Município de Cacaulândia junto à Secretaria Municipal de Educação, desempenhados com dedicação, responsabilidade e compromisso com o interesse público;

CONSIDERANDO o profundo pesar de seus familiares, amigos e colegas de trabalho, ao qual se associa a Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo período de 3 (três) dias, em razão do falecimento da servidora municipal EDINA ALVES DE OLIVEIRA.

Art. 2º Excepcionalmente, no dia 16 de outubro de 2026, o expediente administrativo será realizado apenas internamente, ficando suspenso o atendimento presencial ao público, ressalvados os serviços essenciais e os atendimentos de urgência que não possam ser interrompidos.

Parágrafo único. A medida prevista no *caput* deste artigo não constitui ponto facultativo, devendo ser mantidas as atividades administrativas internas, observadas as orientações dos respectivos responsáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 16 de outubro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:AECEAD30

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7319

DECRETO Nº 7319/GP/2026 de 22 de outubro de 2026

"TRANSPOSICIONA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL de Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº1470, de 22 dezembro de 2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transposicionados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1470, de 22 de dezembro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 11 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 406 27.812.1011.2002.0000 ESPORTE E CULTURA EM MOVIME
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.....

R$ 16.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 16.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 11 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 414 04.122.1001.2002.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.....
R$ -16.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ -16.000,00

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:547D5BEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026

Aprova os modelos de Relatório de Execução do Objeto e Prestação de Contas e de Certidão de Conformidade da Prestação de Contas das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas, no âmbito do Poder Executivo do Município de Cacaulândia, e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.491/GP/2026, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, e
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 31, 74 e 166, §§ 9º e 11, da Constituição Federal, e a Notificação Recomendatória Circular Conjunta nº 002/2025 do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, que orientam a transparência, a rastreabilidade e a prestação de contas das emendas parlamentares;
CONSIDERANDO o Manual Orientativo para Emendas Parlamentares Impositivas Municipais, cujo fluxo prevê a apresentação de relatório de execução físico-financeira pela unidade executora, a análise formal, documental e procedimental pela Controladoria Geral e o encaminhamento da prestação de contas à Câmara Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os documentos que encerram a execução de cada emenda;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados os seguintes modelos, de uso obrigatório na prestação de contas das emendas parlamentares individuais impositivas executadas pelos órgãos e fundos do Poder Executivo Municipal:

• Anexo I: Relatório de Execução do Objeto e Prestação de Contas de Emenda Parlamentar Impositiva;
• Anexo II: Certidão de Conformidade da Prestação de Contas de Emenda Parlamentar Individual Impositiva.

Art. 2º A prestação de contas de cada emenda observará as seguintes etapas:

• a Secretaria ou Fundo executor elaborará o Relatório do Anexo I, assinado pelo(a) Secretário(a) da pasta, e o juntará ao processo administrativo com os documentos comprobatórios, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da conclusão do objeto ou encerramento da vigência do instrumento, o que ocorrer primeiro;
• a Controladoria Geral realizará a análise formal, documental e procedimental da prestação de contas e emitirá parecer técnico no prazo de até 20 (vinte) dias úteis;
• sendo favorável o parecer, o Gabinete do Prefeito emitirá a Certidão do Anexo II e a encaminhará à Câmara Municipal, acompanhada do Relatório, dando ciência ao(à) autor(a) da emenda.

Parágrafo único. Constatadas pendências pela Controladoria, o processo retornará à unidade executora para saneamento, e a Certidão somente será emitida após sua regularização.
Art. 3º Os modelos poderão ser ajustados quanto à forma, vedada a supressão de campos. Os campos que não se aplicarem ao caso serão assinalados com a expressão "não se aplica".
Art. 5º Esta Instrução Normativa aplica-se às prestações de contas apresentadas a partir de sua publicação, inclusive às de emendas de exercícios anteriores ainda não concluídas, e entra em vigor na data de sua publicação.

Cacaulândia/RO, ____ de _____ de 2026.

ROBSON VALÉRIO BORTOLUZZI
Controlador(a)-Geral do Município

Aprovo.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE [NOME DA SECRETARIA]

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA

[ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO: Os textos em vermelho contêm instruções e orientações para o preenchimento do relatório e deverão ser substituídos pelas informações pertinentes ou excluídos, conforme o caso, antes da assinatura e do encaminhamento do documento.]

O presente relatório tem por finalidade registrar a execução do objeto e a aplicação dos recursos destinados à emenda parlamentar impositiva identificada neste documento, bem como os resultados alcançados, com base nas informações e nos documentos comprobatórios constantes do respectivo processo administrativo.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMENDA
Processo Administrativo Eletrônico nº: [informar]
Emenda Parlamentar Impositiva nº: [informar] Exercício: [informar]
Autor da emenda: [nome do parlamentar]
Plano de Trabalho nº: [informar] Readequado, se houver: [informar]
Unidade executora: [nome da Secretaria]
Gestor responsável pela execução: [nome completo e cargo]
Fiscal ou responsável técnico: [nome, cargo]
Dotação orçamentária: [ficha, programa/ação, elemento de despesa e fonte de recurso]
Natureza da despesa: ( ) Custeio ( ) Investimento
Modalidade de execução: ( ) Direta pelo Município ( ) Indireta
Conta bancária específica: Banco [___] Agência [___] Conta [___]
Valor aprovado: R$ [valor]
Objeto: [descrever o objeto aprovado ou o constante do Plano de Trabalho readequado]

2. EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O objeto previsto no Plano de Trabalho foi executado?
( ) Sim, integralmente. ( ) Parcialmente. ( ) Não foi executado.
2.2. Período de execução:
Previsto: de [dia/mês/ano] a [dia/mês/ano]
Realizado: de [dia/mês/ano] a [dia/mês/ano]
2.3. Atividades realizadas
[Descrever os bens adquiridos, serviços prestados ou obras executadas, indicando a correspondência com o Plano de Trabalho.]
2.4. Metas e resultados

Meta prevista no Plano de Trabalho	Previsto	Alcançado	% executado

Público beneficiado ou alcance da ação: [informar, quando aplicável].
Resultados alcançados e benefícios gerados: [descrever].

2.5. Recebimento do objeto

Recebimento definitivo em [data], por [nome e cargo], conforme termo de recebimento nº [___].

2.6. Bens adquiridos ou obras executadas

( ) Não se aplica.

Descrição	Quantidade	Nº de tombamento	Local do uso

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Val. Aprovado	Empenhado	Liquidado	Pago	Rendimento	Saldo

Restos a pagar: ( ) Não há ( ) Sim, R$ [valor], empenho(s) nº [___]
Destinação do saldo: ( ) Não houve saldo ( ) Devolvido em [data].
Encerramento da conta específica: [data]
Contratado: [nome da empresa e CNPJ];
Modalidade da contratação: ( ) Licitação ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade ( ) Ata de registro de preços

3.1. Documentos juntados ao processo:

( ) Contrato e/ou instrumento equivalente
( ) Notas de empenho.
( ) Nota de liquidação.
( ) Notas fiscais e/ou documentos equivalentes.
( ) Comprovantes de entrega dos bens ou de realização dos serviços.
( ) Comprovante de pagamento.
( ) Registros fotográficos, quando aplicáveis.
( ) Outros documentos: _____

Observação: os registros fotográficos não devem conter nomes, imagens ou símbolos que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da Constituição Federal).

4. OCORRÊNCIAS

( ) Não houve ocorrências.
( ) Alteração durante a execução (aditivo, readequação do Plano de Trabalho, prorrogação de prazo ou uso de rendimentos).
( ) Impedimento de ordem técnica (Lei Complementar nº 210/2024, art. 10).
( ) Execução parcial ou inexecução.
Descrição, causas, providências adotadas e efeitos sobre a execução: [descrever]

5. DECLARAÇÃO

Declaro que os resultados descritos neste relatório estão em conformidade com as metas do Plano de Trabalho, ressalvadas as ocorrências do item 4, que as informações correspondem aos registros da execução e que os documentos comprobatórios foram juntados ao processo administrativo, permanecendo à disposição dos órgãos de controle.

Cacaulândia/RO, ____ de _____ de _____.

[Nome completo]
Secretário(a) Municipal de [___]

ANEXO II

MODELO DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL IMPOSITIVA

Certifico, com base nas análises constantes no Processo Administrativo nº [número], que a prestação de contas da Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº [número], exercício [ano], de autoria do(a) Vereador(a) [nome completo], executada pela [Secretaria/Fundo], atendeu aos requisitos do Manual Orientativo para Emendas Parlamentares Impositivas Municipais.

A presente certificação fundamenta-se nas informações e nos documentos constantes dos autos, especialmente no Relatório de Prestação de Contas e no Parecer Técnico do Controle Interno, que subsidiaram a análise da conformidade da execução do objeto e da respectiva prestação de contas.
Emite-se a presente para encaminhamento à Câmara Municipal de Cacaulândia, acompanhada do Relatório de Execução do Objeto, com ciência ao(à) autor(a) da emenda, ainda que não mais no exercício do mandato.
Registra-se, por fim, que esta certidão não tem a finalidade de substituir a fiscalização da Câmara Municipal e dos órgãos de controle, nos termos do art. 31 da Constituição Federal.

Cacaulândia/RO, ____ de _____ de _____.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana de Almeida Leal Ribeiro
Código Identificador:C1F32781

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
PORTARIA Nº 01/CGM/2026

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, notadamente aquelas relativas ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente nos arts. 31 e 74, que atribuem ao sistema de controle interno a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
CONSIDERANDO as normas gerais de controle interno e as diretrizes emanadas pelos órgãos de controle externo;
CONSIDERANDO a necessidade de verificar a regularidade, a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a eficiência dos atos e procedimentos administrativos praticados no âmbito da Administração Municipal;
CONSIDERANDO o Manual de Inspeções da Controladoria Geral do Município de Cacaulândia/RO, aprovado e instituído por ato próprio;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR INSPEÇÃO no âmbito da(o) da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de analisar as despesas realizadas, especialmente aquelas relacionadas à frota de veículos utilizada pela Secretaria, mediante análise dos respectivos registros administrativos, contábeis e documentais, até 11 de novembro de 2026.
Art. 2º A inspeção terá como escopo a análise dos aspectos de legalidade, regularidade, legitimidade, economicidade, eficiência, transparência e aderência às normas internas e externas aplicáveis ao objeto inspecionado.
Art. 3º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pela execução da inspeção:
I – Luciana de Almeida Leal Ribeiro, matrícula nº 1052, na qualidade de coordenador(a) dos trabalhos;
II – Robson Valério Birtoluzzi, matrícula nº 4663, como membro;
III – Luciana Balz Moreira de Almeida, matrícula nº 4703, como membro.
Parágrafo único. A equipe designada poderá, se necessário, solicitar apoio técnico de outros setores da Administração Municipal, bem como requisitar documentos, informações, sistemas e acesso às dependências físicas da unidade inspecionada.
Art. 4º A unidade inspecionada deverá:
I – Disponibilizar, de forma tempestiva e integral, todos os documentos, processos, registros, sistemas e informações solicitados pela equipe de inspeção;
II – Designar servidor responsável para atuar como ponto focal junto à Controladoria Geral do Município;
III – Assegurar acesso às dependências físicas, arquivos e sistemas necessários à realização dos trabalhos.
Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos de inspeção será de 30(trinta) dias, contados da data de solicitação, podendo ser

prorrogado mediante justificativa técnica formalmente apresentada pela equipe responsável e aprovada pela Controlador Geral.
Art. 6º Concluídos os trabalhos, a equipe deverá elaborar Relatório de Inspeção, observando o padrão estabelecido no Manual de Inspeções da CGM, assegurando-se à unidade inspecionada o contraditório mínimo administrativo quanto aos achados preliminares.
Art. 7º Verificada, no curso da inspeção, a existência de indícios de irregularidades relevantes, falhas sistêmicas, dano ao erário ou outras situações que exijam análise mais aprofundada, a Controlador Geral poderá determinar:
I – A ampliação do escopo da inspeção;
II – A conversão da inspeção em auditoria;
III – A adoção de medidas administrativas cabíveis;
IV – A comunicação aos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cacaulândia/RO, 22 de outubro de 2026.

ROBSON VALÉRIO BORTOLUZZI
Controlador-Geral

Publicado por:
Luciana de Almeida Leal Ribeiro
Código Identificador:46FDF2FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº034/SEMED/2026

PORTARIA Nº 34/SEMED/2026
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Institui e organiza a Equipe Municipal responsável pela implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Cacaulândia/RO, estabelece suas atribuições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACAULÂNDIA, ESTADO DE RONDÔNIA, **no uso de suas atribuições legais**, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente o art. 205, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e assegura o direito à educação;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação Básica;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, assegurando o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e demais habilidades fundamentais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância do planejamento, da formação continuada, do acompanhamento pedagógico, do monitoramento dos indicadores educacionais e da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar suporte administrativo e organização dos materiais pedagógicos, didáticos e de expediente necessários à execução das ações da Política Municipal de Alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Cacaulândia/RO, a **Equipe Municipal responsável pela implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização**, com a finalidade de planejar, organizar, executar, acompanhar e avaliar as ações voltadas à garantia do direito à alfabetização dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Equipe Municipal de Alfabetização será composta pelos seguintes profissionais:
I – Coordenador(a) Municipal de Alfabetização;
II – Formador(a) de Alfabetização;
III – Formador(a) de Recomposição das Aprendizagens;
IV – Articulador(a) Municipal de Alfabetização;
V – Agente de Monitoramento;
VI – Diretor(a) de Ensino;
VII – Servidor(a) Administrativo(a) de Apoio às Compras e aos Materiais da Política Municipal de Alfabetização.
§ 1º Os integrantes da equipe serão identificados nominalmente e designados conforme os respectivos atos administrativos e a organização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Os profissionais deverão atuar de forma integrada e colaborativa, respeitando as atribuições específicas de cada função e as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Compete à Equipe Municipal de Alfabetização:
I – elaborar, organizar, executar e acompanhar o planejamento das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – apoiar a Secretaria Municipal de Educação na implementação das políticas, programas e estratégias relacionados à alfabetização;
III – acompanhar e monitorar os resultados de aprendizagem dos estudantes, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IV – orientar e apoiar as unidades escolares na execução das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
V – promover, organizar e acompanhar ações de formação continuada destinadas aos professores, gestores, supervisores e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
VI – acompanhar os indicadores educacionais e os resultados das avaliações internas e externas relacionados à alfabetização;
VII – identificar necessidades, dificuldades e desafios da Rede Municipal de Ensino, propondo estratégias de intervenção pedagógica;
VIII – participar das ações de monitoramento, avaliação e sistematização dos resultados da Política Municipal de Alfabetização;
IX – articular as ações municipais com as políticas estaduais e nacionais de alfabetização, conforme as orientações e diretrizes aplicáveis;
X – manter organizados os registros, relatórios, atas, planos de ação, cronogramas e demais documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas;
XI – colaborar na elaboração de relatórios e documentos institucionais referentes à implementação da Política Municipal de Alfabetização;
XII – identificar, juntamente com as unidades escolares, as necessidades de materiais pedagógicos, didáticos e demais recursos necessários ao desenvolvimento das ações;
XIII – acompanhar, no âmbito de suas competências, as demandas administrativas relacionadas à disponibilização de materiais e recursos para a execução da política;
XIV – desenvolver outras atividades correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Compete ao(à) Coordenador(a) Municipal de Alfabetização:
I – coordenar e articular as ações da Equipe Municipal de Alfabetização;
II – elaborar e acompanhar o planejamento das ações e estratégias municipais de alfabetização;
III – orientar os integrantes da equipe quanto à execução das atividades previstas;
IV – acompanhar o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos para a alfabetização;
V – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, os formadores, os articuladores e as unidades escolares;
VI – consolidar informações e apresentar relatórios à Secretaria Municipal de Educação sobre o desenvolvimento das ações.

Art. 5º Compete ao(à) Formador(a) de Alfabetização:
I – planejar e desenvolver ações de formação continuada para os professores alfabetizadores;
II – orientar os profissionais quanto às práticas pedagógicas de leitura, escrita, oralidade e desenvolvimento das habilidades previstas para a alfabetização;
III – apoiar a elaboração e a utilização de estratégias e recursos didáticos adequados às necessidades dos estudantes;
IV – acompanhar a implementação das orientações pedagógicas nas unidades escolares;
V – identificar necessidades formativas dos professores e propor ações de aperfeiçoamento;
VI – registrar as formações realizadas, os conteúdos trabalhados, a frequência dos participantes e os resultados observados.

Art. 6º Compete ao(à) Formador(a) de Recomposição das Aprendizagens:
I – desenvolver ações formativas voltadas à recomposição das aprendizagens dos estudantes;
II – orientar os professores na identificação das defasagens de aprendizagem e na elaboração de estratégias de intervenção pedagógica;
III – apoiar a utilização dos resultados das avaliações para o planejamento de ações de recuperação e consolidação das habilidades essenciais;
IV – acompanhar as estratégias de recomposição implementadas pelas unidades escolares;
V – colaborar com os demais integrantes da equipe na elaboração de propostas para a melhoria dos resultados educacionais;

VI – registrar e sistematizar as ações formativas e os resultados do acompanhamento realizado.
Art. 7º Compete ao(à) Articulador(a) Municipal de Alfabetização:
I – articular as ações entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
II – acompanhar a execução das estratégias e atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
III – apoiar as escolas na organização dos planos de ação e dos registros das atividades desenvolvidas;
IV – identificar dificuldades na execução das ações e encaminhá-las à Coordenação Municipal de Alfabetização;
V – colaborar com a mobilização dos profissionais da educação para a participação nas formações e demais atividades;

VI – contribuir para a sistematização das informações e dos resultados das ações desenvolvidas.
Art. 8º Compete ao(à) Agente de Monitoramento:
I – auxiliar no levantamento, na organização e na atualização dos dados referentes às ações de alfabetização;
II – acompanhar os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações, conforme as orientações da Coordenação Municipal de Alfabetização;
III – organizar planilhas, instrumentos de acompanhamento, registros e relatórios de monitoramento;
IV – auxiliar na identificação de avanços, dificuldades e necessidades de intervenção;
V – apoiar a consolidação de informações encaminhadas pelas unidades escolares;
VI – manter os registros atualizados e organizados, observando as normas de proteção de dados pessoais e de acesso às informações;
VII – colaborar com a elaboração de relatórios periódicos destinados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Compete ao(à) Diretor(a) de Ensino:
I – articular, coordenar e acompanhar as ações pedagógicas relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação, a Equipe Municipal de Alfabetização e as unidades escolares;
III – acompanhar os resultados de aprendizagem e das avaliações educacionais, propondo, em conjunto com a equipe, estratégias para a melhoria do desempenho dos estudantes;
IV – apoiar o planejamento e a realização das formações continuadas dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
V – orientar e acompanhar a execução das estratégias pedagógicas de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
VI – contribuir para o cumprimento das metas, dos objetivos e das estratégias estabelecidas para a alfabetização no município;
VII – acompanhar a elaboração e a execução dos planos de ação das unidades escolares relacionados à alfabetização;
VIII – subsidiar a Secretaria Municipal de Educação com informações e relatórios sobre o desenvolvimento das ações pedagógicas.

Art. 10. Compete ao(à) Servidor(a) Administrativo(a) de Apoio às Compras e aos Materiais da Política Municipal de Alfabetização:
I – realizar, em articulação com a Coordenação Municipal de Alfabetização, a Diretoria de Ensino e os demais integrantes da equipe, o levantamento das necessidades de materiais pedagógicos, didáticos, de expediente e de outros recursos necessários à execução das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – organizar e consolidar as solicitações de materiais e insumos necessários ao desenvolvimento das atividades de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
III – auxiliar na elaboração de listas de materiais, estimativas de quantidades e documentos administrativos necessários à formalização das solicitações de aquisição;
IV – encaminhar as demandas de aquisição ao setor competente da Secretaria Municipal de Educação ou da Prefeitura Municipal, observando os fluxos administrativos e os procedimentos legalmente estabelecidos;
V – acompanhar administrativamente o andamento das solicitações de aquisição, mantendo a Coordenação Municipal de Alfabetização informada sobre as demandas encaminhadas e as pendências identificadas;
VI – manter organizados os registros, protocolos, solicitações e documentos comprobatórios referentes às necessidades de materiais destinadas às ações da Política Municipal de Alfabetização;
VII – auxiliar no controle administrativo dos materiais adquiridos e destinados às atividades da política, em articulação com os setores responsáveis pelo recebimento, armazenamento, controle patrimonial, quando aplicável, e distribuição;
VIII – apoiar a organização e a distribuição dos materiais às unidades escolares, conforme as necessidades identificadas, a disponibilidade dos recursos e as orientações da Secretaria Municipal de Educação;
IX – colaborar na elaboração de relatórios sobre as necessidades de materiais, as solicitações realizadas, as demandas atendidas e as pendências existentes;
X – acompanhar as demandas de materiais relacionadas às formações continuadas, às atividades pedagógicas e às ações de recomposição das aprendizagens;
XI – observar as normas e os procedimentos administrativos aplicáveis às aquisições públicas, respeitando as competências dos setores responsáveis;
XII – executar outras atividades administrativas correlatas, determinadas pela Secretaria Municipal de Educação, relacionadas ao suporte material e operacional da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. A atuação do(a) servidor(a) administrativo(a) será de apoio e acompanhamento administrativo, não lhe conferindo, por si só, competência para autorizar despesas, realizar contratações, conduzir procedimentos de licitação ou praticar atos legalmente atribuídos aos agentes e setores competentes.

Art. 11. A Equipe Municipal de Alfabetização deverá manter documentação comprobatória das ações desenvolvidas, incluindo, quando aplicável:
I – portarias e atos de designação dos profissionais;
II – planos de ação e instrumentos de planejamento;
III – cronogramas de atividades;
IV – registros das formações continuadas;
V – relatórios de acompanhamento pedagógico e monitoramento;
VI – atas e registros de reuniões;
VII – instrumentos de acompanhamento das unidades escolares;
VIII – registros dos resultados das avaliações educacionais;
IX – levantamentos de necessidades e solicitações de materiais;
X – documentos administrativos referentes ao suporte material das ações, observadas as competências dos setores responsáveis;

XI – demais documentos relacionados à implementação e ao acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 12. A Equipe Municipal de Alfabetização deverá atuar de forma articulada com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, à melhoria da aprendizagem e à garantia do direito à alfabetização dos estudantes.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação poderá, sempre que necessário, atualizar a composição da equipe, designar novos servidores ou redistribuir funções, mediante ato administrativo próprio, observadas as normas municipais aplicáveis.

Art. 14. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as competências administrativas pertinentes.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FERNANDES DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Município de Cacaulândia/RO

Publicado por:
Eliene Ferreira de Sa Teles Santos
Código Identificador:BE0B102B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº35/SEMED/2026

PORTARIA Nº 35/GP/2026
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação da Coordenadora Operacional titular e da suplente da Estratégia Programa Busca Ativa Escolar – BAE, no âmbito do Município de Cacaulândia/RO, estabelece suas atribuições e responsabilidades e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade;

CONSIDERANDO o art. 206 da Constituição Federal, que estabelece os princípios do ensino, especialmente a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

CONSIDERANDO os arts. 4º, 53 e 56 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram o direito à educação e estabelecem medidas relacionadas à comunicação de situações de faltas reiteradas e evasão escolar, observadas as hipóteses legais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente as disposições relativas ao direito à educação, à frequência escolar e às responsabilidades dos estabelecimentos de ensino e do Poder Público;

CONSIDERANDO a necessidade de identificar, registrar, acompanhar e atender crianças e adolescentes que estejam fora da escola ou em risco de abandono e evasão escolar, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica;

CONSIDERANDO a importância da atuação integrada entre Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e demais órgãos e serviços da rede de proteção, respeitadas as competências legais de cada instituição;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, formalizar e fortalecer a atuação da Estratégia Programa Busca Ativa Escolar – BAE no Município de Cacaulândia/RO, incluindo a organização documental, o acompanhamento dos casos, o planejamento das ações e a elaboração dos relatórios correspondentes;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizados os registros e as informações nos sistemas e plataformas oficiais relacionados à Busca Ativa Escolar, conforme as orientações e os prazos aplicáveis;

RESOLVE:
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica organizada, no âmbito do Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia, a Coordenação Operacional da Estratégia Programa Busca Ativa Escolar – BAE, vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com a finalidade de coordenar, organizar, acompanhar e monitorar as ações municipais destinadas à identificação, ao encaminhamento e ao acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono e evasão escolar.

Art. 2º Ficam designadas para exercer as funções de Coordenadora Operacional titular e Coordenadora Operacional suplente da Estratégia Programa Busca Ativa Escolar – BAE, no âmbito do Município de Cacaulândia/RO, as seguintes servidoras:
I – **TITULAR: Fabiana Fernandes da Silva Pereira**, Coordenadora Operacional da Busca Ativa Escolar – BAE, matrícula funcional nº **799**;
II – **SUPLENTE: Klebia de Morais Rigo Gomes**, matrícula funcional nº **46**, que substituirá a titular em suas ausências, impedimentos ou afastamentos, garantindo a continuidade das atividades da Busca Ativa Escolar.
§ 1º Compete à titular coordenar, organizar, executar, acompanhar e monitorar as ações da BAE no âmbito municipal, observadas as atribuições estabelecidas nesta Portaria.
§ 2º Compete à suplente apoiar as atividades da Coordenação Operacional e assumir suas atribuições durante as ausências, impedimentos ou afastamentos da titular, bem como nos casos de delegação formal, respeitadas as competências administrativas e legais.
§ 3º A presente designação não implica criação de cargo ou concessão automática de gratificação, devendo ser observada a legislação municipal aplicável.

Art. 3º A Coordenação Operacional da BAE deverá atuar de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, as unidades escolares municipais, a rede de proteção à criança e ao adolescente e os demais órgãos e serviços envolvidos na garantia do direito à educação.

Art. 4º Para os fins desta Portaria, considera-se Busca Ativa Escolar o conjunto de ações intersetoriais destinadas a identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão escolar, compreender os motivos da ausência, promover os encaminhamentos necessários e acompanhar as providências adotadas para assegurar o acesso e a permanência na escola.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO OPERACIONAL
Art. 5º São atribuições da Coordenadora Operacional titular da BAE:
I – coordenar e organizar a implementação da Estratégia Programa Busca Ativa Escolar no Município de Cacaulândia;
II – planejar, orientar, acompanhar e monitorar as ações de busca ativa desenvolvidas pelas unidades escolares municipais, observadas as competências de cada equipe;
III – articular-se com gestores escolares, orientadores, professores, equipes pedagógicas e demais profissionais para identificar situações de infrequência, abandono, evasão ou ausência de matrícula;
IV – receber, organizar e acompanhar as informações encaminhadas pelas unidades escolares sobre crianças e adolescentes em situação de risco de exclusão escolar;
V – orientar as escolas quanto aos procedimentos de identificação, registro, encaminhamento e acompanhamento dos casos;

VI – acompanhar as providências adotadas pelas unidades escolares e pelos serviços da rede de proteção, solicitando atualizações sempre que necessário;
VII – promover a articulação intersetorial com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, o Conselho Tutelar e os demais órgãos competentes;
VIII – organizar reuniões, estudos de casos, orientações técnicas e ações de mobilização voltadas à prevenção do abandono e da evasão escolar;
IX – acompanhar os casos até que sejam adotadas as providências necessárias para o retorno, a matrícula, a frequência e a permanência do estudante na escola, respeitadas as atribuições dos órgãos envolvidos;
X – orientar as unidades escolares quanto à importância do registro das tentativas de contato com as famílias, das convocações, das reuniões, das visitas domiciliares e dos encaminhamentos realizados;
XI – manter organizados os documentos, registros, evidências e informações referentes às ações municipais da BAE;
XII – acompanhar a alimentação e a atualização das informações nas plataformas e nos sistemas oficiais pertinentes, conforme os perfis de acesso, as orientações técnicas e os prazos vigentes;
XIII – elaborar, coordenar ou consolidar o Plano de Ação Anual da BAE, em articulação com as unidades escolares e os setores envolvidos;
XIV – elaborar ou consolidar o Relatório Anual de Atividades da BAE, registrando as ações desenvolvidas, os resultados alcançados, as dificuldades identificadas e as medidas propostas para o período seguinte;
XV – acompanhar comunicados, orientações, notificações e solicitações dos órgãos de controle e das instituições responsáveis pela estratégia, encaminhando as demandas às autoridades competentes quando necessário;
XVI – informar à Secretaria Municipal de Educação as situações que exijam providências administrativas, institucionais ou intersetoriais;
XVII – propor medidas para aprimorar os procedimentos de identificação, atendimento, registro e acompanhamento dos casos;
XVIII – zelar pelo cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
XIX – preservar o sigilo das informações pessoais e familiares acessadas em razão das atividades da BAE;
XX – desempenhar outras atividades correlatas à Coordenação Operacional, desde que compatíveis com a finalidade da estratégia e com as atribuições legalmente estabelecidas.

Art. 6º Compete à Coordenadora Operacional suplente:
I – apoiar a titular na organização e no acompanhamento das ações da BAE;
II – colaborar na organização de documentos, relatórios, registros e evidências das atividades desenvolvidas;
III – auxiliar no acompanhamento das demandas encaminhadas pelas unidades escolares e pelos setores parceiros;
IV – participar de reuniões e ações de articulação, quando convocada ou designada;
V – substituir a titular nos afastamentos, impedimentos ou ausências, assumindo as atribuições operacionais necessárias à continuidade do serviço;
VI – manter a titular e a Secretaria Municipal de Educação informadas sobre as providências adotadas durante o período de substituição, quando aplicável.
Parágrafo único. A atuação da suplente deverá observar as orientações administrativas da SEMED, as normas de acesso aos sistemas e a legislação referente à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO III- DA IDENTIFICAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DOS CASOS

Art. 7º A Coordenação Operacional deverá acompanhar os procedimentos de identificação e atendimento de crianças e adolescentes que:
I – estejam fora da escola ou sem matrícula, apesar de estarem na faixa etária de escolaridade obrigatória;
II – apresentem faltas reiteradas ou risco de abandono escolar;
III – tenham interrompido a frequência escolar;
IV – enfrentem barreiras de acesso, permanência ou participação na vida escolar;
V – sejam identificados pelas escolas, famílias, serviços públicos ou demais integrantes da rede de proteção como estando em situação de risco de exclusão escolar.

Art. 8º As unidades escolares deverão comunicar à Coordenação Operacional, pelos canais institucionais definidos pela SEMED, os casos que demandem acompanhamento pela BAE, com as informações estritamente necessárias à identificação da situação e à adoção das providências cabíveis.
§ 1º A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis e pertinentes, os registros de frequência, as tentativas de contato com os responsáveis, as convocações, os atendimentos realizados, as justificativas apresentadas e as providências já adotadas.
§ 2º A ausência de algum documento ou informação não deverá impedir a comunicação inicial de situação que exija atendimento ou providência urgente.
§ 3º A identificação e o acompanhamento dos casos deverão respeitar a dignidade da criança e do adolescente, evitando exposição, estigmatização ou tratamento discriminatório.

Art. 9º A Coordenação Operacional deverá acompanhar os casos comunicados, verificando as providências realizadas e articulando os encaminhamentos necessários junto aos órgãos competentes.
§ 1º O acompanhamento poderá envolver contato com a unidade escolar, convocação dos responsáveis, articulação com serviços públicos, solicitação de informações e realização de reuniões de estudo de caso.
§ 2º As visitas domiciliares, quando necessárias, deverão ser realizadas por profissionais ou equipes competentes, conforme a organização municipal, respeitadas as atribuições profissionais e os protocolos de atendimento.
§ 3º Quando a situação exigir atuação de outro órgão, a Coordenação deverá promover o encaminhamento formal pertinente, sem substituir as competências legais desse órgão.

Art. 10. Os casos que demandem atuação do Conselho Tutelar ou de outra autoridade competente deverão ser encaminhados conforme a legislação aplicável, com registro da providência adotada e das informações necessárias ao atendimento.
Parágrafo único. O encaminhamento não dispensa o acompanhamento das providências relacionadas à matrícula, ao retorno e à permanência escolar, dentro das competências da Coordenação Operacional.

CAPÍTULO IV- DA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL E DOS REGISTROS

Art. 11. A Coordenação Operacional deverá manter organizados e atualizados os documentos e registros relacionados à execução da BAE, incluindo, conforme aplicável:
I – atos de designação dos responsáveis pela coordenação e demais integrantes formalmente instituídos;
II – Plano de Ação Anual da BAE;
III – registros das reuniões, orientações e ações de mobilização;
IV – relatórios e informações encaminhados pelas unidades escolares;
V – registros de acompanhamento dos casos e das providências adotadas;
VI – ofícios, memorandos, convocações e encaminhamentos institucionais;
VII – evidências das ações desenvolvidas;
VIII – Relatório Anual de Atividades;
IX – comprovantes de atualização ou envio de informações nos sistemas oficiais, quando disponíveis;

X – demais documentos necessários à comprovação e ao monitoramento das atividades realizadas.
Art. 12. Os registros deverão ser organizados de forma cronológica e identificável, permitindo a verificação das providências adotadas, dos responsáveis pelo acompanhamento e dos resultados obtidos.
§ 1º Os documentos deverão ser arquivados em meio físico ou digital, conforme a estrutura administrativa disponível e as orientações da SEMED.

§ 2º O acesso aos registros individualizados deverá ser restrito aos profissionais e às autoridades que necessitem das informações para o exercício de suas atribuições.
§ 3º A guarda, a conservação, o compartilhamento e a destinação dos documentos deverão observar as normas administrativas, arquivísticas e de proteção de dados aplicáveis.

CAPÍTULO V
DO PLANO DE AÇÃO ANUAL DA BAE

Art. 13. O Plano de Ação Anual da Busca Ativa Escolar deverá ser elaborado pela Coordenação Operacional, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais setores envolvidos, conforme a realidade do Município.

Art. 14. O Plano de Ação Anual deverá contemplar, sempre que pertinente:
I – diagnóstico das situações de infrequência, abandono, evasão e ausência de matrícula;
II – objetivos e metas para o período de execução;
III – ações de identificação, prevenção e enfrentamento da exclusão escolar;
IV – estratégias de mobilização das famílias e da comunidade escolar;
V – responsabilidades dos setores e profissionais envolvidos;
VI – cronograma de execução;
VII – mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações;
VIII – indicadores para monitoramento dos resultados;
IX – estratégias de articulação intersetorial;
X – medidas para aperfeiçoar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Art. 15. A Coordenação Operacional deverá acompanhar a execução do Plano de Ação Anual e propor ajustes quando forem identificadas novas demandas, dificuldades operacionais ou necessidade de aperfeiçoamento das estratégias.
Parágrafo único. As alterações relevantes deverão ser registradas e comunicadas à SEMED e aos setores envolvidos, conforme a necessidade.

CAPÍTULO VI

DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Art. 16. A Coordenação Operacional deverá elaborar ou consolidar o Relatório Anual de Atividades da Busca Ativa Escolar, com a finalidade de registrar e apresentar as ações desenvolvidas no período correspondente ao ano de referência.
Art. 17. O Relatório Anual de Atividades deverá conter, conforme a disponibilidade dos dados:
I – identificação do período abrangido;
II – descrição das ações desenvolvidas;
III – quantitativo de casos identificados e acompanhados, com os devidos cuidados de proteção de dados;
IV – principais motivos de infrequência, abandono ou exclusão escolar identificados, apresentados preferencialmente de forma agregada;
V – providências e encaminhamentos realizados;
VI – ações intersetoriais promovidas;
VII – resultados alcançados e dificuldades encontradas;
VIII – avaliação das metas estabelecidas no Plano de Ação Anual;
IX – recomendações e propostas de melhoria para o período seguinte;
X – evidências documentais das ações realizadas, quando cabíveis.
Art. 18. O Relatório Anual deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para ciência, avaliação e adoção das providências administrativas pertinentes, bem como aos órgãos ou sistemas oficiais competentes, quando exigido pelas normas e orientações aplicáveis.
Parágrafo único. Os prazos e formatos de envio deverão observar as orientações oficiais vigentes e os calendários estabelecidos pelos órgãos responsáveis.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 19. A Coordenação Operacional deverá estimular e manter a articulação entre a SEMED, as unidades escolares e os demais setores responsáveis pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, visando à identificação das causas da exclusão escolar e à adoção de respostas integradas.

Art. 20. A articulação poderá envolver, conforme a necessidade de cada caso e a organização administrativa municipal:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social ou setor equivalente;
IV – Conselho Tutelar;
V – Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências;
VI – demais órgãos públicos, serviços e instituições da rede de proteção.
Art. 21. As reuniões de articulação e os estudos de caso deverão buscar soluções adequadas às necessidades identificadas, com definição de providências, responsáveis e prazos sempre que possível.
Parágrafo único. As informações compartilhadas deverão limitar-se ao necessário para a finalidade do atendimento, respeitando o sigilo profissional e as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 22. A atuação da Coordenação Operacional não substitui as atribuições legais das unidades escolares, dos profissionais da Educação, dos serviços de Saúde e Assistência Social, do Conselho Tutelar ou de outras autoridades competentes.

CAPÍTULO VIII
DOS SISTEMAS E DAS PLATAFORMAS OFICIAIS

Art. 23. A Coordenação Operacional deverá acompanhar, dentro de suas atribuições e de acordo com os perfis de acesso autorizados, a atualização dos registros e das informações nas plataformas e nos sistemas oficiais relacionados à Busca Ativa Escolar.
Art. 24. A alimentação e a validação de dados deverão observar:
I – a veracidade e a consistência das informações registradas;
II – as orientações técnicas dos órgãos responsáveis pelos sistemas;
III – os prazos oficialmente estabelecidos;
IV – a preservação dos documentos que fundamentam os registros;
V – a proteção dos dados pessoais e das informações sigilosas;
VI – a comunicação à SEMED de eventuais dificuldades de acesso, inconsistências ou impedimentos operacionais.
Art. 25. A Coordenadora Operacional deverá acompanhar as comunicações, solicitações e orientações referentes à BAE e aos sistemas pertinentes, encaminhando à SEMED as demandas que dependam de decisão administrativa, validação institucional ou atuação de outros responsáveis.
Parágrafo único. A presente Portaria não dispensa a observância de normas específicas dos sistemas e órgãos de controle, nem transfere automaticamente à Coordenação atribuições de validação reservadas a outros agentes públicos.

CAPÍTULO IX
DAS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Art. 26. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – assegurar o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento das ações da BAE, conforme a disponibilidade e as normas municipais;
II – dar ciência às unidades escolares das orientações e dos procedimentos aplicáveis;
III – acompanhar o cumprimento do Plano de Ação Anual e a elaboração do Relatório Anual de Atividades;
IV – promover, quando necessário, a articulação com outras Secretarias e órgãos municipais;
V – analisar as demandas encaminhadas pela Coordenação Operacional e adotar as providências que estejam dentro de sua competência;
VI – apoiar a participação dos profissionais envolvidos em reuniões, capacitações e atividades de orientação relacionadas à BAE;
VII – providenciar, quando cabível, os atos administrativos complementares necessários ao funcionamento da estratégia.
Art. 27. Compete às unidades escolares municipais, no âmbito de suas atribuições:
I – identificar e registrar situações de infrequência, risco de abandono, evasão e ausência de matrícula;
II – realizar as ações de acompanhamento escolar e contato com os responsáveis que lhes competem;
III – encaminhar à Coordenação Operacional as informações e os registros necessários ao acompanhamento dos casos;
IV – manter atualizados os dados escolares e os registros de frequência;
V – colaborar com a elaboração e a execução do Plano de Ação Anual;

VI – fornecer informações para a consolidação do Relatório Anual de Atividades;
VII – acompanhar o retorno e a permanência do estudante na escola, registrando as providências adotadas;
VIII – cumprir as normas legais e os procedimentos aplicáveis à comunicação de faltas reiteradas e de situações que demandem atuação da rede de proteção.
Art. 28. Os demais órgãos e setores municipais participarão das ações de forma articulada, conforme suas competências legais, os fluxos institucionais existentes e os instrumentos de cooperação formalmente estabelecidos.
CAPÍTULO X
DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO
Art. 29. A Coordenadora Operacional, a suplente e os demais profissionais que tenham acesso às informações da BAE deverão resguardar a privacidade e a dignidade das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.
Art. 30. O tratamento de dados pessoais deverá observar a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.
§ 1º As informações individualizadas deverão ser utilizadas exclusivamente para finalidades legítimas relacionadas à garantia do direito à educação e ao atendimento do caso.
§ 2º É vedada a divulgação indevida de dados pessoais, documentos, imagens ou informações que permitam identificar crianças, adolescentes e suas famílias.
§ 3º Os relatórios públicos e os documentos destinados à divulgação ampla deverão, sempre que possível, apresentar dados agregados ou anonimizados.
CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 31. A Coordenadora Operacional titular e a suplente deverão desempenhar suas atribuições com responsabilidade, zelo, ética, eficiência e observância dos princípios que regem a Administração Pública.
Art. 32. As situações que não estiverem expressamente previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação da Secretaria Municipal de Educação e, quando necessário, do Chefe do Poder Executivo, observada a legislação aplicável.
Art. 33. A designação prevista nesta Portaria poderá ser alterada ou revogada por ato administrativo próprio, conforme a necessidade do serviço e a legislação municipal.
Art. 34. Esta Portaria deverá ser publicada pelos meios oficiais utilizados pelo Município, observadas as normas locais de publicidade dos atos administrativos.
Art. 35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FERNANDES DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eliene Ferreira de Sa Teles Santos
Código Identificador:A242A267

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2025

Processo Administrativo nº 11-930/2024/SEMUSA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADA: J. C. F. RIBEIRO ENGENHARIA EPP, inscrita no CNPJ nº 21.765.570/0001-42.

OBJETO: Acréscimo de valor ao Contrato Administrativo nº 249/2025, referente à execução de reforma e adequação para acessibilidade das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da zona urbana e rural, localizadas nos Distritos de Rio Branco, Três Coqueiros e Vila União, com fornecimento de materiais e mão de obra.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 39.165,54 (trinta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação Programática: 02.05.05.10.301.0011.2105.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS; Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Ficha: 445; Fonte de Recursos: 15.1.500 004.002 – Saúde 15%.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2026.

Campo Novo de Rondônia/RO, 21 de outubro de 2026.

EDIMARA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:7FE2BCE2

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2025

Processo Administrativo nº 11-930/2024/SEMUSA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADA: J. C. F. RIBEIRO ENGENHARIA EPP, inscrita no CNPJ nº 21.765.570/0001-42.

OBJETO: Supressão de valor do Contrato Administrativo nº 249/2025, referente à execução de reforma e adequação para acessibilidade das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da zona urbana e rural, localizadas nos Distritos de Rio Branco, Três Coqueiros e Vila União, com fornecimento de materiais e mão de obra.

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 66.995,45 (sessenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correspondente às alterações dos serviços nas seguintes unidades: UBS Pacaás Novos, no valor de R$ 5.771,25; UBS Vila União, no valor de R$ 31.952,06; e UBS Três Coqueiros, no valor de R$ 29.272,14.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2026.

Campo Novo de Rondônia/RO, 22 de outubro de 2026.

EDIMARA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:BF05C6CA

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 214, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

REALOCA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis nº 1.263/2025 e 1.264/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica realocado no Orçamento Municipal vigente, nos termos do § 1º do art. 10, da Lei 1.264/2025 (LOA), combinado com o art. 31 da Lei 1.263/2025 (LDO), o valor de**R$ 5.000,00 (cinco mil reais),**conforme especificação abaixo:

I – Dotação a suplementar:

a)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
26	Transporte	
122	Administração Geral	
0005	Administração Geral	
2014	Atividades da Sec. de Obras e Serviços Públicos	
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
433 - 3.1.90.13	**Obrigações Patronais**	**5.000,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos especificados no art. 1º será anulada a seguinte dotação:

I – Dotação a ser anulada:

a)		
02.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
02.07.07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
26	Transporte	
122	Administração Geral	
0005	Administração Geral	
2014	Atividades da Sec. de Obras e Serviços Públicos	
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
520 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**5.000,00**

Art. 3ºA suplementação constante no art. 1º não onera o limite de crédito adicional, nos termos do § 1º, do art. 10, da Lei 1.264/2025 (LOA/2026), combinado com o art. 31 da Lei 1.263/2025 (LDO).

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:BAA73401

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA N° 887, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Exonera, a pedido, a servidora RAUANY DA SILVA SANTIAGO e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, e do processo 10-760/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **RAUANY DA SILVA SANTIAGO**, cargo Gerente de Farmácia Central, lotada na Central de Abastecimento Farmacêutico, nomeada por meio da Portaria nº 309 de 10 de Abril de 2026, com efeitos retroativos a partir de**20/10/2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **20/10/2026**.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:868CA987

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA N° 894, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Exonera a servidora SARA BARSALOBRE CARVALHO do cargo comissionado de Chefe de Divisão de Coordenação, Regulação e Avaliação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, e do processo 10-2561/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **SARA BARSALOBRE CARVALHO** do cargo comissionado de Chefe de Divisão de Coordenação, Regulação e Avaliação, com efeitos retroativos a 21 de outubro de 2026**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/10/2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:225B5555

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 892, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede auxílio-doença a servidora ALCINEIA RAMOS DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 2447/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de auxílio-doença à servidora **ALCINEIA RAMOS DA SILVA**, matrícula nº 24231, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 90 (noventa) dias, conforme laudo homologado, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 839/2019, com efeitos no **período de 04 de outubro de 2026 a 01 de janeiro de 2027.**

Art. 2º Para renovação ou prorrogação do auxilio saúde, deverá a beneficiária acostar ao Requerimento à comprovação do histórico de tratamento desde o Laudo Médico de 06/04/2026 (ID: 579529) e Laudo Médico de 02/10/2026 (ID: 649073).

Art. 3º As comprovações podem ser fichas de comparecimento ou relatório de evolução de fisioterapia, receitas médicas atualizadas e notas fiscais, justificativas caso o tratamento não tenha ocorrido por falta de vagas no SUS, ou na rede municipal todas em documentos próprios e assinados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de outubro de 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:D7B6DCD8

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 893, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede auxílio-doença a servidora REGINA MARIA DO NASCIMENTO FRANHOLZ e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 2593/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de auxílio-doença à servidora **REGINA MARIA DO NASCIMENTO FRANHOLZ**, matrícula nº 23612, ocupante do cargo de Professora 25h, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano, conforme laudo homologado, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 839/2019, com efeitos no período de **04 de outubro de 2026 a 01 de janeiro de 2027.**

Art. 2º Para renovação ou prorrogação do auxilio saúde, deverá a beneficiária acostar ao Requerimento à comprovação do histórico de tratamento desde o Laudo Médico de 14/10/2025 (ID: 520026) e Laudo Médico de 09/10/2026 (ID: 652330).

Art. 3º As comprovações podem ser fichas de comparecimento ou relatório de evolução de fisioterapia, receitas médicas atualizadas e notas fiscais, justificativas caso o tratamento não tenha ocorrido por falta de vagas no SUS, ou na rede municipal todas em documentos próprios e assinados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de outubro de 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:50C8CDED

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 895 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede folga ao servidor Marcio da Costa Murata sem qualquer prejuízo à remuneração, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo n° 1902/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor Marcio da Costa Murata Professor (23859/24058), Lotado no Gabinete do Prefeito, a se ausentar de suas atividades, sem qualquer prejuízo à sua remuneração nos dias 03, 04, 05, 06 de novembro de 2026, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2024, conforme artigo 98 da Lei 9.504/97.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Marcio da Costa Murata
Código Identificador:2761F26E

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 896, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia SARA BARSALOBRE CARVALHO para exercer o cargo comissionado de Chefe de Divisão de Controle Financeiro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando o contido no Processo Eletrônico Municipal nº 10-2138/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **SARA BARSALOBRE CARVALHO,** CPF ***.732.842-**, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Divisão de Controle Financeiro, da Secretaria Municipal de Saúde, com as atribuições definidas na Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, com efeitos a partir de 23/10/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação**.**

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:A5C775E6

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 897, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede folga a servidora SOLANGE DOS SANTOS INACIO sem qualquer prejuízo à remuneração, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo n° 2433/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **SOLANGE DOS SANTOS INACIO,** cargo Agente Administrativo, matricula n° 24321, pertencente à Secretaria Municipal de Administração, a se ausentar de suas atividades, sem qualquer prejuízo à sua remuneração no dia26 de Outubro de 2026, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2024, conforme artigo 98 da Lei 9.504/97.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:1F91E710

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 898, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede folga a servidora Vitória Gonçalves da Rosa sem qualquer prejuízo à remuneração, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo n° 1066/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Vitória Gonçalves da Rosa,** cargo Diretora do Departamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento Pessoal, pertencente à Secretaria Municipal de Administração, a se ausentar de suas atividades, sem qualquer prejuízo à sua remuneração no dia23 de Outubro de 2026, por motivo de prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2026, conforme artigo 98 da Lei 9.504/97.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:2CB33C5C

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 899, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias à Comissão de Apuração de Infrações Administrativas, designada pela Portaria nº 756/2026, a partir do dia 23/10/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO os termos do art. 7º, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 183/2025, que autoriza a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão por igual período, mediante justificativa fundamentada e aprovação da autoridade competente;

CONSIDERANDO a instauração da Comissão de Apuração de Infrações Administrativas por meio da Portaria nº 756/2026/GAB-PMCNRO, com o objetivo de apurar supostas irregularidades e descumprimentos na execução do Contrato Administrativo nº 009/2026/SEMED (Processo Administrativo Eletrônico nº 1753/2026/SEMED), firmado com a empresa ARBS TRANSPORTE ESCOLAR LTDA;
CONSIDERANDO a Solicitação de Prorrogação de Prazo nº 001/2026 apresentada pela Comissão, devidamente motivada na complexidade da instrução processual, no volume de alegações defensivas colhidas e na necessidade de dosimetria técnica no Relatório Final Conclusivo;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias corridos à Comissão de Apuração de Infrações Administrativas, designada pela Portaria nº 756/2026/GAB-PMCNRO, nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 1753/2026/SEMED.

Art. 2º O prazo de prorrogação concedido por esta Portaria terá início a partir do dia 23 de outubro de 2026 (23/10/2026).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:106151C0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLECENTE - CMDCA
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – BIÊNIO 2026/2028

Aos 04 (quatro) dias do mês de Dezembro do ano de 2025, às 09:00 horas, nas dependências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Candeias do Jamari-RO, situado à 21 de Abril, nº265 Bairro União, sendo referencia para localização o predio da Secretaria de Cultura do Municipio de Candeais do Jamari-RO, reuniram-se os conselheiros titulares e/ou suplentes, conforme lista de presença anexa, para realização de reunião/votação extraordinária com a finalidade de deliberar acerca da composição da Diretoria Executiva para o biênio 2026/2028.

A reunião foi presidida por José Nunes da Silva Vieira, que declarou aberta a sessão, informando que, conforme calendário previamente estabelecido através de edital publicado em 31/10/2025 edição 4100, onde todavia com reunião ordinaria no dia 14(quatorze) de Março de 2025 e por ultimo publicado em 21/11/2025 edital 4114, prorrogaçao do prazo para eleição com objetivo de deliberar processo eletivo e registro de chapa para concorrer a Diretoria do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Diante desse cenário, e considerando a necessidade de assegurar a continuidade administrativa e funcional deste Conselho, foi colocada em pauta a possibilidade de composição da Diretoria por meio de nomeação consensual entre os conselheiros, medida esta amparada pela Lei Municipal nº 578, de 01 de julho de 2011, bem como pelo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Consigna-se, para os devidos fins, que a presente nomeação reveste-se de carater excepcional, em razão da ausência de chapas regularmente inscritos no processo eleitoral, circustâncias que inviabilizou a observância do procedimento ordinária de escolha. A medida ora adotada encontra respaldo nos principios da continuidade administrativa e da supremacia do interesse coletivo, visando evitar solução de ocntinuidade na gestão instituicional. Ressalta-se, todavia, que excepcionalidade do ato não afasta a obrigatoriedade de observância das disposições legais e estatitárias vigentes/pertinentes...

Assim sendo não havendo registro de chapa para concorrer ao processo eletivo da Diretoria deste Conselho, restando, portanto, inviabilizada a realização de eleição. ...

Após discussão entre os membros presentes, deliberou-se, por unanimidade, pela votação e nomeação consensual da Diretoria Executiva para o biênio 2026/2028, atuando os serviços dos membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente-CMDCA em 01(um) de Janeiro de 2026. Ficando assim constituída:

Presidente: Daiany Lilian de Castro Ribeiro
Vice-Presidente: Janeher Mary Alves de Souza Izel
Secretário(a): Jose Nunes da Silva Vieira
Tesoureiro(a): Maria Ivanilda Batista de Matos

Os conselheiros nomeados manifestaram expressamente sua concordância com a designação, assumindo o compromisso de desempenhar suas funções com responsabilidade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as normas estabelecidas na legislação vigente e no Regimento Interno deste Conselho.

Ficou consignado que a presente nomeação possui caráter excepcional, motivada pela ausência de chapas inscritas no processo

eleitoral, não afastando a observância das normas legais em futuras composições.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11:30 horas. Para constar, eu, Jose Nunes da Silva Vieira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

Presidente da Sessão
DAIANE LILIAN DE CASTRO RIBEIRO

Conselheiros Presentes

IVANILDE DE ARAUJO LIMA

JOSE NUNES VIEIRA

MARINES CARVALHO BARBOSA

FRANCISCO SANTOS DO NASCIMENTO

IEDA ALVES DE MENDONÇA

GRASSINEIDE RESENDE MENEZES

Publicado por:
Daiany Lilian Castro Ribeiro
Código Identificador:0D3713C4

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLECENTE - CMDCA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA Nº 05/2026 – CMDCA

Assunto: Deliberação sobre a gestão, ordenação de despesas e destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Aos 20(Vinte) dias do mês de Outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09:00 horas, nas dependências do Conselho Municipal da Crianca e do Adolescente-CMDCA (Predio da Cultura), no Município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme convocação prévia, sob a presidência da Sra.Daiany Lilian de Castro Ribeiro, com a presença dos conselheiros relacionados na lista de presença anexa, para deliberar sobre a gestão administrativa e financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, especialmente quanto à indicação de ordenador(a) de despesas e aos procedimentos para aplicação e destinação dos recursos financeiros.

Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta, ressaltando a importância da gestão responsável, transparente e participativa dos recursos públicos destinados à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Município.

A matéria foi discutida à luz da Lei Federal nº8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente o art. 88, inciso IV, e da Resolução CONANDA nº 137/2010, observadas também a legislação municipal de criação e regulamentação do Fundo, as normas orçamentárias e financeiras e as competências legalmente atribuídas ao Poder Executivo e ao CMDCA.

Após discussão entre os conselheiros presentes, ficou consignado que compete ao Conselho, no âmbito de suas atribuições legais, deliberar sobre as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo, aprovar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos Recursos, estabelecer critérios para a seleção e o financiamento de programas e projetos e acompanhar e fiscalizar a execução das ações custeadas pelo FMDCA.

I – DA INDICAÇÃO DO(A) ORDENADOR(A) DE DESPESAS

O Conselho deliberou sobre a necessidade de que o Poder Executivo Municipal formalize a designação de servidora pública legalmente habilitado(a) para exercer a função de gestora e/ou ordenadora de despesas do FMDCA, nos termos do art. 8º da Resolução CONANDA nº 137/2010, observadas as normas municipais pertinentes.

Foi indicada, para fins de encaminhamento ao Poder Executivo e formalização do ato administrativo competente, a Sra.Daiany Lilian de Castro Ribeiro, ocupante do cargo de Presidente do CMDCA, para exercer a função de Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A indicação deverá ser formalizada pela autoridade Municipal competente, mediante ato próprio, com definição das atribuições e dos limites de responsabilidade, não substituindo a nomeação ou delegação administrativa exigida pela legislação.

II – DA DELIBERAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

O CMDCA deliberou que a destinação dos recursos do FMDCA deverá ocorrer mediante decisão prévia do Plenário do Conselho, devidamente registrada em ata e materializada por resolução ou ato administrativo equivalente, conforme a legislação aplicável.

As deliberações deverão observar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos Recursos aprovados pelo Conselho, as prioridades da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, a disponibilidade financeira e orçamentária, a finalidade específica do Fundo e os procedimentos legais necessários à execução das despesas.

Ficou estabelecido que a aplicação dos recursos poderá contemplar programas, projetos e ações de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, executados pelos órgãos públicos ou pelas organizações da sociedade civil habilitadas, desde que atendidos os requisitos legais, os critérios de seleção, a aprovação pertinente e a formalização dos instrumentos necessários.

III – DAS ATRIBUIÇÕES DO ORDENADOR DE DESPESAS

A gestora e/ou ordenadora de despesas formalmente designada deverá atuar em conformidade com as deliberações do CMDCA, com o Plano de Aplicação dos Recursos e com as normas da Administração Pública, observando suas competências legais, especialmente quanto à execução orçamentária e financeira, à instrução dos procedimentos de despesa, à autorização de pagamentos nos limites de sua competência e à manutenção dos registros e documentos comprobatórios.

Deverá, ainda, assegurar a adequada identificação das receitas e despesas do Fundo, a transparência dos atos praticados, a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento pelo Conselho e a apresentação de relatórios periódicos de execução financeira, sem prejuízo das obrigações perante os órgãos de controle interno e externo.

IV – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE PELO CMDCA

O Conselho reafirmou sua competência para acompanhar, monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FMDCA, solicitar informações e documentos relacionados à execução dos planos aprovados, avaliar os resultados dos projetos financiados e deliberar sobre as prioridades de utilização dos recursos, respeitadas as competências próprias do ordenador de despesas e dos demais órgãos municipais.

Ficou consignado que nenhuma destinação de recursos deverá ocorrer em desacordo com a deliberação prévia do Plenário, a finalidade legal do Fundo, o orçamento público e os procedimentos administrativos exigidos, devendo a respectiva resolução ou ato equivalente integrar a documentação do processo para fins de controle e prestação de contas.

V – DA VOTAÇÃO E DOS ENCAMINHAMENTOS

Submetida a matéria à apreciação dos conselheiros, a proposta foi (aprovada por unanimidade/aprovada por maioria/rejeitada), conforme registro dos votos e eventuais manifestações divergentes.
Como encaminhamentos, deliberou-se:

Encaminhar a presente ata ao Poder Executivo Municipal para análise e formalização da designação do gestor(a) e/ou ordenador(a) de despesas do FMDCA, conforme a legislação aplicável.

Elaborar ou atualizar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo, submetendo-o à apreciação e aprovação do Plenário do CMDCA.

Formalizar as deliberações relativas à destinação dos recursos por meio de resolução própria, quando cabível.

Solicitar relatórios periódicos da execução orçamentária e financeira do Fundo, para acompanhamento e fiscalização pelo Conselho.

Garantir que as decisões, os atos administrativos e os documentos comprobatórios sejam devidamente registrados e arquivados, assegurando transparência e prestação de contas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Jose Nunes Viera da Silva, na qualidade de secretário da reunião, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo(a) Presidente e pelos demais conselheiros presentes, conforme as normas regimentais.

Candeias do Jamari – RO, 20 de Outubro de 2026.

Nome:
DAIANY LILIAN DE CASTRO RIBEIRO
Presidente do CMDCA

Nome:
JOSE NUNES VIERIA DA SILVA
Secretário(a) da Reunião

Demais Conselheiros: conforme lista de presença anexa.

IVANILDE DE ARAUJO LIMA

IEDA ALVES DE MENDONÇA

MARA REGINA C DA SILVA

GRASSINEIDE REGINA C DA SILVA

Publicado por:
Daiany Lilian Castro Ribeiro
Código Identificador:4E4E89D2

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA (43ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA) DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE CANDEIAS DO JAMARI

Data: 30 de julho de 2026 (Quinta-feira)
Condução: Vice-Presidente Salustiano Freitas
Decisão: Por 4 votos a 3, o colegiado decidiu dar continuidade à reunião (Votos favoráveis: Dr. Lúcio, Cultura, Saúde, APAE. Votos contrários incluíram a conselheira Luciana Meytre).

INFORMES GERAIS
Antes de adentrar na Ordem do Dia, foram repassados os seguintes informes pela representante Jordânia:

Financiamento Estadual: O município conseguiu a certidão necessária e está apto a voltar a receber o cofinanciamento do Estado após 6 anos.

IGD (Índice de Gestão Descentralizada): O problema sistêmico foi identificado e a documentação enviada ao MDS. Aguarda-se a resolução, sem prejuízos ao município.

SUASWEB: Reforçou-se a urgência de o Conselho inserir as deliberações de 2024 e 2025 no sistema SUASWEB, para que o MDS libere a alimentação bancária.

Inspeção do Corpo de Bombeiros: Durante o andamento da reunião, registrou-se a presença de equipe do Corpo de Bombeiros nas dependências do prédio para a realização de uma inspeção predial de rotina.

Avanços e Planejamento: A gestão relatou sucesso na garantia de serviços contínuos essenciais (água, energia, combustível), avanço no processo contínuo (12 meses) de cestas básicas e quitação de débitos veiculares. A gestão adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP) por 12 meses para itens de consumo e alimentação.

CRAS e TCE: Informou-se visita iminente do Tribunal de Contas. Devido à total falta de sigilo e estrutura no atual prédio do CRAS, o Vice-Presidente alertou que proporá a paralisação dos atendimentos caso o problema não seja sanado. A gestão informou que negocia a locação de um novo imóvel mais econômico.

Atuação das Comissões (Art. 23): O Conselho disporá de 5 Comissões Permanentes: I - Normas e Legislação; II - Financiamento e Orçamento; III - Acompanhamento e Monitoramento da Rede; IV - Inscrição e Fiscalização de Entidades; V - Ética. Tais comissões terão total autonomia para realizar inspeções, visitas técnicas e requisitar documentos à gestão, que terá prazo de até 10 dias úteis para responder. Fica vedada qualquer forma de censura ou retenção de informações por parte da SEMAST.

Encaminhamento: Tendo em vista a extensão e a importância do documento (a leitura foi interrompida no Artigo 28), ficou deliberado que o arquivo em PDF com o quadro comparativo (texto antigo x proposta nova) será disponibilizado a todos os conselheiros. Cada membro deverá realizar a leitura individual e trazer suas pontuações para que a aprovação ocorra na próxima assembleia.

Defesa da Representatividade Rural e Associações: A conselheira expressou preocupação com a falta de representatividade efetiva dos usuários da assistência social no Conselho, em especial das famílias que residem em áreas rurais e assentamentos distantes. Durante o debate, pontuou-se a necessidade de estimular a formalização legal e documental das associações locais (como associações de mulheres e produtores). Foi ressaltado que a regularização jurídica e a transparência dessas entidades são fundamentais para que possam captar recursos de forma autônoma e participar ativamente da política de assistência, sem depender exclusivamente de ações pontuais da gestão pública.

Encaminhamento Final: O Vice-Presidente Salustiano Freitas pacificou o debate, reafirmando que o Conselho é, por excelência, o espaço de fala e defesa da comunidade. Sugeriu formalmente que, durante as considerações finais do novo Regimento Interno, o colegiado inclua dispositivos que garantam e facilitem a participação oficial de representantes de assentamentos e áreas rurais nas cadeiras do Conselho.

As demais pendências urgentes serão tratadas em uma Reunião Extraordinária a ser convocada para data logo após o dia 24/09.

ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente declarou encerrada a presente reunião, agradecendo o empenho de todos para o fortalecimento do controle social. Lavra-se a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Mesa Diretora e demais conselheiros presentes.
Candeias do Jamari - RO, 30 de julho de 2026.

ANTONIO DIEGO BARBOSA FERREIRA PINTO
Secretário-Executivo do CMAS

Publicado por:
Lucas Rosendo da Silva
Código Identificador:2497D8B7

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 023, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026 – ERRATA

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 023, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026 – ERRATA

Candeias do Jamari/RO, 22 de outubro de 2026.

Referência da Publicação Original:
Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM)
Edição: N° 4330 | **Data de Publicação:** 30/09/2026
Código Identificador: E01AB409

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANDEIAS DO JAMARI – CMAS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e pela Lei Municipal nº 059, de 30 de outubro de 1996, torna pública a presente **ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 023/2026**, conforme segue:

Onde se lê:

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO UNÂNIME DA READEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE CANDEIAS DO JAMARI – RO."

Leia-se:

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO UNÂNIME DO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE CANDEIAS DO JAMARI – RO."

Permanecem inalterados e ratificados todos os demais termos, artigos e anexos da referida Resolução.

SALUSTIANO F. FREITAS NETO
Presidente do CMAS – Candeias do Jamari/RO

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS / Candeias do Jamari - ROPágina 1 de 1

Publicado por:
Lucas Rosendo da Silva
Código Identificador:85B85144

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0003531.05.01-2026
Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA / FMS
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, c/c art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 12.807/2025.

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos de consumo para adequação da infraestrutura elétrica necessária à instalação do equipamento de raio X do Hospital de Pequeno Porte – HPP.

CONTRATADA INDICADA: FREITAS & CIA LTDA – BARBOSA MIX – ATACADO DA CONSTRUÇÃO
CNPJ: 02.179.328/0003-04

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ 33.792,42 (trinta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), conforme Cotação ID 2.BAD.19A e Nota de Bloqueio Orçamentário – ID 2.BB7.70A.

PRAZO DE ENTREGA: Até 05 (cinco) dias úteis, conforme Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA: Aquisição necessária à adequação da rede elétrica do HPP, possibilitando a instalação do equipamento de raio X e o atendimento da demanda assistencial. A contratação direta encontra respaldo no enquadramento por valor, sujeita ao cumprimento das ressalvas da PGM.
PARECER JURÍDICO: PGM nº 501/2026 – ID 2.BB9.3F1 – Favorável, com recomendações e condicionantes.

IRGO MENDONÇA ALVES
Secretário Municipal

Publicado por:
Miria Coelho de Souza
Código Identificador:26487A2B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 1.529, 22 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS À SERVIDORA ANGRA PEREIRA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 87 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.543, de 26 de janeiro de 2024;

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Coordenação de Média e Alta Complexidade – MAC, constante no ID nº 2.B14.343, bem como a justificativa acostada aos autos sob o ID nº 2.B20.8E3;

CONSIDERANDO a necessidade de atender despesas de pequeno vulto, eventuais e de caráter excepcional, que demandem pagamento imediato, visando assegurar a continuidade dos serviços e o regular funcionamento da Coordenação de Média e Alta Complexidade – MAC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Suprimento de Fundos à servidora **ANGRA PEREIRA GOMES**, ocupante do cargo de Coordenadora de Média e Alta Complexidade – MAC, destinado ao custeio de despesas administrativas e operacionais de pequeno vulto, em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 1.543/2024.

Art. 2º O valor total do Suprimento de Fundos será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuído da seguinte forma:

I – R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para despesas com Material de Consumo;
II – R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para despesas com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 3º Os recursos destinados à concessão do Suprimento de Fundos correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I – MATERIAL DE CONSUMO

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari
Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Programa: 19 – Saúde Não É Brincadeira – É Cuidado
Classificação Funcional: 10.122 – Saúde / Administração Geral
Projeto/Atividade: 2.065 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo
Destinação de Recurso: 1.500.0015.1002
Ficha: 362
Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

II – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari
Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Programa: 19 – Saúde Não É Brincadeira – É Cuidado
Classificação Funcional: 10.122 – Saúde / Administração Geral
Projeto/Atividade: 2.065 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Destinação de Recurso: 1.500.0015.1002
Ficha: 365
Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 4º A servidora beneficiária deverá aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades autorizadas, observando os limites, prazos, vedações e demais disposições previstas na Lei Municipal nº 1.543/2024, ficando responsável pela correta utilização dos valores e pela apresentação da respectiva prestação de contas, acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes, nos prazos estabelecidos no art. 23 da referida Lei.

Art. 5º A concessão e a liberação dos recursos ficam condicionadas à observância dos procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros legalmente exigidos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRGO MENDONÇA ALVES
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:A9DDE5D5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025/PGM/PMCJ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025/PGM/PMCJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA – HOSPITAL SANTA MARCELINA DE RONDÔNIA, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0002423.05.01-2025
CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 002/2025

O **MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS/SEMUSA**, inscrito no CNPJ sob o nº 84.744.853/0001-28, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **IRGO MENDONÇA ALVES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8**8 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº 5**..-*4, nomeado pelo Decreto nº 10.325, de 16/01/2026, doravante denominado ***CREDENCIANTE***, *e a* ***CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA – HOSPITAL SANTA MARCELINA DE RONDÔNIA***, *pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.742.616/0002-40, com sede na Rodovia BR-364, km 17, Zona Rural, Porto Velho/RO, CEP 76.801-974, neste ato representada por sua representante legal, Sra.* ***LINA MARIA AMBIEL****, portadora da Cédula de Identidade nº 6.894.368-4 e inscrita no CPF sob o nº 6*..-*2*, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 109/2025/PGM/PMCJ, firmado em 21/10/2025, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Nona do contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 109/2025/PGM/PMCJ, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de cirurgias eletivas, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência previsto na Cláusula Nona do contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de **22 de outubro de 2026 a 21 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global previsto na Cláusula Sétima do contrato permanece inalterado em **R$ 1.193.753,23** (um milhão, cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), mantidos os quantitativos e os preços unitários dos procedimentos, vinculados à Tabela SIGTAP/SUS, sem reajuste, nos termos da Cláusula Oitava do contrato.

Parágrafo único. A execução dos serviços no período prorrogado fica limitada ao saldo contratual remanescente, de **R$ 139.650,14** (cento e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e quatorze centavos), e aos valores devidamente empenhados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, na forma da Cláusula Sétima do contrato:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari;
Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;
Funcional: 10.302 – Projeto/Atividade 2.143 – Manutenção de Programa para Cirurgias Eletivas;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Destinação de Recurso: 2.621.0000.0000;
Ficha: 525;
Nota de Empenho: nº 318/2025.

Parágrafo único. As despesas do exercício de 2027 correrão à conta de dotação própria consignada na respectiva Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 109/2025/PGM/PMCJ não alteradas por este instrumento, inclusive o foro da Comarca de Porto Velho/RO, eleito na Cláusula Vigésima.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CREDENCIANTE providenciará a divulgação deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021, e a publicação de seu extrato na imprensa oficial do Município.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos legais.

Candeias do Jamari/RO, 21 de outubro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde –FFMS/SEMUSA
CNPJ: 84.744.853/0001-28
Contratante
IRGO MENDONÇA ALVES
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 9900/2025

LINA MARIA AMBIEL
Representante Legal – Casa de Saúde Santa Marcelina
Credenciada

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:7C0AC875

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO N° 10.705, 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Autoriza a Inclusão e readequação, no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) , no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC .

O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI Nº 1.974, 21 DE OUTUBRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no Autoriza a Inclusão e adequação, no SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit Financeira no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC. Obedecendo as seguintes vinculações e classificações orçamentárias:

CRÉDITO				
UNIDADE ORÇ	02.012	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL -SEMG		
SUB-FUNÇÃO	99.999	Reserva de Contingência		
PROGRAMA	0099	CONTROLAR E GERIR AS RESERVAS DE CONTINGÊNCIA		
AÇÃO	0100	GERIR E COORDENAR AS EMENDAS IMPOSITIVAS DO LEGISLATIVO		
DESTINAÇÃO DE RECURSO	1.500.0000.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
CATEGORIA ECON.	9.9.90.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	185	50.000,00
TOTAL				50.000,00
TOTAL GERAL	50.000,00 (cinquenta mil reais)			

SUPLEMENTAÇÃO				
UNIDADE ORÇ	02.011	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC		
SUB-FUNÇÃO	20.606	Extensão Rural		
PROGRAMA	0018	APOIO A AGRICULTURA E AO AGRICULTOR		
AÇÃO	2.133	INSTALAR E CONFECCIONAR DUAS CARROCERIAS - EMENDA IMPOSITIVA		
DR	1.500.0000.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
CATEGORIA ECON.	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	648	50.000,00
TOTAL				50.000,00

TOTAL GERAL	50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º -Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:1A511870

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 10.704, 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Autoriza a Inclusão e readequação, no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit Financeira no valor de R$ 38.757,63 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº LEI Nº 1.975 , 21 DE OUTUBRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no Autoriza a Inclusão e adequação, no SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit Financeira no valor de R$ 38.757,63 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB. Obedecendo as seguintes vinculações e classificações orçamentárias:

RECEITA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			VALOR R$
02		PODER EXECUTIVO	
02.005		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB	
RECEITA	2.4.1.4.99.0.1.19	OUT.TRAN. UNIÃO C.V Nº897156-2019/MDR AV. ASFÁLTICA	38.757,63
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	2.700.0000.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	
TOTAL DA RECEITA			R$ 38.757,63

SUPLEMENTAÇÃO				
ÓRGÃO	02	PODER EXECUTIVO		
UNIDADE ORÇ	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB		
SUB-FUNÇÃO	15.451	INFRAESTRUTURA URBANA		
PROGRAMA	0016	CANDEIAS COM OBRAS EM ANDAMENTO		
AÇÃO	2.132	DEVOLVER SALDOS REMANESCENTES DO CONVÊNIO Nº897156-2019/MDR AV. ASFÁLTICA		
DESTINAÇÃO DE RECURSO	2.700.0000.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO		
CATEGORIA ECON.	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	647	R$ 38.757,63
TOTAL				R$ 38.757,63

TOTAL GERAL	38.757,63 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos)

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:4641E6F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1.528, 22 DE OUTUBRO DE 2026

RETIFICA O PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS PREVISTO NA PORTARIA Nº 803, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o período de gozo das férias da servidora **Rosimery Costa de Oliveira**, matrícula nº 5511-1, previsto na Portaria nº 803, de 01 de abril de 2026, passando o período de gozo anteriormente estabelecido de 01/11/2026 a 30/11/2026 para 01/03/2027 a 30/03/2027.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 803, de 01 de abril de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:8FC62B05

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1.530, 22 DE OUTUBRO DE 2026

REVOGA AS PORTARIAS Nº 520, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025, E Nº 848, DE 16 DE ABRIL DE 2026, E ESTABELECE NOVA PROGRAMAÇÃO PARA O GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA ROSIMERY COSTA DE OLIVEIRA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997,

CONSIDERANDO a necessidade de reorganizar a programação de férias da servidora, de modo a atender às necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a servidora possui 11 (onze) dias remanescentes de férias a usufruir;

CONSIDERANDO que o adicional de 1/3 (um terço) de férias já foi pago à servidora na folha de pagamento referente ao mês de julho de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nº 520, de 10 de novembro de 2025, e nº 848, de 16 de abril de 2026.

Art. 2º Fica assegurada à servidora **ROSIMERY COSTA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 5511, a manutenção do direito ao gozo dos 11 (onze) dias remanescentes de férias, com nova programação para o período de 18 a 28 de novembro de 2026.

Art. 3º Considerando que o adicional de 1/3 (um terço) de férias já foi pago na folha de pagamento referente ao mês de julho de 2025, não haverá novo pagamento do referido adicional por ocasião do gozo dos dias remanescentes, desde que confirmado que o pagamento anterior corresponde ao mesmo período de férias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:D4B9BA19

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO, PROJETOS,INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.
COMISSÃO DE SELEÇÃO – PORTARIA Nº 1209/2026 ATA DE REUNIÃO, ANÁLISE DOCUMENTAL E JULGAMENTO TÉCNICO – 21/10/2026

Chamamento Público nº 001/2026 – Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) com encargo – Loteamento Green Park.

1. REUNIÃO E COMPOSIÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis (21/10/2026), às 09h30, na sede da Coordenadoria Municipal de Urbanismo e Regularização Fundiária, situada na Avenida Transcontinental, nº 460A, Bairro União, Município de Candeias do Jamari/RO, reuniu-se a Comissão de Seleção instituída pela Portaria nº 1209, de 04 de agosto de 2026, para apreciar a documentação e o Plano de Trabalho apresentados no chamamento público indicado.

A Comissão de Seleção foi designada pela Portaria nº 1209/2026 e é composta pelos seguintes cinco membros titulares:

Integrante	Cargo / lotação	Matrícula	Função
JÉFERSON MARÇAL MOTA	Coordenador Executivo de Regularização Fundiária	10228/1	Presidente
MARINA THAINAN DE SOUZA	Coordenadora Executiva de Arquitetura	13493/1	Membro titular
LETICIA RODRIGUES DA SILVA	Coordenadora de Acompanhamento de Processos Administrativos da CMDUR	13353/1	Membro titular
MARISSON PIRES DOURADO	Gabinete do Prefeito	5994/1	Membro titular
FRANCIELEN DA SILVA OLIVEIRA MORAIS	Coordenadora Administrativa de Controle e Análise Processual – SEMG	13167/1	Membro titular

REGISTRO: A Portaria nº 1209/2026 designou os cinco integrantes abaixo relacionados. A presença e assinatura de cada membro devem corresponder à efetiva participação na sessão.

2. PARTICIPANTE E PROPOSTA

Registrou-se a participação de uma única organização: ASSOCIAÇÃO VISÃO DE ÁGUIA – AVISA, CNPJ nº 30.513.532/0001-93, associação privada com sede na Rua do Sol, s/n, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari/RO, representada por FRANCILEI SOUZA DA SILVA, Diretor Geral. A inscrição no CNPJ indica abertura em 03/04/2018 e situação cadastral ativa no comprovante apresentado.
O Plano de Trabalho denomina o empreendimento "Centro de Desenvolvimento Comunitário Integrado AVISA", com ações nas áreas de cultura, esporte, lazer, saúde, odontologia, assistência social e apoio comunitário, sem repasse financeiro municipal. Prevê 200 beneficiários diretos por mês e 600 indiretos por mês, e custo global estimado de R$ 630.000,00.

3. EXAME DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

Exigência editalícia	Documento apresentado / verificação	Conclusão preliminar
Estatuto social registrado	Estatuto social, páginas 1–13 do conjunto documental	Apresentado;
Ata de eleição/posse e representação	Ata de 15/10/2025 e qualificação da diretoria; mandato indicado até 15/10/2029	Apresentado;
CNPJ ativo e existência jurídica ≥ 2 anos	CNPJ aberto em 03/04/2018, situação ativa	Atende quanto à existência jurídica;
Documento de identidade do representante	CNH apresentada	Apresentado;
Certidão federal	Negativa emitida em 07/08/2026, validade até 03/02/2027	Válida em 21/10/2026.
Certidão estadual	Emitida em 07/08/2026, validade até 05/11/2026	Válida em 21/10/2026.
Certidão municipal	Emitida em 07/08/2026, validade até 06/09/2026	Vencida na data da reunião;
CNDT	Emitida em 07/08/2026, validade até 03/02/2027	Válida em 21/10/2026, sujeita a autenticidade;
FGTS/CRF	Validade de 07/08/2026 a 05/09/2026	Vencido na data da reunião;
Experiência mínima de 2 anos	Declaração própria de capacidade; não identificado no conjunto um relatório comprobatório autônomo e detalhado de atividades pretéritas	Comprovação insuficiente para atestar experiência;
Capacidade técnica e operacional	Declaração de 11/08/2026	Declaração apresentada;
Ausência das vedações do art. 39	Não identificada declaração específica no conjunto examinado	–

OBSERVAÇÃO: a validade na data de envio da proposta depende da comprovação da data e hora de recebimento pelo servidor oficial; não foi apresentado aqui o protocolo eletrônico. A eventual diligência, saneamento ou inabilitação exige decisão motivada conforme edital e regime jurídico aplicável, preservadas a isonomia e a vedação de alteração substancial da proposta.

4. AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O projeto apresenta objetivos socialmente relevantes, público-alvo definido, quatro etapas de implantação e indicadores básicos. O plano financeiro distribui receitas pretendidas entre emendas/editais públicos externos (40%), editais privados (30%), eventos (15%) e doações (15%), sem comprovação de captação assegurada ou fluxo de caixa detalhado. A ocupação prevê blocos de saúde e apoio, quadra, lazer e estacionamento; a imagem esquemática consta da página 33 do conjunto.

DIVERGÊNCIA MATERIAL: o edital retificado descreve Lote 001A, Quadra 046, área de 5.415,00 m². O Plano de Trabalho e a declaração de capacidade mencionam Lote 001B, Quadra 046, área de 4.800,00 m²; a Meta 1 menciona 3.625,23 m². A Comissão deve decidir motivadamente se a divergência é sanável sem modificação da proposta, antes de firmar julgamento definitivo.
As atividades médicas e odontológicas dependerão de projetos, licenças, responsável técnico e autorizações setoriais cabíveis. Não há demonstração documental suficiente de equipe profissional, fonte financeira assegurada ou detalhamento executivo para considerar esses elementos plenamente comprovados.

5. QUADRO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA – PONTUAÇÃO DELIBERADA

A Comissão atribuiu à única proposta 47 (quarenta e sete) pontos em 100 possíveis, distribuídos conforme o quadro de avaliação. A pontuação não supre os requisitos obrigatórios de habilitação.

Critério do item 6.1	Máximo	Nota sugerida	Fundamentação resumida
Relevância social, clareza e adequação	40	26	Amplo alcance social, porém inconsistência material no imóvel e metas pouco mensuráveis.
Sustentabilidade financeira	30	8	Fontes percentuais prospectivas; sem valores captados, orçamento operacional ou fluxo de caixa.
Beneficiários e impacto direto	15	10	200 diretos/mês informados, sem método de estimativa e capacidade instalada demonstrados.
Tempo de atuação comprovada	10	0	CNPJ antigo não substitui prova de experiência no objeto; comprovação não identificada.
Benfeitorias e melhorias estruturais	5	3	Proposta de blocos e equipamentos com orçamento estimado, sem projeto técnico.
TOTAL	**100**	**47**	–

A participação de uma única entidade e a ausência de nota mínima eliminatória no edital não dispensam a verificação dos requisitos de habilitação nem autorizam, por si sós, a homologação.

6. DELIBERAÇÃO COLEGIADA E DILIGÊNCIA DE SANEAMENTO

Após a análise da proposta da ASSOCIAÇÃO VISÃO DE ÁGUIA – AVISA, CNPJ nº 30.513.532/0001-93, única participante, a Comissão deliberou por conceder à entidade o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do primeiro dia útil seguinte à ciência da notificação oficial, para apresentar certidões de regularidade atualizadas, especialmente a certidão municipal e o Certificado de Regularidade do FGTS, e corrigir a identificação da área no Plano de Trabalho, na declaração e nas peças de ocupação e cronograma, fazendo constar Lote 001A, Quadra 046, área de 5.415,00 m², conforme o edital retificado. A correção deverá preservar a essência da proposta originalmente apresentada, sem inovação substancial. A Comissão verificará também a comprovação da experiência mínima exigida no edital, sem presumir sua satisfação pelo mero tempo de existência jurídica.

A pontuação técnica de 47/100 fica registrada. A confirmação da habilitação e a classificação para publicação do resultado preliminar ficam condicionadas ao exame colegiado dos documentos apresentados em resposta à diligência. A concessão do prazo não equivale à habilitação definitiva ou declaração de vencedora.

Determina-se a expedição de notificação formal à AVISA, com identificação das pendências e registro da data de ciência, juntando-se a resposta ao processo. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, a Comissão lavrará decisão complementar fundamentada. A admissibilidade jurídica do saneamento deverá observar as regras do edital e a legislação aplicável.

Nada mais havendo, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros efetivamente presentes.

Candeias do Jamari/RO, 21 de outubro de 2026.

JÉFERSON MARÇAL MOTA **–**
Presidente

MARINA THAINAN DE SOUZA **–**
Membro

LETICIA RODRIGUES DA SILVA **–**
Membro

MARISSON PIRES DOURADO **–**
Membro

FRANCIELEN DA SILVA OLIVEIRA MORAIS **–**
Membro titular

(Assinatura Somente Se Presente)

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C7426D46

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

02.006.12.365.0008.1.207.4.4.90.51.00.00. - 17010100 - OBRAS E INSTALAÇÕES

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	668/2026
b) Licitação Nrº :	5/2026
c) Modalidade :	Concorrência
d) Data Adjudicação :	22 de outubro de 2026
e) Objeto da Licitação :	DESPESA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO MURO DA CRECHE PARA ATENDER A COSECUSSÃO DO CONVÊNIO Nº 463/2026/PGE-SEOSP, CONFORME PLANO DE TRABALHO E SÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
a) Processo Adm Nrº :	668/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CONSTRUTORA ROMANA LTDA
CNPJ/CPF: 30.196.030/0001-86

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DA CRECHE MUNICIPAL, CONFORME O ESPECIFICADO NO PLANO DE TRABALHO (ID. 0067062104) E TERMO DE CONVÊNIO NO 463/2026/PGE-SEOSP, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA	1	R$ 188.000,0000	R$ 188.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 188.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Castanheiras, 22 de outubro de 2026.

_____
CICERO APARECIDO GODOI

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:BDDEF7E9

GABINETE
DECRETO Nº 152/GAB/2026 CASTANHEIRAS – RO, 22 DE OUTUBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS.

DECRETO Nº 152/GAB/2026
Castanheiras – RO, 22 de Outubro de 2026

Dispõe sobre a composição dos membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Castanheiras.

O Prefeito do Município de Castanheiras – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
DECRETA:
Artigo 1° - Fica estabelecidos os nomes dos membros que irão compor o CME - Conselho Municipal de Educação conforme a seguir;
I – Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino;
Titular: Charlys Robson Ferreira
Suplente: Márcia Aparecida dos Santos
II – Representante dos Profissionais Técnicos da Educação;
Titular: Gilma Madeira
Suplente: Maria Madalena Almeida Kum
III – Representante dos Diretores Escolares;
Titular: Marilza de Oliveira Azevedo
Suplente: Cícero Aparecido de Oliveira
IV – Representante dos Pais de Alunos;
Titular: Vanusia Kinaak Gunsch
Suplente: Patrícia Verônica Gomes Duque
V – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Titular: Weslei Cauã Leonel Fernandes
Suplente: Fernanda Miranda Fernandes
VI- Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Eliana Moreira Dias Santos
Suplente: Reinaldo Gomes de Oliveira

Artigo 2º - Fica a seguinte composição hierárquica:
Presidente: Eliana Moreira Dias dos Santos;
Vice-presidente: Marilza de Oliveira Azevedo;
1ª Secretário: Charlys Robson Ferreira;
Suplente: Reinaldo Gomes de Oliveira.
Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CÍCERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:378B90F3

GABINETE
PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 084/GAB/2026. EXONERAR O SENHOR ELIAS PEREIRA DE OLIVEIRA ,MATRÍCULA 14171 PORTADORA DO CPF Nº ***930.732-, ADMITIDO EM 02/09/2025 NO CARGO DE SECRETARIO DE AGRICULTURA-SEMAGRI,**

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 084/GAB/2026

O Senhor **CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o senhor **ELIAS PEREIRA DE OLIVEIRA ,**matrícula 14171 portadora do CPF nº *****930.732-**,** admitido em 02/09/2025 no cargo de **SECRETARIO DE AGRICULTURA-SEMAGRI**, com efeito financeiro apartir do dia 31 de Outubro de 2026, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO, 22 de Outubro de 2026.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:D5BEC5D5

GABINETE
PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 085/GAB/2026. EXONERAR O SENHOR PAULO CESAR DA SILVA ,MATRÍCULA 14091 PORTADORA DO CPF Nº ***284.762-, ADMITIDO EM 01/02/2025 NO CARGO DE DIRETOR DE AGRICULTURA-SEMAGRI**

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 085/GAB/2026

O Senhor **CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o senhor **PAULO CESAR DA SILVA ,**matrícula 14091 portadora do CPF nº *****284.762-**,** admitido em 01/02/2025 no cargo de **DIRETOR DE AGRICULTURA-SEMAGRI**, com efeito financeiro apartir do dia 31 de Outubro de 2026, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO, 22 de Outubro de 2026.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:64B49129

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N° 033 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

EMENTA: REGULAMENTA FOLGA DOS SEGUINTES SERVIDORES.

Elisangela de Oliveira Araujo Souza, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado; RESOLVE: Art. 1º Fica estabelecido 01 (um) dia de folga aos servidores que prestaram serviços no evento realizado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, referente a comemoração do dia das Crianças, no dia 10 de outubro de 2026, exercendo funções de apoio às atividades da festividade. 01 Andressa Vieira Silva Lopes Ass. Ap. Op. do Programa Criança Feliz 02 Angelita Venancio Assessor Apoio as Repartições 03 Carlos Eduardo Rodrigues Nascimento Estagiário/Médio 20H 04 Ana Maria Oliveira Santos Estagiário/Médio 20H 05 Maria Aparecida Canavez Agente de Serviços/Zeladora 06 Laís Tavares Freitas de Lima Coordenador do S. de Convivência Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2026. Leia-se, cumpra-se e Publique-se.

Cerejeiras/RO, 19 de outubro de 2026.

ELISANGELA DE OLIVEIRA ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 016/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:82982DBE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 466/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre licença por motivos de doença de pessoa da família a servidora Delfina Martins da Cruz Garcia."

O Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município; D E C R E T A: Art. 1º Fica CONCEDIDA licença por motivo de doença de pessoa da família a servidora Delfina Martins da Cruz Garcia, cadastro nº 25216, nomeada no cargo de Agente de Serviços / Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, na forma do Art. 135 da Lei Municipal nº 1.900/2011. Art. 2º A licença perdurará pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do dia 15 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado por igual período mediante nova análise da situação do requerente. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15/10/2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:9C949727

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 469/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre Exoneração a pedido do Sr. Caio Leonardo Santos Pacheco, do cargo comissionado de Assessor de Departamento cód. 0201.0.05 – CC 08, lotado no Gabinete do Prefeito."

O Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município; D E C R E T A: Art. 1º Fica EXONERADO a pedido o servidor Caio Leonardo Santos Pacheco, do cargo comissionado de Assessor De Departamento, Cód. 0201.0.05 – CC 08, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir do dia 19/10/2026. Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19/10/2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:C744B3AF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 256/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, RECLASSIFICA para o final da fila de classificação, a saber 60ª posição, a pedido do(a) candidato(a) GENECI RODRIGUES VALADÃO BENEVIDES, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 002/2025/PMC, e convocado(a) através do Edital 255/2026/SEMAP para o cargo de PROFESSOR PEDAGOGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 30 h.

Cerejeiras, RO 21 de outubro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:1397D487

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 257/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **NILZIANE DA SILVA ARAÚJO** aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado, homologado em 09/01/2026, no cargo de PROFESSOR PEDAGOGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 30 h, de acordo com o Edital n.º 002/2025/Prefeitura Municipal de Cerejeiras da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL/CINDE RONDONIA, a se apresentar no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos documentos abaixo mencionados. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.

Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.

CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias)
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.

Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).
Dos exames:
A.S.O
Hemograma completo
Hepatite B – HBsAg
Epatite C – Anti HCV
Rx coluna lombar ap/perfil

Cerejeiras/RO, 21 de outubro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:2FC381EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 033/2026/SEMAGRI

´´Designa servidores para exercer a função de Fiscal Titular de Contrato e Suplente.``

O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Joaquim Aparecido de Oliveira (Decreto N° 674/2025), no uso de suas atribuições e; Considerando o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado; RESOLVE: Art. 1° Nomear o servidor, abaixo relacionado, como Fiscal de Contrato, para exercer as atribuições constantes no Anexo I, item 12.2 do Decreto n° 348/2020 (Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do Município de Cerejeiras – RO), incluindo o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato: NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4358/2026 (EPROC). OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO e CORRUGADO PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E CANALIZAÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS E ATENDER PRODUTORES RURAIS. FISCAL TITULAR: ALFREDO OLIVEIRA DE ALMEIDA – MAT.: 22659. FISCAL SUPLENTE: RENNER NOGUEIRA LEMES – MAT.: 43044. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

CEREJEIRAS/RO, 22 DE OUTUBRO DE 2026.

JOAQUIM APARECIDO DE OLIVEIRA
Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
Dec. N° 674/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:BA68A6E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 58/2026/SEMCEL

"Dispõe sobre a concessão de folga compensatória para os servidores que trabalharam no EVENTO: DIA DAS CRIANÇAS 2026 realizado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer e Prefeitura Municipal de Cerejeiras ocorrido no dia 12 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
Art. 1º. Fica concedido 1 (um) dia de folga compensatória aos servidores relacionados abaixo, em reconhecimento à atuação no **EVENTO: DIA DAS CRIANÇAS 2026,** promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.
Júlia maria Bezerra Pinheiro da Silva - 43070
Uelvis Renato de Oliveira - 42957
Nilian Silva Martins - 42955
Cleverson Darci Martins Negri - 26387
Rafaela Santos Cerezoli - 43116
Lica Sato Moreira- 9075
Edson dos Santos Moreira - 10758
Amarilbete Silvia Duarte Calanca- 39918
Renilton Costa da Silva - 41165
Marta de Almeida Ribeiro - 31992
Adria Amanda Freire Parente - 43109
Genivan de Macedo Pereira - 417552
Felipe Cirino Paiva teodozio -43075

§1º. As folgas serão concedidas em dias úteis e sem prejuízo da remuneração.
§2º. As folgas compensatórias deverão ser usufruídas até o prazo máximo de 1 ano, a contar da data da publicação desta portaria.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerejeiras, 20 de outubro de 2026.

CLEITON RODRIGO DA COSTA LEITE
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SEMCEL)
Decreto 452/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:5317C65F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 59/2026/SEMCEL

"Dispõe sobre a concessão de folga compensatória para os servidores que trabalharam no EVENTO: DIA DAS CRIANÇAS 2026 realizado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer e Prefeitura Municipal de Cerejeiras ocorrido no dia 12 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
Art. 1º. Fica concedido o total de 2 (dois) dias de folga compensatória aos servidores relacionados abaixo, em reconhecimento aos serviços prestados no **EVENTO: DIA DAS CRIANÇAS 2026**, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SEMCEL, realizado no dia 12 de outubro de 2026, considerando a atuação dos servidores nos períodos da manhã e da tarde.

Diandra Borges Brecher- 42959
Paloma Cristiane Souza da Cruz- 37567
Leidiane Michelen Araujo Faria - 43022
Jefferson Pereira Pego - 43096
Geison de Oliveira Irber - 43021
Arildo de Azevedo - 43215

§1º. As folgas serão concedidas em dias úteis e sem prejuízo da remuneração.
§2º. As folgas compensatórias deverão ser usufruídas até o prazo máximo de 1 ano, a contar da data da publicação desta portaria.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerejeiras, 20 de outubro de 2026.

CLEITON RODRIGO DA COSTA LEITE
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SEMCEL)
Decreto 452/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:9127850F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 60/2026

Designa servidores para exercer função de Fiscal de Contrato e Suplente.

O Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Cleiton Rodrigo da Costa Leite, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no Art. 177 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o(s) servidor(es), abaixo relacionado, como Fiscal(is) de Contrato, para exercer as atribuições constantes no Art. 177 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021:

Número do Processo Administrativo: **4361/2026**/Eproc.

Objeto: Contratação de banda musical para apresentação artística no evento Réveillon 2026/2027, a ser realizado em 31 de dezembro de 2026, no Parque de Exposições Toninho Campo Grande, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SEMCEL.
.
Fiscal Titular: Paloma Cristiane Souza da Cruz, matrícula 37567

Fiscal Suplente: Diandra Borges Brecher - 42959

Cleiton Rodrigo da Costa Leite
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.
Decreto N.º 452/2025.

Cerejeiras, 22 de novembro de 2026.

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:20A3FB15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 052/2026

Designa servidores para exercer a função de Fiscal Titular de Contato e Suplente.

A Secretária Municipal de Saúde Sinelma Penha de Souza, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65 da Lei Orgânica do Município; Considerando o disposto no Art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;
RESOLVE:
Art.1º Nomear o(s) servidor(es), abaixo relacionado, como Fiscal(is) de Contrato para exercer as atribuições constantes no Art. 177 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Objeto: Aquisição de material permanente para o Hospital Municipal São Lucas Processo Administrativo (DigProc) nº 4457/2026, ID 111391 Fiscal Titular: Claudio Julio Casara de Melo, matrícula 41733 Fiscal Suplente: Carlos Vinicius Mattana, matrícula 43119

Cerejeiras, 22 de outubro de 2026.

ELISÂNGELA ALVES DA SILVA
Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:EF7F438D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 053/2026 - SEMAP

‘Dispõe sobre Remanejamento’’

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento Maria Eunice Barbosa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3696/2025 e Decreto 007/2025,

RESOLVE:

Remanejar a servidora **Zulmira Lima de Oliveira, Matrícula 31062,** Cargo Agente de Serviços / Zeladora da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente/SEMAGRI para Secretaria Municipal de Educação/SEMED, a partir do dia 28 de outubro de 2026.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Cerejeiras-RO, 20 de outubro de 2026.

MARIA EUNICE BARBOSA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Decreto nº 007/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:46E89E37

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

O Prefeito Municipal de Cerejeiras-RO, no uso de suas atribuições legais: Art. 1º Reconhece, Ratifica e Adjudica, nos termos do Art. 72, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 com suas alterações, a Contratação Direta por meio de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 007/2026 Processo Administrativo Digital nº 2002/2026 – SEMSAU que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de leitura, registro e controle das doses de radiação as quais estão expostos os profissionais técnicos da sala do raio X do Hospital Municipal São Lucas, contemplando a emissão de relatórios mensais e anuais para 08 profissionais e 01 padrão, com fornecimento dos dosímetros em regime de comodato, com recursos próprios, em favor do contratado abaixo: PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA CNPJ: 87.389.086/0001-74 Lote: 01 Valor: R$ 4.896,00 (quatro mil oitocentos e noventa e seis reais) TOTAL GERAL: R$ 4.896,00 (quatro mil oitocentos e noventa e seis reais). Art. 2º Esta Ratificação entra em vigor na data de sua publicação.

Cerejeiras, 22 de outubro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:E5AF65CC

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

O Prefeito Municipal de Cerejeiras-RO, no uso de suas atribuições legais: Art. 1º Reconhece, Ratifica e Adjudica, nos termos do Art. 72, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 com suas alterações, a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 021/2026 Processo Administrativo Digital nº 3526/2026 – SEMOSP que tem por objeto o Fornecimento de revestimento asfáltico do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, destinado à recomposição das áreas de pavimentação afetadas pelas intervenções realizadas na rede de esgotamento sanitário do Residencial Village e de seu entorno, bem como ao atendimento de outras demandas de manutenção e recuperação da pavimentação urbana identificadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, com recursos próprios, em favor do contratado abaixo: CALIFORNIA CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 53.669.460/0001-73 Lote: 01 Valor: R$ 59.346,00 (cinquenta e nova mil e trezentos e quarenta e seis reais). TOTAL GERAL: R$ 59.346,00 (cinquenta e nova mil e trezentos e quarenta e seis reais). Art. 2º Esta Ratificação entra em vigor na data de sua publicação.

Cerejeiras, 22 de outubro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:708A648B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 054/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026 Art. 1º Fica homologado, nos termos da legislação em vigor, o Processo Licitatório nº 2106/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 047/2026, cujo objeto consiste no Empenho estimativo para contratação de serviços médicos para realização de consultas vasculares, destinadas a atender à demanda reprimida de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Hospital Municipal São Lucas, garantindo a ampliação do acesso da população aos serviços de atendimento especializado com recursos oriundos de emenda impositiva do legislativo municipal. Art. 2º Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo: J. H. DA SILVA CLINICA LTDA CNPJ: 47.063.974/0001-88 Lote: 02 Valor: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) Valor total da Licitação: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Sendo Empenho estimativo no valor de R$ 114.947,68 (cento e quatorze mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

Cerejeiras, 22 de outubro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:24C7EC32

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROC. 2159

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base no inciso I do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021

DISPENSA-SE

A licitação para a contratação direta com a **APEDIA VEICULOS E PECAS LTDA,CNPJ: 04.901.195/0001-00,** para o Contratação de empresa especializada para executar a revisão programada de 80.000 km do veículo oficial Toyota Hilux, placa THK6A90, chassi 8AJDA3CD6S1845428, ano/modelo 2024/2025, motor diesel, pertencente ao Município de Chupinguaia/RO e vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social — SEMAS. Em conformidade com as especificações detalhadas contidas no Termo de Referência (ID 926833) a Justificativa da Contratação (ID926806), NAD (ID926802) e Parecer da Auditoria (ID 927182), com empenho, no valor de R$ 5.899,56 (cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), com respaldo legal no artigo 74 inciso I da Lei 14.133/2021.

Publique-se o Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº. 76/2026.

Processo Administrativo nº. 2159/2026.

Gabinete do Prefeito em 22 de outubro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 09:33, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **929034** e o código verificador **318117EB**.

Referência: Processo nº 4-2159/2026.	Docto ID: 929034 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:7809E677

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0320-26

EXTRATO DO CONTRATO N°.0320/26

DAS PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
AUTOPOSTO RIBEIRO LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de óleo diesel S-10, gasolina automotiva comum e ARLA-32, destinados ao abastecimento e à manutenção operacional da frota vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0102/26, Proc. Adm. Nº 1616/2026

DA DOTAÇÃO: 02.14.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.122.0035.2281.0000 – CUSTEIO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO NOTA DE EMPENHO Nº 4463 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

VALOR: R$ 16.314,60 (dezesseis mil, trezentos e quatorze reais e sessenta centavos)

DO PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de outubro de 2026

Chupinguaia - RO, 20 de outubro de 2026

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

RAQUEL LISBOA LOUBACK PROCURADOR MUNICIPAL 21/10/2026 10:05:03 Assinado na forma do Decreto Municipal nº 2.210/2019

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:513F853A

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0321-26

EXTRATO DO CONTRATO N°.0321/26
DAS PARTES:

-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
- RAYUDE SOARES-22.963.049/0001-82

OBJETO: contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza de forros, caixas d'água, fossas sépticas e controle de pragas, nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0100/26**,** Proc. Adm. Nº 1634/2026

DA DOTAÇÃO:
02.10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2316.0001 – PISO FIXO - PSE
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

NOTA DE EMPENHO Nº 544 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

VALOR: R$ 2.207,91 (dois mil, duzentos e sete reais e noventa e um centavos)

DO PRAZO: 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de outubro de 2026

Chupinguaia - RO, 20 de outubro de 2026

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL LISBOA LOUBACK**, **PROCURADOR MUNICIPAL**, em 21/10/2026 às 12:06, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **928618** e o código verificador **08B0FE9D**.

Referência: Processo nº 4-1634/2026.	Docto ID: 928618 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:3EDB1B26

SETOR DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 15/2026

Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 15/2026**, na forma Eletrônica, do tipo **Empreitada por Preço Global**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2736/2024 e outros regulamentares, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução da Construção da Creche de Educação Infantil Irena e Arlindo Plodow – Creche Tipo 02, no Município de Chupinguaia-RO, conforme o Termo de compromisso Nº 977911/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC Proposta novo PAC-SELEÇÃO: 26298005355. P. A. nº **1593/2026**. **Valor Total R$: 4.186.628,00**. Data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 16/11/2026;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br.

CHUPINGUAIA, 06/10/2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Magno Barbosa da Silva Ferreira
Código Identificador:6BA886E7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/PMCOL/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026

O Prefeito do Município de Colorado do Oeste-RO, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Publico nº 001/PMCOL/2024, realizado no dia 26 de Maio de 2024, com resultado final 1° etapa publicado no Diário da AROM no dia 21 de Junho de 2024 e 2° etapa no dia 02 de Julho de 2024 e prorrogado através do Decreto n°228/26. De acordo com as categorias funcionais e classificações abaixo relacionados, a comparecerem na Divisão de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo, munidos dos seguintes documentos acompanhados por 01 (uma) cópia.
XX - DO PROVIMENTO DOS CARGOS - Documentos necessários apresentar para posse no cargo:
a) CPF; RG; Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição;
b) Carteira de Trabalho Previdência Social;
c) PIS/PASEP; Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (para candidatos do sexo masculino);
d) Certidão de Casamento ou Nascimento;
e) Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos;
f) Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo;
g) Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
h) Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
i) 01 fotos 3x4 recentes;
j) Declaração de bens;
k) Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37, XVI, da Constituição Federal, sob as penas da lei;
l) Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
m) Comprovante de residência - (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório);
n) Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
o) Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo);
p) Número de conta corrente, agência de Colorado/RO. (primeiro comparecer no DRH).
Dos exames - item 25 do Capítulo XX:
A) Hemograma completo;
B) Glicemia de jejum;
C) Ácido úrico;
D) Uréia;
E) Creatinina
F) Colesterol total e frações;
G) Triglicerídeos;
H) Sorologia para doença de chagas;
I) VDRL;
J) Tipagem sanguínea;
K) Urina: EAS;
L) Hepatite B e C: (Profissionais da Saúde)
M) Parasitológico de fezes;
N) radiológico: RX Tórax PA/Perfil com laudo; Raio x da Coluna total (Cervical, Dorsal, Lombo Sacra) com laudo. Exceto para Gestantes,
O) Avaliação psiquiátrica: emitido por profissional Médico Psiquiatra com cadastro de psiquiatra no Conselho Regional de Medicina e na Sociedade Brasileira de Psiquiatria e Registro de Qualificação de Especialidade – RQE (Com Laudo);
P) Avaliação neurológica emitido por profissional Médico neurologista com cadastro de neurologia e com Registro de Qualificação de Especialidade – RQE (Com Laudo) no Conselho Regional de Medicina;
Q) Avaliação oftalmológica e teste de acuidade visual com laudo emitido por profissional Médico oftalmologista com cadastro em oftalmologia e Registro de Qualificação de Especialidade – RQE (Com Laudo) no Conselho Regional de Medicina;
R) Avaliação cardiológica com laudo emitido por profissional Médico Cardiologista com cadastro de cardiologista no Conselho Regional de Medicina e Registro de Qualificação de Especialidade – RQE e apresentação de Eletrocardiograma (ECG);
S) Avaliação ortopédica com laudo emitido por profissional Médico Ortopedista com cadastro de ortopedia no Conselho Regional de

Medicina e Registro de Qualificação de Especialidade – RQE e apresentação de Ultrassonografia de ombro e punho.
T) Exame FAN (fator antinuclear),
U) Teste Romberg e eletroencefalograma para o cargo de eletricista de manutenção e baixa tensão,
V) Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho.

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

1- VANESSA DA SILVA BARBOZA

Colorado do Oeste, 22 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 22/10/2026 às 09:39, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 642132 e o código verificador C2229659.
Docto ID: 642132 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:3A532A55

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 423 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PREMIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 071 de 28 de dezembro de 2012 e suas alterações.
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder a servidora SUELI JOSEFA DA SILVA MAURICIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, empossada no regime estatutário em 02/03/1998, no cargo de Professora de Educação Infantil,
direito adquirido referente ao quinquênio 2013/2018, Licença Prêmio por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do dia 21 outubro de 2026 ao dia 04 de dezembro de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 21 de outubro de 2026.

PALÁCIO PREFEITO “CERENEU JOÃO NAUE”, 22 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 22/10/2026 às 09:00, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 642072 e o código verificador E0C5081D.
Docto ID: 642072 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:F387D3E2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 424, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

DESIGNA A GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 2.534, de 27 de novembro de 2023, que institui o Sistema Municipal de Cultura, cria o Conselho Municipal de Cultura, cria o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências;
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR a Senhora AMANDA FERNANDES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Gestora do Fundo Municipal de Cultura do Município de Colorado do Oeste – RO, instituído pela Lei Municipal nº 2.534, de 27 de novembro de 2023.
Art. 2º Compete à Gestora ora designada, além de outras atribuições previstas em Lei, as seguintes:
I – submeter ao respectivo conselho, quando for o caso, as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo, bem como as respectivas prestações de contas; e
II – exercer em sua plenitude todas as atribuições e competências previstas em Leis e Regulamentos.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 22 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 11:43:13
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 642298 e o CRC 27B35DFE.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:265DC6CB

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 2.767, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

INSTITUI O SERVIÇO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTOINSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTESNA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONALDENOMINADA CASA DE ACOLHIMENTOINSTITUCIONAL CORA CORALINA, ESTABELECESUA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, EQUIPE DEREFERÊNCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e Eu, Sanciono e Promulgo a seguinte;
L E I:
CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Serviço Municipal de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Abrigo Institucional, denominado Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e do Trabalho – SEMDESFAT.

Art. 2º A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina constitui serviço de proteção social especial de alta complexidade destinado ao acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial ou em situações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º O acolhimento institucional possui caráter provisório e excepcional, sendo utilizado como medida de proteção até que seja viabilizada:

I – a reintegração familiar;

II – a colocação em família extensa;

III – a colocação em família substituta, quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar.

Art. 4º O serviço observará:

I – a Constituição Federal;

II – o Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – a Lei Orgânica da Assistência Social;

IV – a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V – as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

VI – as Resoluções do CONANDA, CNAS, CMDCA e CMAS.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 5º São princípios do Serviço Municipal de Acolhimento Institucional:

I – proteção integral da criança e do adolescente;

II – prioridade absoluta, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – excepcionalidade, provisoriedade e brevidade do acolhimento institucional;

IV – preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

V – convivência familiar e comunitária;

VI – respeito à dignidade, à individualidade e ao desenvolvimento biopsicossocial;

VII – não discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idade, religião, condição social, deficiência ou qualquer outra condição;

VIII – participação da criança e do adolescente nas decisões que lhes digam respeito, observada sua condição de desenvolvimento.

Art. 6º Constituem objetivos da Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina:

I – acolher provisoriamente crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, garantindo proteção integral;

II – assegurar ambiente seguro, acolhedor e humanizado, livre de negligência, violência ou qualquer forma de violação de direitos;

III – preservar e fortalecer vínculos familiares, sempre que possível;

IV – evitar a separação de grupos de irmãos, salvo quando houver justificativa técnica ou determinação judicial;

V – garantir o acesso às políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer;

VI – promover o desenvolvimento integral e a autonomia progressiva dos adolescentes;

VII – preparar, de forma gradativa e planejada, o desligamento do serviço;

VIII – contribuir para a reintegração familiar ou encaminhamento para família substituta, quando necessário;

IX – atuar de forma articulada com a rede de serviços e com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO III

DOS USUÁRIOS

Art. 7º O serviço destina-se ao acolhimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos incompletos, observada a capacidade máxima de atendimento simultâneo de até 12 (doze) acolhidos.

§1º Excepcionalmente, poderá ser admitida a permanência de jovem entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, mediante decisão judicial fundamentada e parecer técnico da equipe de referência.

§2º Sempre que possível, serão preservados os vínculos fraternos, evitando-se a separação de irmãos.

§3º Em situações emergenciais ou por determinação da autoridade judiciária competente, a capacidade prevista no caput poderá ser excepcionalmente ultrapassada, mediante justificativa técnica e pelo período estritamente necessário à regularização da situação.

CAPÍTULO IV

DO INGRESSO E DESLIGAMENTO

Art. 8º O acolhimento institucional de crianças e adolescentes ocorrerá de forma excepcional e provisória, mediante:

I – Guia de Acolhimento expedida pela autoridade judiciária competente;

II – acolhimento emergencial realizado pelo Conselho Tutelar, nas hipóteses previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), com comunicação imediata e obrigatória ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, nos termos do art. 93 do referido diploma legal.

Art. 9º A permanência no serviço de acolhimento deverá ser a mais breve possível, não devendo ultrapassar o prazo de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade devidamente fundamentada pela autoridade judiciária competente, com base em avaliação técnica da equipe de referência e nas condições concretas do caso.

Parágrafo único. A situação de cada criança ou adolescente acolhido deverá ser reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, conforme disposto no art. 19, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10 O desligamento do serviço de acolhimento institucional ocorrerá mediante:

I – reintegração à família de origem ou família extensa, após avaliação técnica e decisão da autoridade competente;

II – colocação em família substituta, na forma da legislação vigente;

III – alcance da maioridade civil, quando houver autorização judicial e avaliação técnica que indique a necessidade de acompanhamento; e

IV – determinação da autoridade judiciária competente, com base em relatório técnico fundamentado.

CAPÍTULO V

DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO – PIA

Art. 11 Toda criança ou adolescente acolhido deverá possuir Plano Individual de Atendimento – PIA, elaborado de forma personalizada, contínua e integrada, constituindo instrumento fundamental de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas durante o período de acolhimento.

Art. 12 O PIA deverá ser elaborado pela equipe técnica no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o acolhimento, devendo ser periodicamente reavaliado e atualizado conforme a evolução do caso e as necessidades do acolhido.

Art. 13 O Plano Individual de Atendimento-PIA conterá, no mínimo:

I – resultados da Avaliação Interdisciplinar;

II – histórico de vida e diagnóstico da situação de violação de direitos;

III – definição de objetivos do atendimento e das intervenções propostas;

IV – planejamento das ações junto à família de origem, extensa ou substituta;

V – estratégias de fortalecimento e preservação de vínculos familiares e comunitários;

VI – acompanhamento da trajetória escolar e articulação com a rede de educação;

VII – acompanhamento de saúde e articulação com a rede de atenção;

VIII – cronograma de acompanhamento técnico e reavaliações periódicas;

IX – metas de desenvolvimento pessoal, social e autonomia progressiva;

X – planejamento para reintegração familiar ou encaminhamento para medida de colocação em família substituta, quando aplicável.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS DOS ACOLHIDOS

Art. 14 São assegurados às crianças e adolescentes acolhidos todos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e nas normativas do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente o direito à proteção integral, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 15 A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina deverá assegurar, no mínimo:

I – alimentação adequada, regular e compatível com as necessidades nutricionais de cada faixa etária;

II – vestuário suficiente e adequado às condições climáticas e individuais;

III – higiene pessoal e condições adequadas de asseio e cuidado diário;
IV – acompanhamento integral de saúde, com acesso à rede de atenção básica e especializada quando necessário;
V – matrícula, frequência e permanência na rede regular de ensino;
VI – acesso a atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer, compatíveis com o desenvolvimento
infantil e adolescente;
VII – liberdade de crença e prática religiosa, resguardados os princípios da proteção integral;
VIII – convivência familiar e comunitária, com estímulo e preservação de vínculos com família de origem, extensa ou substituta;
IX – preservação da identidade, da história de vida e da individualidade de cada acolhido;
X – escuta qualificada e participação nas decisões que lhes digam respeito, observada sua condição de desenvolvimento.
Parágrafo único. A garantia dos direitos previstos neste artigo deverá observar o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta, assegurando ambiente acolhedor, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação, negligência, violência ou tratamento vexatório.

CAPÍTULO VII

DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Art. 16 A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina contará com equipe de referência compatível com sua capacidade de atendimento e em conformidade com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, composta, no mínimo, por:
I – 01 Coordenador;
II – 01 Assistente Social;
III – 01 Psicólogo;
IV – Cuidadores Sociais em número suficiente para assegurar atendimento ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, competindo-lhes, além das atribuições inerentes ao cargo, o desempenho das atividades de preparo de alimentação, limpeza e conservação da unidade, bem como a condução de veículo oficial, quando necessário, observadas a habilitação legal e as normas de segurança aplicáveis.
Art. 17 A quantidade de profissionais, a organização das escalas de trabalho e a composição da equipe observarão a capacidade de atendimento da unidade, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a NOB-RH/SUAS e demais normativas aplicáveis.
Art. 18 Compete ao Coordenador da Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina:
I – gerir a unidade de acolhimento, assegurando o cumprimento das normativas do Sistema Único deAssistência Social – SUAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e das OrientaçõesTécnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes;
II – planejar, organizar, monitorar e avaliar o funcionamento do serviço, garantindo sua naturezaprotetiva, excepcional e provisória;
III – coordenar a equipe de trabalho, promovendo a integração das ações e a qualificação contínua doatendimento;
IV – assegurar a articulação intersetorial com a rede socioassistencial e com os demais órgãos doSistema de Garantia de Direitos, especialmente Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública,Conselho Tutelar e políticas públicas setoriais;
V – zelar pela correta execução dos fluxos administrativos, registros institucionais e organizaçãodocumental da unidade;
VI – garantir a implementação e o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Internoda unidade, que deverão ser elaborados conjuntamente com o Gestor da pasta de Assistência Social eapreciados e aprovados pelo CMDCA.
VII – encaminhar, em conjunto com a equipe técnica, relatórios e informações aos órgãos competentes,quando solicitado ou por determinação legal.
VIII – elaborar e encaminhar, mensalmente, prestação de contas dos recursos financeiros recebidos eadministrados em favor das crianças e dos adolescentes acolhidos, compreendendo pensão alimentícia,benefícios previdenciários, programas de transferência de renda, benefícios assistenciais e quaisqueroutros valores a eles destinados.
Art. 19 Compete à Equipe Técnica (Assistente Social e Psicólogo):
I – realizar estudo diagnóstico das crianças, adolescentes e de suas famílias de origem, extensa ousubstituta;
II – elaborar, executar, monitorar e atualizar o Plano Individual de Atendimento – PIA, em conformidadecom as normativas do SUAS;
III – realizar acompanhamento sistemático das famílias, visando à reintegração familiar, sempre quepossível, ou ao encaminhamento para outras medidas protetivas;
IV – elaborar relatórios técnicos e estudos diagnósticos destinados ao Poder Judiciário, MinistérioPúblico e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
V – desenvolver ações de fortalecimento e preservação dos vínculos familiares e comunitários;
VI – articular-se com a rede socioassistencial e intersetorial para garantia de acesso a direitos;
VII – subsidiar tecnicamente as decisões relativas ao acompanhamento, permanência e desligamentodo serviço de acolhimento;
VIII – atuar de forma integrada com a coordenação e demais profissionais da unidade, respeitando osigilo profissional e as competências de cada área.
Art. 20 Compete aos Cuidadores Sociais:
I – realizar cuidados cotidianos essenciais às crianças e adolescentes, incluindo alimentação, higiene,organização da rotina e acolhimento afetivo;
II – assegurar ambiente de proteção, convivência e estabilidade emocional no cotidiano da unidade;
III – apoiar o acompanhamento das atividades escolares, de saúde, lazer, esporte e cultura, conformeorientação da equipe técnica e coordenação;

IV – contribuir para o desenvolvimento da autonomia progressiva das crianças e adolescentes,respeitando suas fases de desenvolvimento;
V – promover convivência grupal saudável e fortalecimento de vínculos no ambiente de acolhimento;
VI – comunicar imediatamente à coordenação e à equipe técnica qualquer situação relevante quedemande avaliação técnica ou intervenção especializada;
VII – atuar sob supervisão da coordenação, sem atribuição de emissão de pareceres técnicos oudecisões sobre medidas de proteção.

CAPÍTULO VIII

DA ESTRUTURA FÍSICA

Art. 21 A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina deverá funcionar em imóvelde natureza residencial, compatível com o porte do Município de Pequeno Porte I, inserido em áreaurbana da comunidade local, assegurando ambiente acolhedor, seguro e próximo ao convíviocomunitário, nos termos das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças eAdolescentes.
§1º O imóvel deverá garantir condições adequadas de habitabilidade, salubridade,segurança, acessibilidade universal e privacidade, observadas as normas sanitárias e de proteçãovigentes.
§2º A organização física da unidade deverá preservar características de residênciafamiliar, evitando configurações institucionais ou impessoais.
§3º Nos casos em que o serviço funcionar em imóvel próprio do Município, este deveráatender integralmente às normas de acessibilidade previstas na legislação vigente, garantindocondições de utilização com autonomia e segurança por pessoas com deficiência ou mobilidadereduzida. Tratando-se de imóvel locado, deverão ser adotadas, sempre que possível, julgado técnica ejuridicamente viáveis, as adequações necessárias para assegurar a acessibilidade, observadas ascaracterísticas do imóvel e as disposições contratuais.
Art. 22 A unidade deverá dispor de estrutura física compatível com o atendimento deaté 12 (doze) crianças e adolescentes, assegurando condições dignas de acolhimento, convivência edesenvolvimento integral, compreendendo, no mínimo:
I – dormitórios organizados de forma a garantir privacidade, conforto, adequação à faixa etária eseparação por sexo, observadas as necessidades e a composição dos acolhidos;

II – banheiros em quantidade suficiente, com condições de higiene, segurança e acessibilidade;
III – cozinha equipada para preparo adequado e seguro das refeições;
IV – espaço destinado às refeições, favorecendo convivência e socialização;

V – sala de convivência para atividades coletivas e integração social;
VI – espaço de estudos e apoio às atividades escolares;
VII – área de lazer compatível com o desenvolvimento físico, social e emocional;
VIII – espaço administrativo destinado à coordenação, equipe técnica e guarda de documentosinstitucionais.
§1º Os ambientes previstos neste artigo poderão ser multifuncionais, não sendoobrigatória a existência de espaço exclusivo para cada atividade, desde que sejam asseguradascondições adequadas para o desenvolvimento das ações previstas.
§2º As quantidades, padrões de funcionamento e demais especificações estruturais eoperacionais da unidade observarão as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento paraCrianças e Adolescentes, suas atualizações e demais normativas expedidas pelos órgãos competentesdo Sistema de Garantia de Direitos.

CAPÍTULO IX
DOS REGISTROS E DOCUMENTAÇÃO
Art. 23 Será mantido prontuário individual para cada criança ou adolescente acolhido,de caráter institucional, com registros sistemáticos de todo o acompanhamento realizado pela equipetécnica e demais profissionais da unidade.
Art. 24 O prontuário individual conterá, no mínimo:
I – documentação pessoal e identificação civil;
II – histórico familiar e social;
III – documentos escolares e registros de acompanhamento educacional;
IV – histórico de saúde e encaminhamentos realizados na rede de atenção;

V – relatórios técnicos elaborados pela equipe de referência;
VI – Plano Individual de Atendimento – PIA e suas atualizações;
VII – registros de visitas, contatos familiares e articulações com a rede de proteção.
Art. 25 Os prontuários e demais documentos da Casa de Acolhimento Institucional CoraCoralina possuem caráter sigiloso, sendo o acesso restrito aos profissionais da equipe de referência, àcoordenação da unidade e aos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, mediantejustificativa técnica ou determinação legal, observado o disposto na legislação de proteção de dados enas normativas do SUAS.
CAPÍTULO X
DA REDE DE PROTEÇÃO
Art. 26 A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina atuará de forma articulada,contínua e integrada com a rede de serviços e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança edo Adolescente, visando à proteção integral, ao acompanhamento intersetorial e à efetivação dosdireitos dos acolhidos, especialmente com:
I – Poder Judiciário;
II – Ministério Público;
III – Defensoria Pública;
IV – Conselho Tutelar;
V – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
VI – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
VII – serviços da política de saúde;
VIII – serviços da política de educação;
IX – serviços da política de assistência social;
X – demais órgãos e instituições públicas e privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Parágrafo único. A articulação prevista no caput ocorrerá por meio de fluxos formaisde comunicação, encaminhamentos técnicos, reuniões intersetoriais e demais instrumentos necessáriosà garantia da proteção integral.
CAPÍTULO XI
DO FINANCIAMENTO
Art. 27 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias doorçamento municipal.
Art. 28 O Serviço Municipal de Acolhimento Institucional será financiadoprioritariamente por recursos próprios do Município, consignados no Fundo Municipal de AssistênciaSocial – FMAS, podendo ainda receber recursos provenientes de:
I – transferências automáticas e voluntárias da União e do Estado destinadas ao cofinanciamento dosserviços socioassistenciais;
II – convênios, acordos, termos de cooperação, termos de colaboração, termos de fomento e demaisinstrumentos congêneres celebrados com órgãos públicos ou entidades privadas;
III – recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, observadas asdisposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, as deliberações do Conselho Municipal dosDireitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e as normas aplicáveis, vedada sua utilização paracusteio contínuo e manutenção ordinária do serviço;
IV – doações, contribuições, legados e outras receitas legalmente admitidas;
V – outras fontes de recursos previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 29 A Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina deverá elaborar e manteratualizado seu Regimento Interno e Projeto Político-Pedagógico, observadas as disposições desta Lei,da legislação vigente e das normativas aplicáveis ao serviço de acolhimento institucional, os quaisdeverão ser submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e doAdolescente – CMDCA.
Art. 30 Os procedimentos operacionais, normas de funcionamento, rotinasadministrativas, atribuições complementares da equipe, direitos e deveres dos acolhidos, visitas, atividades internas e demais dispositivos necessários à execução do serviço serão disciplinados noRegimento Interno da unidade.
Art. 31 O Regimento Interno da Casa de Acolhimento Institucional Cora Coralina deveráser elaborado conjuntamente com o gestor da política municipal de Assistência Social, submetido àapreciação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, epublicado no Portal da Transparência do Município, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados dapublicação desta Lei.
Art. 32 O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias à fielexecução desta Lei.
Art. 33 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
21/10/2026 12:32:21
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 641876 e o CRC 934E22C7.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:C49CA9F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 171, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora Maria Marlucia de Almeida, ocupante do cargo de VICEPREFEITA, matrícula nº 43257, lotada no

GABINETE DO PREFEITO, desta Administração Municipal, 3,50 (três
inteiros e cinquenta centésimos) diárias no valor total de R$ 2.652,00 (dois mil e seiscentos e cinquenta e dois reais), para cobrir despesas de hospedagem, alimentação e demais gastos durante viagem oficial à cidade de Porto Velho/RO, a ser realizada no período de 26 a 30 de outubro de 2026, incluindo os dias de deslocamentos de ida e retorno.
A viagem tem como objetivo tratar de assuntos de interesse da Administração Municipal, com as seguintes agendas institucionais:
Secretaria de Estado da Educação – SEDUC: Visita para verificar a situação da análise do aditivo referente ao Processo SEI nº 0029.015614/2024-53, cujo objeto é a construção do muro na EMEIEF
Governador Ângelo Angelin;
Casa de Apoio: Visita para tratar de assuntos de interesse do Município relacionados às demandas em andamento; e
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO: Acompanhamento de emendas parlamentares que já se encontravam em tramitação, visando verificar o andamento das respectivas demandas de interesse municipal.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: O deslocamento será realizado por via terrestre, utilizando transporte rodoviário (ônibus).
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 22 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 22/10/2026 às 11:43, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 642310 e o código verificador F7857E49.
Referência: Processo nº 1-126/2026. Docto ID: 642310 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:25C647E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 57, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora Maria José de Brito, ocupante do cargo de Monitor de Ensino/ Diretora da APAE, matrícula nº1678, desta Administração Municipal, 2 ½ (duas diárias e meia) no valor total de R$ 1.375,00 (um mil e trezentos e setenta e cinco reais) , com desconto do auxílio alimentação referente a 02 (dois) dias no valor de R$ 72,72 (setenta e dois reais e setenta e dois centavos) de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.302,28 (um mil, trezentos e dois reais e vinte e oito centavos), no período de 04/11/2026 a 07/11/2026, onde a mesma se deslocará a Ji-Paraná/RO com o objetivo de Participar do Fórum de Autodefensoria e Eleição dos Autodefensores Estaduais de Rondônia, conforme Formulários - DIÁRIAS 329 de 21/10/2026 (ID 641849) e Ofício oficio do evento de 19/10/2026 (ID 640920).
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Citroen, Placa: THK2H08, Pertencente à: APAE.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 21 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 22/10/2026 às 07:22, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 641898 e o código verificador 148DDADE.
Referência: Processo nº 1-1032/2026. Docto ID: 641898 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:F067544F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 081, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

ORGANIZAÇÃO TEMPORÁRIA DO HORÁRIO DASATIVIDADES EXTERNAS DOS AGENTES COMUNITÁRIOSDE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀSENDEMIAS (ACE), EM RAZÃO DAS CONDIÇÕESCLIMÁTICAS ASSOCIADAS AO EL NIÑO 2026/2027, ESTABELECE REGRAS DE CONVOCAÇÃO,MONITORAMENTO DE INDICADORES E REVISÃO DAMEDIDA, SEM REDUÇÃO DA JORNADA LEGALSEMANAL.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o art. 30, incisos I, II e VII, da Constituição Federal, que reconhece a competência municipal para tratar de assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal eestadual no que couber e prestar, com cooperação técnica e financeira dos demais entes, serviços deatendimento à saúde da população;
CONSIDERANDO, o art. 7º, inciso XXII, combinado com o art. 39, § 3º, da ConstituiçãoFederal, que assegura aos servidores ocupantes de cargo público a redução dos riscos inerentes aotrabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
CONSIDERANDO, o art. 18, incisos I, III e IV, alíneas “a”, “b” e “e”, da Lei Federal nº8.080, de 19 de setembro de 1990, que atribui à direção municipal do SUS competência para planejar,organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, participar do controle das condições eambientes de trabalho e executar ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e saúde dotrabalhador;
CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, especialmente oart. 9º-A, caput e § 2º, que vincula a carreira dos ACS e ACE à jornada de 40 (quarenta) horas semanais eassegura a participação desses profissionais em atividades de planejamento, avaliação, detalhamento deações, registro de dados e reuniões de equipe;
CONSIDERANDO, o art. 9º-A, § 4º, da Lei Federal nº 11.350/2006, incluído pela LeiFederal nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018, segundo o qual as condições climáticas da área geográfica de atuação serão consideradas na definição do horário para cumprimento da jornada de trabalho dos ACSe ACE;
CONSIDERANDO, o art. 84, incisos VI e XII, da Lei Orgânica do Município deColorado do Oeste, que prevê jornada normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais e reconhece o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho por normas de saúde, higiene e segurança;
CONSIDERANDO, os arts. 72 e 208 da Lei Complementar Municipal nº 71, de 28 de dezembro de 2012, que determinam controle permanente das atividades exercidas em condições penosas, insalubres ou perigosas e estabelecem que a jornada de trabalho nas repartições municipais será fixada por Decreto do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO, que esta Portaria não reduz nem altera a jornada legal ou a carga horária do cargo, limitando-se a disciplinar, no âmbito da SEMUSA, a distribuição operacional das atividades externas e internas dos ACS e ACE, em compatibilidade com a legislação municipal e com os atos do Chefe do Poder Executivo;
CONSIDERANDO, a Portaria GM/MS nº 6.997, de 23 de maio de 2025, que instituiu Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde para elaboração de diretrizes nacionais de preparação, vigilância e resposta à saúde em situações de calor extremo;
CONSIDERANDO, o Boletim nº 3 do Painel El Niño 2026-2027, divulgado pelo INPE em 2 de setembro de 2026, elaborado em conjunto com INMET, ANA, CEMADEN, SGB, SEDEC e CENSIPAM, que aponta probabilidade superior a 90% de El Niño muito forte no trimestre setembrooutubro- novembro de 2026 e permanência do fenômeno ao menos até o início de 2027;
CONSIDERANDO, a previsão climática do INMET para setembro de 2026, indicando temperaturas acima da média em grande parte do País, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, circunstância que exige medidas de adaptação para trabalhadores com atividades predominantemente externas;
CONSIDERANDO, a necessidade de proteger a saúde ocupacional dos ACS e ACE sem comprometer a continuidade das ações da Atenção Primária à Saúde, da Vigilância em Saúde, o acesso da população, a produção assistencial e os indicadores municipais;
RESOLVE: Art. 1º Instituir, em caráter excepcional, temporário e monitorado, a organização especial do horário das atividades externas dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dos Agentes de Combate às Endemias - ACE vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste/RO, durante o período de maior risco climático relacionado ao El Niño 2026/2027 e às temperaturas elevadas. §1º As visitas domiciliares, buscas ativas, inspeções, ações educativas, controle de vetores, levantamentos, bloqueios, atividades territoriais e demais ações predominantemente externas serão realizadas, ordinariamente, no período das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, ressalvadas as necessidades do serviço. §2º O horário previsto no § 1º constitui medida de organização e proteção ocupacional das atividades de campo, não representando redução da jornada legal semanal, alteração do cargo, concessão de dispensa permanente ou criação de direito adquirido à jornada de 6 (seis) horas diárias. Art. 2º Fica mantida a jornada semanal legalmente aplicável aos ACS e ACE, inclusive a referência de 40 (quarenta) horas semanais prevista na Lei Federal nº 11.350/2006, devendo a distribuição das atividades ser organizada pelas coordenações responsáveis. §1º Para fins de organização interna, poderão ser programadas até 30 (trinta) horas semanais de atividades externas no período das 7h às 13h, observadas as atribuições, o território e a necessidade assistencial e epidemiológica. §2º A parcela remanescente da jornada semanal será destinada a atividades inerentes ao cargo, tais como planejamento e avaliação das ações, registro e qualificação de dados, atualização de cadastros, reuniões de equipe, educação permanente, análise de mapas e territórios, consolidação de produção, preparação de roteiros, ações coletivas, campanhas, reuniões técnicas e outras atividades determinadas pela chefia. §3º As atividades de complementação da jornada serão organizadas em escala pela coordenação da Atenção Primária à Saúde e/ou da Vigilância em Saúde, conforme a lotação, priorizandose, sempre que possível, tarefas internas e períodos de menor exposição térmica. Art. 3º Os ACS e ACE poderão ser convocados, a qualquer momento, pela Secretaria Municipal de Saúde, pelas coordenações competentes ou pela chefia imediata, conforme a necessidade do serviço, para atuação em horário diverso daquele previsto no art. 1º, inclusive em período vespertino ou em horário integral.
§1º A convocação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, para campanhas de vacinação, mutirões, ações coletivas, reuniões, capacitações, bloqueios epidemiológicos, investigação de surtos e agravos, controle de endemias, busca ativa intensificada, visitas prioritárias, situações de emergência sanitária, desastres, ações intersetoriais e demais necessidades justificadas da APS ou da Vigilância em Saúde.
§2º A organização temporária de que trata esta Portaria não poderá ser invocada como impedimento ao atendimento de convocação regular da Administração.
§3º Quando a convocação implicar prestação de serviço além da jornada semanal ou diária legalmente aplicável, deverão ser observadas as regras municipais pertinentes a serviço extraordinário, compensação e registro de frequência, inclusive autorização prévia quando exigida.
Art. 4º A manutenção da organização temporária das atividades externas no período das 07h00 às 13h00 fica condicionada à preservação da cobertura territorial, da regularidade das visitas e ações programadas, da qualidade dos registros, da produtividade e dos indicadores de saúde sob responsabilidade ou influência operacional dos ACS e ACE.
§1º As coordenações deverão acompanhar, no mínimo mensalmente, a produção individual e coletiva, a execução de visitas e ações, os registros nos sistemas oficiais, as pendências territoriais e os indicadores pactuados pela gestão municipal.
§2º Para os ACS, deverão ser observados, entre outros, os acompanhamentos de gestantes e puérperas, crianças, pessoas idosas, pessoas com hipertensão e diabetes, situação vacinal, atualização cadastral, busca ativa e demais indicadores da Atenção Primária à Saúde.
§3º Para os ACE, deverão ser observados, entre outros, os ciclos de visitas, imóveis trabalhados, pendências, tratamento e eliminação de focos, bloqueios, levantamentos entomológicos, ações educativas e demais metas de vigilância e controle de endemias.
Art. 5º Constatada redução de indicadores, queda de produção, aumento de pendências, insuficiência de visitas, falha de cobertura territorial, atraso de registros ou qualquer prejuízo assistencial, epidemiológico ou operacional relacionado à insuficiência ou ausência de atividade, a organização prevista nesta Portaria poderá ser revista, suspensa ou revogada imediatamente, de forma geral, por equipe, território ou servidor, conforme a situação apurada. Parágrafo único. Na hipótese do caput, poderá ser determinado o retorno imediato à distribuição ordinária da jornada em períodos matutino e vespertino ou ao horário integral, conforme a necessidade do serviço, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.
Art. 6º As chefias e coordenações deverão adotar e reforçar medidas de proteção à saúde durante as atividades externas, incluindo orientação para hidratação frequente, uso de vestimentas adequadas e proteção solar, planejamento de rotas, priorização de locais com sombra quando possível, pausas compatíveis com a exposição térmica e comunicação imediata de sinais de mal-estar relacionados ao calor. Parágrafo único. Em dias de alerta meteorológico, calor extremo, baixa umidade, fumaça intensa, incêndios florestais ou outras condições ambientais adversas, as coordenações poderão remanejar ou suspender temporariamente atividades externas não urgentes, preservadas as ações essenciais e prioritárias.
Art. 7º Compete às coordenações da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância em Saúde organizar escalas, controlar frequência, documentar convocações, acompanhar a produção e elaborar registro mensal simplificado da avaliação desta medida.
Art. 8º A medida terá vigência a partir da publicação desta Portaria até 31 de março de 2027, podendo ser prorrogada, modificada, suspensa ou encerrada antecipadamente mediante avaliação técnica e administrativa, observados os boletins meteorológicos oficiais, as condições climáticas locais e o desempenho das equipes.
Art. 9º Esta Portaria deverá ser interpretada em conformidade com a Lei Federal nº 11.350/2006, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 71/2012 e os decretos municipais que disciplinam a jornada de trabalho, não podendo ser utilizada como fundamento para redução autônoma da carga horária semanal legalmente fixada.
Art. 10 Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal de Saúde, ouvidas, quando necessário, a Secretaria Municipal de Administração/DRH e a Procuradoria-Geral do Município, especialmente quando envolverem jornada, compensação, serviço extraordinário ou matéria de regime jurídico de pessoal.
Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 22 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 12:43:23
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642421 e o CRC C273F292.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:D87B161D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1600/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1600/2026
A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste – RO, torna pública a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026**, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO ROSALINO LOPES (BANHEIROS E VESTIÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, LOCALIZADO NA AV. MARECHAL RONDON, Nº 4665, QUADRA 1, LOTE 9, SETOR C, BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.** A sessão pública será iniciada no dia**: 10/11/2026**, com início às **9h** LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital e anexos encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodooeste.ro.gov.br. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodooeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 22 de outubro de 2026.

ELIENE MEDEIROS FELIX DA CRUZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Ribeiro Rodrigues
Código Identificador:ADB6FDB9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 078/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026
Processo Administrativo nº 1752/2026/SEMUSA
MODO DE DISPUTA ABERTO-Lei 14.133/2021
AMPLA CONCORRÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Corumbiara, através da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, avisa aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tendo como objeto: **Formação de Ata de Registro de Preços para as futuras e eventuais aquisições de medicamentos destinados ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Saúde de Corumbiara/RO, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo: medicamentos de uso hospitalar; medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; e medicamentos destinados ao cumprimento de decisões judiciais**, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021,do Decreto Municipal nº 205/2023, 207/2023 eda Lei Complementar n. 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber e demais legislações complementares. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.Valor estimado: R$ 1.270.952,52 (um milhão, duzentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). Início da sessão pública dia 09/11/2026 às 09h00min(horário de Brasília)**. O edital e sessão estão disponíveis em:www.licitanet.com.brewww.corumbiara.ro.gov.br. Mais informações de segunda à quinta-feira das 07h00min às 13h00min e das 15h00 às 17h00min, sexta-feira das 07h00min às 13h00min, na sala da CPL, localizada na Rua Olavo Pires, 2129- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Corumbiara - Fone (69) 3343-2192 ou através do e-mail:cpl@corumbiara.ro.gov.br.

Corumbiara/RO, 22 de outubro de 2026.

JULIANA PEIXOTO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 119/2026

Publicado por:
Renara Gonçalves da Silva
Código Identificador:E4EA8057

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 218/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

CONTRATADO: TOYOTA NISSEY MOTORS JI -PARANÁ
CNPJ: 18.571.247/0001 -23.
OBJETO: Contratação direta de prestação de serviços continuados de manutenção automotiva preventiva, consubstanciada especificamente na realização da **3ª (terceira) revisão obrigatória de 30.000 km** de veículo oficial pertencente à frota da Câmara Municipal de Costa Marques/RO.
RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR, observada a regularidade da instrução processual e a comprovação dos requisitos legais pertinentes, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa **TOYOTA NISSEY MOTORS JI-PARANÁ**, inscrita no CNPJ nº 18.571.247/0001-23, para a realização da 3ª (terceira) revisão obrigatória de 30.000 km do veículo oficial Toyota SW4, placa UAN2F90, pertencente à Câmara Municipal de Costa Marques/RO.
Art. 2º O valor total da contratação será de **R$ 1.779,00 (um mil, setecentos e setenta e nove reais),** abrangendo os serviços de revisão, a mão de obra especializada, o fornecimento de peças e insumos previstos no Termo de Referência, bem como a lavagem simples especificada no documento, vedada a cobrança de serviços adicionais não previamente autorizados pela Administração.
Art. 3º ESTABELECER que a execução do objeto deverá observar integralmente as condições, especificações, quantidades, prazos e obrigações estabelecidos no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 218/2026, especialmente quanto à utilização de peças genuínas, ao registro da revisão no histórico de manutenção do veículo e à preservação da garantia de fábrica.
Art. 4º DETERMINAR que a formalização da contratação fique condicionada à verificação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, à comprovação de sua condição de concessionária autorizada, à confirmação da adequação orçamentária e ao atendimento dos demais requisitos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 5º DETERMINAR que a despesa decorrente da contratação corra à conta da seguinte dotação orçamentária, conforme indicada no Termo de Referência:
•**Órgão:** 01 – Poder Legislativo;
•**Unidade:** 01.001 – Câmara Municipal;

•**Funcional Programática:** 01.031.0009.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo;
•**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
•**Ficha:** 6.
Art. 6º DETERMINAR ao setor competente que promova a adoção das providências administrativas necessárias à formalização da contratação, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as exigências legais, bem como a divulgação dos atos pertinentes nos meios oficiais exigidos pela legislação aplicável.
Art. 7º Esta autorização produzirá seus efeitos após o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes, devendo o processo permanecer devidamente instruído e disponível aos órgãos de controle interno e externo.

Costa Marques/RO, 22 de outubro de 2026.

JULIANE DUARTE SENA DAS NEVES
Presidente/CMCM
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Frank Kriz Caterinque
Código Identificador:531CDCD8

SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÃO - SUPEL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA N° 15/2026
PROCESSO N° 1331/SEMSAU/2026

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, E COM DIREITO DE PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO ÀS ME, EPP, MEI SEDIADAS REGIONALMENTE, DE ACORDO COM EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Costa Marques, Estado de Rondônia, por meio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na forma da Lei nº 14.133/21, Instrução Normativa SEGES/ME nº 76/2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021, Decreto Municipal no 1172/GAB/2024, e alterações, a Licitação na Modalidade de **Dispensa**, na forma **Eletrônica**, tipo menor preço**,** em regime de preço **UNITÁRIO**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MARMITEX DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, DURANTE DESLOCAMENTO PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA MARQUES- RO**, no valor estimado de R$ 23.628,15 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e quinze centavos).

Da sessão de abertura:
Abertura da sessão será dia **28/10/2026 às 09:00hs**
Encerramento da sessão **28/10/2026 às 15:00hs**
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.
LOCAL: www.licitanet.com.br

A cópia do Edital da Dispensa Eletrônica e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do site https://transparencia.costamarques.ro.gov.br, do portal onde será realizado a licitação www.licitanet.com.br, do e-mail Supel@costamarques.ro.gov.br, e na Sala da Superintendência de Licitação desta Prefeitura em dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30. Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares poderá ser obtida nos endereços acima.

Costa Marques/RO, 22 de outubro de 2026.

JOSÉ ARRIATES NETO
Agente de Contratação
Dec. 454/GAB/2025

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:19052F87

SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÃO - SUPEL
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/PMCM/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º05/2026
PROCESSO Nº 0000085.03.17-2026 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

O **MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES**, inscrito no CNPJ nº 04.100.020/0001-95, com sede na Av. Chianca, nº 1381, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **FABIOMAR AGOSTINI BENTO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1144603 SSP/RO e do CPF nº 011.251.662-90, residente e domiciliado na Avenida Limoeiro, s/n, esquina com Av. Chianca, Zona Rural, neste Município de Costa Marques, doravante denominado **CONTRATANTE**.
E, de outro lado a empresa **P R DO AMARAL SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.721.948/0001-92, com sede na Estrada Linha 02, Km 01, Lote 115, Gleba 02, s/nº, P.A. Buriti, Zona Rural, Município de Buritis/RO, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **PATRICIA RUFINO DO AMARAL SANTOS**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 809.182.122-00.
Resolvem, com fundamento no **art. 136 da Lei nº 14.133/2021** e na Cláusula 19ª do Contrato, registrar por meio de **APOSTILAMENTO** as alterações a seguir, relativas ao **Contrato Administrativo nº 27/PMCM/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2026 (Processo nº 0000085.03.17-2026 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE).
Art. 136. *Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:*
I *- variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;*
II *- atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;*
III *- alterações na razão ou na denominação social do contratado;*
IV *- empenho de dotações orçamentárias.*

CLÁUSULA DÉCIMA NONA ALTERAÇÕES
19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
19.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
19.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO APOSTILAMENTO
1.1. O presente Termo tem por objeto alterar as **Cláusulas Oitava (Da Dotação Orçamentária)** e **Décima Quinta (Da Garantia de Execução)** do Contrato Administrativo nº 27/PMCM/2026, que passam a vigorar com a redação constante das cláusulas seguintes, mantidas inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CLÁUSULA OITAVA)
2.1. **ONDE SE LÊ:**
CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
8.1. As despesas com o pagamento do objeto, quando houver a contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários, consignados no orçamento do ano de 2026, do Município de Costa Marques.
Órgão: 02.000 – EXECUTIVO

Unidade: 02.009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Funcional: 18.541.7 – EDUCA VERDE: CONSCIÊNCIA E AÇÃO AMBIENTAL
Projeto/Atividade: 2045 – MANUT. DAS ATIV. – SEMMA
Natureza de Despesa: 3.3.71.70.99.00.00.00 – OUTROS RATEIOS PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Recurso: 1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

2.2. **LEIA-SE:**
CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
8.1. As despesas com o pagamento do objeto, quando houver a contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários, consignados no orçamento do ano de 2026, do Município de Costa Marques.

Órgão: 02.00 – Executivo
Unidade Orçamentária: 02.009 – Manutenção das Atividades da SEMA
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 134

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA)
3.1. **ONDE SE LÊ:**
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

3.2. **LEIA-SE:**
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
15.1. Na assinatura do contrato será exigida garantia de execução, nos moldes dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, que assegurará a fiel observância das obrigações contratuais, mediante aplicação de 1% (um por cento) sobre o valor contratual.
15.2. A CONTRATADA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, em uma das seguintes modalidades:

a) depósito em espécie ou cheque nominativo ao CONTRATANTE, no Banco do Brasil, Agência 2223-3, Conta Corrente 5432-1 (Prefeitura Municipal de Costa Marques-RO), cuja validade somente se dará mediante recibo emitido pela Tesouraria e, em caso de cheque, após a efetiva compensação;

b) carta fiança bancária, com prazo de validade no mínimo igual ao prazo de execução do objeto, acrescido de 90 (noventa) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

c) seguro-garantia, em apólice nominal ao CONTRATANTE, emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, com prazo de validade no mínimo igual ao prazo de execução do objeto, acrescido de 90 (noventa) dias.

15.3. Optando a CONTRATADA pelas modalidades previstas nas alíneas "b" ou "c", terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da homologação, para prestar a garantia.
15.4. Havendo majoração do valor contratual, a garantia será acrescida pela aplicação do mesmo percentual sobre o valor majorado. Havendo redução, poderá a CONTRATADA ajustar o valor da garantia, se assim desejar.
15.5. A CONTRATADA perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, na hipótese de inadimplemento das obrigações e/ou rescisão do contrato.
15.6. A garantia de execução e a garantia adicional, ou o valor que delas restar, serão devolvidas ao término do contrato, satisfeitas as exigências contratuais, e, quando em dinheiro, atualizadas monetariamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 27/PMCM/2026 não expressamente alteradas por este Termo.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios oficiais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Costa Marques/RO, 22 de outubro de 2026.

FABIOMAR AGOSTINI BENTO
Prefeito Municipal – Contratante

P R Do Amaral Santos LTDA
PATRICIA RUFINO DO AMARAL SANTOS –
Contratada

Testemunhas:

1ª Testemunha:

_____
CPF:_____

2ª Testemunha:

_____
CPF:_____

Publicado por:
Fatima Sheila Pereira Dos Reis
Código Identificador:F4DD37CB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12181/GAB/2026 21 DE OUTUBRO DE 2026 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº.12181/GAB/2026
21 de outubro de 2026

Abre no orçamento vigente Crédito Adicional Suplementar Proveniente de *Excesso de Arrecadação na unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Administração.*

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 8 de 15/10/2026 (ID 461959).
CONSIDERANDO a Lei 1985 de 21/10/2026 (ID 463792).

DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no orçamento do exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação na importância R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Administração, distribuídos a seguinte dotação:

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.03 Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 02.0301 - Secretaria Municipal de Administração
Programa/Ação04.122.0003.2001 Apoio e Manutenção da Gestão Administrativa

Despesa: 3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens fixas
Ficha: 55
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.501
Valor: 120.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito Suplementar correrão por conta do Excesso de Arrecadação, conforme demonstrativo contábil.

FONTE RECURSO	RECEITA PREVISTA 2026	RECEITA ARRECADADA 2026	EXECESSO DE ARRECADAÇÃO 2026
0.1.501	543.292,45	R$ 744.323,41	R$ 201.030,96

Fonte: Demonstrativo Excesso Arrecadação de 15/10/2026 (ID 461976)

Art. 3º - Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar autorizada por este Decreto, ficam automaticamente alterados e compatibilizados, no que couber, os Anexos do:
I Plano Plurianual PPA 20262029, aprovado pela Lei nº 1.795/2026;
II Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2026, aprovada pela Lei nº 1.794/2025;
III Lei Orçamentária Anual LOA 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 21 de Outubro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:B3AD77D3

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12182/GAB/2026 21 DE OUTUBRO DE 2026 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº.12182/GAB/2026
21 de outubro de 2026

Abre no orçamento vigente Crédito Adicional Especial proveniente de Anulação de Dotação Orçamentária na unidade: Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
CONSIDERANDO a Comunicação Interna 542 de 13/10/2026 (ID 460668)
CONSIDERANDO a Lei 1986 de 20/10/2026 (ID 463764).

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do exercício de 2026 Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação Orçamentária no valor de R$ 260,96 (duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), conforme discriminação abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 260,96

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 02.0400 - Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação12.361.0018.2035.0000 Manutenção do Ensino Fundamental
Despesa: 3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fisxas - Pessoal Civil
Ficha: 567
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.2.540
Valor: R$ 260,96

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será coberto mediante anulação da seguinte dotação orçamentária:

ANULAÇÃO (-):_____R$ (260,96)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 02.0400 - Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação12.361.0018.2010.000 Gestão Transporte Escolar
Despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 531
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.2.540
Valor: R$ 110,00

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 02.0400 - Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2010.000 Gestão Transporte Escolar
Despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 533
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.2.540
Valor: R$ 35,86

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 02.0400 - Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.0000 Manutenção da Pré Escola
Despesa: 3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fisxas - Pessoal Civil
Ficha: 568
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.2.540
Valor: R$ 115,10

Art. 3º - Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial autorizada por este Decreto, ficam automaticamente alterados e compatibilizados, no que couber, os Anexos do:
I Plano Plurianual PPA 20262029, aprovado pela Lei nº 1.795/2026;
II Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2026, aprovada pela Lei nº 1.794/2025;
III Lei Orçamentária Anual LOA 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 21 de outubro de 2026

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:B93E81CF

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL N° 292/GP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE REORDENAÇÃO DA COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO, PERMANENTE E SERVIÇOS DE TERCEIROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA MUNICIPAL N° 292/GP/2026

DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre Reordenação da Comissão para recebimento de material de consumo, permanente e serviços de terceiros da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, e contém outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: a Comissão para recebimento de material de consumo, permanente e serviços de terceiros da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 123 de 22/10/2026 (ID 464239)

RESOLVE

Art. 1º - REORDENAR a Comissão para recebimento de material de consumo, permanente e serviços de terceiros da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Art. 2º - FICAM DESIGNADOS, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores.

NOMES	CPF	CARGO
Luciene Francisca Da Silva	***.647.832-***	Membro
Willian Gonçalves Barbosa	***.640.242-**	Membro
Guilherme Apolinario De Jesus	***.951.852-**	Membro
Keila Pinheiro Da Silva	***.786.722-**	Membro
Karine Vitoria Nascimento Oliveira	***.445.912-**	Membro
Elen Rodrigues Da Silva	***.754.632-**	Membro
Alessandra De Medeiros Vasconcelos	***.774.522-**	Membro

Art. 3º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro do ano de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA MOISES ALVES DOS SANTOS
Prefeito Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:36E93947

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 192/CMGM/2024

Institui a Comissão de Transmissão de Cargo e Transição Governamental de Final de Mandato no âmbito da Câmara Municipal de Guajará-Mirim/RO e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO), no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

CONSIDERANDO o disposto na Decisão Normativa n.º 001/2016/TCE-RO, que disciplina os procedimentos para a transmissão de cargo no âmbito municipal;

CONSIDERANDO as diretrizes da Recomendação UCCI n.º 10/2020 e as providências indicadas no Memorando n.º 17/UCCI/CMGM/2026;

CONSIDERANDO a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará-Mirim para o biênio 2027-2028, realizada em 2 de outubro de 2026 e homologada pelo Decreto Legislativo n.º 3152/CMGM/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir mecanismo formal de planejamento, organização, acompanhamento e registro das informações e dos documentos necessários à transmissão da gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Guajará-Mirim/RO, a Comissão de Transmissão de Cargo e Transição Governamental de Final de Mandato, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e registrar as providências necessárias à transmissão da gestão da Mesa Diretora e à transição para o biênio 2027-2028.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I - **Enio Menezes da Silva -** Chefe de Gabinete;
II - **Elivando de Oliveira Brito -** Coordenador Central de Controle Interno;
III - **Wilque Soares da Silva -** Diretor de Tecnologia da Informação;
IV - **Sorin Melgar Maciel Siqueira -** Diretor(a) de Contabilidade;
V - **Juliana Marostega -** Coordenador(a) de Orçamento e Finanças;
VI - **Miriam da Rocha Mariobo -** Coordenador(a) de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos;
VII - **Keury Urquieta da Costa -** Coordenador(a) do Legislativo;
VIII - **Ivan de Mesquita Menezes -** Diretor(a) do Departamento de Material e Patrimônio;
IX - **Antônio Laureano Neto -** Chefe de Compras e Licitações;
X - **Camila Oliveira de Moura -** Representante indicado pelo Presidente eleito;
XI - **Igor dos Santos Cavalcante -** Representante indicado pelo Presidente eleito;
XII - **Michel Moraes Leite -** Representante indicado pelo Presidente eleito;

Parágrafo único. A presidência e a secretaria dos trabalhos serão definidas na reunião de instalação da Comissão e registradas em ata.

Art. 3º Compete à Comissão:
1 - elaborar o plano de trabalho e o cronograma das atividades de transmissão e transição;
2 - requisitar aos órgãos e setores da Câmara informações, documentos, relatórios e demais elementos necessários aos trabalhos;
3 - promover o levantamento da execução orçamentária e financeira, das licitações, dos contratos, dos convênios, do patrimônio, do quadro de pessoal, dos processos administrativos e dos sistemas utilizados pela Câmara;
4 - identificar pendências, riscos, obrigações e providências necessárias para assegurar a continuidade dos serviços e das atividades legislativas;
5 - organizar e conferir a documentação a ser disponibilizada à Mesa Diretora eleita, mantendo registro das entregas e dos recebimentos;
6 - elaborar relatório circunstanciado e termo de transmissão, com a descrição das informações, documentos e pendências encaminhados.

Art. 4º Os órgãos e setores da Câmara Municipal deverão prestar à Comissão o apoio técnico e administrativo necessário ao cumprimento de suas atribuições, fornecendo as informações e os documentos solicitados no prazo estabelecido no cronograma de trabalho.

Art. 5º Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos seus integrantes e não serão remunerados, por constituírem serviço público relevante.

Art. 6º A Unidade de Coordenação de Controle Interno - UCCI prestará orientação e acompanhamento técnico aos trabalhos da

Comissão, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos e setores pela exatidão e integridade das informações fornecidas.

Art. 7º A Comissão deverá concluir os trabalhos e apresentar o relatório e o termo de transmissão antes da posse da Mesa Diretora eleita, sem prejuízo da adoção de providências complementares que se mostrarem necessárias.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor com efeitos apartir do dia 03 de novembro de 2026.

Gabinete da Presidência, 22 de outubro de 2026.

ELIEL NUNES SILVINO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Antonio Laureano Neto
Código Identificador:3D76D218

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.294/GAB.PREF/2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de R$ 545.000,00 (Quinhentos e quarenta e cinco mil reais) referente a solicitação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

12.122.0002.2023.0000	**Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica**		
3.3.90.48.00	Outros Auxilio Financeiros a pessoa física	F-135	R$ 220.000,00
12.122.0002.2026.0000	**Programa de Alimentação Escolar da rede municipal de ensino**		
3.3.90.30.00	Material de Consumo	F-147	R$ 150.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	F-148	R$ 80.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	F- 149	R$ 80.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	F-150	R$ 15.000,00
TOTAL			**R$ 545.000,00**

Art. 2º - O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

12.122.0002.2017.0000	**Gestão e manutenção a serviço da Manu intenção da educação básica municipal**		
4.4.90.52.00	Equipamento e material permanente	F-110	R$ 220.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	F- 109	R$ 325.000,00
TOTAL			**R$ 545.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 22 de outubro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:45DA2380

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.295/GAB.PREF/2026.

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA,PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.

D E C R E T A

Art. 1º- Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de R$ 1.649,00 (um mil e seiscentos e quarenta e nove reais)referente a solicitação daSecretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0209	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
04.122.0009.2002.0000	**Gestão Administrativa**		
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de terceira pessoa Jurídica**	**F- 160**	**R$ 1.649,00**
TOTAL			**R$ 1.649,00**

Art. 2º- O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0215	**Secretaria Municipal de cultura e turismo – SEMCET**		
13.122.0007.2016.0000	**Atividade de Turismo Esporte e Cultura**		
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de terceira pessoa Jurídica**	**F- 346**	**R$ 1.649,00**
TOTAL			**R$ 1.649,00**

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 22 de outubro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:2BD2FBCA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.296/GAB.PREF/2026

Designa Gestor Técnico dos recursos do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA no âmbito do Município de Guajará-Mirim/RO e revoga o Decreto nº 18.722.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, considerando a Lei Complementar Estadual nº 292, de 29 de dezembro de 2003, que institui o Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA; o Decreto Estadual nº 31.722, de 23 de junho de 2026, que regulamenta o referido Fundo e estabelece responsabilidades aos municípios beneficiários quanto à aplicação, execução e prestação de contas dos recursos recebidos; e a Lei Municipal nº 3.158/2026, que institui o Fundo Municipal de Infraestrutura de Transporte e Habitação – FMITHA,

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor **MATEUS DA SILVA NICOLAU, Engenheiro Civil**, para exercer a função de **Gestor Técnico dos recursos do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA** no âmbito do Município de Guajará-Mirim/RO.

Art. 2º Compete ao Gestor Técnico atuar como interlocutor do Município junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia – DER/RO, acompanhar as demandas técnicas relacionadas aos recursos do FITHA, providenciar a alimentação e atualização dos sistemas pertinentes, inclusive aqueles destinados ao acompanhamento da execução e à prestação de contas, bem como acompanhar os procedimentos e documentos necessários ao cumprimento das obrigações municipais, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 31.722/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º A designação de que trata este Decreto destina-se a assegurar a continuidade do acompanhamento técnico e administrativo dos recursos do FITHA, sem afastar as responsabilidades legais dos setores e agentes municipais envolvidos na execução, fiscalização e prestação de contas.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 18.722, em razão da substituição da servidora anteriormente designada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 22 de outubro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:A2FE4FCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1023-DIÁRIA LUCYANO DANTAS LIMA

Portaria nº 1023/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 16 de Junho de2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: LUCYANO DANTAS LIMA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária Municipal de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 01 (Uma) diária no valor unitário de R$ 300,00 (Trezentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 300,00** (**Trezentos Reais**) na função MOTORISTA.
Artigo 2º. *As referidas diárias serão concedidas para* o mesmo deslocando-se o município de Porto-Velho/RO, realizado em 17/05/2026, para o transporte da Secretária Municipal de Saúde, Laryssa Maria da Silva Eguez, que participou da "Reunião **Pré CIB do COMSEM/RO**", 4 ª Reunião do COSEMS/RO, da Câmara Técnica e da 4ª reunião Ordinária da CIB de 2026." As atividades ocorreram nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2026. Ressalta-se, ainda, a participação da secretária, em 21 de maio 2026, na "Reunião da Comissão de Integração Ensino-Serviço da Regional de Saúde Madeira – Mamoré – CIES Porto-Velho ***RECURSO:AT. BÁSICA FICHA:195***
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB/PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:5FAC09B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1025-DIÁRIALUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS

Portaria nº 1025/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 16 de Junho de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias a servidora: LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 12 (Doze) diárias de ½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 600,00** (**Seiscentos e Cinquenta Reais**), na função: MÉDICA
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, do município de Guajará-Mirim/RO, junto a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de abril de 2026, conforme cronograma em anexo. **RECURSO AT. BÁSICA-Ficha 195**.
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:169CED07

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1177-DIÁRIA GISELLY PEREIRA GALVÃO

Portaria nº 1177/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 13 de Julho de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GISELLY PEREIRA GALVÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 11 (Onze) diárias de ½ (meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 550,00** (**Quinhentos e Cinquenta Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de junho de 2026, conforme a tabela a baixo. **RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:E3D6FEBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1374-DIÁRIA GISELLY PEREIRA GALVÃO

Portaria nº 1374/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 11 de Agosto de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GISELLY PEREIRA GALVÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 13 (Treze) diárias de ½ (meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 650,00** (**Seiscentos e Cinquenta Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de junlho de 2026, conforme a tabela a baixo. **RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:AC157BE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1577-DIÁRIA MARIA ODAIZA PAES CORREA

Portaria nº 1577/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 15 de Setembro de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: MARIA ODAIZA PAES CORREA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 05 (Cinco) diárias no valor unitário de R$ 100,00 (Cem), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 500,00 (Quinhentos Reais)** na função: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.
Artigo 2º. As referidas diárias serão para a mesma deslocar- se ao interior do município, para atuação nas ações de vacinação antirrábica animal na
Zona Rural de 21 a 25 de setembro de 2026. **FICHA:569**
- ***Artigo 3º*** A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:17CD16F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1658-DIÁRIA MARIA ODAIZA PAES CORREA

Portaria nº 1658/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 30 de Setembro de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: MARIA ODAIZA PAES CORREA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 03 (Três) diárias no valor unitário de R$ 100,00 (Cem Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 300,00 (Trezentos Reais)** na função: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
Artigo 2º. A referida diária será concedida para a mesma Desloca-se Ramal São Francisco, lago das Garças, do Soldado da Borracha para atuação nas ações de vacinação de cães e gatos nos dias 30 de setembro à 02 de outubro de 2026. **FICHA:569**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº. 17.824/GAB/PREF/26

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:52D24F06

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1754-DIÁRIA GERSINA DE JESUS NOBRE

Portaria nº 1754/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 14 de Outubro de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GERSINA DE JESUS NOBRE, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 11 (Onze) diárias de ½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 550,00**(**Quinhentos e Cinquenta reais**), na função: TECNICA DE ENFERMAGEM
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se até a área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de agosto de 2026. ***RECURSO AT. BÁSICA*** **FICHA:195**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:899B548F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1755-DIÁRIA GERSINA DE JESUS NOBRE

Portaria nº 1755/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 14 de Outubro de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GERSINA DE JESUS NOBRE, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 13 (Treze) diárias de ½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 650,00**(**Seiscentos e Cinquenta reais**), na função: TECNICA DE ENFERMAGEM
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se até a área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de setembro de 2026. ***RECURSO AT. BÁSICA*** **FICHA:195**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:40ED9842

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1756-DIÁRIA GISELLY PEREIRA GALVÃO

Portaria nº 1756/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 15 de Outubro de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GISELLY PEREIRA GALVÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 11 (Onze) diárias de ½ (meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 550,00** (**Quinhentos e Cinquenta Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de agosto de 2026, conforme a tabela a baixo. **RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:29C28222

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1757-DIÁRIA GISELLY PEREIRA GALVÃO

Portaria nº 1757/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 15 de Outubro de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GISELLY PEREIRA GALVÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 13 (Treze) diárias de ½ (meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 650,00** (**Seiscentos e Cinquenta Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de setembro de 2026, conforme a tabela a baixo.
RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:7BEFB5F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1758-DIÁRIA LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS

Portaria nº 1758/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 15 de Outubro de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 10 (Dez) diárias de ½ (meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 500,00** (**Quinhentos Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de Agosto de 2026, conforme a tabela a baixo. **RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:6ADF69D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1759-DIÁRIA LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS,

Portaria nº 1759/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 15 de Outubro de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 14 (Quatorze) diárias de ½

(meia diária) no valor unitário de R$ 50,00 Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 700,00** (**Setecentos Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de Setembro de 2026, conforme a tabela a baixo.
RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:E942CF7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1774-DIÁRIA SÉRGIO ROBERTO BOUEZ DA SILVA

Portaria nº 1774/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 19 de Outubro de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias ao servidor: SÉRGIO ROBERTO BOUEZ DA SILVA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 03 (Três) diárias no valor unitário de R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais), + 20% conforme Lei 10.079/05, Art. 6, perfazendo um **TOTAL** de **R$ 1.260,00** (**Mil, Duzentos e Sessenta Reais**), na função: Auditor de Controle Interno**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até **PORTO VELHO-RO nos dias 21 a 23/10/2026** onde irá Participar **da Aula do Curso de Pós-Graduação MBA em Auditoria do Setor Público Módulo 16: Governança Pública e Controle Interno, Professor Marc Uilian Ereira Reis**, que será realizada no Prédio da Escola Superior de Contas do
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho – RO. **RECURSO PRÓPRIO FICHA:174**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:82D58BD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 512-DIÁRIA LUCYANO DANTAS LIMA

Portaria nº 512/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 14 de Abril de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: LUCYANO DANTAS LIMA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 01(Uma) diária no valor unitário de R$ 300,00 (Trezentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$300,00 (Trezentos Reais)**, na função: MOTORISTA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para o mesmo transportar os (a) pacientes da Regulação para Porto Velho-RO, para Realização de Exames e/ ou Consultas com Especialistas**. A diária será paga com o recurso MAC**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº. 17.824/GAB/PREF/26

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:67EBD6C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 560-DIÁRIA LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS

Portaria nº 560/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 27 de Abril de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias a servidora: LUCIANA MARIA DA SILVA SOUZA DOS REIS, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 11 (Onze) diárias de ½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 550,00** (**Quinhentos e Cinquenta Reais**), na função: MÉDICA
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nos dias **03, 04, 05, 10, 11, 12, 18, 19, 25, 26. E 31/03/2026**, acompanhando a **Equipe Rural** da **ESF** (Estratégia Saúde da Família), onde irão "Realizar Atividades como Consultas, Ações de Saúde, referente ao mês de **MARÇO/2026**", conforme cronograma em anexo.
RECURSO AT. BÁSICA- Ficha 195.
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:50384ACB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 844-DIÁRIA GISELLY PEREIRA GALVÃO

Portaria nº 844/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 25 de Maio de 2026

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: GISELLY PEREIRA GALVÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 01 (Uma) diária no valor unitário de R$ 300,00 (Trezentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 300,00** (**Trezentos Reais**), na função: ENFERMEIRA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocarse até a **PORTO-VELHO/RO**, Para participação na "Oficina

da Primeira Infância Antirracista na Atenção Primária à Saúde (PIA na APS), em Rondônia", que será realizada no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Porto-Velho/RO, conforme Ofício nº 25530/2026/SESAU-COAPS, em anexo. **RECURSO AT. BÁSICA. Ficha 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:CBE56B81

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 874-DIÁRIA JACKELINE ATANAELA DE OLIVEIRA FACCAS

Portaria nº 874/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 26 de Maio de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: JACKELINE ATANAELA DE OLIVEIRA FACCAS, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 08 (Oito) diárias de ½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 400,00**(**Quatrocentos reais**), na função: MÉDICA**.**
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nos dias **01**, **02, 07, 08, 09, 14,15, 16/04/2026**, onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de **Abril de 2026**
RECURSO AT.BÁSICA FICHA:195
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:3C2C3A53

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 884-DIÁRIA LUCYANO DANTAS LIMA

Portaria nº 884/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 28 de Maio de2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: LUCYANO DANTAS LIMA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária Municipal de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 13 (Treze) diárias de½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 650,00** (**Seiscentos e Cinquenta Reais**) na função MOTORISTA.
Artigo 2º. *As referidas diárias serão concedidas para* o mesmo deslocando-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de **Abril** de **2026** ***RECURSO:AT. BÁSICA FICHA:195***
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:6C8E6F4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 886-DIÁRIA LUCYANO DANTAS LIMA

Portaria nº 886/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 28 de Maio de2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: LUCYANO DANTAS LIMA, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária Municipal de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 10 (Dez) diárias de½ no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 500,00** (**Quinhentos Reais**) na função MOTORISTA.
Artigo 2º. *As referidas diárias serão concedidas para* o mesmo deslocando-se à área rural do município de Guajará-Mirim/RO, acompanhando a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), onde realizou atendimentos e ações de saúde, durante o mês de **Maio** de **2026** ***RECURSO:AT. BÁSICA FICHA:195***
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB/PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:1BDEE88A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 042/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1007-06/2026

Espécie: Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de instalação, manutenção, adequação e reparos em estruturas metálicas, esquadrias e demais elementos construtivos, com fornecimento de materiais, visando atender às necessidades das unidades escolares e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

FORNECEDOR:S DAVINO DA SILVA LTDA
CNPJ:13.285.882/0001-20
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO 1355 / CENTRO / ITAPUA DO OESTE / RO / 76861-000

VALORR$:62.940,00 (sessenta e dois mil, novecentos e quarenta reais).

Itapuã do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

LUCILAINE VEIGA DE SOUZA VOLET DE CASTRO
Agente de Contratação
Portaria N.º 078/GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:80639FE7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 043/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006-06/2026

Espécie: Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;

OBJETO: Aquisição de janelas, bancadas e tanque destinados à conclusão e adequada estruturação da nova Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Município de Itapuã do Oeste/RO.

FORNECEDOR:S DAVINO DA SILVA LTDA
CNPJ:13.285.882/0001-20
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO 1355 / CENTRO / ITAPUA DO OESTE / RO / 76861-000

VALORR$:64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Itapuã do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

LUCILAINE VEIGA DE SOUZA VOLET DE CASTRO
Agente de Contratação
Portaria N.º 078/GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:4D6FDECD

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 946-09/2026

EXTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 946-09/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,**IDIZNEI CASTRO MARTINS**;

CONTRATADA: NOVA GESTÃO CONSULTORIA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.668.280/0001-88, com sede na Rua do Brilhante, nº 201, Sala 01, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-150, e-mail paulo-indice@uol.com.br, neste ato representada por seu administrador, **Sr. PAULO PIOVESANI.**

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor Total anual é de **R$130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais).**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de inteligência fiscal, compreendendo disponibilização de plataforma tecnológica em ambiente web, suporte técnico especializado, atualização contínua da solução, acompanhamento técnico permanente e capacitação presencial dos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, destinados ao processamento, conferência, monitoramento, análise e acompanhamento das informações econômico-fiscais utilizadas na apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e da Produção e do Índice de Participação dos Municípios – IPM, observados os critérios técnicos estabelecidos pela SEFIN/RO.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha:	550	**Processo Nº:**	00946/2026
Unidade:	020901 - SEC. MUN. DE FAZENDA		
Funcional:	04.129.0002.2006.0000		
Cat. Econômica:	3.3.90.39.00 - DESPESAS CORRENTES		
Código de Aplicação:	002.001 - Recursos Próprios / Ordinários		
Fonte de Recurso:	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos		
Fonte STN:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)		

Publicado por:
Juliana Mendonza da Silva
Código Identificador:1D1AD7E6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 895-05/2026 CREDENCIAMENTO ONLINE Nº 002/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos especializados, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Itapuã do Oeste/RO.

EMPRESA ADJUDICATÁRIA: MACHADO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.248.715/0001-51.

ITEM 06: Prestação de serviços médicos especializados em **ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**, destinados à realização de consultas, avaliação clínica, diagnóstico, acompanhamento terapêutico, prescrição de tratamento e demais procedimentos inerentes à especialidade, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

QUANTITATIVO: 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

VALOR UNITÁRIO: R$ 185,19 (cento e oitenta e cinco reais e dezenove centavos) por hora.

VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 88.891,20 (oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ATO: O Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste/RO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR Nº 01 do Credenciamento Online nº 002/2026, em favor da empresa acima identificada, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 19 de outubro de 2026.

Itapuã do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste/RO

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:163809DA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22-138/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ nº 84.580.182/0001-07.

CONTRATADA: PAGMENOS COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 43.208.654/0001-18.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, compreendendo gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higienização, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta da contratada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL: R$ 26.193,00 (vinte e seis mil, cento e noventa e três reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão 0101 – Câmara Municipal; Unidade Orçamentária 010100 – Câmara Municipal; Função 01 – Legislativa; Subfunção 031 – Ação Legislativa; Programa 0001 – Fortalecimento do Legislativo; Projeto/Atividade 0002 – Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas; Natureza da Despesa 3.3.90.30.99 – Material de Consumo/Outros Materiais de Consumo; Fonte de Recursos 500 – Recursos não Vinculados de Impostos; Código de Aplicação 001001 – Recursos Próprios/Ordinários.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 22 de outubro de 2026 a 21 de outubro de 2027.

Itapuã do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

RONILVANE ALVES SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:E0501769

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22-138/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ nº 84.580.182/0001-07.

CONTRATADA: C S DOS SANTOS COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.754.209/0001-43.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, compreendendo gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higienização, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência e na proposta da contratada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente de dispensa de licitação.

VALOR TOTAL: R$ 15.076,35 (quinze mil, setenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão 0101 – Câmara Municipal; Unidade Orçamentária 010100 – Câmara Municipal; Função 01 – Legislativa; Subfunção 031 – Ação Legislativa; Programa 0001 – Fortalecimento do Legislativo; Projeto/Atividade 0002 – Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas; Classificação da Despesa 3.3.90.30.99 – Material de Consumo/Outros Materiais de Consumo; Fonte de Recurso 1 – Recursos do Exercício Corrente; Código da Fonte 500 – Recursos não Vinculados de Impostos; Código de Aplicação 001001 – Recursos Próprios/Ordinários.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 22 de outubro de 2026 a 21 de outubro de 2027.

FORMA DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO: Fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, com pagamento pelos produtos efetivamente fornecidos, mediante apresentação de nota fiscal, atesto do servidor competente e regular liquidação da despesa.

RONILVANE ALVES SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:339B8698

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22-138/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ nº 84.580.182/0001-07.

CONTRATADA: MINIMERCADO ITAPUA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA., inscrita no CNPJ nº 11.248.746/0001-35.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higienização para atender às necessidades administrativas da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência e na proposta da contratada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente de dispensa de licitação.

VALOR TOTAL: R$ 5.025,00 (cinco mil e vinte e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão 0101 – Câmara Municipal; Unidade Orçamentária 010100 – Câmara Municipal; Função 01 – Legislativa; Subfunção 031 – Ação Legislativa; Programa 0001 – Fortalecimento do Legislativo; Projeto/Atividade 0002 – Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas; Classificação da Despesa 3.3.90.30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização, condicionada à confirmação da classificação efetivamente disponível no orçamento.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 22 de outubro de 2026 a 21 de outubro de 2027.

FORMA DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO: Fornecimento parcelado, conforme as necessidades da Administração, com pagamento pelos produtos efetivamente fornecidos, recebidos e atestados, mediante apresentação de nota fiscal e regular liquidação da despesa.

Itapuã do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

RONILVANE ALVES SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:BFF08D33

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 3.441, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

DECRETO Nº 3.341, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026 POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DO GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; e
CONSIDERANDO o disposto do artigo 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 1.220 de 12 de Dezembro de 2025, que trata da solicitação de abertura de créditos adicionais no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto do artigo 7º e 8º, da Lei Orçamentária Anual Nº 1.232 de 30 de Dezembro de 2025, que trata da abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o Decreto nº 3.257, de 05 de janeiro de 2026, que trata da abertura do Orçamento vigente, Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o Memorando nº 161/SEMFAZ/2026, de 19 de Outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ solicita a abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro para cobrir despesas com pagamentos das obrigações da folha de Pagamento dos meses de outubro e novembro.

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, no valor de **R$ 621.182,00 (seiscentos e vinte e um mil e cento e oitenta e dois reais),** para atender o Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEMAGRI.
Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2025, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento conforme a seguir mencionados:

I - SUPLEMENTAÇÃO (ES):	
UNIDADE GESTORA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE - RO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.02.01 - Gabinete do Prefeito
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.0002.2020.0000 - GESTÃO DE POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS
FICHA:	**845**
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 113.631,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.04.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.0002.2003.000 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL
FICHA:	**846**
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 321.290,00
FICHA:	**847**
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 55.448,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.07.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEMAGRI
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.0002.2003.000 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL
FICHA:	**848**
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 130.813,00
Fonte de Recurso:	0.2.500.00 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercícios Anteriores)
Superávit Financeiro (+): **R$ 621.182,00**	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Floresta, Itapuã do Oeste/RO, 22 de Outubro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55
Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL,** em 22/10/2026 às 09:36, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **575365** e o código verificador **27099D94.**

Referência: Processo nº 35-63/2026.	Docto ID: 575365 v1

Publicado por:
Rait Monteiro de Souza
Código Identificador:4F3DE248

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 3.442, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

DECRETO Nº 3.342, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026 POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o disposto do artigo 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 1.220 de 12 de Dezembro de 2025, que trata da solicitação de abertura de créditos adicionais no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto do artigo 7º e 8º, da Lei Orçamentária Anual Nº 1.232 de 30 de Dezembro de 2025, que trata da abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.257, de 05 de janeiro de 2026, que trata da abertura do Orçamento vigente, Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o Memorando nº 161/SEMFAZ/2026, de 19 de Outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ solicita a abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro para cobrir despesas com pagamentos das obrigações da folha de Pagamento dos
meses de outubro e novembro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, no valor de **R$ 901.112,00 (novecentos e um mil e cento e doze reais)**, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2025, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17

de março de 1964, consignados no orçamento conforme a seguir mencionados:

I - SUPLEMENTAÇÃO (ES):		
UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.05.02 - FUNDO MUN. DE SAUDE - BLOCO CUSTEIO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.301.0005.2028. 0000 - Manutenção E Desenvolvimento Das Ações E Serviços Públicos Da Atenção Primária - Outras Ações	
FICHA:	**849**	
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 324.930,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.05.03 - FUNDO MUN. SAUDE - BLOCO CUSTEIO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0005.2036.0000 - Manutenção e Funcionamento do Hospital Municipal	
FICHA:	**850**	
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 401.830,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.02.05 - FUNDO MUN. DE SAUDE - BLOCO CUSTEIO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.305.0006.2043.0000 - Manutenção e Funcionamento dos Serviços e Ações da Vigilância em Saúde	
FICHA:	**851**	
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 79.572,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.05.02 - FUNDO MUN. DE SAUDE - BLOCO CUSTEIO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0005.2036.0000 - Manutenção e Funcionamento do Hospital Municipal	
FICHA:	**852**	
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 94.780,00
Fonte de Recurso:	0.2.500.00 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercícios Anteriores)	

Superávit Financeiro (+): **R$ 901.112,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Floresta, Itapuã do Oeste/RO, 22 de Outubro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000 Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS**, **CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 09:36, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **575462** e o código verificador **C94431A7**.

Referência: Processo nº 35-63/2026	Docto ID: 575462 v1

Decreto 3442 de 20/10/2026, assinado na forma do Decreto nº 2.043/2020 (ID: 575462 e CRC: C94431A7).

Publicado por:
Rait Monteiro de Souza
Código Identificador:0AA2DD2B

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 3.443, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE
DECRETO Nº 3.343, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026 POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; e
CONSIDERANDO o disposto do artigo 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 1.220 de 12 de Dezembro de 2025, que trata da solicitação de abertura de créditos adicionais no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto do artigo 7º e 8º, da Lei Orçamentária Anual Nº 1.232 de 30 de Dezembro de 2025, que trata da abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o Decreto nº 3.257, de 05 de janeiro de 2026, que trata da abertura do Orçamento vigente, Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026;
CONSIDERANDO o Memorando nº 161/SEMFAZ/2026, de 19 de Outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ solicita a abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro para cobrir despesas com pagamentos das obrigações da folha de Pagamento dos meses de outubro e novembro.
DECRETA:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, no valor de **R$ 112.742,00 (cento e doze mil e setecentos e quarenta e dois reais),** para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.
Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2025, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento conforme a seguir mencionados:

I - SUPLEMENTAÇÃO (ES):	
UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.06.01 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	12.122.0002.2003.0000 - Remuneração de Pessoal E Encargos Sociais
FICHA:	**853**
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 63.373,00
FICHA:	**855**
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 17.689,00
FICHA:	**856**
3.3.90.46.00 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R$ 31.680,00
Fonte de Recurso:	0.2.500.00 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercícios Anteriores)

Superávit Financeiro (+): **R$ 112.742,00**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Floresta, Itapuã do Oeste/RO, 22 de Outubro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55
Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL,** em 22/10/2026 às 09:36, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **575526** e o código verificador **6654B327.**

Referência: Processo nº 35-63/2026.	Docto ID: 575526 v1

Publicado por:
Rait Monteiro de Souza
Código Identificador:9EACE2DD

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 3.444, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

DECRETO Nº 3.444, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TRANSFERÊNCIA NO ORÇAMENTO DE 2026, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o disposto do artigo 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 1.220 de 12 de Dezembro de 2025, que trata da solicitação de abertura de créditos adicionais no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto do artigo 7º e 8º, da Lei Orçamentária Anual Nº 1.232 de 30 de Dezembro de 2025, que trata da abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.257, de 05 de janeiro de 2026, que trata da abertura do Orçamento vigente, Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o Memorando nº 163/SEMFAZ/2026, de 29 de Setembro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ solicita a Suplementação por Transferência pela necessidade de adequação das dotações orçamentárias, visando assegurar o equilíbrio da execução orçamentária e garantir a continuidade das ações, programas e serviços desenvolvidos por esta Secretaria.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam transferidas na forma deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, conforme a seguir mencionadas:

I - ACRÉSCIMOS:

UNIDADE GESTORA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE - RO	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.09.01 - Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.0002.2005.0000 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
FICHA:	**542**	
3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		R$ 65.000,00
Fonte de Recurso:	0.1.500.00 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercício Corrente)	
TOTAL DE ACRÉSCIMOS:		**R$ 65.000,00**

II - REDUÇÕES:

UNIDADE GESTORA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE - RO	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.09.01 - Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.0002.2003-0000 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
FICHA:	**533**	
33.90.93.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO		R$ - 65.000,00
Fonte de Recurso:	0.1.500.00 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercício Corrente)	
TOTAL DE REDUÇÕES:		**R$ - 65.000,00**

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº Nº 1.220 de 12 de Dezembro de 2025 e dentro dos valores aprovados para os Poderes, Órgãos e Unidades contemplados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Floresta, Itapuã do Oeste/RO, 22 de Outubro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000 Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS**, **CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 09:36, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **575544** e o código verificador **749782D4**.

Referência: Processo nº 35-63/2026.	Docto ID: 575544 v1

Decreto 3444 de 20/10/2026, assinado na forma do Decreto nº 2.043/2020 (ID: 575544 e CRC: 749782D4).

Publicado por:
Rait Monteiro de Souza
Código Identificador:DF2DECA9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
Lei Federal nº 14.133/2021 – Art. 75, inciso II
Processo Administrativo nº 52-95/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE/RO**, inscrita no CNPJ nº **34.482.281/0001-88**, com sede na **Avenida Castelo Branco, nº 3150, Centro**, Machadinho d'Oeste/RO, CEP **76.868-000**, por intermédio do **Agente de Contratação**, torna público que realizará a **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026**, com fundamento no art. 75, inciso II, da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, mediante critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos respectivos anexos.

1. OBJETO

Constitui objeto desta Dispensa Eletrônica a **contratação de sociedade seguradora para prestação de serviço de seguro veicular**, destinado ao veículo oficial **Ford Ranger XLSCD4A22C, ano de fabricação 2022, modelo 2023, placa SLL0E50**, pertencente à Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste/RO, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições, coberturas, limites indenizatórios, franquias e demais especificações estabelecidas no **Termo de Referência** e nos anexos do procedimento.

Valor global estimado: R$ 1.940,00 (mil novecentos e quarenta reais).

2. CRONOGRAMA (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

Acolhimento das propostas: a partir de ***22/10/2026, às 08h***;
Encerramento do acolhimento das propostas: ***28/10/2026, às 08h***;
Início da sessão pública e etapa de lances: ***28/10/2026, das 08h às 14h.***

3. LOCAL/ENDEREÇO ELETRÔNICO

Plataforma: LICITANET.
Endereço eletrônico: https://portal.licitanet.com.br

Envio de propostas e documentos: exclusivamente pela plataforma eletrônica, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

Disponibilização dos documentos: o Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência e os demais anexos serão disponibilizados aos interessados nos meios oficiais de divulgação do procedimento.

DIEGO PITER DE ABREU
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Piter de Abreu
Código Identificador:50480DDE

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADENDO RETIFICADOR DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA NO 10/SEMAS/2026

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste - RO, por intermédio da Agente de Contratação, torna pública a retificação das condições de participação constantes no Edital da Dispensa Eletrônica nº 10/SEMAS/2026, realizado nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura para 02 (duas) caminhonetes novas, marca/modelo Chevrolet S10 WT DD4, ano/modelo 2026.

1. RETIFICAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO (RETIRADA DA EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP)

ONDE SE LIA:

"**EXCLUSIVO** PARA AS ME/EPPs- COM DIREITO DE PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO."

PASSA A VIGER:

"PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM BENEFÍCIO AS ME/EPP: *Poderão participar desta Dispensa Eletrônica as pessoas jurídicas legalmente constituídas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto licitado e que atenderem integralmente a todas as exigências e documentações de habilitação dispostas neste Edital e em seus Anexos."*

Esclarece que na plataforma eletrônica de disputas (licitanet) já se encontrava parametrizada e liberada desde o início para o cadastro de proposta de quaisquer empresas interessadas, independente do porte do faturamento. O certame é de ampla concorrência, assegurando-se às MEs e EPPs estritamente os benefícios de preferência previstos na legislação vigente (como o critério de desempate), e não a exclusividade do lote.

DA INALTERABILIDADE DA PROPOSTA E MANUTENÇÃO DOS PRAZOS:

A presente alteração possui caráter estritamente esclarecedor sobre a participação do certame e não afeta de forma alguma a formulação das propostas de preços por parte dos interessados. Diante disso, em estrito cumprimento ao § 1º do Art. 55 da Lei nº 14.133/2021, ficam integralmente mantidos os prazos e datas originais do certame. **Sessão pública virtual:** Das 09h00min às 15h00min do dia 26/10/2026 (Horário de Brasília).

Machadinho D'Oeste - RO, 22/10/2026

SAMARA RAQUEL KUSS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Sirlene Aparecida Galani
Código Identificador:7BF181F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5248

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 5248, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial porExcesso de Arrecadação no corrente exercício, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE – RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e em especial o que dispõe a Lei Municipal n. 2932 de 21 de outubro de 2026, resolve:

D E C R E T A R

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), oriundo da Fonte de Recursos 1.540 – FUNDEB, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

Parágrafo único. O valor total do crédito de que trata esta Lei está assim distribuído, de acordo com a vinculação dos recursos do FUNDEB:

Destinação	Valor (R$)
FUNDEB 70% (remuneração dos profissionais da educação básica e despesas correlatas)	1.443.600,00
FUNDEB 30% (demais despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino)	2.556.400,00
TOTAL – Fonte 1.540 FUNDEB	**4.000.000,00**

Art. 2º. Este decreto contém anexo único.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 22 dias do mês de outubro de 2026.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077316** e o código verificador **296BFA93**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:2DFB439F

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 1-4555/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 1-4555/2026
ASSUNTO: RESCISÃO DE TRABALHO.
INTERESSADO: ITALO CATARINO REDONDO.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste- RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"HOMOLOGAR" o Processo n.º1-4555/2026, referente à RESCISÃO CONTRATUAL de **ITALO CATARINO REDONDO**, conforme o Relatório de Análise Processual (ID 1077579).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 13:30, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077598** e o código verificador **1E0CF7E7**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:5F73878C

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 2409/2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 2409/2023
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD.
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.

https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 2409/2023/PAD, instaurado para apurar eventual responsabilidade de servidor, ocupante do cargo de Motorista, em razão de acidente envolvendo veículo oficial do Município, bem como examinar os atos e fatos conexos que emergiram no curso da apuração;

CONSIDERANDO o Relatório Final, elaborado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no qual foram analisados os documentos constantes dos autos, os depoimentos colhidos, os esclarecimentos prestados.

CONSIDERANDO que, no curso da instrução processual, a Comissão examinou as circunstâncias relacionadas ao acidente, inclusive os relatos acerca das condições de visibilidade decorrentes da poeira existente na via e as circunstâncias que antecederam a colisão;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante concluiu não haver evidências de que o servidor tenha agido com negligência ou imprudência, considerando, conforme os elementos analisados, que a ocorrência decorreu de situação inesperada e da presença repentina de poeira, circunstância que pode ter contribuído para a desorientação do condutor;

CONSIDERANDO que, sob a análise da Comissão, a situação excepcional deveria ser apreciada à luz do princípio da razoabilidade, considerando as circunstâncias concretas apresentadas nos autos;

CONSIDERANDO que não foram identificados elementos probatórios suficientes para sustentar o indiciamento do servidor, tampouco provas capazes de demonstrar a existência de dolo ou culpa em sua conduta;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante concluiu que os fatos apurados não caracterizam infração disciplinar e recomendou o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 2409/2023/PAD;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 0590/2026, que opina pelo acolhimento do Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no art. 168, § 2º, da Lei Municipal nº 820/2007, e demais disposições legais aplicáveis ao processo administrativo disciplinar;

CONSIDERANDO a conclusão da Comissão Processante pela inexistência de infração disciplinar e pela ausência de elementos que permitam imputar culpa ou dolo ao servidor;

DECIDO:

1. ACOLHER o RelatórioFinalda Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

2. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 2409/2023/PAD, em razão da conclusão da Comissão Processante de que os fatos apurados não configuram infração disciplinar, bem como da ausência de elementos probatórios suficientes para atribuir ao servidor responsabilidade por dolo ou culpa;

3. DETERMINAR A NOTIFICAÇÃO formal do servidor interessado acerca do teor desta decisão;

4. DETERMINAR, após as providências necessárias, o encaminhamento dos autos ao setor competente para as anotações e posterior arquivamento.

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 10:37, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1056505** e o código verificador **5F4FD482**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:1D8E9B42

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 3499/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 3499/2026
ASSUNTO: LICENÇA PRÊMIO.
INTERESSADO: SERGIO LUIZ DA SILVA.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/
DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1077441), de LICENÇA PRÊMIO, referente ao Processo n.º3499/2026, solicitado pelo servidor **SERGIO LUIZ DA SILVA,** de acordo com o Despacho (ID 1022943).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:39, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077502** e o código verificador **F68BE2B0**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:67416EE1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 4468/2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 4468/2026.
ASSUNTO: PEDIDO DE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.
INTERESSADO: DAVI SOARES VIEIRA.
Prefeitura Municipal de Machadinho
D'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.

https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1067811), de Pedido de afastamento do serviço para tratar de assuntos particulares, referente ao Processo n.º4468/2026, solicitado pelo servidor **DAVI SOARES VIEIRA,** de acordo com o Disposto no Parecer Jurídico (ID 1076231).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:39, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077455** e o código verificador **8EFDF3CD**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:FC682B60

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 4504/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 4504/2026
ASSUNTO: PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS.
INTERESSADO: MARLI APARECIDA MENDES PEREIRA.
Prefeitura Municipal de MachadinhoD'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1072085), de Prescrição de Débitos, referente ao Processo n.º4504/2026, lançado no ano/exercício de **2019**, solicitado pela contribuinte **MARLI APARECIDA MENDES PEREIRA,** de acordo com o Disposto no Parecer Jurídico (ID 1074644).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000

Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077227** e o código verificador **778224DF**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:6BA9014B

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 4568/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 4568/2026
ASSUNTO: PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS.
INTERESSADO: MIGUEL TADEU RODRIGUES GOMES.

Prefeitura Municipal de MachadinhoD'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1076407), de Prescrição de Débitos, referente ao Processo n.º4568/2026, lançado no ano/exercício de **2015,** solicitado pelo contribuinte **MIGUEL TADEU RODRIGUES GOMES,** de acordo com o Disposto no Parecer Jurídico (ID 1077122).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077146** e o código verificador **461B3B4A**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:72213290

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2026

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2026

Nº do Contrato: 05/2026
N.º do Processo: 3648/2026 Eletrônico (0007/2026 Físico)
Objeto do contrato: objeto e da vinculação.o presente instrumento tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios, através da ARP nº 04/2026, derivada doP.E. nº 01/SEMADFAZ/2026, no proc. nº 4146/2025, conf. termo de referência e docs anexos e documentos anexos visando atender as necessidades das escolas municipais através da secretaria municipal de educação.
Objeto do aditivo: O presente aditivo tem por objeto modificar o valor originário do contrato por acréscimo de item ocasionado pela desistência do fornecedor anteriormente qualificado, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na cláusula sétima do termo contratual.
*Valor do aditivo: Fica aditivado ao valor originário do contrato, o valor de **R$ 2.199,36 (dois mil, cento e noventa e nove reais e trinta e seis centavos)**, relativo ao acréscimo de item ocasionado pela desistência do fornecedor anteriormente qualificado, conforme Ofício de (ID 1052969) e decisão de (ID 1065773), e ATA COMPLEMENTAR nº01/2026 de 07/10/2026 (ID 1069713) estando o referido aditivo amparado na Lei Federal nº 14.133/2021.*
*Contratante: **Conselho Escolar doCentro Municipal de Educação Infantil Porto Feliz Dr. Elias Estevam Pereira Filho.***
Contratado: *JIRAU COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI*
CNPJ do Contratado: 22.237.319/0001-78
Data de Assinatura do aditivo: 22/10/2026.
II -Classificação Funcional: 12 365 0013 2044 0000 MERENDA ESCOLAR
Elemento de despesa: 3.3.50.43.00 (SUBVENÇÕES SOCIAIS)
Fonte de Recursos: Prefeitura Municipal
Valor total do Contrato: R$2.199,36 (Dois mil cento e noventa e nove reais e trinta e seis centavos)

Machadinho D'Oeste – RO, 21/10/2026

JIRAU COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI
CNPJ/MF nº 22.237.319/0001-78
Contratada

C.M.E.I. Porto Feliz Dr. Elias Estevam P. Filho
RAFAEL MARQUES ARMINI
Presidende do Conselho

*Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MARQUES ARMINI**, **DIRETOR ESCOLAR**, em 22/10/2026 às 07:15, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020*
*Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RENALDO DAMACENO**, **GERENTE**, em 22/10/2026 às 14:24, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.*

Publicado por:
Thiago Leal Domingues
Código Identificador:06F1A22B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO
Contrato nº08 de 30/07/2026
Data do contrato: 30/07/2026
Contratada: P. R. FARONI LTDA

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO N° 08/2026, CELEBRADO ENTRE O C.M.E.I. PORTO FELIZ DR. ELIAS ESTEVAM PEREIRA FILHO E DE OUTRO LADO A EMPRESA P. R. FARONI LTDA

O **Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Porto Feliz Dr. Elias Estevam Pereira Filho**, pessoa jurídica de direito Público, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 56.030.940/0001-88, com endereço Rua Diego Sartoro, esquina com a Avenida Vereador Gilberto Penso nº3771- Bairro Porto Feliz II, CEP:76868-000, Machadinho D'oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo diretor, Srº Rafael Marques Armini, portador do

CPF Nº 015.503.322-01 , e Cédula de Identidade RG nº 1278742 SSP/RO, residente e domiciliado neste Município de Machadinho D´Oeste/RO, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro a empresa **P. R. FARONI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.029.862/0001-00, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2056, Sala B, Setor 04 - Ariquemes RO CEP: 76.873-494, representada por Srº. Paulo Renato Faroni, brasileiro, divorciado, comerciante, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 862.090.357-87, portador da CNH n.º 05017508738 emitida pelo DETRAN/RO, residente e domiciliado à Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 2056, Setor 04, CEP-76.873-494, no município de Ariquemes - RO, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento nas seguintes condições e cláusulas:

De comum e livre acordo, resolvem **rescindir**o Contrato n° 08-2026 , que tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios, através da ARP nº 04/2026, derivada do P.E. nº 01/SEMADFAZ/2026, no proc. nº 4146/2025, conf. termo de referência e docs anexos e documentos anexos visando atender as necessidades das escolas municipais através da secretaria municipal de educação., e às Cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO. O presente termo tem como objeto a **RESCISÃO CONSENSUAL** do Contrato firmado entre as partes, nos termos previstos na Cláusula vigésima primeira, §1º, inciso II, do contrato e na Lei nº 14.133/2024, em especial o inciso VIII do art. 137, na forma prevista no art. 472 da Lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), que se regerá pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA. DA RESCISÃO AMIGÁVEL. Fica rescindido de pleno direito, por acordo entre as partes, o Contrato n° 08-2026, com efeitos a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO FUNDAMENTO LEGAL. O presente termo de rescisão amigável sustenta-se no interesse e conveniência da Administração Pública, conforme abaixo exposto, e encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2024.

CLÁUSULA QUARTA. OS MOTIVOS PARA A RESCISÃO. Os motivos para a rescisão do contrato estão expressos nos documentos de (ID 1052969) e decisão de (ID 1065773).

CLÁUSULA QUINTA. DO FORO. As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Machadinho Oeste/RO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão Amigável de Contrato, para que surta os seus devidos efeitos legais, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes abaixo.

Machadinho D'Oeste/RO, 16 de outubro de 2026.

C.M.E.I. Porto Feliz Dr. Elias Estevam P. Filho
RAFAEL MARQUES ARMINI
Diretor escolar

P. R. FARONI LTDA
CNPJ/MF nº 47.029.862/0001-00
Contratada

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MARQUES ARMINI**, **DIRETOR ESCOLAR**, em 16/10/2026 às 15:51, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

Documento assinado eletronicamente por **PAULO RENATO FARONI**, **SÓCIO PROPRIETARIO**, em 21/10/2026 às 11:37, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

Publicado por:
Thiago Leal Domingues
Código Identificador:8BC6B176

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
Processo Administrativo: 1906/2025. CONTRATO: 418/2025 de 14/10/2025 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE-RO, CNPJ: 22.855.142/0001-73. Contratada: SIDI CORPORACOES E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 33.932.866/0001-90. Objeto: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. Prazo de execução: 30 dias a partir da ordem de serviços. Vigência do contrato: De comum acordo entre as partes que os prazos de execução e vigência do contrato ficam prorrogados por mais 12 (doze) meses contando-se a partir da data do vencimento anteriormente fixado. Valor R$ 33.465,60 (trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) ID 1077068, que equivale aos serviços decorrentes da prorrogação do contrato e incluído o reajuste IPCA:Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Classificação funcional: 04.122.0004.2002; Natureza da despesa:3.3.90.39.00. Data de assinatura do contrato: 22/10/2026.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MICHAEL SANTOS SIDI
Representante Legal

Publicado por:
Marildo Alves da Costa
Código Identificador:4FD10F8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato n°109/2026
Nº do Processo: 4574/2026
Objeto: Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA – CIMCERO
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº02.049.227/0001-57
VALOR: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos)
Data de assinatura do Contrato: 11/08/2026
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA);

Prazo de vigência do contrato: 05 (cinco) meses
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 22 de Outubro de 2026

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:43D2F468

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 029/PMMA/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 870/SUMTURC/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 029/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 870/SUMTURC/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por lote, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 09 de novembro de 2026, às 10h00min. (Brasília).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS.
O VALOR ESTIMADO: R$ 351.499,74 (Trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos**).**

Informações pelo telefone 069-3448-2361/(69) 99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes;

Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro/Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:8FA7E605

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 038/PMMA/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1100/SEMOSP/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 038/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1100/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 09 de novembro de 2026, às 09h00min. (Brasília).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS.
O VALOR ESTIMADO: R$ **1.310.780,72 (um milhão, trezentos e dez mil, setecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos).**
Informações pelo telefone 069-3448-2361/(69) 99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes;

Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro/Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:E2D65574

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 030/PMMA/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 933/SEMED/2026

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 030/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 933/SEMED/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 06 de novembro de 2026, às 09h30min. (Brasília).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS.

O VALOR ESTIMADO: R$ **2.052.894,75 (dois milhões, cinquenta e dois mil e oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).**
Informações pelo telefone 069-3448-2361 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:D7C84DFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
PORTARIA Nº 01/2026/SEMED- MINISTRO ANDREAZZA DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 01/2026/SEMED- MINISTRO ANDREAZZA DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Institui e designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza", no âmbito da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MINISTRO ANDREAZZA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;
CONSIDERANDO a adesão do Município de Ministro Andreazza ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento da governança e da gestão da política municipal de alfabetização, mediante ações de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados de aprendizagem;
CONSIDERANDO a Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza ", instituída pela Decreto nº 6462/2024-PMMA/2024, de 24 de setembro de 2024;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir instância permanente de articulação, acompanhamento e monitoramento da Política de Alfabetização do Município de Ministro Andreazza, em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com as ações desenvolvidas em regime de colaboração no Estado de Rondônia;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Ministro Andreazza – SEMED, o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza"**, instância colegiada de caráter permanente, consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal tem por finalidade fortalecer a implementação da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza", promovendo o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino e a análise dos resultados de aprendizagem, com vistas à garantia do direito à alfabetização e à melhoria contínua da qualidade do ensino.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza":
I – acompanhar a implementação das ações, programas, projetos e estratégias vinculados à Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar e monitorar, de forma sistemática, as ações desenvolvidas pelos profissionais responsáveis pela articulação, pelo acompanhamento pedagógico e pelo monitoramento da aprendizagem no âmbito da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza";
III – realizar análises periódicas dos resultados educacionais da Rede Municipal de Ensino, identificando avanços, dificuldades, desigualdades e necessidades de intervenção;
IV – propor ações, estratégias e encaminhamentos destinados à superação das dificuldades identificadas e ao alcance das metas estabelecidas para a alfabetização;
V – subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares com base em dados, evidências e indicadores educacionais;
VI – acompanhar as ações de formação continuada destinadas aos professores, gestores escolares e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
VII – acompanhar a execução das estratégias de avaliação, monitoramento e intervenção pedagógica previstas na Política Municipal de Alfabetização;
VIII – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras das unidades escolares e os profissionais que atuam diretamente no processo de alfabetização;
IX – incentivar o compartilhamento de experiências, práticas pedagógicas e estratégias exitosas desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
X – acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais iniciativas realizadas em regime de colaboração que contribuam para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;
XI – propor, quando necessário, o aperfeiçoamento das ações e estratégias da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza";
XII – registrar as análises, os encaminhamentos e as proposições resultantes das reuniões do Comitê; e
XIII – elaborar relatório anual das ações desenvolvidas e dos resultados acompanhados, para subsidiar a avaliação e o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza" será composto pelos seguintes membros:
I – VALDIRENE INACIO DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Educação, que exercerá a função de Coordenador (a) do Comitê;
II – LUCIANA ANDRADE DE JESUS, Articulador (a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – RENALFA;
III – VANDERLUZA BRAGA NUNES, Coordenador (a) Pedagógico (a) da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo acompanhamento das ações do Ensino Fundamental;
IV – ANDREIA SALVADOR SAMPAIO, Agente de Monitoramento da Aprendizagem e formadora de matemática;
V – ANDREA HIPOLITO, representante da equipe gestora das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
VI – IZABEL DE CASTRO E SILVA LIMA, representante dos coordenadores pedagógicos das unidades escolares e formadora.
Parágrafo único. Poderão participar das reuniões do Comitê, quando convidados, outros profissionais da educação, gestores, técnicos, representantes de instituições ou especialistas, sempre que sua participação contribuir para a análise das pautas e para o desenvolvimento das ações da Política de Alfabetização.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á ordinariamente 3 (três) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu Coordenador (a).
§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas, preferencialmente, no início, durante e ao final do ano letivo, com o objetivo de planejar, acompanhar, analisar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e os resultados de aprendizagem.
§ 2º O acompanhamento das ações e dos indicadores relacionados à Política de Alfabetização será realizado de forma contínua pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação responsáveis pela articulação, pelo acompanhamento pedagógico e pelo monitoramento da aprendizagem, sem prejuízo da apreciação periódica pelo Comitê Estratégico Municipal.
§ 3º Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que a análise dos resultados, a necessidade de tomada de decisão ou outras situações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização assim exigirem.
Art. 6º As reuniões do Comitê deverão ser registradas em ata ou documento equivalente, contendo:
I – data, horário e local da reunião;
II – identificação dos participantes;
III – pauta discutida;
IV – síntese das análises e discussões realizadas;
V – decisões, proposições e encaminhamentos definidos, quando houver;
VI – responsáveis pelos encaminhamentos e respectivos prazos, quando estabelecidos.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 7º O Comitê Estratégico Municipal atuará de forma articulada com as ações e diretrizes da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza", observando as especificidades da Rede Municipal de Ensino e promovendo, no que couber, a articulação com as ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do regime de colaboração estabelecido no Estado de Rondônia.
Art. 8º As proposições e os encaminhamentos definidos pelo Comitê terão por finalidade subsidiar o planejamento e a execução das ações da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, respeitadas as atribuições e competências de cada instância.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização "Alfabetiza Andreazza" será considerada serviço público relevante e **não remunerada**.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Educação de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, aos 28 dias do mês de agosto de 2026.

VALDIRENE INÁCIO DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação
Decreto nº 5.183/PMMA/2021

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:A4A5E472

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
DECRETO Nº 190/GP/CMMS/2026.

MIRANTE DA SERRA – RO.

EM 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO REFERENTE AO DIA DO SERVIDOR PÚBLÇICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA – RO., Senhor **JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a alteração da data do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, assegurando a organização das atividades administrativas e a continuidade dos serviços essenciais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica transferido no âmbito da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal, o ponto facultativo referente ao Dia do Servidor Público, previsto para o dia 28 de outubro de 2026, quarta-feira, para o dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira.

Art. 2º - No dia 28 de outubro de 2026, as atividades nos serviçlos públicos ocorrerão normalmente.

Art. 3º - Os serviços essenciais não sofrerão qualquer interrupção de continuidade em razão do ponto facultativo.

Art. 4º - Os prazos que por ventura, devam iniciar-se ou completar-se na referida data ficam automaticamente prorrogados para o dia útil seguinte.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre – se;
Publique – se;
Cumpra-se.

JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA.
Presidente/CMMS.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:E9B040A5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4028/2026

de 22 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre a Transferência por Anulação e Suplementação de Dotação no Exercício Vigente, na ordem de R$ 4.150,00 e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 7º da Lei nº 1.556 de 18 de Dezembro de 2025 c/c art. 1º da Lei nº 677 de 28 de maio de 2014, (regulamenta remanejamento, transposição e transferência), considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000.
DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, por transferência via Anulação dentro da mesma ação no valor de ***R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.06.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E TURISMO**	
20.606.0009.2027	*OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SEMMAAGRIT*	
3.3.90.47 – 175	Obrigações Tributárias e Contributivas	4.150,00
	TOTAL DA TRANSFERÊNCIA	**4.150,00**

Art. 2º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, via Anulação dentro da mesma ação no valor de ***R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais),*** visando à cobertura de transferência, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.06.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E TURISMO**	
20.606.0009.2027	*OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SEMMAAGRIT*	
3.3.90.39 – 174	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.150,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO	**4.150,00**

Art. 3º. O valor total a ser anulado para a cobertura do presente decreto é ***R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais);***

Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Geirysjhon de Matos Dutra
Código Identificador:5BE150D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 8494

PORTARIA Nº 8494/2026. EM 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"CONVOCAÇÃO DA SERVIDORA MARIA NATALINA EMERICK DE PAIVA E DÁS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.
R E S O L V E

Art. 1º- Convoca a servidora Maria Natalina Emerick de Paiva, Cargo Agente Administrativo, Carga horária 40 horas semanais, matricula 1304.
Art. 2º - Para que no prazo de 30 dias retorne as suas atividades laborais.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:FF09B90C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/SRP/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 923/SRP/2026

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/SRP/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 923/SRP/2026
Manutenção de Equilíbrio Econômico Financeiro De acordo com o previsto na ata de Registro de Preços n° 79/SRP/2026, Cláusula 4, oriunda do processo 923/SRP/2026, o preço pode ser revisto com vistas á manutenção do equilíbrio econômico nos termos da Lei 14.133/2021.
Considerando a variação nos valores dos itens, a Comissão de Registro de Preço – CRP, apurou que houve elevação de valores praticados no mercado mediante documentação apresentada pela empresa. Com autorização do ordenador de despesas, concede realinhamento para reequilíbrio econômico financeiro do item 140 da ARP 79/SRP/2026 pertencente a empresa L FERREIRA DA COSTA

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 35.250.918/0001-73 nos valores abaixo detalhados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	V. UNIT. HOMOLOGADO /ARP/79/SRP/2026	REAJUSTE %	V. REAJUSTADO
140	Loratadina 1mg/ml, xarope, frasco com 100ml	CIMED	R$3,78	28,04%	R$4,84

Mirante da Serra/RO, 21 de outubro de 2026.

AMANDA GOMES DE ALMEIDA SILVA
Presidente SRP

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:CBA83BD3

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 48/2026

PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º 843/2026

CELEBRAÇÃO: 20/10/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: JEAN TALES DA COSTA SILVA

INTERVENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência e valor do Contrato nº 048/2026, firmado para a aquisição de Gênero Alimentício, tipo agua mineral galão de 20 litros, visando atender a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 048/2025 por mais 06 (seis) meses,
passando a vigorar de 04/11/2026 até 03/05/2027

VALOR: O valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:5135AFC8

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 135/2023

PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º 1572/2023
CELEBRAÇÃO: 24/10/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
CONTRATADA: PANIFICADORA DOCE SONHO
INTERVENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que dispõe a Cláusula Segunda do Contrato n° 135/2023, por mais 06 (seis) meses, contados de 24/10/2026 até 23/04/2027, referente Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Pães Diversos, conforme as especificações e condições constantes no Processo nº 1572/2023relacionado ao processo mãe de registro de preços nº 1317/SRP/2022, Pregão Eletrônico nº 061/2022, nos termos do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela Contratada, para atendimento das necessidades da Casa de Acolhimento Institucional Raio de Luz.

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:B5A1E633

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 136/2023

PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º 1573/2023
CELEBRAÇÃO: 24/10/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
CONTRATADA: PANIFICADORA DOCE SONHO
INTERVENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que dispõe a Cláusula Segunda do Contrato n° 136/2023, por mais 06 (seis) meses, contados de 24/10/2026 até 23/04/2027, referente Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Pães Diversos, conforme as especificações e condições constantes no **Processo nº 1573/2023 relacionado ao processo mãe de registro de preços nº 1317/SRP/2022**, Pregão Eletrônico nº 061/2022, nos termos do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela Contratada, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social através da Proteção Social Básica.

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:C110B11D

SEMSAU
RESUMO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/SEMSAU/FMS/2023.

CELEBRAÇÃO: 14/10/2026

PARTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA - RO

CONTRATADA:R A P LAUREANO RESTAURANTE - ME

CNPJ: 39.150.558/0001-99

INTERVENIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: O presente termo Aditivo tem por objeto prorrogar o valor e o prazo de Vigência de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato n° 01/SEMSAU/FMS/2023, por mais 04 (quatro) meses, a serem **contados de 20/10/2026 á 19/02/2027**, com **valor global de R$ 18.360,00 (dezoito mil e trezentos e sessenta reais)**, referente à Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Refeições prontas Marmitex ,com peso mínimo de 800 gramas cada, para atender os pacientes que realizam os procedimentos de hemodiálise na CLINERON do município de Ji -Paraná - RO, conforme autos do Processo Administrativo nº 52/2023

PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá de através de depósito bancário, mediante apresentação da nota fiscal e certidões de regularidade previstas no Termo de Referência.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 52/2023

JOÃO APARECIDO DA SILVA JUNIOR
Secretario Municipal de Saúde
Port. 8292/2026
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kriscilla Hallary Ribeiro de Almeida
Código Identificador:CBFEDB64

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º0001710.06.01-2026, referente à contratação via a modalidade Inexigibilidade, conforme justificativa **027/SUPEL/2026**, com base no Art. 74, Inciso II, § 2° da Lei Federal nº 14.133/2021, e **RATIFICO** e **HOMOLOGO** com base no Art. 71, Inciso IV, o objeto **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE ARI SANTOS E OS RECAMPADOS, COM EQUIPE ARTÍSTICA E OPERACIONAL, PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO ALUSIVO À COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Turismo, Cultura, Esporte e Recreação - SETUR**, em favor da empresa **BORBOLETAS PRODUÇÕES LTDA CNPJ**: 30.097.219/0001 - 11, cujo valor estimado é R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Monte Negro/RO, 22 de outubro de 2026.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município de Monte Negro - RO

Publicado por:
Cintia Teixeira de Alcantara
Código Identificador:6583B4B8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 0001589.06.01-2026, referente à contratação via a modalidade Inexigibilidade, conforme justificativa **26/SUPEL/2026**, com base no Art. 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e **RATIFICO** e **HOMOLOGO** com base no Art. 71, Inciso IV, o objeto **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA FORRÓ BOYS PARA APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES DO RÉVEILLON 2026/2027, NO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2026, com duração mínima de 01h30min (uma hora e trinta minutos),** por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Turismo, Cultura, Esporte e Recreação - **SETUR**, em favor da empresa **L2 ENTRETENIMENTOS LTDA CNPJ 10.553.559/0001-00**, cujo valor estimado é **R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).**

Monte Negro/RO, 22 de setembro de 2026

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município de Monte Negro - RO

Publicado por:
Cintia Teixeira de Alcantara
Código Identificador:991C8CFC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4831/2026, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MONTE NEGRO e autorização contida na Lei Municipal nº 1873/2025, de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 19.600,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R$1.000,00

1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 1.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.301.9.2045-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA R$12.600,00
1.600.0000.0000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 12.600,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$6.000,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.301.9.2045-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$12.600,00
1.600.0000.0000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 12.600,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$6.000,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 6.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$1.000,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 1.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:E6D804F0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4832/2026, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Transposição de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MONTE NEGRO e autorização contida na Lei Municipal nº 1872/2025, de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 55.967,95, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS

R$50.000,00

1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 50.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2040-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R$5.967,95
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 5.967,95

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.302.9.2047-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$50.000,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 50.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.001.10.122.10.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.000,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3.000,00
03.001.10.122.10.2041-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$100,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 100,00
03.001.10.122.10.2041-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.767,95
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 2.767,95
03.001.10.122.10.2041-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS R$100,00
1.500.0015.1002 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 100,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:CE303FD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1041, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Homologar atestado médico ao servidor(a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n.° 103, de 12 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal 1433, 29 de maio de 2023;
CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo da Junta Médica do Município e Processo n. 0001647.01.03-2026;

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR o respectivo atestado médico do(a) servidor(a) CAROLINA MANDELLI CALDAS DE FREITAS, matrícula 3441, ocupante do cargo de COZINHEIRO(A), vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Administração e Finanças-SEGAFIN, abonando suas faltas ao trabalho no período de 08/09/2026 a 17/09/2026.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique-se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:C5DC0F24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1042, 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Declara o impedimento de ordem técnica das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória da Lei Orçamentária Anual de 2026 que não receberam indicação no prazo fixado na Lei Orçamentária Anual, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o disposto no art. 166, §§ 9º, 11 e 13, da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por simetria, segundo o qual a execução das emendas parlamentares individuais é obrigatória, salvo nos casos de impedimento de ordem técnica;
CONSIDERANDO o art. 10 da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, que impõe a identificação e a formalização dos impedimentos de ordem técnica pelo órgão responsável pela execução;
CONSIDERANDO que o art. 15, § 1º da Lei Municipal nº 1.872/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026) preve que o executivo inclua na LOA emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, limite de até 2 % da receita corrente líquida Municipal;
CONSIDERANDO que o art. 14 § 1º da Lei Municipal nº 1.873/2025 (Lei Orçamentária Anual para 2026) fixou o dia 30 de setembro de 2026 como prazo final para a indicação dos beneficiários e da programação das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória;
CONSIDERANDO as informações técnicas do Manual de Procedimento da Secretaria Municipal de Fazenda/Planejamento;
CONSIDERANDO que a ausência de indicação impossibilita a identificação do objeto e do beneficiário da despesa e, por conseguinte, a sua execução no exercício;
CONSIDERANDO os deveres de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares estendidos aos Municípios pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 854.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR o impedimento de ordem técnica das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2026, exceto, a que está relacionada no Anexo Único desta Portaria, que teve sua indicação de beneficiário e de programação dentro do prazo fixado no art. 14 § 1º da Lei Municipal nº 1.873/2025.
Art. 2º. Em decorrência do impedimento declarado no art. 1º, as dotações correspondentes:
I – Deixam de ser de execução obrigatória, nos termos do art. 166, § 13, da Constituição Federal;
II – Desvinculam-se da indicação parlamentar e passam a integrar a programação orçamentária geral do Poder Executivo;
III – poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais por anulação, mediante ato próprio, na forma dos arts. 42 e 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

observados os limites e as autorizações da Lei Orçamentária Anual de 2026.
Art. 3º. Na utilização das dotações de que trata esta Portaria, serão observadas as seguintes regras:
I – Os recursos de fonte vinculada manterão a vinculação de origem, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 4º. Os saldos das dotações de que trata esta Portaria que não forem empenhados até 31 de dezembro de 2026 serão extintos, sem transferência ou acúmulo para o exercício seguinte.
Art. 5º. A Secretaria Municipal de Fazenda/Planejamento adotará as providências necessárias ao registro do impedimento nos sistemas orçamentário e contábil do Município.
Art. 6º. Esta Portaria será comunicada à Câmara Municipal de Monte Negro e publicada no Portal da Transparência do Município, com a identificação de cada emenda alcançada.
Art. 7º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique-se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

ANEXO ÚNICO

Emendas parlamentares individuais de execução obrigatória / indicação até 30/09/2026

Nº da emenda	Vereador(a) autor(a)	Dotação orçamentária (funcional-programática / elemento)	Fonte	Área	Valor (R$)
___	___	___	___	Saúde	___
001/2026	Thonatan Libarde	08.244.0011.2.101 **AQS. FILTROS DE BARRO – EM. IMP. Nº 01/2026 – VER. THONATAN LIBARDE**	___	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	R$ 35.000,00
Total					**R$ 35.000,00**

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:A1A71707

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1043, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o Artigo 75 da Lei Municipal n. 015/1993;
CONSIDERANDO o processo administrativo n. 0000488.02.03-2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER A LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA: ELISANGELA FAVEIRO PORTUGAL, Matricula: 8052, ocupante do cargo de TECNICO(A) EM ENFERMAGEM, pertencente ao quadro Funcional da Prefeitura do Municipio de Monte Negro, lotada na Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA.
Art. 2º - O periodo de gozo da licença sera de 01/01/2027 a 31/03/2027, referente ao quinquênio 22/04/2013 até 21/08/2018.
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:14B2E465

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1044, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Homologar atestado médico ao servidor(a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n.° 103, de 12 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal 1433, 29 de maio de 2023;
CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo da Junta Médica do Município e Processo n. 0000949.02.03-2025;

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR o respectivo atestado médico do(a) servidor(a) DENISE FREITAS ROCHA, matrícula 3281, ocupante do cargo de ENFERMEIRO(A), vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, abonando suas faltas ao trabalho no período de 14/09/2026 a 27/09/2026.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique-se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:F627219C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1045, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Suspender o gozo de férias da servidora e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do memorando n.° 95/GAB/2026 ID: 3.21A.FAE;

RESOLVE:

Art. 1º- SUSPENDER, o período de gozo das férias regulamentares de 19/10/2026 a 27/10/2026 da servidora ELIANE RONCONI, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, vinculado ao Gabinete do Prefeito, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programada através da Portaria n.° 647/GAB/2025 e reprogramado através das Portarias n.° 753/GAB/2025, 903/GAB/2025, 1109/GAB/2025, 014/GAB/2026, 282/GAB/2026, 523/GAB/2026 e 780/GAB/2026.

Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 16/11/2026 a 24/11/2026.

Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:423AF6AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1046, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Suspender o gozo de férias da servidora e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do memorando n.° 469/SEMDES/2026 ID: 3.219.25A;

RESOLVE:

Art. 1º- SUSPENDER, o período de gozo das férias regulamentares de 28/10/2026 a 11/11/2026 da servidora THAINA MARIANI DE ATHAIDE, ocupante do cargo de PSICOLOGO, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social-SEMDES, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programada através da Portaria n.° 781/GAB/2026.

Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 23/11/2026 a 07/12/2026.

Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:25B606E4

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.° 1033/GAB/2026

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.° 1033/GAB/2026

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, torna pública a retificação da Portaria n.° 1033/GAB/2026 que concede o gozo das férias regulamentares aos servidores da SEMUSA - HMID e dá outras providências, publicada em 20/10/2026 no diário Oficial dos Municípios de Rondônia, site www.diariomunicipal.com.br.

Onde se lê:

PERIODO DE GOZO: **16/11/2026 A 05/12/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
8047	Cassia Cazetta Barbosa	Tecnico Em Radiologia I	15/07/2025 até 14/01/2026

Leia-se:

PERIODO DE GOZO: **16/11/2026 A 05/12/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
8047	Cassia Cazetta Barbosa	Tecnico Em Radiologia I	17/09/2025 até 16/03/2026

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:7685EBB6

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 988/GAB/2026

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 988/GAB/2026

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, torna pública a retificação da Portaria n. 988/GAB/2026 que declara a vacância do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ocupado pelo servidor Wellington Dias Lima e dá outras providências, publicada em 02/10/2026 no diário Oficial dos Municípios de Rondônia, site www.diariomunicipal.com.br.

Onde se lê:

Art. 1º - DECLARAR a vacância do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, ocupado pelo servidor WELLINGTON DIAS LIMA, MAT. 3259, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, a contar de 05/10/2026.

Leia-se:

Art. 1º - CONCEDER a vacância do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, ocupado pelo servidor WELLINGTON DIAS LIMA, MAT. 3259, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, a contar de 05/10/2026.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:7D8C59B3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 2288/2026

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO GRUPO GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º O Grupo Gestor Municipal do Programa BPC na Escola terá a seguinte composição:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
NOME: WANDERLEIA CORREIA DA SILVA;
FUNÇÃO: Gestora da Política de Assistência Social e coordenadora da equipe técnica e do Grupo Gestor Municipal do Programa BPC na Escola.
II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
NOME: QUÉSIA FIRMINO DE OLIVEIRA ANDRADE;
FUNÇÃO: Gestora da Política de Saúde.
III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
NOME: IZOLINA MARIA DA CUNHA;
FUNÇÃO: Gestora da Política de Educação.

Parágrafo único. Compete ao Grupo Gestor Municipal articular, coordenar, acompanhar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, a implementação das ações do Programa BPC na Escola no Município, observadas as diretrizes e normas aplicáveis.

Art. 2° Os membros do Grupo Gestor Municipal não farão jus a qualquer remuneração pelo desempenho das respectivas funções.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:91991D96

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 660 -GP/2026

PORTARIA Nº 660 -GP/2026. Em, 21 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre a SUSPENSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG do servidor público municipal pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré de Nova Mamoré/RO, lotado na Secretaria Municipal Estradas E Logística - SEMEL."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Art. 18 da Lei Complementar nº 015/PMNM/2022;

CONSIDERANDO o Memorando nº 171-SEMEL/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - SUSPENDER a **FUNÇÃO GRATIFICADA – FG** do servidor público municipal, pertecente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Logística - SEMEL, **Revogando o item 3 da portaria n°336-GP/2026 de 19 de junho de 2.026**,conforme abaixo relacionado:

ITEM	SERVIDOR (A)	CARGO/FUNÇÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA FG
.	EDINALDO OLIVEIRA RAMOS	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	FG-05

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **revogando o item 03 da portaria n°336-GP/2026 de 19 de junho de 2.026.**

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 21 de outubro de 2026.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamorè/RO

Publicado por:
Jéssica Aline Cabral Nascimento
Código Identificador:FAC2D8FF

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
ATA ORDINARIA

ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ – RONDÔNIA.
Aos vinte nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dez horas na Sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mamoré Rondônia, cito a Avenida Antônio Lucas de Araújo nº 3160, João Francisco Clímaco, município de Nova Mamoré-RO. Reuniram se os membros do Comitê de Investimentos **Reni Parente da Silva Teles, Sebastião Soares do Nascimento e José Cicero da Silva**. O Presidente do Comitê de Investimentos Sr. **Reni Parente da Silva Teles** agradeceu a presença de todos os membros do comitê, e passou a deliberar sobre a pauta da reunião, sendo: **1)** Apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: agosto de 2026; **2)** Estratégia e Proposta de alocação de recursos; **3)** Deliberações. O Presidente do Comitê passou a palavra para o Sr. Sebastião Soares do Nascimento, membro do Comitê de Investimentos que apresentou o primeiro item da pauta. **1)** Apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: agosto de 2026 – para análise, ciência e aprovação dos membros presentes. A carteira de Investimento do IPRENOM no mês de agosto apresentou rentabilidade acima da meta atuarial, a meta proposta de **0,14%** (zero virgula quatorze por cento) o Instituto atingiu **1,09%** (Um virgula zero nove por cento) no acumulado o Instituto atingiu **784,93%** (Setecentos e oitenta e quatro virgula noventa e três por cento) da meta atuarial mensal e apresentou um rendimento positivo de **R$ 1.522.339,39** (Um milhão, quinhentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos). A carteira de investimentos do IPRENOM encerrou o mês de agosto com o patrimônio líquido de **R$ 140.845.642,57** (Cento e quarenta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos); Sendo distribuída em fundos de renda fixa no valor de **R$ 140.206.305,08** (Cento e quarenta milhões, duzentos e seis mil e trezentos e cinco reais e oito centavos) representando **99,55%** (Noventa e nove vírgula cinquenta e cinco por cento) da carteira; Fundo Estruturado no valor de **R$ 639.337,49** (Seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos) representando **0,45%** (Zero vírgula quarenta e cinco por cento). Houve uma evolução patrimonial de **R$ 2.621.524,26** (Dois milhões, seiscentos e vinte e um mil e quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos) em relação a posição do patrimônio em 31/08/2026. Foram aprovado o relatório mensal dos investimentos, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do IPRENOM e o atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. **2)** Estratégia e Proposta de alocação de recursos, após apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: agosto de 2026, o Comitê de Investimentos passou a deliberar sobre a realocação de recursos da Carteira de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mamoré, referente a recursos oriundos de repasses Previdenciário da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Instituto Previdência, Compensação Previdenciária INSS e Aportes para amortização do déficit atuarial, devem ser aplicadas em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025; **3)** Deliberações, com base nas informações expostas e na situação atual da Carteira sob gestão, foi deliberado pelos participantes a realocação dos recursos das contribuições previdenciárias mensais devidas e recolhidas aos cofres do IPRENOM (alíquota patronal e do servidor), devem ser aplicadas no fundo de investimento que busca rentabilidade que acompanhe a variação do CDI. Nada mais a tratar o Presidente do Comitê agradeceu aos demais membros do comitê dando por encerrada a reunião. Esta ata foi de minha lavra, Presidente do Comitê de Investimentos **Reni Parente da Silva Teles**, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais componentes do COMINOM presentes.

Nova Mamoré, 29 de setembro de 2026.

Assinado Eletronicamente
RENI PARENTE DA SILVA TELES
Presidente do COMINOM

Assinado Eletronicamente
SEBASTIÃO SOARES DO NASCIMENTO
Membro do COMINOM

Assinado Eletronicamente
JOSÉ CICERO DA SILVA
Membro do COMINOM

Publicado por:
Sebastiao Soares do Nascimento
Código Identificador:9B1B5A46

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
DECRETO Nº 3.293 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSPOSIÇÃO NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art.167 da Constituição Federal, com autorização contida no § 4º do art. 17, da Lei n.º 1.247 de 11 de Dezembro de 2025.
DECRETO:

Art. 1º Por este Decreto, ficam realocados recursos orçamentários por Transposição, no atual orçamento da **SEMOSP**, no valor de **R$ 84.000,00** (oitenta e quatro mil reais).
Considerando a solicitação feita pelo SEMOSP em Memorando nº. 115/SEMOSP/2026, devidamente Autorizado, em anexo.

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.03.04.122.0001.2001	3.1.90.11	066	R$ 20.000,00
02.03.04.122.0001.2001	3.1.90.13	067	R$ 54.000,00
02.03.04.122.0001.2001	3.1.90.94	068	R$ 10.000,00
		TOTAL	**R$ 84.000,00**

Art. 2º As despesas com a realocação de recursos orçamentários por Transposição, de que trata o artigo 1ºdeste Decreto, serão cobertas com recursos oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.03.04.122.0001.2001	3.3.90.08	070	- R$ 5.000,00
02.03.04.122.0001.2001	3.3.90.48	072	-R$ 38.000,00
02.03.04.122.0001.2002	4.4.90.52	080	-R$ 41.000,00
		TOTAL	**- R$ 84.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:228D3D6D

P M N U - RO
DECRETO Nº 3.294 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSPOSIÇÃO NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art.167 da Constituição Federal, com autorização contida no § 4º do art. 17, da Lei n.º 1.247 de 11 de Dezembro de 2025.
DECRETO:

Art. 1º Por este Decreto, ficam realocados recursos orçamentários por Transposição, no atual orçamento da **SEMECET**, no valor de **R$ 102.050,40** (cento e dois mil e cinquenta reais e quarenta centavos).
Considerando a solicitação feita pelo SEMECET em Memorando nº. 196/SEMECET/2026, devidamente Autorizado, em anexo.

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	ValorR$
02.07.12.361.0003.2012	3.1.90.94	203	R$ 102.050,40
		TOTAL	**R$ 102.050,40**

Art. 2º As despesas com a realocação de recursos orçamentários por Transposição, de que trata o artigo 1ºdeste Decreto, serão cobertas com recursos oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	ValorR$
02.07.12.122.0001.2008	3.3.90.39	197	- R$ 31.247,50
02.07.12.361.0003.2012	3.1.91.13	206	-R$ 12.000,00
02.07.12.361.0003.2012	3.3.90.32	217	-R$ 7.626,15
02.07.12.361.0003.2014	3.3.90.14	231	-R$ 918,93
02.07.12.361.0003.2014	3.3.90.39	233	-R$ 15.000,00
02.07.12.361.0003.2015	3.3.90.14	234	-R$ 1.119,11
02.07.23.695.0007.2004	3.3.90.35	263	R$ 34.138,71
		TOTAL	**- R$ 102.050,40**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:99BC411D

P M N U - RO
PORTARIA N°411 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede férias a servidora municipal Katia Nubia Lima Ferreira.

O Prefeito do Município de Nova União-RO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal n. 060/1998.

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias a servidora municipal, Katia Nubia Lima Ferreira a contar do dia 27 de outubro de 2026, por um período de 30 (trinta) dias.

Art.2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União, em 20 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A76788DF

P M N U - RO
PORTARIA Nº 414, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa colaborador para exercer a função de Fiscal e Gestor de Contrato e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova União no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
Considerando, que cabe a Autarquia, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei 14.133/221, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
Considerandoque os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados,
RESOLVE:
Art. 1º Designar Luan Andreani Zanatta, inscrito no CPF nº 006.xxx.xxx-44 para exercer a função de gestor do contrato.
Art. 2º Designar Taine de Oliveira Silva, inscrita no CPF nº 022.xxx.xxx-03 para exercer a função de fiscal do contrato.
Art. 3º Para fins desta Portaria considera-se o objeto a contratação de empresa especializada em implantação de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica, conectados à rede de distribuição de energia elétrica (on-grid), em imóveis públicos do Município de Nova União/RO, oriundo do Processo Administrativo nº **1108/2026.**
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:4D92DDD1

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODODE AFASTAMENTO	**SAIDA:04/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (uma) 30%**
	CHEGADA:04/09/2026	**V. UNT.**	**118,25**

CIDADE/UF:Nova União/ RO	**URUPÁ/ RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO:**	**PLACA**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA CADASTRO: 1941
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA VEICULO LEVE CLT
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF: XXX.056.XXX-42 RG: XXXXXXX SSP RO
ENDEREÇO:######### BAIRRO: ########
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 23728-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor Jean do Nascimento Oliveira, irá se deslocar doMunicípio de Nova União -RO, para a cidade de URUPÁ - RO, com saída no dia 04 de Setembro do ano corrente, para levar as servidoras Lucinei Gomes Ferreira e Mirlene Vicente de Oliveira Silva. Para participarem Convite para Reunião Técnica de Apresentação de Solução Didática

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos)), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/09/2026
JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA
RG: XXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:DFC57397

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODODE AFASTAMENTO	**SAIDA:04/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01(uma)30%**
	CHEGADA:04/09/2026	**V. UNT.**	**197,08**

CIDADE/UF:Nova União/ RO	**URUPÁ- RO**	**V. TOTAL**	**R$197,08**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO:**	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Mirlene Vicente de Oliveira Silva CADASTRO: 1193
CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Pedagógica
CPF: XXXXXXXXX-00 RG: XXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 10016-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A servidora Mirlene Vicente de Oliveira Silva,irá de deslocar doMunicípio de Nova União -RO, para a cidade de URUPÁ - RO, no dia 04 de Setembro do ano corrente aonde a mesmaparticiparáConvite para Reunião Técnica de Apresentação de Solução Didática.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 197,08 (cento e noventa e sete reais e oito centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo. EM:04/09/2026
Mirlene Vicente de Oliveira Silva
RG: XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:E0CCA04C

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODODE AFASTAMENTO	**SAIDA:**04/09/2026	**Nº DIARIAS**	01(uma)30%
	CHEGADA: 04/09/2026	**V. UNT.**	315,32

CIDADE/UF: Nova União/ RO	URUPÁ - RO	**V. TOTAL**	R$ 315,32

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE:	**VEÍCULO:**	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Lucinei Gomes Ferreira CADASTRO: 941
CARGO/FUNÇÃO:Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte E Turismo
CPF: XXX.365.XXX-78 RG: XXXXXX SSP/ RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX, BAIRRO: XXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 10.848-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A servidora Lucinei Gomes Ferreira,irá de deslocar doMunicípio de Nova União -RO, para a cidade de URUPÁ- RO, no dia 04 de Setembro do ano corrente aonde a mesmaparticiparáConvite para Reunião Técnica de Apresentação de Solução Didática.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 315,32 (trezentos e quinze reais e trinta e dois centavos))referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 04/09/2026
Lucinei Gomes Ferreira
XXXXXX SSP/ RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:8277DFEF

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA:** 24/09/2026	**Nº DIARIAS**	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	R$ 118,25

CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	**V. TOTAL**	R$ 118,25

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	**VEÍCULOMicro ônibus**	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:ALBERTINA PERON DA SILVA FARIA CADASTRO: 1878
CARGO/FUNÇÃO: Pedagogo CLT
CPF: XXX.146.XXX-53 RG: XXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: xxxxx-xxxxxx
BANCO: 001 AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 9900-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026

ALBERTINA PERON DA SILVA FARIA
RG:XXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:FC9E0171

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODODE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01(uma)30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**118,25**

CIDADE/UF:Nova União/ RO	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$118,25**

DIARIA COM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO: Micro-Ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Claudia Cardoso de Souza Silva CADASTRO: 169
CARGO/FUNÇÃO: Formação licenciatura Letras - Língua Portuguesa e Literatura
CPF: XXX.410.XXX-20 RG: XXXXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXX - XXXX
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 8153-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidora Claudia Cardoso de Souza Silva,irá de deslocar doMunicípio de Nova União -RO, para a cidade de Ouro Preto do Oeste - RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente aonde a mesma participará da Formação de Professores e Supervisores Bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida RR 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Claudia Cardoso de Souza Silva
RG: XXXXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:2D971320

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA:** 24/09/2026	**Nº DIARIAS**	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	R$ 118,25

CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	**V. TOTAL**	R$ 118,25

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:Claudineya Lenk Tobias Guedes CADASTRO:2028
CARGO/FUNÇÃO: PEDAGOGO CLT
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF: XXX 642 XXX 72 RG: XXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXX
BANCO:BRASIL AGÊNCIA: 1404-4 CONTA: 48463-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026

Claudineya Lenk Tobias Guedes
XXXXXX

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A63934DE

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Dalva da Silva Santos CADASTRO:
CARGO/FUNÇÃO: Pedagogo CLT
CPF: XXXXXXXXXX RG: XXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Mirante da Serra/RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 17778-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Dalva da Silva Santos
RG:XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:BAFF4F7A

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Edeliane de Oliveira Dias Couman CADASTRO: 77
CARGO/FUNÇÃO: Professora
CPF: XXX.905.XXX-04 RG: XXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXX
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 9952-X

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Edeliane de Oliveira Dias Couman
RG: XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:CF279310

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Edinaide Rita Santos de Araújo Martins Serra CADASTRO: 1878
CARGO/FUNÇÃO: Pedagogo CLT
CPF XXXXXXXXXXX RG:XXXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXXXX
BANCO: AGÊNCIA: 1404-4 CONTA: 37.205-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026

Edinaide Rita Santos de Araújo Martins Serra
RG:XXXXXXXXSSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:60F1B173

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/09/2026	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	V. UNT.	R$ 118,25
CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	V. TOTAL	R$ 118,25
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	VEÍCULOMicro ônibus	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Fernanda Meneguetti Silva CADASTRO: 2008
CARGO/FUNÇÃO: Pedagogo CLT
CPF: XXXXXXXXX RG: XXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Mirante da Serra-RO TELEFONE: XXXXXXXX
BANCO: 001 AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 24528-3

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Fernanda Meneguetti Silva
RG:XXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:94045E2C

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/09/2026	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	V. UNT.	R$ 118,25
CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	V. TOTAL	R$ 118,25
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	VEÍCULOMicro ônibus	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Ioleydes Rodrigues Soares Becavelo CADASTRO: 1388
CARGO/FUNÇÃO: Professora
CPF: XXX.735.XXX-34 RG: XXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXX BAIRRO: XXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União/RO TELEFONE: XXXXXXX
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 1404-4 CONTA: 18.601-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Ioleydes Rodrigues Soares Becavelo
RG: XXXXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:F4F96AA3

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/09/2026	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	V. UNT.	R$ 118,25
CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	V. TOTAL	R$ 118,25
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	VEÍCULOMicro ônibus	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JAIRO VENANCIO DA SILVA CADASTRO: 1105
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA DE VEICULO PESADO
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF: XXXXXXXXX-91 RG: XXXXXX SSP RO
ENDEREÇO:######### BAIRRO: ########
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 17408-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE FORÃO EXECUTADOS
O servidor Jairo Venancio da silva irá se deslocar doMunicípio de Nova União/RO ao Município de OURO PRETO DO OESTE - RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente o mesmo conduzirá os servidores Albertina, Fernanda Menegueti, Edinaide, Jany, Suelem Katya, Claudineya, Liseiane, Valquiria, Lecir, Telma, Silvane, Edeliane, Monica, Ioleydes, Dalva e Claudia Cardoso . Aondeparticipará da formação de professores 1° a 3° ano do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
JAIRO VENANCIO DA SILVA
RG: XXXXX SSP RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:2AF3C3F9

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/09/2026	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	V. UNT.	R$ 118,25
CIDADE/UF:	Ouro Preto do Oeste/RO	V. TOTAL	R$ 118,25
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	VEÍCULO	Placa

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JANY CLAUDIA DE SOUZA LIMA CADASTRO: 1793
CARGO/FUNÇÃO: Professora
CPF:XXX.995.XXX-68 RG:XXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXX
BANCO: Banco Brasil AGÊNCIA: 2184-9 CONTA: 17440-8

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste /RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente,Aonde participará da formação de Professores e Supervisores bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
JANY CLAUDIA DE SOUZA LIMA
RG:XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:E8AC1B89

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 24/09/2026	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 24/09/2026	V. UNT.	R$ 118,25

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO micro-ônibus**	**Placa**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Lecir Muniz Schmidt CADASTRO: 1693
CARGO/FUNÇÃO:PEDAGOGO CLT
CPF: XXX.749.XXX-72 RG: XXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXX
BANCO:Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA:10.191-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente,Aonde participará da formação de Professores e Supervisores Bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Lecir Muniz Schmidt
RG: XXXXXX SSP/RO

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO micro-ônibus**	**Placa**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Lecir Muniz Schmidt CADASTRO: 1693
CARGO/FUNÇÃO:PEDAGOGO CLT
CPF: XXX.749.XXX-72 RG: XXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXX
BANCO:Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA:10.191-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente,Aonde participará da formação de Professores e Supervisores Bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Lecir Muniz Schmidt
RG: XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A9BD027A

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Leisane Ferreira Da Silva CADASTRO: 2007
CARGO/FUNÇÃO: PEDAGOGO CLT
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF:XXX 755 XXX 44 RG XXXXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXX
BANCO:BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 216690

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026

Leisane Ferreira Da Silva
XXXXXXXXXXXXX

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:989CEAAB

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Silvane Rodrigues Fernandes CADASTRO: 266
CARGO/FUNÇÃO: Professora
CPF: XXX.287.XXX-20 RG: XXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXX
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 10044-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Silvane Rodrigues Fernandes
RG: XXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:5FAC04B4

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET

PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:SUELLEM KATTYA FERNANDES CADASTRO: 1672
CARGO/FUNÇÃO: Pedagogo CLT
CPF: XXX.958.XXX-26 RGXXXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: xxxxx-xxxxxx
BANCO: 001 AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 21875-8

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos)referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026

SUELLEM KATTYA FERNANDES **RG:XXXXXXXX SSP/RO**

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:F0794C06

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULO Micro ônibus**	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Telma Isabel dos Santos CADASTRO: 1942
CARGO/FUNÇÃO: PEDAGOGO CLT
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF:XXX.731.XXX-20 RG: XXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXXX
BANCO:BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 9729-2

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Telma Isabel dos Santos
XXXXXX

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:03B1E683

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODO DE AFASTAMENTO	**SAIDA: 24/09/2026**	**Nº DIARIAS**	**01 (UMA) 30%**
	CHEGADA: 24/09/2026	**V. UNT.**	**R$ 118,25**

CIDADE/UF:	**Ouro Preto do Oeste/RO**	**V. TOTAL**	**R$ 118,25**

DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	**TERRESTRE**	**VEÍCULOMicro ônibus**	

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: Valquiria de Mello dos Santos CADASTRO: 1590
CARGO/FUNÇÃO: Pedagoga
CPF: XXX.125.XXX-08 RG: XXXXXXX SSP/RO
ENDEREÇO: XXXXXXXXXX BAIRRO: XXXXXXX
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: xxxxx-xxxxxx
BANCO: Brasil AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 23.997-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
Deslocará do Município de Nova União/RO, para a Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, no dia 24 de Setembro do ano corrente, onde a mesma irá participar da Formação de Professores do bloco III.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida R$ 118,25 (cento e dezoito reais e vinte e cinco centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 23/09/2026
Valquiria de Mello dos Santos
RG:XXXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:89749913

P M N U - RO
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

UNIDADE SOLICITANTE: SEMECET			
PERIODODE AFASTAMENTO	**SAIDA:** 13/10/2026	**Nº DIARIAS**	02 (duas) 100%
	CHEGADA: 15/10/2026	**V. UNT.**	433,57

CIDADE/UF: Nova União/ RO	Porto - Velho/RO	**V. TOTAL**	R$ 867,14

DIARIA COM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE	**VEÍCULO: TRITON**	**PLACA** RSV7H43

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA CADASTRO: 1941
CARGO/FUNÇÃO: OPERADOR DE MAQUINA PESADA CLT
LOTAÇÃO: SEMECET
CPF: XXX.056.XXX-42 RG: XXXXXXX SSP RO
ENDEREÇO:######### BAIRRO: ########
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE: XXXXXXXX
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 23728-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor Jean do Nascimento Oliveira, irá se deslocar doMunicípio de Nova União -RO, para a cidade de Porto Velho – RO, com saída no dia 13 de Outubro do ano corrente, para levar a servidora Mirlene Vicente de Oliveira Silva. Para participar do 2º Encontro das GAPAs e Articuladores,

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 433,57(quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 08/10/2026
JEAN DO NASCIMENTO OLIVEIRA
RG: XXXXXXX SSP/RO

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:FCA4275D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA nº 07/2026 –
SUSPENSÃO E REPUBLICAÇÃO

A Câmara Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna pública a suspensão da disputa da Dispensa Eletrônica nº 07/2026, anteriormente prevista para 23/10/2026, e sua republicação com nova data. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Processo Administrativo nº 361/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de revisão geral com fornecimento de peças e acessórios de reposição, para os veículos Toyota Hilux SWSRXA4FD, placa SLJ6H59, Fiat Cronos 1.3, placa RSU7B84, e motocicleta Honda CG 160, placa OHQ-8715, pertencentes à Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Valor estimado: R$ 5.032,19 (Cinco mil e trinta e dois reais e dezenove centavos)

Motivo da suspensão e republicação: correção da numeração dos lotes na plataforma Licitanet, pois o Lote 01 do Edital e do Termo de Referência consta como Lote 02 no sistema. A medida não altera o objeto, as especificações ou os valores da contratação.

Início da disputa: 29/10/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).
Final da disputa: 29/10/2026, às 13h00min (horário de Brasília/DF).

O edital encontra-se à disposição nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br, www.licitanet.com.br e www.ouropretodooeste.ro.leg.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br.

Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: cpl@ouropretodooeste.ro.leg.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical.
Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefone: (69) 99331-6994.

Ouro Preto do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

JESSIKA CASTOLDI MARTINS OENNING
Pregoeira Port. nº 35/2026

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:CD5B39BD

IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
PORTARIA Nº 3.705 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE À SEGURADA RAQUEL DE OLIVEIRA DIAS RIBEIRO."

O Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste/RO, usando da competência que lhe confere o artigo 74, inciso XIII e XVI da Lei Municipal nº 2.582 de 28 de fevereiro de 2019, e considerando o constante do processo nº 75/2026,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE**, com proventos proporcionais calculados com base na média das contribuições, sem paridade, com fundamento no artigo 10 § 1º, II, artigo 26 § 2º, III, da EC 103/2019, c/c artigo 242, I da Lei Orgânica municipal, artigo 3º da lei Complementar municipal nº 40/2021, à servidora **RAQUEL DE OLIVEIRA DIAS RIBEIRO**, RG nº 865162 SSP/RO, CPF nº 631.849582-72, no Cargo efetivo de Merendeira, referência NP 10, cadastro 7996/9, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste (RO). O reajuste do benefício será efetuado com base no § 8º do artigo 40 da CF c/c artigo 26, § 7º da EC 103/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Presidente do IPSM
Portaria n. 001/CAF/2026

Publicado por:
Sebastião Pereira da Silva
Código Identificador:13E7E29D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.236, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.236, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

PARECIS/RO, 21 de outubro de 2026.

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, ESCRITÓRIOS DE CONTATO, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, MICRO EMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARECIS/RO, MARCONDES DE CARVALHO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base na legislação em vigor, e;

CONSIDERANDO a Lei Complementar no. 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabeleceu o "Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

CONSIDERANDO a Lei Federal no. 11.598, de 03 de dezembro de 2007, que estabeleceu as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 3.924 de17 de outubro de 2016, que dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 58, DE 12 DE AGOSTO DE 2020 do Comitê Para Gestão da Rede Nacional Para A Simplificação do Registro e da Legalização De Empresas e Negócios - CGSIM, que dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências e as diretrizes gerais para o licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 62, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020 do Comitê Para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, que dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e as diretrizes gerais para o licenciamento sanitário pelos órgãos de vigilância sanitária dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o processo administrativo do alvará de localização e funcionamento à legislação municipal, estadual e federal vigente.

CONSIDERANDO, a necessidade de modernizar o processo administrativo do alvará de localização e funcionamento, bem como a desburocratização.

CONSIDERANDO que, a Prefeitura Municipal de Parecis aderiu à REDESIM, comprometendo-se com a simplificação e aceleramento das expedições dos alvarás de localização e funcionamento, através de um processo on-line.

RESOLVE:

Art. 1º - O Requerente pode optar por uma das 5 (cinco) modalidades de classificação, condicionadas obrigatoriamente ao enquadramento do seu escopo de atividade e atuação da empresa, conforme as seguintes restrições específicas:

• Escritório de Contato
• Ambulante MEI e ME com ou sem Ponto Fixo
• Baixo Risco Ambiental e de Segurança
• Médio Risco Ambiental e de Segurança
• Alto Risco Ambiental e de Segurança

Art. 2º - Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos e documentos para liberação do alvará de localização e funcionamento para atividades classificada como Escritório de Contato:

• Abertura de processo através do endereço eletrônico http://parecis.sefisc.com.br/, preenchimento do requerimento e anexar os documentos exigíveis, para Escritório de Contato.
• Tramitação do processo será na forma eletrônica através de sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda – SEMAF;
• Apresentação dos seguintes documentos pelo requerente ou procurador legal:

• Fotocópia do documento de identidade e CPF dos sócios;
• Procuração legal e fotocópias de identidade e CPF, se for o caso;
• Comprovante de endereço do local comercial ou residência;
• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
• Documento certificando a constituição da empresa;
• Certificado de auto de conformidade do Bombeiro; e
• Comprovante de pagamento da taxa de Alvara de Localização e Funcionamento.

Parágrafo único — Fica caracterizado como escritório de contato os estabelecimentos que não possuam estoques e similares, armazenagem de equipamentos e similares e que não sirvam para atendimento ao público.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos e documentos para liberação do alvará de localização e funcionamento para atividades classificada como Ambulante MEI e ME com ou sem Ponto Fixo:

• Abertura de processo através do endereço eletrônico http://parecis.sefisc.com.br/, preenchimento do requerimento e anexar os documentos exigíveis, para Ambulante MEI e ME com ou sem Ponto Fixo.
• Tramitação do processo será na forma eletrônica através de sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda – SEMAF;
• Apresentação dos seguintes documentos pelo requerente ou procurador legal:

• Fotocópia do documento de identidade e CPF;
• Procuração legal e fotocópias de identidade e CPF, se for o caso;
• Comprovante de endereço residencial;
• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
• Documento certificando a constituição da empresa e ou alterações quando se tratar de renovação;
• Certificado de auto de conformidade do Bombeiro;
• Autorização de cessão de espaço público, se for ocaso; e
• Comprovante de pagamento da taxa de Alvara de Localização e Funcionamento.

Art. 4º - Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos e documentos para liberação do alvará de localização e funcionamento para atividades classificada como de Baixo Risco Ambiental e de Segurança:

• Abertura de processo através do endereço eletrônico http://parecis.sefisc.com.br/, preenchimento do requerimento e anexar os documentos exigíveis, para Baixo Risco Ambiental e de Segurança.
• Tramitação do processo será na forma eletrônica através de sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda – SEMAF;
• Apresentação dos seguintes documentos pelo requerente ou procurador legal:

• Fotocópia do documento de identidade e CPF;
• Procuração legal e fotocópias de identidade e CPF, se for o caso;
• Comprovante de endereço residencial;
• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
• Documento certificando a constituição da empresa e ou alterações quando se tratar de renovação;
• Certificado de auto de conformidade do Bombeiro ou Protocolo do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI); conforme Lei Estadual no nº 3.924/2016;
• Habite-se para construção novas referente ao ponto comercial ou protocolo do processo de regularização do imóvel; e
• Comprovante de pagamento da taxa de Alvara de Localização e Funcionamento.

Art. 5º - Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos se documentos para liberação do alvará de localização e funcionamento para atividades classificada como de Médio Risco Ambiental e de Segurança:

• Abertura de processo através do endereço eletrônico http://parecis.sefisc.com.br/, preenchimento do requerimento e anexar os documentos exigíveis, para Médio Risco Ambiental e de Segurança.
• Análise da viabilidade da atividade conforme Plano Diretor, tramitando digitalmente pela Secretária Municipal de Fazenda – SEMAF;
• Apresentação dos seguintes documentos pelo requerente ou procurador legal:

• Fotocópia do documento de identidade e CPF;
• Procuração legal e fotocópias de identidade e CPF, se for o caso;
• Comprovante de endereço residencial;
• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
• Documento certificando a constituição da empresa e ou alterações quando se tratar de renovação;
• Certificado de auto de conformidade do Bombeiro ou Protocolo do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI), conforme Lei Estadual 3.924/2016;
• Licença ou Protocolo comprovando o pedido de renovação de Licença de Operação;
• Habite-se para construção novas referente ao ponto comercial ou protocolo do processo de regularização do imóvel; e
• Comprovante de pagamento da taxa de Alvara de Localização e Funcionamento.

Art. 6º - Nos casos previstos na Lei Municipal para atividades classificada como de Alto Risco Ambiental e de Segurança:

• Abertura de processo através do endereço eletrônico http://parecis.sefisc.com.br/, preenchimento do requerimento e anexar os documentos exigíveis, para Alto Risco Ambiental e de Segurança.
• Análise da viabilidade da atividade conforme Plano Diretor, tramitando digitalmente pela Secretária Municipal de Fazenda – SEMAF;
• Apresentação dos seguintes documentos pelo requerente ou procurador legal:

• Fotocópia do documento de identidade e CPF;
• Procuração legal e fotocópias de identidade e CPF, se for o caso;
• Comprovante de endereço residencial;
• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
• Documento certificando a constituição da empresa e ou alterações quando se tratar de renovação;
• Certificado de auto de conformidade do Bombeiro ou Protocolo do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI), conforme Lei Estadual 3.924/2016;
• Licença ou Protocolo comprovando o pedido de renovação de Licença de Operação;
• Habite-se para construção novas referente ao ponto comercial ou protocolo do processo de regularização do imóvel;
• Comprovante de pagamento da taxa de Alvara de Localização e Funcionamento;
• Apresentação de Licença Ambiental;
• Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio (APPCI); e
• Projeto Acústico implantado e vistoriado, conforme o caso.

Parágrafo único - Para efeitos de aplicação, da Lei Municipal, considera-se aglomeração de pessoas, atividades como supermercados e estabelecimentos similares; hotéis e similares; restaurantes; escolas, faculdades e hospitais; centros de eventos e auditórios; casas de shows, cinemas e teatros; salões de festas e boates; parques de diversões; feiras e competições esportivas realizadas em ambientes fechados; rodoviárias e terminais de passageiros.

Art. 7º - Ficam dispensados da apresentação de Licença Ambiental de Operação os empreendimentos localizados na área de estabelecimentos que envolvam mais de uma atividade, tais como shopping centers, postos de serviço e similares.

Art. 8º - De acordo com a Lei Complementar Federal 123/06 e Lei Municipal pertinente a SEMAF dispensará a exigência do habite-se nos casos:

• Estabelecimentos utilizados como escritórios de contato, MEI e ME;

• Estabelecimentos localizados em áreas desprovidas de regularização fundiária;
• Estabelecimentos localizados em áreas de regulamentação precária.

§ 1º - As áreas regularizadas e novos empreendimentos continuam sujeitos à apresentação de habite-se, conforme Lei Municipal, sendo possível a liberação de alvará mediante análise.
§ 2º - Não será autorizado alvará de localização e funcionamento para áreas públicas com restrição documentada ou processo de reintegração de posse por parte dos Entes Públicos.

Art. 09 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2026.

Parecis, 21 de outubro de 2026.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:4A3C5926

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS-RO
CONTRATADO: SARA CRISTINA MERQUIADES DE MOURA, inscrita no CNPJ nº 51.766.605/0001-29, com endereço na Estrada Linha P6, Km 5, Zona Rural, Parecis/RO, representada por SARA CRISTINA MERQUIADES DE MOURA.
OBJETO: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 080/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, mantidos o objeto, as especificações e o preço unitário pactuados.
1.2. Permanece inalterado o objeto da Ata: registro de preços para aquisição de refeições prontas, acondicionadas em embalagens do tipo marmitex, conforme especificações constantes do Termo de Referência e do instrumento original.
DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 2.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 080/2025 por 12 (doze) meses, para o período de 10 de novembro de 2026 a 10 de novembro de 2027.
DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS E DO VALOR: 3.1. Em decorrência da prorrogação, ficam renovados para o novo período os quantitativos inicialmente estimados, correspondentes a 10.000 (dez mil) unidades de refeições prontas tipo marmitex, conforme cláusula 4.1.2 da Ata.
3.2. Fica mantido o preço unitário registrado de R$ 24,40 (vinte e quatro reais e quarenta centavos), sem reajuste, resultando no valor global estimado de R$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) para os quantitativos renovados.
3.3. A renovação dos quantitativos não implica obrigação de aquisição integral pela Administração, observadas as condições de utilização da Ata e as demandas dos órgãos interessados.
DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas com fundamento nesta Ata correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos requisitantes, a serem indicadas quando da formalização de cada contratação ou instrumento equivalente.
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026

Parecis/RO, 22 de outubro de 2026.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:BA7ED26B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 050/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 050/2026 – PROCESSO Nº. 015.001740/2026-41.

O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR, no Decreto nº 21.168, de 16 de julho de 2025; e Resolução nº 004/2025/EMDUR de 25 de novembro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados a Homologação da Prestação de Contas de diárias concedidas em favor dos empregados públicos abaixo descritos.

NOME	MATRÍCULA	CARGO FUNÇÃO	DESTINO	QUANT. DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Arley Davidson Vargas Lobo	108-2	Chefe de Seção de Iluminação Pública	Nova Mutum	2 e ½	Não
Carlos Eduardo Lima	114-7	Auxiliar de Operações/Eletricista	Nova Mutum	2 e ½	Não
Deijian Vieira Da Costa	156	Auxiliar de Operações/Eletricista	Extrema	3 e ½	Não
Erivelton Rodrigues Dos Santos	124-4	Auxiliar de Operações/Eletricista	Extrema	3 e ½	Não
João Alfredo Alencar da Mata Filho	156-2	Gerente de Iluminação Pública	Extrema	1 e ½	Não
Marco Daniel Rodrigues Silva	105-8	Auxiliar de Operações/Eletricista	Nova Mutum	2 e ½	Não
Naira Silva e Souza Lobo	115-5	Chefe da Seção de Projetos e Expansão de Iluminação Pública	Nova Mutum	2 e ½	Não

Objetivo da Viagem: Realizar o acompanhamento e a execução dos serviços de manutenção e implantação de pontos de iluminação pública nos Distritos de Extrema e Nova Mutum.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente – EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:785893FC

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 052/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 052/2026 – PROCESSO Nº.

015.001741/2026-96. O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR, no Decreto nº 21.168, de 16 de julho de 2025; e Resolução nº 004/2025/EMDUR de 25 de novembro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados a Homologação da Prestação de Contas de diárias concedidas em favor dos empregados públicos abaixo descritos.

NOME	MATRÍCULA	CARGO FUNÇÃO	DESTINO	QUANT. DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Adolfo Títalo Noleto Da Silva	113-9	Auxiliar de Operações/Eletricista	Distrito de Calama	3 e ½	Não
Jonas Butzke	128-7	Auxiliar de Operações/Eletricista	Distrito de Calama	3 e ½	Não
Samuel Gomes Pinto	348	Assessor Executivo	Distrito de Calama	3 e ½	Não

Objetivo da Viagem Realizar o acompanhamento e a execução dos serviços de manutenção e implantação de pontos de iluminação pública no distrito, visando garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à comunidade local.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente – EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:849CD6EE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
PORTARIA N° 041/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026

"Designa os membros da Comissão de Seleção e Avaliação responsável pela análise e condução do processo seletivo referente ao Edital de Chamamento Público nº 004/2026/FUNCULTURAL, e dá outras providências".

A **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na atuação da Administração Pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 21.694, de 8 de janeiro de 2026, que regulamenta, no âmbito do Município de Porto Velho, os procedimentos relativos às parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO o **Edital de Chamamento Público nº 004/2026/FUNCULTURAL,** referente ao **Processo Administrativo SEI nº 010.000631/2026-57**, cujo objeto consiste na seleção de organizações da sociedade civil para celebração de Termos de Fomento destinados ao apoio aos desfiles das escolas de samba do **Carnaval Oficial de Porto Velho de 2027;**

CONSIDERANDO a necessidade de instituir comissão responsável pela análise e avaliação das propostas e dos planos de trabalho apresentados, observados os critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório, assegurando transparência, isonomia, impessoalidade e julgamento devidamente motivado;

CONSIDERANDO a necessidade de delimitar as atribuições da Comissão de Seleção e Avaliação, especialmente quanto à análise das propostas, à elaboração dos resultados e à apreciação dos recursos administrativos, respeitadas as competências estabelecidas na legislação municipal e no edital;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para compor a **Comissão de Seleção e Avaliação**, responsável pela análise e condução dos procedimentos referentes ao **Edital de Chamamento Público nº 004/2026/FUNCULTURAL:**

I – DAYANE MODESTO DE BRITO, Assessora-Chefe da Assessoria Técnica – ASTEC, matrícula nº 10078684-01, na função de Presidente da Comissão;

II – ANA GABRIELE GOMES OLIVEIRA, Assessora III da Assessoria Técnica – ASTEC, matrícula nº 10078206-01, na função de membro;

III – MILENA GUEDES ALVES GARCIA, Assessora I do Gabinete da Presidência, matrícula nº 10078236-01, na função de membro.

Art. 2º Compete à Comissão de Seleção e Avaliação:

I – receber, conferir e analisar a documentação apresentada pelas organizações da sociedade civil, conforme as exigências do edital;

II – analisar e avaliar as propostas e os planos de trabalho com base nos critérios objetivos de julgamento estabelecidos no instrumento convocatório;

III – atribuir pontuações, elaborar registros e fundamentar as decisões relativas à classificação, desclassificação ou eventual inabilitação, conforme as regras aplicáveis;

IV – solicitar esclarecimentos ou complementações admitidos pelo edital e pela legislação vigente, vedada a alteração substancial das propostas ou a apresentação intempestiva de documentos essenciais, quando não permitidas;

V – elaborar atas, relatórios técnicos, pareceres e demais registros necessários à formalização das etapas do procedimento seletivo;

VI – consolidar e divulgar os resultados preliminares e definitivos, observadas as competências administrativas e os procedimentos previstos no edital;

VII – analisar os recursos administrativos interpostos, emitindo manifestação técnica fundamentada e promovendo os encaminhamentos cabíveis à autoridade competente, quando a decisão final não estiver inserida em suas atribuições;

VIII – acompanhar o cumprimento dos prazos e das etapas previstos no cronograma do edital; e

IX – praticar os demais atos necessários à adequada execução de suas atribuições, respeitados os limites legais e regulamentares.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, com o devido registro e fundamentação das decisões.

Parágrafo único. Os membros da Comissão deverão observar as regras legais relativas à imparcialidade, aos impedimentos e aos conflitos de interesses, comunicando formalmente qualquer situação que possa comprometer a lisura do procedimento.

Art. 4º A atuação da Comissão de Seleção e Avaliação restringe-se aos procedimentos de seleção previstos no **Edital de Chamamento Público nº 004/2026/FUNCULTURAL**, não se confundindo com as atribuições da **Comissão de Monitoramento e Avaliação** responsável pelo acompanhamento da execução das parcerias eventualmente celebradas.

Art. 5º A Comissão deverá observar o cronograma estabelecido no edital, sem prejuízo dos ajustes formalmente autorizados pela Administração, quando legalmente cabíveis.

Art. 6º Concluídas as etapas de análise, avaliação e processamento dos recursos administrativos, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente para conhecimento, deliberação e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto à homologação do resultado, quando cabível, observadas as disposições do edital e da regulamentação municipal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

DÉBORA SILVA FIGUEREDO GIL
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto n° 3.160/I, De 11 de Junho de 2026

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9C40F370

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
PORTARIA N° 042/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026

"Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais pertencentes ou disponibilizados à Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, estabelece responsabilidades aos condutores e dá outras providências".

A **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Municipal nº 1.948, de 28 de julho de 2011**, que disciplina a condução de veículos oficiais no âmbito do Município de Porto Velho e estabelece responsabilidades quanto à utilização, guarda e conservação da frota oficial;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os veículos oficiais da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL sejam utilizados exclusivamente para o atendimento das finalidades institucionais e do interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior controle, segurança, eficiência, economicidade e regularidade na utilização da frota oficial, bem como a responsabilização dos agentes públicos que realizarem sua condução;

CONSIDERANDO a necessidade de manter servidores devidamente autorizados e habilitados para a condução dos veículos oficiais, especialmente em razão das atividades administrativas, técnicas, culturais e operacionais desenvolvidas pela FUNCULTURAL;

CONSIDERANDO, ainda, que a condução de veículo oficial deverá observar as disposições da legislação de trânsito vigente, as normas internas da Administração Pública e as determinações da autoridade competente;

RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR, para o exercício de suas atribuições funcionais e exclusivamente no interesse da Administração Pública, o servidor abaixo relacionado para conduzir veículos oficiais pertencentes, cedidos ou disponibilizados à Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.948, de 28 de julho de 2011, da legislação de trânsito vigente e das demais normas aplicáveis:

I - MARIO ADRIANO BARBOSA SILVA*, matrícula n.º 10081036-01, portador da CNH n.º 09384529300;*

§ 1º *A autorização prevista no caput fica condicionada à regularidade e validade da Carteira Nacional de Habilitação – CNH do respectivo condutor, bem como à compatibilidade da categoria de habilitação com o veículo a ser conduzido.*

§ 2º A condução de veículo oficial por servidor autorizado deverá ocorrer exclusivamente para atendimento de atividades de interesse da FUNCULTURAL, vedada sua utilização para fins particulares ou estranhos às atribuições institucionais.

Art. 2º São responsabilidades dos condutores autorizados, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação vigente:

I – realizar inspeção das condições gerais do veículo antes do início da utilização, verificando, sempre que possível, os níveis de combustível, óleo, água, pneus, equipamentos obrigatórios, documentação e demais itens necessários à segurança da condução;

II – comunicar imediatamente ao setor responsável qualquer irregularidade, avaria, defeito mecânico ou elétrico constatado no veículo;

III – solicitar ou requisitar, pelos meios administrativos adequados, a realização de manutenção preventiva ou corretiva, sempre que identificada a necessidade;

IV – conduzir o veículo com prudência, zelo e responsabilidade, observando rigorosamente o **Código de Trânsito Brasileiro – CTB**, as normas de circulação e demais disposições legais aplicáveis;

V – utilizar o veículo somente para a finalidade autorizada e durante o período necessário ao cumprimento da atividade institucional;

VI – zelar pela conservação, guarda e integridade do veículo, bem como de seus equipamentos, ferramentas, acessórios, peças sobressalentes, documentos e demais itens que o integrem;

VII – manter em segurança a documentação e os equipamentos que acompanham o veículo;

VIII – preencher corretamente os formulários, registros, mapas, controles de tráfego, relatórios de utilização e demais documentos exigidos pela Administração;

IX – comunicar imediatamente à autoridade competente a ocorrência de acidente, sinistro, dano, furto, roubo ou qualquer outro fato que envolva o veículo oficial, adotando as providências legalmente cabíveis;

X – prestar, quando possível e necessário, a assistência inicial decorrente de acidente, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e legais pertinentes;

XI – responder administrativamente, civilmente e/ou penalmente, na forma da legislação aplicável, por atos praticados em desconformidade com as normas de utilização dos veículos oficiais.

Art. 3º A utilização dos veículos oficiais da FUNCULTURAL deverá ocorrer exclusivamente para o desenvolvimento de atividades institucionais, administrativas, técnicas, culturais, operacionais e de representação oficial, vinculadas às competências da Fundação e ao interesse público.

§ 1º Os veículos poderão ser utilizados em dias úteis, bem como aos sábados, domingos e feriados, nos períodos diurno ou noturno, quando houver necessidade de serviço devidamente caracterizada.

§ 2º A utilização do veículo fora do horário ordinário de expediente deverá estar vinculada a atividade institucional, evento, missão, deslocamento ou serviço previamente autorizado pela autoridade competente.

§ 3º É vedada a utilização dos veículos oficiais para atividades de caráter particular, transporte de pessoas ou bens sem relação com o serviço público, ou qualquer outra finalidade estranha ao interesse da Administração.

Art. 4º A presente autorização terá validade de 01 (um) ano, com início em 23 de outubro de 2026 e término em 22 de outubro de 2027, podendo ser renovada, alterada, reformulada ou cancelada a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, conforme a conveniência e o interesse da Administração.

Parágrafo único. A autorização não gera direito adquirido à condução de veículo oficial, ficando sua utilização condicionada à necessidade do serviço, à disponibilidade da frota e às determinações da autoridade competente.

Art. 5º O servidor autorizado deverá observar, no exercício da condução dos veículos oficiais, além das disposições desta Portaria, a Lei Municipal nº 1.948, de 28 de julho de 2011, o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as normas de controle e utilização da frota pública e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as portarias e atos anteriores de autorização para condução de veículos oficiais da FUNCULTURAL, publicados no exercício de 2025, que disponham sobre a mesma matéria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DÉBORA SILVA FIGUEREDO GIL
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto N° 3.160/i, de 11 de Junho de 2026.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:94D5E7E0

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
PORTARIA N° 043/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026

"Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão de Prestação de Serviços instituída pela Portaria nº 037/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026, mantém os demais integrantes e estabelece outras providências" .

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente e pelo Decreto nº 3.160/I, de 11 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a Portaria nº 037/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026, que instituiu a Comissão de Prestação de Serviços, estabelecendo sua composição e as competências relativas à fiscalização, ao acompanhamento e à verificação da execução dos serviços contratados no âmbito da FUNCULTURAL;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a substituição de membro da Comissão, assegurando a continuidade dos trabalhos administrativos e a regularidade dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual;

CONSIDERANDO os princípios da continuidade do serviço público, da segurança jurídica e da eficiência administrativa, bem como a necessidade de preservar os atos regularmente praticados pela Comissão, especialmente os relatórios de acompanhamento da execução, os registros de fiscalização e os documentos comprobatórios da prestação dos serviços;

RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR a servidora **MARIA JÚLIA LIMA DE BARROS**, ocupante do cargo de **Assessor I**, matrícula nº **10081296-01**, para integrar, na qualidade de membro, a Comissão de Prestação de Serviços da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, em substituição à servidora **PAULA GABRIELA FARIAS SENA**, anteriormente designada pela Portaria nº 037/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026, publicada no dia 25 de setembro de 2026. Edição 4327.

Art. 2º A Comissão de Prestação de Serviços passa a ter a seguinte composição:

I – **EMERSON BARROS GARCIA**, ocupante do cargo de Gerente, matrícula nº **10078466-01**, lotado no Departamento de Desenvolvimento Cultural – DDC, na qualidade de **Presidente**;

II – **MARIA JÚLIA LIMA DE BARROS**, ocupante do cargo de Assessor I, matrícula nº **10081296-01**, na qualidade de **Membro**;

III – **LUCIANO MANUEL DA SILVA CLAUDINO**, ocupante do cargo de Gerente, matrícula nº **10078240-01**, lotado no Departamento de Desenvolvimento Cultural – DDC, na qualidade de **Membro**;

IV – **JOSIMAR CORREA ALFAIA**, ocupante do cargo de Gerente da Divisão de Equipamentos Rodantes – DPC, matrícula nº **10078185**, na qualidade de **Membro**.

Art. 3º Compete à Comissão de Prestação de Serviços, de forma detalhada e rigorosa, exercer as seguintes atividades:

I – **Recebimento Provisório e Definitivo:** Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos bens e serviços destinados aos eventos da Fundação, lavrando os respectivos termos, após verificação da conformidade com as especificações constantes no edital ou contrato;

II – **Certificação da Execução:** Atestar a efetiva prestação dos serviços contratados (estruturas, sonorização, iluminação, atrações artísticas, entre outros), mediante verificação durante a realização dos eventos;

III – **Avaliação da qualidade:** Analisar se os materiais fornecidos e os serviços executados atendem à qualidade técnica exigida nos Projetos Básicos ou ermos de Referência;

IV – **Mensuração de quantidades**: Conferir se as quantidades executadas correspondem fielmente às informações constantes nas notas fiscais apresentadas, evitando pagamentos por itens não utilizados ou não entregues;

V – **Registro de Ocorrências:** Registrar, em relatório próprio, eventuais falhas, atrasos ou desconformidades identificadas na execução contratual, subsidiando, quando necessário, a adoção de medidas administrativas e a aplicação de sanções;

VI – **Instrução para Pagamento:** Organizar e validar a documentação comprobatória da execução contratual (relatórios, registros fotográficos, medições, listas de presença, entre outros), possibilitando o regular prosseguimento do processo à fase de liquidação e pagamento.

Art. 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos praticados, salvo nos casos em que houver manifestação divergente devidamente fundamentada e registrada em ata ou nos autos do processo administrativo.

Art. 5º Fica revogada, exclusivamente em relação à servidora **PAULA GABRIELA FARIAS SENA**, a designação para integrar a Comissão de Prestação de Serviços, permanecendo inalteradas as demais disposições da Portaria nº 037/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026, inclusive as competências, atribuições e responsabilidades conferidas à Comissão e aos demais integrantes.

Art. 6º Ficam preservados os atos administrativos regularmente praticados pela Comissão no exercício de suas atribuições, incluindo relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, registros de fiscalização, termos de recebimento, atestos e demais documentos produzidos nos procedimentos de acompanhamento e fiscalização contratual.

Parágrafo único. A substituição da integrante não prejudica a continuidade nem o aproveitamento dos procedimentos administrativos já realizados, tampouco implica a necessidade de repetição dos atos regularmente praticados, ressalvada a hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades que justifiquem revisão ou providências complementares.

Art. 7º Os efeitos desta Portaria retroagem a **25 de setembro de 2026**, exclusivamente para fins de formalização administrativa da

substituição da integrante, observadas as atribuições efetivamente exercidas e a regularidade dos atos praticados no período.

Art. 8º Permanecem **ratificadas** as demais disposições da Portaria nº 037/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026 que não conflitarem com o presente ato.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DÉBORA SILVA FIGUEREDO GIL
Diretora Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho-FUNCULTURAL
Decreto N.º 3.160/I de 11 de Junho de 2026

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FD5D079E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026/IPAM

Aviso

PROCESSO ELETRÔNICO (SEI) Nº011.000196/2026-51
Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 75, caput, inciso II

A Diretora-Presidente do **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM**, torna público que a Autarquia pretende realizar contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, caput, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO,** observadas as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, quando aplicável, bem como demais normas pertinentes.

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de camisas tipo polo institucionais, destinadas à padronização visual e à identificação funcional dos servidores do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM,** visando atender ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM por intermédio da Gerência Administrativa – GEAD, conforme especificações e quantitativo abaixo e em estrita observância ao Termo de Referência constante dos autos:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
CAMISA TIPO POLO INSTITUCIONAL, modelo unissex, manga curta, em malha piquet PV, com personalização por bordado da logomarca institucional do IPAM e identificação do Município de Porto Velho, conforme identidade visual oficial e especificação técnica detalhada no item 5 deste Termo de Referência. Tamanhos PP, P, M, G, GG e GGG, conforme grade a ser informada pela Administração.	UNIDADE	300

DA PUBLICIDADE E DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

2.1. Este Aviso será publicado, simultaneamente, no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – DOM/AROM, em jornal de grande circulação e no Portal da Transparência do IPAM.
2.2. O prazo para recebimento das propostas é de **5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste Aviso no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia**, prazo superior ao mínimo legal de 3 (três) dias úteis previsto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, **SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO** das propostas encaminhadas após a data estipulada.

DA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação dar-se-á mediante envio da proposta de preços e da documentação de habilitação, exclusivamente, para o endereço eletrônico do **Setor de Compras e Licitações do IPAM: scl@ipam.ro.gov.br**, até a data fixada no item 2.
3.2. A proposta deverá conter a razão social, o CNPJ, o endereço, o telefone e o e-mail do proponente, a descrição do produto ofertado em conformidade com a especificação, os valores unitário e total e o prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias.**
3.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto.
3.4. Será selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, observado o critério de menor preço e o integral atendimento das especificações técnicas, condicionada a contratação à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira do proponente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. O Termo de Referência e demais documentos da dispensa de licitação, poderão ser visualizados no arquivo da publicação no site: **https://transparencia-ipam.portovelho.ro.gov.br/arquivos/788** ou ainda poderão ser obtidos junto ao **Setor de Compras e Licitações do IPAM**, pelo endereço eletrônico: **scl@ipam.ro.gov.br**.
4.2. Maiores informações e esclarecimentos sobre a referida Dispensa de Licitação serão prestados através do **e-mail** indicado no subitem anterior ou pelo **telefone: (69) 99248-0524**.

Publique-se na Imprensa Oficial.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

PRISCILLA BEZERRA GIROTO FARIAS LIMA
Diretora-Presidente Interina

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5C62CC5B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL PORTARIA N° 056/GAB/PGM/2026

Portaria n° 056/GAB/PGM/2026
Porto Velho/RO, 08 de outubro de 2026

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº. 648, de 06 de janeiro de 2017 e da Lei Complementar nº 099, de 28 de abril de 2000.

R E S O L V E:

Art. 1º – DESIGNAR o servidor **CAHIO SHERIGHAN BENJAMIM LIMA,** matrícula nº 1003705, para o cargo de Subprocurador Legislativo no âmbito desta Procuradoria Geral do Município, em substituição ao titular L**UCIANO VALES DO NASCIMENTO**, matrícula nº 85028, em razão do seu gozo de férias regulamentares no período de 13/10/2026 a 22/10/2026

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:04E0EBAA

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 22.567, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 018.001828/2026-33.

RESOLVE:
ARBITRAR E CONCEDER ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEMAGRIC, **DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA**, cadastro nº 10081058, 6 (seis) diárias, e ½ (meia) diária, e adicional de deslocamento nos termos do art. 10 do Decreto nº 17.353, de 9 de junho de 2021, no período de 29/11/2026 à 05/12/2026, para o seu deslocamento à cidade de Curitiba/PR, objetivando a participação na imersão "Cidades que Alimentam: Liderança e Inovação em Políticas Alimentares Urbanas".

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:61105D61

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 22.572, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre o recesso administrativo durante as festividades do Natal e do Ano Novo, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 017.014254/2026-73.
CONSIDERANDO as festividades de Natal e Ano Novo, bem como a necessidade de organização do funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal durante o período; e
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população, mediante a organização de escalas de plantão e revezamento.
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido o Recesso Administrativo, no período de 19 de dezembro de 2026 a 4 de janeiro de 2027, para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, os quais deverão funcionar em regime de plantão, conforme escala determinada pelo titular de cada órgão ou entidade.
Parágrafo único. As repartições abaixo relacionadas organizarão turnos de revezamento, de forma a assegurar a continuidade dos serviços prestados à população:
I – Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), nas unidades de saúde que realizam atendimentos de urgência e emergência 24 horas;
II – Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA), nos serviços de limpeza pública, drenagem, asfaltamento e tapa-buracos;
III – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEMAGRIC), nos serviços de inspeção animal;
IV – Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade (SEMTRAN), nos serviços de fiscalização e segurança do trânsito; e
V – Empresa de Desenvolvimento Urbano (EMDUR), nas atividades relacionadas à iluminação pública, dentre outras atribuições essenciais.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F16A6ACA

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.782/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a partir de 1° de junho de 2026, constante no Decreto nº 3.011/I, de 18 de maio de 2026, retificado pelo Decreto nº 3.052/I, de 25 de maio de 2026.

RAILDA RODRIGUES NERY	Escola Tipologia "B"	Vice-Diretor da EMEF Prof. Joelma Rodrigues dos Santos (Tipologia "B")	DAS 02

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:67C8505D

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.783/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, a partir de 1° de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.634/I, de 02 de setembro de 2026.

LUAN DE LIMA CAMPOS	Mercado Municipal	CHEFE I	DAS 02

Onde se lê: a partir de 01° de setembro de 2026.
Leia-se: a partir de 01° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B93E9096

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.784/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Superintendência Municipal de Distritos – SMD, a partir de 02 de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.631/I, de 02 de setembro de 2026

ROGER FERREIRA DE ARAUJO	Gabinete da Superintendência	ASSESSOR I	DAS 01

Onde se lê: a partir de 02 de setembro de 2026.
Leia-se: a partir de 1° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:186566D9

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.785/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, a partir de 1° de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.571/I, de 20 de agosto de 2026

KAICK LUIZ CABRAL	Departamento de Patrimônio, Arquivo, Logística, Almoxarifado, Conservação e Reparos	ASSESSOR II	DAS 02

Onde se lê: a partir de 1° de setembro de 2026.
Leia-se: a partir de 1° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0B0E4763

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.786/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a partir de 11 de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.679/I, de 10 de setembro de 2026

ANDRE LUIZ SILVA MAIA	Assessoria Técnica	ASSESSOR II	DAS 02

Onde se lê: a partir de 11 de setembro de 2026.
Leia-se: a partir de 1° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:51604B63

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.787/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL, a partir de 01° de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.561/I, de 19 de agosto de 2026.

ANTONIO AUGUSTINHO DA COSTA NETO	Secretaria Executiva de Esporte e Lazer	ASSESSOR III	DAS 03

Onde se lê: a partir de 01° de setembro de 2026.

Leia-se: a partir de 01° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:051B952D

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.788/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação da servidora abaixo relacionada para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, a partir de 1° de agosto de 2026, constante no Decreto nº 3.366/I, de 23 de julho de 2026.

LIDIANE CARDOSO VIANA CRUZ DE CARVALHO	Centro de Referência da Assistência Social	CHEFE II	DAS 03

Onde se lê: a partir de 1° de agosto de 2026.
Leia-se: a partir de 1° de outubro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:47618958

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.789/I, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Retificar a nomeação do servidor abaixo relacionado para exercer o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a partir de 17 de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.722/I, de 16 de setembro de 2026
Onde se lê: a partir de 17 de setembro de 2026.

JOAO FERNANDO RUDEK	Escola Municipal de Música Francisco Lázaro dos Santos "LAIO"	VICE-DIRETOR DE ESCOLA DE MÚSICA	DAS 02

Leia-se: a partir de 1° de outubro de 2026.

JOÃO FERNANDO FREITAS RUDEK	Escola Municipal de Música Francisco Lázaro dos Santos "LAIO"	VICE-DIRETOR DE ESCOLA DE MÚSICA	DAS 02

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AEA3E8A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA N° 192/2026/DIFC/DEAD/GAB/SEMAD, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Comissão de Credenciamento, Gestão e Fiscalização das Consignações em Folha de Pagamento no âmbito da SEMAD.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.824, de 18 de outubro de 2010, e o Decreto nº 19.778, de 28 de fevereiro de 2024, e suas alterações, no que se refere às consignações em folha de pagamento;

CONSIDERANDO a necessidade de reunir e organizar as responsabilidades pelo credenciamento das empresas consignatárias e pelo acompanhamento e controle das consignações em folha de pagamento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Credenciamento, Gestão e Fiscalização das Consignações em Folha de Pagamento, responsável pela instrução e acompanhamento do credenciamento das empresas consignatárias e pelo controle das rotinas operacionais e dos descontos relativos às consignações facultativas processadas pela SEMAD.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores abaixo designados:

Servidor	Matrícula	Função
Eliã Victor Alves Aguirre	10081203	Gestor
Marcio Barbosa Duarte	10081207	Fiscal
Frankcilene Garcia Galvão	10081072	Fiscal
Kauã Gabriel Bandeira da Silva	10081911	Fiscal
Daniela Cristina Brasil de Souza	245284	Representante da unidade responsável pela folha de pagamento

Art. 3º Compete aos membros da Comissão:

I – ao gestor: coordenar os trabalhos, acompanhar os processos de credenciamento, renovação e descredenciamento e submetê-los à autoridade competente, bem como acompanhar as rotinas de

consignação e articular as providências necessárias à solução de inconsistências com as consignatárias, a empresa responsável pelo sistema e as unidades competentes;

II – aos fiscais: receber, conferir e instruir os pedidos de credenciamento e renovação, verificar os requisitos legais e documentais, realizar diligências e emitir manifestação; acompanhar a manutenção das condições de credenciamento e instruir as ocorrências que possam ensejar suspensão ou descredenciamento; e conferir a regularidade dos procedimentos e descontos, registrando inconsistências e acompanhando sua regularização;

III – ao representante da folha de pagamento: acompanhar o processamento dos arquivos de consignação, conferir os descontos efetivamente realizados, informar divergências e providenciar os ajustes de competência da folha, bem como receber, analisar e instruir, no âmbito da unidade responsável pela folha de pagamento, os requerimentos e demais demandas dos servidores municipais relativos às consignações e aos descontos em folha.
§ 1º Compete à unidade responsável pela folha de pagamento o atendimento das demandas dos servidores municipais relativas às consignações e aos descontos em folha, incluindo o recebimento, a análise e a instrução dos requerimentos, a prestação de esclarecimentos e o encaminhamento das providências cabíveis, bem como processar os arquivos relativos às consignações em folha de pagamento e realizar os procedimentos necessários à integração das informações entre o Sistema ConsigFácil e a folha de pagamento.
§ 2º Compete ao gestor e aos fiscais o atendimento, a análise e a instrução das demandas apresentadas pelas empresas consignatárias e pela empresa gerenciadora do sistema de consignações, inclusive quanto ao credenciamento, à operacionalização do sistema e às divergências nos descontos e repasses, mediante interlocução com as unidades competentes.
§ 3º A execução das rotinas de folha e a realização dos repasses permanecem sob responsabilidade das respectivas unidades competentes, cabendo ao gestor e aos fiscais o acompanhamento e a articulação das providências necessárias.
§ 4º A Comissão poderá propor à autoridade competente a habilitação, inabilitação, suspensão ou descredenciamento de consignatárias, observada a legislação aplicável e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

Art. 4º Os membros exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções dos respectivos cargos, podendo solicitar informações e apoio às unidades competentes e devendo submeter à autoridade superior as ocorrências que excedam suas atribuições.

Art. 5º Ficam revogadas a Portaria nº 80/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 16 de maio de 2025, e a Portaria nº 115/2026/DIFC/DEAD/GAB/SEMAD, de 15 de junho de 2026.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EF6567CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1591/2026/CDCS/DGP/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **CAROLINE SANTOS DE SOUZA,** cadastro nº 10079907, para exercer, no período de **01/10/2026 a 30/10/2026,** o Cargo em Comissão de **Assessor Técnico I, DAS-06**, da **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA**, em substituição à titular **ALINE SOARES SILVA**, cadastro nº 10078287, em razão de férias, conforme Processo SEI nº 019.004751/2026-43.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C8AE5217

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1592/2026/CDCS/DGP/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **SAULA DA SILVA PIRES,** cadastro nº 31675, para exercer, no período de **03/11/2026 a 17/11/2026,** o Cargo em Comissão de **Assessor Técnico I, DAS-06**, da **Secretaria Municipal de Economia - SEMEC**, em substituição à titular **HILDEVANIA BENEDITA CABRAL FERREIRA**, cadastro nº 72497, em razão de férias, conforme Processo SEI nº 020.012745/2026-21.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5BF1135F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1593/2026/CDCS/DGP/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

RESOLVE:

ALTERAR membro da **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, gestão 2026/2027**, do **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Cotinha**, vinculado à **Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS**, designada por meio da Portaria nº 518/2026/CDCS/DGP/SEMAD, de 30/03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4204, de 01/04/2026, conforme Processo SEI nº 017.003897/2026-91.

Art. 1º DISPENSAR a servidora **JOANITA SANTOS NOBREGA**, cadastro nº 265092, a partir de **14/10/2026**.

Art. 2º DESIGNAR a servidora **ALINE DE PAULA QUEIROZ NASCIMENTO**, cadastro nº 246133, a partir de **14/10/2026**.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4815F6EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1594/2026/CDCS/DGP/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 123, parágrafo único, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a redução de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho sem prejuízo de sua remuneração, à servidora **ALEMMAR FERREIRA DA FONSECA**, cadastro nº 1002410, ocupante do cargo de **Professor**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação desta portaria no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia,** conforme processo SEI nº 004.015396/2026-05.

Art. 2º A servidora terá a concessão da redução, pelo prazo de um ano, podendo ser renovado por mais um ano, a critério da Administração.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:73B8CCE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 351/DAA/DA/SEMAGRIC

PORTARIA N° 351/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001743/2026-55

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 09 (nove) diárias inteiras e 02 (uma) meias ½, no período de 05/10/2026 a 10/10/2026 e 13/10/2026 a 17/10/2026, para o servidor **Antonio Henrique Magatti Fernandes**, Matrícula:**10080398**, Cargo: **Médico Veterinário.** Que irá se deslocar por meio de veículo particular, com objetivo de executar fiscalização no abate de bovinos no Frigorífico Frigonosso no distrito de ABUNÃ - RO. Conforme solicitado no Ofício nº 2231/2026/SEMAGRIC-DIPOAV, Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Antonio Henrique Magatti Fernandes	10080398	Médico Veterinário	ABUNÃ - RO	09 Inteiras 02 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Diretora do Departamento de Inspeção de Prod. de Origem Animal e Vegetal - DIPOAV
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BF54987B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 359/DAA/DA/SEMAGRIC/

PORTARIA N° 359/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 14 DE OUTUBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001745/2026-44

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 04 (quatro) diárias inteiras e 01 (uma) meia ½, para o período de **05/10/2026 a 09/10/2026** para o servidor **Josemir Marques Aguilheira**, Matrícula:**57796**, Cargo: **Aux. de Ser. Veterinário,** e 03 (três) diárias inteiras e 01 (uma) meia ½, para o período de **13/10/2026 a 16/10/2026** para o servidor **Vanderley Andrade da Silva**, Matrícula:**57788**, Cargo: **Aux. de Ser. Veterinário .** Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Fiat Strada Placa: TAE 4D53), com objetivo de auxiliar os médicos veterinários na fiscalização no abate de bovinos no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA. Conforme solicitado no Ofício nº 2233/2026/SEMAGRIC-DIPOAV, Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Josemir Marques Aguilheira	57796	Aux. de Ser. Veterinário	EXTREMA	04 inteiras 01 meia ½	NÃO
Vanderley Andrade da Silva	57788	Aux. de Ser. Veterinário	EXTREMA	04 inteiras 01 meia ½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Diretora do Departamento de Inspeção de Prod. de Origem Animal e Vegetal - DIPOAV
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:14D71C71

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 363 /DAA/DA/SEMAGRIC

PORTARIA N° 363/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 21 DE OUTUBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.000506/2025-96

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 08 (oito) inteira e 02 (duas) meia diárias, para o período de 05 a 11/10 e 13 a 15/10/2026 para o servidor **Samio Queiroz Correa**, Matrícula:**6363**,

Cargo: **Motorista.** Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (FORD Ranger Placa TSG-4F25), com objetivo de realizar a condução do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC, e, também, de servidores desta Secretaria, garantindo o deslocamento seguro e tempestivo para o cumprimento da agenda institucional, nas localidades de Nova Mutum, Jaci-Paraná, Santa Rita, Terra Santa, Rio Pardo, Joana D'Arc, União Bandeirantes, Ponta do Abunã, Bacia Leiteira, Ramal 28 de Novembro, Ramal 4 Olhos, Linha C-01, Setor Chacareiro e regiões adjacentes. Conforme solicitado no Ofício Nº 379/2025/SEMAGRIC-DILOG,

Porto Velho, 20 de Setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Samio Queiroz Correa	6363	Motorista	Nova Mutum, Jaci-Paraná, Santa Rita, Terra Santa, Rio Pardo, Joana D'Arc, União Bandeirantes, Ponta do Abunã, Bacia Leiteira, Ramal 28 de Novembro, Ramal 4 Olhos, Linha C-01, Setor Chacareiro e regiões adjacentes	08 inteira 02 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:48442F0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 364/DAA/DA/SEMAGRIC

PORTARIA N° 364/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 15 DE OUTUBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001832/2026-00

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 02 (duas) inteira e 10 (dez) meia diárias, para o período de 13 a 15/10, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 30 e 31/10/2026 para o servidor **Marcos Vinicius de Freitas Morais**, Matrícula:**10081277**, Cargo: **Assessor.** Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (FORD Ranger placa TSG-4F25), com objetivo de realizar a condução de veículo oficial para o transporte e assessoria do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC, em razão do período de férias do motorista responsável pelo atendimento da agenda do Secretário, garantindo o deslocamento seguro e tempestivo para o cumprimento das atividades institucionais, nas localidades de Nova Mutum, Jaci-Paraná, Santa Rita, Terra Santa, Rio Pardo, Joana D'Arc, União Bandeirantes, Ponta do Abunã, Bacia Leiteira, Ramal 28 de Novembro, Ramal 4 Olhos, Linha C-01, Setor Chacareiro e regiões adjacentes. Conforme solicitado no Memorando nº 26/2026/SEMAGRIC-GAB,

Porto Velho, 07 de outubro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Marcos Vinicius de Freitas Morais	10081277	Assessor	União Bandeirante, Jací Paraná, Rio Pardo e Toda Região da Ponta do Abunã e Linhas C10, C30, C01, Ramal do Índio, Gleba rio preto, Comunidade Joana D'arc e Região do Baixo Madeira	02 inteira 10 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A0447766

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 367/DAA/DA/SEMAGRIC/

PORTARIA N° 367/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 16 DE OUTUBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001881/2026-34

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 11 (onze) inteira e 10 (dez) meia diárias, para o período de 05/10 à 09/10, 13/10, 14/10, 15/10 à 17/10, 19/10 à 21/10, 22/10 à 23/10, 26/10 à 28/10, 29/10 30/10 e 31/10/2026 para o servidor Anderson Siqueira França, Matrícula:272534, Cargo: Motorista. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (FORD Ranger PLACA: TSG-4E25), com objetivo de acompanhar e prestar apoio ao Secretário Adjunto da SEMAGRIC, Sr. Rodrigo da Silva Ribeiro, e aos demais departamentos da Secretaria, incluindo participação em reuniões, visitas a associações, suporte logístico e deslocamento de equipes para acompanhamento das frentes de serviços nas localidades de Extrema, Linha C-01 Joana D'Arc, União Bandeirantes, Ponta do Abunã, Bacia Leiteira, Ramal 4 Olhos, Setor Chacareiro, Nova Califórnia, Rio Pardo e Nova Mutum. Conforme solicitado no Memorando nº 29/2026/SEMAGRIC-GAB, Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Anderson Siqueira França	272534	Motorista	Extrema, Linha C-01 Joana D'Arc, União Bandeirantes, Ponta do Abunã, Bacia Leiteira, Ramal 4 Olhos, Setor Chacareiro, Nova Califórnia, Rio Pardo e Nova Mutum	11 Inteiras 10 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6EAA3DCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA Nº383, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto 9.931/I de 31/01/2023;

RESOLVE:
ALTERAR A PORTARIA Nº 355/SEMAGRIC/DIPOAV/2026.

Art. 1°- Publicar a Renovação do registro de N° 037 do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em nome da empresa de razão social: **COOPERATIVA DE PESCADORES, AQUICULTORES, AGRICULTORES E EXTRATIVISTAS DA RESEX CUNIÃ - COOPCINIÃ**, com nome fantasia **COOPCUNIA**, CPF/CNPJ: 97.526.260/0001-37 conforme Laudo Técnico nº **18/2026**.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Diretora SEMAGRIC-DIPOAV

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FC92F8D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA Nº386, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de autorização ao servidor público para a condução de veículo oficial pertencente à frota da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 648 de 06 de janeiro de 2017, pela Lei Complementar n° 760 de 07 de maio de 2019 e pelo Decreto n° 40/I de 1 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO a *Lei Municipal nº 1.948 de 28 de julho de 2011* a qual versa sobre a possibilidade de outros integrantes da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional dirigirem veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER AUTORIZAÇÃO para conduzir veículo oficial pertencente à frota desta Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para os servidores abaixo relacionados, em atenção ao disposto na *Lei Municipal nº 1.948 de 28 de julho de 2011*.

Nome do Servidor	Carteira de Habilitação	Matrícula
Ecivaldo Pereira da Silva	AB-Vencimento: 15/01/2028	47970

Art. 2°. O condutor do veículo oficial possuirá as seguintes atribuições:
a. Inspecionar o veículo antes da partida e ao final do percurso;
b. Requisitar a manutenção preventiva e corretiva do veículo;
c. Dirigir corretamente o veículo, em atenção à Legislação de Trânsito vigente e às normas desta Portaria;
d. Prestar a assistência necessária em caso de acidente;
e. Zelar pela integridade do veículo, inclusive, cuidar das ferramentas, acessórios, sobressalentes, documentação e impressos;
f. Preencher o impresso de controle de tráfego e outros relativos ao uso e defeitos mecânicos do veículo, inclusive de acidentes.
g. As responsabilidades do condutor, por qualquer ato de imperícia, imprudência ou negligência que causar danos ao veículo oficial e a terceiros, aos pagamentos de multas e/ou penalidades na direção do veículo oficial, conforme disposto no art. 31 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/DMAG/DQGA/SGP, DE 01 DE AGOSTO DE 2024.

Art. 3°. O veículo oficial deve ser utilizado estritamente para o desenvolvimento das atividades desta Secretaria.

Art. 4°. A Divisão de Abastecimento e Logística de Transporte (DIALT) é o setor responsável pelo controle de tráfego do veículo e pela elaboração do termo de acautelamento, os quais deverão ser devidamente assinados pelo condutor.

Art. 5°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:401AA49B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
PORTARIA Nº43/DA/SECOM

PORTO VELHO, 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e Lei Complementar n° 1.000, de 07 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta no Processo nº021.000718/2026-03

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA a viagem dos servidores abaixo relacionados, pelo seu deslocamento ao Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO, objetivando a organização e a execução das atividades de cerimonial e protocolo das solenidades de entrega da EMEIF 03 de Dezembro – Extensão, localizada na Vila Petrópolis, e do Cemitério de União Bandeirantes, arbitrando e concedendo, 1 ½ (uma) diária e meia, no período de 29/09/2026 a 30/09/2026.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Qtd de diárias
Moisés Rocha de Melo	10080314	Assessor III	Distrito de União Bandeirantes	1 ½
Leyla Oliveira Silva Feitosa	96314	Assessor I	Distrito de União Bandeirantes	1 ½
Raimunda Nonata da Silva Freire Brito	10079095	Gerente II	Distrito de União Bandeirantes	1 ½
Jean Michel Freire de Azevedo	10081878	Assessor III	Distrito de União Bandeirantes	1 ½

(Assinado Eletronicamente)
FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação Interino - SECOM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:05866993

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
PORTARIA Nº44/DA/SECOM

PORTO VELHO, 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e Lei Complementar n° 1.000, de 07 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta no Processo nº 021.000725/2026-05

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA a viagem dos servidores abaixo relacionados, pelo seu deslocamento ao Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO, objetivando realizar a cobertura jornalística, fotográfica e audiovisual das agendas institucionais da Prefeitura de Porto Velho nas solenidades de entrega da EMEIF 03 de Dezembro – Extensão, localizada na Vila Petrópolis, e do Cemitério de União Bandeirantes, arbitrando e concedendo, ½ (meia) diária, no período de 30/09/2026.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Qtd de diárias
Erisson Cerqueira Soares	10081681	Assessor IV	Distrito de União Bandeirantes	½
Deidvan Costa de Oliveira	10080282	Assessor III	Distrito de União Bandeirantes	½
Gabriel Alves Ferreira	10081411	Assessor I	Distrito de União Bandeirantes	½

(Assinado Eletronicamente)
FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação Interino - SECOM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:81488870

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
PORTARIA Nº45/DA/SECOM

PORTO VELHO, 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e Lei Complementar n° 1.000, de 07 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta no Processo nº 021.000762/2026-13

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA a viagem do servidor abaixo relacionado, pelo seu deslocamento aos Distritos de São Carlos e Demarcação, Porto Velho/RO, objetivando realizar cobertura jornalística, captação de imagens, filmagens e registros fotográficos das ações da Prefeitura de Porto Velho e da entrega de ajuda humanitária às comunidades afetadas pela estiagem nos distritos de São Carlos e Demarcação, para divulgação institucional e apoio à campanha SOS Estiagem, arbitrando e concedendo, 1 ½ (uma) diária e meia, no período de 13/10/2026 a 14/10/2026.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Qtd de diárias
Hellon Luz Xabregas Santa Brigida	10079640	Assessor Técnico I	Distritos de São Carlos e Demarcação	1 ½

(Assinado Eletronicamente)
FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação Interino - SECOM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:369CDF23

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
PORTARIA Nº46/DA/SECOM

PORTO VELHO, 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e Lei Complementar n° 1.000, de 07 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta no Processo nº 021.000773/2026-95

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA a viagem dos servidores abaixo relacionados, pelo seu deslocamento ao Distrito de Vista Alegre do Abunã, Porto Velho/RO, objetivando realizar a cobertura institucional do evento de credenciamento ao Programa Mais Educação Infantil, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), mediante registros fotográficos, audiovisuais e produção de conteúdo jornalístico para divulgação das ações da Prefeitura de Porto Velho, arbitrando e concedendo, ½ (meia) diária, no período de 19/10/2026.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Qtd de diárias
William Jordan de Melo Nascimento	10080638	Assessor Executivo I	Distrito de Vista Alegre do Abunã	½
Letícia dos Santos de Oliveira	10081540	Assessor Técnico I	Distrito de Vista Alegre do Abunã	½
Hellon Luz Xabregas Santa Brigida	10079640	Assessor Técnico I	Distrito de Vista Alegre do Abunã	½

(Assinado Eletronicamente)
FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação Interino - SECOM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D27C3C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE ADENDO MODIFICADOR COM REABERTURA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL, vem, por intermédio do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO (A), nomeada pela PORTARIA Nº 037/2026/SMCL, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/07/202, tornar público aos interessados, em especial as empresas que retiraram o instrumento convocatório, que houve modificações no edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 342/2026/SMCL/PVH, deflagrado no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002.000074/2025-92, cujo objeto é Sistema de Registro de Preços - SRP para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos e estrutura para realização de eventos, visando atender às unidades administrativas participantes, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Anexo I deste Edital, as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas. As modificações no edital e seus anexos constam na íntegra para consulta no Portal de Licitações da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras). **Desta forma a reabertura do certame licitatório em epígrafe será realizada no dia 10 de novembro de 2026, às 10h00min (horário de Brasília/DF),** no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: equipe06smcl@gmail.com ou telefone (69)3901- 6272. Publique-se.

MARIA DO CARMO DO PRADO
Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E0B868B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações da Prefeitura de Porto Velho, vem, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornar público a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 372/2026/SMCL/PVH** – Do Tipo Menor Preço, deflagrado no Processo SEI n°014.001727/2026-01, **cujo objeto é: Sistema de Registro de Preços – SRP para eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e fornecimento de refeições do tipo self-service, compreendendo café da manhã, almoço e jantar, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/11/2026 às 09:30min** (hora do DF). Modo de Disputa: Aberto. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras - UASG: 925172. DISPONIBILIDADE DO EDITAL:www.gov.br/compras;www.portovelho.ro.gov.br.OUTRAS INFORMAÇÕES: Junto à Equipe de Pregão - TRÊSMARIAS, na Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Rua México, nº 341, Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76.820-152; Porto Velho – RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h (horário local de RO). E-mail:equipe.licitacao03@portovelho.ro.gov.br, Telefone (69) 3901- 6272. **VALOR ESTIMADO: R$ 2.109.013,97 (dois milhões, cento e nove mil, treze reais e noventa e sete centavos).**

LIDIANE SALES GAMA MORAIS
Pregoeira/SMCL

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:DD1FF61C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 373/2026/SMCL/PVH

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações da Prefeitura de Porto Velho, torna público a realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 373/2026/SMCL/PVH , do Tipo Menor Preço por Lote, deflagrado no Processo Administrativo Nº019.000325/2026-31, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP) para eventual e futura aquisição de tubos de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) de parede estruturada (lisa interna e corrugada/dupla externa), abrangendo diâmetros de DN 400 mm a DN 3000 mm, destinados ao fornecimento contínuo e parcelado para atender às frentes de drenagem pluvial urbana e rural da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, em Porto Velho e seus 09 (nove) distritos ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/11/2026 às 09h30min (horário de Brasília). Modo de Disputa: Aberto. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras - UASG: 925172. DISPONIBILIDADE DO EDITAL: www.gov.br/compras; www.portovelho.ro.gov.br. OUTRAS INFORMAÇÕES: Junto à Equipe de Pregão 05, na Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Rua México, nº 341, Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76.820-152; Porto Velho – RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h (horário local de RO). E-mail:equipe05smcl@gmail.com, Telefone (69) 3901-6272. VALOR ESTIMADO: R$ 93.492.931,72 (Noventa e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos).

Porto Velho-RO, 22 de Outubro de 2026.

GENEAN PRESTES DOS SANTOS
Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C862D64B

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº005.007280/2025-01
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 345/2026/SMCL/PVH
Considerando a identificação de erro material no Termo de Adjudicação e Homologação nº 101/2026/SMCL-SEL, constante no ID1730191, referente ao Pregão Eletrônico nº 345/2026/SMCL/PVH, faz-se necessária a retificação da identificação do item adjudicado e homologado em favor da empresa **EMBALIZE EMBALAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 52.980.969/0001-70.
Dessa forma, **onde se lê:**
"EMBALIZE EMBALAGENS LTDA - CNPJ: 52.980.969/0001-70, **vencedora do item 1**, ofertando o valor total de R$ 7.430,40 (sete mil quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos)."
Leia-se:
"EMBALIZE EMBALAGENS LTDA - CNPJ: 52.980.969/0001-70, **vencedora do item 3**, ofertando o valor total de R$ 7.430,40 (sete mil quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos)."
Registra-se, ainda, que **os itens 1 e 2 restaram FRACASSADOS**, conforme resultado do procedimento licitatório.
Esclarece-se que a presente retificação decorre exclusivamente de erro material, não implicando alteração do resultado do certame, da empresa vencedora ou do valor homologado.
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições do Termo de Adjudicação e Homologação nº 101/2026/SMCL-SEL.
Publique-se, para ciência dos interessados, e junte-se aos autos do processo administrativo.

IAN BARROS MOLLMANN
Secretário Executivo de Gestão e Licitações

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BAB87B11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.543, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transferência de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.° 954/2026/FUNCULTURAL-DCONT, de 14 de outubro de 2026, pelo qual a Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com o Edital de Credenciamento n.° 02/2026/FUNCULTURAL - ressarmento de pessoal decorrente de eventos culturais e artísticos realizados pela Prefeitura de Porto Velho,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transferência de recursos orçamentários no valor de R$ 30.930,00 (trinta mil, novecentos e trinta reais).

Art. 2º - A transferência decorrente da repriorização de categoria econômica (corrente ou capital) nas ações de governo e resultantes das realocações de recursos entre as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicações e elementos de despesa, dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso o XVII do Artigo 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSFERE R$**	**REALOCA R$**
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	4.4.90.52	1.500.0000.0000.0000	30.930,00	-
			3.3.90.47	1.500.0000.0000.0000	-	30.930,00
SUBTOTAL					**30.930,00**	**30.930,00**
TOTAL					**30.930,00**	**30.930,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:07980E84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.558, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.º 7019/2026/SEINFRA-DEA, de 19 de outubro de 2026 , pelo qual a Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA solicita suplementação de recursos para cobertura de despesas com contratação de empresa especializada em locação de veículos pesados, constante no Processo Administrativo n.° 019.000730/2025-78;

Considerando o Ofício n.º 902/2026/SEMEC-DEC, de 14 de abril de 2026, oriundo da Secretaria Municipal de Economia - SEMEC que apresenta o demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.260.480,41 (três milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2025, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA					
11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
11.01.15.451.154.2.145	Manutenção da Malha Viária Pavimentada	FIS	4.4.90.39	2.720.0000.0000.0000	3.260.480,41
SUBTOTAL					**3.260.480,41**
TOTAL					**3.260.480,41**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1EB67486

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.559, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício n.º 7572/2026/SEMAD-DIOR, de 19 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Administração - SEMAD solicita suplementação orçamentária para cobertura financeira decorrente do Contrato n.° 031/PGM/2026, considerando a apuração do quantitativo efetivo de inscrições pagas para realização de concurso público;

Considerando o Excesso de Arrecadação para o exercício financeiro de 2026 de acordo com o art. 43 § 3° da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 153.497,00 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, provenientes da Fonte de Recursos 1.501.0000.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente - Outros Recursos Vinculados, consignados no orçamento, conforme detalhado na sequência:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD					
07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
07.01.04.128.031.2.224	Realização de Concurso Público	FIS	3.3.90.39	1.501.0000.0000.0000	153.497,00
SUBTOTAL					**153.497,00**
TOTAL					**153.497,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:699FC118

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº68, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros para integrarem o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, instituído pela Portaria nº 61, de 20 de outubro de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuicoes legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 61, de 20 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os membros abaixo relacionados para comporem o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, vinculados às respectivas unidades representativas:

I – Presidência do Comitê:

Presidente: Giordani dos Santos Lima – Cargo: Secretário Municipal de Educação - Matrícula: 10080808

II – Diretoria de Políticas Educacionais (DPE):

Titular: Jandernoura Araújo Rodrigues – Cargo: Diretora Executiva de Políticas Educacionais - Matrícula: 10080721

III – Departamento de Educação Básica (DEB):

Titular: Naftali Sena Lima – Cargo: Diretora do Departamento de Educação Básica - Matrícula: 94392

IV – Divisão de Ensino Fundamental:

Titular: Jaqueline Gomes da Costa – Cargo: Gerente da Divisão do Ensino Fundamental – Matrícula: 33192

V – Divisão de Educação do Campo:

Titular: Adomice Maria Rodrigues Bezerra – Cargo: Gerente da Divisão da Educação do Campo - Matrícula: 299851

VI – Divisão de Educação Infantil:

Titular: Rosileila Gomes Vital – Cargo: Gerente da Divisão da Educação Infantil - Matrícula: 114918

VII – Divisão de Inclusão e Diversidade:

Titular: Elcilene Neves de Araújo Ribas – Cargo: Gerente da Divisão de Inclusão e Diversidade - Matrícula: 184052

VIII – Divisão de Formação:

Titular: Mariy Kathia Santana Ferreira – Cargo: Gerente da Divisão de Formação - Matrícula: 94516

IX – Departamento de Gestão Escolar:

Titular: Mirian Pereira da Silva – Cargo: Diretora do Departamento de Gestão Escolar - Matrícula: 185133

X – Divisão de Acompanhamento da Gestão e Monitoramento das Políticas Educacionais:

Titular: Cássia Marisa Neres Silva – Cargo: Gerente da Divisão de Monitoramento das Políticas Educacionais - Matrícula: 33184

XI – Divisão de Avaliação e Indicadores Educacionais:

Titular: Matilde Consuelo de Oliveira e Souza – Cargo: Gerente da Divisão de Indicadores Educacionais - Matrícula: 135766

XII – Articulação Municipal de Alfabetização:

Titular:Maria Eliselma Pereira da Silva Muller– Cargo: Articuladora Municipal de Alfabetização - RENALFA, Matrícula: 216285.

Art. 2º - Compete aos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED):

I - Planejar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, em conformidade com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada / RENALFA;

II - Garantir a articulação intersetorial e a integração entre as unidades administrativas e pedagógicas da SEMED, incluindo a Diretoria de Políticas Educacionais, o Departamento de Educação Básica, o Departamento de Gestão Escolar e suas respectivas divisões;

III - Acompanhar e subsidiar as ações de formação continuada de educadores, gestores e demais profissionais da rede municipal de ensino voltadas à alfabetização;

IV - Propor diretrizes e ações pedagógicas integradas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação do Campo, Inclusão e Diversidade;

V - Monitorar os indicadores e resultados das avaliações educacionais relativas à alfabetização, promovendo diagnósticos periódicos para o direcionamento de intervenções pedagógicas;

VI - Apoiar o acompanhamento da gestão escolar e fortalecer os mecanismos de monitoramento contínuo das políticas educacionais voltadas ao ciclo de alfabetização;

VII - Promover a articulação contínua com as instâncias estaduais e federais responsáveis pela Política de Alfabetização.

Art. 3º - A participação dos membros designados nesta Portaria será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIORDANI DOS SANTOS LIMA
Secretário Municipal de Educação – SEMED
.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C60DA85C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 448 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre a retificação da Resolução nº 426, de 22 de julho de 2026, referente à inscrição da Associação Projeto de Vidas – PROVA no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Velho, para adequação das tipificações dos serviços socioassistenciais reconhecidos, conforme Parecer nº 46/CNAS-CMAS/2026 retificado. "

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Porto Velho/RO, no uso de suas atribuições, conforme o disposto na Lei Complementar nº 413 de 30 de março de 2011 e seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CMAS nº 372, de 27 de maio de 2025 e conforme deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 2026.
CONSIDERANDO o artigo 6º da Resolução CMAS nº 127/2015 que trata dos critérios de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Velho – CMAS.
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 388, de 11 de novembro de 2025, que deferiu a inscrição da Associação Projeto de Vidas – PROVA;
CONSIDERANDO a retificação do Parecer nº 46/CNAS-CMAS/2026, referente ao Processo nº 012.000441/2025-39, emitida em 19 de outubro de 2026 pela Comissão de Normas da Assistência Social, que reconheceu favoravelmente as ofertas socioassistenciais de Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar a tipificação dos serviços socioassistenciais reconhecidos à manifestação retificada da Comissão de Normas da Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Retificar o art. 1º da Resolução CMAS nº 426, de 22 de julho de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Fica aprovada a inscrição da Associação Projeto de Vidas – PROVA, inscrita no CNPJ nº 48.873.576/0001-90, sob o nº 75, no Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Velho, para a execução das seguintes ofertas socioassistenciais, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009:
I – **Proteção Social Básica:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
II – **Proteção Social Especial de Alta Complexidade:** Serviço de Acolhimento Institucional.
Endereço: Estrada Castanheira, s/n, Zona Rural, Chácara Pedra Angular.
CEP: 76834-899.
Município: Porto Velho/RO.
Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução CMAS nº 426, de 22 de julho de 2026, que não tenham sido expressamente modificados pela presente Resolução.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:321E3037

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
PORTARIA Nº 330/GAB/DA/SEMIAS/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº012.008468/2026-51
RESOLVE:
Art. 1º ARBITRAR E CONCEDER: 02 e ½ (duas e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, com finalidade de realização de diligência destinada à averiguação de possível irregularidade relacionada a registros do Cadastro Único e beneficiários do Programa Bolsa Família, com deslocamento para o dia 28 a 30 **de Outubro de 2026,** por meio de veículo oficial Hilux, placa nº RSY7F05, bem como a autorização desta secretaria para utilização do veículo oficial. Conforme **Ofício nº 10336/2026/SEMIAS-DIPTR** de 28/09/2026.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Quant.	Aux.Desloc
Clóvis Henrique da Silva	10078919	Gerente de Cadastro Único/	Rio Pardo	02 e ½ (duas e meia)	NÃO
Tainá Angélica dos Santos Rocha Costa	263294	Cuidador Social/ Coordenadora do Programa Bolsa família	Rio Pardo	02 e ½ (duas e meia)	NÃO
Tiago Barroso da Silva	10081875	Assessor / Condutor	Rio Pardo	02 e ½ (duas e meia)	NÃO

Porto Velho, 21 de Outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretário Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS
Dec. n°2.807/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9747D609

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
PORTARIA Nº 331/GAB/DA/SEMIAS/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 012.008735/2026-90
RESOLVE:
Art. 1º ARBITRAR E CONCEDER: 3 e ½ (três e meia) **diárias** aos servidores abaixo relacionados, com finalidade de executar os serviços de roço, limpeza e manutenção elétrica e hidráulica nas unidades distritais. Distrito de Jaci Paraná, Conselho Tutelar e CRAS Theodoro Cromo; Distrito de Abunã, Centro de Convivência do Idoso, com deslocamento para o dia 26 a 29 de Outubro de 2026, por meio de veículo oficial Toyota Hilux OHS7921, bem como a autorização desta secretaria para utilização do veículo oficial. Conforme **Ofício nº 11229/2026/SEMIAS-DIML de 06/10/2026**.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Quant.	Aux.Desloc
ERNANI ORSINI WEBER	246597	Serviços Gerais/Condutor	Jaci Paraná e Abunã	3 e ½ (três e meia)	NÃO
JOSÉ RIBAMAR DO NASCIMENTO	266448	Artífice Especializado	Jaci Paraná e Abunã	3 e ½ (três e meia)	NÃO
JOSÉ SILVA DE SOUZA	190877	Artífice Especializado	Jaci Paraná e Abunã	3 e ½ (três e meia)	NÃO

Porto Velho, 21 de Outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretário Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS
Dec. n°2.807/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:94B5A89C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 561/2026/ASTEC/SEINFRA

Porto Velho, 20 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, incisos I e III, e o artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e a Lei Complementar nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, para atuarem como Gestor e Fiscais do Contrato nº 047/PGM/2026, Empresa: CTR PORTO VELHO S.A., inscrita no CNPJ n.°. 44.357.569/0001-84, Processo Administrativo SEI: nº 019.001542/2026-48, referente a prestação de serviços de recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário licenciado, provenientes das operações de coleta pública do Município de Porto Velho, com a seguinte composição:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO NA COMISSÃO
Yuri Silva Simpson	10079143	Gestor
Lúcia Rejane Feitosa do Amaral	96827	Fiscal
Clelson Ferreira da Silva	72033	Fiscal
Edicarlos da Silva Fonseca	167230	Fiscal
Neldi de Oliveira Mota	119860	Fiscal
Manoel da Vera Cruz Rodrigues Ferreira	168270	Fiscal
Geovane da Silva Patricio	242751	Fiscal
Glabson Virgílio Guedes Coutinho	271420	Fiscal
Solane Holanda Leão	169963	Fiscal
Maria Ruth dos Santos Matos	247636	Fiscal

Art. 2º Compete ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades de fiscalização, o acompanhamento da execução contratual, a adoção de medidas saneadoras, a elaboração de relatórios e pareceres técnicos, bem como a responsabilidade pelo recebimento definitivo do objeto.

Art. 3º Compete aos Fiscais do Contrato o acompanhamento técnico, administrativo e setorial da execução contratual, registrando ocorrências, certificando a conformidade de bens e serviços, procedendo ao recebimento provisório do objeto e subsidiando o Gestor do Contrato com informações e relatórios.

Art. 4º Os servidores ora designados deverão observar rigorosamente o princípio da segregação de funções, registrando formalmente todas as ocorrências, providências e comunicações relativas ao acompanhamento da execução contratual, sob pena de responsabilidade nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Ficam, por meio deste ato, revogadas todas as portarias anteriormente expedidas que versam sobre a matéria.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal de Infraestrutura - Interino

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3AC78FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 569/2026/SEINFRA

Porto Velho, 21 de Outubro de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº **019.003296/2026-69.**

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a PUBLICAÇÃO da PORTARIA Nº 531/2026/SEINFRA, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia **15/10/2026**, Edição 4340.

Onde lê-se:

caminhão Comboio Placa: NCI7C44

Lê-se:

camionete Hiluxde placa TSA-1G01

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal Interino de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:14E6B8A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 572/2026/SEINFRA

Porto Velho, 22 de Outubro de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº **019.004239/2026-05.**

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a PUBLICAÇÃO da PORTARIA Nº 562/2026/SEINFRA, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/10/2026, Edição 4345.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal Interino de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:49356825

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 573/2026/SEINFRA

Porto Velho, 22 de Outubro de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº **019.004768/2026-09.**

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a PUBLICAÇÃO da PORTARIA Nº 549/2026/SEINFRA, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 20/10/2026, Edição 4343 e a **PORTARIA Nº 566/2026/SEINFRA** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/10/2026, Edição 4345.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal Interino de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E5C6AB82

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
CONTRATO - EXTRATO Nº88/2026/SEMUSA-DEJ

EXTRATO N° 80/DEJ/CGAF/SEMUSA/2026
PROCESSO Nº 005.000535/2025-05
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA
CONTRATADA: KAPITAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Higienização e Limpeza Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial – Higienização, Conservação, Desinfecção de Superfícies e Mobiliários e Recolhimento dos resíduos Grupo “A”, (agente biológico), “B” (agente químico), “D” (agente comum) e “E” (perfuro cortante) para atender da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) do município de Porto Velho/RO.
O valor desta contratação é de R$525.836,71 (Quinhentos e vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos).
A vigência do Contrato n.º **017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA** será pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **18/10/2026**.
Os recursos financeiros correrão por conta da dotação orçamentária, a saber: - Ação Programática: 08.31.10.301.0317.2.664, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.600, no valor de R$ 339.894,18 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos), conforme Nota de Empenho nº 3230/2026, id.1408063;
Ação Programática: 08.31.10.122.0336.2.675, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.500, no valor de R$ 126.652,52 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 3232/2026, id.1408063;
Ação Programática: 08.31.10.305.0335.2.058, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.600, no valor de R$ 59.290,01 (Cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais e um centavo), conforme Nota de Empenho nº 3233/2026, id.1408063.
As despesas remanescentes serão consignadas posteriormente pela SEMUSA, mediante a elaboração de termo de apostilamento.
As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente contrato.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Responsável Pelo Extrato
MÁRCIA ALVES DA SILVA
Diretora Executiva Jurídica
DEJ/CGAF/SEMUSA

Documento assinado eletronicamente por Marcia Alves da Silva, Diretor(a), em 21/10/2026, às 12:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1740714 e o código CRC A4647F27.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3D4DA853

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº518, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a autorização para utilização de veículo oficial fora do horário de expediente, bem como sobre a dispensa de identificação visual, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no **Decreto Municipal nº 21.256**, de 19 de agosto de 2025, que disciplina a utilização, controle e responsabilidade sobre veículos oficiais no âmbito da Administração Pública Municipal;
Considerando o disposto no Decreto nº 13.204, de 23 de setembro de 2013, que estabelece regras de controle e recolhimento da frota oficial;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos, bem como resguardar o interesse público e a segurança institucional;
Considerando o **Ofício Nº 4474/2026/SEMUSA-CGAF** (0741110) constante no **PROCESSO SEI 005.005700/2026-98;**

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o(a) servidor(a) abaixo identificado(a) a utilizar veículo oficial fora do horário regular de expediente, inclusive com dispensa de recolhimento diário, nas condições desta Portaria:

•
Nome: **RAIMUNDO VIEIRA DA CUNHA**

•
Matrícula: 107533

•
Cargo/Função: Gerente da Divisão de Gestão de Frota/SEMUSA

Art. 2º A autorização concedida compreende:
I – a utilização do veículo oficial fora do horário de expediente, inclusive em período noturno, finais de semana e feriados, quando necessário ao desempenho das atividades institucionais;
II – a dispensa de recolhimento do veículo à garagem oficial ou unidade de origem, durante o período de vigência desta Portaria, quando devidamente justificado;
III – a dispensa de identificação visual (adesivação) do veículo, quando aplicável, em razão de interesse público, segurança institucional ou natureza da atividade exercida.
Art. 3º A presente autorização está condicionada às seguintes obrigações:
I – utilização do veículo exclusivamente para fins de interesse público;
II – responsabilidade integral do condutor quanto à guarda, conservação e uso adequado do veículo;
III – cumprimento das normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes;
IV – registro das utilizações conforme controle estabelecido pelo Departamento de Transportes;
V – comunicação imediata de qualquer ocorrência, irregularidade ou sinistro.
Art. 4º O servidor autorizado responderá administrativa, civil e, se for o caso, penalmente, por eventual uso indevido do veículo oficial.
Art. 5º A presente autorização terá validade de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada mediante nova justificativa formal e ato autorizativo.
Art. 6º Esta autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração ou em caso de descumprimento das condições estabelecidas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretário (a) Municipal de Saúde

Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 20/10/2026, às 17:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1721823 e o código CRC 52C44D53

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EC695699

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº519, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a autorização para utilização de veículo oficial fora do horário de expediente, bem como sobre a dispensa de identificação visual, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no **Decreto Municipal nº 21.256**, de 19 de agosto de 2025, que disciplina a utilização, controle e responsabilidade sobre veículos oficiais no âmbito da Administração Pública Municipal;
Considerando o disposto no Decreto nº 13.204, de 23 de setembro de 2013, que estabelece regras de controle e recolhimento da frota oficial;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos, bem como resguardar o interesse público e a segurança institucional;
Considerando o **Ofício Nº 4474/2026/SEMUSA-CGAF** (0741110) constante no **PROCESSO SEI 005.005700/2026-98;**
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o(a) servidor(a) abaixo identificado(a) a utilizar veículo oficial fora do horário regular de expediente, inclusive com dispensa de recolhimento diário, nas condições desta Portaria:

•
Nome: **EVERSON DA SILVA VIEIRA**

•
Matrícula: 269193

•
Cargo/Função: **Diretor Departamento de Transporte/DEPTRAN-SEMUSA**

Art. 2º A autorização concedida compreende:
I – a utilização do veículo oficial fora do horário de expediente, inclusive em período noturno, finais de semana e feriados, quando necessário ao desempenho das atividades institucionais;
II – a dispensa de recolhimento do veículo à garagem oficial ou unidade de origem, durante o período de vigência desta Portaria, quando devidamente justificado;

III – a dispensa de identificação visual (adesivação) do veículo, quando aplicável, em razão de interesse público, segurança institucional ou natureza da atividade exercida.
Art. 3º A presente autorização está condicionada às seguintes obrigações:
I – utilização do veículo exclusivamente para fins de interesse público;
II – responsabilidade integral do condutor quanto à guarda, conservação e uso adequado do veículo;
III – cumprimento das normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes;
IV – registro das utilizações conforme controle estabelecido pelo Departamento de Transportes;
V – comunicação imediata de qualquer ocorrência, irregularidade ou sinistro.
Art. 4º O servidor autorizado responderá administrativa, civil e, se for o caso, penalmente, por eventual uso indevido do veículo oficial.
Art. 5º A presente autorização terá validade de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada mediante nova justificativa formal e ato autorizativo.
Art. 6º Esta autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração ou em caso de descumprimento das condições estabelecidas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretário (a) Municipal de Saúde

Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 20/10/2026, às 17:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1721932 e o código CRC DB7C6494.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:62F4A3CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA
PROCESSO SEI Nº005.000535/2025-05

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SEMUSA, DE UM LADO, E DO OUTRO A EMPRESA KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o no 05.903.125/0001-45, com sede na Av. 7 de Setembro esquina com Av. Farquar, S/N, Centro, CEP n.0 76801-020, por força do Decreto Municipal nº 12.931, de 19 de fevereiro de 2013, publicado no D.O.M n.° 4.431, de 28/02/2013, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SEMUSA** representada pela Sra. Secretária **SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n° 80xxx6 SSP/RO e CPF nº xxx.874.xxx-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **KAPITAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 84.555.564/001-80, com sede Rua José de Alencar, nº 3064 – Sala 20, Bairro Centro, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. **RODOLFO JOSÉ FERNANDES CLAROS**, brasileiro, portador (a) da Cédula de Identidade nº 50398 SSP/AV e CPF nº: 045.734.392-34, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº17/2024/COJUSA/PGM** de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, autorizado pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005.000535/2025-05**, mediante cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO:
1.1. Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Higienização e Limpeza Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial – Higienização, Conservação, Desinfecção de Superfícies e Mobiliários e Recolhimento dos resíduos Grupo “A”, (agente biológico), “B” (agente químico), “D” (agente comum) e “E” (perfuro cortante) para atender da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) do município de Porto Velho/RO, conforme características e parâmetros técnicos e operacionais descritos no TERMO DE REFERÊNCIA, de acordo com as normas legais vigentes, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos do Edital, para atender à Contratante.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO TERMO ADITIVO:
2.1 Constituí objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º **017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA** pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **18/10/2026**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DOS RECURSOS:
3.1. As despesas decorrentes do presente termo serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA e correrão por conta da seguinte programação:
3.1.1. Ação Programática: 08.31.10.301.0317.2.664, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.600, no valor de R$ 339.894,18 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos), conforme Nota de Empenho nº 3230/2026, id.1408063.
3.1.2. Ação Programática: 08.31.10.122.0336.2.675, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.500, no valor de R$ 126.652,52 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 3232/2026, id.1408063.
3.1.3. Ação Programática: 08.31.10.305.0335.2.058, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte de Recursos 1.600, no valor de R$ 59.290,01 (Cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais e um centavo), conforme Nota de Empenho nº 3233/2026, id.1408063.
3.2. Os recursos necessários para a cobertura das despesas remanescentes referente ao presente termo, serão consignados posteriormente pela Semusa, mediante termo de apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1. Ratificam-se os demais termos do Contrato nº**017/2024/COORD.JURÍDICA.SAÚDE/PGM/SEMUSA**, para que surtam os seus efeitos legais segundo os fins que se destinam.
5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:
5.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias do presente termo.
6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:
6.1. Após a assinatura deste termo, o CONTRATANTE providenciará sua publicação, em inteiro teor ou resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – DOMER.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Diretoria Executiva.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

RODOLFO JOSÉ FERNANDES CLAROS
Representante Legal da Contratada

Visto:
MÁRCIA ALVES DA SILVA
Diretora Executiva Jurídica

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF Nº
RG Nº

NOME:
CPF Nº
RG Nº

Documento assinado eletronicamente por Marcia Alves da Silva, Diretor(a), em 16/10/2026, às 14:08, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 16/10/2026, às 14:09, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por RODOLFO JOSE FERNANDES CLAROS, Usuário Externo, em 16/10/2026, às 14:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1720381 e o código CRC FBC7EDAC.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A75FC1E4

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INTIMAÇÃO ADÃO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº:022.001258/2026-12
Autuado(a): Adão Oliveira do Nascimento
Auto de Infração nº: 22879/2026
Data da Autuação: 31 de março de 2026
Valor da Multa: 10 (dez) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 108,52 (cento e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Local da autuação: Rua Antonio Nunes, 4351, Canal do Botinha, Bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho/RO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **Adão Oliveira do Nascimento**, da decisão administrativa **que manteve a aplicação da multa no valor de 10 (dez) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 1.085,20 (mil e oitenta e cinco reais e vinte centavos), decorrente do Auto de Infração nº 22879/2026, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

ARTHUR FELIPE BORIM DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA
Decreto nº 11, de 06 de Abril de 2026.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:826AA2E0

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INTIMAÇÃO DIANEY VILELA DA SILVA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº:022.001214/2026-92
Autuado(a): Dianey Vilela da Silva
Auto de Infração nº: 019/2026
Data da Autuação: 27 de março de 2026
Valor da Multa: 10 (dez) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 108,52 (cento e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Local da autuação: Rua Antonio Nunes, 4301, Canal do Botinha, Bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho/RO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **Dianey Vilela da Silva**, da decisão administrativa **que manteve a aplicação da multa no valor de 10 (dez) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 1.085,20 (mil e oitenta e cinco reais e vinte centavos), decorrente do Auto de Infração nº 019/2026, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

ARTHUR FELIPE BORIM DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA
Decreto nº 11, de 06 de Abril de 2026.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E37F8096

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INTIMAÇÃO EDINALVA CORREA DE SOUZA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº:022.001220/2026-40
Autuado(a): Edinalva Correa de Souza
Auto de Infração nº: 012/2026
Data da Autuação: 27 de março de 2026
Valor da Multa: 10 (dez) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 108,52 (cento e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Local da autuação: Rua Antonio Nunes, 4331, Canal do Botinha, Bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho/RO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **Edinalva Correa de Souza**, da decisão administrativa **que manteve a aplicação da multa no valor de 10 (dez) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 1.085,20 (mil e oitenta e cinco reais e vinte centavos), decorrente do Auto de Infração nº 012/2026, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA A AUTUADA INTIMADA** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

ARTHUR FELIPE BORIM DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA
Decreto nº 11, de 06 de Abril de 2026.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E6606E83

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 153/2026/SEMA

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão – Exercício 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, no exercício das competências que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 1.000, de 7 de janeiro de 2025, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 1.019, de 18 de junho de 2025, e conforme regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 21.133, de 3 de julho de 2025.
Considerando o disposto no Art. 6°, Parágrafo 2º, Inciso I, Decreto n.º 22.491, de 24 de setembro de 2026 (ID1725260), que dispõe sobre os procedimentos de encerramento do Exercício Financeiro de 2026;
Considerando os elementos constantes do Processo Administrativo n.º 022.003230/2026-10, que trata da designação de servidores da SEMA para compor a Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor aComissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, relativa à prestação de contas do Exercício de 2026, conforme a seguir:

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Urbanita Oliveira Carvalho	10078700	Presidente
André Henrique Souza de Oliveira	10078900	Membro
Caroline Cavalcante Lima	10078589	Membro
Felipe Santiago Sampaio	314948	Membro
Filipe Jeferson Guedes Aragão	10078902	Membro
Joana Aurélia de Oliveira	0099772	Membro
Maycon Vinícius Santos Facuri	10079192	Membro
Yaylley Coelho da Costa Jezini	0315813	Membro
Roberval Duanel de Zuniga Junior	10079433	Membro

Art. 2º Compete à Comissão:
I – reunir, organizar e consolidar as informações necessárias à elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2026;
II – solicitar às unidades administrativas e demais setores integrantes da estrutura organizacional da SEMA os dados, documentos e esclarecimentos necessários à composição do Relatório;
III – analisar as informações recebidas, verificando a consistência, a completude e a conformidade dos dados apresentados;
IV – elaborar e consolidar a versão final do Relatório de Gestão, observando as normas aplicáveis e os prazos estabelecidos para o encerramento do exercício financeiro de 2026;
V – encaminhar o Relatório de Gestão à autoridade competente para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Art. 3º As unidades administrativas e demais setores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA deverão prestar à Comissão o apoio necessário e fornecer, tempestivamente, as informações e os documentos solicitados para a execução dos trabalhos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8FF3D4F4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO DE SUSPENSSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 091/SML/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1559/SEMADRH/2026

AVISO DE SUSPENSSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 091/SML/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1559/SEMADRH/2026
O Pregoeiro do Município de Presidente Médici/RO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o **SUSPENSSÃO** do Pregão Eletrônico SRP nº 091/SML/2026, referente ao Processo Administrativo nº 1-1559/SEMADRH/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento informatizado da manutenção da frota municipal, mediante sistema integrado via web e rede de estabelecimentos credenciados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, mão de obra, serviços de reboque e socorro mecânico, destinados aos veículos leves e pesados, máquinas agrícolas e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses. **VALOR ESTIMADO**: R$ 2.415.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quinze mil). **DO TIPO:** maior desconto por Item. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 03 de novembro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL:** Licitanet **RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**
A medida tem caráter preventivo e busca assegurar a regularidade do procedimento licitatório, a competitividade, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021.
Diante disso, fica SUSPENSSO o referido procedimento licitatório, para que sejam promovidas as devidas correções e adequações necessárias, com posterior republicação do certame, observados os princípios da Administração Pública e a legislação vigente.

Presidente Médici/RO, 22 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:E12316FE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1596/SEMADRH/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026

Contratada: CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA
CNPJ: 41.947.390/0001-99
TOTAL: R$ 132.160,00 (cento e trinta e dois mil, cento e sessenta reais).
Contratada: TUNATOR COMERCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ: 11.680.906/0001-10
TOTAL: R$ 685.685,44 (seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
Contratada: 55.495.258 ARLINDO GONCALVES DA LUZ JUNIOR
CNPJ: 55.495.258/0001-06
TOTAL: R$ 239.033,30 (duzentos e trinta e nove mil, trinta e três reais e trinta centavos).
Contratada: EXPRESSVPS TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 35.092.174/0001-06
TOTAL: R$ 9.433,78 (nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos).
Contratada: TEROS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 24.565.507/0001-50
TOTAL: R$ 43.618,21 (quarenta e três mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e um centavos).
Contratada: FORTTECH SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 47.199.093/0001-99
TOTAL: R$ 75.034,00 (setenta e cinco mil e trinta e quatro reais).
Contratada: NEW COMPANY INFORMATICA LTDA
CNPJ: 05.207.997/0001-79
TOTAL: R$ 186.641,69 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos).
Contratada: TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 27.274.178/0001-87
TOTAL: R$ 6.168,00 (seis mil, cento e sessenta e oito reais).
Contratada: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 50.958.011/0001-57
TOTAL: R$ 2.997,00 (dois mil, novecentos e noventa e sete reais).
Contratada: PHN TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 42.105.129/0001-04
TOTAL: R$ 9.010,00 (nove mil e dez reais).
Contratada: PEG INFORMATICA LTDA
CNPJ: 01.105.481/0001-62
TOTAL: R$ 612,50 (seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).
Contratada: SOLUCAO EXPRESS LTDA
CNPJ: 41.045.620/0001-24
TOTAL: R$ 2.032,50 (dois mil e trinta e dois reais e cinquenta centavos).
Contratada: FERNANDES TREINAMENTOS E GESTAO COMERCIAL LTDA
CNPJ: 39.758.900/0001-38
TOTAL: R$ 7.709,88 (sete mil, setecentos e nove reais e oitenta e oito centavos).
Contratada: MD TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 39.415.071/0001-90
TOTAL: R$ 37.628,00 (trinta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais).
Contratada: R. D. PIZZOLIO INFORMATICA LTDA
CNPJ: 59.963.024/0001-99
TOTAL: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
TOTAL GERAL: R$ 1.448.564,30 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

DO OBJETO: Registro de preço para futura e eventual e futura aquisição de Materiais de Informática, incluindo Microcomputadores, impressoras, fonte de alimentação, smartphones, entre outros equipamentos correlatos, destinados ao atendimento das secretarias municipais pertencentes á Prefeitura de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses.
RETIRADA DA ATA: Presidente Médici/RO.

Presidente Médici/RO, 20 de outubro de 2026.

SERGIO PEDRO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:82D35C3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 83/2026
Processo nº 1031/SEMAT/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E TURISMO E A M A M VIDAL LTDA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI/RO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº 04.632.212/0001-42, com sede na Avenida São João Batista, nº 1613, Centro, CEP: 76.916-000 - Presidente Médici/RO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal **Sr. SÉRGIO PEDRO DA SILVA** denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **M A M VIDAL LTDA, CNPJ**: **04.576.614/0001-77**, situada a Rua Célio W. Moreira, 0067 - São Luiz, Volta Redonda - RJ, 27286-220, representada por: **DILSON ANTONIOMARTINS** doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 1031/SEMAT/2026, Pregão Eletrônico nº 056/SML/2026.
OBJETO (art. 92, I e II)
Aquisição de implementos agrícolas, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Presidente Médici/RO, em atendimento ao Convênio nº 657/2025/PGE-SEAGRI, celebrado entre o Município e a Secretaria de Estado da Agricultura SEAGRI, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado PGE.
VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
PREÇO
O valor total da contratação é de R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:
Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Médici Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo Programação: 0007 1516. Conv. n° 657/25/PGE-SEAGRI - Equipamentos Agrícolas Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Ficha 547 Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Médici Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo Programação: 0007 1516. Conv. n° 657/25/PGE-SEAGRI - Equipamentos Agrícolas Elemento de Despesa4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Ficha 548
DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:4E00BB37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
PRESIDENTE MÉDICI – RONDÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 05/CMDCA2026
Presidente Médici 22 de outubro de 2026

Dispõe sobre a aprovação da realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Médici/RO e dá outras providências.O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Presidente Médici, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação vigente e pela Lei Municipal nº 2.191/2018;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a proteção integral e a garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a importância da participação social e democrática na formulação, deliberação e fortalecimento das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), promovendo a articulação entre os órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais atores da rede de proteção;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação do CMDCA, em reunião realizada no dia 21 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Médici/RO, com o tema: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".**

Art. 2º A Conferência Municipal será realizada conforme a seguinte programação:
I – **Dia 1º de dezembro de 2026**, das 19h às 21:30h, com abertura oficial e atividades previstas na programação do evento;
II – **Dia 2 de dezembro de 2026**, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h, com continuidade dos trabalhos, discussões, deliberações e demais atividades previstas.

Art. 3º O evento ocorrerá no Auditório da Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, situado na Avenida São João Batista, nº 1613, Bairro Centro, Presidente Médici/RO.

Art. 4º A Conferência tem por finalidade promover o debate, a reflexão e a participação democrática da sociedade na construção de propostas para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, incentivando a articulação intersetorial e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

Art. 5º Compete ao CMDCA, em articulação com os órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais parceiros, adotar as providências necessárias à organização e à realização da Conferência, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TAYNÃ OLIVEIRA DA CRUZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Presidente Médici/RO

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:2D72A567

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2026

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2026

EMENTA: Dispõe sobre a justificativa e o abono de faltas de Vereadores na Sessão Plenária realizada em 16/10/2026, em virtude de falha administrativa na comunicação de alteração de calendário legislativo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e **CONSIDERANDO** a necessidade de alteração do dia da Sessão Plenária Ordinária originalmente prevista, em razão do feriado de 12/10/2026 (Dia de Nossa Senhora Aparecida)

CONSIDERANDO a ocorrência de uma falha técnica e administrativa nos canais oficiais de comunicação e convocação desta Casa de Leis, que impossibilitou a ciência inequívoca e em tempo hábil de todos os parlamentares sobre a nova data designada;

CONSIDERANDO a ausência justificada dos Excelentíssimos Vereadores Luciano Rodrigues da Silva e Gilmarcos José Pereira à referida sessão legislativa, decorrente exclusivamente do vício de comunicação interna mencionado;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam formalmente **JUSTIFICADAS E ABONADAS**, para todos os efeitos legais, regimentais e financeiros, inclusive para fins de não desconto em subsídio, as ausências dos Vereadores Luciano Rodrigues da Silva e Gilmarcos José Pereira na Sessão Plenária realizada no dia 16/10/2026 Sexta Feira.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da referida sessão.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Primavera de Rondônia/RO, 22 de outubro de 2026.

ROGÉRIO BARBOSA RODRIGUES
Presidente CMPR 2025/2026

Publicado por:
Rosangela Alves Machado
Código Identificador:C8BF6D95

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
PORTARIA DE FERIAS N° 043/CMPR/2026, DE 22/10/2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei orgânica do Município, amparadas pela **RESOLUÇÃO vigente** nº **004/CMPR2022**, e tendo em vista o que consta no Autos do requerimento de ferias/2026.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder 30 (trinta) dias de ferias ao servidora **Sinara Cruz Teles dos Santos**- Zeladora - 40 horas, matricula 56, periodo aquisitivo 01/02/2025 a 01/02/2026, **periodo de gozo 03/11/2026 a 02/12/2026.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 22 de outubro de 2026.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

ROGERIO BARBOSA RODRIGUES
Presidente CMPR
2025/2026

Publicado por:
Ellen Bianca Franco
Código Identificador:A07F1D77

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026 PROCESSO N°: 1800/2026

A **Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia,** através da Agente de Contratação designada pelo Decreto Municipal nº: 3228/GP/2025, leva a conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE TENDA COM ESTRUTURA, CLIMATIZAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA DESTINADO A CAMARIM PARA A 12ª EXPOPRIMA, COM DISPONIBILIZAÇÃO ENTRE OS DIAS 30 DE OUTUBRO E 1º DE NOVEMBRO DE 2026 – CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA.** PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA para ME/EPP E MEI, com BENEFICIO REGIONAL/LOCAL PARA OS ITENS QUE COMTEMPLAM O ART.48,INCISO I, DA LEICOMPLEMENTAR123, DE 2006 /147/2014 E DECRETO MUNICIPAL 1441/2017.
A SESSÃO PUBLICA será realizada, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração, denominado (a) Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on-line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA:
Data da Sessão: 27 de outubro de 2026.
Horário da Fase de Lances: Das 08:00h até 14:00h. (Horário de Brasília - DF).
Local: www.licitanet.com.br
Valor estimado: **R$ 17.181,38 (dezessete mil cento e oitenta e um reais e trinta e oito centavos).**

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br e www.primavera.ro.gov.br e PNCP.

Primavera de Rondônia, 22 de outubro de 2026.

RENATA DE A. GONCHOROWISKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Renata de Araújo Gonchorowiski
Código Identificador:D7C8AF11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 671/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e

amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1807/2026/SEMSAU.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 02 (duas) diária dentro do estado com pernoite no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Porto Velho/RO, no dia 22 e 23 de outubro de 2026, com a finalidade de transportar pacientes para consulta médica agendada. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial Fiat Cronos placa SLH5A36, conforme memorando nº 647/SEMSAU/2026 (ID 78021).

Wherbet Coutinho Silva, Motorista, CPF. *.982. ***-72; R$ 600,00 (seiscentos reais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 22 de outubro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:818B5AC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 672/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1810/2026/SEMSAU.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 01 (uma) diária dentro do estado sem pernoite no valor unitário de R$ 200,00 (duzentosreais) em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Ji-Paraná/RO, no dia 22 de outubro de 2026, com a finalidade de transportar paciente para consulta médica previamente agendada. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial, Toyota Hilux placa UAL6D08 conforme memorando nº 646/SEMSAU/2026 (ID 78020).

Cesar Siqueira de Lara, Chefe de Gabinete, CPF;*.525.***-15; R$ 200,00 (duzentosreais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 22 de outubro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:3274BE79

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS PROC. N° 3-1771

PROCESSO Nº 3-1771/2026/SEMSAU
ASSUNTO: Solicitação de Diárias.
INTERESSADOS (AS): Maikon Antônio Dantas

A Prefeitura Municipal De Primavera de Rondônia, pelo presente instrumento, **HOMOLOGA** a Prestação de Contas de Diária do servidor **Maikon Antônio Dantas**, perfazendo o valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais) para o período de 15 a 16 de outubro de 2026, de acordo com a deliberação do **Parecer Técnico do Controle Interno (ID 78017), deste Processo.**

Primavera de Rondônia/RO, em 22 de outubro de 2026

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:D1ECAD9A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE CHAMANTO PUBLICO DO PNAE

A Comissão pela realização de Chamada Pública e acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instaurada pela Portaria nº 225/GP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nos termos da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução CD/FNDE n° 4, de 26 fevereiro de 2026, resolve

HOMOLOGAR

CHAMANTO PUBLICO 001/SEMEC/2026
Processo nº 1280/SEMEC/2026
Objeto: Chamamento Público para aquisição de produtos da agricultura familiar, com recurso federal do Programa Nacional Alimentação Escolar- PNAE.

SAGROU – SE VENCEDORES OS PRODUTORES:

Produtor: Abrão Thomaz Junior

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total em R$
Polpa de fruta - sabor maracujá	KG	100	38,29	3.829,00
Polpa de fruta – sabor acerola	KG	150	18,25	2.737,50
Polpa de fruta – sabor goiaba	KG	150	19,83	2.974,50
Iogurte natural	LT	20	20,28	405,60
Valor Total dos Produtos: R$ 9.946,60				

Produtor: Elisdiane Guedes Soares Souza

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total em R$
Abobrinha verde	KG	25	4,40	110,00
Banana maçã	KG	150	6,16	924,00
Cebolinha	KG	12,5	34,48	431,00
Salsinha	KG	7,5	43,15	323,60
Coentro	KG	5	44,73	223,65
Pepino	KG	15	6,86	102,90
Alface	KG	65	19,89	1.292,85
Açafrão	KG	5	39,91	199,66
Tomate	KG	50	7,36	368,00
Valor Total dos Produtos: R$ 3.975,66				

Produtor: Gilson Silva Souza

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Abobrinha verde	KG	25	4,40	110,00
Açafrão	KG	5	39,91	199,66

Farinha	KG	60	10,36	621,60
Laranja	KG	150	5,35	802,50
Abóbora madura	KG	33	4,09	134,97
Colorau	KG	7	30,83	215,85
Melancia	KG	400	3,98	1592,50
Banana da terra	KG	200	7,83	1566,00
Valor Total dos Produtos: R$ 5.243,08				

Produtor: Luciana Rodrigues da Silva As

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Abóbora	KG	33	4,09	134,97
Alface	KG	65	19,89	1.292,85
Mandioca	KG	150	5,70	855,00
Laranja	KG	150	5,35	802,50
Cebolinha	KG	12,5	34,48	431,00
Salsinha	KG	7,5	43,15	323,60
Coentro	KG	5	44,73	223,65
Valor Total dos Produtos: R$ 4.063,57				

Produtor: Mirian Luiz de França

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Alface	KG	70	19,89	1.392,30
Banana nanica	KG	300	6,34	1.902,00
Mamão	KG	100	5,25	525,00
Pepino	KG	15	6,86	102,90
Valor Total dos Produtos: R$ 3.922,20				

Produtor: Renata Paula de Oliveira

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Tomate	KG	50	7,36	368,00
Valor Total dos Produtos: R$ 368,00				

Produtor: Roniceia Cassia Silva Nunes

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Açafrão	KG	5	39,91	199,66
Ovo	DZ	300	12,10	3.630,00
Colorau	KG	8	30,83	246,65
Valor Total dos Produtos: R$ 4.076,31				

Produtor: Silvio da Silva Almeida

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Couve	KG	50	21,91	1.095,50
Pepino	KG	20	6,86	137,20
Cebolinha	KG	12,5	34,48	431,00
Salsinha	KG	7,5	43,15	323,60
Coentro	KG	5	44,73	223,65
Valor Total dos Produtos: R$ 2.210,95				

Produtor: Suelen Pereira da Cruz

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Abobrinha verde	KG	25	4,40	110,00
Abóbora madura	KG	34	4,09	139,06
Melancia	KG	400	3,98	1592,50
Valor Total dos Produtos: R$ 1.841,56				

Produtor: Vicente Oliveira dos Santos

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
Abobrinha verde	KG	25	4,40	110,00
Ovo	DZ	300	12,10	3.630,00
Mandioca	KG	150	5,70	855,00
Banana maçã	KG	150	6,16	924,00
Manteiga	KG	20	53,53	1.064,60
Cebolinha	KG	12,5	34,48	431,00
Salsinha	KG	7,5	43,15	323,60
Coentro	KG	5	44,73	223,65
Valor Total dos Produtos: R$ 7.561,85				

Primavera de Rondônia/RO, em 22 de outubro de 2026.

Membros Da Comissão Do PNAE
Portaria 225/GP/2025

MEIRE ROSA NUNES DOS SANTOS MORES

MARCIA BECALLI

ANTONIO CARLOS DA SILVA

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:CBF0A8DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS N°12/2026

N° 12/2026

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOESTADUAL

O Município de Primavera de Rondônia nos termos da Lei Federal n. º 9452 de 20 de março de 1997 notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresarias e a Câmara de Vereadores a liberação de crédito na data de 16 de outubro do ano de 2026, no valor de R$700.000,00 (setecentos mil reais), depositado no Banco do Brasil, agência 1181-9, conta corrente 63.632-0, tendo como Concedente o Estado De Rondônia, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER, de acordo com o Termo de Convênio nº 532/2026/PGE-SEJUCEL. Informo ainda, que foi realizada contrapartida da Convenente de R$93.672,47 (noventa e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos). O objeto do presente repasse consiste na realização do evento "EXPOPRIMA 2026", no Município de Primavera de Rondônia/RO, conforme as especificações apresentadas nos Planos de Trabalho.

Primavera de Rondônia/RO, 22 de outubro de 2026.

LARISSA COUTINHO PEREIRA
Tesoureira

Publicado por:
Larissa Coutinho Pereira
Código Identificador:68D7FBA9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2794/2026. DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2026, EM FAVOR DA SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS - SEMOER".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, Estado de Rondônia, Senhor EDER DA SILVA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e pela Lei Orçamentária Anual nº 1303, de 09 de janeiro de 2026.

CONSIDERANDO o disposto do artigo 11, da Lei Orçamentária Anual nº 1.303, de 09 de janeiro de 2026, que trata por Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI do artigo 167, da Constituição Federal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$ 26.660,00 distribuídos as seguintes dotações:

ACRESCIMOS:

UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS – SEMOER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.11.01 – SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	26.782.0007.2030.0000 – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIARIA RUAIS
FICHA:	**232**
3.3.90.30.00 – MARETIRIAL CONSUMO	R$ 20.000,00
UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS – SEMOER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.11.01 – SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	26.782.0007.2030.0000 – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIARIA RUAIS
FICHA:	**233**
3.3.90.30.00 – MARETIRIAL CONSUMO	R$ 6.660,00
TOTAL ACRESCIMO:	**26.660,00**

REDUÇÕES:

UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS –SEMOER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.11.01 – SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	26.782.0007.2030.0000 – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIARIA RUAIS
FICHA:	**236**
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	R$ (- 6.660,00)
UNIDADE GESTORA:	SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS –SEMOER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.11.01 – SECRETARIA DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	26.782.0007.2030.0000 – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIARIA RUAIS
FICHA:	**341**
4.4.90.51.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	R$ (- 20.000,00)
TOTAL DE REDUÇÕES:	**R$ (- 26.660,00)**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de Outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:1A41177A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº 1.407, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Estado de Rondônia, tendo como interveniente anuente, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar ao Estado de Rondônia, tendo como interveniente anuente, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o imóvel identificado como Lote 01A, Quadra 08, Setor 01, no perímetro urbano do Município, com área de 1.500,00m², conforme Memorial Descritivo e Croqui, partes integrantes desta Lei, de acordo com o Processo Administrativo nº 1029/2026.

Art. 2º - A doação prevista no artigo 1º será destinada à construção / instalação do Fórum Digital no município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:8C787A65

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº 1.409, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias da **Secretaria Municipal de Urbanismo**, em razão da insuficiência orçamentária para atender às demandas do exercício.
Suplementação (+) 350.000,00
Excesso
02 05 01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEMURMA

61	15.452.0004.2022.0000	URBANIZAMAIS - DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO U	100.000,00
		MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	F.R.: 0 1 500
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
456	15.451.0004.1001.0000	URBANIZAMAIS - DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO U	250.000,00
		URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA	F.R.: 0 1 500
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	

Art. 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 350.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:91C5D982

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº 1.410, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente, **Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**, no valor de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, destinados ao reforço de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Transporte, **conforme dotação orçamentária abaixo especificada:**

Suplementação (+) 250.000,00
Excesso
02 11 01 Secretaria de Obras e Estradas Rurais

235	26.782.0007.2030.0000	CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS –	250.000,00

		INFRAESTRUTURA P	
		RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS RURAIS	F.R.: 0 1 500
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	

Art. 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 250.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:E14E8E0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº 1.411, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente do Município de Rio Crespo, Crédito Adicional Suplementar por **Excesso de Arrecadação**, no valor de **R$ 68.100,00 (sessenta e oito mil e cem reais)**, decorrente de recursos provenientes da **Operação de Crédito nº 40-00027-3**, destinado ao reforço das dotações orçamentárias a seguir:
Suplementação (+) 68.100,00
Excesso
02 07 01 Secretaria Municipal de Educação

352	12.361.0009.2043.0000	EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA – FUTURO EM CONSTRUÇ	68.100,00
		OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	F.R.: 2022 1 574
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 048	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - EDUCAÇÃO	

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 68.100,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:2BE4E2C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 645/2025
O Município de Rio Crespo/RO inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, por intermédio da Agente de Contratação designada torna pública a realização de licitação na modalidade **P**REGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), de AMPLA CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com modo de disputa ABERTO, a ser realizada por meio da Plataforma LICITANET, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Municipal nº 2.588/2026-GAB/PMRC e demais normas aplicáveis, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tendo como objeto:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de climatização, equipamentos industriais, equipamentos de limpeza, mobiliários e demais bens permanentes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Rio Crespo/RO, conforme estabelecido no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 3.637.043,91 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quarenta e três reais e noventa e um centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/11/2026, às 10h00min (horário de Brasília).
PLATAFORMA: LICITANET - www.licitanet.com.br.
OBS.: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no LICITANET, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal da Transparência do Município de Rio Crespo/RO (www.riocrespo.ro.gov.br). Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações deverão ser apresentados exclusivamente por meio da Plataforma, observados os prazos e as condições estabelecidos no Edital.

Rio Crespo/RO, 22 de outubro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
AMANDA GABRIELLY SOUZA RETAMERO LIMA
Agente de Contratação
Port. 5167/2026

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:8A7519DA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 787/2026.

"Dispõe Sobre a Designação do Servidor Como Fiscal de Contrato, Substituto (a) de Fiscal e Gestor (a) de contrato, referente ao contrato nº 117/2026 do Processo Administrativo nº 3266/2026 – Sendo Objeto: Contratação De Empresa Especializada Na Execução De Obra De Engenharia Para Pavimentação Em Blocos Sextavados Na Feira Do Beira Rio- Convenio nº 574/2025/PGE-SEOSP".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no Memorando nº. 321/SEMAGRI/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** (os) Servidores Como fiscal de Contrato, Substituto (a) de Fiscal e Gestor (a) de contrato, referente ao contrato nº 117/2026 do Processo Administrativo nº 3266/2026 – Sendo Objeto: Contratação De Empresa Especializada Na Execução De Obra De Engenharia Para Pavimentação Em Blocos Sextavados Na Feira Do Beira Rio- Convenio nº 574/2025/PGE-SEOSP, sendo:

Fiscal de Contrato: ANDERSON MARCHINI LUZZI– Matr.30XX7.
Substituto (a) de Fiscal: LUIS ANTONIO REBOLO – Matr.30XX8.
Gestor (a) de Contrato: RENATO DE ALENCAR DIONÍSIO– Matr.30XX4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 21 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:D0819AE8

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 789/2026

"Dispõe sobre o retorno de servidor Cedido".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o Processo nº 1557/2025 e Ofício nº 231/2026/GAB/PRES/CMPV (ID. nº 242193).

R E S O L V E:
Art. 1º - **AUTORIZO** o "Retorno de servidor cedido" ao (a) Servidor (a) Municipal **ROSELI DE SOUZA E SILVA BERGAMIN**, (NS II Professor 20 Horas (Professor Classe A)), Matrícula – **4XX4**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 47XXX3 SESDEC/RO e do CPF nº 390.XXX.XXX-20, com lotação para a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2026.

Rolim de Moura, 22 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:BA9A1B3F

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 790/2026.

"Dispõe sobre a Alteração do período de licença prêmio considerando o requerimento do (a) Servidor (a) Municipal".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, com fundamento no artigo 139 da Lei Complementar nº. 003/2004 e alterações e considerando o contido no Processo Eletrônico nº. **3703/2025** (ID nº 238030).

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Licença-Prêmio por assiduidade" ao (a) Servidor (a) Municipal **GREYCE KELLY DOS SANTOS LOPES**, Matrícula – **7XX9,** cargo de **ENFERMEIRO - 40H**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº. 7XXX88 SESDEC/RO e do CPF nº. 751.XXX.XXX-72, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. (Hosp. Mun. Amélio J. da Silva).

Art. 2º - A licença prêmio que trata esta portaria corresponde ao 1º quinquênio: **12.10.2018 a 11.10.2023** convertida em usufruto no período de **01.05.2026 a 30.05.2026, 01.08.2026 a 30.08.2026** e de **01.03.2027 a 30.03.2027.**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 22 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:3A50610B

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 791/2026.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão de processo sancionador, destinada a apuração dos fatos e a adoção das providências administrativas cabíveis no âmbito do processo sancionador, observando–se os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da legalidade administrativa. O prazo estipulado para conclusão dos trabalhos e de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da referida portaria ".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no memorando nº 487/SEMACOL/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - **CONSTITUIR** a nomeação da Comissão de processo sancionador, destinada a apuração dos fatos e a adoção das providências administrativas cabíveis no âmbito do processo sancionador, observando–se os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da legalidade administrativa. O prazo estipulado para conclusão dos trabalhos e de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da referida portaria - Secretaria Municipal De Administração, Compras E Licitação – SEMACOL.

Art. 2º - A comissão será composta pelos seguintes membros:

Membros: NILZO ROSA DE OLIVEIRA- Matr. 3XX9.
EDIVALDO FRANCISCO ALVES- Matr.30XX5.
NIDI JOSE DOS SANTOS- Matr.1XX7.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura - RO, 22 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:3E3C1C7B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075-26

AROM EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO 75/2026

Processo Administrativo N° 3124/2026.
Pregão Eletrônico N° 75/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA E DE CAIXA DE PASSAGEM DE ESGOTO.

Fornecedores e itens registrados:

ARP	Fornecedor	CNPJ	Itens (s) Vencido(s)	Total Geral
ARP N°174	J DA SILVA TRANSPORTES LTDA	13.359.458/0001-83	1 – 2.	R$ 301.731,10
	Total Geral			**R$ 301.731,10**

A ata de registro de preços terá validade de 12 meses a contar da data de sua publicação no PNCP.
Obs.: A íntegra das Atas de Registro de Preços, poderá ser obtida através do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura e no Portal Nacional de Contratações Públicas, PNCP.

Rolim de Moura, 22 de Outubro de 2026.

WELMERSON FERNANDES MAXIMIANO
Gerente de Registro de Preços
Portaria 185/2026

Publicado por:
Marta Regina de Oliveira
Código Identificador:E51B4099

FUNDAÇAO DE CULTURA E JUVENTUDE DE ROLIM DE MOURA
PORTARIA Nº 41/2026

Portaria nº 41/2026

"Dispõe sobre a gratificação por Especialização ao servidor municipal".

O **SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E JUVENTUDE – FUNCJ**, do Município de Rolim de Moura/RO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.388/2023;

RESOLVE:

Art.1º – **CONCEDER**, "Gratificação por Especialização de 20%" a Servidora Municipal **FABIANA CARNEIRO DE MATOS** (CONTADORA – 40H), Matrícula nº X2, RG nº 13XXX45 SESDC/RO e do CPF nº 024.XXX.XXX-92, lotada na Fundação de Cultura e Juventude – FUNCJ.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura, 15 de outubro de 2026.

FRANKLIN BRUNO GUBERT QUERES
Superintendente de Cultura e Juventude
Decreto:6556/2025

Publicado por:
Juliane Batista Oliveira
Código Identificador:6D7CFCEE

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº: 022/2026.
PROCESSO Nº: 186/2026.
FORNECEDOR: Associação Brasileira de Câmaras Municipais - Abracam, CNPJ/MF nº 03.047.782/0001-02.
OBJETO: Inscrição de vereador e servidor para participação em curso de capacitação de interesse do Poder Legislativo.
VALOR: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
CLASS. ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0033.2.164/33.90.39.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso III, Alínea "f" da Lei nº 14.133/2021.
DATA: 22 de outubro de 2026.
ORDENADOR: Ivan Ferreira de Vasconcelos - Presidente.

Publicado por:
Celso Pires
Código Identificador:F5A84B9A

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº: 023/2026.
PROCESSO Nº: 196/2026.
FORNECEDOR: Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, CNPJ/MF nº 29.419.181/0001-77.
OBJETO: Inscrições de servidor para participação em curso de capacitação de interesse do Poder Legislativo.
VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
CLASS. ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0033.2.164/33.90.39.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso III, Alínea "f" da Lei nº 14.133/2021.
DATA: 22 de outubro de 2026.
ORDENADOR: Ivan Ferreira de Vasconcelos - Presidente.

Publicado por:
Celso Pires
Código Identificador:284DFE93

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 037/GP-2026

PORTARIA Nº 037/GP-2026, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre a designação de servidor para exercer as atividades de manutenção geral nas dependências da Câmara Municipal de Rolim de Moura".

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 335/1990 (Lei Orgânica do Município), Resolução Legislativa nº 05/2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal) e,
CONSIDERANDO que no quadro de pessoal da Câmara Municipal não possui o cargo de serviços gerais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a manutenção geral do prédio da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a concordância do servidor com a designação temporária, já que o mesmo não exerce mais a função de origem.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Olavo Cezário da Silva**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, matrícula nº 200106, para exercer, em caráter excepcional e temporário, as atividades de manutenção geral nas dependências internas e externas da Câmara Municipal.
Art. 2º As atividades de manutenção geral a serem desempenhadas compreendem:
Reparos estruturais: Pequenos consertos prediais, hidráulicos, elétricos e de alvenaria.
Conservação de bens: Manutenção preventiva e corretiva de mobiliários, equipamentos e instalações.
Zelo patrimonial: Conservação e limpeza do espaço físico externo e identificação de necessidades de reparos complexos e comunicação imediata à chefia.
Controle de insumos: Armazenamento e uso adequado de ferramentas e materiais de manutenção e, outras tarefas correlatas voltadas à preservação do patrimônio público.
Art. 3º A presente designação terá vigência até o dia 31/12/2026, podendo ser prorrogada ou revogada a qualquer tempo, conforme o interesse da Administração Pública.
Parágrafo único: Esta designação não altera o cargo de origem do servidor nem gera direito a estabilidade ou desvio definitivo de função.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio Gov. Jorge Teixeira de Oliveira, 22 de outubro de 2026.

IVAN FERREIRA DE VASCONCELOS
Presidente da CMRM/RO

Publicado por:
Celso Pires
Código Identificador:3245CAAC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 7.149/2026

"Institui a Comissão Municipal de Digitalização de Processos Legados – CMDPL, de caráter

multissecretaria, para fins de gestão, controle e organização em Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP ".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 65 inciso VI da Constituição Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar, organizar e garantir o acesso seguro ao acervo documental produzido pela Administração Pública Municipal, no âmbito de todas as secretarias municipais;
CONSIDERANDO que a digitalização e a gestão eletrônica de documentos constituem instrumentos indispensáveis à modernização administrativa, à eficiência operacional e à transparência na prestação dos serviços públicos;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e do Decreto Federal nº 10.278/2020, que regulamenta a digitalização de documentos públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de integração dos processos legados ao sistema eletrônico de gestão administrativa utilizado pelo Município, observada a efetiva implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), e a necessidade de incorporar ao sistema o acervo documental legado das diversas secretarias municipais;
CONSIDERANDO a conveniência de se constituir comissão de caráter multissecretaria, com representação de todas as Secretarias do Poder Executivo Municipal, visando à uniformização dos procedimentos, ao compartilhamento de boas práticas e à padronização técnica dos processos de digitalização;
CONSIDERANDO a importância da atuação coordenada e integrada entre as secretarias municipais para o êxito do programa de digitalização e gestão eletrônica de documentos do Município.

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Digitalização de Processos Legados – CMDPL, de caráter permanente e abrangência multissecretaria, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e validar, de forma unificada, a digitalização dos processos administrativos legados do Poder Executivo Municipal, promovendo sua organização, indexação e inserção no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP.
Parágrafo único. A Comissão atuará sob coordenação administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEMPLADEGE, respeitadas as competências das demais secretarias e da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por:
I – Processos legados: o conjunto de documentos e processos administrativos físicos ou em formatos digitais não estruturados, produzidos ou acumulados pelas secretarias municipais antes da implantação do SUAP;
II – Digitalização: o processo de conversão de documentos físicos para formato digital, com garantia de autenticidade, integridade e legibilidade, nos termos da legislação vigente;
III – SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública, plataforma de gestão de processos administrativos, quando formalmente adotada pelo Município;
IV – Indexação: a organização e classificação dos documentos digitalizados mediante atribuição de metadados que permitam sua identificação, busca e recuperação no sistema de informação;
V – Representante Setorial: o servidor designado por cada secretaria municipal para integrar a CMDPL, responsável por articular os trabalhos de digitalização no âmbito de sua pasta.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Art. 3º A CMDPL será composta por representantes de cada Secretaria Municipal, indicados pelos respectivos Secretários e designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observadas as seguintes regras:
I – cada Secretaria Municipal indicará 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, preferencialmente servidores com conhecimento em gestão documental, tecnologia da informação ou administração pública;
II – o número total de membros titulares da CMDPL deverá ser sempre ímpar, de modo que, havendo número par de secretarias, poderá ser indicado um representante adicional da Procuradoria-Geral do Município para assegurar composição ímpar;
III – dentre os membros titulares, um será designado Presidente da Comissão pelo Prefeito Municipal, por meio do mesmo ato de designação;
IV – um dos membros titulares exercerá a função de Secretário-Executivo, a ser definido pelo Presidente da Comissão na primeira reunião de instalação.
§ 1º O suplente substituirá o titular nas suas ausências e impedimentos eventuais, assumindo integralmente seus direitos e deveres durante o período de substituição.
§ 2º A participação na Comissão é considerada atividade de relevante interesse público, não remunerada, e computada como efetivo exercício para todos os fins de direito.
§ 3º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da Secretaria e autorização do Prefeito.

Art. 4º São atribuições dos membros da CMDPL, conforme o papel designado:
I – Presidente da Comissão:
a) presidir as reuniões plenárias e coordenar os trabalhos da Comissão;
b) elaborar e propor, em conjunto com os demais membros, o plano e o cronograma geral de digitalização;
c) representar institucionalmente a CMDPL perante o Chefe do Poder Executivo e demais órgãos municipais;
d) dirimir dúvidas técnicas e administrativas e decidir, em primeira instância, os conflitos surgidos no curso dos trabalhos;
e) assinar relatórios, atas e documentos oficiais produzidos pela Comissão;
f) reportar diretamente ao Chefe do Poder Executivo o andamento e os resultados dos trabalhos.
II – Secretário-Executivo:
a) lavrar as atas das reuniões e manter o arquivo da documentação produzida pela Comissão;
b) convocar os membros para reuniões, por delegação do Presidente;
c) controlar os prazos definidos no cronograma geral de digitalização;
d) substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais.
III – Representantes Setoriais (Membros Titulares):
a) articular, no âmbito de sua respectiva Secretaria, o levantamento, ordenação e disponibilização dos processos legados para digitalização;
b) acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de digitalização e indexação na pasta que representam;
c) inserir ou supervisionar a inserção dos documentos digitalizados no SUAP, conforme os padrões estabelecidos pela Comissão;
d) reportar ao Presidente da Comissão as dificuldades, irregularidades e necessidades identificadas no âmbito de sua Secretaria;
e) elaborar relatórios setoriais periódicos de acompanhamento dos trabalhos.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º Compete à CMDPL:
I – definir, de forma padronizada e uniforme para todas as secretarias, os critérios técnicos de digitalização, incluindo resolução mínima, formato dos arquivos, nomenclatura, estrutura de pastas e padrões de metadados;
II – coordenar o levantamento e inventário dos processos legados existentes em todas as secretarias municipais;
III – estabelecer critérios de priorização, temporalidade e descarte, em consonância com a tabela de temporalidade documental do Município e com as normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
IV – elaborar o plano geral e o cronograma de digitalização, com metas por secretaria e indicadores de acompanhamento;

V – supervisionar a qualidade das imagens digitalizadas e dos metadados inseridos no SUAP, garantindo a fidelidade e a integridade dos documentos;
VI – promover capacitações e orientações técnicas aos servidores responsáveis pela execução das atividades de digitalização em cada Secretaria;
VII – elaborar relatório consolidado e final dos trabalhos, com o quantitativo de documentos tratados por secretaria, o histórico de decisões e as recomendações para a política de gestão documental permanente do Município;
VIII – propor ao Chefe do Poder Executivo melhorias nos fluxos, procedimentos e normas de gestão documental do Município.

Art. 6º A CMDPL reunir-se-á, em caráter ordinário, mensalmente, e, em caráter extraordinário, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos membros titulares.
§ 1º As reuniões plenárias instalar-se-ão com a presença mínima da maioria absoluta dos membros titulares, e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.
§ 2º Todas as reuniões e deliberações serão registradas em ata, lavrada pelo Secretário-Executivo e assinada por todos os membros presentes.
§ 3º As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou por videoconferência, a critério do Presidente da Comissão.
Art. 7º A CMDPL encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal, trimestralmente, relatório consolidado de acompanhamento dos trabalhos, contendo o quantitativo de processos digitalizados, indexados e inseridos no SUAP por secretaria no período.

CAPÍTULO IV
DOS PRAZOS E DO CRONOGRAMA GERAL

Art. 8º A CMDPL deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de sua instalação:
I – concluir o inventário consolidado dos processos legados existentes em todas as secretarias municipais;
II – aprovar os padrões técnicos de digitalização e indexação a serem adotados de forma uniforme por todas as secretarias;
III – apresentar ao Chefe do Poder Executivo o plano geral e o cronograma de digitalização, com metas por secretaria.

Art. 9º O prazo total para a conclusão dos trabalhos de digitalização, indexação e inserção no SUAP de todos os processos legados identificados será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da aprovação do plano geral pelo Chefe do Poder Executivo.
§ 1º O prazo deverá ser fixado após o inventário e a aprovação do plano de trabalho.
§ 2º O prazo poderá ser prorrogado, motivadamente, mediante requerimento fundamentado do Presidente da Comissão e autorização expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 As secretarias municipais prestarão ao seu Representante Setorial e à CMDPL todo o apoio logístico necessário à execução dos trabalhos, incluindo a disponibilização de servidores e/ou estagiários para as atividades de digitalização, em articulação com o Coordenador de Governança do Projeto Cidades Inteligentes, durante a vigência do Projeto, bem como o espaço físico adequado, equipamentos de digitalização, acesso ao SUAP e demais recursos necessários.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEMPLADEGE, em articulação com a unidade responsável pela Tecnologia da Informação prestará suporte técnico à CMDPL no que se refere à configuração, ao acesso e à operação do SUAP para fins de inserção dos documentos legados.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 21 de outubro de 2026.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:34669A2D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO DE CONTRATO N° 114/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 128/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5190/2026;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 020/2026;
OBJETO: Aquisição de climatizador evaporativo industrial, com instalação inclusa, destinado ao atendimento das necessidades do Setor de Almoxarifado Central.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **6 (seis) meses**, após formalização do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
Nota de empenho n° 2901/2026, unidade orçamentária 2.003 (SEMACOL), programa de trabalho 2.003, elemento de despesa 4.4.90.52.00.00, no valor de **R$ 14.950,00** com data de 06/10/2026;

Rolim de Moura, 21/10/2026.

Município de Rolim de Moura-RO
ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:39ED8FCD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 4.871/2026

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R$350.000,00".

o preFeito DO MUNICÍPIO de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, Incisos I, III e X, da Lei Orgânica do Município e na forma do artigo 43, § 1º, II da Lei nº 4.320, de 17/03/64.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita na importância de **R$350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS),** conforme abaixo indicado:

03.009 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
03.009.08.245.0019.1061 – Execução de Emenda Parlamentar para Associação de Artes Marciais Pequeno Dragão e Centro Educa. de Rolim de Moura - CER
31.50.43.00 – Subvenções Sociais.....R$250.000,00
Sub-Total.....R$250.000,00

03.009.08.245.0041.1062 – Estrutura da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão de Sistema do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Emenda Nº 202643600012
33.90.30.00 – Material de Consumo.....R$100.000,00
Sub-total:.....R$100.000,00
TOTAL:.....R$350.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários necessários para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, serão provenientes do que trata o

Artigo 43, § 1º, II, da Lei 4.320/64, através da celebração de convênio, conforme abaixo descriminado:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
VALOR: R$350.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 21 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:70E5795E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 4.872/2026

"Declara de Utilidade Pública Municipal a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL SOCIETY".

O PrefeitO DO MUNICÍPIO de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, Inciso I, da Lei Orgânica do Município.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL SOCIETY, pessoa jurídica de direito privado,
sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.970.365/0001-91,
com sede na Avenida Salvador, nº 5548, Bairro Planalto, no Município de
Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 21 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:350086DC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
TERMO DE FOMENTO N° 003/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026
OBJETO: O objeto deste Termo de Fomento é a parceria entre o Município de Rolim de Moura e **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MULHERES DE LENÇO**, para custeio de despesas com a do projeto de-nominado: **"Fortalecimento Institucional e Manutenção das Ações Socioassistenciais"**, de acordo com as especificações constantes no plano de trabalho, os quais, a OS CELEBRANTES se declara em condições de prestar serviço, em estrita observância com o indicado nas Especificações do Plano de Trabalho.
VIGÊNCIA: O Termo de Fomento terá vigência por um período de 13 (treze) meses, a contar da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado por acordo entre os participes, desde que respeitadas as normas pertinentes
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas orçamentárias decorren-tes do presente TERMO DE FOMENTO correrão por conta da **Nota de Empenho n° 784/2026**, unidade orçamentária 3.009 (FMAS), programa de trabalho 1.262, elemento despesa 3.3.50.43.00.00 no valor total de **R$ 100.000,00** com data de 21/10/2026.
Processo Administrativo nº 6267/2026;

Rolim de Moura, 22 de outubro de 2026.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura-RO

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:DC814DBF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
TERMO DE FOMENTO N° 004/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2026
OBJETO: O objeto deste Termo de Fomento é a parceria entre o Município de Rolim de Moura e **CENTRO EDUCACIONAL DE ROLIM DE MOURA**, para custeio de despesas com a do projeto de-nominado: **"FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA OPERACIONAL E DOS SERVIÇOS DE APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA"**, de acordo com as especificações constantes no plano de trabalho, os quais, a OS CELEBRANTES se declara em condições de prestar serviço, em estrita observância com o indicado nas Especificações do Plano de Trabalho.
VIGÊNCIA: O Termo de Fomento terá vigência por um período de 13 (treze) meses, a contar da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado por acordo entre os participes, desde que respeitadas as normas pertinentes.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas orçamentárias decorren-tes do presente TERMO DE FOMENTO correrão por conta da **Nota de Empenho n° 783/2026**, unidade orçamentária 3.009 (FMAS), programa de trabalho 1.262, elemento despesa 3.3.50.43.00.00 no valor total de **R$ 100.000,00** com data de 20/10/2026.
Processo Administrativo nº 6001/2026;

Rolim de Moura, 22 de outubro de 2026.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura-RO

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:A61929B1

ROLIM PREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ROLIM DE MOURA – ROLIM PREVI EDITAL Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA COMPOSIÇÃO DA LISTA SÊXTUPLA DESTINADA À INDICAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ROLIM DE MOURA – ROLIM PREVI.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ROLIM DE MOURA – ROLIM PREVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.317/2017, art. 76 § 3º, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 4.489/2024, torna público o presente Edital, que regulamenta o Processo de Escolha para formação da Lista Sêxtupla destinada à indicação do Superintendente do Rolim Previ, para o período de 08 de janeiro de 2027 a 07 de janeiro de 2031, nos termos do art. 76 da Lei Municipal nº 3.317/2017, com redação dada pelo art. 10 da Lei Municipal nº 4.489/2024 e Portaria 1.467 de 02 de junho de 2022.
CONSIDERANDO:

•
– que o Superintendente do Rolim Previ exercerá mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, desde que participe de novo processo de escolha, nos termos da legislação municipal;

•

– a previsão legal para realização de processo de escolha destinado à formação da Lista Sêxtupla para indicação do Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Rolim de Moura – Rolim Previ;

•
– que, nos termos da legislação municipal, o processo de escolha compreende a formação de Lista Sêxtupla, mediante processo de escolha realizado em Assembleia Geral pela entidade sindical representativa da categoria, da qual o Conselho Deliberativo extrairá a Lista Tríplice, a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal;

•
– que compete ao Chefe do Poder Executivo selecionar um dos candidatos integrantes da Lista Tríplice para nomeação e posse no cargo de Superintendente do Rolim Previ;

•
– que o mandato correspondente ao presente processo de escolha terá início em 08 de janeiro de 2027 e término em 07 de janeiro de 2031;

•
– a necessidade de assegurar transparência, impessoalidade, igualdade de condições, publicidade, segurança e isonomia na análise das inscrições e da documentação apresentada pelos candidatos;

•
– a necessidade de constituição de Comissão de Recebimento e Análise das Inscrições e Documentação, composta por representantes do Rolim Previ, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, garantindo-se a imparcialidade e a inexistência de conflito de interesses;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º O presente Edital regulamenta o processo de inscrição, habilitação e escolha dos candidatos que irão compor a Lista Sêxtupla, destinada à formação da Lista Tríplice para nomeação do Superintendente do Rolim Previ, conforme previsto no art. 76 da Lei Municipal nº 3.317/2017, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 4.489/2024.
§ 1º As inscrições serão abertas a partir da publicação deste Edital no diário oficial dos municípios- AROM, https://www.diariomunicipal.com.br/arom/, no site do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores de Rolim de Moura- ROLIM PREVI, rolimprevi.ro.gov.br, facebook oficial do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores de Rolim de Moura e site oficial da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura https://rolimdemoura.ro.gov.br/ onde permanecerão disponíveis observado o cronograma estabelecido neste Edital.
§ 2º Poderão candidatar-se os servidores que preencham os requisitos estabelecidos no art. 76, § 1º, da Lei Municipal nº 3.317/2017 e demais disposições legais aplicáveis, especialmente:

•
– possuir idade superior a 30 (trinta) anos;

•
– ser servidor público efetivo e estável;

•
– possuir notável saber ou experiência comprovada nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica ou de auditoria;

•
– não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado por crime contra a Administração Pública, crime de responsabilidade ou ato doloso de improbidade administrativa, além de reputação ilibada;

•
– ter formação acadêmica em nível superior;

•
– atender aos demais requisitos previstos na legislação aplicável.

CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES, DO RECEBIMENTO E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO
Art. 2º As inscrições deverão ser realizadas mediante a apresentação da ficha de inscrição conforme anexo I deste edital e da documentação exigida, observando as seguintes orientações:

•
Local: Sede do Rolim Previ – Av. São Luiz, nº 4.677, Centro – Rolim de Moura/RO (CEP: 76.940-000).

•
Horário de atendimento: Das 07h30 às 13h30.

•
Período: Conforme estabelecido no cronograma deste Edital.

Art. 3º O servidor interessado em participar do Processo de Escolha deverá formalizar seu pedido de inscrição mediante ficha de inscrição conforme anexo I deste edital, dirigido à Comissão de Recebimento e Análise das Inscrições e Documentações, acompanhado da documentação prevista no art. 6º deste Edital.
Art. 4º No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar a documentação exigida neste Edital, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável.
DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E ANÁLISE
Art. 5º As inscrições e toda a documentação apresentada pelos candidatos serão recebidas, conferidas e analisadas por uma Comissão de Recebimento e Análise, especialmente constituída para este fim.
§ 1º A Comissão será composta por 03 (três) membros, sendo:

•
– 01 (um) representante do Rolim Previ;

•
– 01 (um) representante do Conselho Deliberativo;

•
– 01 (um) representante do Conselho Fiscal;

§ 2º Os membros da Comissão serão formalmente designados antes do início do período de recebimento das inscrições.
§ 3º Compete à Comissão:

•
– receber e protocolizar as inscrições;

•
– conferir a documentação apresentada pelos candidatos;

•
– verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável;

•
– analisar o currículo de formação acadêmica e a experiência profissional apresentada pelos candidatos;

•
– solicitar, quando necessário, esclarecimentos ou documentos complementares destinados exclusivamente à comprovação dos requisitos exigidos;

•
– emitir manifestação quanto à habilitação ou não habilitação dos candidatos;

•
– elaborar relatório circunstanciado contendo o resultado da análise documental;

•
– encaminhar o resultado da análise ao Conselho Deliberativo para as providências previstas neste Edital;

§ 4º A Comissão deverá observar, em todas as suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e imparcialidade.
§ 5º Os membros da Comissão de Recebimento e Análise estão impedidos de participar do pleito para escolha do Superintendente do Rolim Previ.
§ 6º Caso membro da Comissão manifeste interesse em concorrer ao processo de escolha, deverá comunicar formalmente o fato e ser substituído antes da formalização de sua inscrição.
§ 7º Também não poderá integrar a Comissão aquele que possua relação de parentesco, interesse direto ou outra situação que possa comprometer sua imparcialidade na análise de determinado candidato, observadas as normas aplicáveis.
Art. 6º No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

•
– CÓPIAS DOS DOCUMENTOS PESSOAIS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS:

•
documento oficial de identificação com fotografia;

•
Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•
título de eleitor e comprovante de votação da última eleição, ou documento equivalente admitido pela legislação eleitoral;

•
comprovante de endereço atualizado;

•
certidão de nascimento ou casamento;

•
certidão de nascimento dos filhos ou dependentes, quando aplicável;

•
comprovantes de escolaridade, mediante certificados, diplomas ou documentos equivalentes;

•
comprovante de inscrição em órgão de classe, quando exigível para a formação ou experiência profissional apresentada;

•
cartão ou comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

•
– DOCUMENTOS ORIGINAIS OU CERTIDÕES:

•
01 (uma) fotografia 3x4 recente;

•
atestado de saúde física e mental;

•
certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;

•
certidão negativa de débitos perante a Fazenda Estadual;

•
certidão negativa de débitos perante a Fazenda Municipal;

•
certidão negativa de débito da Receita Federal;

•
certidão ou documento equivalente exigido para fins de comprovação de inexistência de impedimento perante o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

•
certidão de inexistência de contas julgadas irregulares perante o Tribunal de Contas da União;

•
certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

•
declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme anexo IV deste edital, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas;

•
declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão de origem de que o candidato não responde a sindicância, processo administrativo disciplinar ou inquérito administrativo;

•
declaração conforme anexo III, que demonstre notável saber ou comprovada experiência nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica ou de auditoria;

•
declaração conforme anexo II, que ateste reputação ilibada, com identificação e assinatura do declarante;

•
declaração ou carta de recomendação profissional;

•
outros documentos que o candidato entender pertinentes à comprovação dos requisitos estabelecidos neste Edital, de caráter facultativo;

•
currículo profissional atualizado, contendo formação acadêmica, cursos, certificações, cargos exercidos e experiência profissional, especialmente aqueles relacionados às áreas de gestão previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, auditoria ou correlatas.

§ 1º Os documentos apresentados deverão estar legíveis, válidos e aptos a comprovar os requisitos exigidos neste Edital.
§ 2º A Comissão poderá solicitar ao candidato documentos complementares destinados exclusivamente à comprovação dos requisitos legais e regulamentares exigidos para participação no processo.
§ 3º A ausência de documento indispensável à comprovação de requisito legal poderá ensejar o indeferimento da inscrição, assegurado ao interessado o direito de defesa e recurso na forma deste Edital.
Art. 7º Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão de Recebimento e Análise concluirá a conferência e análise da documentação apresentada e encaminhará relatório ao Conselho Deliberativo.
§ 1º O resultado preliminar das inscrições será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – AROM, contendo a relação dos candidatos habilitados.
§ 2º Será assegurado aos interessados o direito de apresentar impugnação, defesa ou recurso nos prazos estabelecidos neste Edital.
§ 3º A Comissão poderá ser convocada pelo Conselho Deliberativo para prestar esclarecimentos sobre a análise documental realizada, sem prejuízo da competência decisória do órgão responsável.
Art. 8º Em caso de impugnação ou indeferimento do pedido de inscrição, o candidato será notificado para apresentar defesa ou recurso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da ciência da decisão, o qual será encaminhado ao conselho deliberativo.

§ 1º O conselho deliberativo terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise e manifestação acerca do recurso apresentado pelo candidato cujo pedido de inscrição foi indeferido.
§ 2º O Conselho Deliberativo apreciará os recursos apresentados, podendo solicitar manifestação da Comissão de Recebimento e Análise sempre que necessário.
§ 3º As decisões relativas às inscrições deverão ser devidamente fundamentadas e divulgadas pelos meios oficiais, sendo eles o site oficial do Rolim Previ (rolimprevi.ro.gov.br) e o Diário Oficial dos Municípios – AROM (https://www.diariomunicipal.com.br/arom/).
§4º Caso, após o encerramento do período de inscrições e concluída a análise e habilitação dos candidatos, o número de candidatos habilitados seja igual ou inferior a 06 (seis), ficará dispensada a realização da Assembleia Geral prevista no capítulo III, art. 9º., cabendo à comissão encaminhar e entidade sindical SINSEZMAT e ao conselho deliberativo do ROLIM PREVI a relação dos candidatos habilitados, para fins de composição da Lista Sêxtupla, observadas as demais etapas e disposições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL E DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DA LISTA SÊXTUPLA
Art. 9º A escolha dos candidatos que comporão a Lista Sêxtupla será realizada em Assembleia Geral Única, convocada e organizada pela entidade sindical SINSEZMAT, observadas as disposições deste Edital e da legislação aplicável, assegurando-se aos candidatos habilitados igualdade de condições, transparência, publicidade e participação.
§ 1º A entidade sindical SINSEZMAT será responsável pela publicação e divulgação do Edital de Convocação da Assembleia Geral, devendo, para fins de ampla publicidade, encaminhar cópia do referido Edital ao ROLIM PREVI, que promoverá sua divulgação no **site oficial do ROLIM PREVI, no Diário Oficial dos Municípios – AROM, e nos demais meios oficiais de comunicação e divulgação do Instituto**, observados os prazos e as disposições estabelecidas neste Edital..
§ 2º A Assembleia Geral deverá ser amplamente divulgada, com antecedência suficiente, mediante edital de convocação, contendo, no mínimo, a data, horário, local, ordem do dia, critérios de participação e forma de votação.
§ 3º A Assembleia será acompanhada pela Comissão de Recebimento e Análise, constituída nos termos deste Edital, a qual poderá acompanhar os procedimentos de credenciamento, apresentação dos candidatos, votação, apuração e registro do resultado.

Art. 10º Poderão participar da Assembleia Geral, na condição de votantes, somente os servidores públicos municipais, ativos e inativos que sejam segurados do Regime Próprio de Previdência Social – ROLIM PREVI, mediante comprovação de sua condição de segurado.
§ 1º O direito de voto será pessoal e intransferível, não sendo admitido voto por procuração ou representação.
§ 2º Para fins de participação e votação, o votante deverá apresentar documento oficial de identificação para comprovação de sua condição de segurado do ROLIM PREVI, mediante relação oficial fornecida pelo Instituto.
§ 3º Não poderão participar da votação pessoas que não integrem o quadro de segurados do ROLIM PREVI;
Art. 11º A Assembleia Geral será realizada em votação única, na qual os votantes habilitados poderão escolher, dentre os candidatos previamente habilitados, aqueles que deverão compor a Lista Sêxtupla.
§ 1º A cédula de votação, deverá conter o nome completo de todos os candidatos habilitados, em ordem alfabética, acompanhados, quando necessário, de identificação que permita diferenciá-los.
§ 2º Cada votante poderá escolher até 06 (seis) candidatos, dentre os nomes constantes da relação oficial de candidatos habilitados.
§ 3º Serão considerados escolhidos para compor a Lista Sêxtupla os 06 (seis) candidatos que obtiverem o maior número de votos, observada a ordem decrescente de votação.
§ 4º O segurado que votar em quantidade superior ao limite estabelecido no § 2º terá seu voto considerado inválido, conforme as regras de apuração previamente divulgadas pela entidade organizadora.
§ 5º O voto será individual, direto e secreto, salvo se a Assembleia Geral, de forma expressa e previamente prevista no edital de convocação, adotar outro procedimento legalmente admissível.
Art. 12º Antes do início da votação, será assegurado a cada candidato habilitado o direito de realizar apresentação perante a Assembleia Geral.
§ 1º Cada candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) minutos para apresentar sua trajetória profissional, formação, experiência, propostas e demais informações que entender pertinentes à sua candidatura.
§ 2º A ordem de apresentação dos candidatos será definida previamente pela entidade organizadora, preferencialmente mediante sorteio realizado antes do início das apresentações, garantindo-se tratamento isonômico a todos os candidatos.
§ 3º O tempo destinado à apresentação será rigorosamente igual para todos os candidatos, não sendo permitida a concessão de tempo adicional a qualquer candidato.
§ 4º Durante a apresentação, será assegurado ao candidato o direito de expor suas qualificações e propostas, vedadas manifestações ofensivas, discriminatórias, difamatórias ou que comprometam a regularidade e a finalidade da Assembleia.
§ 5º Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, a palavra deverá ser imediatamente encerrada, garantindo-se a igualdade de tratamento entre todos os candidatos.
Art. 13º A votação será iniciada somente após o encerramento da apresentação de todos os candidatos habilitados.
§ 1º A entidade organizadora deverá disponibilizar aos segurados participantes a relação oficial dos candidatos, contendo seus nomes completos, na mesma ordem constante da cédula de votação.
§ 2º A votação deverá ocorrer de forma organizada, garantindo-se a identificação dos segurados habilitados e a impossibilidade de votação em duplicidade.
§ 3º Encerrada a votação, será realizada a apuração dos votos, preferencialmente na presença dos candidatos ou de seus representantes, da Comissão de Recebimento e Análise e dos demais participantes interessados.
Art. 14º Em caso de empate entre candidatos na última posição necessária para composição da Lista Sêxtupla, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

•
– maior idade;

•
– maior tempo de experiência no serviço público;

•
– maior nível de certificação profissional CGRPPS, maior quantidade de formações acadêmicas e cursos relacionados à administração pública, gestão previdenciária, financeira e áreas correlatas;

•
– persistindo o empate, será realizado sorteio público entre os candidatos empatados.

Parágrafo único. Os critérios de desempate deverão ser aplicados pela entidade organizadora e registrados na ata da Assembleia Geral.
Art. 15º Ao final da apuração, deverá ser elaborada Ata da Assembleia Geral, contendo, no mínimo:

•
– data, horário e local de realização da Assembleia;

•
– identificação da entidade responsável pela organização;

•
– quantidade de segurados habilitados para votar;

•
– quantidade de segurados presentes e votantes;

•
– relação nominal dos candidatos habilitados;

•
– quantidade de votos obtida por cada candidato;

•
– registro dos votos válidos, brancos e nulos, quando houver;

•
– aplicação dos critérios de desempate, se necessária;

•
– relação final dos 06 (seis) candidatos escolhidos para composição da Lista Sêxtupla, em ordem decrescente de votação;

•
– assinatura dos responsáveis pela condução da Assembleia e, dos candidatos ou de seus representantes.

§ 1º A Ata e a documentação comprobatória da Assembleia deverão ser encaminhadas ao ROLIM PREVI, para conhecimento, conferência e juntada ao respectivo processo administrativo.
§ 2º A documentação deverá permitir a verificação da regularidade do processo de escolha, especialmente quanto à condição de segurado dos votantes, à igualdade de participação dos candidatos e à correta apuração dos votos.
Art. 16º É assegurado a todos os candidatos habilitados tratamento isonômico durante todas as etapas da Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de favorecimento, discriminação ou privilégio.
§ 1º A entidade sindical SINSEZMAT deverá assegurar condições iguais de participação aos candidatos, inclusive quanto ao tempo de apresentação, divulgação de informações e acesso aos procedimentos da Assembleia.
§ 2º A Comissão de Recebimento e Análise deverá acompanhar os trabalhos da Assembleia e registrar eventual ocorrência que possa comprometer a regularidade, a transparência ou a isonomia do processo.
§ 3º Eventuais impugnações ou questionamentos ocorridos durante a Assembleia deverão ser registrados em ata e encaminhados, juntamente com os demais documentos, para análise e providências cabíveis.
Art. 17º A escolha realizada pela Assembleia Geral terá por finalidade exclusiva a formação da Lista Sêxtupla, a qual será encaminhada ao ROLIM PREVI para prosseguimento das demais etapas previstas neste Edital e na legislação aplicável.
Parágrafo único. A participação na Assembleia e a obtenção de votos não conferem, por si só, direito à nomeação ou ao exercício do cargo, tratando-se de etapa destinada exclusivamente à formação da Lista Sêxtupla.

CAPÍTULO IV
DA FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE

Art. 18º Recebida formalmente a Lista Sêxtupla, acompanhada da documentação pertinente e da ata da Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo do Rolim Previ reunir-se-á para proceder à escolha dos 03 (três) candidatos que integrarão a Lista Tríplice.
§ 1º A escolha será realizada pelo Conselho Deliberativo, observadas as disposições da legislação municipal e as normas internas aplicáveis ao funcionamento do órgão.
§ 2º Na escolha da Lista Tríplice deverão ser observados os requisitos legais, a habilitação documental dos candidatos e, sempre que aplicável, a formação e experiência profissional compatíveis com as atribuições do cargo.
§3º Em caso de empate entre os candidatos serão utilizados os mesmos critérios estabelecidos pelo artigo 14 e seus incisos.
§ 4º Concluída a escolha, será lavrada ata contendo o resultado e a identificação dos três candidatos que comporão a Lista Tríplice.
§ 5º A Lista Tríplice será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para escolha, nomeação e posse do Superintendente, nos termos da legislação municipal.

CAPÍTULO V
DA NOMEAÇÃO, POSSE E CERTIFICAÇÃO

Art. 19º O candidato escolhido pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o cargo de Superintendente deverá atender às exigências previstas na legislação municipal e demais normas aplicáveis aos dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.
§ 1º O candidato nomeado deverá apresentar, para fins de investidura e posse, a certificação exigida pela legislação aplicável aos dirigentes de RPPS, inclusive a Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social – CGRPPS no mínimo de grau intermediário.
§ 2º A certificação deverá ser comprovada dentro do prazo e nas condições estabelecidas pela legislação vigente.
§ 3º A ausência da certificação ou do cumprimento de requisito legal obrigatório servirá de impedimento à posse ou ao exercício da função, conforme legislação aplicável.

CAPÍTULO VI DO CRONOGRAMA
Art. 20º O Processo de Escolha observará o seguinte cronograma:

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação do Edital	23/10/2026
Período de inscrições	26 a 29/10/2026
Recebimento e análise da documentação pela Comissão	26 a 29/10/2026
Divulgação do resultado preliminar das inscrições	10/11/2026
Prazo para recursos	11 a 13/11/2026
Análise dos recursos e homologação das inscrições	16 a 19/11/2026
Assembleia Geral para escolha da Lista Sêxtupla	23 a 30/11/2026
Escolha da Lista Tríplice pelo Conselho Deliberativo	04/12/2026
Encaminhamento da Lista Tríplice ao Chefe do Poder Executivo	08/12/2026
Nomeação	18/12/2026
Início do mandato	08/01/2027
Término do mandato	07/01/2031

§ 1º Os atos de divulgação do processo serão realizados pelo Rolim Previ, observadas as competências atribuídas à entidade sindical, ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e ao Chefe do Poder Executivo.
§ 2º Eventual alteração do cronograma deverá ser formalmente divulgada pelos mesmos meios utilizados para a publicação deste Edital.
§ 3º A Assembleia Geral prevista no cronograma será dispensada quando, após a análise e homologação das inscrições, houver até 06 (seis) candidatos habilitados, observado o disposto no § 4º do art. 8º deste Edital.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º Os candidatos deverão observar integralmente os requisitos, prazos e documentos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.
Art. 22º A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação integral das regras estabelecidas neste Edital, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de seu conteúdo.
Art. 23º A constatação de informação falsa, documento irregular ou ausência de requisito legal, a qualquer tempo, poderá resultar na exclusão do candidato do processo de escolha, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 24º As regras de imparcialidade, impedimento, suspeição e sigilo aplicáveis aos membros da Comissão de Recebimento e Análise são as estabelecidas no art. 5º deste Edital, vedada a repetição de disposições sobre a mesma matéria.
Art. 25º O candidato que integrar a Comissão de Recebimento e Análise, caso manifeste interesse em participar do Processo de Escolha, deverá afastar-se da Comissão antes da formalização de sua inscrição, sendo imediatamente substituído.
Art. 26º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do Rolim Previ, observada a legislação municipal e demais normas aplicáveis.
Art. 27º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 20 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS LEAL
Presidente do Conselho Deliberativo
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Rolim de Moura – Rolim PREVI

Publicado por:
Juliana Esteves Dos s Pansini
Código Identificador:5927DC66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PARECER COMISSÃO DE SELEÇÃO – EMENDA IMPOSITIVA MUNICIPAL

PARECER Nº 28 / 2026 – COMISSÃO DE SELEÇÃO
Processo Administrativo nº: 6259/2026
Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
OSC Proponente: Associação de Ensino, Capacitação e Assistência Social – PREPARARTE
Objeto: Construção de Banheiros da Sede Própria da Entidade (Aquisição de Materiais/Equipamentos e Serviços de Terceiros - Mão de Obra e Engenharia)
Origem dos Recursos: Emenda Parlamentar Impositiva Municipal / Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)
Valor do Repasse Municipal: R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

• RELATÓRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se da análise técnica da proposta e do Plano de Trabalho submetidos pela Associação De Ensino, Capacitação E Assistência Social - PREPARARTE, inscrita no CNPJ sob o nº 19.459.769/0001-09, com sede na Rua das Artes, nº 5400, Loteamento Theodomiro Lopes, Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO.
O presente procedimento visa à formalização de parceria mediante Termo de Fomento no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) lastreada em Emenda Parlamentar Impositiva. O projeto geral está orçado em R$ 174.050,00 (Cento e setenta e quatro mil e cinquenta reais), integrando uma contrapartida de R$ 124.050,00 (Cento e vinte e quatro mil e cinquenta reais) viabilizada por emenda estadual junto à SEOSP.
O aporte municipal tem como escopo a execução de mão de obra de construtor (R$ 36.000,00), honorários de engenharia civil para elaboração de projetos e acompanhamento da obra (R$ 5.000,00) e R$ 9.000,00 para aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes essenciais para utilização em obras (betoneira, carrinhos de mão, andaimes, máquina de solda e escada). As despesas visam à conclusão das instalações sanitárias adaptadas e acessíveis na sede própria da instituição, condição indispensável para a liberação predial e pleno atendimento ao público.
A manifestação fundamenta-se na hipótese de dispensa de chamamento público prevista no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, conjugada com a análise de conformidade do Plano de Trabalho exigida pelo art. 35, inciso V, da mesma lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
I – Da Dispensa de Chamamento Público (Art. 29 da Lei nº 13.019/2014)

Conforme expressa o art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que se observará o disposto no art. 30."

Tratando-se de recursos vinculados a emenda orçamentária impositiva municipal aprovada no âmbito do Poder Legislativo com destinação individualizada à entidade beneficiária, a realização de procedimento concorrencial de chamamento público resta legalmente dispensada por expressa determinação legal. Permanece, contudo, a obrigatoriedade da avaliação técnica da viabilidade, do mérito e da adequação do Plano de Trabalho.

II – Do Mérito da Proposta e Natureza da Parceria (Art. 35, V, "a")

A celebração sob a modalidade de Termo de Fomento atende plenamente ao art. 2º, inciso VIII, da Lei Federal nº 13.019/2014, por se tratar de proposição de plano de trabalho formulada por OSC envolvendo transferência voluntária voltada ao relevante interesse público.
Neste sentido, a intervenção física na sede é estruturante para garantir salubridade, acessibilidade a pessoas com deficiência (PCD) e a liberação de Habite-se, permitindo a continuidade e a expansão do amparo socioassistencial gratuito que atende a cerca de 700 alunos e mais de 240 famílias da localidade.

III – Do Alinhamento com a Política Socioassistencial (Art. 35, V, "b")

A proposta combina com os objetivos da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993). O espaço físico qualificado permitirá a realização regular de oficinas socioeducativas, capacitação de jovens e acolhimento familiar, atuando preventivamente contra o isolamento e vulnerabilidades sociais.
A instituição comprova integração regular à rede pública de atenção social:

• Inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RM (Nº 036);
• Inscrição ativa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/RM (Nº 03);
• Titularidade de CEBAS e Declaração de Utilidade Pública Municipal e Estadual.

IV – Da Compatibilidade e Razoabilidade dos Custos (Art. 35, V, "c")

O detalhamento orçamentário apresentado demonstra coerência com os valores correntes praticados no mercado local, sem indício de sobrepreço:

• **Serviços de Terceiros - Mão de Obra de Construção:** R$ 36.000,00 para execução de fundações, alvenaria, pisos, revestimentos e louças durante a vigência do ajuste;
• **Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia:** R$ 5.000,00 para responsabilidade técnica, projetos executivos de adequação e acompanhamento da obra;
• **Equipamentos e Ferramentas (Material Permanente):** R$ 9.000,00 para betoneira, máquina de solda, andaimes, escada e carrinhos de mão, indispensáveis à obra e incorporados ao patrimônio da sede para manutenções.

V – Da Viabilidade do Cronograma de Execução e Desembolso (Art. 35, V, "d")
O cronograma fixado para 180 dias de execução física é plausível e compatível com as fases construtivas propostas. O planejamento demonstra articulação técnica entre os itens de custeio/investimento cobertos pela emenda municipal e o lote de materiais de construção serão adquiridos pela contrapartida estadual da SEOSP, evitando sobreposição de despesas ou descontinuidade dos serviços.

VI – Dos Mecanismos de Monitoramento, Fiscalização e Gestão (Art. 35, V, "e", "g", "h")

• **Fiscalização Física e Operacional:** Realização de vistorias técnicas *in loco* no imóvel situado na Rua das Artes, nº 5400, com emissão de relatórios de medição fotográfica do avanço construtivo e comprovação da destinação do bem à finalidade socioassistencial;
• **Fiscalização Financeira:** Abertura de conta corrente bancária específica (CRESOL Ag. 1623, CC nº 055.091-4), vinculada à prestação de contas dos valores repassados, mediante apresentação de notas fiscais, contratos, comprovantes de recolhimento tributário e conciliação bancária;
• **Gestão e Monitoramento:** O acompanhamento técnico e operacional caberá à Gestora da Parceria designada através de Portaria 737/2026 (ID 245364), cabendo a homologação dos relatórios à Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias do FMAS (Portaria nº 740/2026) apensa ao ID 245368.

3. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, considerando:

• O enquadramento da celebração ao permissivo legal de dispensa de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, por se tratar de emenda parlamentar impositiva;
• O preenchimento satisfatório dos requisitos de mérito, exequibilidade, economicidade e pertinência socioassistencial exigidos pelo art. 35, inciso V, da mesma lei;

Esta Comissão manifesta-se **FAVORÁVEL** ao reconhecimento da dispensa de chamamento público e à **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho do Projeto "Construção de banheiros da sede prórpia" submetido pela PREPARARTE, para formalização de Termo de Fomento no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Rolim de Moura/RO, 22 de outubro de 2026.

FABIULA DOS SANTOS ÁVILA CAETANO
Presidente da Comissão – Portaria nº 632/2026

PAOLA WANESKA DE OLIVEIRA GASQUES
Vice-Presidente da Comissão – Portaria nº 632/2026

CRISTIANE MATIAS PEREIRA
Membro da Comissão – Portaria nº 632/2026

Publicado por:
Fabiula Dos Santos Avila Caetano
Código Identificador:7F5280F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PARECER Nº 27/2026 – COMISSÃO DE SELEÇÃO

Processo Administrativo: 6297/2026
OSC: Associação Cristã de Trabalho Voluntário – ACTV - **CNPJ:** 48.354.814/0001-50
Projeto: Fortalecendo Laços: Estrutura para Transformar Vidas.
Valor: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) - Emenda Impositiva Municipal.
ASSUNTO: Análise do Plano de Trabalho à luz do art. 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014.

DO RELATÓRIO
A Comissão de Seleção constituída através da Portaria n° 632/2026, no exercício de suas atribuições, procede à análise do Projeto apresentado pela Associação Cristã de Trabalho Voluntário – ACTV, referente ao projeto "Fortalecendo Laços: Estrutura para Transformar Vidas", cujo objeto consiste na manutenção da estrutura física e operacional da entidade, mediante o custeio de despesas essenciais ao funcionamento e à continuidade das ações destinadas a crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.
O projeto prevê a aplicação de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo período de seis meses, contemplando despesas relacionadas à manutenção do espaço físico, ao funcionamento operacional e ao suporte necessário à realização das atividades socioassistenciais.
A presente análise considera os elementos constantes no Plano de Trabalho e os requisitos aplicáveis às parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, especialmente o disposto no art. 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014.
Do Mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada ***(alínea "a")***

O projeto apresenta finalidade de interesse público e social ao buscar assegurar condições estruturais e operacionais para a continuidade das ações desenvolvidas pela ACTV em benefício de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social.
A proposta demonstra pertinência social ao relacionar a manutenção da sede e das condições de funcionamento da entidade à continuidade dos atendimentos, das atividades coletivas, das orientações e dos encaminhamentos realizados junto ao público beneficiário.

Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na lei ***(alínea "b")***
Identifica-se interesse público na cooperação entre a Administração Municipal e a organização da sociedade civil, tendo em vista a finalidade declarada de contribuir para a continuidade das ações socioassistenciais e para o fortalecimento da rede de proteção social do Município de Rolim de Moura/RO.
O serviço prestado tem como princípio norteador o respeito a peculiaridade de cada família atendida, proporcionando desenvolvimento do sentido de ser e pertencer, bem como a autonomia pessoal pelo exercício da participação da cidadania, onde visa fortalecer vínculos entre famílias atendidas pelo projeto.
Há total interesse das partes na realização da parceria uma vez que os serviços da Proteção Social Básica, neste caso serviços de fortalecimento de vínculos para as famílias atendidas pelo projeto é relevante e de total interesse público, sendo que a Associação Cristã de Trabalho Voluntário atende as necessidades das famílias cadastradas na associação.
Da viabilidade de sua execução; ***(alínea "c")***
Quanto à viabilidade de execução do projeto, a Comissão de Seleção verificou as atividades propostas pela Associação Cristã de Trabalho Voluntário – ACTV são compatíveis com os objetivos apresentados, com o público-alvo indicado e com os recursos financeiros solicitados, no valor de R$ 40.000,00.
O Plano de Trabalho apresenta a previsão de despesas necessárias à manutenção da estrutura operacional da instituição e ao desenvolvimento de suas atividades, incluindo custos essenciais para o funcionamento institucional. Nesse sentido, a execução deverá demonstrar compatibilidade entre as despesas previstas, as metas estabelecidas e os resultados sociais pretendidos, de modo que os recursos públicos sejam aplicados de forma adequada e contribuam efetivamente para a finalidade proposta.
Deverá ser observada, ainda, a existência de condições materiais, operacionais e administrativas para a execução do projeto no período previsto de seis meses, bem como a coerência do cronograma de execução e do orçamento apresentado. A viabilidade pressupõe que as despesas estejam devidamente detalhadas e justificadas, guardem relação direta com o objeto da parceria e sejam suficientes e adequadas para a realização das ações propostas.
Da verificação do cronograma de desembolso **(alínea "d");**
O Plano de Trabalho estabelece vigência pretendida de seis meses. A liberação dos recursos deverá observar cronograma de desembolso compatível com o planejamento de execução, com a disponibilidade orçamentária e financeira e com as disposições legais aplicáveis.
Da discrição de quais são os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimento que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos **(alínea "e");**
Quanto aos mecanismos de fiscalização e avaliação da execução da parceria, será necessário o acompanhamento pelo Gestor da parceria nomeado através da Portaria n° 739/2026 id 245371 e Comissão de Monitoramento e Avaliação Portaria n° 740/2026 id 245372 , pois Plano de Trabalho apresenta de forma clara e objetiva, os meios de acompanhamento e controle que serão utilizados para verificar o cumprimento das metas e dos objetivos pactuados, bem como a correta aplicação dos recursos públicos repassados. No qual seguirá o Modelo de Relatório a execução física e financeira, contemplando a comprovação das atividades desenvolvidas, o alcance do público beneficiário, o cumprimento do cronograma, a apresentação das despesas realizadas e a demonstração da correspondência entre os recursos aplicados e o objeto da parceria.
Dessa forma, a apresentação dos procedimentos de fiscalização e dos respectivos modelos de relatórios é necessária para assegurar transparência, rastreabilidade e controle da aplicação dos recursos públicos, possibilitando à Administração Pública acompanhar a execução da parceria, identificar eventuais inconsistências e avaliar o efetivo cumprimento das metas e dos resultados propostos.
Da designação do gestor da parceria **(alínea "g");**
Em estrito atendimento à alínea "g", esta Comissão faz referência expressa à designação da servidora Ana Paula de Souza Oliveira como Gestora da Parceria Associação Cristã de Trabalho Voluntário, conforme formalizado poder executivo por meio da Portaria no 739/2026 (ID 245371). À gestora caberão as de acompanhamento, fiscalização direta e execução do termo.
Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação **(alínea "h");**

Atendendo ao apontamento técnico relacionado à alínea "h", registra-se a Portaria n°740/2026 que Dispõe sobre a nomeação da Comisssão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do ano de 2026/2027. (id.245372)

III – DA CONCLUSÃO

Diante da análise dos elementos apresentados, esta Comissão de Seleção considera que o projeto "Fortalecendo Laços: Estrutura para Transformar Vidas" apresenta finalidade social relevante e pertinência com a manutenção das ações socioassistenciais declaradas pela Associação Cristã de Trabalho Voluntário – ACTV.

A proposta apresenta objetivos, público beneficiário, metas e mecanismos de acompanhamento que permitem sua apreciação inicial. Contudo, a manifestação conclusiva quanto à viabilidade técnica e financeira, à adequação dos custos, à compatibilidade do cronograma de desembolso e ao atendimento integral dos requisitos para celebração deverá ser consolidada pelo órgão técnico competente, nos termos do art. 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Diante do exposto, esta Comissão de Seleção emite **PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL**, considerando integralmente atendidos os requisitos do art. 35, V, da Lei nº 13.019/2014

Rolim de Moura/RO, 21 de Outubro de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

FABIULA DOS SANTOS ÁVILA CAETANO
Presidente — Portaria nº 632/2026

PAOLA WANESKA DE OLIVEIRA GASQUES
Vice-Presidente — Portaria nº 632/2026

CRISTIANE MATIAS PEREIRA
Membro — Portaria nº 632/2026

Publicado por:
Paola Waneska de Oliveira Gasques
Código Identificador:932B5E3D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
DESPACHO ADMINISTRATIVO N.º 01/2026.

DESPACHO Nº 01/2026 — GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Autorização de prorrogação de prazo — Processo Administrativo Disciplinar (Portaria nº 068/GAB/2026)

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela Comissão Processante designada pela Portaria nº 068/GAB/2026, com a composição retificada pela respectiva Errata, solicitando a prorrogação do prazo para a conclusão de seus trabalhos;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Portaria nº 068/GAB/2026 fixou o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, contados da publicação ocorrida em 04 de setembro de 2026, com termo em 03 de novembro de 2026, admitida a prorrogação, por igual período, mediante justificativa;

CONSIDERANDO que o rito do art. 196 da Lei Municipal nº 31/1997 compreende fases sucessivas, com prazos legais que correm a partir de cada ato (interrogatório, defesa prévia, oitiva das testemunhas da denúncia e do processado, diligências complementares, razões finais e relatório), de modo que sua observância integral, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, não se comporta no prazo original;

CONSIDERANDO que o requerimento se encontra fundamentado e foi protocolado antes do vencimento do prazo originário,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante designada pela Portaria nº 068/GAB/2026, contados do término do prazo originário (03 de novembro de 2026), com termo final em 02 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da referida Portaria.

Art. 2º A prorrogação não altera a composição da Comissão nem o objeto do processo, permanecendo inalterados os demais termos da Portaria nº 068/GAB/2026 e de sua Errata.

Art. 3º DETERMINAR a juntada deste Despacho e do respectivo requerimento aos autos do processo administrativo disciplinar, bem como a sua publicação, na forma adotada para a Portaria nº 068/GAB/2026.

Art. 4º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Felipe d'Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

LEIZA MARIA SOARES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:5D5A087F

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 104/CM/2026.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/104/GP/2026 DE 21/10/2026.

O Vice Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária a presidente Vereadora **LEIZA MARIA SOARES GOZZER**, a deslocar-se a Brasília – DF, nos dias 25/10/2026 à 31/10/2026.

Finalidade: 4ª Conferência Nacional das Vereadoras – ABRACAM Mulher.
Quantidade Diária: 7 (sete diárias)
Valor: 1.369,06 x 7 = 9.583,42
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

"Diárias com base na Resolução: 03/2023 e suas alterações e 14/2025".

JOSE ROBERTO XAVIER SILVA
Vice Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:304E9785

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 105/CM/2026.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/105/GP/2026 DE 21/10/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária a Servidora; **LARRUBIA BUSS DISCHER RAASCH**, a deslocar-se a Brasília – DF, nos dias 25/10/2026 à 31/10/2026.

Finalidade: 4ª Conferência Nacional das Vereadoras – ABRACAM Mulher.
Quantidade Diária: 7 (sete diárias)
Valor: 1.369,06 x 7 = 9.583,42
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

“Diárias com base na Resolução: 03/2023 e suas alterações e 14/2025”.

LEIZA MARIA SOARES GOZZER
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:C4FD7E01

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 106/CM/2026.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/106/GP/2026 DE 21/10/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Vereador **CREDIVALDO DOMICIANO BRAGA**, a deslocar-se a Brasília - DF, nos dias 25/10/2026 à 31/10/2026.

Finalidade: Câmara Deputados Federais e Senado Federal.
Quantidade Diária: 7 (sete diárias)
Valor: 1.369,06 x 7 = 9.583,42
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

“Diárias com base na Resolução: 03/2023 e suas alterações e 14/2025”.

LEIZA MARIA SOARES GOZZER
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:0A43627D

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 107/CM/2026.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/107/GP/2026 DE 22/10/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - AUTORIZA a concessão de diária ao Vereador **ANDERSON RODRIGUES TELLES**, a deslocar-se a Brasília – DF, nos dias 25/10/2026 à 31/10/2026.

Finalidade: Câmara Deputados Federais e Senado Federal.
Quantidade Diária: 7 (sete diárias)
Valor: 1.369,06 x 7 = 9.583,42
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

“Diárias com base na Resolução: 03/2023 e suas alterações e 14/2025”.

LEIZA MARIA SOARES GOZZER
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:69F0A8AA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIPE D OESTE
PORTARIA N.º 108/CM/2026.

EXTRATO PUBLICAÇÃO PORTARIA–CM/108/GP/2026 DE 22/10/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste Estado de Rondônia no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1° - **AUTORIZA** a concessão de diária ao Servidor **ANDRÉ LUIZ PASCHOAL**, a deslocar-se a Brasília - DF, nos dias 25/10/2026 à 31/10/2026.

Finalidade: Câmara Deputados Federais e Senado Federal.
Quantidade Diária: 7 (sete diárias)
Valor: 1.369,06 x 7 = 9.583,42
Comprovação: Fica o beneficiado na responsabilidade de juntar documentos que comprovam a finalidade publica da viagem.

“Diárias com base na Resolução: 03/2023 e suas alterações e 14/2025”.

LEIZA MARIA SOARES GOZZER
Presidente/CMSF.
2025/2026.

Publicado por:
Jose Pachoal de Oliveira Filho
Código Identificador:A0AEDDCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 3340 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3340 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: “Dispõe sobre a Regulamentação da Política de Alfabetização denominada APRENDE MAIS São Felipe D’Oeste, em consonância com o Art. 2° da Lei Municipal nº 1836 de 2026, e tem como público-alvo os estudantes da rede municipal de ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental devidamente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de São Felipe D’Oeste/RO.”

Sidney Borges de Oliveira, Prefeito de São Felipe D’Oeste - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;
CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
CONSIDERANDO o Art. 32 incisos I da Lei Federal nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina que no ensino fundamental a formação básica do cidadão ocorra mediante desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Circular (BNCC), por meio da Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica;
CONSIDERANDO o Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, art. 1º, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseado em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO a Lei nº. 1257, de 10 de outubro de 2023, que dispõe sobre a Implantação da Política de Alfabetização na Idade Certa tem como público-alvo as crianças estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental devidamente matriculados nas
1

Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de São Felipe D'Oeste/RO; CONSIDERANDO a Lei Estadual n°5.735, de 22 de janeiro de 2024, que institui o
Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia (PROALFA Rondônia), com as alterações da Lei 6.183 de 2025;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1836, de 14 de outubro de 2026, que aprova o Programa Municipal de Alfabetização na Idade Certa – Aprende Mais de São Felipe D'Oeste e autoriza sua regulamentação por ato do Poder Executivo;
DECRETA:

CAPÍTULO I – DO PROGRAMA APRENDE MAIS

Art. 1º Fica regulamentado o Programa de Alfabetização na Idade Certa denominado Aprende Mais de São Felipe D'Oeste no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município São Felipe D'Oeste, destinado a garantir condições necessárias para que os estudantes matriculados na Rede Pública Municipal, adquiram o domínio das competências de leitura, escrita e cálculo, adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, bem como o monitoramento da aprendizagem até o 5º ano do Ensino Fundamental.
Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

Alfabetização: ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;
Consciência fonêmica: conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
Instrução fônica sistemática: ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada;
Fluência em leitura oral: capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;

Literacia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;
Literacia familiar: conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivência com seus pais ou cuidadores;
Literacia emergente: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização;

2

Numeracia: conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes relacionadas com a matemática;
Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização tem como princípios básicos:

Adesão aos Programas destinados à Alfabetização;

Fundamentação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
Ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

consciência fonêmica;

instrução fônica sistemática;

fluência em leitura oral;

desenvolvimento de vocabulário;

compreensão de textos; e

e produção de escrita.

Ênfase no ensino dos quatro aspectos da numeracia sendo eles:

a consciência numérica;

linguagem numérica;

funções executivas; e

espacialidade.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 4º O Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste tem como objetivos:

Assegurar a Formação de Professores e Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino, visando desenvolver nos educandos as habilidades essenciais para o ano em curso;
Implantar e Implementar o Aprende Mais de São Felipe D'Oeste nas escolas que atendem ao 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental com vistas a garantir que estudantes

3

sejam alfabetizadas até o final do 2º ano e assegurando a aprendizagem de todos os educandos da Rede Municipal de Ensino

Auxiliar os professores alfabetizadores em suas ações pedagógicas e formativas;

Contribuir para o aperfeiçoamento e consolidação da Política de Alfabetização na Idade Certa;
Fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização para fins de leitura, escrita e cálculo dos estudantes do 1º, 2° e 3º ano do ensino fundamental;
Acompanhar, monitorar e propor intervenções que potencializam o desenvolvimento de ações pedagógicas de alfabetização das crianças estudantes junto às escolas envolvidas;
Formação continuada dos técnicos da secretaria de educação;

Realizar análise diagnóstica das Avaliações internas e externas de todos os estudantes das Instituições de Ensino e mapear as dificuldades de aprendizagem apresentadas;
Organizar e realizar formações continuadas com os Professores, Gestores, Supervisores e Orientadores Educacionais do Ensino Fundamental de sala regular e de Atendimento Educacional Especializado - AEE da Rede Pública Municipal de São Felipe D'Oeste;
Realizar o levantamento do Perfil do professor alfabetizador a partir dos resultados dos alunos;
Integrar as ações do Programa ao Projeto Político Pedagógico.

CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES

Art. 5º O Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste terá as seguintes diretrizes:

Promover a melhoria na qualidade da alfabetização dos estudantes da rede municipal.
Implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas;
Cumprir a Meta 5 do Plano Municipal de Educação São Felipe D'Oeste-RO, na qual pretende alfabetizar 100 % dos estudantes, até o final do 2º (Segundo) ano do ensino fundamental;

4

Cumprir a determinação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação CNE, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017;
Cumprir a determinação do Referencial curricular do Ensino Fundamental do Município de São Felipe D'Oeste - RO;

Implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas;
Cumprir a determinação do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização.
Art. 6º O Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste tem como metas:

Pré I e II - 85% de alunos em acordo com o perfil de saída; II. 1º ano - 85% de alfabetização (de acordo com o perfil de saída do 1º ano).
Até o final do 2º Bimestre os 15% de alunos que não foram alfabetizados no 1º ano, deverão estar alfabetizados no 2º ano;
2º ano - 100% de alfabetização (de acordo com o perfil de saída do 2º ano);

3º ano - ampliação da leitura e compreensão de texto;

Reduzir o abandono e a evasão.

CAPÍTULO IV - DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º Para implementação, faz-se necessário assegurar os Eixos Estruturantes do Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste, que são eles:
Avaliação da Política de Alfabetização;

Compromisso e engajamento das equipes da Secretaria de todas as instâncias com a alfabetização dos estudantes;
Formação Continuada para Professores e Equipe Gestora; Monitoramento do Ensino Aprendizagem;
Gestão e Gerenciamento do Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste;

Valorização Profissional; Fortalecimento da Gestão Escolar.

5

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação, terá as seguintes atribuições para implementação das ações do Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste:
Coordenar o Programa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Acompanhar os resultados da Avaliação Diagnóstica;

Orientar os Professores de sala regular, Professores de Atendimento Educacional Especializado - AEE, Supervisores e Orientadores Educacionais, para a implementação do Programa;
Assessorar as ações do Programa nas Instituições de Ensino;

Monitorar a execução do Programa na Rede Pública Municipal de Ensino;

Prestar suporte Psicopedagógico e atendimento preventivo e terapêutico aos estudantes;
Promover formações continuadas para os professores;

Investir continuamente na própria formação, buscando diferentes modos de ampliar os conhecimentos sobre: processos de aprendizagem (não só dos alunos, mas também dos profissionais);
Acompanhar, registrar, analisar os dados trazidos pelos registros, avaliar e replanejar continuamente o trabalho proposto;
Empenhar-se em elaborar boas pautas formativas;

Participar de momentos de troca e reflexão com outros formadores (da mesma unidade ou de outras instituições) em diferentes espaços formativos de conversa ou estudo;
Desenvolver uma atitude de pesquisa da própria prática, registrar experiências e saberes experienciais compartilháveis, produzindo conhecimento profissional relevante a ser socializado com os pares;
Dispor de 8 (oito) horas semanais para apropriação de conhecimentos necessários para elaborar pautas formativas;
Dispor de 3 (três) horas para participar de formações on-line;
Dispor de horas para realizar visitas às escolas, assistir às aulas e fazer as intervenções necessárias em cada turma.

6

Fortalecimento do Horário de Trabalho e Planejamento Coletivo-HTPC;

Dispor de horas para elaborar avaliações diagnósticas, aplicar e sistematizar os dados;
Implementação de reconhecimento para professores alfabetizadores e equipes escolares que obtiverem resultados exitosos na política.
Disseminação na rede de boas práticas de alfabetização.

Art. 9º Para implementação das ações do Aprende Mais de São Felipe D'Oeste a Equipe Gestora, Gestores, Orientadores e Supervisores Educacionais terão as seguintes atribuições:
Efetivar o Programa na Instituição de Ensino;

Informar à Secretaria Municipal de Educação, quanto a organização dos agrupamentos produtivos;
Apresentar o Programa de Alfabetização aos pais e/ou responsáveis;

Buscar parcerias junto às famílias por meio de reuniões apresentando o Programa de Alfabetização;
Garantir o cumprimento do Programa de Alfabetização nas Projeções Quinzenais e/ou Semanais elaborados pelos professores;
Realizar formações continuadas com os professores;

Arquivar os Instrumentais de Avaliação na Instituição de Ensino e encaminhar à secretaria quando solicitado;
Identificar e estimular a participação dos Professores; Implementar a Busca Ativa Escolar como política de frequência para eliminar a cultura da repetência;
Integra o Programa a Proposta Pedagógica da Escola.

Art. 10. Para implementação do Aprende Mais de São Felipe D'Oeste os professores terão as seguintes atribuições:
Conhecer os materiais dos Programas e a rotina das aulas;

Planejar suas aulas e cumprir a rotina e o cronograma previstos pelos Programas;

Participar das reuniões de planejamento com seus pares e com supervisor;

7

Acompanhar o desenvolvimento dos alunos através da observação diária;

Registrar suas observações em locais e formulários específicos, e utilizá-las na elaboração dos planejamentos;
Cumprir o cronograma previsto para o fluxo das aulas;

Cumprir o cronograma previsto na Sistemática de Acompanhamento;

Garantir a fidedignidade e a permanente atualização dos dados;

Comprometer-se com a própria frequência às aulas e às reuniões de planejamento;

Promover a aproximação das famílias e a presença dos alunos nas aulas.

Art. 11. A família terá as seguintes atribuições para implementação das ações do Programa Aprende Mais de São Felipe D'Oeste:
Assegurar o cumprimento da frequência da criança, estudante nos dias letivos e com a pontualidade devida;
Acompanhar diariamente as atividades e ações pedagógicas propostas pela (o) professor (a) alfabetizador (a);
Assegurar que o material escolar esteja adequado às necessidades educacionais correspondentes à faixa etária da criança estudante;
Participar das reuniões de pais propostas pela unidade escolar;

Estabelecer atitudes colaborativas, respeitosas e empáticas junto aos profissionais da escola e estudantes.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, garantir no Plano Plurianual, recursos que assegurem e mantenham a implementação das ações previstas.
Art. 13. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, promover a adesão aos programas governamentais de âmbito Estadual e Federal, visando o aporte de recursos necessários ao efetivo suporte do Programa de Alfabetização.
Art. 14. Fica expressamente revogado o Decreto Municipal nº 2611, de 05 de março de
8

2024.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Felipe d'Oeste, RO, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de São Felipe D' Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:42BA0F73

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 3341, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3341, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a instituição e a organização da Estrutura Administrativa e Pedagógica específica da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Felipe d'Oeste – RO, e estabelece procedimentos para sua descrição, acompanhamento e comprovação.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a importância da alfabetização das crianças na idade adequada e a garantia do direito à aprendizagem;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para planejar, implementar, acompanhar e avaliar as ações da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a necessidade de articulação entre a política municipal, a política estadual de alfabetização e as diretrizes nacionais;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a organização administrativa e pedagógica, as atribuições, a composição e a atuação dos profissionais envolvidos nas ações de alfabetização;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de São Felipe d'Oeste – RO, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada a ampliar a capacidade institucional do Município para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações voltadas à alfabetização dos estudantes da rede pública municipal de ensino.
Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica tem como finalidades:
I – planejar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – articular as ações de alfabetização às diretrizes estaduais e nacionais, especialmente ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – apoiar as unidades escolares na organização e no desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização;
IV – promover e acompanhar ações de formação continuada dos professores alfabetizadores e demais profissionais envolvidos;
V – acompanhar os resultados das avaliações de aprendizagem e os indicadores relacionados à alfabetização;
VI – subsidiar a elaboração de estratégias de intervenção pedagógica para a melhoria da aprendizagem;
VII – organizar e sistematizar informações, registros e relatórios referentes às ações desenvolvidas;
VIII – contribuir para o monitoramento e o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será organizada de acordo com a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo as instâncias de gestão administrativa, coordenação pedagógica e apoio técnico às ações de alfabetização.
§ 1º A estrutura administrativa central será composta pelas unidades e funções existentes na SEMED que prestem suporte ao planejamento, à organização, à gestão de recursos e à execução das ações da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º A estrutura pedagógica compreenderá a Diretoria Pedagógica, a Coordenação de Alfabetização e os profissionais ou equipes responsáveis pelas atividades de formação continuada, avaliação, monitoramento e produção ou organização de materiais pedagógicos, conforme a organização efetivamente implementada no Município.
§ 3º A atuação dos profissionais das unidades escolares poderá integrar a estrutura de apoio técnico e pedagógico, respeitadas suas atribuições, seus vínculos funcionais e a organização administrativa municipal.
Art. 4º A estrutura administrativa e pedagógica será composta pelos cargos, funções, unidades e profissionais efetivamente existentes e envolvidos nas ações de alfabetização, observadas as normas municipais aplicáveis.
§ 1º A participação dos servidores ocorrerá conforme suas atribuições funcionais e as atividades que efetivamente desempenham na Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º A previsão de unidades, núcleos ou funções neste Decreto não implica, por si só, criação de cargos públicos, aumento de despesas com pessoal, alteração de vínculo funcional ou concessão de vantagens remuneratórias.
§ 3º A composição efetiva da estrutura, o quantitativo de cargos e servidores e a distribuição das responsabilidades serão descritos no Relatório Técnico previsto neste Decreto.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – assegurar a coordenação administrativa da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre as áreas administrativas e pedagógicas envolvidas;
III – disponibilizar, conforme a organização municipal e os recursos existentes, as condições necessárias à execução das ações planejadas;
IV – acompanhar a implementação das ações e a utilização das informações produzidas para subsidiar a gestão educacional;
V – assegurar a elaboração, a atualização e a guarda dos registros e documentos comprobatórios da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 6º Compete à Diretoria Pedagógica e à Coordenação de Alfabetização, respeitadas as atribuições de cada função:
I – planejar e acompanhar as ações pedagógicas voltadas à alfabetização;
II – orientar e apoiar os profissionais das unidades escolares na implementação das estratégias pedagógicas;
III – articular ações de formação continuada para professores alfabetizadores;
IV – acompanhar os resultados das avaliações e os indicadores de aprendizagem;
V – propor estratégias de intervenção pedagógica com base nas necessidades identificadas;
VI – organizar informações e registros relativos à execução das ações de alfabetização;

VII – elaborar relatórios de acompanhamento e subsidiar a avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
VIII – articular, quando necessário, a produção, a seleção e a utilização de materiais pedagógicos adequados às necessidades de aprendizagem dos estudantes.
Art. 7º Compete aos demais profissionais envolvidos na estrutura, de acordo com suas atribuições e responsabilidades:
I – colaborar com a execução das ações de alfabetização;
II – participar das atividades de planejamento, formação, acompanhamento e avaliação para as quais forem designados;
III – fornecer informações e registros necessários ao monitoramento das ações;
IV – contribuir para a identificação de dificuldades de aprendizagem e para o encaminhamento de estratégias pedagógicas pertinentes.

CAPÍTULO IV
DO QUANTITATIVO DE PESSOAL E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 8º O quantitativo de cargos e servidores envolvidos na Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será discriminado no Relatório Técnico, considerando:
I – o número total de cargos previstos e o número de cargos ocupados, quando aplicável;
II – o número total de servidores efetivamente envolvidos nas ações de alfabetização;
III – a identificação dos cargos, funções ou atividades desempenhadas pelos profissionais;
IV – o regime de trabalho e o vínculo funcional de cada grupo de profissionais;
V – a carga horária semanal de trabalho e o tempo efetivamente destinado às atividades de alfabetização;
VI – a distribuição dos profissionais entre a administração central e as unidades escolares ou outras instâncias de atuação, quando aplicável.
Art. 9º Os servidores envolvidos permanecerão vinculados aos respectivos cargos, funções e regimes de trabalho, observadas as normas legais e administrativas aplicáveis.
§ 1º O tempo destinado às atividades de alfabetização deverá ser identificado no Relatório Técnico, distinguindo-se a jornada total de trabalho da carga horária dedicada às ações específicas da política.
§ 2º Quando houver acumulação de atribuições, o Relatório Técnico deverá indicar a forma de participação do profissional e a estimativa ou carga horária destinada às atividades de alfabetização, conforme registros administrativos e informações verificáveis.
§ 3º A participação nas ações de alfabetização não caracteriza, por si só, dedicação exclusiva, alteração de jornada ou criação de função remunerada.

CAPÍTULO V
DO RELATÓRIO TÉCNICO E DO ORGANOGRAMA

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Relatório Técnico da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, assinado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.
§ 1º O Relatório Técnico deverá conter:
I – a descrição da estrutura administrativa e pedagógica e de sua composição;
II – as atribuições gerais das unidades, funções e profissionais envolvidos;
III – o organograma da estrutura, demonstrando a organização hierárquica e a articulação entre as instâncias;
IV – o número total de cargos e servidores envolvidos, com discriminação conforme a organização municipal;
V – o regime de trabalho e o vínculo funcional dos profissionais ou grupos identificados;
VI – a carga horária de trabalho e o tempo destinado às atividades de alfabetização;
VII – a descrição das atividades desenvolvidas e dos registros que demonstrem a implementação e o funcionamento da estrutura.
§ 2º O organograma deverá representar a organização efetivamente adotada pelo Município, distinguindo as unidades formalmente constituídas das funções ou atividades executadas por servidores que acumulam atribuições.
§ 3º O Relatório Técnico poderá ser atualizado sempre que houver alteração na composição da equipe, na distribuição das atribuições ou na organização da estrutura.
Art. 11. O Relatório Técnico e o organograma integrarão a documentação comprobatória da Política Municipal de Alfabetização, podendo ser apresentados aos órgãos de controle e às instâncias responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas educacionais, conforme as exigências aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DO ACOMPANHAMENTO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação manterá registros das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, incluindo, quando aplicável:
I – planos de trabalho e instrumentos de planejamento;
II – registros de reuniões e atividades de formação continuada;
III – relatórios de acompanhamento pedagógico;
IV – resultados de avaliações e indicadores de aprendizagem;
V – materiais pedagógicos e instrumentos de apoio à alfabetização;
VI – registros de acompanhamento das unidades escolares;
VII – demais documentos pertinentes à comprovação das atividades realizadas.
Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações e instrumentos complementares necessários à execução, ao acompanhamento e ao monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, respeitadas as competências legais e a organização administrativa do Município.
Art. 14. Os casos omissos serão tratados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a legislação vigente e as competências dos órgãos municipais envolvidos.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Felipe d'Oeste – RO, 22 de outubro de 2026.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de São Felipe D'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:9A02CC94

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 3342 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3342 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Institui a Comissão para elaboração de Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino de São Felipe D'Oeste/O e estabelece diretrizes para o funcionamento das unidades escolares e das equipes de gestão, coordenação pedagógica, supervisão escolar e secretaria escolar."

Sidney Borges de Oliveira, Prefeito de São Felipe D'Oeste - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;
CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
CONSIDERANDO o Art. 32 incisos I da Lei Federal nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Circular (BNCC), por meio da Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o planejamento, a organização, o acompanhamento pedagógico e o regular funcionamento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a organização do ano letivo, o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida na legislação educacional;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação articulada das equipes gestoras, pedagógicas e administrativas das unidades escolares;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação – CME e representantes das Escolas, na elaboração e organização do Calendário Escolar;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Elaboração do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino de São Felipe D'Oeste/RO, com atuação anual, conforme composição constante do Anexo I desta Portaria.

§ 1º O Calendário Escolar constitui instrumento oficial de organização do ano letivo e deverá contemplar, no mínimo:

I – início e término do ano letivo;

II – períodos destinados às atividades escolares e aos dias letivos;

III – períodos destinados ao planejamento e à organização pedagógica;

IV – reuniões pedagógicas e de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem;

V – reuniões de Conselho de Classe, quando previstas;

VI – períodos destinados à formação continuada dos profissionais da educação;

VII – períodos de recuperação da aprendizagem, quando previstos;

VIII – recessos e férias escolares;

IX – feriados e pontos facultativos previamente estabelecidos;

X – encerramento do ano letivo e demais atividades necessárias à organização escolar.

Art. 2º A elaboração do Calendário Escolar será realizada de forma articulada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, pelas equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares e pela Presidência do Conselho Municipal de Educação – CME, observadas as normas educacionais vigentes e as especificidades da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A participação da Presidência do Conselho Municipal de Educação terá caráter de colaboração e articulação na elaboração e análise do Calendário Escolar, observadas as competências legais atribuídas ao Conselho Municipal de Educação

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino observarão, anualmente, os seguintes prazos:

A Comissão de Elaboração do Calendário Escolar deverá concluir a elaboração da proposta até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro do ano anterior ao ano letivo a que se refere, encaminhando-a ao Conselho Municipal de Educação – CME para análise e deliberação;

o Conselho Municipal de Educação – CME deverá proceder à análise e deliberação da proposta no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento;

Após a aprovação pelo Conselho Municipal de Educação – CME, a Secretaria Municipal de Educação deverá providenciar a formalização, divulgação e encaminhamento do Calendário Escolar aprovado às unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino.

§1° Havendo necessidade de ajustes ou adequações na proposta apresentada, decorrentes da análise do Conselho Municipal de Educação – CME, a Comissão deverá promover os ajustes pertinentes e reapresentar a proposta para nova apreciação, observadas as competências legais de cada órgão e os prazos necessários à aprovação antes do início do ano letivo.

§ 2º Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser excepcionalmente prorrogados, mediante justificativa formal, desde que não comprometam a aprovação do Calendário Escolar em tempo hábil para o planejamento e a organização do ano letivo subsequente.

Art. 4º As unidades escolares deverão organizar seu funcionamento de modo a assegurar a continuidade das atividades pedagógicas, administrativas e de gestão, durante os períodos previstos no Calendário Escolar.

Art. 5º Durante o período de funcionamento das unidades escolares, deverão ser asseguradas, conforme a organização administrativa e a jornada de trabalho estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, as atividades dos seguintes profissionais:

Coordenador Pedagógico SEMED;

Representante Técnico SEMED

Diretor Escolar;

Supervisor Escolar;

Secretário Escolar.

Art. 6º Compete ao Diretor Escolar assegurar o cumprimento do Calendário Escolar e organizar, em conjunto com a equipe da unidade, as atividades administrativas e pedagógicas necessárias ao regular funcionamento da escola.

Art. 7º Compete ao Coordenador Pedagógico participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do planejamento pedagógico da unidade escolar, articulando as ações de acompanhamento da aprendizagem e de apoio ao trabalho docente.

Art. 8º Compete ao Supervisor Escolar, quando integrante da equipe da unidade, acompanhar e orientar os processos pedagógicos e administrativos relacionados ao funcionamento escolar, observando as normas do Sistema Municipal de Ensino e as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Compete ao Secretário Escolar manter atualizados e organizados os registros acadêmicos, administrativos e documentais da unidade escolar, garantindo a regularidade da escrituração escolar e o atendimento às demandas da comunidade escolar.

Art. 10. Os períodos destinados a planejamento, formação continuada, reuniões pedagógicas, organização administrativa, avaliação institucional, Conselho de Classe e encerramento do ano letivo, quando previstos no Calendário Escolar, integram a organização anual da unidade de ensino e deverão ser cumpridos pelos profissionais responsáveis, conforme suas respectivas atribuições e jornadas de trabalho.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação realizará o acompanhamento do cumprimento do Calendário Escolar, podendo solicitar às unidades de ensino documentos, registros e relatórios que comprovem a execução das atividades previstas.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados como instrumentos de acompanhamento e comprovação:

I – Calendário Escolar aprovado;

II – registros de reuniões e planejamento;

III – atas e listas de presença;

IV – registros de formação continuada;

V – relatórios de acompanhamento pedagógico;

VI – registros administrativos e acadêmicos;

VII – demais documentos oficiais produzidos pela unidade escolar.

Art. 12. O Calendário Escolar poderá ser adequado ou alterado excepcionalmente durante o ano letivo, em razão de feriados, pontos facultativos, atos administrativos do Poder Executivo Municipal, situações emergenciais, eventos de interesse público ou outras circunstâncias devidamente justificadas que interfiram no funcionamento das unidades escolares.

§ 1º As alterações de que trata o caput deverão ser formalizadas por ato administrativo próprio da autoridade competente, com a devida comunicação às unidades escolares.

§ 2º Na hipótese de instituição posterior de ponto facultativo ou alteração administrativa que recaia sobre data prevista como letiva, a Secretaria Municipal de Educação deverá promover, quando necessário, o reordenamento do Calendário Escolar, de modo a assegurar o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecidos pela legislação educacional vigente.

§ 3º As alterações realizadas nos termos deste artigo deverão ser registradas no Calendário Escolar e divulgadas oficialmente às unidades escolares e à comunidade escolar.

§ 4º A ocorrência de ponto facultativo ou alteração administrativa posterior à publicação desta Portaria não implicará, por si só, a necessidade de revogação ou republicação integral do Calendário Escolar, podendo a adequação ser realizada por ato complementar, preservadas as exigências legais relativas ao ano letivo.

Art. 13. Eventuais alterações no Calendário Escolar deverão observar a legislação educacional vigente e serão realizadas de forma a garantir o cumprimento da carga horária e dos dias letivos obrigatórios.

Art. 14. As unidades escolares deverão manter o Calendário Escolar aprovado, bem como suas eventuais alterações posteriores, em local acessível à comunidade escolar.

Art. 15. Não compete às unidades escolares realizar alterações no Calendário Escolar.

Art. 16. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e a legislação educacional vigente.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Felipe d'Oeste, RO, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de São Felipe D' Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:7DA64F69

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
LEI Nº. 1779 DE 06 DE JULHO DE 2026.

Lei nº. 1779 de 06 de julho de 2026.

SÚMULA: "INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE – FMIOST NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de São Felipe D ´Oeste/RO, Sr. Sidney Borges de Oliveira, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionado a seguinte:
LEI MUNICIPAL

Art. 1° - Fica instituído o Fundo Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte – FMIOST, destinado a captar, gerenciar e aplicar recursos voltados ao investimento na infraestrutura de transporte, abrangendo a construção, pavimentação, restauração e manutenção de ações, provenientes do FITHA, bem como, outras fontes correlata relacionados à infraestrutura urbana e rural no âmbito do Município de São Felipe D'Oeste.

Parágrafo único. O FMIOST terá natureza contábil e vigência ilimitada, sendo dotado de autonomia administrativa e financeira nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2° - O Fundo Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte – FMIOST tem por objetivo financiar ações destinadas a:

I. Construção, manutenção e recuperação de Pontes, Bueiros e Galerias;
II. Executar ações de melhorias, construção, recuperação e manutenção de estradas vicinais;
III. Pavimentação, bloqueteamento, drenagem, e conservação de vias urbanas e rurais;
IV. Aquisição, locação, manutenção e recuperação de maquinário, veículos e equipamentos destinados a infraestrutura e transporte;

V. Apoiar a infraestrutura de transporte rural e urbana;
VI. Aquisição de combustível e peças, equipamentos destinados a infraestrutura e transporte;
VII. Execução Obras e Serviços Públicos voltados à mobilidade e escoamento da produção;
VIII. Outras ações compatíveis com seus objetivos institucionais.

Art. 3° - Constituem receitas do Fundo Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte – FMIOST:
I. Recursos transferidos pelo Estado de Rondônia por intermédio do Fundo para Infraestrutura de Transportes e Habitação – FITHA, ou outro programa estadual que venha a sucedê-lo;
II. Transferências voluntárias da União, do Estado de Rondônia e de outros entes públicos;
III. Recursos oriundos, contratos de repasse, termos de cooperação, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
IV. Recursos provenientes de emendas parlamentares federais, estaduais e municipais destinados às finalidades previstas nesta Lei;
V. Dotações orçamentárias próprias;
VI. Subvenções, auxílios, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas destinados ao Fundo;
VII. Rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
VIII. Recursos decorrentes de operações de crédito legalmente autorizadas destinadas às finalidades do Fundo;
IX. Outras receitas legalmente vinculadas às ações de infraestrutura, obras, serviços públicos e transporte

Art. 4° - Os recursos do Fundo serão depositados e movimentados em conta bancária específica, observadas as normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial aplicáveis à Administração Pública.

Art. 5° - O Fundo Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte – FMIOST, será vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público -SEMOSP, órgão responsável por sua gestão administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 6° - O Secretário Municipal de Obras e Serviços Público - SEMOSP atuará como Ordenador de Despesas, competindo-lhe:
I. Gerir os recursos financeiros e autorizar os pagamentos;
II. Elaborar o Plano Anual de Aplicação dos recursos do fundo.

§ 1º A gestão administrativa e operacional do Fundo será exercida pela Secretaria mencionada no caput, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º O Poder Executivo poderá disciplinar, mediante decreto, a forma de gestão, movimentação financeira, execução orçamentária e responsabilidades dos gestores.

Art. 7º - Fica criado o Comitê Gestor do FMIOST, composto por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos:
I. Gabinete do Prefeito;
II. Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ;
III. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público -SEMOSP, que o presidirá.

Parágrafo único. Os membros do comitê não receberão qualquer tipo de remuneração ou jeton, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial, observados os requisitos da Lei Federal nº 4.320/1964 e os limites da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Fica a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira estabelecida no anexo Único desta lei, parte constante do presente projeto de lei.

Art. 9º - As ações financiadas pelo Fundo deverão guardar compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA vigentes.

Art. 10 - A execução financeira e a prestação de contas dos recursos do Fundo estarão sujeitas à fiscalização dos Órgãos de Controle Interno, Externo e Social.

Art. 11 - A prestação de contas dos recursos do FMIOST observará as normas da Lei complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei complementar 292/2003
e normas aplicadas a esta destinação.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber via Decreto.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D'Oeste-RO, aos Seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e seis (06/07/2026).

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe D'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:6213901C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA 207-2026 - EXONERA DA FUNÇÃO - ROBERTA RONCONI

PORTARIA Nº207/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Exonera da função de Direção Creche Municipal Terezinha de Jesus Vieira Carline**,** vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D'oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE
Art. 1°. Exonerar o(a) Sr.(a). **Roberta Ronconi Maciel**, brasileiro (a), cadastrado (a) sob **matrícula 233**, da função de Direção Creche Municipal Terezinha de Jesus Vieira Carline**,** vinculado(a) a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO**;**

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e administrativos em 22/10/2026;

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´oeste, em 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D'oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:991263EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA DE DIARIA Nº.193/SEMED/2026

PORTARIA DE DIARIA Nº.193/SEMED/2026

São Felipe D'Oeste – RO, 21 de outubro de 2026.

O Prefeito do Municipio de São Felipe d'Oeste – RO, Sr **Sidney Borges de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei.

Art. 1º – Conceder diárias à servidora **ANGELA MARIA GONÇALVES COSTA**, ocupante do cargo de **Secretária Adjunta da Educação**, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para deslocar-se ao município de **Porto Velho/RO**, juntamente com o Secretário Municipal de Educação, com a finalidade de comparecer à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a fim de acompanhar e verificar a prestação de contas de convênio firmado pelo o Município.

O deslocamento da servidora ocorrerá com saída prevista para o dia 21 de outubro de 2026, às 07h00, e retorno no dia 24 de outubro de 2026, às 15h00, utilizando veículo oficial, camioneta Mitsubishi L200 Triton, placa NCJ8J81, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.530, de abril de 2025.

Art-2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art-3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal São Felipe D Oeste/RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:3E22D786

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº202/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº202/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Exonera Chefe de Divisão de Organização e Atividades Administrativa 60% vinculado (a) a SEMUSA da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei municipal 1734/2026 e Lei 1730/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Exonerar o (a) Sr. º (ª). **Gilmar Rocha dos Santos**, brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matrícula 6395**, da função de Chefe de Divisão de Organização e Atividades Administrativa 60%**,** vinculado (a) a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) exonerado (a) através desta Portaria **passará a integrar a equipe da secretaria municipal de assistência social** exercendo as atividades de Psicólogo conforme concurso público, devendo cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, bem como demais atribuições previstas em regulamentos e determinações previstos em lei bem como determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos em 19/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

* Documento Assinado Digitalmente*
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:4F4F0A73

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº203/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Exonera Assistente Administrativo da Educação Nível III**,** vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D'oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE
Art. 1°. Exonerar a pedido o (a) Sr.(a). **Beatriz Gomes Lopes**, brasileiro (a), cadastrado (a) sob **matrícula 6420**, do cargo de Assistente Administrativo da Educação Nível III**,** vinculado(a) a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO**;**

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e administrativos em 22/10/2026;

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´oeste, em 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:5E3D9430

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº204/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Nomeia Professor(a) Ensino Fundamental conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2026, para a contratação de cargos de professor de ensino infantil, professor de ensino fundamental, assistente social da educação e psicopedagogo vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr° Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei municipal 1780/2026 e Decreto nº 3327/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Nomear o (a) Sr. º (ª). **Beatriz Gomes Lopes,** brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matrícula 6449**, no cargo de Professor(a) Ensino Fundamental**,** vinculado (a) a Secretaria municipal de educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) nomeado (a) através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, bem como demais atribuições previstas em regulamentos e determinações previstos em lei bem como determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e administrativos em 23/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:1D355CA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº205/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Nomeia Professor(a) Ensino Fundamental conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2026, para a contratação de cargos de professor de ensino infantil, professor de ensino fundamental, assistente social da educação e psicopedagogo vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr° Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei municipal 1780/2026 e Decreto nº 3327/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Nomear o (a) Sr. º (ª). **Daniela Santana de Ornelas,** brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matrícula 6450**, no cargo de Professor(a) Ensino Fundamental**,** vinculado (a) a Secretaria municipal de educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) nomeado (a) através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, bem como demais atribuições previstas em regulamentos e determinações previstos em lei bem como determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e administrativos em 23/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:25463C66

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº206/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Nomeia Professor(a) Ensino Infantil conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2026, para a contratação de cargos de professor de ensino infantil, professor de ensino fundamental, assistente social da educação e psicopedagogo vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr° Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei municipal 1780/2026 e Decreto nº 3327/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Nomear o (a) Sr. º (ª). **Mariléia Brigido Oliveira Barreto,** brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matrícula 6451**, no cargo de Professor(a) Ensino Infantil**,** vinculado (a) a Secretaria municipal de educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) nomeado (a) através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, bem como demais atribuições previstas em regulamentos e determinações previstos em lei bem como determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e administrativos em 23/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:9F26B382

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº208/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº208/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Exonera da função de Diretor Escola Geone Silva Ferreira**,** vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D'oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE
Art. 1°. Exonerar o(a) Sr.(a). **Hélio Montes Coelho Junior**, brasileiro (a), cadastrado (a) sob **matrícula 231**, da função de Diretor Escola Geone Silva Ferreira**,** vinculado(a) a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste/RO**;**

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e administrativos em 22/10/2026;

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´oeste, em 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D'oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:3FF2A978

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº209/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Nomeia Diretor(a) escolar conforme seleção do processo seletivo Edital Nº 007/SEMED/2026 – Provimento do cargo de diretor, vinculado(a) a SEMED, da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como o Decreto 3242/2026 e Edital nº 011/SEMED/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Nomear o(a) Sr. º (ª). **Roberta Ronconi Maciel,** brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matricula 233**, no cargo/função de **Diretor(a) escolar** na unidade escolar Centro Municipal de Educação Infantil Profª. Therezinha de Jesus Vieira Carline, conforme seleção do processo seletivo Edital Nº 007/SEMED/2026 – Provimento do cargo de diretor, vinculado(a) a SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) nomeado (a) através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, previstas na Lei Municipal bem como os regulamentos e determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 23/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:2BB4D2E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº210/GAP/2026 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

"Nomeia Diretor(a) escolar conforme seleção do processo seletivo Edital Nº 007/SEMED/2026 – Provimento do cargo de diretor, vinculado(a) a SEMED, da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como o Decreto 3242/2026 e Edital nº 011/SEMED/2026;

RESOLVE
Art. 1°. Nomear o(a) Sr. º (ª). **Hélio Montes Coelho Junior,** brasileiro(a), cadastrado(a) sob **matricula 231**, no cargo/função de **Diretor(a) escolar** na unidade escolar Escola Municipal de ensino infantil e fundamental Geone Silva Ferreira, conforme seleção do processo seletivo Edital Nº 007/SEMED/2026 – Provimento do cargo de diretor, vinculado(a) a SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste/RO;
Art. 2°. O (a) nomeado (a) através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, previstas na Lei Municipal bem como os regulamentos e determinações do Executivo Municipal;
Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 23/10/2026;
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 22/10/2026.

Documento Assinado Digitalmente
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:2B6F6DB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 814/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio de sua autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 814/2026, resolve formalizar a **EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026**, celebrado com a empresa **SULDONORTE DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.**, inscrita no
CNPJ nº 47.774.122/0001-07, nos termos seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 068/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 022/2026 e da Ata de Registro de Preços nº 079/2026, cujo objeto consiste no fornecimento de materiais de pensos ambulatoriais e hospitalares destinados à rede municipal de saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO
A extinção contratual fundamenta-se nos arts. 137, inciso I, e 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante do descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
Conforme documentação constante dos autos, a Nota de Empenho nº 1.156/2026, emitida em 03/09/2026, no valor de R$ 54.078,30, foi regularmente encaminhada à contratada, sem que tenha ocorrido a entrega dos materiais solicitados, mesmo após o transcurso do prazo contratual e as reiteradas cobranças administrativas.

A inexecução foi documentada pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente por meio do Ofício nº 163/2026/SEMUSA e demais registros constantes do processo.
A presente extinção observa o procedimento administrativo pertinente, com garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme documentação de intimação, decurso do prazo e apreciação de eventual manifestação da contratada constantes dos autos.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
Fica **EXTINTO UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo nº 068/2026**, em razão do inadimplemento das obrigações de fornecimento assumidas pela empresa SULDONORTE DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
A extinção produzirá efeitos a partir da formalização do ato pela autoridade competente, observadas as providências de publicidade legalmente exigidas.
CLÁUSULA QUARTA – DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
Em decorrência da extinção contratual, deverão ser adotadas as providências administrativas e orçamentárias necessárias ao cancelamento do saldo não executado da Nota de Empenho nº 1.156/2026, observados os registros e procedimentos pertinentes.
A extinção não prejudica a apuração de eventual responsabilidade da contratada, inclusive quanto à aplicação das sanções administrativas cabíveis, mediante procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa.
Permanecem resguardados os direitos da Administração decorrentes do inadimplemento contratual, inclusive quanto à apuração de eventuais prejuízos.
CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A presente extinção não implica quitação geral das obrigações decorrentes do Contrato Administrativo nº 068/2026.
Determina-se a juntada deste Termo ao Processo Administrativo nº 814/2026, bem como a adoção das providências necessárias à sua publicidade e aos registros administrativos pertinentes.

São Felipe d'Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Município de São Felipe d'Oeste/RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:8367EA60

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 398/2026. DISPÕE DA 47ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 005/SEMAF/SMG/2025 PARA COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SEMTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 398/2026.

"DISPÕE DA 47ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 005/SEMAF/SMG/2025 PARA COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SEMTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital 005/SEMAF/SMG/2025, e a necessidade de contratação de candidatos aprovados, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - SEMTRAS de São Miguel do Guaporé/RO;

DECRETA:
Art. 1º - Fica CONVOCADO a seguinte candidata aprovada no teste seletivo do Edital 005/SEMAF/SMG/2025:

PEDAGOGO 20 HORAS	
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
26º	TAWANA CHRISTINA ARAÚJO SILVA

Art. 2º - Estes candidatos convocados no Teste Seletivo Edital nº 005/SEMAF/SMG/2025, terão o prazo de 2 (dois) dias úteis para entregarem os documentos de acordo com anexo V para candidatos que não tenha pasta no RH da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social ou anexo VI para candidato que já possuiu pasta, segue anexo a relação dos documentos necessários para a contratação, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - SEMTRAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA **PRIMEIRA CONTRATAÇÃO**:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO **EFETIVO** OU **SELETIVO**	
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
02	CPF/MF
02	Cédula de Identidade.
01	Comprovante de Residência.
01	Contato: e-mail, telefone.
01	Comprovante de Conta Salário de Pessoa Física (Caixa Econômica Federal).
01	Carteira de Trabalho DIGITAL.
01	Cartão do PIS/PASEP (Número).
01	CNH Carteira Nacional de Habilitação para os candidatos nomeados para os cargos de motorista, operador de máquinas e mecânico.
01	Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação (para sexo masculino).
01	Título de Eleitor.
01	Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação ou certidão emitida pelo cartório eleitoral).
01	Registro Profissional do Conselho equivalente.
01	Comprovação de escolaridade e habilitação exigida para o cargo da seguinte forma: Histórico Escolar ou Declaração para o nível elementar histórico escolar, certificado ou declaração de conclusão de curso para o nível fundamental, médio e superior.
01	Certidão de nascimento ou casamento. CPF e RG do cônjuge. (quando casado(a))
01	Certidão de nascimento dos dependentes legais e CPF (menores de 18 anos de idade).
01	Cartão de vacinas para os dependentes (menores de 5 anos de idade).
01	Comprovação de matrícula escolar para os dependentes (menores de 18 anos de idade).
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Foto 3x4, recente.
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração relação e documentação de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica expedido por médico junta médica do quadro de pessoal do Município.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA QUEM JÁ **POSSUI PASTA**:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO **SELETIVO**	
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
01	Carteira de trabalho DIGITAL
01	Comprovante de Conta Salario, (Caixa Economica Federal).
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Comprovante de residência atualizado
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.

02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica.

Obs.:
Os documentos serão apresentados em cópias juntamente com os originais para conferência na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - SEMAF.
As declarações serão apresentadas em originais com firma reconhecida em cartório ou assinadas no ato da entrega documental.
As certidões e os exames serão apresentados em originais, com as devidas comprovações via internet. Todas as cópias, declarações vírgulas certidões, ou seja, todos e quaisquer documentos só serão aceitos em folha tamanho A4 inteira.

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:5DE6493F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 685/GAB/2026. DISPÕE DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 576/GAB/2026 QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA MARINEDY ALMEIDA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 685/GAB/2026.

"DISPÕE DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 576/GAB/2026 QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA MARINEDY ALMEIDA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;
CONSIDERANDO a convocação emitida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, determinando o retorno da servidora Marinedy Almeida Silva ao exercício regular de suas funções, anteriormente afastada em razão do gozo de Licença-Prêmio, concedida por meio da Portaria nº 576/GAB/2026, para o período de 24 de agosto de 2026 a 22 de novembro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica REVOGADA parcialmente a Portaria nº 576/GAB/2026, exclusivamente no que se refere ao período de gozo da Licença-Prêmio concedida à servidora **MARINEDY ALMEIDA SILVA**, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em razão da convocação para retorno ao exercício de suas funções.

Art. 2º - A servidora deverá retornar ao exercício regular de suas funções a partir de 23 de outubro de 2026, ficando interrompido, a partir dessa data, o período de gozo da Licença-Prêmio anteriormente concedida, compreendido entre 24 de agosto de 2026 e 22 de novembro de 2026.

Art. 3º - O período de Licença-Prêmio não usufruído em razão do retorno antecipado poderá ser objeto de nova solicitação, observadas as disposições legais aplicáveis e a autorização da Administração Pública.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:23828ED6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 686/GAB/2026. DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE MARINEDY ALMEIDA SILVA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 686/GAB/2026.

"DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE MARINEDY ALMEIDA SILVA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR do cargo de **DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR – FG/04**, a servidora **MARINEDY ALMEIDA SILVA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 23 de outubro de 2026, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:19A156EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 687/GAB/2026. DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 687/GAB/2026.

"DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR do cargo de **DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR (INTERINA) – FG/04**, a servidora **JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 23 de outubro de 2026, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:6696EA49

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 688/GAB/2026. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA EM CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 688/GAB/2026.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA EM CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR no cargo de **DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR – FG/4**, a senhora **JENAINA APARECIDA ALVES PEREIRA** vinculada à Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:53A57585

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 691/GAB/2026. DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA CLEOANY RENATA CAMILO OLENSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 691/GAB/2026.

"DISPÕE DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM FAVOR DA SERVIDORA CLEOANY RENATA CAMILO OLENSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

CONSIDERANDO o contido no requerimento com data de 02 de setembro de 2026 da servidora Cleoany Renata Camilo OlenskI, matrícula nº 3669, ocupante cargo de Odontólogo – 40h, lotado na Secretaria de Municipal de Saúde – SEMSAU– com à admissão em 12 de julho de 2019 conforme termo de posse;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 01 mês (30 dias) de Licença Prêmio referente ao 1º quinquênio do período aquisitivo de 2019 a 2024, a ser usufruído a partir de 01 de novembro de 2026, conforme anexado aos autos do Processo Administrativo n.º 2200/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:2013EB8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 693/GAB/2026. DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 693/GAB/2026.

"DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR do cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL – PMDA 08**, o servidor **JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 30 de outubro de 2026, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:716FCADF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 694/GAB/2026. DISPÕE SOBRE DA LOTAÇÃO DO SERVIDOR JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 694/GAB/2026.

"DISPÕE SOBRE DA LOTAÇÃO DO SERVIDOR JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica LOTADO na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, o servidor **JAIR MUNIZ DE OLIVEIRA**, no cargo de motorista – 40 horas, matrícula nº 1589, para desempenhar função junto ao Secretaria mencionada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 01 de novembro de 2026, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:49051B46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 695/GAB/2026. DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE MARIA APARECIDA DE LIMA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 695/GAB/2026.

"DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE MARIA APARECIDA DE LIMA DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR do cargo de **ADMINISTRADOR GERAL DE SAÚDE/DIRETOR DO HOSPITAL – PMDA 11**, a servidora **MARIA APARECIDA DE LIMA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:3E270EF8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 696/GAB/2026. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELIEZER EUGÊNIO PEREIRA EM CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 696/GAB/2026.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELIEZER EUGÊNIO PEREIRA EM CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR no cargo de **ADMINISTRADOR GERAL DE SAÚDE/DIRETOR DO HOSPITAL – PMDA 11**, o senhor **ELIEZER EUGÊNIO PEREIRA** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:53D99E29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 697/GAB/2026. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO PARA TRATAR DA AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria nº 697/GAB/2026.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO PARA TRATAR DA AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º Fica convocada toda a população do Município de São Miguel do Guaporé, bem como representantes de entidades de classe, associações comunitárias, sociedade civil organizada e demais interessados, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 29 de outubro de 2026, às 19:00 horas, nas dependências do Teatro Municipal.
Art. 2º A presente Audiência Pública tem por objetivo promover a participação popular e a transparência na discussão sobre a aquisição de área e a construção do novo Cemitério Municipal de São Miguel do Guaporé.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Guaporé - RO, 22 de outubro de 2026.

Publique-se, Registra-se, Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. São Paulo nº 1490, Bairro: Cristo Rei - CEP – 76.932-000
São Miguel do Guaporé/RO Fone (069) 3642-2350 – CNPJ: 22.855.167/0001-77

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:E1959950

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2082/SEMEC/2026
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção e prestação de serviços de mão de obra.

O Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, por intermédio do Departamento de compras e licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 120/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 2082/SEMEC/2026.
A suspensão se faz necessária em razão da identificação de vícios insanáveis no processo, sendo necessária a adoção das providências administrativas cabíveis.
Dessa forma, o certame permanecerá suspenso até ulterior deliberação da Administração.
Novas informações serão divulgadas pelos meios oficiais de publicação.

Seringueiras - RO, 22 de OUTUBRO de 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:DBD2BD40

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ERRATA DO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2136/SEMSAU/2026

O Município de Seringueiras/RO, por meio do Departamento de Licitação, torna pública a presente ERRATA ao Edital de Chamamento Público nº 04/2026, referente à correção do período de recebimento da documentação para credenciamento, constante no item 9.1 do edital, conforme segue:

ONDE SE LÊ:
9.1. As Pessoas Jurídicas interessadas deverão apresentar toda a documentação exigida para o credenciamento, incluindo os documentos de habilitação e aqueles destinados à pontuação e classificação, em envelope único, devidamente fechado e lacrado, diretamente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, no período compreendido **entre 21/09/2026 e 05/10/2026**, **das 07h00min às 13h00min**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LEIA-SE:
9.1. As Pessoas Jurídicas interessadas deverão apresentar toda a documentação exigida para o credenciamento, incluindo os documentos de habilitação e aqueles destinados à pontuação e classificação, em envelope único, devidamente fechado e lacrado, diretamente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, no período compreendido **entre 21/10/2026 e 05/11/2026**, **das 07h00min às 13h00min**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 04/2026 e seus anexos.

Seringueiras-RO, 22 de OUTUBRO 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:DE66B358

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA PRESENCIAL Nº 018/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA PRESENCIAL Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 731/2026

O prefeito do Município de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, na forma dos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 196/2022 e Decreto Municipal nº 90/2026, DISPENSA PRESENCIAL Nº 018/2026, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 22/10/2026, a partir das 08h00 às 13h00, até 26/10/2026 às 13h00min (horário de Brasília). SESSÃO PÚBLICA: dia 27/10/2026, às 09h00min (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é de R$ 2.967,00 (dois mil e novecentos e sessenta e sete reais). O edital está disponível pelo site Portal da Transparência de Teixeirópolis, na sala do Departamento de Contratações ou mediante solicitação por e-mail, de segunda a sexta-feira, das 7h00min às 13h00min. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 99368-2499, pelo e-mail cpl@teixeiropolis.ro.gov.br ou na Prefeitura de Teixeirópolis, sala do Departamento de Compras.

Teixeirópolis-RO, 22 de Outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito do Município de Teixeirópolis

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:DD598258

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 713/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

OBJETO: Registro de preço futura e eventual aquisição de material permanente (Notebooks).

O Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, Osmy Toledo de Souza, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, Considerando a regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, a análise das propostas apresentadas, a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado e o atendimento, pela licitante vencedora, às condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, ADJUDICA/HOMOLOGA o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 as empresas vencedoras:

FORNECEDOR: HGM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 37.053.176/0001-11
SUBTOTAL ADJUDICADO/HOMOLOGADO: R$ 418.599,30
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 449.506,33
ECONOMIA % : 6,8757%
ECONOMIA R$: R$ 30.907,03

TOTAL GERAL DO PROCESSO

SUBTOTAL ADJUDICADO/HOMOLOGADO: R$ 418.599,30
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 449.506,33
ECONOMIA % : 6,8757%
ECONOMIA R$: R$ 30.907,03

Teixeirópolis/RO, 22 de Outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito do Município de Teixeirópolis

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:3B918BD5

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 701/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 701/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal O Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, Osmy Toledo de Souza, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, Considerando a regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, a análise das propostas apresentadas, a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado e o atendimento, pela licitante vencedora, às condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, ADJUDICA o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 as empresas vencedoras:

FORNECEDOR: PVH GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS LTDA CNPJ: 49.958.552/0001-04
SUBTOTAL ADJUDICADO: R$ 124.600,00
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 128.450,00
ECONOMIA % : 2,9972%
ECONOMIA R$: R$ 3.850,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

SUBTOTAL ADJUDICADO: R$ 124.600,00
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 128.450,00
ECONOMIA % : 2,9972%
ECONOMIA R$: R$ 3 850,00

Teixeirópolis/RO, 22 de Outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito do Município de Teixeirópolis

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:0B23299C

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 746/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 746/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

OBJETO: MANUTENÇÃO MOTOR GERADOR DE ENERGIA HPP

O Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, Osmy Toledo de Souza, no uso de suas atribuições legais,considerando os elementos constantes dos autos do Processo Administrativo referente à Dispensa de Licitação nº 015/2026 e a regularidade da instrução processual, ADJUDICA o objeto à empresa abaixo identificada, pelovalor e nas condições estabelecidas no processo:

FORNECEDOR: Eleva Comercio E Serviço De Materiais Elétricos LTDA
CNPJ: 16.667.114/0001-20
VALOR ADJUDICADO/HOMOLOGADO: R$ 8.365,00 (oito mil trezentos e sessenta e cinco reais).

RESUMO DOS VALORES

VALOR ADJUDICADO/HOMOLOGADO: R$ 8.365,00 (oito mil trezentos e sessenta e cinco reais).
VALOR TOTAL ESTIMADO/ORÇADO: R$ 8.365,00 (oito mil trezentos e sessenta e cinco reais).

Na mesma oportunidade, HOMOLOGA o resultado do procedimento de contratação direta, com fundamentono art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e autoriza o prosseguimento dos atos necessários àformalização da contratação, observadas as disposições legais aplicáveis.

Teixeirópolis/RO, 21 de Outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito do Município de Teixeirópolis

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:1D29456E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 259/GAB/2026, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO, ALUSIVO AO DIA SERVIDOR PÚBLICO DO ANO DE 2026.

O Sr. OSMY TOLEDO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições e prerrogativas contidas no artigo 77 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1° - Fica transferido, o ponto facultativo alusivo do dia Do Servidor Público do dia 28 de outubro, para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).
Parágrafo único: os serviços essenciais da Saúde que adotará escala de serviços adequados.
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Carolina Coraleski Benfica
Código Identificador:4A66A587

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 174/PMT/SEMED/2026 ADESÃO/CARONA N° 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 966/SEMED/2026

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA CNPJ: 79.788.766/0027-71

O Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 025/2026, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 024/2025, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, visando à futura e eventual aquisição de mochilas escolares destinadas ao atendimento dos alunos matriculados nas unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino do Município de Theobroma/RO.

Prazo: O prazo de vigência do contrato é de **12 (Doze) meses,** contados da assinatura do CONTRATO.
Valor R$ 91.296,69 (Noventa e um mil Duzentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos).

Theobroma/RO, 22 de Outubro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:53CB3561

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 175/PMT/SEMED/2026 ADESÃO/CARONA N° 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 964/SEMED/2026

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA CNPJ: 79.788.766/0027-71

O Objeto: Aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento dos alunos matriculados nas unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino do Município de Theobroma/RO, visando à execução do projeto "Promoção da Equidade, Permanência e Organização no Ambiente Escolar por meio da Padronização dos Estudantes da Rede Municipal de Ensino.
Prazo: O prazo de vigência do contrato é de **12 (Doze) meses,** contados da assinatura do CONTRATO.
Valor R$ 186.514,74 (cento e oitenta e seis mil quinhentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos).

Theobroma/RO, 22 de Outubro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:BA00BC5E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATO N° 060/PMT/SEMUSA/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2306/SEMUSA/2025

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: SIDOCA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 42.818.845/0001-39

O Objeto: REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL DE PEQUENO PORTE ALMERINDO JOSÉ DO ROSÁRIO, CNES: 4003357, LOCALIZADO NA AVENIDA PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, Nº 1829, CENTRO, MUNICÍPIO DE THEOBROMA – RO.

Prazo de Execução e vigência : Fica prorrogado o prazo de execução da obra do objeto contratual e o prazo de vigência do contrato, por mais **150 (Cento e Cinquenta) dias**, **sendo o dia 22/10/2026 como data inicial e 21/03/2027 como término da vigência.**

Theobroma/RO, 22 de Outubro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:15738B60

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista dos pareceres da Superintendência municipal de Licitações e Jurídico, resolve:

01 – **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** nos termos do Art. 75, Lei Federal nº: 14.133/21 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº	1074/2026
b) Licitação Nº	018/2026
c) Modalidade	DISPENSA ELETRÔNICA
d) Data Homologação	22/10/2026
e) Objeto da Homologação	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA DE LIXO HOSPITALAR PRINCIPALMENTE DOS CONTAMINADOS E PERFURO CORTANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA-RO.

f) Fornecedor declarado vencedor após realização do certame licitatório.
Fornecedor: CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 51.672.829/0001-71
Valor Total Homologado-R$ 30.240,00 (Trinta mil Duzentos e quarenta reais).

Theobroma, 22 de Outubro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:2A3D672E

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE THEOBROMA/RO.

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se em primeira chamada, sob a Presidência do senhor Vanderlei Viudes Peres, para realização da Décima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde no Plenário da Câmara Municipal de Theobroma. Dando início aos trabalhos o Presidente agradeceu a presença de todos Conselheiros presentes e a presença da Secretária de Saúde Fernanda Pancieri. Em seguida passou para a

leitura da pauta da reunião. Na primeira pauta o Presidente informou que foi dada a Ordem de Serviço para execução da obra de Reforma da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Vila Palmares do Oeste e que a Unidade está funcionando em um imóvel locado até o término da Reforma da UBS, na segunda pauta foi lido o Termo de Posse da nova composição da Conselho Municipal de Saúde para o Período de 2026 a 2028 e na terceira pauta o Presidente passou para a eleição da Mesa Diretora Interina que comandará o Processo Eleitoral para a Eleição da Mesa Diretora Definitiva, na qual foi eleito o Conselheiro Vanderlei Viudes Peres como Presidente, a Conselheira Lorena Roas Ribeiro como Vice-presidente, a Conselheira Jesciane Matias Paulo Gonçalves como Secretária Geral e o Conselheiro Gerson Francisco Rodrigues como Diretor de Comunicação. Sem mais nada a tratar às nove horas e trinta minutos, o Presidente declarou encerrada a Décima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Theobroma. Eu, Douglas Ramos dos Santos Secretário "ad hoc" nomeado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, seguirá assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:8E0D0C87

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 015/2026 - SUPEL TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.
Processo nº **1509-2026**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA DE AÇO E CONCRETO SOBRE O RIO PIRANGI, LOCALIZADA NA LINHA C-02, KM 2,91, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-097728-TRANSF. ESPECIAIS-CONST. PONTE SOBRE O RIO PIRANGI, TV 02.**

Valor estimado de **R$ 1.503.612,12 (um milhão, quinhentos e três mil, seiscentos e doze reais e doze centavos)**

Data para cadastro de propostas: 26/10/2026, a partir das 08H00min, finalizando às 09h59min do dia 10/11/2026. Início da Sessão Pública: **10 de Novembro de 2026**, às 10h00min (Horário de Brasília).

Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br **(Licitanet)**.

A retirada do Edital e seus anexos completo poderá ser efetuada gratuitamente através do portal transparência do Município: https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/

Informações Complementares na Superintendência Municipal de Licitações, sito a Av. Treze de Fevereiro, nº. 1431, Centro, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, exceto feriado. e-mail **"**supel@theobroma.ro.gov.br**"**.

Theobroma/RO, em 22 de Outubro de 2026.

EDIVALDO DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:A020A7C1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4134/GP/PMT/2026 THEOBROMA/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO, INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conjunto com o **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente quanto à participação popular na formulação e no controle das políticas de atendimento;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 878, de 27 de julho de 2023, especialmente seus artigos 113 a 115, que disciplinam a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 276, de 12 de novembro de 2025, que convoca a 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece as diretrizes gerais para suas etapas preparatórias;

CONSIDERANDO o Documento Base da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de fevereiro de 2026, que estabelece os objetivos e os seis eixos temáticos destinados a orientar os debates e a formulação de propostas;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre os órgãos e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, promovendo a participação democrática, o controle social e o protagonismo infantojuvenil;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 7ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 12 de novembro de 2026, com o tema central: "**Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa**".

§ 1º A Conferência constitui espaço democrático de avaliação, debate, participação social e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A Conferência integrará o processo preparatório da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as diretrizes e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

§ 3º O local, o horário e a programação oficial serão definidos pela Comissão Organizadora e amplamente divulgados à população.

Art. 2º A 7ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como objetivo geral sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, visando à promoção, proteção, defesa e controle social das políticas, programas e ações voltadas à infância e à adolescência, com respeito à diversidade, à pluralidade e aos princípios da democracia participativa.

Parágrafo único. Constituem objetivos específicos da Conferência:

I – Avaliar a situação dos direitos da criança e do adolescente no Município, identificando avanços, desafios e prioridades;
II – Promover a articulação intersetorial entre os órgãos e instituições integrantes do SGDCA, respeitadas suas competências legais;
III – Fortalecer os mecanismos de participação popular e controle social das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência;
IV – Assegurar espaços de escuta qualificada e participação efetiva de crianças e adolescentes nos processos de discussão e deliberação;
V – Identificar necessidades e propor iniciativas para o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais;
VI – Estimular o acompanhamento da execução orçamentária e da aplicação dos recursos destinados à promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
VII – Formular e aprovar propostas e diretrizes relacionadas aos eixos temáticos da Conferência;
VIII – Contribuir para a construção de ações integradas de prevenção e enfrentamento das violações de direitos; e
IX – Eleger os delegados representantes do Município para a etapa estadual, quando cabível, observadas as normas e orientações pertinentes.

Art. 3º Os trabalhos da Conferência serão desenvolvidos com base nos seguintes eixos temáticos, estabelecidos no Documento Base da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Eixo 1: Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
Eixo 2: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
Eixo 3: Promoção da convivência familiar e comunitária;
Eixo 4: Prevenção e enfrentamento das violências;
Eixo 5: Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
Eixo 6: Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

§ 1º Os debates deverão considerar as especificidades e necessidades do Município de Theobroma, buscando identificar problemas concretos e formular propostas que contribuam para o fortalecimento da rede municipal de proteção.

§ 2º A Comissão Organizadora deverá utilizar o Documento Base e suas perguntas norteadoras como instrumentos de apoio à organização dos debates, grupos de trabalho e sistematização das propostas.

Art. 4º Fica instituída a Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes membros:

I – Taynara Da Paixão Antunes – Presidente;
II – Leticia dos Santos Costa – Secretária;
III – Anilton de Lima Ferreira – Membro;
IV – Valeria Izaura Correia Vaz – Membro;
V – Linda Vitória Gonçalves Pinheiro – Membro.

§ 1º A Comissão Organizadora será responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e acompanhamento das atividades necessárias à realização da Conferência.

§ 2º A Comissão atuará em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SEMDAS.

§ 3º A Comissão poderá contar com o apoio de outros servidores municipais, órgãos públicos, instituições e representantes da sociedade civil, conforme as necessidades de organização do evento.

Art. 5º Compete à Comissão Organizadora:

I – Elaborar o planejamento geral, o cronograma de atividades e a programação da Conferência;
II – Organizar e coordenar os trabalhos preparatórios, assegurando o cumprimento das diretrizes do processo conferencial;
III – Elaborar a proposta de regimento interno da Conferência, em articulação com o CMDCA;
IV – Promover ampla divulgação da Conferência, por meio dos canais oficiais de comunicação e demais meios disponíveis;
V – Mobilizar a participação dos órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, Conselhos de Direitos, Conselho Tutelar e demais integrantes do SGDCA;
VI – Promover estratégias de mobilização e participação de crianças e adolescentes, garantindo condições adequadas de acolhimento, acessibilidade, proteção e escuta qualificada;
VII – Organizar os procedimentos de inscrição, credenciamento e registro dos participantes;
VIII – Providenciar a infraestrutura, os equipamentos, os materiais e o apoio logístico necessários à realização do evento;
IX – Organizar as palestras, mesas de debate, grupos de trabalho e plenárias, observando os seis eixos temáticos;
X – Orientar os grupos de trabalho na utilização do Documento Base e das perguntas norteadoras, incentivando a formulação de propostas objetivas, viáveis e relacionadas à realidade municipal;
XI – Assegurar o registro das discussões, propostas, votações e deliberações realizadas durante a Conferência;
XII – Coordenar, quando cabível, o processo de escolha dos delegados para a etapa estadual, observadas as normas pertinentes;
XIII – Organizar a documentação da Conferência, incluindo atas, listas de presença, registros fotográficos, propostas aprovadas e demais documentos necessários;
XIV – Sistematizar as propostas aprovadas, identificando, sempre que possível, as prioridades e os encaminhamentos destinados às diferentes esferas de governo;
XV – Coordenar a elaboração do Relatório Final da Conferência, contemplando as atividades desenvolvidas, a participação social, as deliberações e os resultados alcançados;
XVI – Encaminhar o Relatório Final ao CMDCA e aos órgãos competentes, observados os prazos e procedimentos estabelecidos;
XVII – Garantir a transparência e a publicidade dos resultados da Conferência, respeitadas as normas de proteção de dados pessoais e os direitos de imagem de crianças e adolescentes; e
XVIII – Desempenhar outras atividades necessárias à adequada realização da Conferência.

Art. 6º A organização e a realização da Conferência deverão assegurar a participação democrática e inclusiva dos diversos segmentos da sociedade, respeitando a diversidade étnico-racial, cultural, territorial, social e as condições de acessibilidade.

§ 1º Deverá ser garantida a participação mínima de 50% (cinquenta por cento) de crianças e adolescentes na Conferência, conforme estabelecido na Resolução CONANDA nº 276/2025.

§ 2º A Comissão Organizadora deverá promover o engajamento ativo de adolescentes nas atividades preparatórias e na organização da Conferência, inclusive mediante representação na Comissão, observadas as orientações do CONANDA.

§ 3º A participação de crianças e adolescentes deverá ocorrer em ambiente seguro, acolhedor e acessível, com acompanhamento por adultos de referência, conforme as orientações aplicáveis.

§ 4º As metodologias de discussão deverão favorecer a compreensão dos temas, a liberdade de expressão, a escuta qualificada e o protagonismo de crianças e adolescentes.

Art. 7º O regimento interno da Conferência disciplinará as regras de participação, credenciamento, organização dos grupos de trabalho, apresentação e aprovação das propostas, funcionamento da plenária final e escolha dos delegados, quando cabível.

Parágrafo único. O regimento interno deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo CONANDA e as orientações aplicáveis à etapa municipal.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SEMDAS, em articulação com o CMDCA e demais órgãos da Administração Municipal, prestará o apoio técnico, administrativo, operacional e logístico necessário à organização e realização da Conferência.

Art. 9º As despesas decorrentes da organização e realização da Conferência correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, as normas de execução da despesa pública e a legislação aplicável.

Art. 10. Concluída a Conferência, a Comissão Organizadora deverá apresentar ao CMDCA o Relatório Final, contendo as propostas e deliberações aprovadas, os registros de participação e os demais documentos pertinentes.

Parágrafo único. Caberá ao CMDCA, no âmbito de suas competências, acompanhar os encaminhamentos decorrentes da Conferência e promover a articulação necessária para que as propostas aprovadas sejam consideradas nos processos de planejamento, formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

Art. 11. Os casos omissos relacionados à organização e realização da Conferência serão apreciados pela Comissão Organizadora, em articulação com o CMDCA, observadas as normas aplicáveis.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

JOSÉ CARLOS DA SILVA ELIAS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:8B1682FC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MUNICIPIO
EXTRATO DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO E ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO E ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 001/2026

CONTRATANTE: Associação Comunitária dos Produtores Rurais Urupuaense de Ajuda Mútua – ACPRUAM, CNPJ nº 01.597.940/0001-72.
CONTRATADA: TRATORON – Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda., CNPJ nº 03.614.482/0001-68.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator agrícola da marca NEW HOLLAND, novo, com potência mínima de 90 CV e tração 4x4, conforme especificações da proposta comercial aprovada.
VINCULAÇÃO: Termo de Fomento nº 155/2026/SEAGRI-ASJUR, celebrado com o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.
VALOR GLOBAL: R$ 320.500,00 (trezentos e vinte mil e quinhentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
GARANTIA: 12 (doze) meses, conforme proposta comercial aprovada.
DATA DO INSTRUMENTO: 22 de outubro de 2026.

Urupá/RO, 22 de outubro de 2026.

FERNANDES CELERI
Presidente da ACPRUAM

Publicado por:
Erik Rafael Piovesan
Código Identificador:BF3410E8

SECRETARIA DE AGRICULTURA
INDENIZAÇAO DE DIARIA DE CAMPO SERVIDOR EDSON BRAZ DA SILVA

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA
Nome do servidor (a): EDSON BRAZ DA SILVA
Justificativa do Adiantamento: DE ORDEM DO SECRETARIO DE AGRICULTURA, O SERVIDOR SE DESLOCOU AO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE PARA MANUTENÇAO DE UMA CARCAÇA- CHASSIS DE CAMINHAO NOS DIAS 08 E 09 DE AGOSTO DE 2026.
Valor Total da Solicitação R$: 459,20

Publicado por:
Erik Rafael Piovesan
Código Identificador:63CB4C7B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
DECRETO Nº 4264-2026

DECRETO Nº 4264/GP/2026
De 09 de Outubro de 2026

"TRANSFERE FERIADO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a lei orgânica municipal,

CONSIDERANDO, o feriado do Dia do Servidor Público no dia 28 de Outubro de 2026 (quarta-feira);

CONSIDERANDO, o Feriado Nacional de Finados no dia 02 de Novembro de 2026 (segunda-feira);

D E C R E T A

Art. 1º - Fica transferido o feriado do Dia do Servidor Público em 28 de Outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia **30 de Outubro de 2026 (sexta-feira).**

Parágrafo Único - As atividades administrativas retornarão ao funcionamento com expediente normal no dia 03 de Novembro de 2026 (terça-feira).

Art.2º Permanecerão inalterados os serviços essenciais dos setores cujas atividades são realizadas através de plantões, como o atendimento a emergências e ambulatorial da Secretaria Municipal de Saúde, bem como também da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos como coleta de lixo, manutenção e recuperação de pontos críticos das estradas vicinais e demais serviços como vigilância e limpeza em geral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:DD67200D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EDITAL Nº 001/SEMECE/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS/FUNÇÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE VALE DO ANARI-RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DIRETOR E VICE-DIRETOR

EDITAL Nº 001/SEMECE/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS/FUNÇÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE VALE DO ANARI-RO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – SEMECE**, por meio de sua Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e, especialmente, na **Lei Municipal nº 1.231/2024**, que dispõe sobre os critérios para o provimento dos cargos ou funções de Diretor e Vice-Diretor das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Vale do Anari, com as alterações promovidas pela **Lei Municipal nº 1.331, de 02 de dezembro de 2025**, e com a **Portaria Municipal Nº3622/GP/26** que nomeia a comissão de acompanhamento e realização do processo seletivo simplificado, torna público o presente **Processo de Seleção para a função de Diretor e Vice-Diretor Escolar**, mediante critérios técnicos de mérito e desempenho, conforme as normas estabelecidas neste Edital.
O presente processo seletivo destina-se ao preenchimento das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vale do Anari-RO, observada a legislação municipal vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O presente Processo de Seleção para a função de Diretor e Vice-Diretor Escolar tem como finalidade selecionar candidatos que apresentem os requisitos, conhecimentos, competências técnicas e condições necessárias ao exercício da gestão das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vale do Anari/RO.
1.2 O processo será desenvolvido mediante critérios de **mérito e desempenho**, contemplando:
a) análise de títulos;
b) avaliação de conhecimentos e/ou entrevista;
c) apresentação e avaliação de Plano de Trabalho da Gestão Escolar;
1.3 O Processo de Seleção será realizado em fases sucessivas:
1ª Fase – Inscrição e habilitação documental;
2ª Fase – Avaliação de Mérito e Desempenho, composta por:
a) Prova de Títulos – até 40 (quarenta) pontos;
b) Plano de Trabalho da Gestão Escolar – até 20 (vinte) pontos;
c) Entrevista Individual/Avaliação de Conhecimentos – até 40 (quarenta) pontos.
1.4 A avaliação de mérito e desempenho terá valor máximo de **100 (cem) pontos** e no mínimo 60 (sessenta) pontos.
1.5 O candidato deverá concorrer para uma única unidade escolar.
1.6 A relação das unidades escolares participantes do processo será divulgada no presente Edital e/ou em ato complementar da SEMECE.

2. DOS CANDIDATOS E DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
2.1 Poderão participar do presente Processo de Seleção os candidatos que atenderem aos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.231/2024 e suas alterações.
2.2 Nos termos da Lei Municipal nº 1.331/2025, **poderão participar candidatos com ou sem vínculo com o Município de Vale do Anari**, desde que atendam aos requisitos legais e de formação estabelecidos para o exercício da função.
2.3 Constituem requisitos para candidatura:
I – possuir **graduação em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou Administração Escolar**, ou **formação em licenciatura acompanhada da respectiva formação/especialização exigida pela legislação municipal**;
II – possuir especialização compatível com a área de Gestão Escolar ou Administração Escolar;
III – apresentar documentação comprobatória da formação acadêmica;
IV – apresentar Plano de Trabalho da Gestão Escolar;
V – apresentar certidões e demais documentos exigidos neste Edital;
VI – atender às condições legais para o exercício da função;
VII – não possuir impedimento legal para o exercício de função pública;
VIII – cumprir as demais exigências estabelecidas neste Edital e na legislação municipal.
2.4 Não será exigido, para inscrição, tempo mínimo de vínculo com o Município ou de exercício na unidade escolar, observadas as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.331/2025.

2.5 O candidato será responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

3. DAS UNIDADES ESCOLARES
O presente Processo de Seleção contemplará as seguintes unidades escolares:
I – **EMEIEF Darci Ribeiro – Zona Urbana (matutino e vespertino) – INEP nº 11008938;**
II – **EMEI Balão Mágico – Zona Urbana (matutino e vespertino) – INEP nº 11103809;**
III – **EMEIEF Vandernei Sebastião dos Santos Junior (vespertino) – Zona Rural – INEP nº 11043970;**
IV **– EMEIEF Oribe Antônio dos Santos (vespertino) – Zona Rural – INEP nº 11009020**
3.1. A relação poderá ser ampliada ou alterada mediante ato complementar da Secretaria Municipal de Educação, caso novas unidades sejam incluídas ou haja necessidade administrativa.
3.2 Nas unidades escolares que, nos termos da legislação municipal, não possuírem quantitativo de alunos suficiente para a existência da função de Vice-Diretor, será provido somente o cargo/função de Diretor.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1 Antes de realizar a inscrição, o candidato deverá conhecer integralmente este Edital e a legislação que regulamenta o processo.
4.2 A inscrição será **gratuita**.
4.3 As inscrições serão realizadas no período de:
23 a 28 de outubro de 2026, com o encerramento até às 16h.
4.4 A inscrição será realizada unicamente de forma on-line individualmente, mediante preenchimento da Ficha de Inscrição através do link: **https://forms.gle/MQMLuyTUaN65kxoM7,** respondendo o questionário e indicando a escola e função para diretor e/ou vice diretor, sendo alinhado em forma de chapa onde será necessário anexar documentos exigidos em formato PDF (10MB), conforme a lista abaixo:
Diploma ou equivalente de pedagogia ou licenciatura na área de educação;
Diploma ou equivalente que comprove a Pós-Graduação Lato Sensu relacionada à Gestão Escolar/Administração Escolar reconhecidos pelo MEC;
Diploma ou equivalente que comprove a Pós-Graduação Lato Sensu na área da Educação reconhecidos pelo MEC;
Diploma ou equivalente que comprove o Mestrado/Doutorado na área da Educação reconhecidos pelo MEC;
Certidões negativa criminal;
Comprovante de tempo de serviço no magistério público municipal, assinado pelo secretário de educação ou documento compatível que comprove o tempo de serviço.
RG E CPF;
Título de eleitor e o comprovante da última eleição.
Comprovante de residência
4.5 A inscrição mínima exigida é formação superior na área da educação com pós-graduação em Gestão Escolar ou Administração escolar.
4.6 O candidato deverá encaminhar o plano de trabalho em formato PDF, através do e-mail **seletivoanari@gmail.com** , conforme data disposto no cronograma.
4.7 No assunto do e-mail deverá constar:
NOME COMPLETO DO CANDIDATO – DIRETOR/VICE-DIRETOR – NOME DA UNIDADE ESCOLAR
4.8 O preenchimento do formulário não significa homologação da inscrição, estando condicionada à conferência dos documentos pela Comissão.

4.9 O envio do plano de trabalho ficará na responsabilidade do candidato a Direção, sendo este valendo a pontuação em conjunto.
4.9.1 O plano de trabalho deve conter assinatura física/assinatura eletrônica do diretor e vice-diretor caso houver.

5. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
5.1 O Processo de Seleção será acompanhado por Comissão de Avaliação designada por ato próprio da Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação municipal.
5.2 A Comissão será composta, por no mínimo 3 (três) membros efetivos com pelo menos 2 (dois) membros do quadro da educação nomeados pelo chefe do poder executivo municipal.
5.3 Compete à Comissão:
I – receber e analisar as inscrições;
II – verificar a documentação dos candidatos;
III – realizar a avaliação dos títulos;
IV – avaliar os Planos de Trabalho;
V – realizar a entrevista e/ou avaliação de conhecimentos;
VI – analisar recursos;
VII – proceder à apuração dos resultados;
VIII – divulgar os resultados de cada etapa;
IV – elaborar relatório final do processo;
X – encaminhar o resultado final à Secretaria Municipal de Educação para as providências cabíveis.

6. DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO, DESEMPENHO E TÍTULOS
A avaliação será composta por três instrumentos:

Etapa	Pontuação máxima
Prova de Títulos	40 pontos
Plano de Trabalho	20 pontos
Entrevista/Avaliação de Conhecimentos	40 pontos
TOTAL	**100 pontos**

7. DA PROVA DE TÍTULOS – 40 PONTOS
7.1 A avaliação dos títulos terá caráter classificatório e observará a documentação apresentada pelo candidato no período estabelecido no cronograma.
7.2 Somente serão considerados documentos comprobatórios legíveis, válidos e compatíveis com os requisitos estabelecidos neste Edital.
7.3 A pontuação dos títulos observará o seguinte quadro:

Formação/Titulação	Pontuação
Pedagogia com habilitação/formação em Gestão Escolar ou Administração Escolar	15 pontos
Licenciatura e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar/Administração Escolar	12 pontos
Doutorado na área da Educação	4 pontos
Mestrado na área da Educação	4 pontos
Pós-Graduação Lato Sensu relacionada à Gestão Escolar/Administração Escolar	3 pontos
Pós-Graduação Lato Sensu na área da Educação	2 pontos
TOTAL	**40 pontos**

7.4 A pontuação relativa à formação básica observará o caráter **não cumulativo** previsto na legislação e nas regras do presente Edital.
7.5 Quando houver candidato para diretor e vice-diretor será somado as pontuações de ambos e realizar uma média final.
7.6 A pontuação máxima da Prova de Títulos será de **40 (quarenta) pontos**.
7.7 Serão considerados como documentos comprobatórios:
a) diplomas de graduação;
b) certificados ou declarações de conclusão acompanhados de histórico escolar;
c) certificados de pós-graduação com carga horária mínima exigida pela legislação;
d) diplomas ou certificados de Mestrado e Doutorado;
e) demais documentos previstos no Anexo II.

8. DO PLANO DE TRABALHO DA GESTÃO ESCOLAR – 20 PONTOS
8.1 O candidato deverá apresentar Plano de Trabalho da Gestão Escolar para o período de **02 (dois) anos de mandato**.
8.1.1 O candidato deve solicitar via e-mail **seletivoanari@gmail.com** o diagnóstico da escola onde estará pleiteando o cargo para a elaboração do plano de trabalho.
8.2 O Plano deverá ser elaborado de acordo com as normas técnicas pertinentes e deverá apresentar, no mínimo:
I – identificação da unidade escolar;
II – diagnóstico da realidade atual da escola;
III – dimensão pedagógica;
IV – dimensão administrativa;
V – dimensão financeira;
VI – dimensão física e patrimonial;
VII – objetivos gerais e específicos;
VIII – metas;
IX – ações e estratégias;
X – indicadores de acompanhamento;
XI – formas de monitoramento e avaliação;
XII – cronograma de execução para os dois anos de mandato;
XIII – ações destinadas à melhoria da aprendizagem;
XIV – estratégias de redução da infrequência e abandono escolar;
XV – ações de inclusão e garantia de acesso ao currículo;
XVI – estratégias de participação da família e comunidade;
XVII – ações de valorização e acompanhamento da equipe escolar;
XVIII – estratégias de fortalecimento da gestão democrática.
8.3 O Plano deverá apresentar metas **realistas, mensuráveis e compatíveis com a realidade da unidade escolar**.
8.4 O Plano de Trabalho será avaliado pela Comissão de Avaliação, considerando:
a) diagnóstico da realidade escolar;
b) coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e ações;
c) viabilidade das propostas;
d) conhecimento da realidade educacional;
e) planejamento pedagógico;
f) gestão administrativa e financeira;
g) gestão de pessoas;
h) acompanhamento dos resultados educacionais;
i) inclusão e equidade;
j) cronograma e mecanismos de monitoramento.
8.5 A pontuação do Plano de Trabalho será de até **20 (vinte) pontos**.

9. DA ENTREVISTA INDIVIDUAL/AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS – 40 PONTOS
9.1 Os candidatos habilitados nas etapas anteriores serão convocados para entrevista individual.
9.2 A entrevista será realizada de forma individual e presencial, em data, horário e local divulgados pela Comissão.
9.3 A entrevista terá duração máxima de **40 (quarenta) minutos**.
9.4 O candidato deverá apresentar documento oficial de identificação com fotografia.
9.5 A avaliação observará os seguintes critérios:
a) visão sistêmica da gestão escolar;
b) senso ético;
c) liderança;
d) capacidade de trabalho em equipe;
e) comunicação;
f) capacidade de mediação e resolução de conflitos;
g) conhecimento sobre gestão pedagógica;
h) conhecimento sobre gestão administrativa;
i) conhecimento sobre gestão financeira;
j) conhecimento sobre Conselho Escolar/Unidade Executora;
k) gestão de pessoas;
l) conhecimento da legislação educacional;
m) conhecimento sobre avaliação e aprendizagem;
n) conhecimentos sobre educação inclusiva;
o) capacidade de planejamento e tomada de decisões;
p) competências socioemocionais e comportamentais.
9.6 A entrevista terá valor máximo de **40 (quarenta) pontos**.

10. DA HABILITAÇÃO NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
10.1 Será considerado habilitado o candidato que obtiver, na soma das três avaliações:
Títulos + Plano de Trabalho + Entrevista/Avaliação de Conhecimentos = mínimo de 60 pontos.
10.2 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação.

11. DO VICE-DIRETOR
11.1 A existência da função de Vice-Diretor observará o número de alunos matriculados na unidade escolar e os critérios estabelecidos na legislação municipal.

11.2 Nas unidades escolares em que houver previsão legal da função de Vice-Diretor, o candidato deverá atender aos mesmos requisitos de formação e habilitação estabelecidos para a função.
11.2.1 No caso as composições conjuntas para diretor e vice-diretor escolar, com formação de chapa será avaliado individualmente cada função. Sendo que o plano de trabalho será avaliado com o mesmo peso para o diretor e vice-diretor.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
12.1 Em caso de empate na classificação da avaliação de mérito e desempenho, serão observados os critérios previstos na legislação municipal vigente, na seguinte ordem:
Maior tempo de serviço prestado no Município de Vale do Anari;
Maior tempo de experiência comprovada em gestão escolar ou educacional;
Melhor pontuação na prova de títulos e a maior escolaridade.
12.2 Persistindo o empate, será utilizado, quando aplicável, o critério de maior idade, observada a legislação pertinente.

13. DOS RECURSOS
13.1 Os candidatos poderão apresentar recurso contra:
I – indeferimento da inscrição;
II – resultado da avaliação de títulos;
III – avaliação do Plano de Trabalho;
IV – resultado da entrevista;
V – resultado da avaliação de mérito e desempenho;
VI – demais atos expressamente previstos neste Edital.
13.2 Os recursos deverão ser encaminhados para:
seletivoanari@gmail.com
13.3 O recurso deverá conter obrigatoriamente um relatório em formato PDF com as seguintes exigências:
I – nome completo do candidato;
II – função pretendida;
III – unidade escolar onde se candidatou;
IV – fundamentação do pedido;
V – assinatura GOV do candidato.
13.4 Não serão aceitos recursos apresentados fora do prazo estabelecido no cronograma.
13.5 Não será permitida a apresentação de novos títulos ou documentos que deveriam ter sido apresentados no período próprio de inscrição.
13.6 A Comissão de Avaliação constitui a instância administrativa responsável pelo julgamento dos recursos previstos neste Edital, observada a legislação aplicável.

14. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
14.1 Os resultados de cada etapa serão divulgados pelos meios oficiais de comunicação do Município.
14.2 A homologação do resultado final será publicada:
a) no site oficial da Prefeitura Municipal de Vale do Anari;
b) no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM;
c) nos demais meios oficiais definidos pela Administração.

14.3 É responsabilidade do candidato acompanhar as publicações referentes ao processo.

15. DA NOMEAÇÃO, DO MANDATO, DA VACÂNCIA E DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO
15.1. Após a homologação do resultado final, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará ao Poder Executivo Municipal a relação dos candidatos selecionados, para as providências administrativas necessárias à nomeação ou designação.
15.2. A nomeação ou designação dos Diretores e Vice-Diretores será realizada por ato do Poder Executivo Municipal, observadas as disposições legais vigentes.
15.3. O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante avaliação e observância das condições estabelecidas na legislação municipal aplicável.
15.4. A posse ocorrerá, no ano letivo de 2026, no mês de dezembro, observadas a organização administrativa, a continuidade dos serviços educacionais e as disposições legais pertinentes.
15.5. Após a homologação do resultado final e antes da nomeação e da posse, será estabelecido um período de transição entre o Diretor em exercício e o candidato mais bem classificado para o cargo de Diretor da respectiva unidade escolar, com a finalidade de assegurar a continuidade da gestão administrativa, pedagógica e financeira, bem como a transmissão das informações, dos documentos, dos registros e das responsabilidades inerentes à função.
15.5.1. O período de transição será organizado pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com a gestão escolar em exercício e o candidato selecionado, devendo ocorrer preferencialmente antes do encerramento do ano letivo ou em período definido pela Administração Municipal, conforme o calendário escolar e a necessidade do serviço público.
15.5.2. Durante o período de transição, o candidato selecionado poderá acompanhar as atividades administrativas e pedagógicas da unidade escolar, conhecer os documentos institucionais, os planejamentos, os projetos em andamento, a situação dos recursos financeiros e patrimoniais e as demais informações necessárias ao exercício da função, respeitadas as normas de sigilo, proteção de dados e acesso às informações.
15.5.3. A participação no período de transição não confere ao candidato selecionado poderes de gestão, autoridade administrativa ou exercício antecipado do cargo, os quais somente poderão ser exercidos após a formalização da nomeação ou designação e da posse.
15.6. Em caso de vacância do cargo de Diretor ou de Vice-Diretor durante o período de validade do processo seletivo, o Poder Executivo Municipal poderá convocar o próximo candidato classificado para o respectivo cargo, observada a ordem de classificação, os requisitos do edital e a legislação municipal aplicável. A vaga de Diretor será destinada a candidato classificado para Diretor, e a vaga de Vice-Diretor, a candidato classificado para Vice-Diretor.
15.7. Persistindo a vacância após a convocação dos candidatos classificados para o respectivo cargo, o Poder Executivo Municipal poderá oferecer aos candidatos remanescentes a possibilidade de assumir função equivalente em outra unidade escolar, desde que atendidos os requisitos legais, respeitada a classificação e observadas as disposições do edital e da legislação municipal.
15.8. Esgotadas as possibilidades de convocação dos candidatos classificados e de aproveitamento dos candidatos remanescentes, caberá ao Poder Executivo Municipal adotar as providências necessárias ao provimento do cargo, inclusive mediante livre nomeação, quando legalmente permitida, observadas as normas municipais aplicáveis.
15.9. O processo de transição deverá ser formalizado por meio de relatório circunstanciado de transição, contendo, no mínimo, a relação dos documentos e das informações disponibilizados, a situação dos projetos e das ações em andamento, os bens patrimoniais sob responsabilidade da gestão e as demais informações necessárias à continuidade dos serviços escolares. O relatório deverá ser acompanhado de documentos comprobatórios, registros fotográficos e outros elementos pertinentes que evidenciem as condições administrativas, pedagógicas, estruturais e patrimoniais da unidade escolar no momento da transição. Toda a documentação produzida deverá ser devidamente organizada, identificada e anexada ao processo administrativo correspondente, para fins de registro, comprovação, controle, transparência e arquivamento pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas de proteção de dados pessoais e de acesso às informações.
15.10 Caso o atual diretor escolar não colaborar com o processo de transição será encaminhado para o poder executivo municipal para tomar as devidas providências.

16. DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO
16.1 Os gestores nomeados serão acompanhados pela Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.
16.2 O acompanhamento terá como finalidade verificar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho e das atribuições legais da função.
16.3 O gestor deverá apresentar informações e documentos que comprovem a execução das ações previstas no Plano de Trabalho.
16.4 O descumprimento das atribuições legais, do Plano de Trabalho, do Regimento Escolar ou das normas da Administração Pública poderá ensejar as medidas administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando aplicáveis.

17. DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR E VICE-DIRETOR
Constituem atribuições dos gestores escolares, observada a legislação municipal:
I – executar as políticas públicas educacionais;
II – garantir qualidade, equidade e participação da comunidade escolar;
III – elaborar e executar o Projeto Político-Pedagógico;
IV – promover a avaliação institucional;
V – acompanhar os resultados educacionais;
VI – promover ações para melhoria da aprendizagem;
VII – acompanhar a frequência e rendimento dos estudantes;
VIII – orientar as famílias;
IX – zelar pelo patrimônio escolar;
X – acompanhar a execução dos recursos financeiros;
XI – prestar contas;
XII – acompanhar a Unidade Executora/Conselho Escolar;
XIII – garantir o cumprimento do calendário escolar;
XIV – cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar;
XV – acompanhar o Censo Escolar;
XVI – promover formação e desenvolvimento dos profissionais;
XVII – organizar o funcionamento da unidade escolar;
XVIII – comunicar aos órgãos competentes situações que demandem providências;
XIX – zelar pela alimentação escolar;
XX – acompanhar matrícula e documentação escolar;
XXI – comunicar ao Conselho Tutelar situações previstas na legislação;
XXII – assegurar o acesso ao currículo em condições de igualdade aos estudantes da educação especial;
XXIII – promover ambiente escolar seguro, democrático, inclusivo e acolhedor;
XXIV – exercer as demais atribuições previstas na legislação municipal e nas normas da SEMECE.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1 O candidato que prestar declaração falsa ou apresentar documentação falsa será excluído do processo, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.
18.2 A constatação de irregularidade poderá ocorrer em qualquer fase do processo ou posteriormente à nomeação.
18.3 Em caso de desistência, vacância ou impossibilidade de exercício da função, a Administração Municipal adotará as providências necessárias para garantir a continuidade do serviço educacional, observando a legislação vigente e, quando cabível, a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
18.3.1 A desistência da função de Diretor ou Vice-Diretor deverá ser formalizada por meio de requerimento escrito, dirigido ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o desligamento, a fim de assegurar prazo hábil para a organização administrativa e a adoção das providências necessárias à designação ou contratação de um substituto.
18.3.2 Excepcionalmente, o prazo estabelecido poderá ser dispensado ou reduzido, mediante análise e autorização do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, nos casos em que a urgência da situação devidamente justifique, observadas as disposições legais e administrativas aplicáveis.
18.4 Os candidatos classificados e não selecionados poderão compor banco de profissionais habilitados, para eventual necessidade administrativa, observados os limites e condições da legislação municipal.
18.5 Os gestores nomeados deverão participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.
18.6. Os candidatos a diretores classificados e nomeados que não integram o quadro de servidores efetivos receberão o piso salarial do magistério, acrescido das gratificações previstas na legislação vigente. A remuneração observará a jornada de funcionamento da unidade escolar, sendo fixada em 30 (trinta) horas semanais para escolas de tempo parcial e 40 (quarenta) horas semanais para escolas de tempo integral.
18.6.1. Os candidatos a diretores classificados que já pertencem ao quadro de servidores efetivos da rede municipal de educação perceberão seus vencimentos atuais, acrescidos da gratificação correspondente ao cargo de gestão. Caso haja divergência com a carga horária exigida, o vencimento será adequado e alinhado conforme o regime de funcionamento e o horário de atendimento da respectiva unidade escolar.
18.7 O cronograma poderá ser alterado por motivo devidamente justificado, mediante publicação oficial.
18.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão de Avaliação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.231/2024, da Lei Municipal nº 1.331/2025 e demais normas aplicáveis.

19. DO CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital (https://www.valedoanari.ro.gov.br/ e ARON).	**22/10/2026**
Inscrições on-line Envio dos documentos e títulos https://forms.gle/MQMLuyTUaN65kxoM7	**23 a 28/10/2026**
Publicação das inscrições homologadas (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**29/10/2026**
Prazo para recursos das inscrições (seletivoanari@gmail.com)	**30/10/2026 a 31/10/2026**
Publicação das decisões dos recursos (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**02/11/2026**
Envio do Plano de Trabalho (seletivoanari@gmail.com)	**30/10 a 08/11/2026**
Análise de Títulos e Plano de Trabalho	**09/11 a 10/11/2026**
Publicação do resultado da avaliação de Títulos e Plano (https://www.valedoanari.ro.gov.br/ e ARON)	**11/11/2026**
Prazo para recursos (seletivoanari@gmail.com)	**12/11/2026**
Publicação das decisões dos recursos (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**13/11/2026**
Convocação para Entrevista (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**16/11/2026**
Entrevista Individual	**17 a 20/11/2026**
Resultado da Avaliação Final (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**23/11/2026**
Prazo para recursos dos resultados (seletivoanari@gmail.com)	**24/11/2026**
Publicação das decisões dos recursos (https://www.valedoanari.ro.gov.br/)	**25/11/2026**
Resultado Final e Homologação (https://www.valedoanari.ro.gov.br/ e ARON)	**26/11/2026**
Período de transição entre diretor atual e diretor classificado/indicado	**01/12 à 09/12/2026**
Entrega do relatório de transição (seletivoanari@gmail.com)	**Até 11/12/2026**
Nomeação/Designação pelo Poder Executivo	**Apartir do dia 14/12/2026**
Posse/ Designação pelo Poder Executivo	**Até 18 dezembro de 2026**

Vale do Anari – RO, 22 de outubro de 2026.

SANDRA DE ARAUJO LIRA
Membro

ÉRICA CIOLA FERREIRA
Presidente

SILVANA MAIA
Secretária

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:335E6080

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO DECISAO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 380/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025
OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Laboratório de Informática da Secretaria Municipal de Assistência Social.
DECISÃO: Fica declarada a nulidade do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2025, em razão de o instrumento encontrar-se formalmente datado em 16/07/2026, após o término da vigência contratual originária em 15/07/2026, sem comprovação documental suficiente de sua celebração dentro do prazo de vigência, conforme fundamentos constantes do Parecer Jurídico de fls. 247/251.
Nos termos do art. 148, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade produzirá efeitos na data da formalização da nova contratação, observado o limite legal.
Os valores correspondentes à efetiva disponibilização e utilização do imóvel até a eficácia da nulidade serão apurados e pagos em caráter indenizatório, nos termos do art. 149 da Lei nº 14.133/2021.
Fica determinada a abertura e conclusão de novo procedimento administrativo para contratação de imóvel destinado ao funcionamento do Laboratório de Informática.

Vale do Anari/RO, 05 de outubro de 2026.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:C6960D1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3623-2026

PORTARIA Nº 3623/GP/26
De 06 de Outubro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DO SERVIDOR VANDERLEI MARCOS PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de sua competência e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 046/98;
CONSIDERANDO o Ofício nº 8614/2026/GOV-RED do Governo do Estado de Rondônia solicitando a cedência do servidor;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder a cedência do servidor ***Vanderlei Marcos Pereira*** – Professor 25 horas, Matrícula nº. 7041, à Secretaria de Estado da Educação - Seduc, a partir do dia 16 de Outubro de 2026 a 31 de Dezembro de 2026.
Parágrafo Único – A presente cedência se faz com ônus para o órgão cessionário, mediante reembolso mensal ao cedente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:1BE30F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
PORTARIA Nº 3624-2026

PORTARIA Nº 3624/GP/26
De 19 de Outubro de 2026.

"NOMEIA O SR. EVANDRO FERREIRA ROSA PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR GERAL DA UNIDADE HOSPITALAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, no uso de sua competência e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 553/10;

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o Sr. ***Evandro Ferreira Rosa,*** para ocupar o cargo de Coordenador Geral da Unidade Hospitalar, com lotação no quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Vale do Anari.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:28CB9425

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO
PORTARIA Nº 864, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 864, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027/2028 da Câmara Municipal de Vale do Paraíso e dá outras providências.

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vale do Paraíso/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no § 6º do art. 60 da Lei Orgânica do Município de Vale do Paraíso/RO....

RESOLVE:

Art. 1º A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vale do Paraíso/RO., para o biênio 2027/2028, dar-se-á em sessão ordinária no dia 26 de outubro de 2026 e terá início às 10:00 horas.

Art. 2º As chapas completas deverão ser oficialmente apresentadas através de requerimento dirigido ao Presidente, 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para o início da votação.

Art. 3º Deverão constar das chapas os nomes do Presidente, do Vice Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário.

Art. 4º Observar-se-á nos demais casos, o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO JOSÉ CAMATA
Presidente

Publicado por:
Elisangela Silva de Moura
Código Identificador:3275154C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO Nº 6371 , DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 3031.
63.762.025/0001-42
Exercício: 2026
Página 1

DECRETO Nº 6371 , DE 03 DE setembro DE 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº 1887 de 10/12/2025 (Lei Orçamentária Anual - 2026).

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº de 30/12/1899 (Lei Orçamentária Anual - 2026).
O PREFEITO MUNICIPAL DE Alto Paraíso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1887 de 10 de dezembro de 2025 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE Alto Paraíso, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº de 30 de dezembro de 1899 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.
DECRETA:
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº 1887, de 10 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de dezembro de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1887, de 10 de dezembro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.
Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, 03 de setembro de 2026

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

ANEXO					
LOCAL:	04	Secretaria Municipal de Educação			
	02	PODER EXECUTIVO			
Programa:	0003	Educação			
ACRÉSCIMOS					
Ficha	Funcional			D/C	Valor
	Categoria				
63	12.122.0003.2001.0000		0003	######	
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES				######	
Fiorilli S/C Ltda. Software - (contas8 - 8.50.29.9046 - 23839)					
06/10/2026 13:26				Usuário: LUAN OLIVEIRA PAULINO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO					
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 3031.					
63.762.025/0001-42			Exercício: 2026		
Página 2					
DECRETO Nº 6371 , DE 03 DE setembro DE 2026					
LOCAL:	04	Secretaria Municipal de Educação			
	02	PODER EXECUTIVO			
Programa:	0003	Educação			
REDUÇÕES					
	Ficha	Funcional		D/C	Valor
		Categoria			
	60	12.122.0003.2001.0000	0003	-8.050,00	
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
TOTAL DAS ANULAÇÕES				-8.050,00	
Fiorilli S/C Ltda. Software - (contas8 - 8.50.29.9046 - 23839)					
06/10/2026 13:26				Usuário: LUAN OLIVEIRA PAULINO	

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:8A3308D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO Nº 6386 , DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 - LEI N.1898

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 3031.

63.762.025/0001-42

Exercício: 2026

DECRETO Nº 6386 , DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 - LEI N.1898

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências
DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional Todos na importância de R$83.765,43 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)	83.765,43

02	06	01	Secretaria Mun.Agricultura, Comercio e Indústria					
	445	20.606.0007.2026.0016		Agricultura Sustentavel	10.998,68			
		4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.:	0	2	701
		2		Recursos de Exercícios Anteriores				
		002	361	CV 09/2025- SEAGRI EQUIPAMENTOS				
02	07	01	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos					
	655	26.606.0006.2030.0000		Infraestrutura Municipal	72.766,75			
		3.3.90.93.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.:	2001	2	701
		2		Recursos de Exercícios Anteriores				
		002	021	Convenio Fitha				

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:	83.765,43		
	Fontes de Recurso		
	2	701	83.765,43

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, 15 de setembro de 2026

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:DB4B48EB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 053/SML/2025/14.133-2021 (1º RETIFICAÇÃO) PROCESSO N.º 5562/SEMSAU/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90042/2025/PREGAO/SML/PMA-DGSRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 053/SML/2025/14.133-2021 (1º Retificação)
PROCESSO N.º 5562/SEMSAU/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90042/2025/PREGAO/SML/PMA-DGSRP

Aos 21 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, **considerando o Procedimento de Convocação de fornecedores para Itens remanescentes**, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90042/SML/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a), firma-se a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

Conforme Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços - AROM de 24/07/2026 (ID 4168370), esta Ata de Registro de preços permanece vigente até 23/07/2027.

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, de Futura e Eventual Aquisição de **Materiais Médicos Hospitalares, Tipo Abaixador de Língua, Absorvente Higiênico, Algodão, Ataduras, Compressas etc.**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I
1. LICITANTE: L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 50.694.319/0001-32.
TEL/FAX: (55) 99903-8405;
E-MAIL: LFDISTRIBUIDORAMED@GMAIL.COM;
ENDEREÇO: AV. PREFEITO EVANDRO BEHR, 4730 SALA 01;
CEP: 97.110-800; CIDADE: SANTA MARIA RS;
NOME DO REPRESENTANTE: LISANDRO FELIN MACHADO, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.521.530-XX RG SOB O N.º XXX39804XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 3, 27, 28, 37, 38, 39, 40.

2. LICITANTE: OPEN FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 27.130.979/0001-79.
TEL/FAX: (54) 3523-2059;
E-MAIL: OPENFARMA@OPENFARMA.COM.BR;
ENDEREÇO: RUA GOTARDO MAZZAROLLO Nº. 16, CENTRO;
CEP: 99740-000; CIDADE: BARÃO DE COTEGIPE-RS;
NOME DO REPRESENTANTE: CLAUDIO LUCAS ODY, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.054.650-XX RG SOB O N.º XXX04903XX.

DETENTORA DO ITEM (S): 13, 15, 29, 31, 34, 42, 43.

3. LICITANTE: SAFRAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.629.597/0001-85.
TEL/FAX: (62) 3503-2080;
E-MAIL: SAFRAMEDADM@GMAIL.COM /LICITACAO@SAFRAMED.COM.BR;
ENDEREÇO: AVENIDA DAS ACÁCIAS S/N QUADRA 01 LT28, BAIRRO RESIDENCIAL PAINEIRAS 1;
CEP: 75345-000; CIDADE: ABADIA DE GOIÁS/ GOIÁS;
NOME DO REPRESENTANTE: JOAQUIM SOARES NETO DE SOUSA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.069.551-XX RG SOB O N.º XX907XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 44, 45, 46, 51.

4. LICITANTE: PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 30.888.187/0001-72.
TEL/FAX: (47) 3311-7391;
E-MAIL: PEROLAIMPORTADORA@GMAIL.COM;
ENDEREÇO: RUA PEDRA VERMELHA, 112 - TABULEIRO (MONTE ALEGRE);
CEP: 88.348-012; CIDADE: CAMBORIÚ / SC;
NOME DO REPRESENTANTE: SOLIANA VERGINIA BRAGA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.178.600-XX RG SOB O N.º XXX88332XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 24, 50.

5. LICITANTE: UNITED BIOTECH DO BRASIL LTDA - CNPJ: 46.635.965/0001-51.
TEL/FAX: (16) 3403-3353;
E-MAIL: LICITACOES@UNITEDBIOTECH.COM.BR;
ENDEREÇO: RUA BR 101, 15000 ANEXO AO PAVIMENTO SUPERIOR, SALA 223 1M, CANHANDUBA;
CEP: 88.313-000; CIDADE: ITAJAÍ/SC;
NOME DO REPRESENTANTE: HENRIQUE LEONEL SANTOS, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.629.388-XX RG SOB O N.º XXX5660XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 16.

6. LICITANTE: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0022-86.
TEL/FAX: (19) 3863-9563
E-MAIL: THAIS.FELIX@CRISTALIA.COM.BR
ENDEREÇO: ROD MONSENHOR CLODOALDO DE PAIVA, KM 46,2, S/N, SP 147 LOT. NAÇÕES UNIDAS
CEP: 13.974-908 CIDADE: ITAPIRA /SP
NOME DO REPRESENTANTE: ANDREA STEVANATTO, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.939.238-XX RG SOB O N.º XXX6051XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 20.

7. LICITANTE: CA COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ: 50.032.992/0001-07.
TEL/FAX: (62) 8104-0914;
E-MAIL: CA.PRODUTO@GMAIL.COM;
ENDEREÇO: RUA MC10, 150 - QUADRA05 LOTE 17 CASA 03 - RES MONTE CARLO;
CEP: 74.370-430; CIDADE: GOIÂNIA / GO;
NOME DO REPRESENTANTE: ANDRE VIVALDO SILVA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.214.821-XX RG SOB O N.º XX772XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 11.

8. LICITANTE: CENTRALMIX COMERCIAL LTDA - CNPJ: 09.222.411/0001-04.
TEL/FAX: (69) 99258-37815 / (69) 3226-9414;
E-MAIL: CENTRALMIXCOMERCIO@GMAIL.COM;
ENDEREÇO: RUA DOUTOR AGENOR MARTINS DE CARVALHO, 1635 - BAIRRO AGENOR DE CARVALHO;
CEP: 76820-377; CIDADE: PORTO VELHO /RO;
NOME DO REPRESENTANTE: MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.472.712-XX RG SOB O N.º XX700XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 7

9. LICITANTE: N A DO NASCIMENTO ALMEIDA LTDA - CNPJ: 10.903.996/0001-07.
TEL/FAX: (69) 3441-5252 (69) 3441-0910;
E-MAIL: LICITACOES.N.A.NASCIMENTO@GMAIL.COM;
ENDEREÇO: AV. SÃO PAULO, 2490, CENTRO;
CEP: 76.963-578; CIDADE: CACOAL /RO;
NOME DO REPRESENTANTE: NUBIA APARECIDA DO NASCIMENTO ALMEIDA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O N.º XXX.865.162-XX RG SOB O N.º XX12XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 35.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DETENTORA
1	Abaixador Língua Material: Madeira Tipo: Descartável Comprimento: 14 Cm Formato: Tipo Espátula Largura: Cerca 1,50 Cm Espessura: Cerca 2 Mm Pacote 100 Unidade	Pacote	938	ESTILO /PACOTE	R$ 5,40	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
3	Algodão	Embalagem	975	NATHY /	R$ 14,70	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS

	Tipo: Hidrófilo Apresentação: Em Mantas Material: Alvejado, Purificado, Isento De Impurezas Características Adicionais: Enrolado Em Papel Apropriado Esterilidade: Não Estéril Tipo Embalagem: Embalagem Individual Embalagem 500 Grama			EMBALAGEM		MEDICOS LTDA
7	Artigo Para Higiene No Leito Tipo: Toalha E Esponjas Material: Fibra de Poliéster, Isenta de Látex Componentes: Esponja Impregnada C/ Gel Dermoprotetor Componentes Adicionais: Emoliente Características Adicionais: Conjunto Completo Para Banho, Hipoalergenicas, pH Não Inferior 5.0 E Não Superior A 6.0 Apresentação: Kit Lacrado, Composto Por 4 Esponjas E 1 Toalha Dimensões Espoja: Mínima De 11 X 19 Cm, Espessura De No Mínimo 0,5 Cm E No Máximo 0,9 Cm Dimensões Toalha: Mínima 30 Cm X 76 Cm Tipo Uso: Descartável Embalagem Do Kit Deve Conter Nome E CNPJ Do Distribuidor E/Ou Importador, Marca Do Produto, Lote, Registros Nos Órgãos Competentes, Prazo De Validade Do Produto Embalado E/Ou Prazo De Validade Após Aberto	Unidade	5781	KOLPLAST /KIT BANHO KOLPLAST	R$ 13,90	CENTRALMIX COMERCIAL LTDA
11	Colchão Uso Hospitalar Material: Espuma Flexível Poliuretano Revestimento: Revestido Em Courvin, Totalmente Impermeável, Cor Azul, Anti-Alérgico Dimensões (C X L X A): Cerca De 190 X 90 X 14 CM Densidade: D-33 KG/M3	Unidade	100	GYNFLEX	R$ 250,00	CA COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
13	Compressa Campo Operatório Dimensão: Cerca De 45 X 50 CM Material: 100% Algodão, 4 Camadas, 13 Fios Gramatura: Cerca 25 G Radiopacidade: C/ Fio Radiopaco Fixação: C/ Cadarço Duplo, Bordas Over-Lock Branqueadas Esterilidade: Não Estéril, Uso Único, Isenta De Impureza, Conforme Preconiza A ABNT 14767/2029 Embalagem Deve Apresentar Impresso No Rótulo Procedência, Data de Fabricação, Validade, Número Do Lote, Registro E Cadastro Na ANVISA Embalagem 50 Unidade	Embalagem	2250	ERIMAX /RMS N°80698139006	R$ 49,00	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
15	Compressa Gaze Material: Tecido 100% Algodão Tipo: Tipo Queijo Modelo: Cor Branca, Isenta De Impurezas Camadas: 8 Camadas Quantidade Fios: 13 Fios/Cm2 Largura: 91 Cm Comprimento: 91 M Dobras: 4 Dobras Características Adicionais: Embalagem Plástica Individual	Rolo	372	ERIMAX /RMS N°80698130002	R$ 46,00	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
16	Embalagem P/ Esterilização Material: Papel Grau Cirúrgico Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2 Apresentação: Rolo Componentes Adicionais: Termosselante Tamanho: Cerca De 10 Cm Componentes: C/ Indicador Químico Tipo Uso: Uso Único Rolo 100 Metro	Rolo	250	INJEX /Embalagem P/ Esterilização 10CM X 100M	R$ 51,44	UNITED BIOTECH DO BRASIL LTDA
20	Escova Degermação Modelo: Dupla Face C/ Cerdas E Esponja Antisséptico Degermante: Clorexidina 2% Esterilidade: Uso Único Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	12500	CRISTALIA/ESCOVA SCRUB MX	R$ 1,64	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
24	Fita Adesiva Material: Crepe Tipo: Monoface Largura: 19 Mm Comprimento: 50 M Cor: Branca Aplicação: Multiuso	Rolo	1555	CIEX	R$ 3,93	PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
27	Fita Hospitalar Tipo: Esparadrapo, Impermeável Material: 100% Algodão Componentes: Resina Acrílica Impermeabilizante Dimensões: Cerca De 10 CM Características Adicionais: Hipoalergênico O Produto Deve Trazer No Rótulo Os Seguintes Dados: Data De Fabricação, Validade, Lote e Registro Na ANVISA Rolo 4,5 Metro	Rolo	6825	WILTEX /ROLO	R$ 8,18	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
28	Fita Hospitalar Tipo: Microporosa	Rolo	3515	WILTEX /ROLO	R$ 6,16	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA

	Material: Dorso Em Não Tecido Componentes: Adesivo Acrílico Dimensões: Cerca De 100 Mm Características Adicionais: Hipoalergênico Cor: Transparente Rolo 4,5 Metro					
29	Fita Hospitalar Tipo: Microporosa Material: Dorso Em Não Tecido Componentes: Adesivo Acrílico Dimensões: Cerca De 50 Mm Características Adicionais: Hipoalergênico Cor: Transparente Rolo 10 Metro	Rolo	3125	WILTEX /RMS N° 10150470603	R$ 3,80	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
31	Fralda Descartável Tipo Fixação: Tiras Ajustáveis E Reposicionáveis Tamanho: Adulto Médio Peso Usuário: De 40 A 70 Kg Material: Núcleo Absorvente, Algodão Não Desfaça Quando Molhado Revestimento Externo: Impermeável Característica Adicional: Barreira Antivazamento	Unidade	78125	KIFRAL /GERIATRICA	R$ 1,24	51.293.851 VANIA GONCALVES DA SILVA
34	Frasco Capacidade: 300 Ml Tipo Embalagem: Embalagem Individual Utilizado Para Acondicionamento De Nutrição Enteral Para Ser Administrado Por Sonda Ou Via Oral	Unidade	18000	MEDGRAN /RMS N°80944519002	R$ 0,95	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
35	Gel Composição: A Base De Água Aplicação: Condutor Características Adicionais: Ph Neutro Esterilidade: Estéril Frasco 1000 Ml	Frasco	328	KOLPLAST	R$ 7,66	N A DO NASCIMENTO ALMEIDA LTDA
37	Luva Cirúrgica Material: Borracha Natural - Látex Superfície: Superfície Texturizada Formato: Anatômico Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Nº 6,5 Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28 Cm Apresentação: Em Par Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual, Conforme Norma ABNT C/ Abertura Asséptica	Par	5625	MEDIX /PAR	R$ 1,31	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
38	Luva Cirúrgica Material: Borracha Natural - Látex Superfície: Superfície Texturizada Formato: Anatômico Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Nº 7,0 Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28 Cm Apresentação: Em Par Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual, Conforme Norma ABNT C/ Abertura Asséptica	Par	15000	MEDIX /PAR	R$ 1,31	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
39	Luva Cirúrgica Material: Borracha Natural - Látex Superfície: Superfície Texturizada Formato: Anatômico Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Nº 8,0 Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28 Cm Apresentação: Em Par Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual, Conforme Norma ABNT C/ Abertura Asséptica	Par	7200	MEDIX /PAR	R$ 1,31	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
40	Luva Cirúrgica Material: Borracha Natural - Látex Superfície: Superfície Texturizada Formato: Anatômico Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Nº 8,5 Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28 Cm Apresentação: Em Par Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual, Conforme Norma ABNT C/ Abertura Asséptica	Par	1031	MEDIX /PAR	R$ 1,35	L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
42	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Natural - Látex Íntegro E Uniforme, Resistente À Tração Superfície: Superfície Texturizada Formato: Ambidestra Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Grande G Esterilidade: Não Estéril, Uso Único Embalagem 100 Unidade	Embalagem	6250	INJEX /RMS N° 10160619009	R$ 22,49	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
43	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Natural - Látex Íntegro E Uniforme, Resistente À Tração Superfície: Superfície Texturizada Formato: Ambidestra Pó: Com Pó Bioabsorvível Atóxico Tamanho: Pequeno - P	Embalagem	6875	INJEX /RMS N° 10160619009	R$ 21,37	OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

	Esterilidade: Não Estéril, Uso Único Embalagem 100 Unidade					
44	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Sintética - Vinil / Pvc, Atóxica, Resistente À Tração Superfície: Superfície Lisa Formato: Ambidestra Pó: Sem Pó Tamanho: Grande - G Esterilidade: Não Estéril, Uso Único Embalagem 100 Unidade	Embalagem	375	DESCARPACK /CX	R$ 16,62	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA
45	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Sintética - Vinil / Pvc, Atóxica, Resistente À Tração Superfície: Superfície Lisa Formato: Ambidestra Pó: Sem Pó Tamanho: Pequeno - P Esterilidade: Não Estéril, Uso Único Embalagem 100 Unidade	Embalagem	125	DESCARPACK /CX	R$ 16,79	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA
46	Malha Tubular Ortopédica Material: Algodão Dimensões: 10 Cm Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual Registro Da ANVISA Rolo 15 Metro	Rolo	90	ORTOFEN /ROLO	R$ 11,38	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA
50	Sapatilha Hospitalar Material: Não Tecido 100% Polipropileno Modelo: C/ Elástico Cor: C/ Cor Gramatura: Cerca De 30 G/M2 Tamanho: Único Tipo Uso: Descartável Embalagem 100 Unidade	Embalagem	112	LAVIE	R$ 9,48	PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
51	Touca Hospitalar Material: Não Tecido 100% Polipropileno Modelo: Com Elástico Em Toda Volta Cor: Sem Cor Gramatura: Cerca De 20 G/M2 Tamanho: Único Tipo Uso: Descartável Característica Adicional 01: Hipoalergênica, Atóxica, Inodora, Unissex Embalagem 100 Unidade	Embalagem	625	ANADONA /PCT	R$ 7,27	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços - DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2 Caberá à Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços - DGSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias, órgãos e demais entes da Administração Pública que não tenham participado do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificado no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, órgão ou demais entes da Administração Pública a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias, órgãos e entes da Administração Pública não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos e secretarias participantes.

3.5 As secretarias, órgãos e entes da Administração Pública poderão solicitar adesão aos itens de que não tenham figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão à secretaria, órgão ou ente da Administração Pública que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao(à) Diretor(a) de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Diretor(a) de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516-2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional em Ariquemes/RO, CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, o(a) Diretor(a) de Registro de Preços instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o(a) Diretor(a) de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS
8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.
8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:
8.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;
8.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;
8.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.
8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XV Da Dotação Orçamentária no Contrato.
9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Multa Moratória de 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), limitado ao valor diário de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelas infrações descritas nos incisos I, II e VII do caput deste artigo.
III. Multa Contratual poderá ser aplicada por grave descumprimento das condições pactuadas, autônoma e independentemente da multa moratória, e não excederá 20% (vinte por cento) do valor total do contrato atualizado ao tempo da ocorrência, no caso de inexecução total do objeto.
IV - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **II, III, IV, V, VI e VII** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes (Registro será feito no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF/ComprasGov), pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
V - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **VIII, IX, X, XI, e XII** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **II, III, IV, V, VI e VII** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.2.1 O registro a que se refere o item 12.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 12.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr. João Pedro Longo de Jesus, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, N.º 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N.º 90042/SML/2025, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo N.º 5562/SEMSAU/2025.
15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N.º 90042/2025/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a), por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a).

Órgão Gerenciador
JOÃO PEDRO LONGO DE JESUS
Diretor da Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
João Pedro Longo de Jesus
Código Identificador:1382C29A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 26/SLC/2026

A Prefeitura Municipal de Buritis, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, nesta cidade de Buritis-RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo prefeito Valtair Fritz dos Reis, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **53/2026**, processo administrativo n.º **3272-2025**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto n.º 13.509 de 15 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **Futura e Eventual Aquisição de ferramentas, equipamentos, acessórios e componentes destinados à manutenção da infraestrutura urbana e rural,** especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo VI do edital de Licitação n.º 53/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

TABELA I
LICITANTE: SANTOS COMERCIO E SOLUCOES EM ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ: 18.105.790/0001-35
TEL: (69) 9931-9014
E-MAIL: pj.ssempreendimentos@gmail.com
ENDEREÇO: RUA VEREADOR KINKA, 2442 - Urupá - Rondônia - 76929-000
NOME DO REPRESENTANTE: ODAIR JOSE DOS SANTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 750.***.**2-*9.
VENCEDORA DOS ITENS: 01/02/03/06/07/09/14/23/30/32/44/70

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DAS EMPRESAS DETENTORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Alicate de Bico meia cana 6	UNID	06	Thompson	23,00	138,00
2	Alicate de corte 6, cabo de plástico, isolado 1000volts.	UNID	08	Ranger	28,00	224,00
3	Alicate De Pressão 10 Pol Com Mordente reto e curvo	UNID	11	mtx	44,00	484,00
6	Alicate universal 8" para eletricista (com Prensa): Isolamento 1.000V (NR10). Com cavidade para crimpar terminais até 10mm². Gume de corte de alta precisão	UNID	18	thompson	49,00	882,00
7	Alicate universal 8" para mecânico: Aço Cr-V. Foco em força de tração e corte de arames duros. Sem prensa terminal. Cabo ergonômico resistente a óleos/graxas.	UNID	20	Thompson	39,50	790,00
9	Caixa de ferramentas sanfonada 7 gavetas (500x200x250), cor azul.	UNID	17	Tramontina	180,00	3.060,00

14	Colher de Pedreiro Canto Reto 9" (Uso profissional/pesado)	UNID	35	Thompson	15,80	553,00
223	Escada extensiva articulada 12 degraus	UNID	08	Mor	770,00	6.160,00
30	Jogo de chaves Biela - com 12 peças, formato em "L" com corpo passante. Medidas: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 mm Material: Aço cromo vanádio com acabamento cromado/polido.	KIT	16	Sarace	380,00	6.080,00
32	Jogo de chaves Estrela - com 12 Peças, medidas de 6 mm a 32mm. Fabricadas em aço cromo vanádio Com acabamento cromado. Tipo fixa de duas bocas estriadas. Composição em medidas duplas sequenciais para cobrir o intervalo Especificado. Alta resistência a torque.	KIT	16	Robust	326,00	5.216,00
44	Martelo com cabo de madeira – cabo com no mínimo 23 cm	UNID	25	Sparta	21,00	525,00
70	Trena Curta De Aço Autotrava 10M X 25 mm:	UNID	10	Thompson	29,20	292,00
Valor Total: R$ 24.404,00						

TABELA II
LICITANTE: COMERCIAL ARRUDA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
CNPJ: 15.118.338/0001-10
TEL: (69) 3215-3131
E-MAIL: arrudacomercial1@hotmail.com
ENDEREÇO: RUA CAPITAO SILVIO, 3924 - Porto Velho - Rondônia - 76808-344
NOME DO REPRESENTANTE: ILZA ANDRADE DE FIGUEREDO ARRUDA inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 701.***.**2-*2
VENCEDORA DOS ITENS: 4 / 62

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
4	Alicates para anéis. Kit contendo 04 alicates de 6" (150mm), sendo: 01 Alicate de pontas retas para anéis internos (aperta-fecha); 01 Alicate de pontas curvas 90° para anéis internos (aperta-fecha); 01 Alicate de pontas retas para anéis externos (aperta-abre); 01 Alicate de pontas curvas 90° para anéis externos (aperta-abre). Requisitos: Fabricados em Aço Cromo-Vanádio ou Aço Especial forjado; acabamento resistente à oxidação; cabos com revestimento ergonômico antiderrapante; pontas temperadas.	KIT	04	Gedore red	238,00	952,00
62	Espátula Redonda Borracheiro 18: Material do punho, aço cromo- vanádio, comprimento da lâmina. 45 cm cumprimento total 45 cm, peso 530g.	UNID	10	Gedore Red	87,50	875,00
Valor Total: R$ 1.827,00						

TABELA III
LICITANTE: A L X COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 52.014.162/0001-82
TEL: (69) 3238-3018
E-MAIL: celsozabott@gmail.com
ENDEREÇO: RUA HELENITA FERREIRA DE SOUZA, 1151, Buritis - Rondônia - 76880-000 NOME DO REPRESENTANTE: CELSO ALEX BENTO ZABOTT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 835.***.**2-*9

VENCEDORA DOS ITENS: 8 / 20 / 21 / 22 / 26 / 56 / 63 / 67

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
8	Broxa retangular 180x80mm	UNID	180	COMPEL	10,90	1.962,00
20	Desempenadeira Plástica Corrugada: Fabricada em poliestireno ou polipropileno de alto impacto. Base com perfil corrugado (frisado) para facilitar a remoção de ondulações e o nivelamento da massa. Cabo anatômico e injetado na mesma peça ou com fixação reforçada. Dimensões aprox.: [Ex: 18x30 cm]	UNID	25	COMPEL	14,50	362,50
21	Enxada Larga Grande com Cabo: Lâmina em aço carbono forjado e temperado, com olho de fixação reforçado. Pintura eletrostática contra corrosão. Acompanha cabo de madeira de lei (eucalipto ou similar) com comprimento de 1,20 m, superfície lixada e acabamento encerado ou envernizado.	UNID	60	PARABONI	47,00	2.820,00
22	Enxada Larga Média com Cabo: Lâmina em aço carbono forjado e temperado. Com olho de fixação reforçado e pintura eletrostática. Acompanha cabo de madeira de lei (eucalipto ou similar) de 1,20 m, superfície lixada para evitar farpas e acabamento encerado.	UNID	60	PARABONI	44,00	2.640,00
26	Filtro de Ar - para uso em roçadeira Stihl modelo FS 290.	UNID	12	STHIL	24,50	294,00
56	Tela Fina Para Proteção – Laranja e Branco 1,20x50m – para Equipe de jardinagem	UNID	20	ROMA	76,80	1.536,00
63	Escada De Alumínio 07 degraus: alumínio, tipo de posição tesoura, Estrutura fixa em A, materiais da estrutura alumínio, quantidades de degraus 07.	UNID	05	BOTAFOGO	295,00	1.475,00
67	Prumo De Parede 500 Gramas:	UNID	10	MTX	29,90	299,00
Valor Total R$ 11.388,50						

TABELA IV
LICITANTE: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 52.386.933/0001-62
TEL: (47) 3057- 3902/3903

E-MAIL: propostas@refinarempresarial.com.br
ENDEREÇO: Rua José Augusto Maba, 295, Casa, CEP: 89.056-080, Blumenau/SC
NOME DO REPRESENTANTE: SILVIO KOHLER, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 418.***.**9-*5

VENCEDORA DOS ITENS: 10 / 11 / 12 / 27 / 28 / 29 / 37 /43 / 46 / 47 / 48 / 50 / 51 / 59 / 60 / 61 /64 / 66

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
10	Cavadeira articulada (tipo boca de lobo), com cabo de madeira 1,50cm.	UNID	20	MINASU	88,83	1.776,60
11	"Chave grifo, comprimento nominal de 18" (450 mm). Corpo fabricado em ferro fundido nodular de alta resistência ou aço forjado. Sistema de regulagem por porca autolimpante e escala de abertura no mordente móvel. Capacidade de abertura aproximada de 2.1/2" (63 mm)	UNID	14	NOVE54	82,32	1.152,48
12	"Chave Inglesa (Chave Ajustável) 18": Ferramenta manual de alta resistência, fabricada em aço cromovanádio ou aço carbono forjado. Comprimento nominal de 18 polegadas (aprox. 450 mm). Mecanismo de ajuste por rosca sem fim com movimento suave e sem folgas excessivas. Abertura mínima de garra de 50 mm Cabo ergonômico com furo para exposição/armazenamento.	UNID	14	NOVE54	147,19	2.060,66
27	Jogo de Chaves Allen - com 10 peças tipo soquete. Medidas: 5 a 17 mm "Encaixe quadrado de 1/2". Aço Cromo Vanádio com acabamento acetinado e pontas temperadas	KIT	16	VONDER	223,96	3.583,36
28	Jogo de chaves Fenda - com 05 peças, aço cromo vanádio, pontas magnetizadas oxidadas. Grade de tamanhos: Pequena: 3/16x4"; Médias: 1/4x4" e 1/4x6"; Grandes: 5/16x6" e 5/16x8" (haste de aprox. 20 cm e total de 33 cm). Cabos ergonômicos injetados.	KIT	16	VONDER	58,36	933,76
29	Jogo de chaves Phillips - com 05 peças, ponta cruzada (PH), aço cromo vanádio. Grade de tamanhos variando de 3/16x4" a 5/16x8". Destaque: Deve incluir chave com haste de 15,24cm ("6") e chave grande com comprimento total de aprox. 33 cm. Pontas magnetizadas.	KIT	16	VONDER	58,72	939,52
37	Jogo de soquetes longos, com 10 peças, encaixe 1/2''. Medidas de 10 a 22 mm	KIT	06	VONDER	124,21	745,26
43	Linha para pedreiro 0,80 com 100 metros, colorida.	UNID	50	NOVE54	7,80	390,00
46	Pá de Bico, com Cabo de Madeira, n°3. Tamanho mínimo do cabo de 1,20 m.	UNID	70	MINASUL	38,78	2.714,60
47	Pá quadrada, com cabo de Madeira, n°3. Tamanho mínimo do cabo de 1,20 m.	UNID	60	MINASUL	46,91	2.814,60
48	Picareta chibanca com cabo de madeira. Tamanho mínimo do cabo de 90 cm.	UNID	20	MINASUL	78,35	1.567,00
50	Rastelo curvo de aço reforçado; 14 dentes (para jardinagem) Com cabo de madeira. Tamanho mínimo 1,20 m.	UNID	40	NOVE54	20,31	812,40
51	Rastelo de Plástico Grande (Para Jardinagem), com 22 dentes e com cabo de madeira. Sendo o cabo No tamanho mínimo 1,20 m.	UNID	70	NOVE54	23,45	1.641,50
59	Caixa de Ferramentas: 5 Compartimento, ângulo porta cadeado, tem gavetas dobráveis, medidas: 20 cm de largura, 50 cm de comprimento, e 21 cm de profundidade, tem uma alça que facilita o transporte.	UNID	10	VONDER	160,04	1.600,40
60	Marreta C/ Cabo 10,0 Kg: modelo obra marretas pedreiro, peso 10 kg, material do punho madeira, material da cabeça Aço, forma da cabeça Octogonal, comprimento do punho 99 cm.	UNID	07	MINASUL	422,69	2.958,83
61	Marreta C/ Cabo 5 kg: modelo obra marretas pedreiro, peso 5 kg, Material do punho madeira, material da cabeça Aço, forma da cabeça Octogonal, comprimento do punho 99 cm.	UNID	07	MINASUL	158,73	1.111,11
64	Carrinho De Mão Reforçado: Capacidade de carga: 60 litros / 120 kg, Caçamba: Aço, chapa 20, Pneu: Com câmara de ar (calibragem ideal: 15 a 25 libras), Estrutura: Varal ergonômico com punhos plásticos, Mancal: Aço galvanizado, formato tubular e aparafusado, Acabamento: Pintura vermelha resistente, Curiosidade: A estrutura reforçada e a solda contínua garantem mais estabilidade ao transportar cargas pesadas, sem risco de torção.	UNID	12	MINASUL	285,40	3.424,80
66	Serrote Em Aço Multiuso 43 cm Cabo Emborrachado Profissional: Modelo 17 polegadas, serrote de aço para madeira, material do cabo emborrachado.	UNID	07	VONDER	48,11	336,77

TABELA V
LICITANTE: 65.793.274 CALIEL CANDIDO VASCONCELOS ARAUJO
CNPJ: 65.793.274/0001-20
TEL: (99) 9933-4896
E-MAIL: candidocaliel@gmail.com
ENDEREÇO: R ANTONIO EXTEKOETTER, 7640 - Vilhena - Rondônia - 76985-290
NOME DO REPRESENTANTE: Caliel Cândido Vasconcelos Araújo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 617.***.**3-*4

VENCEDORA DOS ITENS: 15/42/45/53/54/55/65/69

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
15	Cone de Sinalização 75 cm Refletivo: Fabricado em composto polimérico sintético (PVC/Borracha) com propriedades flexíveis (emborrachado). Altura de 75 cm. Cor laranja com faixas refletivas brancas de alta visibilidade (atendendo às normas da ABNT). Base robusta para maior estabilidade contra vento. Resistente a intempéries e raios UV.	UNID	90	CONES SA	88,50	7.965,00
42	Limitador de altura de Nylon – para ser usado em roçadeiras Stihl modelo FS 290.	UNID	24	multipoint	20,00	480,00
45	Óleo de tempero Stihl – 2 Tempos – Caixa com 20 unidades – Cada frasco contendo 500ml.	CX	25	Castrol	900,00	22.500,00

53	Soquete individual estriado, encaixe de 1 polegada 65mm.	UNID	09	Tools	300,00	2.700,00
54	Soquete individual estriado, encaixe e 1 polegada 75mm.	UNID	09	Tools	467,65	4.208,85
55	Soquete individual estriado, encaixe de 1 polegada 80mm.	UNID	09	Tools	517,00	4.653,00
65	Carretel Para Roçadeira Fio Nylon FS 160 220 280 290 Preto: carretel roçadeira nylon Sthil FS - 60/220/280/290.	UNID	05	NIKAMAQ	77,60	388,00
69	Jogo De Soquete Encaixe 1 Polegada 36 A 80mm: Soquete aço acabamento niquelado e cromado, com encaixe quadrado 25,4mm (1"), conforme DIN 3120, C25, ISSO 1174. Possui pino de segurança para acoplar o acessório ao soquete, Cabo T, Acabamento niquelado e cromado, composto por; 10 soquetes D21 nas medidas 36 ; 41 ; 46; 50 ; 55 ;60 ; 65 ; 70 ; 75 ; 80mm e 4 acessórios - extensão de 8" - extensão de 16" - catraca reversível - cabo T.	KIT	04	SEGUE O TR	4.975,00	19.900,00

TABELA VI
LICITANTE: BARBOSA COMERCIO DE MATERIAIS PRA CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 44.638.553/0001-40
TEL: (69) 99223-8283
E-MAIL: licite.empreendimentos@gmail.com
ENDEREÇO: RUA RAQUEL DE QUEIROZ, SALA 02 - Nº 1220 - BAIRRO: VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO: CACOAL - RO ESTADO: RONDÔNIA 76.960-100
NOME DO REPRESENTANTE: PABLO HENRIQUE DUTRA BARBOSA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 015.***.**2-*3
VENCEDORA DOS ITENS: 25/52/57

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
25	Lâmina 2 pontas, furo de 20mm X 35cm, para uso em roçadeiras Stihl FS160; FS280; FS290.	UNID	140	gavilan	21,00	2.940,00
52	Rastelo Vassoura – Metálico regulável. (Para Jardinagem). Com 22 dentes e com cabo de madeira. Sendo o cabo no tamanho mínimo 1,20 m.	UNID	75	kala	29,00	2.175,00
57	Tesoura de Poda – Com cabo de madeira e lamina em aço. Cabo com no mínimo 30 cm.	UNID	16	kala	46,00	736,00

TABELA VII
LICITANTE: GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA
CNPJ: 63.615.058/0001-60
TEL: (69) 3321-3915
E-MAIL: gilsonmonteiro2010@hotmail.com
ENDEREÇO: AVENIDA CURITIBA , 2915 - , Vilhena - Rondônia - 76983-382
NOME DO REPRESENTANTE: GILSON MONTEIRO DA SILVA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 272.***.**2-*2
VENCEDORA DOS ITENS: 58

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
58	Vassoura Gari 37,5cm, 4 Fileira cepa madeira, com cabo de madeira plastificado, Tamanho Mínimo de 1,20 m.	UNID	115	VIACELLI	25,00	2.875,00

TABELA VIII
LICITANTE: ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
CNPJ : 46.423.434/0001-03
TEL: (54) 3015-2661 (54) 99189-8797
E-MAIL: atrium.vendas@gmail.com
ENDEREÇO: Rua Santos Dumont, 888, Bairro São Cristóvão ERECHIM - RS, CEP: 99.709-370
NOME DO REPRESENTANTE: GECIANO ANTONIO JAGUSESKI, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 023.***.**0-*6
VENCEDORA DOS ITENS: 68

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
68	Eletrodo para Solda 6013 2,5mm (CX COM 5 KG)	CX	20	VONDER	89,11	1.782,20

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE
O órgão gerenciador será a Superintendência de Licitações e Contratações da Prefeitura Municipal de Buritis.
Órgão participante deste Registro de Preços: SEMOSP E SEMED.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme dispõe o parágrafo 3 do Art. 86 da Lei 14.133 de 2021 (redação dada pela Lei nº 14.770/2023).
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado observado os requisitos do item 4.2.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso conforme artigo 84 da Lei 14.133/2021.
Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado conforme artigo 299 do decreto municipal 13.509/2023.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no Item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 3 dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital no Sistema de Processo Eletrônico da Prefeitura de Buritis Rondônia e disponibilizada no Portal da Transparência.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitarem a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderão:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da contratação decorrente caberá às secretarias requisitantes, conforme o item 8 do Termo de Referência a qual designará servidores nomeados através de portaria/decreto conforme indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar, acompanhar o objeto da presente licitação e as demais atribuições previstas, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Decreto Municipal 13.509/23. O fiscal desempenha um papel crucial no acompanhamento e fiscalização, suas principais funções incluem:
Verificar se os produtos estão sendo entregues conforme especificado no edital;
Garantir que os prazos acordados estejam sendo cumpridos, tanto para entregas quanto para possíveis prorrogações;
Assegurar que os produtos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos no edital;
Documentar qualquer irregularidade, atraso ou não conformidade, mantendo registros detalhados;
Manter uma comunicação eficiente com os fornecedores para resolver problemas e esclarecer dúvidas;
Emitir os documentos necessários que comprovem o recebimento dos bens, possibilitando os pagamentos.
Caberá aos fiscais, juntamente com a superintendência de licitações e equipe de apoio, o controle e a administração dos preços registrados, devendo:
Gerenciar a ata de registro de preços;

Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados,
Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 303, § 2º, do Decreto nº 13.509, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 302, e 303, § 8º, ambos do Decreto nº 13.509, de 2023.

DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
Der causa à inexecução parcial da ata;
Der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total da ata;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
Praticar ato fraudulento na execução da ata;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como;
Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;

Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
Não seguir especificações técnicas do fabricante ou ata, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;
Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.
Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.
Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Recusa injustificada em assinar a ata após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
Recusa injustificada em assinar a ata após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição 2 anos de impedimento;
Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento
Demais infrações que gera prejuízo e prejudica o andamento das atividades desenvolvidas pela prefeitura.
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
Simular execução de etapas da ata de registro de preços sem realizá-las;
Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução da ata de registro de preços;
Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
Enriquecimento ilícito à custa do erário;
Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
Multa:
Moratória, para as infrações descritas no item "**d**", de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **24 (vinte e quatro** dias).
O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** na entrega autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "**e**" a "**h**" de **10**% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação:
10%: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.
15%: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.
20%: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.
Compensatória, para a inexecução total da ata de registro de preços prevista acima na alínea "**c**", de **10**% (**dez** por cento) a **15**% (**quinze** por cento) do valor da contratação.
10%: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;
10%: Recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;
15%: Recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.
10.6.2 **15%**: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**b**", de **6**% (**seis** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.
6%: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;
10%: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.
Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "**d**", de **2**% (**dois** por cento) a **5**% (**cinco** por cento) do valor da contratação.
2%: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;
5%: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto.
5%: Descumprimento do prazo de regularização documental.
5%: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais anteriores.
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **1**% (**um** por cento) a **6%** (**seis** por cento) do valor da contratação:
1%: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;
4%: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.
6%: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.
A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante; e
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
A personalidade jurídica do fornecedor pode ser desconsiderada em casos de abuso ou ocultação de ilícitos, estendendo efeitos das sanções a administradores, sócios e empresas coligadas, com contraditório e análise jurídica prévia.
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente desta mesma ata de registro de preços ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
Solicitar formalmente à Contratada, mediante ordem de faturamento, a entrega dos produtos.
Efetuar o recebimento dos materiais, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal e certidões.
Promover a fiscalização do objeto deste registro, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, a serem entregues pela CONTRATADA.
Registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à CONTRATADA.
Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de material, emitido pela comissão de recebimento, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa do produto, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.
Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à entrega do objeto deste instrumento;
Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação. Dando o direito ao contraditória e ampla defesa.
Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias, no entanto o reequilíbrio só entrará em vigor a partir da publicação no diário oficial do município.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
A licitante vencedora ficará obrigada a atender todas as ordens de faturamento efetuadas durante a vigência da ata, mesmo que a entrega delas esteja prevista para data posterior à do seu vencimento, desde que o empenho tenha sido efetuado antes do vencimento da ata;
Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Edital e seus anexos.
Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do órgão solicitante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na entrega do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital, o mesmo será recusado, ficando à detentora responsável pela substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
Cada produto deverá ser entregue mediante Nota de Empenho, a qual poderá ser enviada por ofício ou e-mail devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação de que possuem todas as características consignadas nas especificações definidas no edital.
A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos produtos, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços;
A Contratada deverá comunicar antecipadamente os motivos que impossibilite o seu cumprimento da obrigação assumida;
A Contratada deverá atender também a todos os requisitos da contratação informados no item 6 do termo de referência (**anexo deste edital**).
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

DA ENTREGA

13.1 Os produtos serão solicitados conforme a necessidade da secretaria e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de faturamento, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.
13.2 Os produtos licitados, deverão ser entregues no almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda-feira a sexta-feira, previamente agendados com o setor responsável.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como da Solicitação, Condições de Entrega, Gestão Contratual, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, assinada eletronicamente pelas partes, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no respectivo sítio oficial do município de Buritis na Internet <www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes), na Associação Rondoniense de Municípios - AROM e encaminhada cópia publicada aos demais órgãos participantes.

Buritis-Rondônia, 06 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS –
Prefeito
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

THIAGO ALVES DE SOUSA
Superintendente de Licitações e Contratações

***Licitante**:* SANTOS COMERCIO E SOLUCOES EM ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, ***CNPJ**: 18.105.790/0001-35*
Representante**: Odair José dos Santos, **CPF:** 750..**2-*9.*

***Licitante**:* COMERCIAL ARRUDA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. **CNPJ:** 15.118.338/0001-10
Representante**: Ilza Andrade De Figueiredo Arruda, **CPF**: 701..**2-*2*

***Licitante**:* A L X COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, **CNPJ:** 52.014.162/0001-82
Representante**: Celso Alex Bento Zabott, **CPF:** 835..**2-*9*

***Licitante**:* LICITANTE: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA **CNPJ**: 52.386.933/0001-62
***Representante**: Silvio Kohler, **CPF:** 418. ***.**9-*5*

Licitante**:* 65.793.274 CALIEL CANDIDO VASCONCELOS ARAUJO **CNPJ:** 65.793.274/0001-20 ***Representante**: Caliel Cândido Vasconcelos Araújo, **CPF:** 617..**3-*4*

***Licitante**:* BARBOSA COMERCIO DE MATERIAIS PRA CONSTRUCAO LTDA **CNPJ:** 44.638.553/0001-40
Representante**: Pablo Henrique Dutra Barbosa, **CPF:** 015..**2-*3*

***Licitante**:* GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA **CNPJ**: 63.615.058/0001-60
Representante**: Gilson Monteiro Da Silva **CPF:** 272..**2-*2*

***Licitante**:* ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
CNPJ : 46.423.434/0001-03
Representante**: Geciano Antonio Jaguseskl, **CPF:** 023..**0-*6*

Publicado por:
Jane Lazaro Aguiar
Código Identificador:1AAA966A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/PMCNR-SUPEL/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº11-917/2026.
SECRETARIA GESTORA: SEMED.
SECRETARIAS PARTICIPANTES: SEAMA, SEMUSA, SEMAS, e SEMTEC.
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

O**MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO,**inscrito no CNPJ sob o nº63.762.033/0001-99 com sede na Av. Tancredo Neves nº 2250, setor 02, em Campo Novo de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2026, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e ESTADO em 16/10/2026, processo administrativo gerenciador nº 00917/2026, RESOLVEregistrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços Para Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de**serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização, controle e afugentamento de pombos e higienização de reservatórios de água**, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, produtos saneantes registrados na ANVISA, materiais e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sede das secretarias e Distritos, e demais secretaria(s) participante(s), de acordo com as demandas, condições, quantidades e exigências das unidades estabelecidas no Edital e seus anexos,pelo período de 12 (doze) meses, especificado(s) no(s) item 2.4 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 015/2026(ID 637460), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECARGAS DE EXTINTORES LTDA - 22.871.544/0001-61,Endereço:Rua Poti, 85, CEP: 76804-578, Porto Velho/Rondônia,E-Mail:capitalextintores@hotmail.com/licitacoescapitalextintores@gmail.com,Telefone:(69) 3221-6868 / (69) 99304-6964, Representante: Dagmar Cesar Vieira.

Item	Quant.	Class.	Descrição	Marca	Modelo	V. Unit.	V. Total
1	17.385,53	M²	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS	Serviço	Serviço	R$ 0,70	R$ 12.169,87
6	2,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 10.000 L AREA EXTERNA.	Serviço	Serviço	R$ 585,00	R$ 1.170,00
7	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 2.000 L AREA EXTERNA.	Serviço	Serviço	R$ 198,00	R$ 792,00
9	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 5.000 L AREA EXTERNA	Serviço	Serviço	R$ 240,00	R$ 960,00
13	3.522,72	M²	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAODISTRITO DE RIO BRANCO	Serviço	Serviço	R$ 0,20	R$ 704,54
14	240,00	M²	LIMPEZA E VEDAÇAO DE FORRO DISTRITO RIO BRANCO	Serviço	Serviço	R$ 3,80	R$ 912,00
15	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 1000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serviço	Serviço	R$ 200,00	R$ 800,00
19	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 500 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serviço	Serviço	R$ 189,00	R$ 756,00
20	7.821,00	M²	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITOTRES COQUEIROS	Serviço	Serviço	R$ 0,70	R$ 5.474,70
21	8.783,00	M²	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAODISTRITO TRES COQUEIROS	Serviço	Serviço	R$ 0,30	R$ 2.634,90
22	2,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 1.000 L AREA EXTERNA TRES COQUEIROS	Serviço	Serviço	R$ 195,00	R$ 390,00
24	6.162,04	M²	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITOVILA UNIAO E LINHA C 06	Serviço	Serviço	R$ 0,30	R$ 1.848,61
25	7.119,04	M²	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAODISTRITO VILA UNIAO E LINHA C 06	Serviço	Serviço	R$ 0,30	R$ 2.135,71
Valor Total R$						**30.748,33**	

3.ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1.O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação –**SEMED**.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**SEAMA, SEMUSA, SEMAS, e SEMTEC.**

3.3. Divisão de quantitativos por secretaria:

Quantidades conforme item 2.4. do Termo de Referência-Retificado.(ID 626150)

Item	Descrição	Class.	Secretarias					Quant. Total
			SEMED	SEMUSA	SEMAS	SEAMA	SEMTEC	
1	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS	M²	13.497,69	2.300	1.000	587,84	*	**17.385,53**
2	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO	M²	13.497,69	9.200	1.000	*	*	**23.697,69**
3	LIMPEZA E VEDAÇAO DE FORRO	M²	*	2.300	*	*	*	**2.300**
4	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA EXTERNA	Serv	10	12	4	2	*	**28**
5	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA INTERNA	Serv	*	4	6	*	2	**12**
6	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 10.000 L AREA EXTERNA.	Serv	2	*	*	*	*	**2**
7	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 2.000 L AREA EXTERNA.	Serv	4	*	*	*	*	**4**
8	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA	Serv	2	*	*	*	*	**2**
9	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA	Serv	*	4	*	*	*	**4**
10	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA INTERNA	Serv	*	4	*	*	*	**4**
11	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 500 L AREA INTERNA	Serv	2	*	*	*	*	**2**
12	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO RIO BRANCO	M²	2.562,72	240	*	*	*	**2.802,72**
13	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO DE RIO BRANCO	M²	2.562,72	960	*	*	*	**3.522,72**
14	LIMPEZA E VEDAÇAO DE FORRO DISTRITO RIO BRANCO	M²	*	240	*	*	*	**240**
15	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
16	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO	Serv	2	*	*	*	*	**2**

	DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO							
17	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 2500 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
18	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	2	*	*	*	*	**2**
19	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 500 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
20	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO TRES COQUEIROS	M²	7.500	321	*	*	*	**7.821**
21	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO TRES COQUEIROS	M²	7.500	1.283	*	*	*	**8.783**
22	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA EXTERNA TRES COQUEIROS	Serv	2	*	*	*	*	**2**
23	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA DISTRITO TRES COQUEIROS	Serv	2	4	*	*	*	**6**
24	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO VILA UNIAO E LINHA C 06	M²	5.843,04	319	*	*	*	**6.162,04**
25	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO VILA UNIAO E LINHA C 06	M²	5.843,04	1.276	*	*	*	**7.119,04**
26	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA VILA UNIAO E LINHA C 06	Serv	4	*	*	*	*	**4**
27	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA INTERNA - DISTRITO VILA UNIAO.	Serv	*	4	*	*	*	**4**

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e,

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado observado os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sitio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto*no edital*e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observado a classificação da licitação; e.
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos*no edital;*e,
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitarem a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos*do edital*, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou.
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos daalínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. Do Reajuste
6.2.1. O reajuste de preços será aplicável a presente contratação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração, nos termos do art. art. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
6.2.2. O reajuste será calculado com base na variação do IPCA/IBGE acumulada no período, ou em outro índice que venha a substituí-lo por determinação legal.
6.2.3. O reajuste contratual possui caráter obrigatório, devendo ser aplicado pelo Contratante no prazo legal, independentemente de solicitação da contratada, sem prejuízo de que esta apresente memória de cálculo quando requerido pela Administração.
6.2.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos além da variação efetivamente verificada.
6.2.5. O prazo para implementação do reajuste ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou deixar de apresentar a documentação solicitada pela Administração para a comprovação da variação dos custos, quando aplicável.
6.2.6. A data base para o reajustamento é a partir da data do orçamento estimado elaborado pela Administração Pública, independentemente do prazo de duração do contrato.
6.2.7. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão exclusivamente sobre os itens que o motivaram e apenas em relação à diferença efetivamente apurada.
6.2.8. O disposto neste item não prejudica o direito das partes de pleitearem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades quetiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item7.2e no item7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades quetiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços observado as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou,
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item9.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO (conforme item 9 do TR anexo I do Edital)
10.1. Da Entrega eDo local de entrega
- Local de Entrega**SEMTEC**: Os serviços deverão ser realizados no prédio Municipal da Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, localizada no Centro Cultural, na Avenida 1º de Maio S/N°, Setor 04, no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, em horários de expediente de segunda a sextas-feiras das 07h30min às 13h30min, ou caso muita necessidade, via agendamento por telefone (69) 3239-2362, o não cumprimento de prazos de entrega poderá implicar em penalidades do contrato por e-mailsemtec@camponovo.ro.gov.br,
Execução na Sede da SEMTEC, Avenida 1° de Maio, Setor 04, no Município de Campo Novo de Rondônia/RO.

- Local de Entrega**SEMAS**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Localizada na rua 21 de setembro, n° 1866 CEP 76.887-000, em Campo Novo de Rondônia/RO, em horários de expediente sendo das 07:30h às 13:00h em dias úteis ou mediante agendamento com o responsável pelo recebimento, através dos contatos (69) 99272-6318, (69) 98488-0972 e (69) 99295-5970,semas@camponovo.ro.gov.br,
Execução na Sede SEMAS: Rua 21 de setembro, n° 1866, Setor 02;
Execução Cras: Avenida Rio Branco, n° 2147, Setor 03;
Execução Abrigo: Avenida Tancredo Neves, Setor 02;

Execução Conselho Tutelar: Avenida Costa e Silva, Setor 02;

- Local de Entrega**SEMUSA**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua 15 De Outubro, S/N°- Posto De Saúde - em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP: 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sexta-feira das 07h30min. as 13h30min, ou via agendamento por telefone (69) 3239-2322 e (69) 3239-2342 por e-mailsemusa@camponovo.ro.gov.br,
Execução Hospital Municipal Avenida 1° De Maio, N° 2185 - Setor 03;
Execução Posto de Saúde Ubs Pacaas Novos Rua 15 De Outubro, SN;
Execução Posto De Saúde Ubs Distrito Rio Branco Rua Cerejeiras, N° 1457;
Execução Posto De Saúde Ubs Distrito Três Coqueiros Rua Sumaúma, S/N;
Execução Posto De Saúde Ubs Linha Vila União, S/N;
Execução Vig. Sanitária Avenida Tancredo Neves, N° 1949 Ceplac;
Execução Prédio/Deposito de Medicamentos Avenida Rio Branco, N° 809 - Setor 03;
Execução Prédio Locado pela Unidade Básica de Saúde Pacaás Novos, Avenida Costa e Silva, Nº1589, Setor 04;

- Local de Entrega**SEAMA**: Os serviços deverão ser realizados no prédio Municipal da Prefeitura, Localizada na Rua 21 de Setembro, Setor 02, n° 1932, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP: 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sextas-feiras das 07h30min às 13h30min, ou caso muita necessidade, via agendamento por telefone (69) 3239-2478, o não cumprimento de prazos de entrega poderá implicar em penalidades do contrato por e-mailsemapa@camponovo.ro.gov.br
Execução sede administrativa da SEAMA, Rua 21 de Setembro, Setor 02, n° 1932, CEP: 76887000.
Execução nas instalações da Feira Municipal, Avenida Tancredo Neves, Setor 02, n° 2139.

- Local de Entrega**SEMED**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Tancredo Neves, setor 02, nº 2454, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sexta-feira das 07h30min. as 13h30min, ou via agendamento por telefone (69) 3239-2308 por e-mailsemec@camponovo.ro.gov.br,
Execução E.M.E.I.F. Rio Branco Linha 02, Distrito Rio Branco, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada aproximadamente a 90 km da sede do município; zona Rural.
Execução E.M.E.I.F. Tancredo Neves II Linha C-15, Km 30, Distrito Vila União, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 30 km da sede, considerando rotas alternativas de acesso; zona Rural.
Execução E.M.E.I.E.F. 7 de Setembro BR 421, Km 150, Distrito Três Coqueiros, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 50 km da sede; zona Rural.
Execução E.M.E.I.F. Nova Floresta BR 421, Km 80, Linha C-6, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 22 km da sede, considerando diferentes trajetos de acesso; zona Rural.
Execução E.M.E.I.E.F. Cassiano Ricardo Rua Duque de Caxias, nº 2101, Setor 01, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada na zona urbana;
Execução Anexo I Vereador José Gomes da Silva Rua Duque de Caxias, s/n, Setor 01, Campo Novo de Rondônia/RO, localizado na zona urbana;
Execução C.M.E.I. Fabiana de Lourdes Bicalho Avenida Costa e Silva n° 1923, setor 04, Campo Novo de Rondônia/RO, localizado na zona urbana;
Execução Secretaria Municipal de Educação SEMED Avenida Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada na zona urbana;

10.2. DOS PRAZOS
10.2.1. A**execução**dos serviços deverá**INICIAR**no prazo de**ATÉ02 (dois) dias uteis**, contados da ciência da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho pela CONTRATADA, observadas as necessidades da Administração.
10.2.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 02 (dois) dias úteis, contados do envio de link de acesso encaminhado à CONTRATADA, por esta secretaria, podendo ser via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.2.3. O prazo para assinatura/ciência da Ordem de Entrega/Nota de Empenho será de até 01 (uma) hora, contados do envio à CONTRATADA, pela secretaria solicitante, que poderá ser encaminhada/ordenada junto à nota de empenho via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.2.4. O pagamento será efetuado no prazo de ATÉ 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos bens e da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com os arts. 140, inciso II, e 141, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
10.2.5. O prazo de vigência da ARP será de 1(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.6. O prazo para assinatura da ARP será de ATÉ 05 (cinco) dias, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3. DO RECEBIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo, que ficará responsável por comunicar os fiscais de contato sobre quaisquer irregularidades encontradas.
10.3.2. Entregue os materiais, serão os mesmos recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.
10.3.3. O prazo para assinatura/ciência da Ordem de Entrega/Nota de Empenho será de até 01 (uma) hora, contados do envio à CONTRATADA, pela secretaria solicitante, que poderá ser encaminhada/ordenada junto à nota de empenho via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.3.4. O objeto deste Termo será recebido em conformidade com o que rege o Art. 140, inciso II, letras "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.
10.3.5. A CONTRATADA deverá executar o objeto de acordo com o estipulado neste TR e o recebimento será:
- Provisório: no prazo de ATÉ 05 (cinco) dias, contado da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências.
- Definitivo: no prazo de ATÉ 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo.

11. DO REAJUSTE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11.1. Do Reajuste
11.1.1.Os preços contratados permanecerão irreajustáveis pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do orçamento estimado.

Decorrido esse prazo, poderá ser aplicado reajuste anual, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:
O percentual de reajuste será apurado considerando-se a variação acumulada do IPCA nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês de aplicação;
A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa;
Em caso de extinção do IPCA, será adotado outro índice oficial que o substitua ou, na ausência deste, o índice que melhor reflita a inflação do período, mediante justificativa fundamentada.

11.2.Das Condições de Pagamento
11.2.1. Atendendo a ordem cronológica financeira, depois do devido recebimento dos materiais pela comissão de recebimento, considerando que cada secretaria participante avaliará individualmente.
11.2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e da nota fiscal definitiva, ficando a liberação do pagamento condicionado à Regularidade Fiscal da contratada, respeitando as disponibilidades financeiras e com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
11.2.3. A emissão da nota fiscal deverá ser realizada após a entrega dos produtos e, deverão ser encaminhadas à secretaria semanalmente ou mensalmente, para fins de pagamento conforme item 12 do TR.
11.2.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos devolvidos a empresa para as correções necessárias, não respondendo a Secretaria por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos.
11.2.5. A nota fiscal/fatura deverá conter o destaque do IRRF, conforme Decreto Municipal nº 179, de 10 de agosto de 2023, e Decreto Municipal nº 20, de 24 de janeiro de 2024, que regulamentam a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre pagamentos realizados pelo Município de Campo Novo de Rondônia, bem como demais normas federais vigentes, sendo considerada não apresentada até sua regularização.
11.3. Em caso de devolução da nota fiscal para correção, o prazo para pagamento será interrompido e terá sua contagem reiniciada a partir da nova apresentação regularizada e validada pela Administração.
11.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesas não previstas em contrato, nem reconhecerá cobranças diretas de terceiros sem autorização formal expressa.
11.5. Os tributos e contribuições incidentes serão retidos na fonte, quando aplicável, conforme legislação federal, estadual e municipal vigente.
11.6. A CONTRATADA não poderá utilizar o contrato como garantia nem ceder créditos dele decorrentes sem prévia e expressa autorização do Ordenador de Despesas.
11.7. Não haverá atualização monetária ou reajuste de preços, exceto nos casos de atraso de pagamento superior ao prazo legal, por culpa exclusiva da Administração, hipótese em que se aplicará a atualização prevista no art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
11.8. É condição indispensável para o pagamento a comprovação de regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões ordinárias exigidas por lei, inclusive certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, quando aplicável.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas*no edital*.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12.4.INFRAÇÕES E SANÇÕES
12.4.1. DAS INFRAÇÕES;
12.4.1.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.5. DAS SANÇÕES;
12.5.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
12.5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
12.5.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública à contratada, ou cobrado judicialmente.
12.5.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

13. CONDIÇÕES GERAIS
13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXOI D*O EDITAL.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação/Homologação e Publicações(ID 650990),(ID 651270),(ID 651344),(ID 651346),(ID 653588)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Outubro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

Global Comercio Varejista E Servicos Em Recargas De Extintores LTDA - 22.871.544/0001-61.
Representante:
DAGMAR CESAR VIEIRA.

Publicado por:
Loana de Assis Costa
Código Identificador:BC22171E

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/PMCNR-SUPEL/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº11-917/2026.
SECRETARIA GESTORA: SEMED.
SECRETARIAS PARTICIPANTES: SEAMA, SEMUSA, SEMAS, e SEMTEC.
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

O**MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO,**inscrito no CNPJ sob o nº63.762.033/0001-99 com sede na Av. Tancredo Neves nº 2250, setor 02, em Campo Novo de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2026, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e ESTADO em 16/10/2026, processo administrativo gerenciador nº 00917/2026, RESOLVEregistrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços Para Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de**serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização, controle e afugentamento de pombos e higienização de reservatórios de água**, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, produtos saneantes registrados na ANVISA, materiais e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sede das secretarias e Distritos, e demais secretaria(s) participante(s), de acordo com as demandas, condições, quantidades e exigências das unidades estabelecidas no Edital e seus anexos,pelo período de 12 (doze) meses, especificado(s) no(s) item 2.4 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 015/2026(ID 637460), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:
2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

F.S CONSULTORIA EMPRESARIAL & SERVICOS LTDA - 64.024.526/0001-94,Endereço:Rua Walter Dourado, 5386, Bairro Centro (5º BEC), CEP: 76988-048, Vilhena/Rondônia,E-Mail:contato@neoprag.com.br,Telefone:(69) 9-9361-4353 / (69) 9-8118-6280, Representante: Danila Francisca dos Santos.

Item	Quant.	Class.	Descrição	Marca	Modelo	V. Unit.	V. Total
4	28,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 1.000 L AREA EXTERNA	Serviço	Serviço	R$ 196,00	R$ 5.488,00
5	12,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 1.000 L AREA INTERNA	Serviço	Serviço	R$ 199,00	R$ 2.388,00
8	2,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 20.000 L AREA EXTERNA	Serviço	Serviço	R$ 679,00	R$ 1.358,00
10	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 5.000 L AREA INTERNA	Serviço	Serviço	R$ 389,00	R$ 1.556,00
11	2,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 500 L AREA INTERNA	Serviço	Serviço	R$ 150,00	R$ 300,00
18	2,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO	Serviço	Serviço	R$ 479,00	R$ 958,00

			DEAGUA 5.000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO				
26	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA VILA UNIAO E LINHA C 06	Serviço	Serviço	R$ 1.899,00	R$ 7.596,00
27	4,00	Serv	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DEAGUA 5.000 L AREA INTERNA - DISTRITO VILA UNIAO.	Serviço	Serviço	R$ 749,00	R$ 2.996,00
Valor Total R$						**22.640,00**	

3.ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1.O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação –**SEMED**.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**SEAMA, SEMUSA, SEMAS, e SEMTEC.**

3.3. Divisão de quantitativos por secretaria:

Quantidades conforme item 2.4. do Termo de Referência-Retificado.(ID 626150)

Item	Descrição	Class.	Secretarias					Quant. Total
			SEMED	SEMUSA	SEMAS	SEAMA	SEMTEC	
1	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS	M²	13.497,69	2.300	1.000	587,84	*	**17.385,53**
2	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO	M²	13.497,69	9.200	1.000	*	*	**23.697,69**
3	LIMPEZA E VEDAÇAO DE FORRO	M²	*	2.300	*	*	*	**2.300**
4	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA EXTERNA	Serv	10	12	4	2	*	**28**
5	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA INTERNA	Serv	*	4	6	*	2	**12**
6	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 10.000 L AREA EXTERNA.	Serv	2	*	*	*	*	**2**
7	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 2.000 L AREA EXTERNA.	Serv	4	*	*	*	*	**4**
8	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA	Serv	2	*	*	*	*	**2**
9	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA	Serv	*	4	*	*	*	**4**
10	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA INTERNA	Serv	*	4	*	*	*	**4**
11	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 500 L AREA INTERNA	Serv	2	*	*	*	*	**2**
12	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO RIO BRANCO	M²	2.562,72	240	*	*	*	**2.802,72**
13	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO DE RIO BRANCO	M²	2.562,72	960	*	*	*	**3.522,72**
14	LIMPEZA E VEDAÇAO DE FORRO DISTRITO RIO BRANCO	M²	*	240	*	*	*	**240**
15	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
16	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	2	*	*	*	*	**2**
17	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 2500 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
18	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	2	*	*	*	*	**2**
19	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 500 L AREA EXTERNA DISTRITO RIO BRANCO	Serv	*	4	*	*	*	**4**
20	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO TRES COQUEIROS	M²	7.500	321	*	*	*	**7.821**
21	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO TRES COQUEIROS	M²	7.500	1.283	*	*	*	**8.783**
22	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 1.000 L AREA EXTERNA TRES COQUEIROS	Serv	2	*	*	*	*	**2**
23	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA EXTERNA DISTRITO TRES COQUEIROS	Serv	2	4	*	*	*	**6**
24	CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS DISTRITO VILA UNIAO E LINHA C 06	M²	5.843,04	319	*	*	*	**6.162,04**
25	DESINSETIZAÇAO / DESRATIZAÇAO / DEDETIZAÇAO DISTRITO VILA UNIAO E LINHA C 06	M²	5.843,04	1.276	*	*	*	**7.119,04**
26	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 20.000 L AREA EXTERNA VILA UNIAO E LINHA C 06	Serv	4	*	*	*	*	**4**
27	MANUTENÇAO / HIGIENIZAÇAO DE RESERVATORIO DE AGUA 5.000 L AREA INTERNA - DISTRITO VILA UNIAO.	Serv	*	4	*	*	*	**4**

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e,
4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado observado os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sitio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto*no edital* e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observado a classificação da licitação; e.
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos*no edital;* e,
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitarem a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos*do edital*, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou.

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos daalínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. Do Reajuste
6.2.1. O reajuste de preços será aplicável a presente contratação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração, nos termos do art. art. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
6.2.2. O reajuste será calculado com base na variação do IPCA/IBGE acumulada no período, ou em outro índice que venha a substituí-lo por determinação legal.
6.2.3. O reajuste contratual possui caráter obrigatório, devendo ser aplicado pelo Contratante no prazo legal, independentemente de solicitação da contratada, sem prejuízo de que esta apresente memória de cálculo quando requerido pela Administração.
6.2.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos além da variação efetivamente verificada.
6.2.5. O prazo para implementação do reajuste ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou deixar de apresentar a documentação solicitada pela Administração para a comprovação da variação dos custos, quando aplicável.
6.2.6. A data base para o reajustamento é a partir da data do orçamento estimado elaborado pela Administração Pública, independentemente do prazo de duração do contrato.
6.2.7. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão exclusivamente sobre os itens que o motivaram e apenas em relação à diferença efetivamente apurada.
6.2.8. O disposto neste item não prejudica o direito das partes de pleitearem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades quetiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item7.2e no item7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades quetiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços observado as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou,
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item9.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO (conforme item 9 do TR anexo I do Edital)
10.1. Da Entrega eDo local de entrega
- Local de Entrega**SEMTEC**: Os serviços deverão ser realizados no prédio Municipal da Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, localizada no Centro Cultural, na Avenida 1º de Maio S/N°, Setor 04, no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, em horários de expediente de segunda a sextas-feiras das 07h30min às 13h30min, ou caso muita necessidade, via agendamento por telefone (69) 3239-2362, o não cumprimento de prazos de entrega poderá implicar em penalidades do contrato por e-mailsemtec@camponovo.ro.gov.br,
Execução na Sede da SEMTEC, Avenida 1° de Maio, Setor 04, no Município de Campo Novo de Rondônia/RO.

- Local de Entrega**SEMAS**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Localizada na rua 21 de setembro, n° 1866 CEP 76.887-000, em Campo Novo de Rondônia/RO, em horários de expediente sendo das 07:30h às 13:00h em dias úteis ou mediante agendamento com o responsável pelo recebimento, através dos contatos (69) 99272-6318, (69) 98488-0972 e (69) 99295-5970,semas@camponovo.ro.gov.br,
Execução na Sede SEMAS: Rua 21 de setembro, n° 1866, Setor 02;
Execução Cras: Avenida Rio Branco, n° 2147, Setor 03;
Execução Abrigo: Avenida Tancredo Neves, Setor 02;
Execução Conselho Tutelar: Avenida Costa e Silva, Setor 02;

- Local de Entrega**SEMUSA**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua 15 De Outubro, S/N°- Posto De Saúde - em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP: 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sexta-feira das 07h30min. as 13h30min, ou via agendamento por telefone (69) 3239-2322 e (69) 3239-2342 por e-mailsemusa@camponovo.ro.gov.br,
Execução Hospital Municipal Avenida 1° De Maio, N° 2185 - Setor 03;
Execução Posto de Saúde Ubs Pacaas Novos Rua 15 De Outubro, SN;
Execução Posto De Saúde Ubs Distrito Rio Branco Rua Cerejeiras, N° 1457;
Execução Posto De Saúde Ubs Distrito Três Coqueiros Rua Sumaúma, S/N;
Execução Posto De Saúde Ubs Linha Vila União, S/N;
Execução Vig. Sanitária Avenida Tancredo Neves, N° 1949 Ceplac;
Execução Prédio/Deposito de Medicamentos Avenida Rio Branco, N° 809 - Setor 03;
Execução Prédio Locado pela Unidade Básica de Saúde Pacaás Novos, Avenida Costa e Silva, Nº1589, Setor 04;

- Local de Entrega**SEAMA**: Os serviços deverão ser realizados no prédio Municipal da Prefeitura, Localizada na Rua 21 de Setembro, Setor 02, n° 1932, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP: 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sextas-feiras das 07h30min às 13h30min, ou caso muita necessidade, via agendamento por telefone (69) 3239-2478, o não cumprimento de prazos de entrega poderá implicar em penalidades do contrato por e-mailsemapa@camponovo.ro.gov.br
Execução sede administrativa da SEAMA, Rua 21 de Setembro, Setor 02, n° 1932, CEP: 76887000.
Execução nas instalações da Feira Municipal, Avenida Tancredo Neves, Setor 02, n° 2139.

- Local de Entrega**SEMED**: Os serviços deverão ser realizados no prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Tancredo Neves, setor 02, nº 2454, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, em horários de expediente de segunda a sexta-feira das 07h30min. as 13h30min, ou via agendamento por telefone (69) 3239-2308 por e-mailsemec@camponovo.ro.gov.br,
Execução E.M.E.I.F. Rio Branco Linha 02, Distrito Rio Branco, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada aproximadamente a 90 km da sede do município; zona Rural.
Execução E.M.E.I.F. Tancredo Neves II Linha C-15, Km 30, Distrito Vila União, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 30 km da sede, considerando rotas alternativas de acesso; zona Rural.

Execução E.M.E.I.E.F. 7 de Setembro BR 421, Km 150, Distrito Três Coqueiros, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 50 km da sede; zona Rural.
Execução E.M.E.I.F. Nova Floresta BR 421, Km 80, Linha C-6, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada a aproximadamente 22 km da sede, considerando diferentes trajetos de acesso; zona Rural.
Execução E.M.E.I.E.F. Cassiano Ricardo Rua Duque de Caxias, nº 2101, Setor 01, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada na zona urbana;
Execução Anexo I Vereador José Gomes da Silva Rua Duque de Caxias, s/n, Setor 01, Campo Novo de Rondônia/RO, localizado na zona urbana;
Execução C.M.E.I. Fabiana de Lourdes Bicalho Avenida Costa e Silva n° 1923, setor 04, Campo Novo de Rondônia/RO, localizado na zona urbana;
Execução Secretaria Municipal de Educação SEMED Avenida Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, Campo Novo de Rondônia/RO, localizada na zona urbana;

10.2. DOS PRAZOS
10.2.1. A**execução**dos serviços deverá**INICIAR**no prazo de**ATÉ02 (dois) dias uteis**, contados da ciência da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho pela CONTRATADA, observadas as necessidades da Administração.
10.2.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 02 (dois) dias úteis, contados do envio de link de acesso encaminhado à CONTRATADA, por esta secretaria, podendo ser via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.2.3. O prazo para assinatura/ciência da Ordem de Entrega/Nota de Empenho será de até 01 (uma) hora, contados do envio à CONTRATADA, pela secretaria solicitante, que poderá ser encaminhada/ordenada junto à nota de empenho via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.2.4. O pagamento será efetuado no prazo de ATÉ 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos bens e da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com os arts. 140, inciso II, e 141, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
10.2.5. O prazo de vigência da ARP será de 1(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.6. O prazo para assinatura da ARP será de ATÉ 05 (cinco) dias, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3. DO RECEBIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo, que ficará responsável por comunicar os fiscais de contato sobre quaisquer irregularidades encontradas.
10.3.2. Entregue os materiais, serão os mesmos recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.
10.3.3. O prazo para assinatura/ciência da Ordem de Entrega/Nota de Empenho será de até 01 (uma) hora, contados do envio à CONTRATADA, pela secretaria solicitante, que poderá ser encaminhada/ordenada junto à nota de empenho via e-mail, impresso, ou mesmo confirmada via telefone/WhatsApp sendo contato imediato.
10.3.4. O objeto deste Termo será recebido em conformidade com o que rege o Art. 140, inciso II, letras "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.
10.3.5. A CONTRATADA deverá executar o objeto de acordo com o estipulado neste TR e o recebimento será:
- Provisório: no prazo de ATÉ 05 (cinco) dias, contado da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências.
- Definitivo: no prazo de ATÉ 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo.

11. DO REAJUSTE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11.1. Do Reajuste
11.1.1.Os preços contratados permanecerão irreajustáveis pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do orçamento estimado.
Decorrido esse prazo, poderá ser aplicado reajuste anual, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:
O percentual de reajuste será apurado considerando-se a variação acumulada do IPCA nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês de aplicação;
A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa;
Em caso de extinção do IPCA, será adotado outro índice oficial que o substitua ou, na ausência deste, o índice que melhor reflita a inflação do período, mediante justificativa fundamentada.

11.2.Das Condições de Pagamento
11.2.1. Atendendo a ordem cronológica financeira, depois do devido recebimento dos materiais pela comissão de recebimento, considerando que cada secretaria participante avaliará individualmente.
11.2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e da nota fiscal definitiva, ficando a liberação do pagamento condicionado à Regularidade Fiscal da contratada, respeitando as disponibilidades financeiras e com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
11.2.3. A emissão da nota fiscal deverá ser realizada após a entrega dos produtos e, deverão ser encaminhadas à secretaria semanalmente ou mensalmente, para fins de pagamento conforme item 12 do TR.
11.2.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos devolvidos a empresa para as correções necessárias, não respondendo a Secretaria por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos.
11.2.5. A nota fiscal/fatura deverá conter o destaque do IRRF, conforme Decreto Municipal nº 179, de 10 de agosto de 2023, e Decreto Municipal nº 20, de 24 de janeiro de 2024, que regulamentam a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre pagamentos realizados pelo Município de Campo Novo de Rondônia, bem como demais normas federais vigentes, sendo considerada não apresentada até sua regularização.
11.3. Em caso de devolução da nota fiscal para correção, o prazo para pagamento será interrompido e terá sua contagem reiniciada a partir da nova apresentação regularizada e validada pela Administração.
11.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesas não previstas em contrato, nem reconhecerá cobranças diretas de terceiros sem autorização formal expressa.
11.5. Os tributos e contribuições incidentes serão retidos na fonte, quando aplicável, conforme legislação federal, estadual e municipal vigente.

11.6. A CONTRATADA não poderá utilizar o contrato como garantia nem ceder créditos dele decorrentes sem prévia e expressa autorização do Ordenador de Despesas.
11.7. Não haverá atualização monetária ou reajuste de preços, exceto nos casos de atraso de pagamento superior ao prazo legal, por culpa exclusiva da Administração, hipótese em que se aplicará a atualização prevista no art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
11.8. É condição indispensável para o pagamento a comprovação de regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões ordinárias exigidas por lei, inclusive certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, quando aplicável.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas*no edital*.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
12.4.INFRAÇÕES E SANÇÕES
12.4.1. DAS INFRAÇÕES;
12.4.1.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.5. DAS SANÇÕES;
12.5.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
12.5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
12.5.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública à contratada, ou cobrado judicialmente.
12.5.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

13. CONDIÇÕES GERAIS
13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXOI D*O EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação/Homologação e Publicações(ID 650990),(ID 651270),(ID 651344),(ID 651346),(ID 653588)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Outubro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

F.S Consultoria Empresarial & Servicos LTDA - 64.024.526/0001-94.
Representante:
DANILA FRANCISCA DOS SANTOS.

Publicado por:
Loana de Assis Costa
Código Identificador:596D6A00

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO N° 10.706, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza a inclusão e readequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 20.766,08 (Vinte mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos) destinado ao remanejamento orçamentário para atender a Secretaria Municipal Geral - SEMG.

O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI Nº 1.839 DE 14 DE JANEIRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 20.766,08 (Vinte mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos), destinado ao remanejamento orçamentário para a Secretaria Municipal Geral - SEMG para atender a Contratação de prestação de serviço referente a realização de leilão público Obedecendo às vinculações e classificações orçamentárias constantes abaixo:

02.000	PODER EXECUTIVO						
02.006	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMUC						
PROJETO/ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FICHA	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
13.392.0010.2.014	GERENCIAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUC	96	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500.0000.0000	R$ 10.000,00	
13.392.0010.2.014	GERENCIAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUC	97	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500.0000.0000	R$ 10.000,00	
13.392.0010.2.014	GERENCIAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUC	569	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500.0000.0000	R$ 766,08	
02.012	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL -SEMG						
04.122.0005.2.041	GERIR A EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEMG	179	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500.0000.0000		R$ 20.766,08
SUB-TOTAL						R$ 20.766,08	R$ 20.766,08
TOTAL GERAL						R$ 20.766,08	

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:A0E271E4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 421, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo **artigo 4º, inciso I, da LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2026 (Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025)**;

RESOLVE:

Art. 1º **ABRIR** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 14.474,40** (Catorze Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos), necessário para o ***"reforço"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto.

Art. 2º Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto:

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 3º Este **Decreto** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ID: 642017 e CRC: 0CC48D3A

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 421/2026

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º do Decreto) – SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0004.2.004	Atividades do Tiro de Guerra	24	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SD	6.564,00
06.00	**SEMAPIN**						
06.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
06.01.04.122.0025.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	316	3.1.90.13	Obrigações Patronais	0.1.500 0	RNVI SD	5.000,00
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	394	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	931,00
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.28.846.0026.0.002	Sentenças Judiciais	687	3.3.90.91	Sentenças Judiciais	0.1.500 0	RNVI SD	1.979,40
TOTAL GERAL							**14.474,40**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º do Decreto) – REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0004.2.004	Atividades do Tiro de Guerra	25	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SD	6.564,00
06.00	**SEMAPIN**						
06.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
06.01.04.122.0025.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	321	3.3.90.95	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	0.1.500 0	RNVI SD	5.000,00
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	401	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	931,00
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.28.846.0026.0.002	Sentenças Judiciais	686	3.1.90.91	Sentenças Judiciais	0.1.500 0	RNVI SD	1.979,40
TOTAL GERAL							**14.474,40**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 07:19:38

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642017 e o CRC 0CC48D3A.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:CFD748DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA N° 036, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o Transporte Escolar do município, atendendo assim, às demandas da SEMED.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642024 e CRC: 91EA2E91

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 036/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.053	Atividades do Transporte Escolar	413	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.553 0	TRFNDERPNATE SD	50.000,00
TOTAL GERAL							**50.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.053	Atividades do Transporte Escolar	410	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.553 0	TRFNDERPNATE SD	50.000,00
TOTAL GERAL							**50.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 07:22:43
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Neurivan De Sousa Almeida
Assessor Especial de Governo
22/10/2026 07:20:55
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642024 e o CRC 91EA2E91.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:53D209AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 030, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º **PROMOVER** ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com a folha de pagamento referente ao mês de outubro/2026 dos servidores lotados na SEMAPIN.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642018 e CRC: 504353BD
Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 030/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
06.00	**SEMAPIN**						
06.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
06.01.04.122.0025.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	316	3.1.90.13	Obrigações Patronais	0.1.500 0	RNVI SD	20.000,00
TOTAL GERAL							**20.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
06.00	**SEMAPIN**						
06.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
06.01.04.122.0025.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	318	3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.500 0	RNVI SD	20.000,00
TOTAL GERAL							**20.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

Assinaturas Eletrônicas

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito
22/10/2026 07:20:10
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessor Especial De Governo
22/10/2026 07:19:01
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642018 e o CRC 504353BD.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:10E84660

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 031, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º **PROMOVER** ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando o empenhamento da despesa com o ressarcimento ao Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (DETRAN-RO) dos custos decorrentes da execução do **Convênio nº 014/2022/PGE-DETRAN**.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642019 e CRC: 49DAD41A
Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 031/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0024.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	33	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0.1.500 0	RNVI SD	1.500,00
TOTAL GERAL							**1.500,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0024.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	29	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	0.1.500 0	RNVI SD	1.500,00
TOTAL GERAL							**1.500,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

Assinaturas Eletrônicas

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito
22/10/2026 07:22:38
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessor Especial De Governo
22/10/2026 07:19:23
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642019 e o CRC 49DAD41A.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:149C0616

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 032, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º **PROMOVER** ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando a despesa com a concessão de diárias para o deslocamento de servidores fora da sede do município para reuniões e capacitações de interesse da Administração Pública, atendendo assim à SEMUSA.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642020 e CRC: 7B8769A3

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 032/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0024.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	594	3.3.90.14	Diárias - Civil	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	13.000,00
TOTAL GERAL							**13.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0024.2.003	Atividades Administrativas e Operacionais	595	3.3.90.30	Material de Consumo	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	13.000,00
TOTAL GERAL							**13.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

Assinaturas Eletrônicas

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito
22/10/2026 07:22:39
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessor Especial De Governo
22/10/2026 07:19:40
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642020 e o CRC 7B8769A3.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:457FB842

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 033, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º **PROMOVER** ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando a despesa com a concessão de diárias para o deslocamento de servidores fora da sede do município para reuniões e capacitações de interesse da Administração Pública, atendendo assim à SEMUSA.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642021 e CRC: 5E27A8F0

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 033/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR

Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do SUS**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0020.2.062	Atendimento de Média e Alta Complexidade (MAC) "Atendimento Ambulatori Emergencial e Hospitalar"	639	3.3.90.14	Diárias - Civil	0.1.600 0	TFFRSUSPGF - BMASPS SD	10.000,00
TOTAL GERAL							**10.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do SUS**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0020.2.062	Atendimento de Média e Alta Complexidade (MAC) "Atendimento Ambulatori Emergencial e Hospitalar"	640	3.3.90.30	Material Consumo	0.1.600 0	TFFRSUSPGF - BMASPS SD	10.000,00
TOTAL GERAL							**10.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial De Governo Por Delegação
Decreto Nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

Assinaturas Eletrônicas

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito
22/10/2026 07:22:40
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessor Especial De Governo
22/10/2026 07:19:58
Assinado Na Forma Do Decreto Municipal Nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642021 e o CRC 5E27A8F0.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:FA533DED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 034, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º **PROMOVER** ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com a folha de pagamento referente ao mês de outubro/2026 dos servidores lotados na SEMED.
Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ID: 642022 e CRC: ADA8BD11

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 034/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FUNDEB**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0025.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	448	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	70.1.540 1070	TFUNDEB-ITI IPAPRPEBEE	31.197,45
TOTAL GERAL							**31.197,45**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
***Recursos do FUNDEB**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0025.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	446	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	70.1.540 1070	TFUNDEB-ITI IPAPRPEBEE	5.000,00
		454	3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	70.1.540 1070	TFUNDEB-ITI IPAPRPEBEE	26.197,45
TOTAL GERAL							**31.197,45**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 07:22:41
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Neurivan De Sousa Almeida
Assessor Especial de Governo
22/10/2026 07:20:14
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642022 e o CRC ADA8BD11.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:57850F61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 035, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto na **alínea "a", do inciso VIII, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025**, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme **ANEXO ÚNICO** desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o pagamento da Bolsa-Estágio dos estagiários que se encontram realizando estágio na SEMED.

Art. 2º Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026 (Assinado Digitalmente)

ID: 642023 e CRC: B9338548

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 035/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	394	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	1.000,00
TOTAL GERAL							**1.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	400	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	1.000,00
TOTAL GERAL							**1.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

NEURIVAN DE SOUSA ALMEIDA
Assessora Especial de Governo Por Delegação Decreto nº 416/2026
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
22/10/2026 07:22:42
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Neurivan De Sousa Almeida
Assessor Especial de Governo
22/10/2026 07:20:33
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 642023 e o CRC B9338548.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:0BE7EFE9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09/2026/SEMED-MDO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento no inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal e nas Leis Municipais nº 544/2002, 820/2007, 938/2009, 1073/2011 e 1.102/2012 e posteriores alterações, e de acordo com a documentação constante no Processo nº 4327/2025, **CONVOCA** os (as) candidatos (as) abaixo a comparecerem junto ao Departamento de Recursos Humanos na Sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, localizada na Av. Tancredo Neves nº 2.584, Centro, Machadinho D'Oeste/RO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Publicação deste edital, nos horários de atendimento das 07:30h ás 13:30h, para fins de contratação temporária, conforme classificado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2026.

PROFESSOR PEDAGOGO/NORMAL SUPERIOR (NÍVEL II) 30 HORAS - ÁREA URBANA/RURAL

N.º CLASSIFICAÇÃO	NOME
175°	Juliane da Silva Oliveira
176°	Adrielle Poncio de Oliveira
177°	Ismaely Cristina de Souza Santos
178°	Sandra Aparecida França Morais

PSICÓLOGO EDUCACIONAL - 40 HORAS

N.º CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	Wilka Mayara Dourado
2°	Fernanda Alves de Carvalho
3°	Valéria Menegate dos Reis
4°	Daiana Rodrigues de Melo
5°	Jéssica Cristina Ferreira da S. Maciel
6°	Elaine Regina da Silva

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

TIPO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
01 original	Fotografia ¾ (recente);	
01 cópia	Cédula de Identidade;	
01 cópia	CPF/MF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;	2ª via, emitir no site da Receita Federal.
01 cópia	Título de Eleitor;	
01 original	Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;	Emitir no site do TRE.
01 cópia	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); física ou digital.	Páginas da física: número e série, qualificação civil.
01 cópia	CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais;	Emitir no site ou aplicativo Meu INSS.
01 cópia	Diploma ou Histórico, devidamente registrado, de Conclusão de Curso/Formação conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;	
01 cópia	Número do PIS/PASEP, disponível em documentos oficiais, tais como: Cartão Cidadão, CTPS, documento fornecido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;	
01 original	Caso o candidato não possua cadastro no PIS/PASEP, apresentar declaração de não ser cadastrado;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Certidão de Nascimento ou Casamento com as respectivas averbações se for o caso;	
01 cópia	Se casado (civilmente) apresentar cópia CPF cônjuge;	
01 cópia	Certidão de Nascimento dos dependentes legais menores de 21 anos de idade; e CPF.	
01 cópia	Cartão de vacina dos dependentes até 05 anos;	

01 original	Declaração de frequência escolar dos dependentes com idade a partir de 04 anos;	
01 cópia	Carteira de Reservista (destinada ao sexo masculino);	
01 cópia	Comprovante de Residência (caso o comprovante não esteja em nome do candidato, apresentar declaração do proprietário do imóvel que ali reside ou se for o caso cópia do contrato de locação);	
01 original	Declaração constando contato telefônico;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil;	
01 original	Caso o candidato não possua conta no Banco do Brasil, apresentar declaração de não possuir conta;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Certidão Negativa de Débitos com o Município de Machadinho D´Oeste/RO;	Emitir no Prédio da Receita Municipal.
01 original	Certidão Negativa de Débitos Estadual e Federal;	Emitida e validada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br e www.sefin.ro.gov.br
01 original	Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;	Emitida e validada através do site: www.tce.ro.gov.br
01 original	Certidão Negativa da Justiça Federal das Regiões onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;	Emitida e validada através do site: www.cjf.jus.br
01 original	Certidão Negativa da Justiça Estadual das comarcas onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;	Emitida e validada através do site: www.tj.ro.gov.br ou através de site específico das comarcas onde residiu nos últimos 05 anos.
01 original	Auto-declaração étnico-racial, para fins do disposto na Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.784/2023, em cumprimento a Lei nº 14.553/2023;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração se possui ou não dependentes para dedução no Imposto de Renda; contendo nome, CPF e grau de parentesco; acompanhada de cópia de CPF do dependente e documento de identificação;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração se possui ou não dependentes menores de 14 anos para recebimento do salário família; contendo nome e CPF, acompanhada de cópia da certidão de nascimento, declaração escolar e cartão de vacina;	Emissão do próprio candidato.
01 cópia	Declaração do Imposto de Renda IRRF. O candidato que tenha exercido cargo comissionado, função gratificada ou cargo político no último ano/exercício, apresentar Declaração de Bens e Rendas enviada ao Tribunal de Contas; I.N. 28/TCE/RO/2012	
01 original	Caso o candidato não declare Imposto de Renda, apresentar declaração de bens e valores;	Emissão do próprio candidato.
02 originais	Declaração do candidato informando se ocupa ou não cargo público.	Emissão do próprio candidato.
02 originais	Caso o candidato ocupe cargo público, deverá apresentar também certidão expedida pelo órgão de lotação contendo as seguintes especificações: cargo, escolaridade exigida para o exercício do cargo, carga horária contratual, vínculo jurídico do cargo, dias, horários, escala de plantão e a unidade administrativa em que exerce suas funções;	
01 original	Declaração de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do serviço público;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Declaração informando sobre a existência ou não de Investigações Criminais, Ações Cíveis, Penais ou Processo Administrativo em que figure como indiciado ou parte;	Emissão do próprio candidato.
01 original	Caso inscrito para as vagas destinadas a portadores de necessidade especial apresentar laudo médico evidenciando a aptidão para a função pretendida.	
Exames Médicos	Atestado de sanidade física e mental.	
01 cópia	Edital de convocação.	

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por PAULO HENRIQUE DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL, em 21/10/2026 às 14:37, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID 1076189 e o código verificador D9F7136E.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	KAREN DANIELE DE SOUZA AMANCIO	***.099.002-**	21/10/2026 14:17

Referência: Processo nº 1-4327/2025.	Docto ID: 1076189 v1

Publicado por:
Angelica Figueiredo de Azevedo
Código Identificador:D35F13E3

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO ÚNICO - DECRETO MUNICIPAL Nº 5248

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

ANEXO ÚNICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5248, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação – Fonte 1.540 FUNDEB – Exercício 2026
Órgão: 02 – Executivo Municipal
Unidade: 02.05 – Secretaria Municipal de Educação
Fonte de Recursos: 1.540 – FUNDEB
1. Unidade 020501 – Ensino Infantil – Creche
Ação 2039 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche (Função Programática 12.365.0013.2039.0000)

Ficha	Natureza da Despesa	IDUSO	Cód. Aplicação	Detalham.	Valor (R$)
210	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	70	003.038	1070	100.000,00
214	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	20.000,00
227	3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30	003.039	0	20.000,00
Subtotal Creche					**140.000,00**

2. Unidade 020502 – Ensino Infantil – Pré-Escola
Ação 2040 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré (Função Programática 12.365.0013.2040.0000)

Ficha	Natureza da Despesa	IDUSO	Cód. Aplicação	Detalham.	Valor (R$)
238	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	20.000,00

Subtotal Pré-Escola	**20.000,00**

3. Unidade 020503 – Ensino Fundamental
Ação 2041 – Manutenção do Ensino Fundamental (Função Programática 12.361.0014.2041.0000)

Ficha	Natureza da Despesa	IDUSO	Cód. Aplicação	Detalham.	Valor (R$)
286	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	70	003.038	1070	700.000,00
288	3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais	70	003.038	1070	80.000,00
291	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	200.000,00
292	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	20.000,00
301	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	600,00
292	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.040	1070	20.000,00
301	3.1.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30	003.039	0	650,00
303	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	30	003.039	0	275.697,02
905	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	30	003.039	1071	1.500.000,00
904	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	30	003.039	1071	300.000,00
Subtotal Ensino Fundamental					**3.096.947,02**

Ação 1032 – Construção/Ampliação e Reforma de Unidades Escolares (Função Programática 12.361.0014.1032.0000)

Ficha	Natureza da Despesa	IDUSO	Cód. Aplicação	Detalham.	Valor (R$)
281	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	30	003.039	0	457.052,98
Subtotal Ação 1032					**457.052,98**

4. Unidade 020504 – Ensino Especial
Ação 2026 – Manutenção da Educação Especial (Função Programática 12.367.0011.2026.0000)

Ficha	Natureza da Despesa	IDUSO	Cód. Aplicação	Detalham.	Valor (R$)
669	3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais	70	003.038	1070	3.000,00
671	3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	70	003.038	1070	15.000,00
673	3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais – Operações Intraorçamentárias	70	003.038	1070	15.000,00
697	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	70	003.038	1070	250.000,00
675	3.1.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30	003.039	0	3.000,00
Subtotal Ensino Especial					**286.000,00**

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 22/10/2026 às 12:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1077350** e o código verificador **969481AC**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:0CF85B19

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
ERRATA DO DECRETO Nº. 7.098/PMMA/2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92
ERRATA DO DECRETO Nº. 7.098/PMMA/2026.

"CORRIGE ERRO MATERIAL NO DECRETO N. 7.098/PMMA/2026 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR CORRIGE O DECRETO N. 7.098/PMMA/2026, HAJA VISTA ERRO MATERIAL, O QUAL PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

ONDE SE-LÊ:

PMMA/ SEMOSP	Administração	Administração Geral	Gestão da Politica de Transporte e desenvolvimento Urbano e Rural	Atividade	Atendimento ao Desenvolvimento da SEMOSP	Material de Consumo	120.000,00	Recursos não Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores

LEIA – SE:

02/005	04	122	0007	2	014	3.3.90.30.00.00	R$	25000000
PMMA/ SEMOSP	Administração	Administração Geral	Gestão da Politica de Transporte e desenvolvimento Urbano e Rural	Atividade	Atendimento ao Desenvolvimento da SEMOSP	Material de Consumo	120.000,00	Recursos não Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores

Ministro Andreazza/RO, 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Procuradora do Munícipio – OAB/RO 2209

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003 POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:93F2DFC0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROPOSTA CONCESSÃO DIARIA FÁBIO

LEI DE CRIAÇÃO 369 DE 13/02/1992
ANEXO I – Lei Municipal 279/2003
(Unidade Orçamentária ou Administrativa)
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA/20/2026
PROPONENTE:

Nome:	DAVI RIBEIRO DIAS
Cargo, Função ou Emprego:	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROPOSTA:

Nome:	**FABIO RIBEIRO DALAPICOLA**		
Cargo, Função ou Emprego:	Motorista (CLT)	Mat:	3073
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
CPF- 885.589.592-34			
LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO: O servidor irá se deslocar até a cidade de Teixeirópolis-RO, no dia 22 de outubro de 2026, com a finalidade de levar equipamento.			

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**22/10/2026**	Chegada em	**22/10/2026**	Nº de Dias	**01**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE TERRESTRE	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA / RO	**TEIXEIRÓPOLIS /RO**

VALOR DA DIÁRIA
Valor de Referência= R$ 41,70

Nível Referente ou Equivalência	*******	Percentual	******
Nível Referente ou Equivalência	**04UPFM**	Percentual	**100 %**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL R$
Teixeirópolis/RO	**01 Diária sem pernoite**	**R$ 166,80**	**R$ 166,80**
Valor Total R$			**R$ 166,80**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento).
Em 22/10/2026.

(Assinatura Eletrônica)
DAVI RIBEIRO DIAS
Sec. Mun. de Obras e Serviços Públicos
Port:7380/2025

Publicado por:
Nair Rodrigues Sobreira de Jesus
Código Identificador:DFF33B9D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.235, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.235, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

PARECIS/RO, 21 de outubro de 2026.

INSTITUI O SISTEMA PARA VALIDAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DESIF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARECIS/RO, MARCONDES DE CARVALHO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base na legislação em vigor, e;

CONSIDERANDO o que consta particularmente na lei orgânica Municipal, e suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de se implementar métodos informatizados na Administração Tributária Municipal visando a aumentar a capacidade de fiscalização da municipalidadeÍ¾

CONSIDERANDO as especificidades operacionais das instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central - BACEN, e as demais Pessoas Jurídicas obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF, que consiste em sistema eletrônico para registro e apuração das contas tributáveis, calculo e emissão do respectivo documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS, devido pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Art. 2º. A DESIF deverá ser entregue pela instituição financeira exclusivamente por meio do sistema eletrônico DATASIF da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Parecis/RO, disponível no endereço eletrônico https://parecis.datasif.com.br, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

Art. 3º. Deverá ser preenchida e apresentada uma DESIF para cada estabelecimento sujeito à inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal.

Art. 4º. A DESIF deverá ser preenchida respeitando a codificação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e suas informações deverão coincidir com os dados enviados pela instituição financeira ao Banco Central do Brasil.

Art. 5º. Integrarão a DESIF:

• balancete analítico mensal, contendo todas as contas dos grupos 1 a 9 do Plano COSIF, incluindo os códigos e subcódigos das rubricas, bem como a respectiva movimentação financeira de cada mês;
• plano de contas analítico anual o mesmo homologado ao Banco Central do Brasil, com o código, a denominação e a descrição da função de todas as contas dos grupos 1 a 9 do Plano COSIF, e ainda, obrigatoriamente, com o detalhamento até o nível máximo de desdobramentos em subcontas e subtítulos, indicando, sempre, os códigos correspondentes do referido COSIF;
• respostas aos questionamentos fiscais sobre a natureza de contas e subcontas para fins de apuração do fato gerador do ISS;
• Informações quanto aos serviços tomados e a retenção na fonte do ISS.

Art. 6º. O sistema impedirá o envio da DESIF que não esteja completa segundo o conteúdo exigido pelo artigo anterior, sujeitando a instituição financeira infratora às penalidades decorrentes da não remessa da declaração.

Art. 7º. O não envio ou mesmo o envio incompleto da DESIF, no prazo previsto no art. 2º, acarretará as penalidades previstas na legislação tributária do Município.

Art. 8º. A Declaração Eletrônica das Instituições Financeiras DESIF, deverá ser gerada em conformidade com as especificações constantes no Anexo I.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ANEXO I

• INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o layout que será utilizado pelos sistemas das Instituições Financeiras para exportar os Planos de Contas internos e Balancete, permitindo assim que sejam transferidas informações ao sistema dataSIF da Prefeitura Municipal de PARECIS- RO.
Será necessário realizar o cadastro da instituição Financeira junto ao setor de fiscalização, após o cadastro será fornecido um usuário e senha para acessar o sistema no endereço: https://parecis.datasif.com.br/.

• FORMATO E LAYOUT

A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras será realizada por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes, para a importação de dados que a compõem.

2.1 Formato do Arquivo

Arquivo único por módulo de declaração contendo os registros conforme leiaute definido, padrão de codificação UTF-8, no formato txt, com as seguintes delimitações:

	Tipo		Delimitador
		Símbolo	Descrição
Campo			“	” Pipeline (Barra vertical)

Legenda

TÍTULO	NOME	DESCRIÇÃO
Nº	Número	Indica o número do campo.
Campo	Campo	Indica o mnemônico do campo.
Descrição	Descrição	Indica a descrição da informação requerida no campo respectivo.
Obr	Obrigatório	Obrigatoriedade de preenchimento.
Tipo	Tipo	N – Numérico
		C – Caracteres
		D – A data completa equivale a numérico de 8 caracteres, padrão “AnoMesDia”, formato aaaammdd,
		excluindo-se quaisquer caracteres de separação (tais como “.”, “/“, “-” etc.)
		Campos cujo padrão é “AnoMes” (aaaamm), excluindo-se quaisquer caracteres de separação (tais como “.”, “/“, “-”);
Tam	Tamanho	Quantidade máxima de caracteres ou precisão numérica, dependendo do tipo de informação.
		16,2 = 14 inteiros e 2 decimais - Formato: 99999999999999,99. Utilizar “,” (vírgula) como separador de casa
		decimal e “-” (traço) para identificar valor negativo. Não utilizar separadores de milhar ou quaisquer outros

2.2 Formato e Layout – Plano de Contas
O formato TXT utilizará 3 tipos de registro, na disposição que são apresentados:

• Registro tipo 0000: Abertura do arquivo digital;
• Registro tipo 0100: Plano geral de contas comentado;
• Registro tipo 9999: Encerramento do arquivo digital.

2.2.1 Registro Tipo 0000 – Abertura do Arquivo Digital
Registro 0000: Abertura do arquivo digital, identificação da Instituição e da declaração

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘0000’	S	N	4*	Só pode haver um registro 0000 na declaração e deve estar, obrigatoriamente, na primeira linha.
3	CNPJ	Identificação da Instituição composta dos 14 algarismos do CNPJ	S	N	14*	Somente algarismos numéricos.
4	Nome	Razão Social da Instituição	S	C	100	
5	Data do Arquivo	Data de geração do arquivo. Formato aaaammdd	S	D	8*	Data válida. Não pode ser posterior à data-fim da declaração e nem à data corrente.
6	Versao	Texto fixo contendo ‘3.0’	S	C	3*	

2.2.2 Registro Tipo 0100 – Plano Geral de Contas Comentado
Registro 0100: Plano geral de contas comentado – PGCC

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘0100’	S	N	4	
3	Conta	Código do Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, de acordo com o Plano de Contas – PGCC interno.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação.
4	Titulo	Título do Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título e Subtítulo de acordo com o PGCC interno.	S	C	100	
5	Função	Descrição detalhada que permita a identificação da natureza da operação nela contabilizada.	S	C	600	Função da conta
6	COSIF	Código da conta no COSIF.	S	N	8*	Sem máscara de formatação. Deve existir na Tabela do COSIF. COSIF (Anexo 01). Deve seguir a mesma estrutura hierárquica do COSIF. Se a conta é desdobrada de conta mais analítica do COSIF, repetir o COSIF da superior. A conta desdobrada deve usar o mesmo COSIF da conta mista.
7	Serviço	Código de identificador de outro serviço ou produto	N	N	4	Deve existir na Tabela de Identificação de Outros Produtos e Serviços. Tabela de Tributação Municipal (Anexo 02). Sem máscara de formatação.

2.2.3 Registro Tipo 9999 – Encerramento do Arquivo Digital

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros

2	Registro	Texto fixo contendo ‘9999’	S	N	4*	Só pode haver um registro 9999 na declaração e deve estar, obrigatoriamente, na primeira linha.
3	Qtd_Linha	Quantidade total de linhas do Registro 0100	S	N	14*	Somente algarismos numéricos.

2.2.4 Layout modelo – Plano de Contas

2.3 Formato e Layout – Balancete

O formato TXT utilizará 3 tipos de registro, na disposição que são apresentados:

• Registro tipo 0000: Abertura do arquivo digital;
• Registro tipo 0200: Balancete;
• Registro tipo 9999: Encerramento do arquivo digital.

2.3.1 Registro Tipo 0000 – Abertura do Arquivo Digital

Registro 0000: Abertura do arquivo digital, identificação da Instituição e da declaração

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘0000’	S	N	4*	Só pode haver um registro 0000 na declaração e deve estar, obrigatoriamente, na primeira linha.
3	CNPJ	Identificação da Instituição composta dos 14 algarismos do CNPJ	S	N	14*	Somente algarismos numéricos.
4	Nome	Razão Social da Instituição	S	C	100	
5	Periodo	Período de apuração da Competência. Formato aaaamm	S	C	6*	
6	dt_ini	Data inicial das informações contidas no arquivo. Formato aaaammdd	S	D	8*	
7	dt_fim	Data final das informações contidas no arquivo. Formato aaaammdd	S	D	8*	
8	Versao	Texto fixo contendo ‘3.0’	S	C	3*	

2.3.2 Registro Tipo 0200 – Balancete
Registro 0200: Plano geral de contas comentado – PGCC

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘0200’	S	N	4	
3	Conta	Código do Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, de acordo com o Plano de Contas – PGCC interno.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação.
4	COSIF	Código da conta no COSIF.	S	N	8*	Sem máscara de formatação. Deve existir na Tabela do COSIF. COSIF (Anexo 01). Deve seguir a mesma estrutura hierárquica do COSIF. Se a conta é desdobrada de conta mais analítica do COSIF, repetir o COSIF da superior. A conta desdobrada deve usar o mesmo COSIF da conta mista.
5	Servico	Código de identificador de outro serviço ou produto	N	N	4	Deve existir na Tabela de Identificação de Outros Produtos e Serviços. Tabela de Tributação Municipal (Anexo 02). Sem máscara de formatação.
6	Base_Calculo	Valor da receita Bruta Total em R$, de acordo com o Plano de Contas	S	N	16,2	O valor deve ser maior ou igual a zero

2.3.3 Registro Tipo 9999 – Encerramento do Arquivo Digital

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de preenchimento
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	8	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘9999’	S	N	4*	Só pode haver um registro 9999 na declaração e deve estar, obrigatoriamente, na primeira linha.
3	Qtd_Linha	Quantidade total de linhas do Registro 0200	S	N	14*	Somente algarismos numéricos.

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:AF2FBB71

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 051/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 051/2026 – PROCESSO Nº. 015.001672/2026-11.
O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR, no Decreto nº 21.168, de 16 de julho de 2025; e Resolução nº 004/2025/EMDUR de 25 de novembro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados a Homologação da Prestação de Contas de diárias concedidas em favor dos empregados públicos abaixo descritos.

NOME	MATRÍCULA	CARGO FUNÇÃO	DESTINO	QUANT. DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Naira Silva e Souza Lobo	115-5	Chefe de Seção de Projetos e Expansão de Iluminação Pública	Rio Pardo	3 e ½	Não
Arley Davidson Vargas Lobo	108-2	Chefe de Seção de Iluminação Pública	Rio Pardo	3 e ½	Não
João Alfredo Alencar da Mata Filho	156-2	Gerente de Iluminação Pública	Rio Pardo	1 e ½	Não

Paulo Henrique Vieira da Costa	320	Diretor Técnico	Rio Pardo	1 e ½	Não
Iago da Rocha Leite	354	Secretário da Diretoria Adm. e Financeiro	Rio Pardo	1 e ½	Não
Antônio Marcos Ferreira de Oliveira	368	Gerente de Projetos e Expansão de Iluminação Pública	Rio Pardo	4 e ½	Não
Adolfo Títalo Noleto Da Silva	113-9	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo	4 e ½	Não
Marco Daniel Rodrigues Silva	105-8	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo	4 e ½	Não
Carlos Eduardo Lima	114-7	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo	4 e ½	Não
Jonas Butzke	128-7	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo	4 e ½	Não
Deijian Vieira Da Costa	156	Auxiliar de Operações/Eletricista	Rio Pardo	4 e ½	Não
Adriano Carvalho Souza	352	Assessor Executivo	Rio Pardo	4 e ½	Não

Objetivo da Viagem Realizar a vistoria técnica para o prévio levantamento das demandas de todo o distrito, prestando apoio à equipe operacional durante a execução dos serviços e acompanhando a realização das atividades de manutenção e modernização dos pontos de iluminação pública..

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente – EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1FE78C73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO Nº 187/DICS/DGP/SEMAD

PORTARIA DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Art. 1º, inciso IX e XI c/c XXII, do Decreto nº. 22.325 de 11.08.2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 4296, de 12.08.2026.

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº. 360, de 04.09.2009, publicada no D.O.M. nº. 3.592, de 09.09.2009.

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010;

CONSIDERANDO o Processo SEI nº **004.006297/2026-24, RESOLVE:**

Nº 187 - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor (a) pertencente ao **Grupo Ocupacional da Educação – GED,** constantes no Anexo Único desta Portaria, do Quadro de Pessoal do Município.

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A Partir
1	112566	MARCIA RODRIGUES LACERDA	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	6	7	26/03/2024
				7	8	26/03/2026

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2EA3802E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.539, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.º 15213/2026/SEMUSA-DIOR, de 1° de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA solicita abertura de crédito adicional por anulação de recursos para cobertura de despesas com os Processos Administrativos n.° 005.002798/2025-41 - locação de veículos e n.° 005.000612/2025-19 - fornecimento de energia elétrica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.718.390,21 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e noventa reais e vinte e um centavos).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
08.31.10.302.329.2.669	Operacionalização das Unidades de Saúde da Atenção Especializada	SEG	3.3.90.34	1.600.0000.0000.0000	2.718.390,21	-
			3.3.90.39	1.600.0000.0000.0000	-	2.218.390,21
			3.3.90.30	1.600.0000.0000.0000	-	500.000,00
SUBTOTAL					**2.718.390,21**	**2.718.390,21**
TOTAL					**2.718.390,21**	**2.718.390,21**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D6042144

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.541, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício n.° 954/2026/FUNCULTURAL-DCONT, de 14 de outubro de 2026, pelo qual a Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com o Edital de Credenciamento n.° 02/2026/FUNCULTURAL - ressarcimento de pessoal decorrente de eventos culturais e artísticos realizados pela Prefeitura de Porto Velho,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.14	1.500.0000.0000.0000	20.000,00	-
			3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	70.000,00	-
			3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	40.000,00	-
02.21.13.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	FIS	3.1.90.96	1.500.0000.0000.0000	-	130.000,00
SUBTOTAL					**130.000,00**	**130.000,00**
TOTAL					**130.000,00**	**130.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:716535A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.542, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício n.° 2422/2026/SEMA-DIOF, de 13 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com prestação de serviços veterinários, constante do Processo Administrativo n.° 022.000230/2025-87,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
16.01.18.122.181.2.604	Manutenção dos serviços administrativos	FIS	3.3.90.33	1.709.0000.0000.0000	29.200,00	-
16.01.18.541.148.2.869	Controle populacional de cães e gatos e promoção ao bem estar animal e adoção de pet	FIS	3.3.50.43	1.709.0000.0000.0000	-	29.200,00
SUBTOTAL					**29.200,00**	**29.200,00**
TOTAL					**29.200,00**	**29.200,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6A40965E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.544, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transferência de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.° 2422/2026/SEMA-DIOF, de 13 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com prestação de serviços veterinários, constante do Processo Administrativo n.° 022.000230/2025-87,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transferência de recursos orçamentários no valor de R$ 15.772,00 (quinze mil, setecentos e setenta e dois reais).

Art. 2º - A transferência decorrente da repriorização de categoria econômica (corrente ou capital) nas ações de governo e resultantes das realocações de recursos entre as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicações e elementos de despesa, dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso o XVII do Artigo 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSFERE R$	REALOCA R$
16.01.18.541.148.2.869	Controle populacional de cães e gatos e promoção ao bem estar animal e adoção de pet	FIS	4.4.90.52	1.709.0000.0000.0000	15.772,00	-
			3.3.50.43	1.709.0000.0000.0000	-	15.772,00
SUBTOTAL					15.772,00	15.772,00
TOTAL					15.772,00	15.772,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5476801D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.545, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.º 10903/2026/SEMIAS-CAA, de 14 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS solicita abertura de crédito adicional por anulação de recursos para cobertura de despesas com os Processos Administrativos n.° 012.000241/2025-86, n.° 012.001034/2025-49 e n.° 012.000749/2025-84,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS						
12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
12.01.08.122.007.2.001	Administração da Unidade	SEG	3.3.90.93	1.500.0000.0000.0000	22.600,00	-
			3.3.90.36	1.500.0000.0000.0000	-	22.600,00
SUBTOTAL					22.600,00	22.600,00
TOTAL					22.600,00	22.600,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:564D9833

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.546, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.° 954/2026/FUNCULTURAL-DCONT, de 14 de outubro de 2026, pelo qual a Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL, solicita abertura de crédito suplementar por anulação de recursos para cobertura de despesas com o Edital de Credenciamento n.° 02/2026/FUNCULTURAL - ressarcimento de pessoal decorrente de eventos culturais e artísticos realizados pela Prefeitura de Porto Velho,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 269.070,00 (duzentos e sessenta e nove mil e setenta reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	269.070,00	-
			3.3.90.47	1.500.0000.0000.0000	-	269.070,00
SUBTOTAL					269.070,00	269.070,00
TOTAL					269.070,00	269.070,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:48928D19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.547, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.° 2422/2026/SEMA-DIOF, de 13 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, solicita abertura de crédito adicional suplemnetar por anulação de recursos para cobertura de despesas com prestação de serviços veterinários, constante do Processo Administrativo n.° 022.000230/2025-87,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 84.742,29 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
16.01.18.541.148.2.869	Controle populacional de cães e gatos e promoção ao bem estar animal e adoção de pet	FIS	3.3.90.14	1.709.0000.0000.0000	14.650,00	-
			3.3.90.30	1.709.0000.0000.0000	42.000,00	-
			3.3.90.32	1.709.0000.0000.0000	28.092,29	-
			3.3.50.43	1.709.0000.0000.0000	-	84.742,29
SUBTOTAL					84.742,29	84.742,29
TOTAL					84.742,29	84.742,29

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7343EE6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.548, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.º 7365/2026/SEMAD-DIOR, de 07 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, solicita abertura de crédito suplementar para cobertura de despesas com o Contrato n.° 009/PGM/2023, tendo como objeto a contratação de serviços de vigilância patrimonial, constante no Processo Administrativo n.° 017.004511/2025-88;

Considerando o Ofício n.º 902/2026/SEMEC-DEC, de 14 de abril de 2026, oriundo da Secretaria Municipal de Economia - SEMEC que apresenta o demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2025, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD					
07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
07.01.04.122.007.2.002	Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura	FIS	3.3.90.37	2.720.0000.0000.0000	250.000,00
SUBTOTAL					**250.000,00**
TOTAL					**250.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0BE36000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.549, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Remanejamento de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei nº 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o art. 8º, §§ 1º e 2º do Decreto n.º 21.694, de 08 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de Emendas Parlamentares;

Considerando o Ofício n.° 1729/2026/SGOV-DEPGI, de 1° de abril de 2026, pelo qual a Secretaria de Governo - SGOV, encaminha o Ofício n.° 014/CTEAEP/2026, 18 de março de 2026, referente a movimentação de recursos da Emenda Parlamentar n.° 0172/2025 pelo Vereador Nilton de Souza Melo em favor da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de remanejamento de recursos orçamentários no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 2º - Os remanejamentos são decorrentes da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas de um órgão para o outro ou de uma unidade orçamentária para outra, conforme disposto no inciso XV do Artigo 6º da Lei n.º 3.348, de 27 de novembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

18.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - SEMDEC						
18.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - SEMDEC						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**
18.01.11.333.348.2.111	Oferecimento de qualificação profissional e formação técnica voltada à inserção no mercado de trabalho	FIS	3.3.50.43	1.500.0000.0000.0031	80.000,00	-
SUBTOTAL					**80.000,00**	**-**
08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA						
08.31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**
08.31.10.302.329.2.669	Operacionalização das Unidades de Saúde da Atenção Especializada	SEG	3.3.50.43	1.500.0015.1002.0031	-	80.000,00
SUBTOTAL					-	**80.000,00**
TOTAL					**80.000,00**	**80.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:34511609

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.561, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício n.° 2741/2026/SEMTEL-DA, de 19 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com manutenção das atividades desenvolvidas por essa SEMTEL,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL						
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
13.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.47	1.500.0000.0000.0000	2.000,00	-
13.01.27.812.345.2.826	Manutenção dos Eventos Esportivos de Competições de Porto Velho	FIS	3.3.90.31	1.500.0000.0000.0000	40.000,00	-
13.01.27.813.343.2.822	Manutenção do Projeto Construindo Campeões	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	-	42.000,00
SUBTOTAL					**42.000,00**	**42.000,00**

TOTAL	**42.000,00**	**42.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C7E4FC8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.º 22.560, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.° 9337/2026/SEMED-DIORP, de 20 de outubro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com folha de pagamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
09.01.12.122.313.2.718	Remuneração e encargos sociais de pessoal ocupado em atividades de apoio técnico-administrativo	FIS	3.1.90.92	1.500.0025.1001.0000	100.000,00	-
			3.1.91.92	1.500.0025.1001.0000	-	100.000,00
SUBTOTAL					**100.000,00**	**100.000,00**
TOTAL					**100.000,00**	**100.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:81040C43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANO (ITU), CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) E TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANO (ITU), CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) E TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (TRSD)

Considerando a obrigação prevista nos artigos 142, 144 e 145 do Código Tributário Nacional relacionado à notificação do contribuinte acerca do lançamento de tributo;
Considerando a devolução da notificação, enviada ao contribuinte por meio de AR;
Considerando que até a presente data não havia lançamento do IPTU, TRSD e COSIP dos imóveis com inscrições abaixo relacionadas;
O **Município de Porto Velho** – através da **Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ** notifica: o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel localizado na zona urbana ou de expansão urbana do Município de Porto Velho será tributado na forma da Lei Complementar Municipal nº. 878 de 17 de dezembro de 2021, pelo que deverá **Recolher o Montante Devido,** relativo ao lançamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbano (ITU), Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) e Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) –** quando sobre o imóvel incidir os dois tributos, através do documento de arrecadação – DAM, em qualquer agência bancária, em qualquer lugar do Brasil, inclusive pela internet, conforme listagem abaixo, que identifica o processo, o Sujeito Passivo, a inscrição imobiliária, o tributo e o valor principal.
RELAÇAÕ DE CONTRIBUINTES E DESCRIÇÃO DOS LANÇAMENTOS DE:

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: ANATACIO CABRAL DE SOUZA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0030.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	47,25	4,57	51,82
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	203,25
TOTAL			255,07

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: MARIA COSMO LEITE DO NASCIMENTO			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0112.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	80,22	7,76	R$ 87,98
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**291,23**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: ELISETE SILVA DE OLIVEIRA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0142.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	131,18	12,69	R$ 143,87
TOTAL			**143,87**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: BALBINO MENDOÇA DA COSTA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0172.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	59,94	5,80	R$ 65,74
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**268,99**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: ALZIRA GUEDES DE LIMA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0182.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	124,58	12,05	R$ 136,63
LANÇ. TRSD/2024	282,40	27,31	R$ 309,71
TOTAL			**446,34**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: FRANCISCO GUEDES LIMA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0221.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	62,59	6,05	R$ 68,64
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**271,89**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: MARIA DO CARMO DE SOUZA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0251.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	61,13	5,91	R$ 67,04
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**R$ 270,29**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: TEREZINHA QUEIROZ DA COSTA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0271.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	42,47	4,11	R$ 46,58
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**R$ 249,83**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: IZAURA DE FATIMA PEREIRA DO NASCIMANTO			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.28.524.0281.001 PROCESSO: 020.003714/2025-06			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2024	75,16	7,27	R$ 82,43
LANÇ. TRSD/2024	185,33	17,92	R$ 203,25
TOTAL			**R$ 285,68**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: GEOVANE FELISBERTO DOS SANTOS			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.14.657.0516.001 PROCESSO: 020.003715/2025-42			
TRIBUTO/ANO	**VALOR PRINCIPAL R$**	**CORREÇÃO R$**	**TOTAL R$**
LANÇ. IPTU/2021	225,17	79,85	305,02
LANÇ. COSIP/2021	156,01	23,34	179,35
TOTAL			**484,02**

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: FRANCISCO REGINALDO DA SILVA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.24.204.0926.001 PROCESSO: 020.003710/2025-10			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ. IPTU/2021	82,86	29,39	112,25
LANÇ. TRSD/2021	152,52	54,09	206,61
LANÇ. IPTU/2022	75,45	16,90	92,35
LANÇ. TRSD/2022	170,14	38,11	208,25
TOTAL			619,46

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: FRANCISCO REGINALDO DA SILVA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.24.204.0932.001 PROCESSO: 020.003710/2025-10			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ. IPTU/2021	99,76	29,34	129,10
LANÇ. TRSD/2021	152,52	44,86	197,38
TOTAL			326,48

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: MARIA DOS NAVEGANTES AGUIAR PEREIRA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.30.012.0342.001 PROCESSO: 020.003735/2025-13			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ. IPTU/2021	204,77	45,87	R$ 250,64
LANÇ. TRSD/2021	113,89	25,51	R$ 139,40
LANÇ. IPTU/2022	140,27	31,42	R$ 171,69
LANÇ. TRSD/2022	127,06	28,46	R$ 155,52
TOTAL			R$ 717,25

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: AMANDA BATAGLIN			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.07.010.0131.001 PROCESSO: 020.003444/2025-25			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ.CIPTU/2022	88,54	14,99	103,53
LANÇ. CTRSD/2022	124,29	21,04	145,33
TOTAL			248,86

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: ALINE MACEDO DE OLIVEIRA			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 03.08.007.0083.001 PROCESSO: 020.003469/2025-29			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ.CIPTU/2021	836,61	125,14	961,75
LANÇ. CTRSD/2021	906,31	135,56	1.041,87
LANÇ.CIPTU/2022	925,89	138,49	1.064,38
LANÇ. CTRSD/2022	1.011,02	151,22	1.162,24
TOTAL			4.230,24

CONTRIBUINTE/POSSEIRO: PEDRO VICTOR LOPES DE FREITAS			
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.20.601.1076.001 PROCESSO: 020.003776/2025-18			
TRIBUTO/ANO	VALOR PRINCIPAL R$	CORREÇÃO R$	TOTAL R$
LANÇ. IPTU/2021	19.098,50	6.773,04	25.871,54
LANÇ. COSIP/2021	320,44	113,64	434,08
LANÇ. IPTU/2022	21.123,40	4.731,68	25.855,08
LANÇ. COSIP/2022	354,64	79,44	434,08
TOTAL			52.594,78

O não pagamento do tributo acima mencionado, estará sujeito aos acréscimos legais e posterior inscrição em dívida ativa, conjuntamente com a cobrança do crédito, via judicial, a ser executado pela Procuradoria Geral do Município, no que acrescerá custas processuais e honorárias advocatícios.

Porto Velho, 08 de outubro de 2026.

ARI CARVALHO DOS SANTOS
Secretário Executivo da Receita Municipal

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:59B77B03

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 568/2026/SEINFRA

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº **019.004853/2026-69.**

RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR E CONCEDER: 20 ½ (vinte e meia) diárias ao servidor abaixo relacionados para se deslocar a **Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo, toda região da Ponta do Abunã. Região do Baixo Madeira, Ramais; Três Maria, Jacú, Calderita, Santo Expedito I e II, Eixo da BR319, Linhas Transpurus, Niterói e C01 do Setor Chacareiro de Porto Velho**, por meio de transporte **Toyota Hilux, Placa: TSA1F71**, com objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento

de produtos agrícolas a serem desenvolvidos nos distritos**, no período dos dias 08 a 17, 19 a 24, 26 a 31 de outubro de 2026.** Conforme solicitação constante na **Comunicação Interna N° 1740248** do **Processo 019.004853/2026-69.**

NOME	CADASTRO	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	ADICIONAL DESLOCAMENTO
Agenor Noé Leitão	10081144	GERENTE II	Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo, toda região da Ponta do Abunã. Região do Baixo Madeira, Ramais; Três Maria, Jacú, Calderita, Santo Expedito I e II, Eixo da BR319, Linhas Transpurus, Niterói e C01 do Setor Chacareiro de Porto Velho	20 ½ (vinte e meia)	NÃO
Itamar Pereira Ribeiro Gurgel	10081872	Diretor I	Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo, toda região da Ponta do Abunã. Região do Baixo Madeira, Ramais; Três Maria, Jacú, Calderita, Santo Expedito I e II, Eixo da BR319, Linhas Transpurus, Niterói e C01 do Setor Chacareiro de Porto Velho	20 ½ (vinte e meia)	NÃO

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal Interino De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3789BD6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 570/2026/ASTEC/SEINFRA

Porto Velho, 22 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, em atenção ao disposto na Lei Complementar no 882, de 25 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a reorganização da estrutura da administração direta do Município de Porto Velho, bem como a Lei n.º 1948 de 28 de julho de 2011, que dispõe sobre a condução de veículo oficial e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os seguintes servidores para condução de veículo oficial:

NOME	MATRÍCULA	HABILITAÇÃO
SEINFRA - Secretaria Executiva de Obras e Pavimentação		
Adonal dos Santos Rego	1006822	***42285***
Alan Cardec Pereira Souza	10078995	***64030***
Aldair Araujo Torres	319196	***67644***
Alef Batistuta Dos Santos Carvalho	332172	***14456***
Agenor Noé Leitão	10081144	***02651***
Anderson Lopes de Brito	1003388	***95352***
André Bezerra do Nascimento	10078161	***67308***
Arnaldo Fortes Alves	10079240	***43916***
Argemiro Da Silva Santos Junior	271924	***99132***
Caio Tasso Rodrigues Chagas	246505	***97878***
Carlos Alberto da Cruz Nogueira	10078710	***48749***
Carlos Ribeiro da Costa Neto	10078230	***33811***
Cleuriston Andrade de Castro	10080719	***50921***
Cleversson Rossi	272237	***86818***
Crislane Lima Gonçalves	10078492	***21137***
Cristiano de Oliveira Dias	1003977	***73354***
Danirron Ribeiro Araujo	258013	***46505***
Dejair Conegundes	1002098	***91614***
Denismarque Ramo dos Santos	1002095	***3550***
Edicarlos De Souza Araujo	1005456	***65354***
Eduardo de Moura Borges	10081151	***85543***
Edvaldo Filho Santana Do Amaral	10081205	***166681***
Edson Ferreira Vale	1006264	***41500***
Eliseu dos Santos Silva	168080	***86997***
Elisrandro Mello Muniz	10081655	***80321***
Erique Parada Barroso	84301	***37424***
Ernani Francislei Garcia Alves	10078472	***76450***
Esdras Nunes Silva	195050	***30331***
Francisco Civan Bezerra Silva	1003979	***41590***
Franqueno Martins de Souza	1004736	***52950***
Guilherme Ritter Baldin	266561	***59291431
Gustavo Henrique de Oliveira Almeida	10078888	***98985***
Gustavo Portela Veras	266503	***49595***
Ilson Alves Pereira	1006330	***8666***
Jeová Soares Quintela	195017	***84662***
João da Silva dos Reis	10078496	***99756***
Jonne Gomes Araujo	10078133	***17443***

José Henrique Nascimento da Silva	1004746	***42874***
José Xavier da Silva	1005441	***05008***
Josué Martins Teixeira	1001318	***29645***
Jucelino de Pessoa de Oliveira	1003133	***2564***
Juliano Silva Rodrigues	1006154	***97685***
Julliana Galvão Cardozo	258220	***14977***
Jully Stefani da Silva Olivetti	10078788	***72874***
Karina Perpetua de Souza Magalhães	10078267	***42796***
Leilson de Souza Ribeiro Campos	10078406	***10144***
Liandro Almeida Loyola	68868	***51715***
Lourdesmar Pereira da Silva	10078596	***56225***
Luis De Santana	82925	***09172***
Marcelo Simplicio Belchior	169757	***93291***
Raimundo José Zacarias da Costa Júnior	67571	***04953***
Ramalho Barbosa Lopes	1003358	***91482***
Reury Ramiro de Mendonça	1001515	***2189***
Richard Nobre Vargas	10078264	***07188***
Rogério Pimentel Sarmento	10079632	***81693***
Romulo Siqueira Lima	10078265	***61260***
Siderlon da Rocha Barroso	10078629	***52181***
Silvana Medeiros de Morais Dias	241927	***72027***
Silvio Correia Leite	84533	***20450***
Tatiana Maira Botelho Ribeiro	48422	***25369***
Thais Dantas Alves	10078821	***14102***
Venício Brito Oliveira	10078200	***47800***
Vini Alen Silva Nobre	10082096	***61500***
SESB - Secretaria Executiva de Serviços Básicos		
Aderson Rodrigues Cruz	168436	***70909***
Adrilson José Salgueiro Silva	166935	***17691***
Agapon Cristian De Morais	237596	***83181***
Aguinaldo Gomes De Araujo	1005580	***64024***
Alessandra Menezes Martins	135245	***6192***
Alex Santos Pereira	243577	***29579***
Antônio Vargas Ramalho	168890	***74989***
Arthur Guilherme Êba Ramos da Silva	10081840	***61539***
Camila Afonso dos Santos Rosa	83684	***2877***
Camila Vieira Silva	10078776	***2651***
Carlos do Espirito Santo Pontilhão Junior	53050	***8332***
Carlos Huilton Ribeiro Silva	167950	***0218***
Carlos Pereira De Oliveira	208141	***48253***
Cassiane Amorim de Melo	32441	***8231***
Celso Dos Santos Pará	272823	***68650***
Christélen Rodrigues da Costa	1006518	***3093***
Christiann Roger Rodrigues de Lima	52936	***561***
Claudia do Nascimento	224395	***637***
Cláudio Reis Deoclécio	83741	***67194***
Clemildo Nonato Da Silva	897613	***32427***
Dacio Gomes Calabazas	271875	***00721***
Damião Andrade De Souza	241092	***14300***
Dionisio Barbosa de Freitas	168840	***3692***
Edicarlos da Silva Fonseca	167230	***7516***
Elias Ferraz De Oliveira	10079114	***80920***
Elmo Alves Silva	224387	***7548***
Emerson Pereira do Nascimento	52986	***9819***
Euzebio Lima Junior Araujo	1002411	***5305***
Felipe Francisco Beraldo	10078904	***3600***
Fernanda Renata De Albuquerque Viana	117847	***45723***
Flávio Morais Nogueira Júnior	59297	***8183***
Francisco Chagas da Silva	897704	***52425***
Francisco de Deus Benicio	1003589	***3265***
Francisco Gilson Silva Soares	207002	***31950***
Francisco Rodrigues Da Silva	169278	***52829***
Franklin Rodrigues Farias	189325	***93526***
Gentil Gomes de Castro Filho	632580	***8981***
Geovane da Silva Patrício	242751	***9035***
Glabson Virgílio Guedes Coutinho	271420	***4199***
Gustavo Henrique Sousa Lisboa	10078535	***6115***
Hudson de Oliveira Viana	208034	***22768***
Huéliton Mendes Rodrigues	52283	***5936***
Igor de Melo Triveiro	56467	***58124***
Israel De Souza Pires	40014	***87152***
Jaqueline da Silva Vieira	10078154	***31314***
Jéssica Flávia Toebe de Jesus	10081353	***81256***
Jean Ferreira da Cunha	10078220	***2494***
Jiuliano Cesar da Conceição Silva	10080658	***21213***
João Henrique Costa de Sá	10080123	***1738***
João Nascimento Maidana	82793	***30876***
João Carlos Ferreira Costa Júnior	10081643	***85468***
Jocenildo Veloso Do Nascimento	1002318	***22804***
Joel Auzier da Silva	59487	***157***
Joel Limoeiro Freire	1007719	***4794***
Jorge Evaldo Maia Ribeiro	169567	***95844***
Jorge Gomes De Melo	169062	***06282***
José Francisco Venâncio Da Silva	12253	***57356***
Jose Maria Penedo de Oliveira	242868	***1106***
José Uedre Gonçalves De Alencar	881020	***03764***
Jucelino Silva Botelho	117847	***74365***
Lucas dos Santos Tezzari	10078499	***0806***

Lúcia Rejane Feitosa do Amaral	96827	***9483***
Luis Roberto Coelho Costa	273095	***39046***
Luiz Gonzaga Rabelo Filho	224589	***9985***
Magna Martinha da Silva Ribeiro	10081877	***02910***
Manoel da Vera Cruz Rodrigues Ferreira	168270	***1458***
Manoel Demeval Viegas	172958	***69642***
Marins Sampietro de Oliveira Filho	10078255	***1402***
Mário Henrique Castro Vieira	10078598	***67047***
Marivaldo Reis Silva	169137	***97254***
Maura Sousa Silva	276817	***6308***
Moises Cruz Vieria	171223	***081***
Monica Maria da Conceição Ornelas	1003836	***8439***
Patrício Alves Brustolon	1002252	***54215***
Paulo Augusto Vascincelos Alves	207771	***34796***
Paulo César De Assunção	188624	***91987***
Rafael do Carmo Nascimento	10079139	***8654***
Ramilson Santos Palhano	52374	***1709***
Ricardo De Jesus Sousa Santos	166216	***62937***
Roberto Carlos De Oliveira Mourão	120585	***78638***
Robson Damasceno Silva Junior	59792	***3338***
Ronaldo Adriano Rodrigues	166810	***41061***
Rone Venâncio Da Silva	166521	***97943***
Ronney Rica De Souza	170613	***48953***
Rubnilson Gadelha Nascimento	10078205	***1994***
Sharles Junior Lopes da Paula	169971	***15542***
Tiago da Silva Gomes	10081443	***39019***
Thiago Ximenes de Carvalho	10081842	***5474***
Toni Carlos De Andrade Ferreira	1000922	***67231***
Uescley das Neves Pantoja	166951	***6500***
Valdinei Rocha Santos	77025	***4683***
Vanderlei Vieira Lima Pereira	169690	***61245***
Vitória Emilly Batista Gervásio	10080208	***1463***
Valdomiro Dionisio	10080126	***14252***
Waldemir de Oliveira Carneiro Junior	10080630	***40542***
Washington Luiz Amorim Silva	10078204	***1201***
Yuri Silva Simpson	10079143	***0225***
DEV - Departamento de Estradas Vicinais		
Ademar Alberto Da Silva Acioly	328923	***72052***
Adriano Vrena Rodrigues	271586	***94082***
Antônio Carlos Da Silva	97040	***58894***
Carlos Alberto Costa De Brito	100967	***17338***
Dario Ribeiro	10078395	***72697***
Deyvanê Alleyne Barroso	271990	***79729***
Eder Lopes Araujo	1007173	***64549***
Edivaldo Alves Pinto	332734	***51372***
Ednilson Nogueira Mendes	272055	***65836***
Edson Ribeiro De Araújo	273368	***12436***
Elder Luis Jordão Da Silva	10078328	***92997***
Enderson Pinheiro Rodrigues	98592	***41700***
Francisco Carneiro Da Rocha	702200	***69205***
Francivaldo Hélio Costa Silva	10079619	***26930***
Itamar Pereira Ribeiro	10081872	***87539***
Jasson Borelle Oliveira Gomes	109232	***55969***
João Tiago Diógenes	109092	***62024***
Jonathan Rogerio Santana Bergamasco	76788	***23873***
José Maria Júnior Tavares De Carvalho	169790	***39756***
Lucas Miranda Da Rocha	272063	***24427***
Nelci Da Silva Ferreira	40940	***37996***
Raimundo Nonato Lopes Cordeiro	369604	***16033***
Ramicled Aparecido Machado	109315	***44874***
Ravane Fernandes Lima	271411	***91042***
Roberto Souza Do Nascimento	39124	***85433***
Robson Rafael Rodrigues da Silva	271932	***00036***
Ronaldo Da Costa Braga	271776	***17508***
Tamiris Gomes De Lima	1000917	***78778***
Tiago Rodrigues Da Silva	10078597	***13530***
Ueslei Henrique Oliveira Da Silva	10078386	***35478***
Valdir Viana Dos Santos	271495	***24850***

Art. 2º Para conduzir o veículo oficial, os servidores autorizados deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação válida, e com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido.

Art. 3º Os servidores autorizados deverão verificar se o veículo possui condições de segurança para trafegar, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha a cometer na condução do veículo oficial.
Parágrafo Único. Na ausência de condições de uso e na hipótese de o veículo estar em desacordo com as normas de segurança de trânsito, o(a) servidor(a) deverá comunicar imediatamente ao(a) Secretário(a) responsável para que providencie a reparação ou a adequação do veículo à legislação pertinente.

Art. 4º As normas do Código Trânsito Brasileiro, devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial e pelo responsável por sua manutenção.

Art. 5º Os servidores autorizados a conduzir veículo oficial, que for autuado por infração às normas de trânsito:
Estarão sujeitos a responder pela prática de infrações de trânsito, podendo, em caso de negligência, imprudência ou imperícia, perder a autorização de dirigir os veículos da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, além de responder civil, penal e administrativamente;

Art. 6º É vedado aos servidores públicos autorizados:
A cessão da direção do veículo a terceiros, exceto se também autorizados ou na ocorrência de caso fortuito ou força maior; A utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a autorização; A condução de pessoas e/ou materiais estranhos à Administração Pública;
A utilização fora do horário de expediente ou da escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pelo Órgão/Unidade na ficha de controle de tráfego.
Não estacionar os veículos em locais e/ou estabelecimentos (bares, boates, cinemas etc.) que não estejam condizentes com os objetivos e atividades da Instituição.

Art. 7º O servidor autorizado a dirigir veículo oficial:
1) Deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Órgão/Unidade Responsável.
2) Preencher corretamente e na totalidade do Check List (Anexo I) do veículo disponibilizado, tanto na saída quanto no retorno, registrando a ocorrência de qualquer irregularidade;
3) Entregar o veículo, após a utilização, devidamente limpo (lavado), retirando todos os objetos pessoais e de consumo do seu interior;
4) Abastecer os veículos da frota oficial em postos credenciados, cuidando para que não haja rasuras nas notas de abastecimento;

Art. 8º A autorização de que trata esta Portaria, não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

Art. 9º O servidor que por ventura estiver fazendo uso da faculdade prevista pelo Anexo II, da Resolução N° 805, de 16 de Novembro de 2020, do Contran, o qual prorrogou os prazos de renovação da CNH, deverão se atentar aos prazos ali concedidos para o fim de não incorrer em infração de trânsito, com o consequente dever de ressarcir o erário de eventuais danos decorrentes.

Art. 10º Ficam, por meio deste ato, revogadas todas as Portarias anteriores, que tratam da nomeação de servidores para a condução de veículos oficiais.

Art. 11° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Municipal de Infraestrutura - *Interino*

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:568E6CC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 527, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Designar servidores para compor Comissão Técnica responsável pela realização de diagnóstico de conformidade da Central de Abastecimento Farmacêutico Municipal – CAF, com base nos requisitos sanitários aplicáveis às Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, e pela elaboração de Plano de Adequação.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes,
CONSIDERANDO os ditames da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei Federal nº 13.021, de 11 de agosto de 2014, que estabelecem a Assistência Farmacêutica como parte integrante e fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a qualidade, a integridade, a segurança e a rastreabilidade dos medicamentos armazenados e distribuídos pela Central de Abastecimento Farmacêutico Municipal – CAF;
CONSIDERANDO as diretrizes do Plano Municipal de Saúde (PMS 2026/2029), especificamente o Objetivo 3.4, Meta 3.4.1, referente ao aprimoramento estrutural, sanitário e organizacional da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), e a necessidade de cumprimento da Ação 1 para subsidiar as metas e o planejamento orçamentário da Programação Anual de Saúde (PAS 2026);
CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 430, de 8 de outubro de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos, observadas suas alterações vigentes, especialmente a RDC nº 653/2022;
CONSIDERANDO a necessidade de avaliar as condições estruturais, sanitárias, operacionais, documentais e organizacionais da CAF, identificando eventuais não conformidades e os riscos associados às atividades de recebimento, armazenamento, conservação, separação, expedição e distribuição de medicamentos;
CONSIDERANDO a importância do planejamento de ações corretivas e preventivas, com definição de prioridades, responsáveis, prazos e mecanismos de monitoramento, visando ao aprimoramento contínuo dos processos de trabalho e à manutenção da qualidade dos medicamentos disponibilizados à rede municipal de saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle interno, gestão de riscos e planejamento das ações de melhoria da Assistência Farmacêutica Municipal;
RESOLVE:
Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Técnica responsável pela realização do diagnóstico completo de conformidade sanitária e logística da Central de Abastecimento Farmacêutico Municipal – CAF com a RDC nº 430/2020/ANVISA e pela elaboração do Plano de Adequação a ser contemplado na Programação Anual de Saúde (PAS 2027):

FUNÇÃO NA COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO / FUNÇÃO
Presidente	Eudes Costa de Souza	900600	Bioquímico
Membro	Maíra de Oliveira Nery	230813	Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica
Membro	João Victor Batista Silva Moreira	280032	Farmacêutico/Responsável Técnico
Membro	Eriane Lemos de Lima	86646	Gerente da Divisão Estratégica da Assistência Farmacêutica
Membro	Ana Maria Marcelino A. Barros	279548	Farmacêutica
Membro	Ana Lúcia Almeida de Souza Moriobo	10079219	Gerente Divisão de Logística da Central de Abastecimento
Membro	Helder José Rodrigues dos Santos	247305	Farmacêutico

§ 1º A Comissão deverá contar, preferencialmente, com profissionais que possuam conhecimentos ou atribuições relacionados à Assistência Farmacêutica, à gestão e logística de medicamentos, à infraestrutura, à manutenção predial, à qualidade, à segurança do trabalho e aos processos administrativos, conforme a necessidade de cada área avaliada.
§ 2º Poderão ser solicitadas contribuições técnicas de outros setores da SEMUSA e de unidades administrativas competentes, especialmente nas matérias relacionadas a obras e instalações, equipamentos, tecnologia da informação, transporte, recursos humanos e planejamento orçamentário.
Compete à Comissão Técnica:
Realizar levantamento, vistoria e avaliação sistemática das condições físicas, estruturais, sanitárias e operacionais da CAF e das rotas de transporte de medicamentos sob responsabilidade municipal;
Avaliar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), incluindo Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), registros, mapas de temperatura e umidade, autoinspeções e gerenciamento de riscos;
Verificar a conformidade dos processos de recebimento, qualificação de fornecedores e transportadores, armazenamento, conservação, qualificação de áreas/equipamentos, separação, expedição, distribuição e transporte;
Avaliar a gestão de estoques, rastreabilidade de lotes, controle de validade, recolhimento de produtos (recall), segregação de avariados, vencidos, devolvidos ou sob suspeita de irregularidades;
Identificar, classificar e registrar as não conformidades frente aos requisitos da RDC ANVISA nº 430/2020 e RDC nº 653/2022;
Elaborar Relatório Técnico Circunstanciado de Diagnóstico Situacional da CAF;
Elaborar a proposta do Plano de Adequação, contemplando ações corretivas, preventivas e de adequação infraestrutural, com estimativa de custos e cronograma financeiro para subsidiar a elaboração da PAZ 2027;
Submeter o Relatório e o Plano de Adequação à deliberação da Titular da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).
O diagnóstico técnico observará, no mínimo, a avaliação dos seguintes eixos normativos da RDC nº 430/2020:
Gestão da Qualidade, Manual da Qualidade, Gestão de Riscos e Autoinspeção;
Organização, Recursos Humanos, Treinamentos e Responsabilidade Técnica;
Infraestrutura Física, Instalações, Higiene e Segurança Sanitária;
Equipamentos, Instrumentos de Medição, Calibração, Manutenção e Qualificação Thermal/Ambiental;
Recebimento, Armazenamento, Conservação e Controle de Estoque/Rastreabilidade;
Logística de Expedição, Distribuição e Validação do Transporte (Controle de Temperatura na Cadeia de Frio);
Documentação, Registros, Rastreabilidade e Validação de Sistemas Computadorizados;
Devoluções, Recolhimentos, Produtos Avariados e Medicamentos Sujeitos a Controlados (Portaria SVS/MS nº 344/1998).
A Comissão deverá elaborar o Plano de Adequação com base nas evidências levantadas, contemplando, no mínimo:
Descrição clara da não conformidade e do requisito normativo descumprido;
Classificação do Risco Sanitário/Operacional (Baixo, Médio, Alto, Crítico);
Medida corretiva ou preventiva proposta;
Setor ou servidor responsável pela execução, a ser formalmente definido pela autoridade competente;
Cronograma e prazo de execução;
Recursos humanos, materiais, estruturais e financeiros necessários;
Indicador ou evidência documental para comprovação da implementação;
Forma e periodicidade de monitoramento;
Situação da ação, com registro das pendências e justificativas para eventuais atrasos.
A Comissão deverá cumprir os seguintes prazos regimentais:
Até 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para conclusão das vistorias com aplicação instrumento técnico de diagnóstico da CAF, análise documental e apresentação do Relatório Técnico de Diagnóstico Situacional ;
Até 20 (vinte) dias após a entrega do diagnóstico, para a submissão do Plano de Adequação consolidado para inserção no ciclo orçamentário da PAZ 2027.
Parágrafo único. Havendo identificação de risco crítico imediato à integridade dos medicamentos ou à saúde pública, a Comissão informará imediatamente a Diretoria do DAF e a Secretária Municipal de Saúde para providências emergenciais, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.
A participação na Comissão Técnica é de caráter relevante serviço público não remunerado, devendo as chefias imediatas garantir a disponibilização dos servidores para o cumprimento da agenda de inspeções e reuniões do grupo.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I - INSTRUMENTO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO DE CONFORMIDADE DA CAF
RDC ANVISA Nº 430/2020

Campo	**Preenchimento**
Código	DAF-CAF-001
Versão	1.0
Ação da PAS 2026	Realizar diagnóstico completo da conformidade da CAF com a RDC nº 430/2020 e elaborar plano de adequação.
Unidade avaliada	_____
Data da avaliação	____/____/2026
Responsável pela avaliação	_____
Responsável técnico pela CAF	_____
Processo SEI	_____

1. Objetivo
Estabelecer metodologia padronizada para avaliar as condições estruturais, sanitárias, técnicas, operacionais e documentais da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), identificar não conformidades e riscos associados às atividades de recebimento, armazenamento, conservação, separação, distribuição e transporte de medicamentos e subsidiar a elaboração de plano de adequação com ações, responsáveis, prazos e indicadores de acompanhamento.
O diagnóstico deverá produzir evidências verificáveis da situação encontrada e permitir que a gestão do DAF priorize as intervenções necessárias para a proteção da qualidade, integridade, segurança e rastreabilidade dos medicamentos destinados à rede municipal de saúde.
2. Orientação normativa e escopo

A RDC Anvisa nº 430/2020, com as alterações aplicáveis, especialmente a RDC nº 653/2022, estabelece requisitos de Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos. O instrumento utiliza seus requisitos como referência para avaliar os processos efetivamente realizados pela CAF, considerando as características do serviço público municipal e as exigências sanitárias aplicáveis.
A aplicação de cada requisito e as obrigações específicas de licenciamento e autorização devem ser confirmadas conforme o enquadramento sanitário da CAF e as orientações da Vigilância Sanitária competente. Este instrumento não substitui inspeção sanitária oficial, licenças, autorizações ou avaliações técnicas específicas.
Escopo mínimo da avaliação:

•
Governança, responsabilidades técnicas e sistema de gestão da qualidade.

•
Recursos humanos, capacitação e higiene

•
Instalações, infraestrutura e segurança.

•
Recebimento, conferência e qualificação de fornecedores.

•
Armazenamento, endereçamento, conservação e controle ambiental.

•
Gestão de estoque, validade, lotes e inventário.

•
Medicamentos termolábeis e cadeia de frio.

•
Medicamentos controlados, devolvidos, avariados, vencidos e em quarentena, conforme aplicabilidade.

•
Separação, expedição, distribuição e transporte.

•
Sistemas informatizados, registros e rastreabilidade.

•
impeza, manutenção, controle de pragas e gerenciamento de resíduos.

•
Gestão de desvios, recolhimentos, contingências e ações corretivas.

3. Método de avaliação
A equipe deverá realizar inspeção presencial, entrevistas com os responsáveis, análise documental e conferência de registros e sistemas. Não deverá considerar um requisito atendido apenas porque existe procedimento escrito: é necessário verificar se está implantado e se há evidências de sua execução.

Código	Classificação	Critério
C	Conforme	Requisito implantado, cumprido e sustentado por evidências suficientes.
PC	Parcialmente conforme	Há medidas implantadas, mas permanecem lacunas identificáveis que exigem adequação.
NC	Não conforme	Requisito não atendido ou falha comprovada que exige correção.
NE	Não evidenciado	Não foi possível confirmar o atendimento por falta de documentos, registros ou evidências suficientes.
NA	Não aplicável	Requisito não se aplica às atividades avaliadas; justificar formalmente.

Para fins de análise gerencial, NE não poderá ser contabilizado como conformidade. A ausência de evidência deverá gerar providência de verificação ou regularização documental.
3.1. Classificação gerencial de risco

Nível	Critério	Tratamento esperado
Crítico	Risco iminente ou evidência de comprometimento relevante da qualidade, segurança ou integridade dos medicamentos.	Contenção imediata, avaliação dos produtos afetados e comunicação à chefia e ao responsável técnico.
Alto	Falha significativa com potencial de comprometer medicamentos, rastreabilidade, conservação ou continuidade segura do abastecimento.	Controle prioritário e plano de correção com prazo curto, definido conforme o risco.
Moderado	Deficiência que exige correção, sem risco iminente identificado, mas que pode produzir falhas se mantida.	Ação corretiva programada, com responsável e prazo.
Baixo	Oportunidade de melhoria documental, organizacional ou operacional sem impacto relevante identificado no momento.	Adequação programada e monitoramento.

A classificação de risco é uma ferramenta gerencial proposta para o diagnóstico, não uma classificação oficial criada pela RDC. Uma não conformidade crítica deve ser tratada imediatamente, independentemente da pontuação global.
EIXO 1 — Gestão da qualidade, organização e responsabilidade técnica
Referência principal: RDC nº 430/2020 e dispositivos correlatos aplicáveis.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
1.1	Existe estrutura organizacional formalmente definida?	Organograma atualizado e atribuições documentadas.	C / PC / NC / NE / NA	

1.2	As responsabilidades dos servidores envolvidos nas operações estão definidas?	Descrições de funções, designações e fluxos de responsabilidade.	C / PC / NC / NE / NA	
1.3	Há responsável técnico legalmente habilitado, com documentação e atribuições compatíveis?	Registro profissional, responsabilidade técnica e documentos sanitários pertinentes.	C / PC / NC / NE / NA	
1.4	O quantitativo e a qualificação dos profissionais são suficientes para as atividades?	Escala, lotação, funções e avaliação das necessidades de pessoal.	C / PC / NC / NE / NA	
1.5	Existe sistema de gestão da qualidade documentado?	Manual, política, procedimentos, formulários e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
1.6	Os POPs estão aprovados, vigentes e acessíveis?	Relação mestra de documentos, versões e aprovações.	C / PC / NC / NE / NA	
1.7	Há controle de revisão, distribuição e substituição de documentos obsoletos?	Histórico de revisão e controle de cópias.	C / PC / NC / NE / NA	
1.8	Os servidores recebem treinamento compatível com suas atividades?	Plano de capacitação, listas de presença e avaliações.	C / PC / NC / NE / NA	
1.9	Os desvios são registrados, investigados e tratados?	Registros de ocorrência, análise de causa e ações corretivas/preventivas.	C / PC / NC / NE / NA	
1.10	São realizadas autoinspeções ou avaliações internas periódicas?	Relatórios, cronograma e acompanhamento das pendências.	C / PC / NC / NE / NA	
1.11	Os documentos e registros são arquivados e recuperáveis?	Arquivo físico/digital, critérios de acesso e prazos de retenção aplicáveis.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 2 — Regularidade sanitária e documentação institucional
Verificar o enquadramento sanitário da CAF e as obrigações efetivamente aplicáveis.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
2.1	O enquadramento sanitário da CAF foi formalmente verificado?	Manifestação ou documentação da Vigilância Sanitária competente.	C / PC / NC / NE / NA	
2.2	As licenças, autorizações e registros exigíveis estão vigentes?	Documentos sanitários aplicáveis às atividades exercidas.	C / PC / NC / NE / NA	
2.3	As atividades executadas correspondem às atividades autorizadas ou licenciadas, quando exigível?	Comparação entre escopo operacional e documentação sanitária.	C / PC / NC / NE / NA	
2.4	Existem documentos atualizados de identificação e funcionamento do estabelecimento?	Cadastro institucional, endereço, responsáveis e descrição das atividades.	C / PC / NC / NE / NA	
2.5	As exigências e notificações sanitárias anteriores foram atendidas?	Relatórios de inspeção, notificações e comprovantes de cumprimento.	C / PC / NC / NE / NA	
2.6	Contratos de serviços terceirizados definem responsabilidades pertinentes?	Contratos, termos de referência, fiscalização e registros de execução.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 3 — Instalações físicas, infraestrutura e segurança
Referência principal: requisitos de instalações e armazenagem da RDC nº 430/2020.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
3.1	As áreas de recebimento e expedição são separadas ou possuem medidas eficazes contra trocas?	Inspeção física, layout e procedimentos de segregação.	C / PC / NC / NE / NA	
3.2	Existe área de armazenagem geral compatível com o volume de medicamentos?	Layout, capacidade, ocupação e inspeção presencial.	C / PC / NC / NE / NA	
3.3	Há local apropriado para medicamentos devolvidos?	Área identificada, segregada e com acesso controlado.	C / PC / NC / NE / NA	
3.4	Há área segregada para medicamentos vencidos, avariados, reprovados, recolhidos ou suspeitos?	Identificação física, restrição de acesso e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
3.5	Há área apropriada para medicamentos controlados, quando aplicável?	Segregação, segurança e controles pertinentes.	C / PC / NC / NE / NA	
3.6	Existe área ou mecanismo de quarentena, quando aplicável?	Segregação física ou sistema informatizado adequado, conforme o caso.	C / PC / NC / NE / NA	
3.7	Os medicamentos estão protegidos contra chuva, umidade, calor, luz solar direta e animais?	Inspeção de telhado, paredes, portas, janelas e áreas.	C / PC / NC / NE / NA	
3.8	Pisos, paredes e superfícies permitem limpeza e conservação adequadas?	Inspeção e registros de manutenção.	C / PC / NC / NE / NA	
3.9	Os medicamentos estão afastados do chão, paredes e teto conforme os requisitos aplicáveis?	Inspeção das distâncias e do posicionamento das cargas.	C / PC / NC / NE / NA	
3.10	Paletes e estruturas de armazenagem são adequados e higienizáveis?	Inspeção de materiais, conservação e capacidade de carga.	C / PC / NC / NE / NA	
3.11	A iluminação permite execução segura das atividades?	Inspeção dos ambientes e pontos de trabalho.	C / PC / NC / NE / NA	
3.12	Áreas de limpeza, sanitários, vestiários e alimentação não comprometem a armazenagem?	Inspeção do layout e das condições sanitárias.	C / PC / NC / NE / NA	
3.13	Há controle de acesso às áreas de armazenamento?	Chaves, controle de entrada, registros ou mecanismos equivalentes.	C / PC / NC / NE / NA	
3.14	A capacidade de armazenagem e circulação permite movimentação segura?	Planta, avaliação de corredores, empilhamento e fluxo operacional.	C / PC / NC / NE / NA	
3.15	Existe proteção contra incêndio, instalações elétricas seguras e plano de emergência?	Inspeção, documentação de segurança e manutenção aplicável.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 4 — Recebimento, conferência e qualificação de fornecedores
Avaliar a entrada de medicamentos, os critérios de aceitação e a rastreabilidade.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
4.1	Existe POP de recebimento de medicamentos?	Documento aprovado e registros de execução.	C / PC / NC / NE / NA	
4.2	A origem e a regularidade dos fornecedores são verificadas?	Cadastro, documentos fiscais e verificação sanitária pertinente.	C / PC / NC / NE / NA	
4.3	Os medicamentos são conferidos quanto a produto, apresentação, quantidade e integridade?	Formulário de recebimento, notas fiscais e registros de divergências.	C / PC / NC / NE / NA	
4.4	São conferidos lote, validade e condições de conservação?	Registros de recebimento e inspeção física.	C / PC / NC / NE / NA	
4.5	As condições de transporte na chegada são avaliadas conforme risco e especificação?	Registros de temperatura, integridade da carga e ocorrências.	C / PC / NC / NE / NA	
4.6	Há critérios para aceitar, rejeitar ou colocar em quarentena produtos irregulares?	POP e registros de decisões.	C / PC / NC / NE / NA	
4.7	Divergências são documentadas e comunicadas?	Notificações, termos de ocorrência e registros de devolução.	C / PC / NC / NE / NA	

4.8	Os produtos recebidos são incorporados ao sistema de estoque de forma rastreável?	Registro de entrada, lote, validade, quantidade e localização.	C / PC / NC / NE / NA	
4.9	Há prevenção contra entrada de produtos falsificados, adulterados ou de origem não comprovada?	Procedimentos de verificação, rastreabilidade e investigação.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 5 — Armazenamento, conservação e monitoramento ambiental
Verificar condições ambientais, organização, limpeza e tratamento de desvios.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
5.1	As condições de armazenamento respeitam as especificações de cada medicamento?	Rotulagem, especificações e registros ambientais.	C / PC / NC / NE / NA	
5.2	Existe monitoramento de temperatura nas áreas pertinentes?	Planilhas, sensores, relatórios e registros de ocorrência.	C / PC / NC / NE / NA	
5.3	A frequência de monitoramento é definida e suficiente para detectar desvios?	POP, justificativa técnica e registros de rotina.	C / PC / NC / NE / NA	
5.4	Os instrumentos de monitoramento são adequados e possuem calibração/verificação pertinente?	Certificados, identificação e histórico dos instrumentos.	C / PC / NC / NE / NA	
5.5	Os resultados de temperatura são analisados e arquivados?	Histórico, revisão dos registros e identificação de responsáveis.	C / PC / NC / NE / NA	
5.6	Há procedimento para excursões de temperatura ou condições ambientais inadequadas?	Registro de desvio, avaliação do produto e decisão documentada.	C / PC / NC / NE / NA	
5.7	Há mapeamento térmico ou avaliação técnica equivalente quando necessário?	Relatório técnico e medidas decorrentes.	C / PC / NC / NE / NA	
5.8	Os medicamentos são armazenados de forma organizada e identificável?	Inspeção, identificação de prateleiras e endereçamento.	C / PC / NC / NE / NA	
5.9	O sistema de localização permite encontrar produtos e quantitativos?	Endereçamento físico e registro informatizado.	C / PC / NC / NE / NA	
5.10	São aplicados critérios de rotação, priorizando validade mais próxima?	POP e amostragem de lotes.	C / PC / NC / NE / NA	
5.11	Há controle da exposição à luz, umidade e outras condições relevantes?	Especificações, inspeção e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
5.12	Medicamentos avariados são retirados do estoque utilizável e segregados?	Registros de bloqueio, identificação e destinação.	C / PC / NC / NE / NA	
5.13	A limpeza das áreas e equipamentos é programada, executada e registrada?	Cronograma, POP e formulários assinados.	C / PC / NC / NE / NA	
5.14	Há controle de pragas com registros e medidas preventivas?	Plano, relatórios de execução e monitoramento.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 6 — Cadeia de frio e medicamentos termolábeis
Se não houver armazenamento de termolábeis, justificar a não aplicabilidade e verificar recebimento/expedição eventual.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
6.1	Termolábeis são armazenados em equipamentos adequados às especificações do fabricante?	Inspeção e documentação dos equipamentos.	C / PC / NC / NE / NA	
6.2	A temperatura é monitorada e registrada durante o armazenamento?	Registros contínuos ou periódicos conforme sistema e risco.	C / PC / NC / NE / NA	
6.3	Os equipamentos possuem manutenção preventiva e tratamento de falhas?	Plano, ordens de serviço e histórico de manutenção.	C / PC / NC / NE / NA	
6.4	Existe plano de contingência para falta de energia ou falha de equipamento?	Procedimento, contatos, equipamentos alternativos e testes.	C / PC / NC / NE / NA	
6.5	Há transferência segura dos produtos em caso de emergência?	Fluxo documentado, local alternativo e recursos disponíveis.	C / PC / NC / NE / NA	
6.6	Excursões de temperatura são registradas e avaliadas antes da liberação?	Relatórios, avaliação técnica e decisão formal.	C / PC / NC / NE / NA	
6.7	O transporte mantém as condições de conservação especificadas?	Embalagens adequadas, registros e procedimentos.	C / PC / NC / NE / NA	
6.8	Há instrumentos e recursos para monitoramento durante o transporte, quando exigível?	Identificação, calibração e registros de utilização.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 7 — Gestão de estoque, validade e rastreabilidade
Realizar amostragem e conciliar estoque físico, sistema, lote e destino.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
7.1	O estoque físico corresponde aos registros do sistema?	Inventário por amostragem e conciliação.	C / PC / NC / NE / NA	
7.2	Entradas, saídas, transferências e ajustes são registrados de forma rastreável?	Histórico de movimentações e identificação dos responsáveis.	C / PC / NC / NE / NA	
7.3	O sistema registra lote e validade dos medicamentos?	Consulta de itens e movimentações por lote.	C / PC / NC / NE / NA	
7.4	É possível identificar os destinos de cada lote distribuído?	Relatórios de saída e unidades destinatárias.	C / PC / NC / NE / NA	
7.5	Há inventário periódico e tratamento de divergências?	Cronograma, relatórios e justificativas de ajustes.	C / PC / NC / NE / NA	
7.6	Existem alertas ou relatórios de medicamentos próximos do vencimento?	Relatórios periódicos e providências registradas.	C / PC / NC / NE / NA	
7.7	Produtos vencidos são bloqueados para impedir distribuição?	Bloqueio no sistema, segregação e conferência física.	C / PC / NC / NE / NA	
7.8	Há procedimento para devoluções de unidades de saúde?	Critérios de aceitação, integridade e rastreabilidade.	C / PC / NC / NE / NA	
7.9	Produtos devolvidos são avaliados antes de eventual reintegração?	Análise técnica e decisão documentada.	C / PC / NC / NE / NA	
7.10	Há procedimento de recolhimento, identificação de lotes e comunicação às unidades?	POP, contatos, simulação ou registros de recolhimento.	C / PC / NC / NE / NA	
7.11	É possível bloquear lote com suspeita de desvio de qualidade?	Funcionalidade do sistema e procedimento alternativo.	C / PC / NC / NE / NA	
7.12	Perdas por vencimento, avaria ou outras causas são quantificadas e analisadas?	Relatórios de perdas, causas e ações preventivas.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 8 — Medicamentos controlados, devolvidos e segregados
Aplicar os itens conforme os medicamentos e atividades efetivamente mantidos pela CAF.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
8.1	Há procedimentos específicos para medicamentos sujeitos a controle especial, quando aplicável?	POP, identificação e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
8.2	O acesso aos controlados é restrito e rastreável?	Controle de chaves, acessos e movimentações.	C / PC / NC / NE / NA	
8.3	Entradas, saídas e saldos permitem conciliação?	Sistema, documentos de movimentação e inventários.	C / PC / NC / NE / NA	
8.4	Há medidas para investigar divergências de estoque ou perdas?	Relatórios de ocorrência, apuração e providências.	C / PC / NC / NE / NA	
8.5	Medicamentos vencidos, avariados ou reprovados estão separados dos utilizáveis?	Inspeção física e registros de bloqueio.	C / PC / NC / NE / NA	
8.6	A destinação dos medicamentos impróprios é documentada e legalmente adequada?	Termos, comprovantes e registros de destinação final.	C / PC / NC / NE / NA	
8.7	Há prevenção contra retorno indevido de produtos segregados ao estoque utilizável?	Bloqueio físico e sistêmico e autorização formal.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 9 — Separação, expedição, distribuição e transporte
Incluir fluxos regulares, transporte próprio ou contratado e rotas rurais/fluviais, quando existentes.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
9.1	A separação é realizada conforme solicitação formal da unidade destinatária?	Requisições, ordens de separação e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
9.2	Há conferência de produto, apresentação, quantidade, lote e validade antes da expedição?	Checklists, registros e amostragem de cargas.	C / PC / NC / NE / NA	
9.3	As cargas são acondicionadas para evitar avarias, trocas e contaminação?	Inspeção, procedimentos e registros de expedição.	C / PC / NC / NE / NA	
9.4	A expedição identifica medicamentos e lotes enviados a cada unidade?	Relatórios de saída, romaneios e comprovantes.	C / PC / NC / NE / NA	
9.5	Há controle do destinatário, da carga e da entrega?	Documento de transporte, protocolo e comprovante.	C / PC / NC / NE / NA	
9.6	O transporte mantém as condições de conservação necessárias?	Avaliação do veículo, acondicionamento e registros de temperatura quando aplicável.	C / PC / NC / NE / NA	
9.7	Veículos e recipientes são limpos, conservados e apropriados?	Inspeções e registros de limpeza/manutenção.	C / PC / NC / NE / NA	
9.8	Rotas e cronogramas são compatíveis com condições locais e riscos?	Planejamento, rotas, tempo de trânsito e contingências.	C / PC / NC / NE /	

			NA	
9.9	Existem procedimentos para atrasos, acidentes, avarias, extravios e interrupções?	Plano de contingência e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
9.10	Transportadores terceirizados são avaliados e possuem documentação compatível?	Qualificação, contratos, licenças e avaliação, conforme aplicável.	C / PC / NC / NE / NA	
9.11	A entrega é confirmada e divergências são tratadas?	Protocolo de recebimento, devoluções e ocorrências.	C / PC / NC / NE / NA	
9.12	O fluxo para unidades rurais e fluviais protege os medicamentos durante o deslocamento?	Procedimentos específicos, embalagens, rotas e contingências.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 10 — Sistemas informatizados, registros e integridade dos dados
Verificar sistemas utilizados pela CAF, controles de acesso e contingência.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
10.1	Os sistemas permitem rastrear movimentações de estoque?	Consultas e relatórios do sistema.	C / PC / NC / NE / NA	
10.2	Os perfis de acesso são compatíveis com as atribuições?	Relação de usuários, permissões e histórico de acessos.	C / PC / NC / NE / NA	
10.3	Os registros identificam usuário, data e operação?	Auditoria de registros e trilha de alterações.	C / PC / NC / NE / NA	
10.4	Há rotina de backup e recuperação de dados?	Procedimentos, registros e evidências de testes.	C / PC / NC / NE / NA	
10.5	Existe contingência para indisponibilidade do sistema?	Procedimento temporário, formulários e reconciliação posterior.	C / PC / NC / NE / NA	
10.6	Sistemas e equipamentos com impacto na qualidade são avaliados e mantidos adequadamente?	Documentação técnica, manutenção e avaliação de risco.	C / PC / NC / NE / NA	
10.7	Alterações de cadastro, estoque e bloqueios são controladas?	Permissões, registros de alterações e justificativas.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 11 — Limpeza, manutenção, resíduos e segurança operacional
Verificar higiene, conservação das instalações, destinação e segurança do trabalho.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
11.1	Existe cronograma de limpeza das áreas e equipamentos?	POP, cronograma e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
11.2	Materiais e produtos de limpeza são armazenados separadamente dos medicamentos?	Inspeção e identificação dos locais.	C / PC / NC / NE / NA	
11.3	Há manutenção preventiva da infraestrutura e dos equipamentos críticos?	Plano, ordens de serviço e comprovantes.	C / PC / NC / NE / NA	
11.4	Manutenções são executadas sem comprometer a qualidade dos medicamentos?	Registros, isolamento das áreas e avaliação posterior.	C / PC / NC / NE / NA	
11.5	Resíduos e medicamentos impróprios são segregados e destinados conforme legislação?	Plano de gerenciamento de resíduos, contratos e comprovantes.	C / PC / NC / NE / NA	
11.6	Trabalhadores dispõem de condições adequadas de higiene, vestuário e segurança?	Inspeção, orientações e capacitação.	C / PC / NC / NE / NA	
11.7	Existem procedimentos para acidentes, derramamentos e outras ocorrências?	POP, recursos de contenção e registros de treinamento.	C / PC / NC / NE / NA	

EIXO 12 — Gestão de riscos, contingências e melhoria contínua
Verificar se os riscos e as ações corretivas são acompanhados até sua eficácia.

Nº	Requisito a verificar	Evidência esperada	Resultado	Observações / evidência nº
12.1	Os riscos que podem afetar a qualidade dos medicamentos estão identificados?	Matriz de risco e medidas de controle.	C / PC / NC / NE / NA	
12.2	Há plano de contingência para energia, equipamentos, sistemas e transporte?	Plano formal, responsáveis e procedimentos alternativos.	C / PC / NC / NE / NA	
12.3	Existe fluxo de comunicação de desvios à chefia e ao responsável técnico?	POP, formulários e registros.	C / PC / NC / NE / NA	
12.4	Ações corretivas têm responsáveis, prazos e critérios de eficácia?	Plano de ação e evidências de acompanhamento.	C / PC / NC / NE / NA	
12.5	Há indicadores de perdas, desvios de temperatura, divergências e devoluções?	Relatórios periódicos e atas de análise.	C / PC / NC / NE / NA	
12.6	As ações implementadas são verificadas após sua conclusão?	Registros de reavaliação e comprovação de eficácia.	C / PC / NC / NE / NA	

4. Dados complementares da infraestrutura

Informação	Registro
Área física total	_____ m²
Área útil de armazenagem	_____ m²
Capacidade estimada	_____ posições-palete
Ocupação atual estimada	_____ %
Existem infiltrações, goteiras, calor excessivo ou umidade?	( ) Sim ( ) Não | Descrever: _____
Existem limitações estruturais que impeçam segregação ou fluxo adequado?	( ) Sim ( ) Não | Descrever: _____

5. Ficha individual de registro de não conformidade
Preencher uma ficha para cada não conformidade ou grupo de falhas com a mesma causa e ação corretiva.

Campo	Registro
Nº da não conformidade	_____
Eixo e item do checklist	_____
Data da identificação	____/____/2026
Descrição objetiva da situação encontrada	
Evidência associada	( ) Fotografia ( ) Documento ( ) Sistema ( ) Entrevista ( ) Inspeção direta ( ) Outro
Referência documental/nº do registro	_____
Requisito normativo ou procedimento relacionado	_____
Classificação	( ) NC ( ) PC ( ) NE
Nível de risco	( ) Crítico ( ) Alto ( ) Moderado ( ) Baixo
Produtos, lotes, áreas ou processos afetados	
Medida imediata de contenção necessária	
Possível causa da falha	
Necessita avaliação dos medicamentos afetados?	( ) Sim ( ) Não
Responsável pelo registro	_____

Se houver suspeita de comprometimento da qualidade, providenciar segregação ou bloqueio preventivo dos produtos envolvidos, quando cabível, e solicitar avaliação técnica antes de qualquer decisão sobre liberação, devolução ou destinação.
6. Consolidação dos resultados

Eixo avaliado	Total de itens	NC	PC	NE	NA	Risco crítico/alto
1. Gestão da qualidade						
2. Regularidade sanitária						
3. Instalações e infraestrutura						
4. Recebimento						

5. Armazenamento e conservação						
6. Cadeia de frio						
7. Estoque e rastreabilidade						
8. Controlados e segregação						
9. Expedição e transporte						
10. Sistemas informatizados						
11. Limpeza e segurança						
12. Riscos e melhoria contínua						
TOTAL						

6.1. Indicador de conformidade

Conformidade (%) = (número de itens classificados como C ÷ número de itens aplicáveis avaliados) × 100.

Para o cálculo, considerar C, NC, PC e NE como itens avaliados, excluindo apenas os NA devidamente justificados. Apresentar o percentual junto ao número de não conformidades críticas e altas. O índice é gerencial e não constitui certificação ou critério oficial de aprovação sanitária previsto na RDC.

7. Plano de adequação da CAF — PAS 2026

Campo	**Preenchimento**
Nº da ação	_____
Não conformidade vinculada / eixo-item	_____
Situação encontrada	
Risco identificado	( ) Crítico ( ) Alto ( ) Moderado ( ) Baixo
Ação corretiva proposta	
Entregável verificável	
Responsável pela execução	_____
Setor responsável / apoio necessário	_____
Data de início	____/____/2026
Prazo para conclusão	____/____/2026
Recursos necessários	( ) Pessoal ( ) Material ( ) Equipamento ( ) Obra/reforma ( ) TI ( ) Contratação ( ) Orçamento ( ) Outro
Necessita processo administrativo ou contratação?	( ) Sim ( ) Não
Indicador de conclusão	_____
Evidência de implementação	_____
Verificação de eficácia prevista para	____/____/_____
Situação	( ) Não iniciada ( ) Em andamento ( ) Concluída ( ) Atrasada
Validação pelo responsável técnico/chefia	_____

7.1. Matriz consolidada de ações

Nº	**Problema identificado**	**Ação de adequação**	**Prioridade**	**Responsável**	**Prazo**	**Evidência de conclusão**
1						
2						
3						
4						
5						
6						

7.2. Priorização e tratamento

•

Prioridade imediata: contenção de risco crítico, bloqueio ou segregação de produtos quando necessário, avaliação técnica e providências urgentes para proteger os medicamentos.

•

Prioridade alta: correção de falhas significativas de conservação, rastreabilidade, controle de estoque, segurança e processos essenciais.

•

Prioridade programada: adequações estruturais, aquisição de equipamentos, melhorias de sistemas, revisão documental e capacitações, com prazo formal e medidas provisórias de controle quando necessárias.

Os prazos deverão ser definidos pela gestão considerando gravidade, complexidade, recursos disponíveis e medidas provisórias possíveis. A abertura de processo de compra, solicitação de reforma ou emissão de memorando não comprova, por si só, a resolução da não conformidade.

8. Cronograma sugerido para execução da PAS 2026

Etapa	**Atividade**	**Prazo sugerido**	**Produto comprobatório**
1	Designar equipe e responsável pela avaliação	16 a 30/10/2026	Portaria publicada
2	Reunir documentos, POPs, licenças e registros	21 a 30/10/2026	Relação documental
3	Realizar inspeção presencial e aplicar checklist	30/10 a 15/11/2026	Checklist preenchido e evidências
4	Consolidar não conformidades e classificar riscos	15 a 25/11/2026	Relatório de diagnóstico
5	Elaborar e validar plano de adequação	16 a 28/11/2026	Plano formalizado
6	Encaminhar resultados para ciência e deliberação	Até 30/11/2026	Despacho e registro no SEI
7	Monitorar ações prioritárias	Dezembro/2026 e continuidade conforme plano	Relatório de acompanhamento

Os prazos são uma proposta gerencial e poderão ser ajustados conforme a disponibilidade da equipe e as condições operacionais da CAF.

9. Conteúdo mínimo do relatório final

•

Identificação da CAF e da equipe avaliadora.

•

Objetivo, escopo, metodologia e data da inspeção.

•
Documentos e registros examinados.

•
Descrição das condições estruturais e operacionais encontradas.

•
Resultados consolidados dos 12 eixos.

•
Relação das não conformidades, com evidências e classificação de risco.

•
Medidas imediatas adotadas para contenção de riscos.

•
Necessidades de adequação estrutural, operacional, documental e de recursos humanos.

•
Plano de adequação com responsáveis, prazos, recursos e indicadores.

•
Conclusão técnica, recomendações e assinatura dos responsáveis.

A conclusão deverá informar se o diagnóstico foi integralmente executado, quais requisitos permaneceram sem comprovação, quais riscos exigem intervenção imediata e quais ações dependem de decisão administrativa, orçamento, contratação ou adequação física.
10. Validação e acompanhamento

Responsabilidade	Definição
Aplicação do instrumento	Equipe designada pelo DAF.
Validação técnica	Responsável técnico da CAF, em conjunto com a chefia competente.
Aprovação do plano	Autoridade administrativa competente, conforme as atribuições institucionais.
Acompanhamento	Mensal durante a implantação das medidas prioritárias, com revisão extraordinária diante de incidentes relevantes ou mudanças significativas.

O encerramento de cada ação exige evidência documental de implementação e, quando pertinente, verificação de eficácia. A simples abertura de processo de compra, solicitação de reforma ou emissão de memorando não comprova, por si só, a resolução da não conformidade.
11. Referências normativas e técnicas
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada — RDC nº 430, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada — RDC nº 653/2022. Altera a RDC nº 430/2020.
ANVISA. Perguntas e Respostas sobre a RDC nº 430/2020, incluindo orientações sobre as alterações normativas aplicáveis.
Links de referência:
RDC nº 430/2020 (texto normativo): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&cod_menu=8542&cod_modulo=310&link=S&numeroAto=00000430&orgao=ANVISA%2FMS&seqAto=222&tipo=
RDC&valorAno=2020
Perguntas e Respostas — Anvisa: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/certificacao-e-fiscalizacao/perguntas-e-respostas/perguntas-e-respostas-rdc-430-de-2020.pdf/%40%40download/file
12. Conclusão do diagnóstico e assinaturas
Síntese conclusiva da equipe:

Responsável	Nome / assinatura	Data
Avaliador(a) / equipe		____/____/2026
Responsável técnico da CAF		____/____/2026
Chefia responsável / DAF		____/____/2026

Documento assinado eletronicamente por Maira Oliveira Nery, Diretor(a), em 21/10/2026, às 17:32, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Eriane Lemos de Lima, Farmacêutico(a), em 21/10/2026, às 17:33, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 21/10/2026, às 17:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1745021 e o código CRC A75F9E86.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E8BA9553

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº41/2026/SEMUSA-NPCFD

Porto Velho, 22 de outubro de 2026.
Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº 005.019273/2026-25 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO E INSPEÇÃO NAS

UNIDADES DE EXTREMA E NOVA CALIF, encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.
DECIDO: HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021 de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Ana Lucia Almeida de Souza Moriobo	10079219	Gerente da Divisão de Logística da Central de Abastecimento	14/10 a 16/10 - USF Nova Califórnia e USF Extrema. 2 e 1/2 diária	02 (duas) e 1/2 (meia) diárias	R$ 200,00	R$ 500,00
Maria Edelena dos Santos Ferreira	100876	Aux. Serviços Gerais		02 (duas) e 1/2 (meia) diárias	R$ 150,00	R$ 375,00
João Victor Batista Silva Moreira (CONDUTOR DO VEÍCULO)	280032	Farmacêutico		02 (duas) e 1/2 (meia) diárias	R$ 300,00	R$ 750,00

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n°2.809/I/2026

Visto Por:
SIMONE TAVARES DO NASCIMENTO
Gerente Divisão De Demonstrativos e Prestação De Contas
Decreto n° 8.784/I/2022

Documento assinado eletronicamente por Simone Tavares Do Nascimento, Gerente, em 22/10/2026, às 09:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 22/10/2026, às 09:38, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1746781 e o código CRC 4CD821CC.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:593B1AD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE – Nº 180/2026

A Prefeitura do Município de Porto Velho, cumprindo o disposto na Resolução N°918/2022/CONTRAN, Artigo 13: "*Esgotadas as tentativas para notificar o infrator ou o proprietário do veículo por meio postal ou pessoal, as notificações que trata essa resolução serão realizadas por edital publicado em Diário Oficial"*. **NOTIFICA DA PENALIDADE de multa,** os proprietários**,** ou infratores, dos veículos por infração à legislação de trânsito conforme Lei 9.503/97 e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. Pode ser interposto o RECURSO, EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, na JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO (JARI) no orgão autuador – SEMTRAN, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, excluindo-se o dia da publicação e incluindo o do vencimento. **O requerimento do recurso** deverá ser por escrito e de forma legível **contendo no mínimo os seguintes dados:** Nome, Endereço completo com CEP, Número de telefone, Número do documento de identificação (RG), CPF/CNPJ do requerente; Placa do veículo e Número do auto de infração de trânsito; Exposição dos fatos, Fundamentos legais e/ou documentos que comprovem a alegação; Data e Assinatura do requerente ou de seu representante legal. **O recurso deverá ser apresentado com os seguintes documentos:** Requerimento do recurso; Cópia da notificação de penalidade, ou auto de infração ou documento que conste placa e o número do auto de infração de trânsito; Cópia da CNH ou outro Documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, quando pessoa jurídica,documento comprovando a representação; Cópia do CRLV; Comprovante de residência; Procuração, quando for o caso. **O recurso não será conhecido quando:** For apresentado fora do prazo legal; Não for comprovada a legitimidade; Não houver a assinatura do recorrente ou seu representante legal; Não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática. **É parte legítima para apresentar o recurso:** A pessoa física ou jurídica proprietária do veículo; O condutor devidamente identificado; o embarcador, e o transportador, responsável pela infração; procurador legalmente habilitado por instrumento de procuração, na forma da lei; **sob pena do não conhecimento do recurso**. **O requerente assume a responsabilidade nas esferas cível, administrativa e penal pela veracidade das informações prestadas.** A SEMTRAN poderá solicitar ao requerente que apresente documentos ou outras provas admitidas em direito, definindo prazo para sua apresentação. Caso não seja atendida a solicitação, será o recurso analisado e julgado no estado que se encontra. **O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto**. Deverá ser protocolado no órgão ou entidade de trânsito autuador ou enviado, via postal, para o seu endereço, respeitado o disposto no artigo 287 do C.T.B. Para obter formulário padrão para o recurso, e mais esclarecimentos, comparecer, à SEMTRAN, comparecer à SEMTRAN, Av. Amazonas, 698, entre Rua Brasília e Rua Getúlio Vargas – Bairro Santa Barbara/CEP 76.804-210, Porto Velho-RO.
130 R

PLACA	Nº AUTO	DATA	Código da infração c/ desdobramento	VALOR DA MULTA
OHU4F46	PVR0183253	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDV9E59	PVR0183469	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NEG1J12	PVR0182780	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDS3304	PVR0183559	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSU0H04	PVR0183543	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THM6H81	PVR0183242	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
FHA7452	PVR0183546	02/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBI2750	PVR0183437	02/05/2026	6050-3	RS 293,47
QTD5480	PVR0184337	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHP5F72	PVR0183841	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLH5A16	PVR0183723	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QTD2910	PVR0183329	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSW9J17	PVR0183659	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDD8061	PVR0183858	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLG7C88	PVR0183339	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NEG0F29	PVR0183266	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCG7075	PVR0183343	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLL2J90	PVR0184350	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THK7H57	PVR0183757	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47

NBX2C06	PVR0183597	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBW7059	PVR0183645	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QTB0J46	PVR0183591	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDU7B63	PVR0183341	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCE7481	PVR0183615	03/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PHF7B19	PVR0184553	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
UAN3J00	PVR0184440	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PLACA	**Nº AUTO**	**DATA**	**Código da infração c/ desdobra-mento**	**VALOR DA MULTA**
NDL7I63	PVR0183872	04/05/2026	7455-0	R$ 130,16
OXL2A11	PVR0184054	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
KAM1J15	PVR0184025	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
JXH7C44	PVR0184912	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NED2064	PVR0184141	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDH5314	PVR0184037	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDA2A54	PVR0184510	04/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RWI7B36	PVR0185057	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
UAK7A09	PVR0184714	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDE3794	PVR0185106	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLK2J88	PVR0185391	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THJ0D87	PVR0184962	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDI4G06	PVR0185072	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSY6H63	PVR0185041	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCV7I12	PVR0185181	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDE2937	PVR0185162	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NOR0827	PVR0184669	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCK4081	PVR0185096	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCU8854	PVR0185114	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QZB7I50	PVR0185060	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCN9E67	PVR0185137	05/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDK3065	PVR0185372	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THL0F27	PVR0185319	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NED1H77	PVR0184998	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PZI7C75	PVR0185012	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
FKW1151	PV551809	06/09/2026	5568-0	R$ 195,23

PLACA	**Nº AUTO**	**DATA**	**Código da infração c/ desdobra-mento**	**VALOR DA MULTA**
NDZ1510	PVR0184975	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCT7I11	PVR0185266	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PHY8E64	PVR0185285	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDA2A54	PVR0185293	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NXT6F92	PVR0185288	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSU1H88	PVR0185341	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCZ0J94	PVR0185325	06/05/2026	6050-3	R$ 293,47
BDZ4J33	PV549818	08/05/2026	7633-1	R$ 293,47
QZZ2F92	PVR0183911	11/05/2026	7455-0	R$ 130,16
IPP1711	P01K20M0IB	14/05/2026	5452-5	R$ 195,23
UAN5G00	PVR0184554	15/05/2026	7455-0	R$ 130,16
EYW7F61	PVR0184550	16/05/2026	7455-0	R$ 130,16
SLG0E89	PVR0184546	16/05/2026	7455-0	R$ 130,16
QWQ9F00	PVR0184576	16/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NCU4066	PVR0184767	17/05/2026	7455-0	R$ 130,16
OHW4555	PVR0184811	18/05/2026	7455-0	R$ 130,16
SLJ0E11	PVR0184818	19/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NBV5057	PV550322	19/05/2026	5568-0	R$ 195,23
NEF5B48	PVR0184685	19/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NCG4699	PVR0184699	19/05/2026	7455-0	R$ 130,16
THJ5J06	PV550323	19/05/2026	5568-0	R$ 195,23
NBN3D01	PVR0184899	19/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NEH6851	PVR0190431	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCV1E61	PVR0190480	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHS9459	PVR0190045	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSU0J48	PVR0184804	20/05/2026	7463-0	R$ 195,23
RSU0G02	PVR0184905	20/05/2026	7455-0	R$ 130,16
OHS0930	PV548887	20/05/2026	5738-0	R$ 293,47
NCD5300	PVR0190377	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THK0G35	PVR0184650	20/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NDZ0G69	PVR0190279	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHP1H20	PVR0184823	20/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NCK5579	PVR0190456	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THI0F56	PVR0184822	20/05/2026	7455-0	R$ 130,16
OHM3498	PV550860	20/05/2026	5185-1	R$ 195,23
PHO7J48	PVR0190459	20/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDZ5E72	PVR0190277	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
TSD9J48	PVR0190309	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHW9F63	PVR0190287	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QTC8A96	PVR0190256	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QTC9F60	PVR0190789	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBX8G87	PVR0190551	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBF5D74	PVR0190665	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCI3032	PVR0190570	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDS3656	PVR0190574	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PLACA	**Nº AUTO**	**DATA**	**Código da infração c/desdobramento**	**VALOR DA MULTA**
RUL3E10	PVR0190831	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLG1I79	PVR0190533	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCX2966	PVR0190263	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDS7797	PVR0190344	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHT3011	PVR0190838	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47

NDK4G68	PVR0190575	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
UAK9D00	PVR0190762	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHQ7963	PVR0190505	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDA2A54	PVR0190786	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBJ0895	PVR0190842	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCF5280	PVR0190512	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCX5874	PVR0190348	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QRA7F81	PVR0190350	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSX5B71	PVR0186340	21/05/2026	7455-0	R$ 130,16
SLH7H97	PVR0190841	21/05/2026	6050-3	R$ 293,47
THK8A07	PVR0190918	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
CMJ1830	PV551774	22/05/2026	5185-1	R$ 195,23
SQR2G21	PVR0190622	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QWP1E06	PVR0190928	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
RSV3G37	PVR0186404	22/05/2026	7455-0	R$ 130,16
NDN7940	PVR0190655	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
QTC5H12	PVR0190615	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDX1A12	PVR0190669	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBN7046	PVR0190643	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCF5280	PVR0190674	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
OHT2551	PVR0190625	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDU8J28	PVR0190739	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBL2760	PVR0190581	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SLH5F32	PVR0190635	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
JHV6445	PVR0190675	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PQX1H19	PVR0190670	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NEG0F29	PVR0190578	22/05/2026	6050-3	R$ 293,47
PV550597	PV550597	23/05/2026	5452-3	R$ 195,23
QTF4G82	PV551838	24/05/2026	5185-1	R$ 195,23
NEH7I62	PVR0192323	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCV2G71	PVR0192379	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NDH2836	PVR0192093	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
SYF8D46	PVR0192021	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NCN1F02	PVR0191995	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
EBS7278	PVR0192479	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47
NBO7204	PVR0192507	26/05/2026	6050-3	R$ 293,47

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN DCAI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:57386AB3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº 1.408, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente, **Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**, no valor de **R$ 1.034.800,00 (um milhão, trinta e quatro mil e oitocentos reais),** destinados ao reforço de dotações orçamentárias para atendimento de **despesas com pessoal, obrigações patronais e demais despesas necessárias à manutenção e ao regular funcionamento das Secretarias Municipais e do Gabinete do Prefeito**, conforme a seguinte distribuição orçamentária:

Suplementação (+) 1.034.800,00
Excesso

02 02 01 Gabinete do Prefeito

12	04.122.0002.2002.0000	GESTÃO INTEGRADA	260.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DO GABINETE	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
13	04.122.0002.2002.0000	GESTÃO INTEGRADA	77.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DO GABINETE	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
265	04.122.0002.2002.0000	GESTÃO INTEGRADA	11.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DO GABINETE	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.96.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITA	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	

02 03 01 Administração e Planejamento Geral

30	04.122.0002.2017.0000	GESTÃO INTEGRADA	160.500,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA SEMGPPLAN	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
31	04.122.0002.2017.0000	GESTÃO INTEGRADA	38.300,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA SEMGPPLAN	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
36	04.122.0002.2017.0000	GESTÃO INTEGRADA	63.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA SEMGPPLAN	F.R.: 0 1 500
	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	

02 11 01 Secretaria de Obras e Estradas Rurais

223	04.122.0002.2029.0000	GESTÃO INTEGRADA	394.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA OBRA - SEMOE	F.R.: 0 1 500
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	
229	04.122.0002.2029.0000	GESTÃO INTEGRADA	31.000,00
		OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA OBRA - SEMOE	F.R.: 0 1 500
	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 500	Recursos não Vinculados de Impostos	

Art. 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 1.034.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 22 de outubro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:1D9A634C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	3372/2026
b) Licitação Nrº :	95/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Homologação :	22/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
E T GUIMARAES	1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALISTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.465 DE 28 DE AGOSTO DE 2020, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.496 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.		HORAS	400	140,00	56.000,00

Seringueiras, 22 de Outubro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:1AB5B698

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1896/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Concorrência
d) Data Homologação :	22/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
MONTE CLARO CONSTRUCOES LTDA	1	1	Repactuação para Retomada e Conclusão da Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário - Escola Pinóquio - Município de Seringueiras/RO.	SERVIÇO	SERV	1	1.775.611,46	1.775.611,46

Seringueiras, 22 de Outubro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:F245785B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1799/2026
b) Licitação Nrº :	119/2026
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	22/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	1	XINAFOATO DE SALMETEROL 25 MCG + PROPIONATO DE FLUTICASONA 125 MCG (120 DOSES) (SERETIDE SPRAY)	GSK	FRA	24	179,00	4.296,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	2	CITRATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO A MAGNÉSIO E VITAMINA D3, VITAMINA K2, 250 MG+32,5 MG+5MCG+ 32,5 MCG (FIXARE)	E.M.S	COMP	360	3,69	1.328,40
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	3	ALENDRONATO DE SÓDIO + COLECALCIFEROL 70 MG + 5.600 UI (FOSAMAX D).	MERCK	COMP	48	40,00	1.920,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	4	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08	MARKMED	UN	2.160	1,16	2.505,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	5	SONDA URETRAL N°10	MARKMED	PACOTE	2.160	1,46	3.153,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	6	LIRAGLUTIDA 6 MG/ML SOLUÇÃO INJ. COM SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDA COM 03 CANETA DE 3 ML	E.M.S	CX	24	1.104,95	26.518,80
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	7	VALSARTANA + ANLODIPINO 160+ 5MG	SANDOZ	COMP	720	2,27	1.634,40
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	8	ROSUVASTATINA 20 MG	LEGRAND	COMP	360	0,51	183,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	9	RIVAROXABANA 10 MG COMPRIMIDO	NEOQUIMICA	COMP.	360	0,34	122,40
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	10	DABIGATRANA 150 MG	BOEHRINGER	COMP.	720	6,19	4.456,80
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	11	CARBONATO DE LITIO 450 MG	EUROFARMA	COMP.	720	2,94	2.116,80
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	12	CLORIDRATO DE SERTRALINA 100 MG	GLOBO	COMP.	720	0,53	381,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	13	ALPRAZOLAM 1 MG COMPRIMIDO	LEGRAND	COMP.	360	0,19	68,40
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	14	ALPRAZOLAM COMPRIMIDO 2MG	NOVAQUIMICA	COMP.	360	0,31	111,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	15	PAROXETINA 20MG	ZYDUS	COMP.	720	0,38	273,60
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	16	DAPAGLIFLOZINA 5MG+CLORIDRATO DE METFORMINA 1000 MG (XIGDUO)	ASTRAZENECA	COMP	720	5,76	4.147,20
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	17	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 30 MG (STANGLID)	LIBBS	COMP	360	3,10	1.116,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	18	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG (OLMESARTANA)	GEOLAB	COMP	360	0,83	298,80
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	19	ROSUVASTATINA 10 MG	MULTILAB	COMP	360	0,21	75,60

LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	20	RISPERIDONA COMPRIMIDO 2MG	GEOLAB	COMP.	360	0,30	108,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	21	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+50MG (PROLOPA)	FQM	COMP	1.440	4,00	5.760,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	22	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	GLOBO	COMP.	360	0,27	97,20
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	23	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70MG (VENVANSE)	TAKEDA	COMP	360	19,50	7.020,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	24	ROFLUMILASTE COMPRIMIDO 500 MCG	ASTRAZENECA	COMP.	360	9,72	3.499,20

Seringueiras, 22 de Outubro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:5A4EFB00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	2323/2026
b) Licitação Nrº :	116/2026
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	22/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	1	INDICADOR BIOLÓGICO DE 2º GERAÇÃO DA MARCA 2i COMPATIVEL COM A MINI INCUBADORA DE MESMA MARCA. AMPOLAS COM MEIO DE CULTURA (AUTOCONTIDA) INDICADAS PARA TESTE DE CONTROLE DE QUALIDADE EM CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM AUTOCLAVES; FORNECE RESULTADOS CONFIÁVEIS EM APENAS 24 HORAS; UTILIZA LEITURA POR PH PARA CONFIRMAR A EFICÁCIA DO PROCESSO ATRAVÉS DA ALTERAÇÃO DE COR.	2I	UN	150	3,25	487,50
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	2	CÂNULA DE GUEDEL N° 1, COM IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO. DISPOSITIVO TRANSLÚCIDO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO, DESENVOLVIDO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS, ALÉM DE PROTEGER A CAVIDADE ORAL, DENTES, LÁBIOS E LÍNGUA. FABRICADA EM POLIETILENO, COM ACABAMENTO SUAVE E FLEXÍVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM TRANSPARENTE	VITALGOLD	UN	5	2,33	11,65
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	3	CÂNULA DE GUEDEL N° 2, COM IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO. DISPOSITIVO TRANSLÚCIDO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO, DESENVOLVIDO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS, ALÉM DE PROTEGER A CAVIDADE ORAL, DENTES, LÁBIOS E LÍNGUA. FABRICADA EM POLIETILENO, COM ACABAMENTO SUAVE E FLEXÍVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM TRANSPARENTE	VITALGOLD	UN	5	2,67	13,35
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	4	EQUIPO MULTIVIAS FABRICADO EM PVC, FLEXÍVEL E INCOLOR, CONEXÃO PADRÃO 02 VIAS (ADULTO), DERIVAÇÃO EM "Y", COM DOIS CONECTORES, DUAS EXTREMIDADES DISTAIS COM CONECTORES LUER LOCK, DUAS EXTENSÕES DOTADA DE DISPOSITIVO CLAMP (ABRE E FECHA). DEVERÁ CONTER UM PAR DE TAMPAS PROTETORAS ESTÉREIS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	M2LIFE	UN	7.000	0,70	4.900,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	5	EQUIPO DE INFUSÃO GRAVITACIONAL, TIPO SORO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL, GOTEJADOR 20 GOTAS = 1ML. FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL E INCOLOR, PROVIDO DE PINÇA ROLETE, INJETOR LATERAL TIPO Y COM MEMBRANA AUTO CICATRIZANTE, CÂMARA GOTEJADORA COM DISPOSITIVO PARA ENTRADA DE AR COM FILTRO HIDRÓFOBO E BACTERIOLÓGICO E FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15µM. CONECTOR LUER SLIP UNIVERSAL COM TAMPA PROTETORA E TUBO COM 1,5M COM PONTA PERFURANTE E TAMPA PROTETORA. ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	M2LIFE	UN	7.000	0,85	5.950,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	7	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5. PRODUZIDA EM LÁTEX, USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, TALCADA COM PÓ BIO ABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS, EMBALADA OS PARES INDIVIDUALMENTE	BECARE	PARES	400	1,35	540,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	8	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0. PRODUZIDA EM LÁTEX, USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, TALCADA COM PÓ BIO ABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS, EMBALADA OS PARES INDIVIDUALMENTE	BECARE	PAR	600	1,25	750,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	9	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5. PRODUZIDA EM LÁTEX, USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, TALCADA COM PÓ BIO ABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS, EMBALADA	BECARE	PAR	500	1,28	640,00

			OS PARES INDIVIDUALMENTE					
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	10	ESFIGMOMANÔMETRO DIGITAL DE BRAÇO COM MEMÓRIA PARA 120 RESULTADOS, INDICADOR DE ARRITMIA CARDÍACA, INDICADOR GRÁFICO DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO E O CÁLCULO DA MÉDIA AUTOMÁTICA DAS TRÊS ÚLTIMAS MEDIÇÕES. DISPLAY LCD PESO DE 340 BRAÇADEIRA 22 - 36 CM MÉTODO DE MEDIÇÃO, OSCILOMÉTRICO. ESSE PRODUTO REQUER 4 PILHAS/BATERIAS DO TIPO AAA, QUE JÁ ESTÃO INCLUSAS.	G-TECH	UN	35	125,00	4.375,00
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	1	11	SONDA URETRAL N° 10 FR, CONFECIONADA EM PVC, COM CERCA DE 40 CM, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. APRESENTA CONECTOR PADRÃO COM TAMPA E PONTA DITAL CILINDRICA FECHADA COM ORIFÍCIOS LATERAIS.	SOLIDOR	UN	700	0,72	504,00

Seringueiras, 22 de Outubro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:33CB4F29

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1954/2026
b) Licitação Nrº :	108/2026
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	22/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
REFLETT INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO LTDA	1	1	Luminária pública Reeme modelo LD-7P /240	REEME	UN	120	461,83	55.419,60
REFLETT INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO LTDA	1	2	Luminária pública Reeme modelo LD-7P /100	REEME	UN	120	904,83	108.579,60

Seringueiras, 22 de Outubro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:E5C1971E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELEÇÃO POR COMPETÊNCIA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR Nº. 001/2026 / SEMED/URUPÁ-RO

EDITAL DE PROCESSO SELEÇÃO POR COMPETÊNCIA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR Nº. 001/2026 / SEMED/URUPÁ-RO

Dispõe sobre os critérios Técnicos de Méritos e Desempenho para Provimento dos Cargos de Diretor e Vice-Diretor das Escolas Públicas Rede municipal de Ensino, Urupá/RO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC/RO, no uso da competência do Decreto n. n. 283 de 22 de Setembro de 2023 designado pelo Prefeito do Município de Urupá Senhor Ezequiel Saldanha no uso de suas atribuições legais, tendo em visto o disposto do Decreto Municipal n. 452 de 22 de setembro de 2022 que autoriza sobre o Processo de Seleção por Competência para Provimento de Cargo em Comissão de Diretor e Vice-Diretor da Rede Pública Municipal de Ensino de Urupá-RO, para contratações ao Cargo por prazo determinado para atender às necessidade temporárias de excepcional interesse público, em virtudes legais que lhe são conferidas pelo Art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, e conforme expedientes contidos no Processo Eletrônico n. 1127/2023;

CONSIDERANDO inciso VI do art. 206 da Constituição Federal de 1988, cita o princípio do ensino público será garantido por gestão democrática;

CONSIDERANDO art. 14 da LDB – 9.394/1996, os Sistemas de Ensino definirão as normas da Gestão Democrática do Ensino Público na Educação Básica de acordo com a sua peculiaridade, combinado com inciso I, §1°, art. 14 da Lei n. 14.113/2020;

CONSIDERANDO Lei 13.005/2014 em seu art. 2° VI e na Meta 19, a promoção do princípio da Gestão Democrática da Educação Pública, e consonância com Lei Municipal 683/2015/PME/Urupá – Meta 19, que assegura a efetivação da Gestão Democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho definidos pela Gestão Municipal em leis, portarias ou decretos;

CONSIDERANDO inciso III do art. 5° e §1° inciso I do art. 14 da Lei n. 14.113/20, complementação VAAR e Resolução n. 1 de 28 de julho de 2023. Visando regulamentar a escolha dos Diretores e Vice-Diretores das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino, torna público as normas e procedimentos para a realização do Processo de Seleção por Competência para Provimentos de Cargo de Diretor e Vice-Diretor, para atuar nas Redes Municipal de Ensino do Município de Urupá-RO, por tempo determinado, de Profissionais da Rede Municipal, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme as normas e condições estabelecidas neste Edital e a seguir especificadas.

RESOLVE:
Tornar pública a realização do Processo Seleção por Competência Provimento de Cargo em Comissão de Diretor e Vice-Diretor das Escolas Públicas da rede municipal de ensino Urupá/RO, com mandato de 03 (três) anos sendo no período de 2027, 2028 e 2029.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo de escolha dos Diretores e Vice-Diretores do Município de Urupá/RO será regido por este edital, seus anexos e suas eventuais retificações, assim como pelas instruções, comunicações e convocações dele decorrentes, obedecidas as legislações pertinentes.

1.2 O Presente Processo de Seleção por Competência para Provimento de Função de Diretor e Vice-Diretor, tem como objetivo a escolha de servidores efetivos do Quadro de Magistério Público Municipal, de que trata a Lei n. 696/2015, de 18 de dezembro de 2015, que se encontrem vinculados na Rede Pública Municipal de Ensino.

1.3 E que tenha disponibilidade de tempo para atuar em todos os turnos de funcionamento da escola em regime de exclusividade, e ter contrato com carga horária de 40h, devendo preencher os requisitos constantes no edital.

1.4 O Processo de Seleção consistira de análise de Títulos com documentos comprobatórios específicos na área e Entrevista Individual por meio de Questões Objetivas.

1.5 O Profissional que concorrer a Função de Diretor ou de Vice-Diretor, devendo preencher os seguintes requisitos:

1.5.1 Ser Professor do quadro efetivo municipal por no mínimo um período de 3 anos, e estar vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

1.5.2 Formação Pedagógica em Licenciatura Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional, com Pós-Graduação específica para o exercício da função: gestão escolar ou administração escolar ou outra equivalente, cujos títulos deverão ser apresentados no ato da inscrição;

1.6 Os Diretores e Vice-Diretores que estão em atual exercício nas Escolas Municipais, poderão participar do seletivo, considerando os subitens: 1.5.1; 1.5.2; 1.5.3; 1.5.4, 1.5.5 e 1.5.6 deste Edital.

1.7 Este Processo de Seleção por Competência para a Função de Diretor e Vice-Diretor será composto das seguintes etapas:
a) 1ª Etapa: Análise de Títulos – destinada aos candidatos que entregarão os títulos no ato da inscrição, com documentos comprobatórios específicos na área, de caráter eliminatório e classificatório;
b) 2ª Etapa: Entrevista - destinado aos candidatos que realizaram Análise de Títulos, com caráter eliminatório e classificatório. Caso o Candidato não for classificado na Primeira Etapa o mesmo não participará da Segunda Etapa.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 Antes de se inscrever o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, parte integrantes das normas que regem o Processo de Seleção, das quais não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese. Sendo o candidato responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição e documentação, podendo a Comissão de Avaliação dos critérios técnicos de mérito e desempenho para o provimento da função de Diretor e Vice-Diretor da Rede Pública de Ensino de Urupá/RO, excluir do processo aquele que preencher com dados incorretos, bem como prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.2 A inscrição deverá ser realizada, em formulário específico, de acordo com o **ANEXO V – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS**, conforme especificado abaixo:

a) O **ANEXO V - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS** deverá ser entregue a Comissão de Seleção por Competência, por meio físico, na Secretaria Municipal de Educação, em **envelope lacrado,** conforme data prevista no cronograma do **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO**, na Avenida Jorge Teixeira, nº 4857, Bairro Alto Alegre, Urupá/RO, das 8h às 12h.

b) O envelope deverá estar identificado pelo Formulário do **ANEXO VI - PROTOCOLO DE DOCUMENTO.**

c) Não serão aceitos quaisquer tipos de documentação fora do prazo definido no **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO;**

d) O Candidato que vier fazer mais de uma inscrição, no período de vigência da Inscrição, será considerada a última apresentada.

e) A inscrição para o presente Processo Seletivo por Competência é gratuita;

f) O candidato deverá ter conhecimento das atribuições inerentes à função de acordo com Art.6º e 7º do Decreto 251/2022 de 15 de setembro de 2022, constante no **ANEXO IV – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA FUNÇÃO.**

2.3 A divulgação dos resultados de cada etapa do Processo Seletivo será feita via publicação de Edital, pela Comissão de Seleção por Competência, no Diário Oficial do Município – AROM no endereço: www.diariomunicipal.com.br/arom/, nas datas constantes no **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO.**

2.4 No ato da inscrição o candidato poderá se inscrever para duas Escolas;

2.4.1 O candidato que vier ser classificado nas duas inscrições terá opção de escolher a Instituição de Ensino o qual irá assumir, assim implicará automaticamente, a desistência imediata da outra opção, conforme modelo em **ANEXO X– TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE GESTOR ESCOLAR;**

2.4.2. Após a seleção dos candidatos **por escola,** assumirá este na sua classificação, sendo o Primeiro Colocado assumirá para o Cargo de Diretor e o Segundo Colocado para o Cargo de Vice-Diretor;

2.5 Caso não haja candidatos interessados ou que não preencham as exigências deste Processo de Seleção os Cargos de Diretores e Vice-Diretores serão indicados pelo titular da Secretaria do Município de Educação e nomeado por ato do Prefeito, desde que cumpram com o subitem 3.3 letras (a), (b), (c), (d) e (e).

2.6 As vagas contempladas na Função de Diretor atenderão todas as Unidades Escolares municipal e na função de Vice-Diretor atenderá as unidades acima de 400 (quatrocentos) alunos.

3. DA ANÁLISE DE TÍTULOS

3.1 Análise de Títulos do Processo Seletivo terá caráter eliminatório e classificatório;

3.2 A Comissão do Processo Seletivo não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo envio incompleto ou incorreto dos dados de inscrição e pela má qualidade dos documentos, devendo todos os documentos ser conferidos e autenticados no ato da Inscrição.

3.3 Somente serão considerados como **documentos comprobatórios para titulação**:
a) Cópia do RG e CPF;
b) Cópia do último Contra Cheque.
c) Cópia do Diploma e/ou Histórico de Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional;
d) Cópia do Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Pós-Graduação especifica para o exercício da função: Gestão Escolar ou Administração Escolar, atestando a carga horária mínima de 360 horas;
e) Cópia de Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Mestrado ou Doutorado;
f) Certidão Negativa, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, não ter sido condenado em processo administrativo, inquérito ou sindicância e não ter sofrido pena disciplinar no triênio anterior à data do pleito.
g) Certidão de Tributos Municipais (Urupá), **Certidão a ser obtida no endereço eletrônico:** https://tributos.urupa.ro.gov.br/portal-contribuinte/emissao-certidoes.
h) Declaração Negativa de pendência dos Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
i) Declaração firmada pelo candidato que não está cumprindo sanção **Penal**, **Civil e Administrativa** por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.
j) Declaração Negativa emitida pelo Dirigente Municipal de Educação atestando de que não há pendência com o PDDE e AFINDE, somente para o **Diretor em exercício**.
k) Declaração emitida e firmada pelo Professor atestando apto para atuar as 40hs semanais em regime de exclusividade no exercício do Cargo pleiteado.
l) Declaração emitida e firmada pelo Professor que não está cumprindo sanção penal, civil, administrativa por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.
3.4 Só serão aceitos para pontuação, os Certificados em Cursos de Formação na área de Gestão Escolar e/ou Administração Escolar.
3.5 O resultado da Análise de Títulos será registrado e divulgado pela Comissão do Processo Seleção por Competência, no período constante no **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO.**
3.6 No caso de empate na pontuação da classificação final será aplicado o critério do parágrafo único, do art. 27, da Lei n. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
3.7 Os títulos requeridos como requisitos de escolaridade estão dispostos no Quadro de Referência de Títulos abaixo:

QUADRO 1 – REFERÊNCIA DE TÍTULOS E PONTUAÇÃO

Títulos		**Referência para Pontuação**
Requisitos	**Documentos Comprobatórios**	**Pontuação**
Doutorado	Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Doutorado.	**10 pts**
Mestrado	Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Mestrado.	**12 pts**
Pós – Graduação	Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Pós-Graduação especifica para o exercício da função: Gestão Escolar e/ou Administração Escolar, atestando a carga horária mínima de 360 horas;	**15 pts**
Graduação	Diploma e/ou Histórico de Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional;	**50 pts**
Curso de Aperfeiçoamento	Formação Continuada em Gestão Escolar ou Administração Escolar, realizado nos últimos 03 (três) anos, na data de publicação do Edital. Carga Horária mínima de 80h (oitenta). (**não cumulativa, isto é, considerado apenas um Certificado**).	**80h a 100h = 03pts** **Acima de 100h = 06pts**
Experiência Profissional na Educação.	Tempo de experiência (servidores efetivos do quadro de Magistério Público Municipal) na rede municipal de educação, no município de Urupá. Conforme último contra cheque em cada contrato. Emissão: https://site.urupa.ro.gov.br e ou setor de DRH – Divisão de Recursos Humanos.	**03 a 09 anos = 03pts** **Acima de 09 anos = 05pts**
Experiência Profissional na Área de Gestão Escolar.	Declaração Emitida pela SEMED – Secretaria Municipal de Educação.	**03 a 09 anos = 03pts** **Acima de 09 anos = 05pts**
Total de Pontos:		**100 (cem) pts**

4. DA ENTREVISTA

4.1 O candidato que concorre à vaga para a função de Diretor ou Vice-Diretor, estará sujeito a uma Entrevista que consiste na análise da proficiência técnica em gestão escolar na Educação Básica para atuar na Educação de Ensino Infantil e Fundamental.

4.2 A lista de candidatos a serem entrevistados com suas respectivas data e horários será fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, e publicado no site do Diário Oficial do Município – AROM no endereço: www.diariomunicipal.com.br/arom/ pela Comissão. **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO.**

4.3 A entrevista dos candidatos é de responsabilidade da Comissão do Processo Seleção por Competência, com duração máxima de até 1h e 30 minutos.

4.4 A Será realizada a Entrevista Escrita

4.5 A Entrevista será avaliada a partir dos seguintes critérios:
a) compreensão das etapas de Ensino Regular: Ensino Infantil, Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, conforme Base Nacional Comum curricular – BNCC, Lei de Diretrizes, Base da Educação Nacional – LDB e ;
b) proatividade na resolução de conflitos e situações problemas no cotidiano escolar;
c) habilidade de Liderança e/ou Trabalho em Equipe;
d) comprometimento com os programas educacionais pedagógicos, financeiros, administrativo e as ações voltadas para escola.

4.5 A entrevista valerá de 0 a 100 pontos que somará com a pontuação de análise de títulos;

4.6 O resultado será registrado e divulgado pela Comissão do Processo Seletivo, publicado no site na impressa Oficial Diário Oficial do Município – AROM no endereço: www.diariomunicipal.com.br/arom/ pela Comissão, no período constante no **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO.**

5. DA APROVAÇÃO

5.1 Após a seleção dos candidatos aprovados por escola assumirá estes na sua classificação, sendo o Primeiro colocado assumirá para o Cargo de Diretor e o Segundo colocado para o cargo de Vice-Diretor.

5.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver a maior pontuação da Classificação Final, conforme **item 1.7.**

5.3 O título de aprovação será atribuído ao candidato que obtiver classificação nas duas Etapas: Análise de Títulos e Entrevista.

5.4 Os candidatos selecionados serão classificados por ordem decrescente, de acordo com os pontos obtidos.

5.5 No caso de igualdade de pontuação, será utilizada como critério de desempate a maior idade do candidato, de acordo com o parágrafo único, do art. 27, da Lei n. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso).

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

6.1 O Resultado Final do Processo Seletivo para a Função de Gestor Escolar (Diretor / Vice-Diretor) para atuar nas Escolas Municipal, será divulgado na impressa Oficial Diário Oficial do Município – AROM no endereço: www.diariomunicipal.com.br/arom/ pela Comissão conforme data constante no **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO.**

7. DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO

7.1 A Portaria de Nomeação será expedida pela Prefeito do Município de Urupá, para designar o servidor para o exercício da função de Gestor Escolar (Diretor/ Vice-Diretor), por ato discricionário do Titular da Pasta.

8. DA POSSE

8.1 A posse na Função de Gestor Escolar (Diretor), acontecerá em data a ser designada e mediante a assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade do Gestor Escolar e do Termo de Comprometimento, para cumprimento do exercício da função.

8.2 O Candidatos ao Cargo pleiteado tomará posse no dia 01 de janeiro de 2027. Os mesmos assinarão o Termo de Compromisso e Responsabilidade contendo todas as suas atribuições do cargo que ocupará, previsto no Decreto Municipal n. 251 de 15 de setembro de 2022 e Decreto. n. 283 de 22 de setembro de 2023, para cumprimento do exercício da função.

8.3 O Candidato deverá assinar o Termo de Compromisso que contempla o cumprimento das Metas, Indicadores Educacionais e de Gestão, definidos pela Secretaria de educação, devendo observar as especificidades de cada unidade escolar, comprometendo-se na elevação do Índice de Desempenho do IDEB, IDERO, Redução de Taxa de Reprovação e Distorção em idade/série, realizar e cumprir a metodologia da BNCC.

8.4 Após a posse de nomeação do Diretor e Vice-Diretor, os mesmos serão lotados para as Unidades Escolar da Rede Municipal, no entanto o atual Gestor Escolar terá a função de repassar todas as quaisquer informações, referente a natureza da Unidade Escolar, para a próxima Gestão que assumirá o exercício de 2027.

8.4.1 O professor eleito que estiver lotado em sala de aula, no período de transição, não poderá comprometer sua lotação atual, garantindo o direito do aluno.

9. DO LOCAL DE TRABALHO

9.1 O Gestor Escolar (Diretor / Vice-Diretor) deverá desempenhar suas atividades profissionais exclusivamente na Rede Municipal, localizada na zona rural e zona urbana deste município, conforme opção de escola/localidade para qual o candidato foi aprovado, nomeado diante ao Termo de Posse.

10. RECURSOS

10.1 O recurso será dirigido pelo candidato ou seu procurador legal, à Comissão Processo Seletivo por Competência designada para acompanhamento do referido Processo Seletivo, conforme **ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA RECURSO.**

10.2 O Recurso deverá ser interposto conforme prazos determinados no Cronograma estabelecido neste Edital - **Anexo II – CRONOGRAMA PREVISTO** e conter, obrigatoriamente, o nome do candidato e o número de sua inscrição;

10.3. Não será permitido envio de títulos e/ou documentos na apresentação do recurso, visto que não serão analisados.

10.4. Admitir-se-á para cada candidato um único recurso por etapa analisada, sendo necessário o envio de um formulário para cada etapa recorrida.

10.5 O formulário (**ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA RECURSO**), preenchido de forma incorreta, ou faltando informações será automaticamente desconsiderado.

10.6. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes, considerados procedentes, serão atribuídos ao candidato recorrente.

10.7. As respostas aos Recursos serão publicadas na data constante do **ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO**, pela Comissão Regional Permanente de Seleção na Coordenadoria Regional de Educação.

10.8. Para julgamento de Recursos do Processo Seletivo Simplificado para Gestor Escolar (Diretor/Vice-Diretor), a Comissão Processo Seletivo por Competência instituída pelo Decreto. n. 452 de 22 de setembro de 2026, constituirá a última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, razão porque não caberão recursos adicionais.

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. É vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de funcionamento da unidade escolar.

11.2. O Gestor Escolar será avaliado a cada 12 (dose) meses a partir da data da posse, podendo ser substituído em caso de desaprovação na avaliação anual, contendo: Consulta a Equipe da Escola; Conselho Escolar; Representatividade dos Alunos; Declaração Negativa emitida pelo Dirigente Municipal de Educação atestando de que não há pendência com as Documentações
Administrativas (pertinente a função do Diretor e vice diretor) e Prestação de Contas do Programas Educacionais.

11. 3. Caso ocorra a Extinção de Unidade Escolar, o Gestor retornará a sua função de origem.

11.4. Será excluído do certame o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, incluindo os exigidos para a confirmação de sua inscrição.

11.5. Em caso de desistência, óbito ou mudança de domicílio do Gestor Escolar e, para não haver prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a administração poderá dispensar e substituir o mesmo por outro que atenda aos dispositivos legais e que componha o banco de profissionais ora selecionados.

11.6. 6. Os casos omissos serão submetidos ao parecer da Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Urupá.

11.7. Os 07 (sete) primeiros candidatos classificados assumirão as vagas concorridas.

11.8. Os demais candidatos por ordem de classificação comporão um banco de profissionais para atender futuras vacâncias na referida Unidade Escolar, por um período de vigência do Processo de Seleção de Competência.

12. ANEXOS

Anexo I – Endereços das Escolas Municipais;
Anexo II – Cronograma Previsto
Anexo III – Documentos Comprobatórios
Anexo IV - Descrição Sumária da Função
Anexo V – Formulário de Inscrição e Entrega de Títulos
Anexo VI – Protocolo de Documento
Anexo VII – Formulário para Recurso
Anexo VIII – Quadro de Vagas
Anexo IX – Termo de Compromisso e Responsabilidade das Atribuições do Cargo.
Anexo X – Termo de Desistência do Processo Seletivo para o Cargo de Gestor Escola

ANEXO I - ENDEREÇOS DAS ESCOLAS MUNICIPAL
ÁREA RURAL E ÀREA URBANA

REDE MUNICIPAL DE ENSINO / SEMED	LOCALIDADE
E.M.E.F. Adeildo Martins de Souza	Avenida Getúlio Vargas, N.4840, Bairro Alto Alegre. Cep.: 76.929-000, Urupá-RO. Área Urbana.
E.M.E.F. Waldemar Higino de Souza	Rua Seringueiras, n. 3275, Bairro Sumaúma. Cep.: 76.929-000, Urupá-RO. Área Urbana.
E.M.E.I. Sonho Infantil	Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5127, Bairro Alto Alegre. Cep.: 76.929-000, Urupá-RO Área Urbana.
E.M.E.I.F. Alphonsus Guimarães	Linha T-10, Gleba 16, Lote 01 Cep.: 76.929-000, Urupá-RO Área Rural.
E.M.E.I.F. Euclides da Cunha	Linha C-3, Núcleo Primavera. Cep.: 76.929-000, Urupá-RO Área Rural.
E.M.E.I.F. Nova Estrela	Linha 16, Avenida Brasil, S/N, Distrito Nova Aliança. Cep.: 76.929-000, Urupá-RO Área Rural.

ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Publicação do Edital	23/10/2026 à 29/10/2026
Inscrição e entrega de documentos comprobatórios pessoais e de títulos	03 / 11/ 2026 à 10/11/2026

Publicação das inscrições homologadas	16/11/2026
Prazo para o recebimento de recursos das inscrições	17/11/2026 à 18/11/2026
Publicação das decisões dos recursos das inscrições	24/11/2026
Publicação do Resultado de Análise de Títulos e convocação para Entrevista	26/11/2026
Entrevista	30/11/2026
Publicação do Resultado da Entrevista	07/12/2026
Publicação Resultado Final	09/12/2026
Homologação Resultado Final	11/12/2026

ANEXO III – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Cópia do RG e CPF;
Cópia do último Contra Cheque (apresentar o último contra cheque).
Cópia do Diploma e/ou Histórico de Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional;
Cópia do Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Pós-Graduação especifica para o exercício da função: Gestão Escolar ou Administração Escolar, atestando a carga horária mínima de 360 horas;
Cópia de Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Mestrado ou Doutorado;
Certidão Negativa que não possui condenação em processo administrativo, inquérito ou sindicância e não ter sofrido pena disciplinar no triênio anterior à data do pleito.
Certidão Negativa de Tributos Municipais (Urupá), Certidão a ser obtida no endereço eletrônico https://tributos.urupa.ro.gov.br/portal-contribuinte/emissao-certidoes ;
Declaração Negativa de pendência dos Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
Declaração firmada pelo candidato que não está cumprindo sanção **Penal**, **Civil e Administrativa** por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.
Declaração emitida e firmada pelo Professor atestando apto para atuar as 40hs emanais em regime de exclusividade no exercício do Cargo pleiteado
Declaração emitida e firmada pelo Professor que não está cumprindo sanção penal, civil, administrativa por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º,10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.

ANEXO IV - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA FUNÇÃO

Atribuições do DIRETOR, além do cumprimento do Regimento Interno
I - Elabora, Executar, e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica, bem como a legislação vigente, com as equipes escolar;
II – Administrar a Equipe Escolar, recursos materiais e financeiro.
III – Dirigir a escola, cumprindo as leis, regulamentos, o calendário-escolar, as determinações superiores e as disposições do Regimento Escolar, de modo a garantir a consecução dos objetivos do processo educacional;
IV – Analisar o cumprimento do Plano de Trabalho de cada docente;
V – Estabelecer diretrizes para elevar o percentual de indicador de melhorias na aprendizagem, que deve levar em conta dois ciclos de avaliação, considerando o aumento da equidade de aprendizagem e o nível socioeconômicos dos educandos;
VI – Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica;
VII – Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz competente da Comarca e ao respetivo represente do ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual permitido por lei;
VIII – Convocar e presidir reuniões dos quadros da escola- administrativo, docente e discente, solenidades e cerimônias da escola, delegando atribuições e competências aos seus subordinados, assim como designar Comissões para a execução de tarefas especiais;
IX - Promover as comemorações de datas cívicas, festivas ou sociais e o cumprimento dos deveres comunitários do estabelecimento;
X - Estabelecer medidas administrativas pedagógicas, técnicas e de serviços gerais para a organização e funcionamento da escola;
XI – Encaminhar ao Dirigente da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, Boletim de Frequência do Docente, Administrativo e Técnico, bem como atestar a assiduidade;
XII – Acompanhar diariamente a frequência do quadro pessoal da escola;
XIII – Autorizar a abertura e o encerramento das matrículas/transferência, bem como responsabilizar se por toda a documentação escolar, as correspondências expedidas, como também, rubricar livros de escrituração e de pondo dos servidores.
XIV - Aplicar aos profissionais da escola as sanções estabelecidas no Regimento Escolar e Regime Jurídico Único dos Servidores deste Município;
XV - Promover iniciativa que visem ao aperfeiçoamento constante dos profissionais envolvidos no trabalho escolar.
XVI - Cumprir as competências gerais e específica das dimensões: político-educacional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal/relacional da matriz de competências do diretor escolar do CNE;
XVII – Cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas pela Entidade Mantenedora ou por determinações legais e demais normas do Sistema Municipal de Ensino;
XVIII – Responder e representar legalmente perante os órgãos do sistema educacional, à mantenedora e outros;
XIX – Resolver problemas internos da escola, ouvindo o Conselho escolar, quando necessário, antes de recorrer ao órgão superior;
XX – Comunicar aos órgãos superiores sobre ocorrências que exijam providências ou decisões que fujam à sua competência;
XXI – Realizar a acomodação da demanda, inclusive a criação e supressão de turmas/anos, nos turnos de funcionamento bem como a distribuição por turnos;
XXII - Zelar pela legalidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos;
XXIII – Coordenar e orientar todos os servidores lotados na escola, os termos de uso dos equipamentos e materiais da escola, inclusive os de consumo;
XXIV – Zelar, cuidar, não podendo em hipótese alguma ceder, emprestar, materiais permanentes ou qualquer bens da escola, a outras instituições ou particulares, sem autorização da mantenedora;
XXV – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
XXVI – Tomar medidas de emergência em situação imprevista e outras, não previstas neste Decreto, comunicando imediatamente as autoridades competentes;
XXVII – Zelar pelo patrimônio sob a guarda da unidade escolar;
XXVIII – Apoiar e propiciar iniciativas que fomentem experiências de estagiários, e outras possibilidades;

XXIX – Definir as prioridades a serem atendidas para a adequação do funcionamento da unidade, com os demais membros da equipe;
XXX – Avaliar os resultados dos planos e projetos de ação e quando necessário propor reelaboração dos mesmos;
XXXI – Atuar nos diferentes setores da escola na elaboração e acompanhamento de planos e projetos de ação educacional;
XXXII – Estabelecer diretrizes gerais de planejamento e organização da escola, conforme legislação vigente;
XXXIII – Tomar providências de caráter urgente em situações imprevistas que possam ocorrer no âmbito da escola;
XXXIV – Prestar sempre que necessário, orientação e esclarecimento à famílias dos estudantes;
XXXV – Propor a mantenedora à efetivação de parcerias e celebração de convênios com órgãos oficiais, empresas e segmentos da comunidade que de algum modo, possam beneficiar os respectivos atendimentos aos estudantes;
XXXVI – Comunicar à SEMEC a necessidade de materiais e equipamentos, indispensáveis ao funcionamento da unidade de ensino;
XXXVII – Dar ciência à SEMEC dos reparos, reformas e ampliações, que porventura forem necessárias na unidade de ensino;
XXXVIII – Aprovar planos de curso, adoção de livros e material didático propostos pelos professores;
XXXIX – Responder por quaisquer recursos destinados ao estabelecimento, deles prestando contas à entidade mantenedora, à comunidade escolar e ao Conselho Escolar;
XL - Zelar pela qualidade da merenda escolar e criar mecanismos de acompanhamento e controle de estoque, evitando desvio dos gêneros;
XLI – Distribuir e redistribuir os funcionários adequando-os às suas competências e às necessidades do estabelecimento;
XLII – Informar ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público os casos que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes.

Atribuições do VICE DIRETOR, além do cumprimento do Regimento Interno

I – Substituir o Diretor em suas ausências sempre que se fizer necessário ou por delegação deste, no cumprimento de atividades específicas;
II – Prestar assessoramento técnico-administrativo e pedagógico ao Diretor, coparticipando de todas as atividades;
III – Colaborar com o Diretor no desempenho de suas atribuições;
IV – Zelar pelo cumprimento das disposições contidas no regulamento interno da escola.

ANEXO V – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS

INSCRIÇÃO N. (uso da Comissão):			
NOME DO CANDIDATO:			
DATA DE NASCIMENTO:	CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO:	N.:	BAIRRO:	URUPÁ-RO
TELEFONE:	EMAIL:		
GRAU DE ESCOLARIDADE:	ESCOLA A CONCORRER:1° OPÇÃO: _____ 2° OPÇÃO: _____		MATRÍCULA:
Documentos Comprobatórios			
Cópia do RG e CPF;			
Cópia do último Contra Cheque;			
Cópia do Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Pós-Graduação especifica para o exercício da função: Gestão Escolar ou Administração Escolar, atestando a carga horária mínima de 360 horas;			
Cópia do Diploma e/ou Histórico de Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional.			
Cópia de Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Mestrado ou Doutorado;			
Certidão Negativa, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, não ter sido condenado em processo administrativo, inquérito ou sindicância e não ter sofrido pena disciplinar no triênio anterior à data do pleito.			
Certidão de Tributos Municipais (Urupá), **Certidão a ser obtida no endereço eletrônico:**https://tributos.urupa.ro.gov.br/portal-contribuinte/emissao-certidoes			
Declaração Negativa de pendência dos Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.			
Declaração firmada pelo candidato que não está cumprindo sanção **Penal**, **Civil e Administrativa** por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.			
Declaração emitida e firmada pelo Professor atestando apto para atuar as 40hs semanais em regime de exclusividade no exercício do Cargo pleiteado			
Declaração emitida e firmada pelo Professor que não está cumprindo sanção penal, civil, administrativa por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.			

Urupá – RO, _____ / _____ / _____

_____
Assinatura do candidato

ANEXO VI – PROTOCOLO DE DOCUMENTO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR (DIRETOR / VICE-DIRETOR) ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (ANOS INICIAL E ANOS FINAL) – URUPÁ-RO			
NOME DO CANDIDATO:	TELEFONE:	EMAIL:	
DATA DE NASCIMENTO:	CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO:	N.:	BAIRRO:	URUPÁ-RO
Documentos Comprobatórios			
Cópia do RG e CPF;			
Cópia do último Contra Cheque;			
Cópia do Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Pós-Graduação especifica para o exercício da função: Gestão Escolar ou Administração Escolar, atestando a carga horária mínima de 360 horas;			
Cópia do Diplma e/ou Histórico de Licenciatura em Pedagogia, Normal Superior ou outra Licenciatura na Área Educacional.			
Cópia de Certificado e/ou Declaração de Conclusão de Mestrado ou Doutorado;			
Certidão Negativa, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, não ter sido condenado em processo administrativo, inquérito ou sindicância e não ter sofrido pena disciplinar no triênio anterior à data do pleito.			
Certidão de Tributos Municipais (Urupá), **Certidão a ser obtida no endereço eletrônico:**https://tributos.urupa.ro.gov.br/portal-contribuinte/emissao-certidoes			
Declaração Negativa de pendência dos Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.			
Declaração firmada pelo candidato que não está cumprindo sanção **Penal**, **Civil e Administrativa** por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.			
Declaração emitida e firmada pelo Professor atestando apto para atuar as 40hs semanais em regime de exclusividade no exercício do Cargo pleiteado			
Declaração emitida e firmada pelo Professor que não está cumprindo sanção penal, civil, administrativa por atos de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal 8.429/92, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, pelo Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual ou municipal.			

---

via do Candidato)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO		
Nome do Candidato (letra de forma):		
_____ Assinatura do candidato	Data e Hora Hora de recebimento: ___:____ Urupá-RO, _____ / _____ / _____	_____ Assinatura do Responsável/Comissão Processo Seleção

ANEXO VII – FORMULÁRIO PARA RECURSO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR (DIRETOR / VICE-DIRETOR) DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (ANOS INICIAL E ANOS FINAL) – URUPÁ-RO
Nome do Candidato (letra de forma): _____ INSCRIÇÃO N. (uso da Comissão): _____
MATRÍCULA: _____ EMAIL: _____ TELEFONE: _____
ESCOLA A CONCORRER: 1° OPÇÃO: _____ 2° OPÇÃO: _____
ARGUMENTO COM FUNDAMENTAÇÃO (Descrever objetivamente as razões pelas quais discorda do resultado, mencionado o que está em desacordo com o que fora publicado no Edital.

(via do Candidato)
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR (DIRETOR / VICE-DIRETOR) DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (ANOS INICIAL E ANOS FINAL) – URUPÁ-RO
COMPROVAÇÃO DE ENTREGA DE RECURSOS
(entrega presencial pela Comissão Processo Seletivo na Secretaria Municipal de Educação – SEMEC)

Nome do Candidato (letra de forma): _____ INSCRIÇÃO N. (uso da Comissão): _____ MATRÍCULA: _____ EMAIL: _____ TELEFONE: _____ ESCOLA A CONCORRER: 1° OPÇÃO: _____ 2° OPÇÃO: _____		
Data e Hora: Urupá-RO, _____ / _____ / _____ Hora de recebimento: ___:____	_____ Assinatura do candidato	_____ Assinatura do Responsável/Comissão Processo Seleção

ANEXO VIII – QUADRO DE VAGAS

REDE MUNICIPAL DE ENSINO / SEMEC	VAGAS		REMUNERAÇÃO	
	DIRETOR	VICE-DIRETOR	DIRETOR	VICE-DIRETOR
E.M.E.F. Adeildo Martins de Souza	01	01	Ref.10	Ref.06
E.M.E.F. Waldemar Higino de Souza	01	-	Ref.07	-
E.M.E.I. Sonho Infantil	01	-	Ref.08	-
E.M.E.I.F. Alphonsus Guimarães	01	-	Ref.07	-
E.M.E.I.F. Euclides da Cunha	01	-	Ref.07	-
E.M.E.I.F. Nova Estrela	01	-	Ref.07	-

Observação:
DIRETOR:
Tipologia 1 - até 200 alunos.
Tipologia 2 - até 201 a 400 alunos
Tipologia 3 - acima de 400 alunos.

VICE - DIRETOR
Tipologia 3 - acima de 400 alunos
* O Cargo de Vice-Diretor será contemplado para Escola Adeildo Martins.

ANEXO IX
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DAS ATRIBUIÇÕES AO CARGO
Eu, _____aprovado em Processo Seleção por Competência Provimentos de Cargo de Gestor Escolar , na Função de _____ na rede municipal de ensino, venho perante a Comissão de Seleção por Competência e juntamente com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, prestar o meu compromisso de desempenhar e cumprir fielmente as funções inerentes ao cargo que ora passo a ocupar, bem como acatar e observar as regras estabelecidas no art. 6° e art. 7° no Decreto n. 251/2022 de 15/09/2022. Declaro estar ciente dos deveres e proibições previstos na Lei nº 696/2015 do Plano de Cargo e Carreira dos Professores, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Urupá.

_____, _____de_____de _____.

_____
Assinatura do(a) Candidato (a)

ANEXO X
TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELEÇÃO POR COMPETÊNCIA PROVIMENTO DE CARGO DE GESTOR ESCOLAR

Eu,_____Classificado em Processo Seleção por Competência Provimento de Cargo de Gestor Escolar, Classificado em ___° lugar para a escola _____ ao Cargo de _____ e Classificado em __° lugar para escola _____ ao Cargo de _____, conforme Homologação do Resultado Final, venho por meio deste instrumento DECLARAR que estou **DESISTINDO**, formalmente e definitivamente, da Posse para a referida Classificação em **_____ lugar da Escola _____ ao Cargo de _____**, sabendo que estarei a **tomar Posse** do ____ lugar para Escola _____ ao Cargo de _____., conforme descrito no subitem 2.4.1 do Edital.n°001/2023 do Processo Seleção por Competência Provimento para Cargo de Gestor Escolar.
Estando ciente que será dado prosseguimento à nomeação dos demais candidatos habilitados, de acordo com a ordem de classificação.

_____, _____de_____de _____.

_____
Assinatura do(a) Candidato (a)

Publicado por:
Ronilton de Souza Silva
Código Identificador:2EF08ECC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.399/GAB/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
ESTADO DE RONDÔNIA
Lei Estadual nº 571/1994 (lei de criação).
Av. Afonso Pena, nº 2122 – Setor 04 - CEP: 76.928-000 - Fone: (069) 3465-1145
LEI Nº 1.399/GAB/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a LOA – Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial na forma da Lei Orgânica do Município, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Teixeirópolis para o exercício financeiro de 2027, nos termos do Art. 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentária, no montante de R$ 48.022.629,81 (quarenta e oito milhões vinte e dois mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos), que compreende:
§1º O orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
§2º O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.
Art. 2º A receita total estimada no orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R$ 48.022.629,81 (quarenta e oito milhões vinte e dois mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos), conforme quadro I demonstrado em anexo.
Art. 3º As despesas estão fixadas em R$ R$ 48.022.629,81 (quarenta e oito milhões vinte e dois mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos), e compreende as despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo desdobrado em suas Secretarias e Fundos Municipais;
§1º A receita estimada consta desdobradas no Anexo 2 e 10 conforme estabelece a Lei 4.320/64.
§2º A despesa consta desdobrada a nível de elementos conforme define a Lei 4.320/64
Art. 4º A despesa será realizada segundo a descriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:
§1º Por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária
I - Orçamento Anual

01	Poder Legislativo	
1.1	Câmara do Município de Teixeirópolis	R$ 2.129.772,86
02	Poder Executivo	R$ 16.494.357,56
2.1	Gabinete do Prefeito	R$ 1.687.650,00
2.2	Secretaria de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte	R$ 9.452.042,00
2.3	Secretaria de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente	R$ 5.354.665,4
03	Educação	R$ 14.048.308,91
3.1	Secretaria de Educação, Cultura e Turismo	R$ 6.778.127,24
3.2	FUNDEB	R$ 7.270.181,6
04	Fundo Municipal de Saúde	R$ 13.201.390,48
4.1	Secretaria de Saúde	R$ 1.091.000,00
4.2	Fundo Municipal de Saúde	R$ 12.110.390,48
05	Fundo Municipal de Assistência Social	R$ 2.148.800,0
5.1	Secretaria de Assistência Social e Trabalho	R$ 1.309.950,0
5.2	Fundo Municipal de Assistência Social	R$ 34.250,00
5.3	Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente	R$ 204.600,00
Total Geral R$		R$ 48.022.629,81

II – Programas Orçamentários

COD	PROGRAMAS	VALOR R$
0001	GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	R$ 1.572.102,86
0002	ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA	R$ 557.670,00
0003	GOVERNO DE RESULTADOS	R$ 9.902.339,15

0004	CONTROLE, DES. E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO	R$ 51.600,00
0005	PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS	R$ 399.250,00
0006	PAGAMENTO GARANTIDO	R$ 1.513.997,94
0007	FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS	R$ 59.600,00
0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	R$ 1.214.350,00
0009	CRESCER COM SABER	R$ 1.152.877,24
0010	APRENDER PARA O AMANHÃ	R$ 3.781.186,67
0011	CAMINHOS DO CUIDAR	R$ 6.550.333,17
0012	MAS SAÚDE, MAIS VIDA	R$ 5.579.057,31
0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR	R$ 1.039.000,00
0014	SEMENTES DO AMANHÃ	R$ 656.300,00
0015	DO CAMPO AO PRATO	R$ 128.750,00
0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	R$ 4.232.865,47
0017	GUARDIÕES DA NATUREZA	R$ 465.750,00

§2º Compõe a previsão de receitas e a fixação das despesas todos os recursos oriundos da arrecadação própria, transferências, participação na receita do Estado, participação na receita da União e as transferências voluntárias cujas propostas estão protocoladas junto a União e ao Estado.
Art. 5º A estimativa das receitas para o Poder Legislativo será concretizada nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal, composta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.
Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para dar cobertura a diferença resultante do orçamento destinado ao Poder Legislativo.
Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:
§1º Abrir no curso da execução orçamentária de 2027, créditos adicionais até o limite de 4% (quatro por cento) da despesa total fixada por esta lei;
§2º A utilizar os recursos vinculados a conta de reserva de contingência, nas situações previstas no Art. 5°, inciso III da LRF e Art. 8° da Portaria Interministerial n. 163 de 04 de maio de 2001;
§3º Realizar, mediante decreto, a abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da lei n° 4.320/64, excluindo do índice de suplementação que trata o §1º do Art. 6º;
§4º Realizar mediante decreto abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas meses a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do Art. 43 da lei n. 4.320/64 excluindo do índice de suplementação que trata o §1º do Art. 6º;
§5º A abrir no curso da execução do orçamento de 2027, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;
§6º A abrir crédito suplementar por anulação de dotação até o montante de cada um dos programas orçamentários previstos nesta Lei.
§7º A promover, quando necessário, a readequação orçamentária nos termos do Art. 9º da LDO, mediante decreto do Poder Executivo e Resolução do Poder Legislativo no âmbito de sua competência e atribuição.
§8º - ..... (excluído pela Emenda Modificativa nº 008/2026).
Art. 7º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como os referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte
Art. 8º Os órgãos e entidades mencionados que compõe a estrutura doMunicípio ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do Município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.
Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito ficam condicionadas a celebração dos instrumentos, estando assegurado o montante necessário a contrapartida, alocado na reserva de contingência.
Art. 10. O Poder Executivo poderá contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento, habitação, aquisição de máquinas e equipamentos para infraestrutura, conforme lei específica aprovado pelo Poder Legislativo.
Art. 11. Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2027, revogando-se as demais disposições em contrário.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
(ANEXO 1)			
RECEITAS	**VALOR**	**DESPESAS**	**VALOR**
RECEITAS CORRENTES	47.447.629,81	DESPESAS CORRENTES	45.363.102,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	5.020.325,45	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.418.135,06
CONTRIBUIÇÕES	114.600,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.944.967,43
RECEITA PATRIMONIAL	1.694.750,00		

RECEITA DE SERVIÇOS	592.605,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.855.349,36		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.000,00		
		SUPERÁVIT CORRENTE	2.084.527,32
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**47.447.629,81**	**TOTAL DESPESAS CORRENTES**	**47.447.629,81**
RECEITAS DE CAPITAL	575.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.891.374,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	575.000,00	INVESTIMENTOS	1.891.374,17
DÉFICIT CAPITAL	1.316.374,17		
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**1.891.374,17**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**	**1.891.374,17**
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	47.447.629,81	DESPESAS CORRENTES	45.363.102,49
RECEITAS CAPITAL	575.000,00	DESPESAS CAPITAL	1.891.374,17
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
TOTAL	**48.022.629,81**	**TOTAL**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA
(ANEXO 2)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			45.363.102,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		21.418.135,06	
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		21.418.135,06	
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.666.875,55		
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.612.432,75		
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	579.224,26		
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	41.102,50		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	398.500,00		
3.1.90.96.00.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL	120.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.944.967,43	
3.3.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS		769.500,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	769.500,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE		278.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	278.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		22.897.467,43	
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	625.527,24		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.315.499,37		
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,	157.600,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	576.098,91		
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	158.250,00		
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	1.804.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	371.400,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.200,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.890.985,91		
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	1.217.524,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.768.450,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	653.932,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	120.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	115.000,00		
3.3.90.96.00.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL	50.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.891.374,17
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.891.374,17	
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.891.374,17	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.190.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	701.374,17		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			768.153,15
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		768.153,15	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		768.153,15	
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	768.153,15		

	Total das despesas:			**48.022.629,81**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
				9.503.640,25

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES.			47.447.629,81
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		5.020.325,45	
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS		4.506.359,98	
1.1.1.1.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR	54.599,91		
1.1.1.1.02.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	54.599,91		
1.1.1.1.02.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	68.250,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-13.650,09		
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	1.896.433,83		
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	1.549.933,83		
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	1.244.383,83		
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	189.000,00		
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	31.500,00		
1.1.1.2.50.0.6.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	27.300,00		
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	42.000,00		
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E	15.750,00		
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS	346.500,00		
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS	346.500,00		
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER	1.524.176,24		
1.1.1.3.02.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ -	631.676,24		
1.1.1.3.02.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ -	631.676,24		
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	892.500,00		
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS	892.500,00		
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS	892.500,00		
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE	1.031.150,00		
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	1.031.150,00		
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -	1.031.150,00		
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -	815.900,00		
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00	ISSQN - PROPRIO	745.500,00		
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL	70.400,00		
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -	105.000,00		
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -	105.000,00		
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -	5.250,00		
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	TAXAS		411.600,00	
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	84.000,00		
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	68.250,00		
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -	68.250,00		
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE	63.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	5.250,00		
1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	5.250,00		
1.1.2.1.04.0.1.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL -	5.250,00		
1.1.2.1.50.0.0.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.500,00		
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA -	10.500,00		
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	327.600,00		
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	327.600,00		
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL -	327.600,00		
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	31.500,00		
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00	TAXA DE CEMITERIO	10.500,00		
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	262.500,00		
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.500,00		
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00	TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	12.600,00		
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		102.365,47	

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	102.365,47		
1.1.3.1.51.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE	102.365,47		
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES		114.600,00	
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS		60.000,00	
1.2.2.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	60.000,00		
1.2.2.1.08.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO	60.000,00		
1.2.2.1.08.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	60.000,00		
1.2.2.1.08.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	60.000,00		
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE		54.600,00	
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	54.600,00		
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	54.600,00		
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	54.600,00		
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.694.750,00	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	VALORES MOBILIÁRIOS		1.694.750,00	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	1.694.750,00		
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.694.750,00		
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.694.750,00		
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.589.750,00		
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00	REMUN. DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS -	73.500,00		
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00	REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 25%	105.000,00		
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS FNAS	110.250,00		
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO	1.112.000,00		
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00	REMUN DE DEPOSITOS VINCULADOS - CONVENIOS	157.500,00		
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS	21.000,00		
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS	10.500,00		
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTAS E	105.000,00		
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		592.605,00	
1.6.0.0.00.3.0.00.00.00	ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA	498.105,00		
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS		94.500,00	
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	94.500,00		
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	94.500,00		
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	94.500,00		
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	52.500,00		
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00	OUTROS SERVIÇOS - HORA MAQUINA	42.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		39.855.349,36	
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		18.963.167,75	
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA	13.305.400,09		
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	13.292.800,00		
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	12.419.200,00		
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	12.419.200,00		
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	15.524.000,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-3.104.800,00		
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	873.600,00		
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	873.600,00		
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	504.000,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-100.800,00		
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	588.000,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-117.600,00		
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	12.600,09		
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	12.600,09		
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	15.750,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-3.149,91		

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	321.000,00		
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	21.000,00		
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	21.000,00		
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	300.000,00		
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	300.000,00		
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP -	300.000,00		
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	4.033.517,66		
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	4.033.517,66		
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	3.725.617,66		
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	3.725.617,66		
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	442.643,40		
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS	568.750,00		
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00	ASSIST. FINANC. COMPL. PGTO PISO SALARIAL DE	579.224,26		
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF e EAP	2.135.000,00		
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	207.900,00		
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	207.900,00		
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	VIGILANCIA EM SAUDE - PRINCIPAL	88.200,00		
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00	VINGILANCIA SANITARIA - PRINCIPAL	75.600,00		
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00	COMBATE A ENDEMIAS	44.100,00		
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	100.000,00		
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	100.000,00		
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	100.000,00		
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO	554.000,00		
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	365.000,00		
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	365.000,00		
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL	105.000,00		
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA	105.000,00		
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL	84.000,00		
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA	84.000,00		
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE	268.250,00		
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE	268.250,00		
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	268.250,00		
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00	SCFV - FNAS	47.250,00		
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	PISO BASICO FIXO - FNAS	148.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO - FNAS - IGDSUAS	73.000,00		
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE	481.000,00		
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI	250.000,00		
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI	250.000,00		
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE	231.000,00		
1.7.1.9.99.0.3.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE	231.000,00		
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E		13.817.099,94	
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO	12.374.399,94		
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	11.969.600,00		
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	11.969.600,00		
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	14.962.000,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-2.992.400,00		
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	394.799,94		
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	394.799,94		
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	493.500,00		
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-98.700,06		
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	10.000,00		
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	10.000,00		

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	280.000,00		
1.7.2.2.53.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE	280.000,00		
1.7.2.2.53.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE	280.000,00		

1.7.2.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	247.500,00		
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	247.500,00		
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	247.500,00		
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00	RECURSOS DO HPP	157.500,00		
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00	FARMACIA BASICA ESTADUAL	90.000,00		
1.7.2.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE	820.000,00		
1.7.2.4.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	820.000,00		
1.7.2.4.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	820.000,00		
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO	95.200,00		
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À	95.200,00		
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À	95.200,00		
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00	PISO BASICO - PSB	48.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00	TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - MAMAE CHEGEUEI	7.200,00		
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00	TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - BENEFICIOS EVENTUAIS	20.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00	PISO BASICO - PSE	20.000,00		
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		7.075.081,67	
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE	7.075.081,67		
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE	7.075.081,67		
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE	7.075.081,67		
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	FUNDEB - PRINCIPAL	7.075.081,67		
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		170.000,00	
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		10.000,00	
1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	RESSARCIMENTOS	10.000,00		
1.9.2.3.02.0.0.00.00.00	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	10.000,00		
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00	RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	10.000,00		
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES		160.000,00	
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	160.000,00		
1.9.9.9.12.0.0.00.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E	20.000,00		
1.9.9.9.12.2.0.00.00.00	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	20.000,00		
1.9.9.9.12.2.1.00.00.00	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	20.000,00		
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	140.000,00		
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO	140.000,00		
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO	140.000,00		
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	140.000,00		
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			575.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		575.000,00	
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E		575.000,00	
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE	575.000,00		
2.4.2.2.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	575.000,00		
2.4.2.2.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	575.000,00		
2.4.2.2.54.0.1.01.00.00	INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	575.000,00		
		Total das receitas:		**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO (ANEXO 5)

Código	Especificação	Total
01	Legislativa	2.129.772,86
01.128	Formação de Recursos Humanos	1.572.102,86
01.31	Ação Legislativa	557.670,00
04	Administração	9.922.556,94
04.122	Administração Geral	4.282.604,00
04.124	Controle Interno	51.600,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	4.583.752,94

04.129	Administração de Receitas	59.600,00
04.812	Desporto Comunitário	945.000,00
08	Assistência Social	2.172.800,00
08.122	Administração Geral	1.286.850,00
08.241	Assistência ao Idoso	129.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	255.800,00
08.244	Assistência Comunitária	500.550,00
10	Saúde	13.151.390,48
10.122	Administração Geral	1.022.000,00
10.301	Atenção Básica	6.421.234,26
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.132.807,94
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	427.249,37
10.304	Vigilância Sanitária	133.000,00
10.31	Ação Legislativa	15.098,91
12	Educação	13.940.308,91
12.122	Administração Geral	2.027.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	483.000,00
12.361	Ensino Fundamental	8.241.936,67
12.365	Educação Infantil	3.151.622,24
12.367	Educação Especial	36.750,00
15	Urbanismo	937.865,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana	835.500,00
15.452	Serviços Urbanos	102.365,47
18	Gestão Ambiental	465.750,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	465.750,00
20	Agricultura	128.750,00
20.606	Extensão Rural	128.750,00
26	Transporte	3.379.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	3.379.000,00
27	Desporto e Lazer	112.350,00
27.812	Desporto Comunitário	112.350,00
28	Encargos Especiais	1.682.085,15
28.845	Transferências	100.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.582.085,15
	Total Geral:	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 01.000 LEGISLATIVO		**0,00**	**2.129.772,86**	**0,00**	**2.129.772,86**
Unidade: 01.001 CÂMARA LEGISLATIVA		**0,00**	**2.129.772,86**	**0,00**	**2.129.772,86**
01	Legislativa		2.129.772,86		2.129.772,86
01.031	Ação Legislativa		557.670,00		557.670,00
01.031.0002	ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA		557.670,00		557.670,00
01.031.0002.2001	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES		557.670,00		557.670,00
01.128	Formação de Recursos Humanos		1.572.102,86		1.572.102,86
01.128.0001	GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO		1.572.102,86		1.572.102,86
01.128.0001.2002	ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO		1.572.102,86		1.572.102,86
Órgão: 02.000 EXECUTIVO		**575.000,00**	**14.287.272,41**	**1.632.085,15**	**16.494.357,56**
Unidade: 02.001 GABINETE EXECUTIVO		**0,00**	**1.687.650,00**	**0,00**	**1.687.650,00**
04	Administração		1.687.650,00		1.687.650,00
04.122	Administração Geral		1.636.050,00		1.636.050,00
04.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.236.800,00		1.236.800,00
04.122.0003.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO		1.236.800,00		1.236.800,00
04.122.0005	PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS		399.250,00		399.250,00
04.122.0005.2005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR		399.250,00		399.250,00
04.124	Controle Interno		51.600,00		51.600,00
04.124.0004	CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO		51.600,00		51.600,00
04.124.0004.2004	APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO		51.600,00		51.600,00

Unidade: 02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		**0,00**	**7.819.956,94**	**1.632.085,15**	**9.452.042,09**
04	Administração		7.707.606,94		7.707.606,94
04.122	Administração Geral		2.119.254,00		2.119.254,00
04.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		2.119.254,00		2.119.254,00
04.122.0003.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE		2.119.254,00		2.119.254,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		4.583.752,94		4.583.752,94
04.128.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.583.752,94		4.583.752,94
04.128.0006.2007	OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA		4.583.752,94		4.583.752,94
04.129	Administração de Receitas		59.600,00		59.600,00
04.129.0007	FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS		59.600,00		59.600,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
04.129.0007.2008	MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA		59.600,00		59.600,00
04.812	Desporto Comunitário		945.000,00		945.000,00
04.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		945.000,00		945.000,00
04.812.0008.2009	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS		945.000,00		945.000,00
27	Desporto e Lazer		112.350,00		112.350,00
27.812	Desporto Comunitário		112.350,00		112.350,00
27.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		112.350,00		112.350,00
27.812.0008.2010	PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA		112.350,00		112.350,00
28	Encargos Especiais			1.632.085,15	1.632.085,15
28.845	Transferências			50.000,00	50.000,00
28.845.0003	GOVERNO DE RESULTADOS			50.000,00	50.000,00
28.845.0003.0001	DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE			50.000,00	50.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.582.085,15	1.582.085,15
28.846.0003	GOVERNO DE RESULTADOS			1.582.085,15	1.582.085,15
28.846.0003.0002	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP			653.932,00	653.932,00
28.846.0003.0003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV			160.000,00	160.000,00
28.846.0003.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			768.153,15	768.153,15
Unidade: 02.006 SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE		**575.000,00**	**4.779.665,47**	**0,00**	**5.354.665,47**
04	Administração		527.300,00		527.300,00
04.122	Administração Geral		527.300,00		527.300,00
04.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		527.300,00		527.300,00
04.122.0003.2065	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA		527.300,00		527.300,00
15	Urbanismo		937.865,47		937.865,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana		835.500,00		835.500,00
15.451.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS		835.500,00		835.500,00
15.451.0016.2066	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA URBANA		835.500,00		835.500,00
15.452	Serviços Urbanos		102.365,47		102.365,47
15.452.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS		102.365,47		102.365,47
15.452.0016.2067	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		102.365,47		102.365,47
18	Gestão Ambiental		465.750,00		465.750,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas		465.750,00		465.750,00
18.543.0017	GUARDIÕES DA NATUREZA		465.750,00		465.750,00
18.543.0017.2068	OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		465.750,00		465.750,00
20	Agricultura		128.750,00		128.750,00
20.606	Extensão Rural		128.750,00		128.750,00
20.606.0015	DO CAMPO AO PRATO		128.750,00		128.750,00
20.606.0015.2069	FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL		128.750,00		128.750,00

26	Transporte	575.000,00	2.720.000,00		3.295.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	575.000,00	2.720.000,00		3.295.000,00
26.782.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	575.000,00	2.720.000,00		3.295.000,00
26.782.0016.1001	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL	575.000,00			575.000,00
26.782.0016.2070	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL		2.720.000,00		2.720.000,00
Órgão: 03.000 EDUCAÇÃO		**400.000,00**	**13.648.308,91**	**0,00**	**14.048.308,91**
Unidade: 03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		**400.000,00**	**6.378.127,24**	**0,00**	**6.778.127,24**
08	Assistência Social		24.000,00		24.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		24.000,00		24.000,00
08.243.0009	CRESCER COM SABER		24.000,00		24.000,00
08.243.0009.2027	FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA		24.000,00		24.000,00
12	Educação	400.000,00	6.270.127,24		6.670.127,24
12.122	Administração Geral		2.027.000,00		2.027.000,00
12.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		2.027.000,00		2.027.000,00
12.122.0003.2011	MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SEMECT -		2.027.000,00		2.027.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		483.000,00		483.000,00
12.306.0009	CRESCER COM SABER		207.500,00		207.500,00
12.306.0009.2016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO		157.500,00		157.500,00
12.306.0009.2024	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC		30.000,00		30.000,00
12.306.0009.2025	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP		20.000,00		20.000,00
12.306.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		275.500,00		275.500,00
12.306.0010.2015	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO		210.000,00		210.000,00
12.306.0010.2017	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO		10.500,00		10.500,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
12.306.0010.2023	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE		55.000,00		55.000,00
12.361	Ensino Fundamental	400.000,00	2.867.000,00		3.267.000,00
12.361.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		157.000,00		157.000,00
12.361.0008.2028	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS		157.000,00		157.000,00
12.361.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ	400.000,00	2.710.000,00		3.110.000,00
12.361.0010.1002	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	400.000,00			400.000,00
12.361.0010.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE		1.590.000,00		1.590.000,00
12.361.0010.2021	SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		300.000,00		300.000,00
12.361.0010.2026	TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL		820.000,00		820.000,00
12.365	Educação Infantil		856.377,24		856.377,24
12.365.0009	CRESCER COM SABER		856.377,24		856.377,24
12.365.0009.2013	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE		791.377,24		791.377,24
12.365.0009.2022	SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL		65.000,00		65.000,00
12.367	Educação Especial		36.750,00		36.750,00
12.367.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		36.750,00		36.750,00
12.367.0010.2014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE		36.750,00		36.750,00
26	Transporte		84.000,00		84.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		84.000,00		84.000,00
26.782.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		84.000,00		84.000,00
26.782.0010.2018	TRANSPORTE ESOLAR PNATE		84.000,00		84.000,00
Unidade: 03.002 FUNDEB		**0,00**	**7.270.181,67**	**0,00**	**7.270.181,67**
12	Educação		7.270.181,67		7.270.181,67
12.361	Ensino Fundamental		4.974.936,67		4.974.936,67
12.361.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.700.000,00		4.700.000,00
12.361.0006.2029	FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		4.700.000,00		4.700.000,00
12.361.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		274.936,67		274.936,67
12.361.0010.2019	ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI		274.936,67		274.936,67
12.365	Educação Infantil		2.295.245,00		2.295.245,00
12.365.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		2.230.245,00		2.230.245,00
12.365.0006.2030	FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR		1.040.245,00		1.040.245,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12.365.0006.2031	FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE		1.190.000,00		1.190.000,00
12.365.0009	CRESCER COM SABER		65.000,00		65.000,00
12.365.0009.2020	ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI		65.000,00		65.000,00
Órgão: 04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		**0,00**	**13.151.390,48**	**50.000,00**	**13.201.390,48**
Unidade: 04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		**0,00**	**1.041.000,00**	**50.000,00**	**1.091.000,00**
10	Saúde		1.041.000,00		1.041.000,00
10.122	Administração Geral		1.022.000,00		1.022.000,00
10.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.022.000,00		1.022.000,00
10.122.0003.2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%		1.022.000,00		1.022.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		19.000,00		19.000,00
10.304.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		19.000,00		19.000,00
10.304.0012.2048	CONTROLE SOCIAL - CMS		19.000,00		19.000,00
28	Encargos Especiais			50.000,00	50.000,00
28.845	Transferências			50.000,00	50.000,00
28.845.0003	GOVERNO DE RESULTADOS			50.000,00	50.000,00
28.845.0003.0005	DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE			50.000,00	50.000,00
Unidade: 04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**0,00**	**12.110.390,48**	**0,00**	**12.110.390,48**
10	Saúde		12.110.390,48		12.110.390,48
10.031	Ação Legislativa		15.098,91		15.098,91
10.031.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		15.098,91		15.098,91
10.031.0011.2047	FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE		15.098,91		15.098,91
10.301	Atenção Básica		6.421.234,26		6.421.234,26
10.301.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		6.421.234,26		6.421.234,26
10.301.0011.2033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%		2.730.000,00		2.730.000,00
10.301.0011.2035	OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE		568.750,00		568.750,00
10.301.0011.2036	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF		659.260,00		659.260,00
10.301.0011.2037	COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM		579.224,26		579.224,26
10.301.0011.2038	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS		400.000,00		400.000,00
10.301.0011.2043	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		84.000,00		84.000,00
10.301.0011.2074	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA		900.000,00		900.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10.301.0011.2075	CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		500.000,00		500.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.132.807,94		5.132.807,94
10.302.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		5.132.807,94		5.132.807,94
10.302.0012.2034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 15%		4.285.000,00		4.285.000,00
10.302.0012.2040	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL		157.807,94		157.807,94
10.302.0012.2046	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC		440.000,00		440.000,00
10.302.0012.2073	INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)		250.000,00		250.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		427.249,37		427.249,37
10.303.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		427.249,37		427.249,37
10.303.0012.2042	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL		427.249,37		427.249,37
10.304	Vigilância Sanitária		114.000,00		114.000,00
10.304.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		114.000,00		114.000,00
10.304.0011.2044	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		72.000,00		72.000,00
10.304.0011.2045	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		42.000,00		42.000,00
Órgão: 05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA		**0,00**	**2.148.800,00**	**0,00**	**2.148.800,00**
Unidade: 05.001 Secretária de Assistência Social e Trabalho		**0,00**	**1.309.950,00**	**0,00**	**1.309.950,00**
08	Assistência Social		1.309.950,00		1.309.950,00
08.122	Administração Geral		1.286.850,00		1.286.850,00
08.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.264.800,00		1.264.800,00
08.122.0003.2050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST		1.264.800,00		1.264.800,00

08.122.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		22.050,00		22.050,00
08.122.0013.2062	OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA		22.050,00		22.050,00
08.244	Assistência Comunitária		23.100,00		23.100,00
08.244.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		23.100,00		23.100,00
08.244.0003.2053	MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL		23.100,00		23.100,00
Unidade: 05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**0,00**	**634.250,00**	**0,00**	**634.250,00**
08	Assistência Social		634.250,00		634.250,00
08.241	Assistência ao Idoso		129.600,00		129.600,00
08.241.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		129.600,00		129.600,00
08.241.0013.2051	MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE		129.600,00		129.600,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
(ANEXO 6)

Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		27.200,00		27.200,00
08.243.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		27.200,00		27.200,00
08.243.0013.2059	PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI		7.200,00		7.200,00
08.243.0013.2064	FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		477.450,00		477.450,00
08.244.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		477.450,00		477.450,00
08.244.0013.2052	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		83.400,00		83.400,00
08.244.0013.2054	BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO		37.800,00		37.800,00
08.244.0013.2055	MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL		47.250,00		47.250,00
08.244.0013.2056	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS		48.000,00		48.000,00
08.244.0013.2057	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD		73.000,00		73.000,00
08.244.0013.2058	BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL		20.000,00		20.000,00
08.244.0013.2060	PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL		48.000,00		48.000,00
08.244.0013.2061	PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL		20.000,00		20.000,00
08.244.0013.2071	PISO BÁSICO FIXO - FNAS		100.000,00		100.000,00
Unidade: 05.003 FUNDO MUN. DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**0,00**	**204.600,00**	**0,00**	**204.600,00**
08	Assistência Social		204.600,00		204.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		204.600,00		204.600,00
08.243.0014	SEMENTES DO AMANHÃ		204.600,00		204.600,00
08.243.0014.2063	FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE		204.600,00		204.600,00
	Total geral:	**975.000,00**	**45.365.544,66**	**1.682.085,15**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS (ANEXO 7)

Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
01	Legislativa		2.129.772,86		2.129.772,86
01.128	Formação de Recursos Humanos		1.572.102,86		1.572.102,86
01.128.0001	GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO		1.572.102,86		1.572.102,86
01.31	Ação Legislativa		557.670,00		557.670,00
01.31.0002	ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA		557.670,00		557.670,00
04	Administração		9.922.556,94		9.922.556,94
04.122	Administração Geral		4.282.604,00		4.282.604,00
04.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		3.883.354,00		3.883.354,00
04.122.0005	PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS		399.250,00		399.250,00
04.124	Controle Interno		51.600,00		51.600,00
04.124.0004	CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO		51.600,00		51.600,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		4.583.752,94		4.583.752,94
04.128.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.583.752,94		4.583.752,94
04.129	Administração de Receitas		59.600,00		59.600,00
04.129.0007	FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS		59.600,00		59.600,00
04.812	Desporto Comunitário		945.000,00		945.000,00
04.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		945.000,00		945.000,00
08	Assistência Social		2.172.800,00		2.172.800,00

08.122	Administração Geral		1.286.850,00		1.286.850,00
08.122.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		22.050,00		22.050,00
08.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.264.800,00		1.264.800,00
08.241	Assistência ao Idoso		129.600,00		129.600,00
08.241.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		129.600,00		129.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		255.800,00		255.800,00
08.243.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		27.200,00		27.200,00
08.243.0014	SEMENTES DO AMANHÃ		204.600,00		204.600,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,					
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS (ANEXO 7)					
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
08.243.0009	CRESCER COM SABER		24.000,00		24.000,00
08.244	Assistência Comunitária		500.550,00		500.550,00
08.244.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		477.450,00		477.450,00
08.244.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		23.100,00		23.100,00
10	Saúde		13.151.390,48		13.151.390,48
10.122	Administração Geral		1.022.000,00		1.022.000,00
10.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.022.000,00		1.022.000,00
10.301	Atenção Básica		6.421.234,26		6.421.234,26
10.301.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		6.421.234,26		6.421.234,26
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.132.807,94		5.132.807,94
10.302.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		5.132.807,94		5.132.807,94
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		427.249,37		427.249,37
10.303.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		427.249,37		427.249,37
10.304	Vigilância Sanitária		133.000,00		133.000,00
10.304.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		114.000,00		114.000,00
10.304.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		19.000,00		19.000,00
10.31	Ação Legislativa		15.098,91		15.098,91
10.31.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		15.098,91		15.098,91
12	Educação	400.000,00	13.540.308,91		13.940.308,91
12.122	Administração Geral		2.027.000,00		2.027.000,00
12.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		2.027.000,00		2.027.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		483.000,00		483.000,00
12.306.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		275.500,00		275.500,00
12.306.0009	CRESCER COM SABER		207.500,00		207.500,00
12.361	Ensino Fundamental	400.000,00	7.841.936,67		8.241.936,67
12.361.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ	400.000,00	2.984.936,67		3.384.936,67
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,					
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS (ANEXO 7)					
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
12.361.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.700.000,00		4.700.000,00
12.361.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		157.000,00		157.000,00
12.365	Educação Infantil		3.151.622,24		3.151.622,24
12.365.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		2.230.245,00		2.230.245,00
12.365.0009	CRESCER COM SABER		921.377,24		921.377,24
12.367	Educação Especial		36.750,00		36.750,00
12.367.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		36.750,00		36.750,00
15	Urbanismo		937.865,47		937.865,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana		835.500,00		835.500,00
15.451.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS		835.500,00		835.500,00
15.452	Serviços Urbanos		102.365,47		102.365,47
15.452.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS		102.365,47		102.365,47
18	Gestão Ambiental		465.750,00		465.750,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas		465.750,00		465.750,00
18.543.0017	GUARDIÕES DA NATUREZA		465.750,00		465.750,00
20	Agricultura		128.750,00		128.750,00
20.606	Extensão Rural		128.750,00		128.750,00

20.606.0015	DO CAMPO AO PRATO		128.750,00		128.750,00
26	Transporte	575.000,00	2.804.000,00		3.379.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	575.000,00	2.804.000,00		3.379.000,00
26.782.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		84.000,00		84.000,00
26.782.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	575.000,00	2.720.000,00		3.295.000,00
27	Desporto e Lazer		112.350,00		112.350,00
27.812	Desporto Comunitário		112.350,00		112.350,00
27.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		112.350,00		112.350,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,					
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS (ANEXO 7)					
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
28	Encargos Especiais			1.682.085,15	1.682.085,15
28.845	Transferências			100.000,00	100.000,00
28.845.0003	GOVERNO DE RESULTADOS			100.000,00	100.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.582.085,15	1.582.085,15
28.846.0003	GOVERNO DE RESULTADOS			1.582.085,15	1.582.085,15
	Total geral:	**975.000,00**	**45.365.544,66**	**1.682.085,15**	**48.022.629,81**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS					
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS (ANEXO 8)					
Código	**Especificação**		**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
01	Legislativa		2.129.772,86		2.129.772,86
01.031	Ação Legislativa		557.670,00		557.670,00
01.031.0002	ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA		557.670,00		557.670,00
01.128	Formação de Recursos Humanos		1.572.102,86		1.572.102,86
01.128.0001	GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO		1.572.102,86		1.572.102,86
04	Administração		9.922.556,94		9.922.556,94
04.122	Administração Geral		4.282.604,00		4.282.604,00
04.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		3.883.354,00		3.883.354,00
04.122.0005	PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS		399.250,00		399.250,00
04.124	Controle Interno		51.600,00		51.600,00
04.124.0004	CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO		51.600,00		51.600,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		4.583.752,94		4.583.752,94
04.128.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.583.752,94		4.583.752,94
04.129	Administração de Receitas		59.600,00		59.600,00
04.129.0007	FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS		59.600,00		59.600,00
04.812	Desporto Comunitário		945.000,00		945.000,00
04.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO		945.000,00		945.000,00
08	Assistência Social		1.785.350,00	387.450,00	2.172.800,00
08.122	Administração Geral		1.286.850,00		1.286.850,00
08.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.264.800,00		1.264.800,00
08.122.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		22.050,00		22.050,00
08.241	Assistência ao Idoso		129.600,00		129.600,00
08.241.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		129.600,00		129.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		224.600,00	31.200,00	255.800,00
08.243.0009	CRESCER COM SABER			24.000,00	24.000,00
08.243.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		20.000,00	7.200,00	27.200,00
08.243.0014	SEMENTES DO AMANHÃ		204.600,00		204.600,00
08.244	Assistência Comunitária		144.300,00	356.250,00	500.550,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS					
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS (ANEXO 8)					
Código	**Especificação**		**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
08.244.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		23.100,00		23.100,00
08.244.0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR		121.200,00	356.250,00	477.450,00
10	Saúde			13.151.390,48	13.151.390,48

10.031	Ação Legislativa		15.098,91	15.098,91
10.031.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		15.098,91	15.098,91
10.122	Administração Geral		1.022.000,00	1.022.000,00
10.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		1.022.000,00	1.022.000,00
10.301	Atenção Básica		6.421.234,26	6.421.234,26
10.301.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		6.421.234,26	6.421.234,26
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.132.807,94	5.132.807,94
10.302.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		5.132.807,94	5.132.807,94
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		427.249,37	427.249,37
10.303.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		427.249,37	427.249,37
10.304	Vigilância Sanitária		133.000,00	133.000,00
10.304.0011	CAMINHOS DO CUIDAR		114.000,00	114.000,00
10.304.0012	MAIS SAÚDE, MAIS VIDA		19.000,00	19.000,00
12	Educação	535.000,00	13.405.308,91	13.940.308,91
12.122	Administração Geral		2.027.000,00	2.027.000,00
12.122.0003	GOVERNO DE RESULTADOS		2.027.000,00	2.027.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	378.000,00	105.000,00	483.000,00
12.306.0009	CRESCER COM SABER	157.500,00	50.000,00	207.500,00
12.306.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ	220.500,00	55.000,00	275.500,00
12.361	Ensino Fundamental	157.000,00	8.084.936,67	8.241.936,67
12.361.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		4.700.000,00	4.700.000,00
12.361.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	157.000,00		157.000,00
12.361.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		3.384.936,67	3.384.936,67
12.365	Educação Infantil		3.151.622,24	3.151.622,24
12.365.0006	PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO		2.230.245,00	2.230.245,00
12.365.0009	CRESCER COM SABER		921.377,24	921.377,24
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS				
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS (ANEXO 8)				
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
12.367	Educação Especial		36.750,00	36.750,00
12.367.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		36.750,00	36.750,00
15	Urbanismo	835.500,00	102.365,47	937.865,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana	835.500,00		835.500,00
15.451.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	835.500,00		835.500,00
15.452	Serviços Urbanos		102.365,47	102.365,47
15.452.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS		102.365,47	102.365,47
18	Gestão Ambiental	465.750,00		465.750,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	465.750,00		465.750,00
18.543.0017	GUARDIÕES DA NATUREZA	465.750,00		465.750,00
20	Agricultura	128.750,00		128.750,00
20.606	Extensão Rural	128.750,00		128.750,00
20.606.0015	DO CAMPO AO PRATO	128.750,00		128.750,00
26	Transporte	2.720.000,00	659.000,00	3.379.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	2.720.000,00	659.000,00	3.379.000,00
26.782.0010	APRENDER PARA O AMANHÃ		84.000,00	84.000,00
26.782.0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	2.720.000,00	575.000,00	3.295.000,00
27	Desporto e Lazer	112.350,00		112.350,00
27.812	Desporto Comunitário	112.350,00		112.350,00
27.812.0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	112.350,00		112.350,00
28	Encargos Especiais	1.632.085,15	50.000,00	1.682.085,15
28.845	Transferências	50.000,00	50.000,00	100.000,00
28.845.0003	GOVERNO DE RESULTADOS	50.000,00	50.000,00	100.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.582.085,15		1.582.085,15
28.846.0003	GOVERNO DE RESULTADOS	1.582.085,15		1.582.085,15
	Total geral:	**20.267.114,95**	**27.755.514,86**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES (ANEXO 9)						
ÓRGÃOS	**LEGISLATIVA**	**JUDICIÁRIA**	**ESSENCIAL À JUSTIÇA**	**ADMINISTRAÇÃO**	**DEFESA NACIONAL**	**SEGURANÇA PÚBLICA**
01 LEGISLATIVO	2.129.772,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	9.922.556,94	0,00	0,00
Total:	2.129.772,86	0,00	0,00	9.922.556,94	0,00	0,00
ÓRGÃOS	**RELAÇÕES EXTERIORES**	**ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**PREVIDÊNCIA SOCIAL**	**SAÚDE**	**TRABALHO**	**EDUCAÇÃO**
03 EDUCAÇÃO	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	13.940.308,91
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	13.151.390,48	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0,00	2.148.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	2.172.800,00	0,00	13.151.390,48	0,00	13.940.308,91
ÓRGÃOS	**CULTURA**	**DIREITOS DA CIDADANIA**	**URBANISMO**	**HABITAÇÃO**	**SANEAMENTO**	**GESTÃO AMBIENTAL**
02 EXECUTIVO	0,00	0,00	937.865,47	0,00	0,00	465.750,00
Total:	0,00	0,00	937.865,47	0,00	0,00	465.750,00
ÓRGÃOS	**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**	**AGRICULTURA**	**ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA**	**INDÚSTRIA**	**COMÉRCIO E SERVIÇOS**	**COMUNICAÇÕES**
02 EXECUTIVO	0,00	128.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	128.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÓRGÃOS	**ENERGIA**	**TRANSPORTES**	**DESPORTO E LAZER**	**ENCARGOS ESPECIAIS**	**RESERVA DE CONTIGÊNCIA**	**TOTAL**
01 LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.129.772,86
02 EXECUTIVO	0,00	3.295.000,00	112.350,00	1.632.085,15	0,00	16.494.357,56
03 EDUCAÇÃO	0,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	14.048.308,91
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	13.201.390,48
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148.800,00
Total:	0,00	3.379.000,00	112.350,00	1.682.085,15	0,00	48.022.629,81

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
FUNDO MUNI. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEIXEIROPOLIS		
LOA - 2027		
Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura Anexo 05		
Cód. Funções	**Cód. Subfunção**	**Cód. Programas/Projetos/Atividades**
8 Assistência Social		
	122 Administração Geral	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST
		0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR
		2062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
	241 Assistência ao Idoso	
		0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR
		2051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
		0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR
		2059 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI
		2064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST
		0014 - SEMENTES DO AMANHÃ
		2063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE
	244 Assistência Comunitária	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		2053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL
		0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR
		2052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
		2054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO
		2055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL
		2056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS
		2057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD
		2058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL
		2060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL
		2061 - PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL
		2071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
CAMARA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS		

LOA - 2027		
Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura Anexo 05		
Cód. Funções	**Cód. Subfunção**	**Cód. Programas/Projetos/Atividades**
1 Legislativa		
	31 Ação Legislativa	
		0002 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA
		2001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES
	128 Formação de Recursos Humanos	
		0001 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO
		2002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS		
LOA - 2027		
Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura Anexo 05		
Cód. Funções	**Cód. Subfunção**	**Cód. Programas/Projetos/Atividades**
4 Administração		
	122 Administração Geral	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
		2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE
		2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA
		0005 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS
		2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
	124 Controle Interno	
		0004 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO
		2004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO
	128 Formação de Recursos Humanos	
		0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO
		2007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
	129 Administração de Receitas	
		0007 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS
		2008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA
	812 Desporto Comunitário	
		0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO
		2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS
8 Assistência Social		
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
		0009 - CRESCER COM SABER
		2027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA
12 Educação		
	122 Administração Geral	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		2011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA
	306 Alimentação e Nutrição	
		0009 - CRESCER COM SABER
		2016 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO
		2024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC
		2025 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP
		0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ
		2015 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO
		2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO
		2023 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE
	361 Ensino Fundamental	
		0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO
		2029 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL
		0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO
		2028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
		0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ
		1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO
		2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE
		2019 - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI
		2021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS		
LOA - 2027		
Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura Anexo 05		
Cód. Funções	**Cód. Subfunção**	**Cód. Programas/Projetos/Atividades**
		2026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL
	365 Educação Infantil	
		0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO
		2030 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR
		2031 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE
		0009 - CRESCER COM SABER
		2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE
		2020 - ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI
		2022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL
	367 Educação Especial	
		0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ
		2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE
15 Urbanismo		
	451 Infra-Estrutura Urbana	
		0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS
		2066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA
	452 Serviços Urbanos	
		0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS
		2067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP
18 Gestão Ambiental		
	543 Recuperação de Áreas Degradadas	
		0017 - GUARDIÕES DA NATUREZA
		2068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO
20 Agricultura		
	606 Extensão Rural	
		0015 - DO CAMPO AO PRATO
		2069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL
26 Transporte		
	782 Transporte Rodoviário	
		0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ
		2018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE
		0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS
		1001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL
		2070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL
27 Desporto e Lazer		
	812 Desporto Comunitário	
		0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO
		2010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA
28 Encargos Especiais		
	845 Transferências	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		0001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE
	846 Outros Encargos Especiais	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		0002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP
		0003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV
		9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIROPOLIS		
LOA - 2027		
Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura Anexo 05		
Cód. Funções	**Cód. Subfunção**	**Cód. Programas/Projetos/Atividades**
10 Saúde		
	31 Ação Legislativa	
		0011 - CAMINHOS DO CUIDAR
		2047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE
	122 Administração Geral	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%

	301 Atenção Básica	
		0011 - CAMINHOS DO CUIDAR
		2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%
		2035 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE
		2036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
		2037 - COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM
		2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS
		2043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
		2074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
		2075 - CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
		0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA
		2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
		2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL
		2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
		2073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
	303 Suporte Profilático e Terapêutico	
		0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA
		2042 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL
	304 Vigilância Sanitária	
		0011 - CAMINHOS DO CUIDAR
		2044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
		2045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
		0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA
		2048 - CONTROLE SOCIAL - CMS
28 Encargos Especiais		
	845 Transferências	
		0003 - GOVERNO DE RESULTADOS
		0005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA (Conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Natureza de Despesa	**Especificação**	**Realizado (Despesa Liquidada)**			**LOA 2026**	**LOA 2027**
		2023	**2024**	**2025**		
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	47.364,64	31.271.314,23	37.906.239,18	45.363.102,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	16.373.233,06	19.619.851,34	21.418.135,06
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	16.373.233,06	19.619.851,34	21.418.135,06
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	13.680.128,22	16.255.844,09	17.666.875,55
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	2.043.370,77	2.340.950,09	2.612.432,75
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	222.459,89	551.642,16	579.224,26
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	27.799,77	101.050,00	41.102,50
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	286.759,30	370.365,00	398.500,00
3.1.90.96.00.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	112.715,11	0,00	120.000,00
3.1.90.96.02.00.00.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	112.715,11	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	47.364,64	14.898.081,17	18.286.387,84	23.944.967,43
3.3.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	75.000,00	380.000,00	769.500,00
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	75.000,00	380.000,00	769.500,00
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO	0,00	0,00	47.250,00	50.000,00	278.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	47.250,00	50.000,00	278.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	47.364,64	14.775.831,17	17.856.387,84	22.897.467,43
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	503.655,00	538.395,01	625.527,24
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	1.592.437,93	4.293.888,80	4.315.499,37
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	0,00	0,00	49.887,87	127.800,00	157.600,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	30.725,37	662.000,00	576.098,91
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	28.380,01	169.000,00	158.250,00
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	0,00	0,00	180.170,78	1.149.429,22	1.804.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	281.061,76	68.000,00	371.400,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	12.058,00	73.000,00	73.200,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	8.641.356,63	7.792.474,81	10.890.985,91
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	0,00	0,00	940.760,26	734.400,00	1.217.524,00

3.3.90.46.00.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	1.858.964,72	1.698.000,00	1.768.450,00
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	397.737,49	400.000,00	653.932,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	12.684,35	0,00	120.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	47.364,64	245.951,00	150.000,00	115.000,00
3.3.90.96.00.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	545.217,07	2.682.000,00	1.891.374,17

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA (Conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Natureza de Despesa	Especificação	Realizado (Despesa Liquidada)			LOA 2026	LOA 2027
		2023	2024	2025		
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	535.476,45	2.682.000,00	1.891.374,17
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	535.476,45	2.682.000,00	1.891.374,17
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	361.209,95	1.300.000,00	1.190.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	174.266,50	1.382.000,00	701.374,17
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	9.740,62	0,00	0,00
4.6.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	9.740,62	0,00	0,00
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00	9.740,62	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	380.000,00	768.153,15
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	380.000,00	768.153,15
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	380.000,00	768.153,15
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	380.000,00	768.153,15
	Total Geral:	**0,00**	**47.364,64**	**31.816.531,30**	**40.968.239,18**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA 2026	LOA 2027
		2023	2024	2025		
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES.	0,00	0,00	43.447.013,33	39.908.239,18	47.447.629,81
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	2.751.716,05	4.134.383,74	5.020.325,45
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	2.514.143,70	3.742.383,74	4.506.359,98
1.1.1.1.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	51.999,91	54.599,91
1.1.1.1.02.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	51.999,91	54.599,91
1.1.1.1.02.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	51.999,91	54.599,91
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	0,00	0,00	692.667,56	1.865.383,83	1.896.433,83
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	0,00	0,00	248.682,78	1.535.383,83	1.549.933,83
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	0,00	0,00	167.267,17	1.244.383,83	1.244.383,83
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	68.594,81	180.000,00	189.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	0,00	0,00	10.457,16	30.000,00	31.500,00
1.1.1.2.50.0.5.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS	0,00	0,00	21,44	0,00	0,00
1.1.1.2.50.0.6.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA	0,00	0,00	2.257,63	26.000,00	27.300,00
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	0,00	0,00	0,00	40.000,00	42.000,00
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA DA	0,00	0,00	84,57	15.000,00	15.750,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	0,00	0,00	443.984,78	330.000,00	346.500,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	0,00	0,00	443.984,78	330.000,00	346.500,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	0,00	1.056.893,20	950.000,00	1.524.176,24
1.1.1.3.02.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS	0,00	0,00	251.660,89	100.000,00	631.676,24
1.1.1.3.02.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	251.660,89	100.000,00	631.676,24
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	0,00	0,00	805.232,31	850.000,00	892.500,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	0,00	0,00	805.232,31	850.000,00	892.500,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	0,00	0,00	805.232,31	850.000,00	892.500,00
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	805.232,31	0,00	0,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	764.582,94	875.000,00	1.031.150,00
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	0,00	0,00	764.582,94	875.000,00	1.031.150,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	0,00	0,00	764.582,94	875.000,00	1.031.150,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	0,00	0,00	713.278,39	760.000,00	815.900,00
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00	ISSQN - PROPRIO	0,00	0,00	678.575,11	710.000,00	745.500,00
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL	0,00	0,00	34.703,28	50.000,00	70.400,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	41.834,99	100.000,00	105.000,00

1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	105.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	0,00	0,00	9.469,56	5.000,00	5.250,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO						
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027						
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64						
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)						
Natureza da Receita	**Especificação**	**Arrecadado**			**LOA 2026**	**LOA 2027**
		2023	**2024**	**2025**		
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	237.572,35	392.000,00	411.600,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	35.230,03	80.000,00	84.000,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	0,00	0,00	32.282,20	65.000,00	68.250,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	32.282,20	65.000,00	68.250,00
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIME	0,00	0,00	32.282,20	60.000,00	63.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00
1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	440,00	5.000,00	5.250,00
1.1.2.1.04.0.1.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	440,00	5.000,00	5.250,00
1.1.2.1.50.0.0.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00	2.507,83	10.000,00	10.500,00
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	0,00	0,00	2.507,83	10.000,00	10.500,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	202.342,32	312.000,00	327.600,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	0,00	0,00	202.342,32	312.000,00	327.600,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	202.342,32	312.000,00	327.600,00
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	0,00	0,00	45.338,49	30.000,00	31.500,00
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00	TAXA DE CEMITERIO	0,00	0,00	9.209,20	10.000,00	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	0,00	0,00	115.822,19	250.000,00	262.500,00
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	0,00	26.567,85	10.000,00	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00	TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	0,00	0,00	5.404,59	12.000,00	12.600,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	102.365,47
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	102.365,47
1.1.3.1.51.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	102.365,47
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	11.357,79	112.000,00	114.600,00
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
1.2.2.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
1.2.2.1.08.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
1.2.2.1.08.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS -	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
1.2.2.1.08.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS -	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	11.357,79	52.000,00	54.600,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	11.357,79	52.000,00	54.600,00
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	11.357,79	52.000,00	54.600,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	0,00	0,00	11.357,79	52.000,00	54.600,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	3.590.791,69	755.000,00	1.694.750,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	3.590.791,69	755.000,00	1.694.750,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO						
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027						
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64						
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)						
Natureza da Receita	**Especificação**	**Arrecadado**			**LOA 2026**	**LOA 2027**
		2023	**2024**	**2025**		
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0,00	0,00	3.590.791,69	755.000,00	1.694.750,00
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	3.590.791,69	755.000,00	1.694.750,00
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	3.590.791,69	755.000,00	1.694.750,00
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	3.590.791,69	655.000,00	1.589.750,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00	REMUN. DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	0,00	0,00	54.660,45	70.000,00	73.500,00
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00	REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 15%	0,00	0,00	67.537,90	0,00	0,00
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00	REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 25%	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS FNAS	0,00	0,00	134.165,84	105.000,00	110.250,00
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULAD	0,00	0,00	96.442,99	200.000,00	1.112.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00	REMUN DE DEPOSITOS VINCULADOS - CONVENIOS	0,00	0,00	332,57	150.000,00	157.500,00
1.3.2.1.01.1.1.07.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	0,00	0,00	1.292.443,32	0,00	0,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	0,00	0,00	3.395,56	20.000,00	21.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00	REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	0,00	0,00	1.941.813,06	10.000,00	10.500,00
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	39,57	575.605,00	592.605,00
1.6.0.0.00.3.0.00.00.00	ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	498.105,00

1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	485.605,00	0,00
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	485.605,00	0,00
1.6.1.1.03.0.0.00.00.00	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	485.605,00	0,00
1.6.1.1.03.0.1.00.00.00	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	485.605,00	0,00
1.6.1.1.03.0.1.02.00.00	ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC	0,00	0,00	0,00	485.605,00	0,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	39,57	90.000,00	94.500,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	39,57	90.000,00	94.500,00
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	39,57	90.000,00	94.500,00
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	39,57	90.000,00	94.500,00
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	39,57	50.000,00	52.500,00
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00	OUTROS SERVIÇOS - HORA MAQUINA	0,00	0,00	0,00	40.000,00	42.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	36.967.650,52	34.161.250,44	39.855.349,36
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	17.881.547,76	16.377.082,32	18.963.167,75
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	0,00	0,00	12.661.809,43	10.326.151,76	13.305.400,09
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	0,00	0,00	12.628.259,48	10.314.151,67	13.292.800,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	0,00	0,00	11.567.146,98	9.482.151,67	12.419.200,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	11.567.146,98	9.482.151,67	12.419.200,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	**Especificação**	**Arrecadado**			**LOA**	**LOA**
		2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	0,00	0,00	11.567.146,98	9.482.151,67	12.419.200,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	0,00	1.061.112,50	832.000,00	873.600,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS -	0,00	0,00	1.061.112,50	832.000,00	873.600,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	384.000,00	403.200,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	0,00	0,00	571.972,60	448.000,00	470.400,00
1.7.1.1.51.2.1.03.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA EXTRA ENTREGUE NO MÊS SETEMBRO	0,00	0,00	489.139,90	0,00	0,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	0,00	0,00	33.549,95	12.000,09	12.600,09
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	33.549,95	12.000,09	12.600,09
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	0,00	0,00	33.549,95	12.000,09	12.600,09
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	0,00	0,00	260.670,98	290.900,00	321.000,00
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS -	0,00	0,00	7.318,78	20.000,00	21.000,00
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS -	0,00	0,00	7.318,78	20.000,00	21.000,00
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	0,00	0,00	253.352,20	270.900,00	300.000,00
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	0,00	0,00	253.352,20	270.900,00	300.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	0,00	0,00	253.352,20	270.900,00	300.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	4.204.723,21	3.956.030,56	4.033.517,66
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A	0,00	0,00	4.204.723,21	3.956.030,56	4.033.517,66
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	1.030.288,70	3.658.030,56	3.725.617,66
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	1.030.288,70	3.658.030,56	3.725.617,66
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	0,00	0,00	84.056,22	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	0,00	0,00	255.484,75	430.143,41	442.643,40
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS	0,00	0,00	315.744,00	550.000,00	568.750,00
1.7.1.3.50.1.1.04.00.00	PROG DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	0,00	0,00	151,80	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00	ASSIST. FINANC. COMPL. PGTO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM	0,00	0,00	322.851,93	551.642,16	579.224,26
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF e EAP	0,00	0,00	52.000,00	2.126.244,99	2.135.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	70.900,46	198.000,00	207.900,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	70.900,46	198.000,00	207.900,00
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	VIGILANCIA EM SAUDE - PRINCIPAL	0,00	0,00	39.648,46	84.000,00	88.200,00
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00	VINGILANCIA SANITARIA - PRINCIPAL	0,00	0,00	10.000,00	72.000,00	75.600,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00	COMBATE A ENDEMIAS	0,00	0,00	21.252,00	42.000,00	44.100,00
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	28.875,96	100.000,00	100.000,00
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	28.875,96	100.000,00	100.000,00
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	0,00	0,00	28.875,96	100.000,00	100.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2023	2024	2025	2026	2027
1.7.1.3.50.9.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	3.074.658,09	0,00	0,00
1.7.1.3.50.9.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	0,00	0,00	3.074.658,09	0,00	0,00
1.7.1.3.50.9.1.01.00.00	OUTROS PROGRAMAS FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	0,00	0,00	3.074.658,09	0,00	0,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA	0,00	0,00	441.405,83	528.000,00	554.000,00
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	326.309,76	348.000,00	365.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	326.309,76	348.000,00	365.000,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	0,00	63.295,75	100.000,00	105.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	0,00	63.295,75	100.000,00	105.000,00
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	0,00	0,00	51.800,32	80.000,00	84.000,00
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	0,00	0,00	51.800,32	80.000,00	84.000,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE	0,00	0,00	16.191,48	0,00	0,00
1.7.1.5.53.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI	0,00	0,00	16.191,48	0,00	0,00
1.7.1.5.53.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI - Principal	0,00	0,00	16.191,48	0,00	0,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	0,00	0,00	184.153,93	606.000,00	268.250,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	0,00	0,00	184.153,93	606.000,00	268.250,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS -	0,00	0,00	184.153,93	606.000,00	268.250,00
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00	SCFV - FNAS	0,00	0,00	71.261,91	45.000,00	47.250,00
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	PISO BASICO FIXO - FNAS	0,00	0,00	73.216,05	391.000,00	148.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO - FNAS - IGDSUAS	0,00	0,00	0,00	170.000,00	73.000,00
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - PROGRAMA AUXILIO BRASIL	0,00	0,00	39.675,97	0,00	0,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	112.592,90	670.000,00	481.000,00
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	0,00	0,00	76.507,44	450.000,00	250.000,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 - PRINCIPAL	0,00	0,00	76.507,44	450.000,00	250.000,00
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	36.085,46	220.000,00	231.000,00
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	0,00	36.085,46	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1.03.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES LC 198/2023	0,00	0,00	36.085,46	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.3.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	220.000,00	231.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	13.422.999,46	11.051.331,43	13.817.099,94
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	11.360.874,49	9.505.999,94	12.374.399,94
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	0,00	0,00	11.167.393,00	9.120.000,00	11.969.600,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	0,00	0,00	11.167.393,00	9.120.000,00	11.969.600,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	0,00	0,00	11.167.393,00	9.120.000,00	11.969.600,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	0,00	0,00	135.259,14	375.999,94	394.799,94

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2023	2024	2025	2026	2027
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	0,00	0,00	135.259,14	375.999,94	394.799,94
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	0,00	0,00	135.259,14	375.999,94	394.799,94
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	0,00	0,00	44.520,17	0,00	0,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	44.520,17	0,00	0,00
1.7.2.1.52.0.1.01.00.00	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	0,00	0,00	44.520,17	0,00	0,00
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	13.702,18	10.000,00	10.000,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	0,00	0,00	13.702,18	10.000,00	10.000,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	0,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00
1.7.2.2.53.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00
1.7.2.2.53.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	61.866,00	239.331,49	247.500,00
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	61.866,00	239.331,49	247.500,00
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	0,00	0,00	61.866,00	239.331,49	247.500,00
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00	RECURSOS DO HPP	0,00	0,00	61.866,00	150.668,51	157.500,00
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00	FARMACIA BASICA ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	88.662,98	90.000,00
1.7.2.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	704.221,43	820.000,00	820.000,00
1.7.2.4.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	820.000,00	820.000,00
1.7.2.4.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO -	0,00	0,00	0,00	820.000,00	820.000,00
1.7.2.4.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	704.221,43	0,00	0,00
1.7.2.4.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES -	0,00	0,00	704.221,43	0,00	0,00

1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	1.296.037,54	206.000,00	95.200,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	234.880,00	206.000,00	95.200,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	234.880,00	206.000,00	95.200,00
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00	PISO BASICO - PSB	0,00	0,00	0,00	91.000,00	48.000,00
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00	TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - MAMAE CHEGEUEI	0,00	0,00	2.880,00	25.000,00	7.200,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00	TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00	0,00	4.500,00	70.000,00	20.000,00
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00	PISO BASICO - PSE	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1.7.2.9.51.0.1.06.00.00	PROGRAMA CRESCENDO BEM/CRIANÇA FELIZ ESTADUAL	0,00	0,00	42.500,00	0,00	0,00
1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	0,00	0,00	996.157,54	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	0,00	0,00	996.157,54	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FANFARRA	0,00	0,00	52.157,54	0,00	0,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2023	2024	2025	2026	2027
1.7.2.9.99.0.1.02.00.00	EXPOTEX COMVENIO	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.03.00.00	CONSTRUCAO CAMPO SINTETICO	0,00	0,00	594.000,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	5.663.103,30	6.732.836,69	7.075.081,67
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	0,00	0,00	5.663.103,30	6.732.836,69	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	0,00	0,00	5.663.103,30	6.732.836,69	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	0,00	0,00	5.663.103,30	6.732.836,69	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	FUNDEB - PRINCIPAL	0,00	0,00	5.663.103,30	6.732.836,69	7.075.081,67
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	125.457,71	170.000,00	170.000,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	34.697,78	10.000,00	10.000,00
1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	34.697,78	10.000,00	10.000,00
1.9.2.3.02.0.0.00.00.00	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	0,00	0,00	34.697,78	10.000,00	10.000,00
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00	RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	34.697,78	10.000,00	10.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	90.759,93	160.000,00	160.000,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	90.759,93	160.000,00	160.000,00
1.9.9.9.12.0.0.00.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1.9.9.9.12.2.0.00.00.00	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1.9.9.9.12.2.1.00.00.00	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	90.759,93	140.000,00	140.000,00
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	0,00	0,00	90.759,93	140.000,00	140.000,00
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS -	0,00	0,00	90.759,93	140.000,00	140.000,00
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	0,00	0,00	86.023,77	140.000,00	140.000,00
1.9.9.9.99.2.1.07.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL ACORDAO DVANT	0,00	0,00	4.736,16	0,00	0,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.310.706,50	1.060.000,00	575.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.310.706,50	560.000,00	575.000,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	695.101,50	0,00	0,00
2.4.1.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA	0,00	0,00	398.101,50	0,00	0,00
2.4.1.2.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	398.101,50	0,00	0,00
2.4.1.2.50.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS PARA O PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	398.101,50	0,00	0,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2023	2024	2025	2026	2027
2.4.1.2.50.1.1.00.00.00	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	398.101,50	0,00	0,00
2.4.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	297.000,00	0,00	0,00

2.4.1.4.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE	0,00	0,00	297.000,00	0,00	0,00
2.4.1.4.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE	0,00	0,00	297.000,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	615.605,00	560.000,00	575.000,00
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	615.605,00	560.000,00	575.000,00
2.4.2.2.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE	0,00	0,00	235.605,00	560.000,00	575.000,00
2.4.2.2.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE	0,00	0,00	235.605,00	560.000,00	575.000,00
2.4.2.2.54.0.1.01.00.00	INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	560.000,00	575.000,00
2.4.2.2.54.0.1.02.00.00	AQUISIÇÃO VEICULO TIPO VAN PARA SAUDE	0,00	0,00	235.605,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES -	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00
Total Geral:		**0,00**	**0,00**	**44.757.719,83**	**40.968.239,18**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

ORIGEM

Natureza da receita	**Valor**
1.1.1.1.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	68.250,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-13.650,09
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	746.630,30
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	189.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	31.500,00
1.1.1.2.50.0.6.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA	27.300,00
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS DA	42.000,00
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA DA DÍVIDA	15.750,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	259.875,00
1.1.1.3.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	631.676,24
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	446.250,00
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 - ISSQN - PROPRIO	372.750,00
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00 - ISS - SIMPLES NACIONAL	70.400,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	105.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	5.250,00
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00 - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIME	63.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	5.250,00
1.1.2.1.04.0.1.00.00.00 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	5.250,00
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00 - TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	31.500,00
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE CEMITERIO	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	131.250,00
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00 - TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	12.600,00
1.2.2.1.08.1.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - IMPORTAÇÃO -	60.000,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	54.600,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00 - REMUN. DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	73.500,00
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 25%	105.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS FNAS	110.250,00
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULAD	1.112.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS VINCULADOS - CONVENIOS	157.500,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	21.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	10.500,00
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	52.500,00
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - HORA MAQUINA	42.000,00
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	9.314.400,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	378.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-100.800,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	546.550,80
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-117.600,00
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	15.750,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.149,91
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	21.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	300.000,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 - PRINCIPAL	250.000,00
1.7.1.9.99.0.3.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - DÍVIDA ATIVA	231.000,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	8.977.200,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	296.100,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.000,00
1.7.2.2.53.0.1.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - PRINCIPAL	280.000,00
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	10.000,00
1.9.9.9.12.2.1.00.00.00 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	20.000,00
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00 - OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	140.000,00
Subtotal:	25.855.632,34
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0001 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	1.572.102,86
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	220.500,00
0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR	292.850,00
0014 - SEMENTES DO AMANHÃ	204.600,00
0015 - DO CAMPO AO PRATO	128.750,00
0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	3.555.500,00
0017 - GUARDIÕES DA NATUREZA	465.750,00
0002 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA	557.670,00
0003 - GOVERNO DE RESULTADOS	6.803.339,15
0004 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO	51.600,00
0005 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS	399.250,00
0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO	4.583.752,94
0007 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS	59.600,00
0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	1.214.350,00
0009 - CRESCER COM SABER	157.500,00
Subtotal:	20.267.114,95
Total de origens do recurso:	25.855.632,34
Total de destinações do recurso:	20.267.114,95
Recurso: 1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	186.657,57
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.328.600,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	2.244.300,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	74.025,00
Subtotal:	4.833.582,57
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR	2.745.098,91
0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA	4.605.168,91
0003 - GOVERNO DE RESULTADOS	1.072.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
Subtotal:	8.422.267,82
Total de origens do recurso:	4.833.582,57
Total de destinações do recurso:	8.422.267,82
Recurso: 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	311.095,96
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	86.625,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	446.250,00

1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 - ISSQN - PROPRIO	372.750,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	131.250,00
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.881.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.104.800,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	126.000,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	41.449,20
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	3.740.500,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-2.992.400,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	123.375,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-98.700,06
Subtotal:	3.064.395,10
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	2.026.750,00
0003 - GOVERNO DE RESULTADOS	2.027.000,00
0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO	195.100,00
0009 - CRESCER COM SABER	815.377,24
Subtotal:	5.064.227,24
Total de origens do recurso:	3.064.395,10
Total de destinações do recurso:	5.064.227,24
Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - FUNDEB - PRINCIPAL	274.936,67
Subtotal:	274.936,67
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	274.936,67
Subtotal:	274.936,67
Total de origens do recurso:	274.936,67
Total de destinações do recurso:	274.936,67
Recurso: 1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - FUNDEB - PRINCIPAL	6.800.145,00
Subtotal:	6.800.145,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO	6.735.145,00
0009 - CRESCER COM SABER	65.000,00
Subtotal:	6.800.145,00
Total de origens do recurso:	6.800.145,00
Total de destinações do recurso:	6.800.145,00
Recurso: 1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	365.000,00
Subtotal:	365.000,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	300.000,00
0009 - CRESCER COM SABER	65.000,00
Subtotal:	365.000,00
Total de origens do recurso:	365.000,00
Total de destinações do recurso:	365.000,00
Recurso: 1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**

1.7.1.4.52.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE -	105.000,00
Subtotal:	105.000,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	55.000,00
0009 - CRESCER COM SABER	50.000,00
Subtotal:	105.000,00
Total de origens do recurso:	105.000,00
Total de destinações do recurso:	105.000,00
Recurso: 1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	84.000,00
Subtotal:	84.000,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	84.000,00
Subtotal:	84.000,00
Total de origens do recurso:	84.000,00
Total de destinações do recurso:	84.000,00
Recurso: 1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
1.7.2.4.51.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO -	820.000,00
Subtotal:	820.000,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	820.000,00
Subtotal:	820.000,00
Total de origens do recurso:	820.000,00
Total de destinações do recurso:	820.000,00
Recurso: 1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.6.0.0.00.3.0.00.00.00 - ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC	498.105,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	442.643,40
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF e EAP	2.135.000,00
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00 - VIGILANCIA EM SAUDE - PRINCIPAL	88.200,00
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00 - VINGILANCIA SANITARIA - PRINCIPAL	75.600,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00 - COMBATE A ENDEMIAS	44.100,00
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	100.000,00
Subtotal:	3.383.648,40
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR	2.657.260,00
0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA	726.388,40
Subtotal:	3.383.648,40
Total de origens do recurso:	3.383.648,40
Total de destinações do recurso:	3.383.648,40
Recurso: 1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS	568.750,00
Subtotal:	568.750,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR	568.750,00
Subtotal:	568.750,00

Total de origens do recurso:	568.750,00
Total de destinações do recurso:	568.750,00
Recurso: 1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00 - ASSIST. FINANC. COMPL. PGTO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM	579.224,26
Subtotal:	579.224,26
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR	579.224,26
Subtotal:	579.224,26

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
Total de origens do recurso:	579.224,26
Total de destinações do recurso:	579.224,26
Recurso: 1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00 - RECURSOS DO HPP	157.500,00
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00 - FARMACIA BASICA ESTADUAL	90.000,00
Subtotal:	247.500,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA	247.500,00
Subtotal:	247.500,00
Total de origens do recurso:	247.500,00
Total de destinações do recurso:	247.500,00
Recurso: 1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00 - SCFV - FNAS	47.250,00
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00 - PISO BASICO FIXO - FNAS	148.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO - FNAS - IGDSUAS	73.000,00
Subtotal:	268.250,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR	268.250,00
Subtotal:	268.250,00
Total de origens do recurso:	268.250,00
Total de destinações do recurso:	268.250,00
Recurso: 1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00 - PISO BASICO - PSB	48.000,00
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - MAMAE CHEGUEI	7.200,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - BENEFICIOS EVENTUAIS	20.000,00
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00 - PISO BASICO - PSE	20.000,00
Subtotal:	95.200,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR	95.200,00
Subtotal:	95.200,00
Total de origens do recurso:	95.200,00
Total de destinações do recurso:	95.200,00
Recurso: 1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
2.4.2.2.54.0.1.01.00.00 - INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	575.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
Subtotal:	575.000,00
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	575.000,00
Subtotal:	575.000,00
Total de origens do recurso:	575.000,00
Total de destinações do recurso:	575.000,00
Recurso: 1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	
ORIGEM	
Natureza da receita	**Valor**
1.1.3.1.51.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE	102.365,47
Subtotal:	102.365,47
DESTINAÇÃO	
Programa	**Valor**
0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	102.365,47
Subtotal:	102.365,47
Total de origens do recurso:	102.365,47
Total de destinações do recurso:	102.365,47
Total geral de origens:	48.022.629,81
Total geral de destinações:	48.022.629,81

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E PLANOS DE APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESPECIAIS	
RECEITA	**Valor**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES.	47.447.629,81
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	575.000,00
Subtotal:	48.022.629,81
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor**
1 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	1.572.102,86
2002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO	1.572.102,86
10 - APRENDER PARA O AMANHÃ	3.781.186,67
1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	400.000,00
2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE	1.590.000,00
2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE	36.750,00
2015 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO	210.000,00
2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO	10.500,00
2018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE	84.000,00
2019 - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	274.936,67
2021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	300.000,00
2023 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE	55.000,00
2026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	820.000,00
11 - CAMINHOS DO CUIDAR	6.550.333,17
2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%	2.730.000,00
2035 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	568.750,00
2036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	659.260,00
2037 - COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM	579.224,26
2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS	400.000,00
2043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	84.000,00
2044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	72.000,00
2045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	42.000,00
2047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE	15.098,91
2074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	900.000,00
2075 - CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	500.000,00
12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA	5.579.057,31
2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 15%	4.285.000,00
2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL	157.807,94
2042 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL	427.249,37
2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	440.000,00
2048 - CONTROLE SOCIAL - CMS	19.000,00

2073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	250.000,00
13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR	656.300,00
2051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE	129.600,00
2052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	83.400,00
2054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO	37.800,00
2055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL	47.250,00
2056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS	48.000,00
2057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD	73.000,00
2058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL	20.000,00
2059 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI	7.200,00
2060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL	48.000,00
2061 - PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL	20.000,00
2062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	22.050,00
2064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST	20.000,00
2071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS	100.000,00
14 - SEMENTES DO AMANHÃ	204.600,00
2063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	204.600,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E PLANOS DE APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESPECIAIS	
15 - DO CAMPO AO PRATO	128.750,00
2069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL	128.750,00
16 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	4.232.865,47
1001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL	575.000,00
2066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA URBANA	835.500,00
2067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	102.365,47
2070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	2.720.000,00
17 - GUARDIÕES DA NATUREZA	465.750,00
2068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	465.750,00
2 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA	557.670,00
2001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES	557.670,00
3 - GOVERNO DE RESULTADOS	9.902.339,15
0001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE	50.000,00
0002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	653.932,00
0003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV	160.000,00
0005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE	50.000,00
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	1.236.800,00
2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE	2.119.254,00
2011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SEMECT - MDE	2.027.000,00
2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%	1.022.000,00
2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST	1.264.800,00
2053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL	23.100,00
2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA	527.300,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
4 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO	51.600,00
2004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO	51.600,00
5 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS	399.250,00
2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	399.250,00
6 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO	11.513.997,94
2007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	4.583.752,94
2029 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL	4.700.000,00
2030 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR	1.040.245,00
2031 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE	1.190.000,00
7 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS	59.600,00
2008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	59.600,00
8 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	1.214.350,00
2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS	945.000,00
2010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA	112.350,00
2028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	157.000,00
9 - CRESCER COM SABER	1.152.877,24
2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE	791.377,24

2016 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO	157.500,00
2020 - ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	65.000,00
2022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL	65.000,00
2024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC	30.000,00
2025 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP	20.000,00
2027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	24.000,00
Subtotal:	48.022.629,81
Total geral das receitas:	48.022.629,81
Total geral das aplicações dos recursos:	48.022.629,81

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE DESPESAS POR ÓRGÃO CONFORME VÍNCULO E RECURSOS
(Consolidado)

Órgão	Ordinário	Vinculado	Total
Despesas	**20.267.114,95**	**27.755.514,86**	**48.022.629,81**
01.000 - LEGISLATIVO	2.129.772,86	0,00	2.129.772,86
02.000 - EXECUTIVO	15.816.992,09	677.365,47	16.494.357,56
03.000 - EDUCAÇÃO	535.000,00	13.513.308,91	14.048.308,91
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	13.201.390,48	13.201.390,48
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA	1.785.350,00	363.450,00	2.148.800,00
Total geral:	**20.267.114,95**	**27.755.514,86**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE DESPESAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Reserva de Contingência	Total
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**2.101.422,86**	**28.350,00**	**0,00**	**2.129.772,86**
01.000 LEGISLATIVO	2.101.422,86	28.350,00	0,00	2.129.772,86
01.001 CÂMARA LEGISLATIVA	2.101.422,86	28.350,00	0,00	2.129.772,86
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**28.067.489,15**	**1.707.024,17**	**768.153,15**	**30.542.666,47**
02.000 EXECUTIVO	15.038.204,41	688.000,00	768.153,15	16.494.357,56
02.001 GABINETE EXECUTIVO	1.621.650,00	66.000,00	0,00	1.687.650,00
02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE	8.532.888,94	151.000,00	768.153,15	9.452.042,09
02.006 SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE	4.883.665,47	471.000,00	0,00	5.354.665,47
03.000 EDUCAÇÃO	13.029.284,74	1.019.024,17	0,00	14.048.308,91
03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	5.884.039,74	894.087,50	0,00	6.778.127,24
03.002 FUNDEB	7.145.245,00	124.936,67	0,00	7.270.181,67
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIROPOLIS	**13.171.390,48**	**30.000,00**	**0,00**	**13.201.390,48**
04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	13.171.390,48	30.000,00	0,00	13.201.390,48
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.091.000,00	0,00	0,00	1.091.000,00
04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.080.390,48	30.000,00	0,00	12.110.390,48
Entidade: FUNDO MUNI. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEIXEIROPOLIS	**2.022.800,00**	**126.000,00**	**0,00**	**2.148.800,00**
05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA	2.022.800,00	126.000,00	0,00	2.148.800,00
05.001 Secretária de Assistência Social e Trabalho	1.248.950,00	61.000,00	0,00	1.309.950,00
05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	569.250,00	65.000,00	0,00	634.250,00
05.003 FUNDO MUN. DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	204.600,00	0,00	0,00	204.600,00
Total geral:	**45.363.102,49**	**1.891.374,17**	**768.153,15**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

Natureza da Despesa	LOA 2027
3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	45.363.102,49
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.418.135,06
3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	21.418.135,06
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.666.875,55
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.005.802,77
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	4.500.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	1.095.100,00
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	5.740.145,00

1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	472.824,84
1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO	568.750,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.612.432,75
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	396.750,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	560.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	150.000,00
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	995.000,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	186.435,16
3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	579.224,26
1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO	579.224,26
3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	41.102,50
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.102,50
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	398.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	140.500,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	145.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	50.000,00
3.1.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	120.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.944.967,43
3.3.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	769.500,00
3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	769.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	92.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	278.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	278.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	278.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	22.897.467,43
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	625.527,24
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	128.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	85.377,24
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	51.000,00
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	30.000,00
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	15.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.250,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.315.499,37
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	45.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	641.168,91
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	302.500,00
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	200.000,00
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	15.000,00
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	98.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	
Natureza da Despesa	**LOA 2027**
1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	105.000,00
1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	10.500,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	1.211.388,40
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	139.692,06
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	86.250,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.450,00
1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS	65.000,00
1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	39.900,00
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	157.600,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	576.098,91
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	13.650,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	90.098,91
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	187.750,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28.500,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	158.250,00

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	51.400,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	36.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	35.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	1.804.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	444.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	200.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	850.000,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	200.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	371.400,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	300.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.200,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	32.600,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	6.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	22.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.890.985,91
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	115.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.556.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	900.000,00
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	178.412,50
1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	73.500,00
1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS	820.000,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	1.262.000,00
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO	77.807,94
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	129.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.000,00
1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS	510.000,00
1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	62.465,47
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.217.524,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	112.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	96.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.768.450,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	
Natureza da Despesa	**LOA 2027**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	441.500,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	380.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	500.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	653.932,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	653.932,00
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	120.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	115.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	65.000,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00
3.3.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	50.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.891.374,17
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	1.891.374,17
4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.891.374,17
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.190.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	45.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	700.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	701.374,17
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	28.350,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	90.500,00
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	74.936,67
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	50.000,00

1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	88.587,50
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	38.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
9.9.99.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	768.153,15
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	768.153,15
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	768.153,15
Total Geral:	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	
Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
Natureza da Receita	**LOA 2027**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES.	47.447.629,81
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.020.325,45
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS	4.506.359,98
1.1.1.1.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR	54.599,91
1.1.1.1.02.0.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	54.599,91
1.1.1.1.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	68.250,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	68.250,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-13.650,09
(-) 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	-13.650,09
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	1.896.433,83
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	1.549.933,83
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	1.244.383,83
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	746.630,30
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	186.657,57
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	311.095,96
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	189.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	189.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	31.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	31.500,00
1.1.1.2.50.0.6.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA	27.300,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	27.300,00
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	42.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	42.000,00
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA DA	15.750,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.750,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS	346.500,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS	346.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	259.875,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	86.625,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.524.176,24
1.1.1.3.02.0.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS	631.676,24
1.1.1.3.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	631.676,24
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	631.676,24
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	892.500,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	892.500,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	892.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	446.250,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	446.250,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	1.031.150,00
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	1.031.150,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	1.031.150,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	815.900,00
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 - ISSQN - PROPRIO	745.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	372.750,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	372.750,00
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00 - ISS - SIMPLES NACIONAL	70.400,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	70.400,00

1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	
Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	105.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	5.250,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 - TAXAS	411.600,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	84.000,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	68.250,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	68.250,00
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00 - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIME	63.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	63.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	5.250,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00
1.1.2.1.04.0.0.00.00.00 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	5.250,00
1.1.2.1.04.0.1.00.00.00 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	5.250,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00
1.1.2.1.50.0.0.00.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.500,00
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	10.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	327.600,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	327.600,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	327.600,00
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00 - TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	31.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	31.500,00
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE CEMITERIO	10.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	262.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	131.250,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	131.250,00
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00 - TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	12.600,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	102.365,47
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	102.365,47
1.1.3.1.51.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE	102.365,47
1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -	102.365,47
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	114.600,00
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	60.000,00
1.2.2.1.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	60.000,00
1.2.2.1.08.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE	60.000,00
1.2.2.1.08.1.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS -	60.000,00
1.2.2.1.08.1.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS -	60.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	60.000,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54.600,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54.600,00
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54.600,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	54.600,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	54.600,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	1.694.750,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 - VALORES MOBILIÁRIOS	1.694.750,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS

Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 - JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	1.694.750,00
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.694.750,00
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.694.750,00
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.589.750,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00 - REMUN. DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	73.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	73.500,00
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 25%	105.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS FNAS	110.250,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	110.250,00
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULAD	1.112.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.112.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS VINCULADOS - CONVENIOS	157.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	157.500,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	21.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	21.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	10.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	592.605,00
1.6.0.0.00.3.0.00.00.00 - ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC	498.105,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	498.105,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS	94.500,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS	94.500,00
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS	94.500,00
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	94.500,00
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	52.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	52.500,00
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - HORA MAQUINA	42.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	42.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.855.349,36
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	18.963.167,75
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	13.305.400,09
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	13.292.800,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	12.419.200,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	12.419.200,00
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	15.524.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	9.314.400,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	2.328.600,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	3.881.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.104.800,00
(-) 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	-3.104.800,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	873.600,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS -	873.600,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	504.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	378.000,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	126.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-100.800,00
(-) 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	-100.800,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	
Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	588.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	546.550,80
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	41.449,20
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-117.600,00

(-) 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	-117.600,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	12.600,09
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	12.600,09
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	15.750,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.750,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.149,91
(-) 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	-3.149,91
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	321.000,00
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS -	21.000,00
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS -	21.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	21.000,00
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	300.000,00
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	300.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	300.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	300.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	4.033.517,66
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A	4.033.517,66
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	3.725.617,66
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	3.725.617,66
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	442.643,40
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	442.643,40
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS	568.750,00
1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS	568.750,00
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00 - ASSIST. FINANC. COMPL. PGTO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM	579.224,26
1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS	579.224,26
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF e EAP	2.135.000,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	2.135.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	207.900,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	207.900,00
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00 - VIGILANCIA EM SAUDE - PRINCIPAL	88.200,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	88.200,00
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00 - VINGILANCIA SANITARIA - PRINCIPAL	75.600,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	75.600,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00 - COMBATE A ENDEMIAS	44.100,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	44.100,00
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	100.000,00
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	100.000,00
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	100.000,00
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	100.000,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA	554.000,00
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	365.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	365.000,00
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	365.000,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	105.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	105.000,00
1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	105.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	
Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	84.000,00
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	84.000,00
1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO	84.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	268.250,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	268.250,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS -	268.250,00
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00 - SCFV - FNAS	47.250,00
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	47.250,00
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00 - PISO BASICO FIXO - FNAS	148.000,00
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	148.000,00

1.7.1.6.50.0.1.03.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO - FNAS - IGDSUAS	73.000,00
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	73.000,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	481.000,00
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	250.000,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 -	250.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	250.000,00
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	231.000,00
1.7.1.9.99.0.3.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - DÍVIDA ATIVA	231.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	231.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	13.817.099,94
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	12.374.399,94
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS	11.969.600,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	11.969.600,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	14.962.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	8.977.200,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	2.244.300,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	3.740.500,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-2.992.400,00
(-) 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	-2.992.400,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA	394.799,94
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	394.799,94
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	493.500,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	296.100,00
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	74.025,00
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	123.375,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-98.700,06
(-) 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	-98.700,06
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.000,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	280.000,00
1.7.2.2.53.0.0.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	280.000,00
1.7.2.2.53.0.1.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - PRINCIPAL	280.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	280.000,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	247.500,00
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	247.500,00
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	247.500,00
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00 - RECURSOS DO HPP	157.500,00
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	157.500,00
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00 - FARMACIA BASICA ESTADUAL	90.000,00
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO	90.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	
Parâmetros: Demonstrar Legislação: NAO; Demonstrar deduções ao final do relatório: NAO; Peça Orçamentária: LOA; Tipo Recurso: TODOS;	
Consolidado: S; Exercício: 2027; Listar dedução e fonte de recurso: S	
1.7.2.4.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	820.000,00
1.7.2.4.51.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	820.000,00
1.7.2.4.51.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	820.000,00
1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	820.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	95.200,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	95.200,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	95.200,00
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00 - PISO BASICO - PSB	48.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.000,00
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - MAMAE CHEGUEI	7.200,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.200,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - BENEFICIOS EVENTUAIS	20.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00 - PISO BASICO - PSE	20.000,00
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00

1.7.5.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	7.075.081,67
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	7.075.081,67
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - FUNDEB - PRINCIPAL	7.075.081,67
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	274.936,67
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	6.800.145,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.000,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 - INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.000,00
1.9.2.3.00.0.0.00.00.00 - RESSARCIMENTOS	10.000,00
1.9.2.3.02.0.0.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS	10.000,00
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	10.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	160.000,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	160.000,00
1.9.9.9.12.0.0.00.00.00 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE	20.000,00
1.9.9.9.12.2.0.00.00.00 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	20.000,00
1.9.9.9.12.2.1.00.00.00 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	20.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS	140.000,00
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	140.000,00
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS -	140.000,00
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00 - OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	140.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	140.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	575.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	575.000,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	575.000,00
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	575.000,00
2.4.2.2.54.0.0.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE	575.000,00
2.4.2.2.54.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE	575.000,00
2.4.2.2.54.0.1.01.00.00 - INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	575.000,00
1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	575.000,00
Total Geral:	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
01.000 LEGISLATIVO				**2.129.772,86**
01.001 CÂMARA LEGISLATIVA				**2.129.772,86**
	Ação: 2.001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES	**1.31**	**2 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA**	**557.670,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			120.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			120.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			45.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			45.000,00
	3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			13.650,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			13.650,00
	3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA			71.400,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			71.400,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			115.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			115.000,00
	3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ			144.270,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			144.270,00

	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			28.350,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			28.350,00
	Ação: 2.002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO	**1.128**	**1 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO**	**1.572.102,86**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			1.005.802,77
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			1.005.802,77
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			216.247,59
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			216.247,59

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			1.102,50
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			1.102,50
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			35.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			35.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			313.950,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			313.950,00
02.000 EXECUTIVO				**16.494.357,56**
02.001 GABINETE EXECUTIVO				**1.687.650,00**
	Ação: 2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	**4.122**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**1.236.800,00**
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			570.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			570.000,00
	3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			278.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			278.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			60.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			60.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			42.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			42.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.300,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			6.300,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			200.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			200.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			50.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			50.000,00
	Ação: 2.004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO	**4.124**	**4 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO**	**51.600,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			5.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			11.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			11.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			7.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			7.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			16.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			16.000,00
	Ação: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	**4.122**	**5 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS**	**399.250,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			220.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			220.500,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			36.750,00

	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			36.750,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			7.350,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			7.350,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			21.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			21.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			5.250,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.250,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			8.400,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			8.400,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			42.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			42.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			31.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			31.500,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			16.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			16.000,00
02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE				**9.452.042,09**
	Ação: 0.001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE	**28.845**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**50.000,00**
	3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			50.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			50.000,00
	Ação: 0.002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	**28.846**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**653.932,00**
	3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			653.932,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			653.932,00
	Ação: 0.003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV	**28.846**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**160.000,00**
	3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			40.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			40.000,00
	3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			120.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			120.000,00
	Ação: 2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE	**4.122**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**2.119.254,00**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			50.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			50.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			48.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			48.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			180.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			180.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			10.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			11.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			11.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			55.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			55.000,00
	3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA			300.000,00

	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			300.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			500.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			500.000,00
	3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- PJ			765.254,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			765.254,00
	3.3.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO			50.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			50.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			85.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			85.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			45.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			45.000,00
	Ação: 2.007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	**4.128**	**6 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO**	**4.583.752,94**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			3.563.752,94
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			3.563.752,94
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			360.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			360.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			130.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			130.000,00
	3.1.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO			120.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			120.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			410.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			410.000,00
	Ação: 2.008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	**4.129**	**7 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS**	**59.600,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			10.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			10.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			16.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			16.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			11.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			11.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	Ação: 2.009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS	**4.812**	**8 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO**	**945.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			30.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			30.000,00
	3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS			105.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			105.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			50.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			50.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			750.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			750.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.000,00

	Ação: 2.010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA	**27.812**	**8 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO**	**112.350,00**
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			52.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			52.500,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			31.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			31.500,00
	3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			15.750,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			15.750,00
	Ação: 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**28.846**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**768.153,15**
	9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS			768.153,15
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			768.153,15
02.006 SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE				**5.354.665,47**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	Ação: 1.001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL	**26.782**	**16 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS**	**575.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			65.000,00
	1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS			65.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			510.000,00
	1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS			510.000,00
	Ação: 2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA	**4.122**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**527.300,00**
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			5.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			26.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			26.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			105.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			105.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			5.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			5.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			189.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			189.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.300,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			6.300,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			150.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			150.000,00
	3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			15.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			15.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			21.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			21.000,00
	Ação: 2.066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA URBANA	**15.451**	**16 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS**	**835.500,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			110.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			110.500,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			200.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			200.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			400.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			400.000,00

	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			100.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			100.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			25.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			25.000,00
	Ação: 2.067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	**15.452**	**16 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS**	**102.365,47**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			39.900,00
	1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP			39.900,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			62.465,47
	1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP			62.465,47
	Ação: 2.068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	**18.543**	**17 - GUARDIÕES DA NATUREZA**	**465.750,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			85.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			85.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			15.750,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			15.750,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			250.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			250.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			60.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			60.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			55.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			55.000,00
	Ação: 2.069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL	**20.606**	**15 - DO CAMPO AO PRATO**	**128.750,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			52.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			52.500,00
	3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			26.250,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			26.250,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			30.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			30.000,00
	Ação: 2.070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	**26.782**	**16 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS**	**2.720.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			110.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			110.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			2.400.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			2.400.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			200.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			200.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.000,00
03.000 EDUCAÇÃO				**14.048.308,91**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO				**6.778.127,24**
	Ação: 1.002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	**12.361**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**400.000,00**
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			400.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			400.000,00
	Ação: 2.011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SEMECT - MDE	**12.122**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**2.027.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			900.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			900.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			150.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			150.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			50.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			50.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			30.000,00

	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			30.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			80.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			80.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			15.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			15.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			6.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			200.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			200.000,00
	3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- PJ			96.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			96.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			500.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			500.000,00
	Ação: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE	**12.361**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**1.590.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			40.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			40.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			100.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			100.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			80.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			80.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			10.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			700.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			700.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			10.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			10.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			400.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			400.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			200.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			200.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			50.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			50.000,00
	Ação: 2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE	**12.365**	**9 - CRESCER COM SABER**	**791.377,24**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			15.377,24
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			15.377,24
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			100.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS

Órgão / Unidade	Ação / Natureza da despesa	Função / Subfunção	Programa	Valor
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			100.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			80.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			80.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			10.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			150.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			150.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			6.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			300.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			300.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			100.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			100.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			30.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			30.000,00

	Ação: 2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE	**12.367**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**36.750,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			10.500,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			10.500,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			15.750,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			15.750,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.500,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			10.500,00
	Ação: 2.015 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO	**12.306**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**210.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			210.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			210.000,00
	Ação: 2.016 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO	**12.306**	**9 - CRESCER COM SABER**	**157.500,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			157.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			157.500,00
	Ação: 2.017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO	**12.306**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**10.500,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	Ação: 2.018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE	**26.782**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**84.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			10.500,00
	1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)			10.500,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			73.500,00
	1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)			73.500,00
	Ação: 2.021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	**12.361**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**300.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			83.000,00
	1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			83.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			128.412,50
	1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			128.412,50
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			88.587,50
	1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			88.587,50
	Ação: 2.022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL	**12.365**	**9 - CRESCER COM SABER**	**65.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			15.000,00
	1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			15.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			50.000,00
	1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			50.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	Ação: 2.023 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE	**12.306**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**55.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			55.000,00
	1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)			55.000,00
	Ação: 2.024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC	**12.306**	**9 - CRESCER COM SABER**	**30.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			30.000,00
	1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)			30.000,00
	Ação: 2.025 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP	**12.306**	**9 - CRESCER COM SABER**	**20.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00
	1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)			20.000,00
	Ação: 2.026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	**12.361**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**820.000,00**
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			820.000,00
	1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO			820.000,00
	Ação: 2.027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	**8.243**	**9 - CRESCER COM SABER**	**24.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			12.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			12.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			12.000,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			12.000,00

	Ação: 2.028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	**12.361**	**8 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO**	**157.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			2.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			2.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			20.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			20.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			100.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			100.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			15.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			15.000,00
03.002 FUNDEB				**7.270.181,67**
	Ação: 2.019 - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	**12.361**	**10 - APRENDER PARA O AMANHÃ**	**274.936,67**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			200.000,00
	1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%			200.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			74.936,67
	1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%			74.936,67
	Ação: 2.020 - ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	**12.365**	**9 - CRESCER COM SABER**	**65.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			15.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			15.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			50.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			50.000,00
	Ação: 2.029 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL	**12.361**	**6 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO**	**4.700.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			4.000.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			4.000.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			700.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			700.000,00
	Ação: 2.030 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR	**12.365**	**6 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO**	**1.040.245,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			935.245,00
	1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE			195.100,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			740.145,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			105.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			105.000,00
	Ação: 2.031 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE	**12.365**	**6 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO**	**1.190.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			1.000.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			1.000.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			190.000,00
	1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%			190.000,00
04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				**13.201.390,48**
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				**1.091.000,00**
	Ação: 0.005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE	**28.845**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**50.000,00**
	3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			50.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			50.000,00
	Ação: 2.032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15% 10.122		**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**1.022.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			400.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			400.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			50.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			50.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			35.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			35.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			20.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			20.000,00

	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			85.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			85.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			16.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			16.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			6.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			250.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			250.000,00
	3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ			100.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			100.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			60.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			60.000,00
	Ação: 2.048 - CONTROLE SOCIAL - CMS	**10.304**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**19.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			8.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			8.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			5.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			5.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			6.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			6.000,00
04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**12.110.390,48**
	Ação: 2.033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**2.730.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			1.500.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			1.500.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			160.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			160.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			60.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			60.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			40.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			40.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			100.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			100.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			30.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			30.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			10.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			100.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			100.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			600.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			600.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			100.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			100.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			30.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			30.000,00
	Ação: 2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 15%	**10.302**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**4.285.000,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			2.600.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			2.600.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			350.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			350.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			50.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			50.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			60.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**

	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			60.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			150.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			150.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			45.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			45.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			10.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			100.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			100.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			700.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			700.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			220.000,00
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			220.000,00
	Ação: 2.035 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**568.750,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			568.750,00
	1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS			568.750,00
	Ação: 2.036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF 10.301		**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**659.260,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			472.824,84
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			472.824,84
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			186.435,16
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			186.435,16
	Ação: 2.037 - COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**579.224,26**
	3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			579.224,26
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.			579.224,26
	Ação: 2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**400.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			100.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			100.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			300.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			300.000,00
	Ação: 2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL	**10.302**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**157.807,94**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			30.000,00
	1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL			30.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			50.000,00
	1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL			50.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			77.807,94
	1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL			77.807,94
	Ação: 2.042 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL	**10.303**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**427.249,37**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			427.249,37
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			301.168,91
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			36.388,40
	1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL			89.692,06
	Ação: 2.043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**84.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			4.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			4.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			30.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			30.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			50.000,00

	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			50.000,00
	Ação: 2.044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**10.304**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**72.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			5.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			5.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			30.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			30.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			37.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			37.000,00
	Ação: 2.045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	**10.304**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**42.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			2.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			2.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			15.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			15.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			25.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			25.000,00
	Ação: 2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	**10.302**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**440.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			40.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			40.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			200.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			200.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			200.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			200.000,00
	Ação: 2.047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE	**10.31**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**15.098,91**
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			15.098,91
	1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE			15.098,91
	Ação: 2.073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	**10.302**	**12 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA**	**250.000,00**
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			250.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			250.000,00
	Ação: 2.074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**900.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			300.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			300.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			200.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			200.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			400.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			400.000,00
	Ação: 2.075 - CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	**10.301**	**11 - CAMINHOS DO CUIDAR**	**500.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			500.000,00
	1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			500.000,00
05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA				**2.148.800,00**
05.001 Secretária de Assistência Social e Trabalho				**1.309.950,00**
	Ação: 2.050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST	**8.122**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**1.264.800,00**
	3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			500.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			500.000,00
	3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			108.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			108.000,00
	3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			28.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			28.000,00
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			30.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			30.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			15.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			15.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			52.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			52.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			9.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			9.000,00
	3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			110.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			110.000,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.300,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			6.300,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			90.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			90.000,00
	3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ			112.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			112.000,00
	3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			133.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			133.000,00
	4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			45.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			45.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			16.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			16.000,00
	Ação: 2.053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL	**8.244**	**3 - GOVERNO DE RESULTADOS**	**23.100,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	Ação: 2.062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	**8.122**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**22.050,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			5.250,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.250,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			5.250,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.250,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			7.350,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			7.350,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			4.200,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			4.200,00
05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**634.250,00**
	Ação: 2.051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE	**8.241**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**129.600,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			21.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			21.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			80.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			80.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			16.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			16.000,00
	Ação: 2.052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**83.400,00**

	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			6.300,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			6.300,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			13.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			13.000,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			10.500,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			30.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			30.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			11.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			11.000,00
	Ação: 2.054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**37.800,00**
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			31.500,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			31.500,00
	3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			6.300,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			6.300,00
	Ação: 2.055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**47.250,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			26.250,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			26.250,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			21.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			21.000,00
	Ação: 2.056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**48.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			25.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			25.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			23.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			23.000,00
	Ação: 2.057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**73.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			5.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			5.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			15.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			15.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			45.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			45.000,00
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			8.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			8.000,00
	Ação: 2.058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**20.000,00**
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			20.000,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			20.000,00
	Ação: 2.059 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI	**8.243**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**7.200,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			7.200,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE		ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.200,00
	Ação: 2.060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**48.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			6.250,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			6.250,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			13.250,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			13.250,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			8.500,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			8.500,00
	3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			9.000,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			9.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			11.000,00
	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			11.000,00
	Ação: 2.061 - PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**20.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00

	1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			20.000,00
	Ação: 2.064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST	**8.243**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**20.000,00**
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			11.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			11.000,00
	3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			9.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			9.000,00
	Ação: 2.071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS	**8.244**	**13 - HUMANIZAR PARA INCLUIR**	**100.000,00**
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			10.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			10.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			20.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			40.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			40.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027				
PLANEJAMENTO DAS DESPESAS				
Órgão / Unidade	**Ação / Natureza da despesa**	**Função / Subfunção**	**Programa**	**Valor**
	4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			30.000,00
	1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			30.000,00
05.003 FUNDO MUN. DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**204.600,00**
	Ação: 2.063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	**8.243**	**14 - SEMENTES DO AMANHÃ**	**204.600,00**
	3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS			62.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			62.000,00
	3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL			5.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			5.000,00
	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			12.600,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			12.600,00
	3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			125.000,00
	1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			125.000,00
			Total Geral	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -			
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64			
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Especificação	**Serviços**	**Obras**	**Total**
04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	3.557.906,85	0,00	3.557.906,85
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	488.000,00	0,00	488.000,00
0.005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE	50.000,00	0,00	50.000,00
2.032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%	432.000,00	0,00	432.000,00
2.048 - CONTROLE SOCIAL - CMS	6.000,00	0,00	6.000,00
04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.069.906,85	0,00	3.069.906,85
2.033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%	740.000,00	0,00	740.000,00
2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	975.000,00	0,00	975.000,00
2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS	300.000,00	0,00	300.000,00
2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL	77.807,94	0,00	77.807,94
2.043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	50.000,00	0,00	50.000,00
2.044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	37.000,00	0,00	37.000,00
2.045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	25.000,00	0,00	25.000,00
2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	200.000,00	0,00	200.000,00
2.047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE	15.098,91	0,00	15.098,91
2.073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	250.000,00	0,00	250.000,00
2.074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	400.000,00	0,00	400.000,00
05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA	880.350,00	45.000,00	925.350,00
05.001 Secretária de Assistência Social e Trabalho	384.950,00	45.000,00	429.950,00
2.050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST	360.800,00	45.000,00	405.800,00
2.053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL	12.600,00	0,00	12.600,00
2.062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	11.550,00	0,00	11.550,00
05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	370.400,00	0,00	370.400,00
2.051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE	92.600,00	0,00	92.600,00
2.052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA	53.500,00	0,00	53.500,00

2.054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO	37.800,00	0,00	37.800,00
2.055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL	21.000,00	0,00	21.000,00
2.056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS	23.000,00	0,00	23.000,00
2.057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD	45.000,00	0,00	45.000,00
2.058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL	20.000,00	0,00	20.000,00
2.060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL	28.500,00	0,00	28.500,00
2.064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST	9.000,00	0,00	9.000,00
2.071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS	40.000,00	0,00	40.000,00
05.003 FUNDO MUN. DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	125.000,00	0,00	125.000,00
2.063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	125.000,00	0,00	125.000,00
01.000 LEGISLATIVO	678.270,00	0,00	678.270,00
01.001 CÂMARA LEGISLATIVA	678.270,00	0,00	678.270,00
2.001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES	364.320,00	0,00	364.320,00
2.002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER	313.950,00	0,00	313.950,00
02.000 EXECUTIVO	7.933.251,47	445.000,00	8.378.251,47
02.001 GABINETE EXECUTIVO	357.950,00	0,00	357.950,00
2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	236.800,00	0,00	236.800,00
2.004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO	34.000,00	0,00	34.000,00
2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	87.150,00	0,00	87.150,00
02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE	3.679.536,00	85.000,00	3.764.536,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64			
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Especificação	**Serviços**	**Obras**	**Total**
0.001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE	50.000,00	0,00	50.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	653.932,00	0,00	653.932,00
2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE	1.606.254,00	85.000,00	1.691.254,00
2.007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	410.000,00	0,00	410.000,00
2.008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	26.000,00	0,00	26.000,00
2.009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS	905.000,00	0,00	905.000,00
2.010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA	28.350,00	0,00	28.350,00
02.006 SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE	3.895.765,47	360.000,00	4.255.765,47
1.001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL	510.000,00	0,00	510.000,00
2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA	181.300,00	0,00	181.300,00
2.066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA	400.000,00	100.000,00	500.000,00
2.067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	62.465,47	0,00	62.465,47
2.068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO	265.750,00	60.000,00	325.750,00
2.069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL	76.250,00	0,00	76.250,00
2.070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	2.400.000,00	200.000,00	2.600.000,00
03.000 EDUCAÇÃO	2.932.662,50	700.000,00	3.632.662,50
03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	2.932.662,50	700.000,00	3.632.662,50
1.002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	0,00	400.000,00	400.000,00
2.011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA	817.000,00	0,00	817.000,00
2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE	500.000,00	200.000,00	700.000,00
2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE	396.000,00	100.000,00	496.000,00
2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE	15.750,00	0,00	15.750,00
2.018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE	73.500,00	0,00	73.500,00
2.021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	128.412,50	0,00	128.412,50
2.022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL	50.000,00	0,00	50.000,00
2.026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	820.000,00	0,00	820.000,00
2.027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00
2.028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	120.000,00	0,00	120.000,00
Total Geral:	**15.982.440,82**	**1.190.000,00**	**17.172.440,82**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
ÓRGÃO: 01.000 LEGISLATIVO		**2.129.772,86**
UNIDADE: 01.001 CÂMARA LEGISLATIVA		**2.129.772,86**
01.031.0002.2001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES		**557.670,00**
Desp. 6 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	120.000,00	

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00	
Desp. 7 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	45.000,00	
Desp. 8 - 3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 9 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	13.650,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	13.650,00	
Desp. 10 - 3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	71.400,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	71.400,00	
Desp. 11 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	115.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	115.000,00	
Desp. 12 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	144.270,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	144.270,00	
Desp. 13 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.350,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	28.350,00	
01.128.0001.2002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO		**1.572.102,86**
Desp. 1 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.005.802,77	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.005.802,77	
Desp. 2 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	216.247,59	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	216.247,59	
Desp. 3 - 3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.102,50	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.102,50	

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 4 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	35.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	35.000,00	
Desp. 5 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	313.950,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	313.950,00	
ÓRGÃO: 02.000 EXECUTIVO		**16.494.357,56**
UNIDADE: 02.001 GABINETE EXECUTIVO		**1.687.650,00**
04.122.0003.2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO		**1.236.800,00**
Desp. 1 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	570.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	570.000,00	
Desp. 2 - 3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	278.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	278.000,00	
Desp. 3 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	60.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	60.000,00	
Desp. 4 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	42.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	42.000,00	
Desp. 5 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
Desp. 6 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 7 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.300,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.300,00	
Desp. 8 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	200.000,00	
Desp. 9 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00	
04.124.0004.2004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO		**51.600,00**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 10 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.000,00	
Desp. 11 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.600,00	

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 12 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	11.000,00	
Desp. 13 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	7.000,00	
Desp. 14 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	16.000,00	
04.122.0005.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR		**399.250,00**
Desp. 15 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	220.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	220.500,00	
Desp. 16 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.750,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	36.750,00	
Desp. 17 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
Desp. 18 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	7.350,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	7.350,00	
Desp. 19 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	21.000,00	
Desp. 20 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.250,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00	
Desp. 21 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.400,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	8.400,00	
Desp. 22 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	42.000,00	
Desp. 23 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	31.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	31.500,00	
Desp. 24 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	16.000,00	
UNIDADE: 02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		**9.452.042,09**
28.845.0003.0001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE		**50.000,00**
Desp. 25 - 3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00	
28.846.0003.0002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP		**653.932,00**
Desp. 26 - 3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	653.932,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	653.932,00	
28.846.0003.0003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV		**160.000,00**
Desp. 27 - 3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	40.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	40.000,00	
Desp. 28 - 3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	120.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00	
04.122.0003.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE		**2.119.254,00**
Desp. 29 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	50.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00	
Desp. 30 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	48.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	48.000,00	
Desp. 31 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	180.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	180.000,00	
Desp. 32 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 33 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	11.000,00	
Desp. 34 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	55.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	55.000,00	

Desp. 35 - 3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	300.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	300.000,00	
Desp. 36 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 37 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	500.000,00	
Desp. 38 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	765.254,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	765.254,00	
Desp. 39 - 3.3.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	50.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00	
Desp. 40 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	85.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	85.000,00	
Desp. 41 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	45.000,00	
04.128.0006.2007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA		**4.583.752,94**
Desp. 43 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.563.752,94	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	3.563.752,94	
Desp. 44 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	360.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	360.000,00	
Desp. 45 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	130.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	130.000,00	
Desp. 46 - 3.1.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	120.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	120.000,00	
Desp. 47 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	410.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	410.000,00	
04.129.0007.2008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA		**59.600,00**
Desp. 48 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00	
Desp. 49 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.600,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 50 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00	
Desp. 51 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	16.000,00	
Desp. 52 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	11.000,00	
04.812.0008.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS		**945.000,00**
Desp. 53 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	30.000,00	
Desp. 54 - 3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	105.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00	
Desp. 55 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	50.000,00	
Desp. 56 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	750.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	750.000,00	
Desp. 57 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00	
27.812.0008.2010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA		**112.350,00**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 58 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	52.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	52.500,00	
Desp. 59 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	31.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	31.500,00	
Desp. 60 - 3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	12.600,00	

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 61 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.750,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.750,00	
28.846.0003.9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**768.153,15**
Desp. 42 - 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	768.153,15	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	768.153,15	
UNIDADE: 02.006 SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE		**5.354.665,47**
26.782.0016.1001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL		**575.000,00**
Desp. 76 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00	
1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	65.000,00	
Desp. 77 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510.000,00	
1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	510.000,00	
04.122.0003.2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA		**527.300,00**
Desp. 62 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.000,00	
Desp. 63 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	26.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	26.000,00	
Desp. 64 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	105.000,00	
Desp. 65 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 66 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.000,00	
Desp. 67 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	189.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	189.000,00	
Desp. 68 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.300,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.300,00	
Desp. 69 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	150.000,00	
Desp. 70 - 3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.000,00	
Desp. 71 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	21.000,00	
15.451.0016.2066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA URBANA		**835.500,00**
Desp. 78 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	110.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	110.500,00	
Desp. 79 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	200.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	200.000,00	
Desp. 80 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	400.000,00	
Desp. 81 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	100.000,00	
Desp. 82 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	25.000,00	
15.452.0016.2067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		**102.365,47**
Desp. 83 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	39.900,00	
1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	39.900,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 84 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.465,47	
1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	62.465,47	
18.543.0017.2068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		**465.750,00**
Desp. 89 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	85.000,00	
Desp. 90 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.750,00	

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.750,00	
Desp. 91 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	250.000,00	
Desp. 92 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	60.000,00	
Desp. 93 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	55.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	55.000,00	
20.606.0015.2069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL		**128.750,00**
Desp. 72 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	52.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	52.500,00	
Desp. 73 - 3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 74 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	26.250,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	26.250,00	
Desp. 75 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	30.000,00	
26.782.0016.2070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL		**2.720.000,00**
Desp. 85 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	110.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	110.000,00	
Desp. 86 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.400.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	2.400.000,00	
Desp. 87 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	200.000,00	
Desp. 88 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.000,00	
ÓRGÃO: 03.000 EDUCAÇÃO		**14.048.308,91**
UNIDADE: 03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		**6.778.127,24**
12.361.0010.1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO		**400.000,00**
Desp. 125 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	400.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	400.000,00	
12.122.0003.2011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SEMECT - MDE		**2.027.000,00**
Desp. 94 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	900.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	900.000,00	
Desp. 95 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	150.000,00	
Desp. 96 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	50.000,00	
Desp. 97 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	30.000,00	
Desp. 98 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	80.000,00	
Desp. 99 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	15.000,00	
Desp. 100 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	6.000,00	
Desp. 101 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	200.000,00	
Desp. 102 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	96.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	96.000,00	
Desp. 103 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	500.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	500.000,00	
12.361.0010.2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE		**1.590.000,00**
Desp. 126 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	40.000,00	

1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	40.000,00	
Desp. 127 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	100.000,00	
Desp. 128 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	80.000,00	
Desp. 129 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	10.000,00	
Desp. 130 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	700.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	700.000,00	
Desp. 131 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	10.000,00	
Desp. 132 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	400.000,00	
Desp. 133 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	200.000,00	
Desp. 134 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	50.000,00	
12.365.0009.2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE		**791.377,24**
Desp. 109 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	15.377,24	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	15.377,24	
Desp. 110 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	100.000,00	
Desp. 111 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	80.000,00	
Desp. 112 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	10.000,00	
Desp. 113 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	150.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	150.000,00	
Desp. 114 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	6.000,00	
Desp. 115 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	300.000,00	
Desp. 116 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	100.000,00	
Desp. 117 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	30.000,00	
12.367.0010.2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE		**36.750,00**
Desp. 135 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	10.500,00	
Desp. 136 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.750,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	15.750,00	
Desp. 137 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	10.500,00	
12.306.0010.2015 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO		**210.000,00**
Desp. 138 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	210.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	210.000,00	
12.306.0009.2016 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO		**157.500,00**
Desp. 118 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	157.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	157.500,00	
12.306.0010.2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO		**10.500,00**
Desp. 139 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
26.782.0010.2018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE		**84.000,00**

Desp. 140 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00	
1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	10.500,00	
Desp. 141 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	73.500,00	
1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	73.500,00	
12.361.0010.2021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		**300.000,00**
Desp. 142 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	83.000,00	
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	83.000,00	
Desp. 143 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	128.412,50	
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	128.412,50	
Desp. 144 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	88.587,50	
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	88.587,50	
12.365.0009.2022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL		**65.000,00**
Desp. 119 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	15.000,00	
Desp. 120 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00	
1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	50.000,00	
12.306.0010.2023 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE		**55.000,00**
Desp. 145 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	55.000,00	
12.306.0009.2024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC		**30.000,00**
Desp. 121 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	
1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	30.000,00	
12.306.0009.2025 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP		**20.000,00**
Desp. 122 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	
1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	20.000,00	
12.361.0010.2026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL		**820.000,00**
Desp. 146 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	820.000,00	
1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À	820.000,00	
08.243.0009.2027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA		**24.000,00**
Desp. 123 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	12.000,00	
Desp. 124 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.000,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	12.000,00	
12.361.0008.2028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS		**157.000,00**
Desp. 104 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	2.000,00	
Desp. 105 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 106 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	20.000,00	
Desp. 107 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	100.000,00	
Desp. 108 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
UNIDADE: 03.002 FUNDEB		**7.270.181,67**
12.361.0010.2019 - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI		**274.936,67**
Desp. 155 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00	
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	200.000,00	
Desp. 156 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.936,67	
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	74.936,67	
12.365.0009.2020 - ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI		**65.000,00**
Desp. 153 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	15.000,00	

Desp. 154 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	50.000,00	
12.361.0006.2029 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		**4.700.000,00**
Desp. 147 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	4.000.000,00	
Desp. 148 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	700.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	700.000,00	
12.365.0006.2030 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR		**1.040.245,00**
Desp. 149 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	935.245,00	
1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	195.100,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	740.145,00	
Desp. 150 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	105.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	105.000,00	
12.365.0006.2031 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE		**1.190.000,00**
Desp. 151 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000.000,00	
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	1.000.000,00	
Desp. 152 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	190.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	190.000,00	
ÓRGÃO: 04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		**13.201.390,48**
UNIDADE: 04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		**1.091.000,00**
28.845.0003.0005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE		**50.000,00**
Desp. 1 - 3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00	
10.122.0003.2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%		**1.022.000,00**
Desp. 2 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	400.000,00	
Desp. 3 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00	
Desp. 4 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	35.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	35.000,00	
Desp. 5 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.000,00	
Desp. 6 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	85.000,00	
Desp. 7 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	16.000,00	
Desp. 8 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	6.000,00	
Desp. 9 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	250.000,00	
Desp. 10 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	100.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00	
Desp. 11 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	60.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	60.000,00	
10.304.0012.2048 - CONTROLE SOCIAL - CMS		**19.000,00**
Desp. 12 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	8.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	8.000,00	
Desp. 13 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	5.000,00	
Desp. 14 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	6.000,00	
UNIDADE: 04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**12.110.390,48**
10.301.0011.2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%		**2.730.000,00**

Desp. 15 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.500.000,00	
Desp. 16 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	160.000,00	
Desp. 17 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	60.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	60.000,00	
Desp. 18 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	40.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	40.000,00	
Desp. 19 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00	
Desp. 20 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00	
Desp. 21 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00	
Desp. 22 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 23 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	600.000,00	
Desp. 24 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	100.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00	
Desp. 25 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00	
10.302.0012.2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 15%		**4.285.000,00**
Desp. 46 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.600.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	2.600.000,00	
Desp. 47 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	350.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	350.000,00	
Desp. 48 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00	
Desp. 49 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	60.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	60.000,00	
Desp. 50 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	150.000,00	
Desp. 51 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	45.000,00	
Desp. 52 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00	
Desp. 53 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00	
Desp. 54 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.000,00	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	700.000,00	
Desp. 55 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	220.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	220.000,00	
10.301.0011.2035 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS		**568.750,00**
Desp. 26 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	568.750,00	
1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES	568.750,00	
10.301.0011.2036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF		**659.260,00**
Desp. 27 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	472.824,84	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	472.824,84	
Desp. 28 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	186.435,16	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	186.435,16	
10.301.0011.2037 - COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM		**579.224,26**
Desp. 29 - 3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	579.224,26	

1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS	579.224,26	
10.301.0011.2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS		**400.000,00**
Desp. 30 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	100.000,00	
Desp. 31 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	300.000,00	
10.302.0012.2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL		**157.807,94**
Desp. 56 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00	
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	30.000,00	
Desp. 57 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	50.000,00	
Desp. 58 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	77.807,94	
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	77.807,94	
10.303.0012.2042 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL		**427.249,37**
Desp. 59 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	427.249,37	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	301.168,91	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	36.388,40	
1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	89.692,06	
10.301.0011.2043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		**84.000,00**
Desp. 32 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	4.000,00	
Desp. 33 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	30.000,00	
Desp. 34 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	50.000,00	
10.304.0011.2044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		**72.000,00**
Desp. 35 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	5.000,00	
Desp. 36 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	30.000,00	
Desp. 37 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	37.000,00	
10.304.0011.2045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		**42.000,00**
Desp. 38 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	2.000,00	
Desp. 39 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	15.000,00	
Desp. 40 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	25.000,00	
10.302.0012.2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC		**440.000,00**
Desp. 60 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	40.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	40.000,00	
Desp. 61 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	200.000,00	
Desp. 62 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	200.000,00	
10.031.0011.2047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE		**15.098,91**
Desp. 41 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.098,91	
1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	15.098,91	
10.302.0012.2073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)		**250.000,00**
Desp. 63 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	250.000,00	
10.301.0011.2074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA		**900.000,00**

Desp. 42 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	300.000,00	
Desp. 43 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	200.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	200.000,00	
Desp. 44 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	400.000,00	
10.301.0011.2075 - CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		**500.000,00**
Desp. 45 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	500.000,00	
1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	500.000,00	
ÓRGÃO: 05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA		**2.148.800,00**
UNIDADE: 05.001 Secretária de Assistência Social e Trabalho		**1.309.950,00**
08.122.0003.2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST		**1.264.800,00**
Desp. 1 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	500.000,00	

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 2 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	108.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	108.000,00	
Desp. 3 - 3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	28.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	28.000,00	
Desp. 4 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	30.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	30.000,00	
Desp. 5 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.000,00	
Desp. 6 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	52.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	52.000,00	
Desp. 7 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
Desp. 8 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	9.000,00	
Desp. 9 - 3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	110.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	110.000,00	
Desp. 10 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.300,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.300,00	
Desp. 11 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	90.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	90.000,00	
Desp. 12 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	112.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	112.000,00	
Desp. 13 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	133.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	133.000,00	
Desp. 14 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	45.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	45.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 15 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	16.000,00	
08.244.0003.2053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL		**23.100,00**
Desp. 16 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
Desp. 17 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.600,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
08.122.0013.2062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA		**22.050,00**
Desp. 18 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	5.250,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00	
Desp. 19 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	5.250,00	

1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.250,00	
Desp. 20 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.350,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	7.350,00	
Desp. 21 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.200,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	4.200,00	
UNIDADE: 05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**634.250,00**
08.241.0013.2051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE		**129.600,00**
Desp. 22 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	21.000,00	
Desp. 23 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.600,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 24 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	80.000,00	
Desp. 25 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	16.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
08.244.0013.2052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		**83.400,00**
Desp. 26 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	6.300,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.300,00	
Desp. 27 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.600,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 28 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	13.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	13.000,00	
Desp. 29 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	10.500,00	
Desp. 30 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	30.000,00	
Desp. 31 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	11.000,00	
08.244.0013.2054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO		**37.800,00**
Desp. 32 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	31.500,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	31.500,00	
Desp. 33 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.300,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.300,00	
08.244.0013.2055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL		**47.250,00**
Desp. 34 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	26.250,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	26.250,00	
Desp. 35 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	21.000,00	
08.244.0013.2056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS		**48.000,00**
Desp. 36 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	25.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 37 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	23.000,00	
08.244.0013.2057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD		**73.000,00**
Desp. 38 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	5.000,00	
Desp. 39 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	15.000,00	
Desp. 40 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	45.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	45.000,00	
Desp. 41 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	8.000,00	
08.244.0013.2058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL		**20.000,00**

Desp. 42 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00	
08.243.0013.2059 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI		**7.200,00**
Desp. 43 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	7.200,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.200,00	
08.244.0013.2060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL		**48.000,00**
Desp. 44 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	6.250,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.250,00	
Desp. 45 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	13.250,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.250,00	
Desp. 46 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.500,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.500,00	
Desp. 47 - 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
Desp. 48 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.000,00	
08.244.0013.2061 - PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL		**20.000,00**
Desp. 49 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	
1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00	
08.243.0013.2064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST		**20.000,00**
Desp. 50 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	11.000,00	
Desp. 51 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	9.000,00	
08.244.0013.2071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS		**100.000,00**
Desp. 52 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	10.000,00	
Desp. 53 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	20.000,00	
Desp. 54 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	40.000,00	
Desp. 55 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00	
1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	30.000,00	
UNIDADE: 05.003 FUNDO MUN. DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**204.600,00**
08.243.0014.2063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE		**204.600,00**
Desp. 56 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	62.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	62.000,00	
Desp. 57 - 3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	5.000,00	
Desp. 58 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.600,00	
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	12.600,00	
Desp. 59 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	125.000,00	
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	125.000,00	
TOTAL GERAL		**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVOS COMPLEMENTARES	
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	
PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL	**DOTAÇÃO**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.222.135,06
Pessoal Ativo	21.418.135,06

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.805.702,31
Obrigações Patronais	2.612.432,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00
Pensões	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	1.804.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.373.263,78
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	398.500,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	41.102,50
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00
Inativos e Pensionistas com Resursos Vinculados	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	568.750,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	364.911,28
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.848.871,28
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.447.629,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	568.750,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	46.878.879,81
% do TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - RCL (VI) = (III / V) * 100	46.61%
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (60%)	28.127.327,89
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) (57%)	26.720.961,49
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) (54%)	25.314.595,10

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
LRF, Art. 12°, § 3° da Lei Complementar nº 101/2000	R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2027**
RECEITAS CORRENTES (I)	**53.878.729,87**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.033.975,54
IPTU	1.549.933,83
ISS	1.031.150,00
ITBI	346.500,00
IRRF	892.500,00
Outras impostos, taxas e contribuições de melhoria	1.213.891,71
Contribuições	114.600,00
Receita Patrimonial	1.694.750,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.694.750,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita Serviços	592.605,00
Transferências Correntes	46.272.799,33
Cota-Parte do FPM	16.616.000,00
Cota-Parte do ICMS	14.962.000,00
Cota-Parte do IPVA	493.500,00
Cota-Parte do ITR	15.750,00
Transferências da LC 61/1989	0,00
Transferências do FUNDEB	7.075.081,67
Outras Transferências Correntes	7.110.467,66
Outras Receitas Correntes	170.000,00
DEDUÇÕES (II)	**6.431.100,06**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	6.431.100,06

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**47.447.629,81**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**47.447.629,81**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	(568.750,00)
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**46.878.879,81**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.820.083,83
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.549.933,83
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	346.500,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.031.150,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	892.500,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.087.250,00
2.1 - Cota-Parte FPM	16.616.000,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.524.000,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.092.000,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.962.000,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	15.750,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	493.500,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**35.907.333,83**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**6.199.050,00**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**2.777.783,46**
FUNDEB	
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO INICIAL
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.075.081,67
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.075.081,67
6.1.1 - Principal	7.075.081,67
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
6.2.1 - Principal	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
6.3.1 - Principal	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
6.4.1 - Principal	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	876.031,67
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**7.075.081,67**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB [Por6Área de Atuação)	DOTAÇÃO INICIAL
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.010.081,67
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.735.145,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.035.145,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.700.000,00

10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	274.936,67
10.2.1 - Educação Infantil	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	274.936,67
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00
10.2.7 - Outras	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DOTAÇÃO INICIAL
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	7.075.081,67
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.075.081,67
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
12 - OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.735.145,00
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	DOTAÇÃO INICIAL
15 - INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)	
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.952.557,17
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	283.003,27
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	PREVISÃO INICIAL
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	DOTAÇÃO INICIAL
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO Página: 3/5	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfu6nção)	DOTAÇÃO INICIAL
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.040.227,24
20.1 - Educação Infantil	986.477,24
20.2 - Ensino Fundamental	1.990.000,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00
20.4 - Educação Especial	36.750,00
20.5 - Administração Geral	2.027.000,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00
20.7 - Outras	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB 6 (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO INICIAL
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.115.308,91
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.086.622,24
21.1.1 - Creche	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.028.686,67
2 e APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	DOTAÇÃO INICIAL
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	5.040.227,24
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.199.050,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE 4 e IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**11.239.277,24**
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	PREVISÃO INICIAL %

29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.976.833,46 31,30
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO8FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	554.000,00
31.1.1 - Salário-Educação	365.000,00
31.1.2 - PDDE	0,00
31.1.3 - PNAE	105.000,00
31.1.4 - PNATE	84.000,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	820.000,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00
6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.825.000,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	65.000,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.277.000,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00
32.8 - OUTRAS	483.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**13.940.308,91**
33.1 - Despesas Correntes	12.921.284,74
33.1.1 - Pessoal Ativo	8.030.245,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.891.039,74
33.2 - Despesas de Capital	1.019.024,17
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.019.024,17
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
RREO - ANEXO 8 (Lei nº 14.325/2022 - Portaria STN/MF nº 924, de 28 de abril de 2025)	
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF E FUNDEB	
PRECATÓRIOS DO FUNDEF	
RECEITAS RECEBIDAS PRECATÓRIOS FUNDEF	PREVISÃO INICIAL
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00
DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF	DOTAÇÃO INICIAL
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (1 - 2)	**0,00**
PRECATÓRIOS DO FUNDEF 2007-2020	
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	PREVISÃO INICIAL
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00

1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00
DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	DOTAÇÃO INICIAL
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00
2.1.1- Educação Infantil	0,00
2.1.2- Ensino Fundamental	0,00
2.1.3- Ensino Médio	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00
2.2.1- Educação Infantil	0,00
2.2.2- Ensino Fundamental	0,00
2.2.3- Ensino Médio	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020 (1 - 2)	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS. Emissão: 20/10/2026, às 11:19:36.	
[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.	
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.	
[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no	
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.	
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.	
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rate	
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilid entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.	
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.	
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).	
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.	
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.	

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**3.820.083,83**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.549.933,83
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	346.500,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.031.150,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	892.500,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**30.995.250,00**
Cota-Parte FPM	15.524.000,00
Cota-Parte ITR	15.750,00
Cota-Parte IPVA	493.500,00
Cota-Parte ICMS	14.962.000,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**34.815.333,83**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**2.730.000,00**
Despesas Correntes	2.700.000,00
Despesas de Capital	30.000,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**4.285.000,00**
Despesas Correntes	4.285.000,00
Despesas de Capital	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**301.168,91**
Despesas Correntes	301.168,91
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**19.000,00**
Despesas Correntes	19.000,00
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**0,00**
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**0,00**
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**1.022.000,00**
Despesas Correntes	1.022.000,00
Despesas de Capital	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.357.168,91**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DOTAÇÃO INICIAL**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.357.168,91
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.357.168,91**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	5.222.300,07
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI - XVII)[1]	**3.134.868,84**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	**0,00**
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**24,00**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**4.281.017,66**
Provenientes da União	4.033.517,66
Provenientes dos Estados	247.500,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4.281.017,66**
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**3.691.234,26**
Despesas Correntes	3.691.234,26
Despesas Capital	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**847.807,94**
Despesas Correntes	847.807,94
Despesas Capital	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**126.080,46**
Despesas Correntes	126.080,46
Despesas Capital	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**114.000,00**
Despesas Correntes	114.000,00
Despesas Capital	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**0,00**
Despesas Correntes	0,00
Despesas Capital	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**0,00**
Despesas Correntes	0,00
Despesas Capital	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**0,00**
Despesas Correntes	0,00
Despesas Capital	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**4.779.122,66**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**6.421.234,26**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**5.132.807,94**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**427.249,37**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**133.000,00**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**0,00**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	**0,00**
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**1.022.000,00**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**13.136.291,57**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
Fonte de Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	
Receitas	**Valor**
1.1.1.1.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	68.250,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-13.650,09
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	746.630,30
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	189.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	31.500,00
1.1.1.2.50.0.6.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA	27.300,00
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS DA	42.000,00
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - JUROS DE MORA DA DÍVIDA	15.750,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	259.875,00
1.1.1.3.02.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	631.676,24
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	446.250,00
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 - ISSQN - PROPRIO	372.750,00
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00 - ISS - SIMPLES NACIONAL	70.400,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	105.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	5.250,00
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00 - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIME	63.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	5.250,00
1.1.2.1.04.0.1.00.00.00 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	5.250,00
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00 - TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	31.500,00
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE CEMITERIO	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	131.250,00
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	10.500,00
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00 - TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	12.600,00
1.2.2.1.08.1.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - IMPORTAÇÃO -	60.000,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	54.600,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00 - REMUN. DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	73.500,00
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS RECURSOS VINCULADOS - 25%	105.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS FNAS	110.250,00
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULAD	1.112.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00 - REMUN DE DEPOSITOS VINCULADOS - CONVENIOS	157.500,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	21.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00 - REMUN DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS -	10.500,00
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTAS E JUROS DE MORA	105.000,00
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	52.500,00
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00 - OUTROS SERVIÇOS - HORA MAQUINA	42.000,00
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	9.314.400,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	378.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-100.800,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	546.550,80
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-117.600,00
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	15.750,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.149,91
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	21.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	300.000,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 - PRINCIPAL	250.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
1.7.1.9.99.0.3.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - DÍVIDA ATIVA	231.000,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	8.977.200,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	296.100,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.000,00
1.7.2.2.53.0.1.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - PRINCIPAL	280.000,00
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	10.000,00
1.9.9.9.12.2.1.00.00.00 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	20.000,00
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00 - OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	140.000,00
Subtotal:	25.855.632,34

Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.290.055,71
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	720.997,59
3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	41.102,50
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	203.500,00
3.1.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	120.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	769.500,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	278.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	309.900,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.360.650,00
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	157.600,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	269.750,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	78.250,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	554.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	371.400,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	45.200,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.310.800,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.021.524,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	888.450,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	653.932,00
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	120.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00
3.3.90.96.00.00.00.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	490.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	329.350,00
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	768.153,15
Subtotal:	20.267.114,95
Total de receitas do recurso:	25.855.632,34
Total de despesas do recurso:	20.267.114,95
Diferença entre receitas e despesas do recurso:	5.588.517,39
Fonte de Recurso: 1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
Receitas	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	186.657,57
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.328.600,00
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	2.244.300,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	74.025,00
Subtotal:	4.833.582,57
Despesas	**Valor**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.500.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	560.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	145.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	128.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	641.168,91
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	90.098,91
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	36.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	200.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.556.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	380.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
Subtotal:	8.422.267,82
Total de receitas do recurso:	4.833.582,57
Total de despesas do recurso:	8.422.267,82
Diferença entre receitas e despesas do recurso:	-3.588.685,25
Fonte de Recurso: 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	
Receitas	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	311.095,96
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	86.625,00

1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	446.250,00
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 - ISSQN - PROPRIO	372.750,00
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	131.250,00
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.881.000,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.104.800,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE DEZEMBRO	126.000,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA MÊS DE JULHO	41.449,20
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	3.740.500,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-2.992.400,00
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	123.375,00
(-) DEDUÇOES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-98.700,06
Subtotal:	3.064.395,10
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.095.100,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	85.377,24
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	302.500,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	187.750,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	35.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	850.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	96.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	500.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	700.000,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.500,00
Subtotal:	5.064.227,24
Total de receitas do recurso:	3.064.395,10
Total de despesas do recurso:	5.064.227,24
Diferença entre receitas e despesas do recurso:	-1.999.832,14
Fonte de Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	
Receitas	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - FUNDEB - PRINCIPAL	274.936,67
Subtotal:	274.936,67
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.936,67
Subtotal:	274.936,67
Total de receitas do recurso:	274.936,67
Total de despesas do recurso:	274.936,67
Fonte de Recurso: 1.540.0070.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	
Receitas	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - FUNDEB - PRINCIPAL	6.800.145,00
Subtotal:	6.800.145,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.740.145,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	995.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
Subtotal:	6.800.145,00
Total de receitas do recurso:	6.800.145,00
Total de despesas do recurso:	6.800.145,00
Fonte de Recurso: 1.550.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
Receitas	**Valor**
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	365.000,00
Subtotal:	365.000,00
Despesas	**Valor**

3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	98.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	178.412,50
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	88.587,50
Subtotal:	365.000,00
Total de receitas do recurso:	365.000,00
Total de despesas do recurso:	365.000,00
Fonte de Recurso: 1.552.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	
Receitas	**Valor**
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE -	105.000,00
Subtotal:	105.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00
Subtotal:	105.000,00
Total de receitas do recurso:	105.000,00
Total de despesas do recurso:	105.000,00
Fonte de Recurso: 1.553.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	
Receitas	**Valor**
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	84.000,00
Subtotal:	84.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	73.500,00
Subtotal:	84.000,00
Total de receitas do recurso:	84.000,00
Total de despesas do recurso:	84.000,00
Fonte de Recurso: 1.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	
Receitas	**Valor**
1.7.2.4.51.0.1.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO -	820.000,00
Subtotal:	820.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	820.000,00
Subtotal:	820.000,00
Total de receitas do recurso:	820.000,00
Total de despesas do recurso:	820.000,00
Fonte de Recurso: 1.600.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL -	
Receitas	**Valor**
1.6.0.0.00.3.0.00.00.00 - ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC	498.105,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	442.643,40
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF e EAP	2.135.000,00
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00 - VIGILANCIA EM SAUDE - PRINCIPAL	88.200,00
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00 - VINGILANCIA SANITARIA - PRINCIPAL	75.600,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00 - COMBATE A ENDEMIAS	44.100,00
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	100.000,00
Subtotal:	3.383.648,40
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	472.824,84
3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	186.435,16
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	51.000,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.211.388,40
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.262.000,00
Subtotal:	3.383.648,40
Total de receitas do recurso:	3.383.648,40
Total de despesas do recurso:	3.383.648,40
Fonte de Recurso: 1.604.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS	
Receitas	**Valor**
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACS	568.750,00

Subtotal:	568.750,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	568.750,00
Subtotal:	568.750,00
Total de receitas do recurso:	568.750,00
Total de despesas do recurso:	568.750,00
Fonte de Recurso: 1.605.0000.0000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS	
Receitas	**Valor**
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00 - ASSIST. FINANC. COMPL. PGTO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM	579.224,26
Subtotal:	579.224,26
Despesas	**Valor**
3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	579.224,26
Subtotal:	579.224,26
Total de receitas do recurso:	579.224,26
Total de despesas do recurso:	579.224,26
Fonte de Recurso: 1.621.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
Receitas	**Valor**
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00 - RECURSOS DO HPP	157.500,00
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00 - FARMACIA BASICA ESTADUAL	90.000,00
Subtotal:	247.500,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	139.692,06
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	77.807,94
Subtotal:	247.500,00
Total de receitas do recurso:	247.500,00
Total de despesas do recurso:	247.500,00
Fonte de Recurso: 1.660.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
Receitas	**Valor**
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00 - SCFV - FNAS	47.250,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00 - PISO BASICO FIXO - FNAS	148.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO - FNAS - IGDSUAS	73.000,00
Subtotal:	268.250,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	86.250,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	129.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	38.000,00
Subtotal:	268.250,00
Total de receitas do recurso:	268.250,00
Total de despesas do recurso:	268.250,00
Fonte de Recurso: 1.661.0000.0000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Receitas	**Valor**
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00 - PISO BASICO - PSB	48.000,00
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - MAMAE CHEGUEI	7.200,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00 - TRANSFERENCIAS DE ESTADOS - BENEFICIOS EVENTUAIS	20.000,00
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00 - PISO BASICO - PSE	20.000,00
Subtotal:	95.200,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	6.250,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	40.450,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	28.500,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00
Subtotal:	95.200,00
Total de receitas do recurso:	95.200,00
Total de despesas do recurso:	95.200,00
Fonte de Recurso: 1.701.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	
Receitas	**Valor**
2.4.2.2.54.0.1.01.00.00 - INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	575.000,00

Subtotal:	575.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510.000,00
Subtotal:	575.000,00
Total de receitas do recurso:	575.000,00
Total de despesas do recurso:	575.000,00
Fonte de Recurso: 1.751.0000.0000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	
Receitas	**Valor**
1.1.3.1.51.0.0.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE	102.365,47
Subtotal:	102.365,47
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	39.900,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.465,47
Subtotal:	102.365,47
Total de receitas do recurso:	102.365,47
Total de despesas do recurso:	102.365,47
Total geral de receitas:	48.022.629,81
Total geral de despesas:	48.022.629,81

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

RELATÓRIO DE RECEITAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS

Órgão e Unidade	**Receitas Correntes**	**Receitas de Capital**	**Total**
02.000 EXECUTIVO	33.855.975,48	575.000,00	34.430.975,48
02.002 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE	33.855.975,48	575.000,00	34.430.975,48
03.000 EDUCAÇÃO	8.449.081,67	0,00	8.449.081,67
03.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1.374.000,00	0,00	1.374.000,00
03.002 FUNDEB	7.075.081,67	0,00	7.075.081,67
04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	4.779.122,66	0,00	4.779.122,66
04.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.779.122,66	0,00	4.779.122,66
05.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABA	363.450,00	0,00	363.450,00
05.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	363.450,00	0,00	363.450,00
Total geral:	**47.447.629,81**	**575.000,00**	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2027

Acréscimo

Para os argumentos utilizados não existem dados para emissão.

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES

Consolidado

Programa

0001 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivos

Paz, Justiça e Instituições Eficazes:

Ao assegurar o funcionamento regular da Câmara de Vereadores com pessoal qualificado e adequadamente remunerado, promove-se o fortalecimento das instituições públicas locais, ampliando a capacidade legislativa, fiscalizatória e representativa.

Trabalho Decente e Crescimento Econômico:

A manutenção de vínculos empregatícios formais e a valorização dos servidores públicos da Câmara contribuem para o trabalho decente e o desenvolvimento econômico sustentável no âmbito municipal.

Justificativas:

A manutenção do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Teixeirópolis, por meio do pagamento regular e adequado de seus servidores e agentes políticos, é condição essencial para o pleno funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

Diretrizes (Forma de implementação)

01 - Garantir a alocação orçamentária adequada;

02 - Assegurar o cumprimento da legislação vigente;

03 - Promover a valorização dos servidores públicos do poder legislativo;

04 - Fortalecer a gestão de pessoas; Incentivar a cultura de planejamento e controle interno;

05 - Garantir a transparência das despesas com pessoal;

06 - Alinhar a gestão de pessoal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.002 - ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ			
Objetivos			
Aprendizagem efetiva, desenvolvimento integral dos estudantes e redução das desigualdades educacionais, preparando os alunos para os desafios do século XXI.			
Justificativas:			
O Ensino Fundamental é a fase mais longa da educação básica e desempenha papel crucial na formação de competências e habilidades essenciais para a vida cidadã e o aprendizado contínuo. Diante dos desafios educacionais enfrentados, como defasagens de aprendizagem e evasão escolar, torna-se imprescindível investir em políticas públicas que promovam qualidade, equidade e inovação pedagógica, garantindo o direito de aprender a todos os estudantes de Teixeirópolis/RO.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Fortalecimento das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e raciocínio lógico;			
02 - Formação continuada e valorização dos professores e equipe pedagógica;			
03 - Incorporação de tecnologias educacionais e metodologias inovadoras ao processo de ensino-aprendizagem;			
04 - Implementação de avaliações diagnósticas e acompanhamento pedagógico contínuo;			
05 - Promoção de ambientes escolares seguros, inclusivos e adequados ao desenvolvimento dos alunos;			
06 - Articulação com famílias e comunidade para apoio à trajetória escolar dos estudantes;			
07 - Ações de correção de fluxo e reforço escolar para estudantes com defasagem de aprendizagem.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
1.002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	REFORMA E AMPLIAÇÃO (UND)	GERAL	1,00
2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL - MDE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.015 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIO	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	10,00
2.017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL - PRÓPRIO	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	10,00
2.018 - TRANSPORTE ESOLAR PNATE	TRANSPORTE ESCOLAR EFETIVADO (MÊS)	GERAL	10,00
2.019 - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	10,00
2.021 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.023 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	12,00
2.026 - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	TRANSPORTE ESCOLAR EFETIVADO (MÊS)	GERAL	10,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR			
Objetivos			
Garantir o acesso universal, equânime e contínuo aos serviços de saúde, promovendo a prevenção de doenças, o cuidado integral à saúde da população e a melhoria da qualidade de vida.			
Justificativas:			
A Atenção Primária é a porta de entrada prioritária do SUS e o principal meio para organizar o cuidado em saúde. Investir no fortalecimento da APS é essencial para garantir eficiência no sistema de saúde, evitar internações desnecessárias, ampliar o acesso e promover o cuidado próximo da realidade das pessoas. Em Teixeirópolis/RO, o fortalecimento desse nível de atenção contribui diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF);			
02 - Qualificação das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;			
03 - Promoção de ações de educação em saúde junto às comunidades;			
04 - Aprimoramento do sistema de regulação, prontuário eletrônico e vigilância em saúde;			
05 - Acesso facilitado aos serviços com acolhimento e escuta qualificada;			
06 - Integração com serviços da média e alta complexidade;			
07 - Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com foco em grupos prioritários (gestantes, crianças, hipertensos, diabéticos, etc.);			
08 - Fortalecimento das ações de imunização, visitas domiciliares e grupos de acompanhamento.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 15%	MANUTENÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA (MÊS)	GERAL	12,00
2.035 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTE	VISITAS DOMICILIAR (VISITAS)	GERAL	666,00
2.036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.037 - COMPLEMENTO DO PISO DE ENFERMAGEM	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRIMÁRIAS EM SAÚDE - APS	INCENTIVO (MÊS)	GERAL	12,00
2.043 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EFETIVADA (MÊS)	GERAL	12,00

2.044 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VIGILANCIA EFETIVADA (MÊS)	GERAL	12,00
2.045 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	VIGILANCIA EFETIVADA (MÊS)	GERAL	12,00
2.047 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SAÚDE	CRIANÇAS ATENDIDAS (MÊS)	GERAL	12,00
2.074 - INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	USUÁRIOS ATENDIDOS (4)	GERAL	500,00
2.075 - CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	USUÁRIOS ATENDIDOS (4)	GERAL	50,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA			
Objetivos			
Prestar serviços de qualidade e resolutividade em tempo oportuno, fortalecendo atenção especializada garantindo a continuidade do cuidado.			
Justificativas:			
A garantia do acesso à média e alta complexidade é fundamental para o cuidado integral à saúde da população. Muitos agravos à saúde exigem diagnóstico e tratamento especializados que vão além da atenção básica.			
Por isso, é essencial manter e ampliar os serviços especializados, reduzir filas e tempos de espera, bem como assegurar a oferta de serviços hospitalares e diagnósticos adequados à demanda do município de Teixeirópolis.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Garantir acesso oportuno a consultas, exames e procedimentos especializados;			
02 - Estabelecer parcerias e contratos com unidades de referência hospitalar e ambulatorial;			
03 - Integrar a atenção especializada à Rede de Atenção à Saúde do SUS;			
04 - Monitorar e avaliar o tempo de espera e a qualidade dos serviços prestados;			
05 - Fortalecer os mecanismos de regulação, controle e avaliação;			
06 - Promover o transporte sanitário adequado para pacientes referenciados;			
07 - Assegurar o atendimento humanizado e centrado no paciente.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	GERAL	12,00
2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HPP RECURSO ESTADUAL	MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	GERAL	12,00
2.042 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - ESTADUAL - FEDERAL	MEDICAMENTOS DISTRIBUIDOS (%)	GERAL	15,00
2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	GERAL	12,00
2.048 - CONTROLE SOCIAL - CMS	CONTROLE SOCIAL - CMS (MÊS)	GERAL	12,00
2.073 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	USUÁRIOS ATENDIDOS (UND)	GERAL	250,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR			
Objetivos			
Promover a inclusão social com base na dignidade humana, garantindo proteção, acolhimento e acesso a direitos para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de políticas públicas integradas e ações humanizadas no âmbito da assistência social do município de Teixeirópolis.			
Justificativas:			
O programa "Humanizar para Incluir" nasce da necessidade de garantir a efetivação dos direitos socioassistenciais no município de Teixeirópolis/RO, diante das demandas crescentes por acolhimento, orientação, segurança alimentar e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Alinhado à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o programa visa integrar ações articuladas de proteção social com foco na superação das desigualdades, na promoção da cidadania e na dignidade humana, especialmente de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em extrema pobreza.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Garantia de acesso aos direitos socioassistenciais com acolhimento digno e humanizado;			
02 - Fortalecimento da rede de proteção básica e especial;			
03 - Integração com as demais políticas públicas (saúde, educação, habitação, etc.);			
04 - Prioridade no atendimento a grupos em maior situação de vulnerabilidade;			
05 - Valorização do controle social e da participação comunitária;			
06 - Promoção de ações educativas, preventivas e de emancipação social.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.051 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DA TERCEIRA IDADE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.052 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - RECURSO PRÓPRIO	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.055 - MANUTENÇÃO DO SCFV - RECURSO FEDERAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.056 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO PSB - FNAS	PESSOAS ATENDIDAS (MÊS)	GERAL	12,00
2.057 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD	GESTÃO REALIZADA (MÊS)	GERAL	12,00
2.058 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADUAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.059 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI	MÃES ATENDIDAS (GESTANTES)	GERAL	15,00
2.060 - PISO FIXO - RECURSO ESTADUAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.061 - PISO BÁSICO PSE - RECURSO ESTADUAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.062 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00

2.064 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA - SEMAST	CRIANÇAS ATENDIDAS (MÊS)	GERAL	12,00
2.071 - PISO BÁSICO FIXO - FNAS	FAMILIAS ATENDIDAS (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
Consolidado
Programa
0014 - SEMENTES DO AMANHÃ
Objetivos
Promover o financiamento de políticas públicas voltadas à proteção integral, ao desenvolvimento e à garantia de direitos das crianças e adolescentes de Teixeirópolis.
Justificativas:
O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é instrumento fundamental para a garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em Teixeirópolis, a correta gestão e destinação dos recursos do FMCA potencializam ações que contribuem para a redução da vulnerabilidade social, o combate à violência, o fortalecimento da educação, cultura, esporte e saúde voltadas ao público infantojuvenil.
Diretrizes (Forma de implementação)
01 - Transparência e controle social na gestão dos recursos do FMCA;
02 - Priorização de projetos e ações que atendam as demandas mais urgentes e emergenciais;
03 - Articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
04 - Fomento à participação da sociedade civil e do setor privado na captação de recursos;
05 - Monitoramento e avaliação contínua dos projetos apoiados;
06 - Promoção da intersetorialidade com políticas públicas de saúde, educação, cultura e assistência social;
07 - Incentivo à elaboração de projetos que promovam a inclusão, prevenção e proteção integral.

Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.063 - FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	CRIANÇA/ ADOLESCENTE ATENDIDA (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
Consolidado
Programa
0015 - DO CAMPO AO PRATO
Objetivos
Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura em Teixeirópolis, fortalecendo a agricultura familiar e os pequenos produtores por meio de assistência técnica, inovação, incentivo à diversificação produtiva e acesso a mercados, garantindo a segurança alimentar e a geração de renda no meio rural.
Justificativas:
A agricultura é atividade fundamental para a economia e o desenvolvimento rural de Teixeirópolis. Promover seu fortalecimento sustentável é essencial para garantir a geração de empregos, o abastecimento alimentar local e a valorização dos agricultores familiares, além de contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento social do município.
Diretrizes (Forma de implementação)
01 - Incentivo à adoção de práticas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.
02 - Oferta de assistência técnica e extensão rural qualificada;
03 - Facilitação do acesso ao crédito rural e insumos agrícolas;
04 - Fomento à diversificação da produção agrícola e agroindustrialização;
05 - Apoio à comercialização dos produtos locais, fortalecendo mercados institucionais e locais;
06 - Valorização da agricultura familiar como base do desenvolvimento rural;
07 - Promoção da capacitação e formação dos agricultores e técnicos;
08 - Integração com políticas públicas de meio ambiente, saúde e desenvolvimento social.

Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.069 - FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA, VEGETAL E ANIMAL	AGRICULTURA (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
Consolidado
Programa
0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS
Objetivos
Ampliação, qualificação e manutenção da infraestrutura pública proporcionando melhor qualidade de vida à população.
Justificativas:
Implantação, ampliação, recuperação e manutenção de obras e serviços de infraestrutura no município de Teixeirópolis, abrangendo pavimentação, drenagem, iluminação pública, construção e manutenção de estradas vicinais, saneamento básico, urbanização e requalificação de espaços públicos urbanos e rurais.
Diretrizes (Forma de implementação)
01 - Garantir a manutenção e conservação das vias urbanas e estradas rurais;
02 - Ampliar a cobertura de pavimentação e drenagem urbana;
03 - Melhorar o acesso às comunidades rurais com transporte seguro e eficiente;
04 - Investir em obras de saneamento básico e abastecimento de água;

05 - Urbanizar e requalificar espaços públicos, como praças, calçadas e áreas de lazer;			
06 - Expandir a iluminação pública, promovendo mais segurança à população;			
07 - Priorizar ações sustentáveis e com baixo impacto ambiental;			
08 - Estimular a participação da comunidade na definição das prioridades locais.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
1.001 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS RURAL	VICINAIS RURAL (MÊS)	GERAL	12,00
2.066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.067 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO (MÊS)	GERAL	12,00
2.070 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	RURAL (MÊS)	GERAL	12,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0017 - GUARDIÕES DA NATUREZA			
Objetivos			
Promover a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais no município.			
Justificativas:			
A crescente pressão sobre os recursos naturais e os impactos ambientais urbanos e rurais tornam essencial a implementação de políticas públicas voltadas à conservação do meio ambiente. O programa “Guardiões da			
Natureza” busca engajar a população e promover ações práticas para garantir um desenvolvimento sustentável, alinhado às metas da Agenda 2030 da ONU.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Fortalecer a educação ambiental nas escolas e comunidades;			
02 - Promover campanhas de conscientização sobre resíduos e queimadas;			
03 - Incentivar o plantio de árvores e a recuperação de áreas degradadas;			
04 - Criar e manter espaços verdes urbanos;			
05 - Estimular a participação social na gestão ambiental;			
06 - Integrar o programa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 6, 11, 13 e 15.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.068 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO	MEIO AMBIENTE (MÊS)	GERAL	12,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0002 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA			
Objetivos Garantir a continuidade, a legalidade e a eficiência dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Teixeirópolis, por meio da adequada manutenção de sua estrutura funcional, com alocação de recursos humanos, materiais e financeiros.			
Justificativas:			
Assegurar o pleno funcionamento da Câmara Municipal, por meio da manutenção das atividades legislativas, administrativas e institucionais, com foco na valorização do quadro de pessoal, no custeio regular e na transparência das ações do Poder Legislativo.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico;			
02 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES	MANUTENÇÃO LEGISLATIVO (ANUAL)	GERAL	1,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0003 - GOVERNO DE RESULTADOS			
Objetivos			
Consolidar uma gestão pública municipal moderna, eficiente e orientada por resultados, por meio do fortalecimento do planejamento estratégico, da inovação administrativa, da transparência institucional e do monitoramento contínuo das políticas públicas, assegurando maior efetividade nas ações de governo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Teixeirópolis			
Justificativas:			
A consolidação de uma cultura de planejamento estratégico, aliada ao monitoramento sistemático de metas e indicadores, possibilitando que as ações de governo sejam mais eficazes, e que os recursos públicos sejam aplicados com maior racionalidade e que as políticas públicas produzam os efeitos desejados na vida dos cidadãos.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Implantar e manter sistemas de monitoramento e avaliação de desempenho;			
02 - Fomentar a cultura de planejamento estratégico e institucional;			
03 - Promover a inovação da gestão pública municipal;			
04 - Assegurar a eficiência na utilização dos recursos públicos e estimular a participação cidadã e a transparência ativa.			

Ações	Produto (Un. de medida)	Regionalização	Período - 2027
			Meta Física
0.001 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO UNIÃO/ESTADO - SEMPLAFE	Devolução (ANUAL)	GERAL	1,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	Contribuição (MÊS)	GERAL	12,00
0.003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV	SENTENÇAS (3)	GERAL	4,00
0.005 - DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO - SAÚDE	Devolução (ANUAL)	GERAL	1,00
2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção efetivada (ANUAL)	GERAL	1,00
2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMPLAFE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.011 - MANUTENÇÃO DAS OPERACIONALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEMSAU 15%	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAST	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.053 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MUNICIPAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAIMA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	CONTINGÊNCIADO (ANUAL)	GERAL	1,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0004 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO			
Objetivos			
Garantir a modernização e o fortalecimento da comunicação institucional e da gestão de informação na administração pública.			
Justificativas:			
A comunicação eficaz e a gestão adequada da informação são pilares fundamentais para o funcionamento transparente, democrático e eficiente da administração pública. No município de Teixeirópolis, fortalecer os processos de comunicação institucional e divulgação das ações governamentais é essencial para garantir que a população tenha acesso claro, tempestivo e confiável às informações públicas, além de possibilitar a participação social efetiva nas decisões do governo.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Modernizar os canais e ferramentas de comunicação institucional;			
02 - Garantir a transparência ativa e o cumprimento da legislação de acesso à informação;			
03 - Integrar a comunicação interna entre as secretarias e órgãos municipais.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.004 - APOIO AO CONTROLE E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO	Gestão eficiente (MÊS)	GERAL	12,00
MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027			
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES			
Consolidado			
Programa			
0005 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS			
Objetivos			
Garantir a efetividade das ações de proteção, acompanhamento e defesa dos direitos da criança e adolescente por meio da manutenção estrutural, capacitação do pessoal e suporte administrativo.			
Justificativas:			
O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990). Para que possa exercer plenamente suas funções, é imprescindível garantir a adequada estrutura física, administrativa e operacional, bem como condições dignas de trabalho aos conselheiros tutelares e equipe de apoio.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Garantir suporte administrativo e logístico contínuo;			
02 - Assegurar a estrutura física e adequada;			
03 - Promover a valorização e capacitação dos conselheiros;			
04 - Estabelecer rotinas eficientes de manutenção e modernização;			
05 - Fortalecer articulação do conselho tutelar com a rede de proteção social;			
06 - Garantir recursos orçamentários e específicos.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027
RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
Consolidado
Programa
0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO
Objetivos
Servidores públicos efetivos, comissionados, agentes políticos valorizando o capital humano e promovendo uma gestão de pessoas eficaz, transparente e alinhada ao interesse público.
Justificativas:

A remuneração regular dos servidores públicos municipais constitui elemento essencial para o funcionamento contínuo e eficiente da administração pública. Os servidores são responsáveis diretos pela execução das políticas públicas nas diversas áreas – saúde, educação, assistência social, infraestrutura, entre outras. A manutenção do pagamento da folha salarial assegura não apenas o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais, mas também preserva a qualidade dos serviços ofertados à população e contribui para a estabilidade econômica local. Além disso, a valorização do servidor público está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente ao Trabalho Decente e Crescimento Econômico e à Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que preveem, respectivamente, a promoção de ambientes de trabalho justos e o fortalecimento das instituições públicas.

Diretrizes (Forma de implementação)

01 - Assegurar o pagamento em dia salario dos servidores;

02 - Promover o equilíbrio fiscal e orçamentário necessário para o custeio da despesa com o pessoal, observando os limites da LRF;

03 - Garantir a transparência na gestão da folha de pagamento;

04 - Estimular a valorização dos servidores por meio de ações de formação;

05 - Ambiente organizacional adequado.

Ações	Produto (Un. de medida)	Regionalização	Período - 2027
			Meta Física
2.007 - OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.029 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.030 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% PRÉ ESCOLAR	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.031 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDEB 70% CRECHE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES

Consolidado

Programa

0007 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS

Objetivos

Gestão eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, promovendo o fortalecimento da capacidade administrativa, otimização da arrecadação e controle rigoroso das despesas, garantindo a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Justificativas:

Implementação de um programa voltado à gestão fiscal e financeira do Município de Teixeirópolis se justifica pela necessidade de garantir o equilíbrio das contas públicas, a sustentabilidade orçamentária e a eficiência na alocação dos recursos públicos. A crescente demanda por serviços de qualidade, aliada às limitações de arrecadação e à rigidez orçamentária, exige do poder público uma atuação estratégica e transparente na gestão dos recursos disponíveis.

Diretrizes (Forma de implementação)

01 - Otimizar a arrecadação tributária e não tributária;

02 - Planejar e controlar as despesas públicas;

03 - Fortalecer a capacidade técnica da gestão fiscal;

04 - Implantar sistemas modernos de controle e monitoramento financeiro;

05 - Promover a gestão integrada dos recursos públicos.

Ações	Produto (Un. de medida)	Regionalização	Período - 2027
			Meta Física
2.008 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES

Consolidado

Programa

0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO

Objetivos

Promover a valorização cultural e a integração comunitária por meio da realização de atividades festivas e esportivas, estimulando o senso de pertencimento, bem-estar social e o desenvolvimento de uma cultura de paz em Teixeirópolis/RO.

Justificativas:

A cultura e o esporte são instrumentos fundamentais de transformação social, inclusão e fortalecimento da identidade municipal. Em Teixeirópolis, a realização de eventos festivos e esportivos contribui diretamente para a promoção do bem-estar coletivo, o estímulo à prática de atividades saudáveis, a valorização das tradições locais e a construção de vínculos comunitários. Este programa visa garantir a continuidade dessas ações de forma planejada, participativa e acessível a toda a população.

Diretrizes (Forma de implementação)

01 - Valorização da cultura popular e das tradições locais;

02 - Promoção do esporte como ferramenta de inclusão social e saúde;

03 - Apoio logístico e institucional às festas tradicionais, e eventos esportivos;

04 - Fomento ao protagonismo juvenil na área do desporto;

05 - Promover o sentimento de pertencimento.

Ações	Produto (Un. de medida)	Regionalização	Período - 2027
			Meta Física
2.009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FESTIVAS E DESPORTIVAS	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.010 - PROGRAMA BOM DE BOLA, BOM DE ESCOLA	Alunos atendidos (20)	GERAL	70,00
2.028 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027

RELATÓRIO DE METAS FÍSICAS DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES

Consolidado

Programa

0009 - CRESCER COM SABER

Objetivos			
Promovendo o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos em seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo, por meio de ações pedagógicas, estruturais e de apoio às famílias.			
Justificativas:			
A educação infantil é a base fundamental para o desenvolvimento das crianças e o ponto de partida para uma trajetória escolar de sucesso. Investir nessa etapa garante melhores resultados educacionais a longo prazo, reduz desigualdades e fortalece os vínculos entre escola, família e comunidade. O programa busca garantir uma educação infantil de qualidade, com equidade, acolhimento e estímulo ao desenvolvimento integral das crianças de Teixeirópolis/RO.			
Diretrizes (Forma de implementação)			
01 - Promoção de ambientes escolares seguros, acessíveis e acolhedores para crianças pequenas;			
02 - Valorização e capacitação contínua dos profissionais da educação infantil;			
03 - Oferta de materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e recursos de apoio ao ensino lúdico;			
04 - Articulação entre educação, saúde e assistência social para o atendimento integral à criança;			
05 - Fortalecimento da relação escola-família-comunidade como estratégia de acompanhamento do desenvolvimento infantil;			
06 - Garantia do acesso universal à educação infantil, respeitando critérios de inclusão e equidade;			
07 - Acompanhamento pedagógico e avaliação do desenvolvimento das crianças.			
Ações	**Produto (Un. de medida)**	**Regionalização**	**Período - 2027**
			Meta Física
2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - MDE	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.016 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIO	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	10,00
2.020 - ENSINO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL - ETI	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	10,00
2.022 - SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL	Manutenção efetivada (MÊS)	GERAL	12,00
2.024 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAC	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	12,00
2.025 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLAR - PNAP	ALIMENTAÇÃO FORNECIDA (MÊS)	GERAL	12,00
2.027 - FORTALECENDO LAÇOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	Manutenção efetivada (ANUAL)	GERAL	1,00

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027 Data:20/10/2026		
RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		**VALOR**
Entidade Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Origem:** 02.002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E	
Entidade Destino: CAMARA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Destino:** 01.001 - CÂMARA LEGISLATIVA	
Finalidade: DUODÉCIMO		
Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		2.129.772,86
Entidade Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Origem:** 02.002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E	
Entidade Destino: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Destino:** 03.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	
Finalidade: ÍNDICES CONSTITUCIONAIS		
Recurso: 1.500.0025.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE		1.999.832,14
Entidade Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Origem:** 02.002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E	
Entidade Destino: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Destino:** 04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Finalidade: ÍNDICES CONSTITUCIONAIS		
Recurso: 1.500.0015.1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE		3.588.685,25
Entidade Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Origem:** 02.002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E	
Entidade Destino: FUNDO MUNI. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEIXEIROPOLIS	**Unidade Destino:** 05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Finalidade: TRANSFERÊNCIA		
Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		1.785.350,00
Subtotal:		**9.503.640,25**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
RELATÓRIO DE HISTÓRICO POR ATO DE ALTERAÇÃO DO PPA, LDO E LOA					
Tipo histórico	**Sequencial**	**Ato Funcional**	**Programática Despesa**	**Natureza da Despesa**	**Recurso**
Para os argumentos utilizados não existem dados para emissão.					

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS	
PROGRAMA	**VALOR**
0001 - GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	1.572.102,86
0002 - ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA	557.670,00
0003 - GOVERNO DE RESULTADOS	9.902.339,15
0004 - CONTROLE, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO	51.600,00
0005 - PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS	399.250,00
0006 - PROGRAMA PAGAMENTO GARANTIDO	11.513.997,94
0007 - FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS	59.600,00

0008 - SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	1.214.350,00
0009 - CRESCER COM SABER	1.152.877,24
0010 - APRENDER PARA O AMANHÃ	3.781.186,67
0011 - CAMINHOS DO CUIDAR	6.550.333,17
0012 - MAIS SAÚDE, MAIS VIDA	5.579.057,31
0013 - HUMANIZAR PARA INCLUIR	656.300,00
0014 - SEMENTES DO AMANHÃ	204.600,00
0015 - DO CAMPO AO PRATO	128.750,00
0016 - CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	4.232.865,47
0017 - GUARDIÕES DA NATUREZA	465.750,00
TOTAL GERAL	**48.022.629,81**

MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS - RO	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2027	
SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA	
POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
RECEITAS	**Valor**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES.	47.447.629,81
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	575.000,00
Subtotal:	48.022.629,81
DESPESAS	**Valor**
01 - Legislativa	2.129.772,86
04 - Administração	9.922.556,94
08 - Assistência Social	2.172.800,00
10 - Saúde	13.151.390,48
12 - Educação	13.940.308,91
15 - Urbanismo	937.865,47
18 - Gestão Ambiental	465.750,00
20 - Agricultura	128.750,00
26 - Transporte	3.379.000,00
27 - Desporto e Lazer	112.350,00
28 - Encargos Especiais	1.682.085,15
Subtotal:	48.022.629,81
Total geral das receitas:	48.022.629,81
Total geral das despesas:	48.022.629,81

Publicado por:
Amanda Carolina Coraleski Benfica
Código Identificador:3F8ED379

